

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

CI

Letras - n.º 6

78



SÃO PAULO, BRASIL
1950

A EPICA PORTUGUESA NO SECULO XVI

DO MESMO AUCTOR:

O Espirito Historico.
Historia da Critica Litteraria em Portugal.
A Critica Litteraria como Sciencia.
Historia da Litteratura Romantica.
Historia da Litteratura Realista.
Caracteristicas da Litteratura Portuguesa.
Portugal nas guerras europêas.
Historia da Litteratura Classica, 3 vols.
Estudos de Litteratura, 4 vols.
Como dirigi a Bibliotheca Nacional.
Cartas de Menéndez y Pelayo a Garcia Peres.
Epicurismos.
Torre de Babel.
Sob a cinza do tedio.
O pensamento politico do exercito.
Notas para um Idearium Português.
Estudos de Historia Americana.
Motivos de novo estylo.
Historia de um "vencido da vida".
Critica do exilio.
A Epica Portuguesa no seculo XVI.
Iniciação Bohemia.
As duas Hespanhas.
Menoridade da Intelligencia.
Interpretações.
Depois de Eça de Queiroz...
Pyrene.
O dever dos intellectuaes.
Aristarchos.
Ultimas aventuras.
Anthero.
A lucta pela expressão.
Cultura intervallar.
Revista de Historia (Direcção e collaboração), 16 vols.

EM PREPARAÇÃO:

Um colleccionador de angustias.
O médo da historia (2.^a parte da Cultura intervallar).

FIDELINO DE FIGUEIREDO

A EPICA PORTUGUESA NO SECULO XVI

*Subsidios documentares para uma theoria
geral da epopêa.*

Texto ilustrado

SÃO PAULO

1950.

1659

Venient annis saecula seris,
quibus Oceanus vincula rerum
laxet et ingens pateat tellus
Tethysque novos detegat orbes
nec sit terris ultima Thule.

Seneca, *Medea*, pags. 131-2 da ed. Teubner, Leipzig, 1902.

Two small black tomes that saw the light
In Lisbon scores of years ago,
A wanderer's friend have often proved
Amid the desert or the snow.

.....
Kermit Roosevelt, *To Camoens in Mesopotamia*, 1918.

*Pode Portugal — um pequeno povo, muito pequeno nesta era das massas e que se empequenece-
rá ainda numa posição de ensimesmamento me-
morialista — orgulhar-se legitimamente da sua lit-
teratura, porque ella tem verdadeiro interesse hu-
mano, como reflexo fiel da sua biographia longe-
va e dramaticamente cosmopolita, e tambem como
tronco de outra cultura litteraria, que dia a dia vae
definindo a sua physionomia no conjuncto ameri-
cano. Para lhe apprehender os valores essenciaes
só será necessario applicar-lhe uma critica pene-
trantemente interpretativa, em vez de sobre ella
fazer erudição marginal parasitaria, e abeirá-la
com o animo liberto da commum educação litte-
raria, daquelle criterio de belleza creado pela vi-
são parisiense da vida, pelo espirito geometrico da
critica francesa e pelo romance realista.*

*Nessa litteratura, os seculos XVI e XIX são
em certa medida rivaes nas preferencias dos lei-
tores e dos eruditos. A palavra “seculo” não está
aqui empregada na rigorosa accepção de “cen-
turia”: litterariamente, o nosso seculo XVI tem
muito menos de cem annos (1502-1580) e o seculo
XIX tem muito mais, pois se estende de 1825 á
actualidade. “Seculo”, neste passo, significa o es-
tylo de esthetica litteraria creado numa centuria
e durante ella predominante.*

*Para uns, aquelle breve seculo XVI é o nosso
seculo de ouro; e para outros é-o o seculo XIX.
Unamuno, de cujo criterio de avaliação e de cuja
lusophilia só devemos guardar uma grata recorda-
ção, escreveu a esse respeito: “Sem negar o valor
de alguns dos classicos portuguezes, devo dizer que,
a meu entender, a litteratura portuguesa, em quan-
to merece que se leia, data do seculo passado, da
epocha de Almeida Garrett e de Herculano. E
creio que a sua verdadeira idade de ouro é a ac-
tual “ (Por tierras de Portugal y España, pag. 17).
Escrevia isto em 1907, quando já se haviam cum-
prido os destinos da epocha realista e se desenha-
vam as novas correntes do symbolismo, do nacio-
nalismo e do historicismo, a que a emoção da re-*

publica e depois as perplexidades da Primeira Grande Guerra trariam estímulos novos. Franca preferencia pela litteratura anti-classica, pelos auctores românticos, realistas e symbolistas, sobre os quaes no mesmo livro se contêm paginas de vibrante sympathia, é o sentido dessas linhas. Será também esse o juizo corrente dos leitores modernos, ao contacto, primeiro com a nossa historia litteraria. Effectivamente, é entre esses auctores que elles encontram os valores mais vivos ou mais proximos da sua sensibilidade e das suas preoccupações actuaes. Mas certo será também que em todos os longos seculos da sua historia litteraria, os portuguezes constituiram valores eloquentemente expressivos de sua vida. Sómente, no seculo XIX, tal vida é igual á de todos os povos da Europa, procura imitar modelos creados fóra das fronteiras da sua experiencia e da sua lingua; e no seculo XVI essa vida tem um theor profundamente original ou peculiar e influencias de realidade que limitam a hegemonia dos modelos classicos e italianos, então communs a toda a Europa. Torna-se assim necessaria uma introdução explicativa ou um systema de ideas preparatorias, que dê o criterio de apreciação desses valores e que se adequê à especifica realidade que esteve por detraz delles e os determinou. O nosso seculo XIX é rico e fielmente europeu, mas está longe de ser constantemente original, embora ás importações e assimilações de materia e forma alheias haja imposto um cunho nacional. Só a adaptação dellas ao idioma era já uma nacionalisação — como a que fizeram do lyrismo petrarquista Garcilaso de La Vega, Camões e Ronsard. Até numa simples traducção ha certo aspecto de conquista espiritual. Originalidade plena só a encontramos no seculo XVI, porque é então que se revolvem num esforço creador os germenes mais fecundos, brotados da experiencia historica da nacionalidade. Simplesmente, essa originalidade não está onde é vista communmente e também não foi até fim do seu revolver gestatorio ou não se perfez organicamente.

Propus-me em tempos redigir essa introdução de ideas para melhor comprehensão e justipreciação do quinhentismo portuguez e cheguei a

annunciar esse propósito e a bosquejar a idea central (V. Menoridade da Intelligencia, págs. 55-57 da edição portuguesa, Coimbra, 1933). Esse fugidio bosquejo deveria ser approximado das paginas iniciaes do meu capitulo na Perspectiva da Litteratura Portuguesa do seculo XIX, dirigida por J. Gaspar Simões. Nestas commentei a these do Prof. Homero Serís sobre a existência de uma segunda idade de ouro na litteratura hespanhola (V. Hommage à Ernest Mérimée), these que bem poderia ter como germen distante aquella citada phrase de Unamuno, se a transpusessemos para o quadro historico do seu paiz.

Mas a vida passou e levou para o limbo dos grandes projectos a idea dessa introduccão explicativa da singularidade do quinhentismo português. Tenho de me confinar neste conjunto de notas suggeridas pela génese da epopêa camoneana, supremo fructo desse quinhentismo.

Apesar da sua pouquidade, este compendio de notas sobre a poesia épica portuguesa do seculo XVI tem tido uma carreira agitada, em rigoroso parallelismo com as minhas deambulações. Em 1930, annuindo a pedido premente, redigi um primeiro esbôço das minhas ideas para a Historia da Litteratura Portuguesa Illustrada — esbôço muito apressado, porque deveres me obrigaram a partir para Madrid. O capitulo sahiu sem a minha revisão, portanto sem ser completado sobre as provas, á minha maneira habitual. Em Madrid continuei a elaborar a parte geral do thema com novas investigações e reflexões, e preparei uma outra redacção do texto, que deixei á Livraria Victoriano Suárez e que tambem já não pude rever, porque tive de partir para os Estados Unidos. E' a origem do escripto, um capitulo da Historia da Litteratura Portuguesa Illustrada sobre os épicos quinhentistas posteriores a Camões, que explica o titulo desta monographia, titulo já improprio, mas mantido por sentido de continuidade ou de fidelidade a essa origem. Levando no espirito essa pequena obsessão, continuei as minhas pesquisas na opulenta bibliotheca da Columbia University; e já de regresso, em fins de 1931, numas semanas de isolamento em Cascaes, preparei a nova redacção que

se incluiu numa collecção portuense de Estudos Nacionaes. Entretanto, voltando a Madrid, quando o regimen republicano franqueára ao publico o Palacio Real, novos elementos sobre as tapeçarias de estylo luso-indiano se me depararam; e, agora já em São Paulo, no Brasil, incorporei-os no texto que em 1938 inaugurou o boletim de Letras da Faculdade de Philosophia. Alli tambem, dispondo de um bom nucleo de livros italianos, obtive noticias novas sobre a poesia astrologica — as quaes vieram confirmar a minha these.

Mas em 1943 a pobre monographia desandou alguns passos. A Academia Brasileira de Letras, por gentil iniciativa do meu amigo Afranio Peixoto, reproduziu-a no seu novo Archivo Camoneano, supprimindo-lhe, porém, todos os appendices documentares, que eram a sua parte principal; a enunciação da these tem seu tanto de ovo de Colombo. Tambem dessa vez, por ter de partir para a Europa, me não foi possivel fazer a revisão typographica.

Finalmente, em 1945, graças á benevolencia temporaria do Instituto para a Alta Cultura, pude dispôr de uns meses de quietação em Lisboa para apprehender a refundição e ampliação do attribulado escripto. Mas em Julho desse anno interrupção nova surgiu, porque tive de regressar á America do Sul. Voltando a Portugal em 1947, consegui então, numa primavera amarga, ordenar as minhas notas e escrever o que em annos successivos andára addiando.

Tantas interrupções cortar-me-hiam o fio das ideas e amortecer-me-hiam seu pouco este gôsto das pesquisas de historia litteraria e interpretação esthetica, se uma força mais poderosa não lhes houvesse resistido. De tudo o homem se cansa, mas de uma pelo menos se não deve nunca fartar: da gratidão. E este livro é uma acção de graças. Passei boa parte da minha vida a ensinar Camões por universidades estrangeiras, a tentar a difficil empreza de salientar o significado humano e renascentista da epopêa de Camões. Elle me acompanhou em exilios compulsorios e voluntarios. Tinha de levar a cabo esta mal aventurada mono-

graphia, que é como palma votiva deposta no pé do monumento do altissimo poeta. Como está, pode offerecer veredas novas a quem quizer completar as minhas ideas ou impugná-las. O caso português da elaboração de uma epopéa torna-se mais claro com estes meus apontamentos, talvez por ser o caso mais moderno e, portanto, mais facilmente documentavel. E pode contribuir para o estabelecimento de uma theoria geral da epopéa, segundo o methodo realista, aberto por Joseph Bédier.

Tambem não carece de viva actualidade este velho thema do espirito epico português, porque foi com os reflexos moraes dos empreendimentos ultramarinos que se constituiu aquelle permanente contraste da nossa vida, imperialismo e provincianismo, arrogancia e miseria ou “genialidade e mediocridade”, como preferi designá-lo nas Ultimas Aventuras. Facilmente se passa destes velhos problemas puramente especulativos ou especiaes e, ao parecer, de todo innocuos, para problemas actuaes de politica e educação.

Na reprodução de velhos textos, indispensavel numa obra de character demonstrativo, não aceitei sempre a sua graphia, modernisei-a quando tal modernisação não affectava a morphologia e a phonetica da epocha, e quando me julguei desobrigado de manter o aspecto paleographico e seu flagrante sabor. Algumas vezes essa modernisação já havia sido feita em edições contemporaneas. Acatar supersticiosamente a anarchia barbara daquellas velhas heterographias pareceu-me que era prestar uma indevida homenagem á ignorancia dos velhos copistas e typographos — não se querendo extrahir outro ensinamento, por ser perigoso: reconhecer a indifferença, se não o desdem, dos nossos antepassados pelos systemas graphics, indifferença que seria o pólo opposto da pharisaica obsessão moderna pela representação signographica das acções e das ideas — que são a substancia da vida.

Lisboa, Maio de 1947.

Havendo regressado ao serviço desta Faculdade de Philosophia da Universidade de São Paulo, aqui expús, no curso de especialização de 1948, as ideas essenciaes deste volume — sempre ouvidas pelos queridos estudantes com attenção penhorantemente affectuosa. Chegando ao fim, o Exmo. Director, Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello, e o douto Conselho Technico-Administrativo proporcionaram-me os meios necessarios para a sua impressão. Aqui lhes consigno os meus rendidos agradecimentos, pedindo licença para destacar o Prof. Euripides Simões de Paula, relator do parecer favoravel a tal impressão. Tambem devo extender a minha gratidão ao Magnifico Reitor, que era naquelle periodo o Prof. Linneu Prestes, por haver em tempos de grande rigor administrativo promptamente descongelado a verba destinada á publicação de um pobre livro sôbre a velha poesia do mundo.

São Paulo, Novembro de 1948.

Sou obrigado a appôr um post scriptum a este longo prefacio.

Ao receber o texto desta monographia em provas typographicas, verifiquei, não sem desgosto, que desta vez os linotypistas se não haviam prestado a ser meus collaboradores ou secretarios, como de ordinario têm feito, passando á graphia do momento esse texto graphado ainda á maneira que aprendi no distante seculo XIX. Assim aquella modernisação annunciada linhas acima ficou em meio caminho, como eu tambem ficára, perante varias reformas e contra-reformas, varios accôrdos e desaccôrdos, “a ver em que paravam as modas”, seguindo a prudencia do Bocage do anecdotario. Não ousando ordenar a recomposição do livro, elle ahí vae com seu sabor archaisante ainda sobrecarregado.

O leitor paciente procurará as ideas do auctor e desinteressar-se-ha das letras dobradas e dos velhos yy e ph. Recordo que, numa tarde em Madrid, quando, assistindo a uma corrida de touros, me affligia sobremaneira com o morticinio dos ca-

vallos, o meu companheiro, que era o Prof. Robert Ricard, também auctorizado critico tauromachico, advertiu-me certamente: — Deixe os cavallos. Fite os olhos no touro. — De igual modo pedirei ao leitor que deixe o accessorio e se concentre no essencial. Mais desculpas deverei pelas inevitaveis deficiencias de informação bibliographica. Os bons livros portuguezes imprimem-se, mas não se publicam; e a familiaridade com as obras dos grandes mestres das sciencias do espirito presuppõe a vizinhança de poderosas organizações bibliothecarias.

São Paulo, Novembro de 1949.

F. F.

PARTE PRIMEIRA

FACTOS & IDEAS PRELIMINARES

CAPITULO PRIMEIRO

A REPERCUSSÃO DA OBRA CAMONEANA

Na epocha inicial da poesia portuguesa classica ou no nosso quinhentismo ha três direcções dominantes, que se podem personnificar em outros tantos nomes: Gil Vicente, Sá de Miranda e Luiz de Camões. O seu conteúdo espiritual é que forma o conjuncto dos reagentes preparatorios de uma originalidade esthetica, só no poeta epico plenamente alcançada.

Gil Vicente expressa a sobrevivencia do medievalismo e a sua alliança com os aspectos populares da sociedade do Renascimento, das camadas que não sabiam grego nem latim, mas recebiam em cheio a influencia de successos prodigiosos e deslumbradores. Este Gil Vicente, assim representativo, é um Gil Vicente já emancipado da influencia de Juan del Encina, um Gil Vicente, que ampliára a egloga sayaguesa em auto nacional. Sá de Miranda representa a importação do italianismo, quero dizer as lições italianas de adaptação das linguas modernas ás formas litterarias antigas. Essa importação foi feita directamente, isto é, o importador foi em pessoa á fonte desses valores novos, fazer a aprendizagem dos seus canones estheticos, já não por via hespanhola, como fizeram alguns poetas do *Cancioneiro Geral*, imitadores de uma primeira imitação. Mas esse classicismo importado por Sá de Miranda tem predominante character formal, padece de alguma incomprehensão do espirito dos novos tempos, concretamente das contribuições portugesas para essa novidade dos tempos. E Camões, que emquanto lyrico enfileira entre os discipulos distantes de Sá de Miranda e é estrella de primeira grandeza na universal pleiade petrarquista, uma pleiade de imitadores — Camões, como poeta epico, é o ponto de chegada ou de convergencia dessas correntes, porque realisa a conciliação genial das formas litterarias, que os ventos do levante lhe enviavam, com a materia real e viva que as brisas do “mar oceano” lhe offereciam. Camões é o momento supremamente creador dessa epocha litteraria: assimila com pleno dominio a technica formal classica ou restaurada pelos italianos, recolhe a materia nacional já elaborada pela emoção collectiva e transmite-nos com seu genio da expressão uma vibração nova do espirito humano.

Faz um balanço, com seus laivos de necrologia, á epocha heroica da vida da sua gente. Mas, com nacionalismo, com tridentismo, com melancholia e tudo, ergue tambem um hymno triumphal a alguns dos mais typicos rasgos da Renascença: a curiosidade geographica, a sensação da distancia, do isolamento ante as forças da natureza e o exotismo, e a victoria do homem sobre o mar, uma das mais decisivas na historia dos progressos da civilização. Recolheu tudo que se elaborára antes d'elle, mas tambem com elle cessou por longo tempo a força creadora da poesia portuguesa.

Depois d'elle, a inspiração poetica deixa-se inhumar sob sedimentações morbidas, desnacionalisadoras ou depressivas: um mysticismo ingenuo, um prophetismo pueril, um castelhanismo de imitação, um academicismo tão candido quanto esteril, um alheamento lethargico da renovação scientifica d'além Pyreneus e uma obstinação de regresso a pre-juizos e concepções de vida, anteriores á Renascença. A Contra-Reforma, com os seus corollarios politicos e philosophicos, foi como um cravo entre os dentes de uma roda frezada ou um travão electrico de resistencia: susteve o movimento da historia e determinou uma fermentação obscura de morbosidades (1).

Houve tempo, em que foi moda dizer coisas vulgares sobre a Contra-Reforma. Repetidas como psyttacismos, perderam a efficiencia e abriram facilmente bréchas para a entrada dos sophismas tradicionalistas de rehabilitação, novas vulgaridades de botica. E agora, depois de longamente soarem as duas vozes dos sinos, regressa-se a um juizo totalmente condemnatorio, só com o levantamento de um problema novo: foi a Contra-Reforma que produziu a decadencia mental dos povos meridionaes ou foi a typica mentalidade destes que produziu a Contra-Reforma? Não ha um prévio fundo ethnico na opção de um povo por uma seita religiosa?

...Mas o contraste poderoso da obra lyrica e da obra epica de Camões com as imitações, timidas ou fieis, do seu ambiente litterario, em que ninguem ainda fizera arte litteraria com tal pujança e tão impregnada de vida em pro-

(1) — Acêrca destas influencias morbidas, desnacionalisadoras e depressivas, a que alludo, ver a Introduccão do 2.º vol. da *Historia da Litteratura Classica*, pags. 5-65 da 3.ª ed., São Paulo, 1946, Anchieta. Os dados referentes á philosophia devem ser completados com o estudo posterior *Para a historia da philosophia em Portugal*, in *Estudos de Litteratura*, 4.ª serie, Lisboa, 1924.

fundeza, não esqueceu mais e foi avultando com os tempos, mesmo através do amortecimento poetico do seculo immediato.

Para a opinião litteraria mundial, que se sentira especialmente attrahida pelas obras reveladoras de novidades geographicas, ainda que muitas vezes ellas não exemplificassem generos litterarios classicos, a epopêa camoneana era a coroação dessa tósca litteratura de inspiração oceanica e exotica, era a propria epopêa das navegações e descobrimentos, porque possuia toda a novidade daquella e todo o acabamento artistico da italianisante.

As gerações foram perfazendo um dilatado trabalho de reflexão critica, saboreando e pondo em valor todo o conteúdo da epopêa e também do lyrismo. A critica litteraria em Portugal é logo exegése camoneana, analytica e polemica. Antes, apenas houvera a correspondencia litteraria entre Antonio Ferreira e os seus amigos e sequazes sobre a arte da palavra escripta. Mas tambem boa parte dessá correspondencia é dominada pelo pensamento de uma epopêa, por que todos ansiavam, como já se verificará. Forma-se uma tradição epica e uma tradição lyrica, ambas accentuadamente camoneanas. Nas horas de crise espiritual e nas perturbações politicas volta-se a Camões, como a uma fonte de renovação esthetica e de suggestiva força nacionalisadora e conductora. Todos os grandes mestres do idioma são camonistas, porque na sua obra se guarda o verdadeiro espirito da lingua; todos os grandes chefes reformadores são camonistas igualmente, porque o poeta, lendario já na sua vaga biographia, aberta a todas as conjecturas e interpretações, é o genio tutelar da patria. O nosso classicismo foi, nos seculos immediatos, por aquisição tão camoneano como era de nascença virgiliano e horaciano. E a nossa historia politica não deixou de ser batida pelos raios poderosos emanados da obra camoneana: a Restauração de 1640, o Liberalismo de 1834 e todo o Republicanismo de 1880 e 1910.

Todos recordarão que o respeito pelos modelos tidos por insuperaveis e a perseverante imitação delles são caracteristicas essenciaes da esthetica neo-classica — assente no dogma da belleza unica ou absoluta e na rijida classificação dos generos litterarios de immutavel estrutura interna. Era uma concepção infensa ao sentido do progresso ou ao desenvolvimento acquisitivo. As coisas hoje mais correntias custaram muito esforço de conquista. A noção de progresso e o sentimento da relatividade da belleza são ganhos das campanhas criticas do Romantismo. Ter formulado clara e co-

rajosamente essas coisas é um dos meritos que Brunetière mais louva em Madame de Stael (V. *L'Evolution des genres dans l'histoire de la Littérature Française*, Paris, 1906, 4.^a ed., pags. 174-178).

Camões foi logo, ainda no seculo XVI, erguido a modelo poetico do classicismo peninsular, posto ao lado dos genios protectores, legados pela arte helleno-romana. E de Hespanha partiu o primeiro reconhecimento da gloria do poeta, vindo do exterior (2). Talvez alli prevalecesse a estima da obra lyrica sobre a epica, porque se alliava á tradição castelhana da Renascença, muito empapada de influencia petrarquista. Garcilaso de la Vega, o Sá de Miranda hespanhol, mas de mais alta inspiração, foi familiar de Camões e os versos de ambos chegaram a ser confundidos pelos biographos (3). Em todo caso, tido como grande lyrico ou como grande epico, essa consagração hespanhola foi uma galharda maneira de retribuir ao character castelhanophobo, por uma critica limitadamente nacionalista attribuido ao poema. O seu rasto foi longo e profundo, tanto na critica litteraria, que viu constituir-se em seu seio um constante departamento camoneano, quanto na criação lyrica e na epica. Na epopêa, que é o especial objecto deste escripto, Camões determinou a formação desse extenso veio de poesia narrativa heroica, sempre muito influenciada pelos *Lusiadas*, até mesmo quando o proposito do poeta era desthronar Camões do seu primado, como foi o de José Agostinho de Macedo, ou quando a critica immediata lhe quiz attribuir esse fito, como foi o caso do *D. Jayme* de Thomaz Ribeiro. E' um filão que brota no seculo XVI e se estende á epocha do realismo naturalista, essencialmente anti-heroico. O *D. Jayme*, de 1862, é ainda uma affirmação de casticismo como tentativa de restauração da castelhanophobia; e a polemica, por elle suscitada, foi um verdadeiro choque entre a tradição camoneana e a forma nova que se tentava para esse constitucional gôsto épico. Tambem não deixou de estar em causa, nessa pequena batalha esthetica, o direito de Camões ao seu primado — thema

(2) — Bonilla y San Martin, *Camões e Hespanha*, no vol. 14.^o da *Revista de Historia*, Lisboa, 1925, pags. 106-111.

(3) — Ver *Camões y Garcilaso*, Prof. Angel Valbuena Prat, em *Estudios eruditos, In Memoriam de Adolfo Bonilla y San Martin*, vol. 2.^o, pags. 469-478, Madrid, 1930. — Devem-se considerar os dados de Sousa Viterbo em *Camões em Hespanha*, publ. no *Circulo Camoneano*, Porto, 1891. — De Garcilaso fez-se uma edição em Lisboa: *Las Obras de Boscan y algunas de Garcilaso de la Vega repartidas en cuatro libros*, em casa de Luiz Rodrigues, anno de 1543.

imprudently levantado por Castilho. Este e Thomaz Ribeiro e todos os seus partidarios não souberam ver que muito outra era a forma do espirito epico da nova epocha: em vez das limitações e declamações patrioticas amplos sentimentos humanitarios de philanthropia, hymnos ao progresso e vastas syntheses historicas — o que tudo se exemplificava com genio na *Légende des siècles*. E effectivamente a geração posterior ao *D. Jayme* foi fielmente camonista, mas com o espirito universal dum Victor Hugo; e João de Deus, Anthero, Theophilo, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão escreveram paginas que iniciaram a alta critica interpretativa do poema.

Os outros aspectos da influencia camoneana, posto que de mais alta qualidade esthetica e doutrinaria que esse filão de poemas narrativos, ficam fóra do ambito destas notas, da sua materia e dos seus limites chronologicos — por que o primeiro grande lyrico de cunho camoneano, Rodrigues Lobo, é já da centuria immediata e porque a critica de thema camoneano, primeiro na forma de exegése textual, como já recordei, depois em aspectos technicamente mais elevados, tambem só se inicia depois, em 1613, com Manuel Corrêa e Pedro Mariz. Mesmo, já noutros lugares, aponte a tendencia camoneana de alguns lyricos de varia significação e muito distantes, como Rodrigues Lobo Soropita, Xavier de Mattos e Barbosa du Bocage. Recorde-se ainda que a reforma da lyrica, em pleno Romantismo, a realisou Garrett com uma concepção nova da personalidade de Camões e em tórno das vibrantes canções autobiographicas do épico, dando-nos “um Luiz de Camões romantico, remodelado na phantasia melancholica dum grande poeta exilado, amoroso, nostalgico” — assim designou Camillo essa visão garretteana de Camões. Nesses annos de gestação da reforma romantica, a memoria e a obra do epico déram o calor que alentou e aqueceu as aspirações de reconstrucção da patria, por aquelle tempo a gemer sob as cadeias miguelistas, os sonhos de liberdade na accção politica e na creação artistica — uma lareira nostalgica, accendida no exilio pela saudade dum Garrett, dum Sequeira, dum Morgado de Matheus, dum Domingos Bomtempo, dum Candido José Xavier... E’ esse o grande momento da mythisação ou interpretação lendaria da pessoa do poeta. O que os documentos nos não diziam, adivinharam-no a poesia, a musica, a pintura, a erudição em sympathy. O poema de Garrett, *Camões*, o quadro de Sequeira, *A morte de Camões*, a *Missa de Requiem a Camões*, de Bomtempo, os estudos biographicos de Matheus e Xavier foram

peças capitaes neste longo processo da canonisação do poeta e sua promoção a padroeiro da patria. E' aquella elabora-ção mythica de sentido opposto á do grupo Cervantes-Quixote, em Hespanha: alli é o heroe da novella que entra na vida a correr novas aventuras e a adquirir novos typismos moraes, emquanto a figura do seu creador se immobilisa por entre os dados documentaes; em Portugal o mundo dos *Lusiadas* crystallisa na forma que lhe deu o poeta, mas a pessoa do poeta vive comnosco e participa das nossas emoções e experiencias, vae-se-nos adaptando proteicamente.

E' claro que não trato aqui da influencia da obra de Camões sobre o character nacional, benefica emquanto crystallisação de mythos nacionaes e emquanto força unificadora, mas exaggeradora das prosapias passadistas quando tomada como voz do hermetismo nacionalista. Aqui só me occupo da sua influencia no technicismo litterario ou na virtuosidade da lingua como verbo heroico ou na persistencia do gôsto epico. Essa modalidade unilateral da repercussão da obra camoneana pode ser avaliada, entre nós, pelo seguinte elencho de poemas, ainda que muitos delles estejam longe de palpitar de verdadeira inspiração epica:

- 157? — *Descobrimento da India*, Pedro da Costa Perestrello (perdido);
- 157? — *Batalha Ausonia*, do mesmo auctor, tambem perdido;
- 1572 — *Os Lusiadas*, Luiz de Camões;
- 1574 — *Successo do Segundo Cêrco de Diu*, Jeronymo Côrte Real;
- 1578 — *Felicísima victoria... en el Golfo de Lepanto*, Jeronymo Côrte Real;
- 1588 — *Elegiada*, Luiz Pereira Brandão;
- 1589 — *Primeiro Cêrco de Diu*, Francisco de Andrada;
- 1594 — *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sepulveda*, Jeronymo Côrte Real;

H. de C. Ferreira Lima na *Miscellanea de Estudos á Memoria de Claudio Basto*, Porto, 1948, pag. 214, lembrou que este poema fôra traduzido por Ortaire Fournier, consul da França em Lisboa e depois refugiado politico, e que essa tradução sahira na *Revue Lusitanienne*, de Lisboa, 1852.

- 1601 — *Prosopopéa*, Bento Teixeira;
- 1609 — *Condestabre*, Francisco Rodrigues Lobo;

- 1611 — *Alfonso Africano*, Vasco Mousinho de Quevedo Castello Branco;
1618 — *España Libertada*, 1.^a parte, Bernarda Ferreira de Lacerda;
1623 — *Novissimos do Homem*, Francisco Child Rolim de Moura;
1625 — *Poema del Angélico Doctor Sancto Tomás*, Manuel Thomaz;
1628 — *Gigantomachia*, Manuel de Galhegos;
1628 — *Chauleidos*, Diogo de Paiva de Andrade (Sobrinho);

Este poema latino foi estudado em 1941 pelo professor Raul Machado na sua these para doutoramento, *Ensaio sobre o poeta novi-latino Diogo de Paiva de Andrade*, Lisboa, pags. 21-54.

- 1629 — *Descobrimento das Esmeraldas*, Diogo Grasson Tinoco;

Considera-se perdido este poema, do qual apenas se conhece o resumo da acção e o excerpto de quatro estancias, dados por Claudio Manuel da Costa no prologo, intitulado *Fundamento historico*, ao seu poema *Villa Rica*. Occupou-se desenvolvidamente deste primeiro poeta paulista o historiador, tambem paulista, Affonso E. Taunay, em *Terra bandeirante*, São Paulo, 1931, pags. 18-28.

- 1634 — *Malaca conquistada*, Francisco de Sá de Menezes;
1635 — *Insulana*, Manuel Thomaz;

O Dr. João Cabral do Nascimento occupou-se deste esquecido poema numa analyse penetrante, nos seus *Apontamentos de Historia Insulana*, Funchal, 1927, pags. 67-78.

- 1635 — *Templo da Memoria*, Manuel de Galhegos;
1636 — *Ulyssea ou Lisboa edificada*, Gabriel Pereira de Castro;
1638 — *Macabeu*, Miguel da Silveira;
1640 — *Ulyssipo*, Antonio de Sousa de Macedo;
1659 — *Phenix da Lusitania*, Manuel Thomaz;

- 1667 — *Virginidos*, Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcellos;
1671 — *Destruição de Hespanha*, André da Silva Mascarenhas;
1673 — *España libertada*, 2.^a parte, Bernarda Ferreira de Lacerda;
1699 — *Viriato tragico*, Braz Garcia de Mascarenhas;
1701 — *El Nuevo Mundo*, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos;

No seu estudo *Colón y la Poesía*, de 1892, o critico argentino Calixto Oyuela refere-se a este poema nos termos seguintes: “Necesario es llegar al año de 1701 para hallar el primer poema sobre el descubrimiento escrito en lengua castellana, y ése no por un español, sino por un portugués. Llamábase éste Francisco Botelho de Moraes y Vasconcelos, y tituló su poema, dedicado a Felipe V, *El Nuevo Mundo*. Divídese en diez libros escritos en octavas reales, y fué dado a luz, según advierte el autor en su prefacio, “no concluido ni limado, que era mi ánimo dilatarlo mucho más, gastando en él toda mi vida y estudios”. La causa de este apresuramiento, según también dice, fué el ansia de hacer una demostración en honor del “nuevo espíritu que se hizo sentir en toda la monarquía al primer rumor del nombre de Philippo”. Es poema extravagante en grado sumo, alegórico en su esencia y desesperadamente gongorino por el estilo. La alegoría lo envuelve todo y deja apenas entrever borrosamente la pálida figura de Colón y algunos hechos históricos. Y serian ininteligibles las alegorías, si no fuera por las explicaciones que Pedro de Castro, amigo del autor, va poniendo al frente de cada libro. Aun el mismo comentador se ve forzado en ocasiones a quedarse en el límite de las conjeturas. En cuanto al estilo, baste decir que llama al sol:

Hipérbole hermoso de la esfera:
y añade luego: *que turban el viento dulcísimas Babilonias de aves*”. (V. *Estudios Literarios*, Buenos Aires, 1943, pags. 9-10 do tomo 2.^o).

- 1705 — *A Ilha de Maré*, Manuel Botelho de Oliveira;
1712 — *Alfonso*, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos;
17?? — *Eustaquidos*, Pe. Francisco de Sousa;

A 1.^a edição deste poema fez-se sem declaração de lugar, nem de data. Reimprimiu-se na Bahia em 1841, seguido de outro “canto heroico”, *Descrição da Ilha de Itaparica*. Sendo de Francisco de Sousa, terá sido composto antes de 1713, data da morte do missionario em Gôa.

- 1741 — *Henriqueida*, D. Francisco Xavier de Menezes, 4.^o Conde da Ericeira;
1754 — *Conquista de Gôa*, José Xavier de Valladares e Sousa;

Este poema, estando inédito, deu motivo a uma longa controversia critica entre o seu auctor e Francisco de Pina e Mello. Publiquei algumas das cartas dos litigantes, segundo copia do codice da Bibliotheca Nacional que os guarda, na minha *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, pags. 204-227 da 2.^a edição, Lisboa, 1916. Posteriormente o Prof. Hernani Cidade voltou a occupar-se deste poeta e critico num artigo do *Bulletin des Études Portugaises*, vol. de 1939: *José Xavier Valladares e Sousa — La critique néo-classique française avant la fondation de l’Arcadie Lusitanienne*.

- 1759 — *Brasileida*, Domingos da Silva Telles;
J. Lucio de Azevedo deu noticias desta obra em artigo publicado na *Revista de Lingua Portuguesa*, do Rio de Janeiro, 1922, n.^o 19, pags. 85-95.
1769 — *Uruguay*, José Basilio da Gama;
1781 — *Caramurú*, José de Santa Rita Durão;
1782 — *Joanneida*, José Corrêa Pinto Alvim;
1803 — *Lisboa destruida*, Padre Theodoro de Almeida;
1806 — *Zargueida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcellos;

- 1809 — *Novo Argonauta*, Padre José Agostinho de Macedo;
1811 — *Gama*, mesmo auctor;
1813 — *Newton*, mesmo auctor;
1814 — *Oriente*, mesmo auctor;

Este é que foi o poema sobre a conquista do Oriente, com que o Padre José Agostinho de Macedo se propôs supplantar *Os Lusíadas*. Como ao poema juntou razões criticas contra Camões, vale a pena ler a refutação dellas por José Ramos Coelho em *Camões e Macedo — Analyse do “Discurso Preliminar” com que este prefaciou o seu poema “O Oriente”*, Lisboa, 1911, pags. 31-142 dos *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, 1.^a Serie, tomo 2.^o, 1.^a parte.

- 1818 — *Alfonsiada*, Antonio José Osorio de Pina Leitão;
1819 — *Georgeida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcellos;

Tambem sobre este poema escreveu modernamente o poeta João Cabral do Nascimento um erudito artigo de analyse: A “*Georgeida*” de Medina, na revista *Vasco da Gama*, vol. I, pags. 1925-1926, reproduzido nos *Apointamentos de Historia Insulana*, Funchal, 1927, pags. 79-88.

- 1823 — *Lysia Victoriosa*, José Joaquim de Figueiredo Saraiva;

Só em 1910 se publicou uma parte do texto deste poema num folheto editado pelo bibliophilo Annibal Fernandes Thomaz sob o longo titulo de *O Genio de Wellington na Batalha do Bussaco, drama allegorico por Nuno Alvares Pereira Pato Moniz — Lysia Victoriosa (Excerptos), inéditos publicados por A. F. T.*, Lisboa, 1910, 46 pags.

- 1825 — *Camões*, Almeida Garrett, com que se inicia a epocha romantica da poesia portuguesa;
1826 — *D. Branca ou a Conquista do Algarve*, mesmo auctor;

- 1831 — *Elysabetta Triumphante*, Fr. Jeronymo Vahia;
1832 — *Magriço e Os Doze de Inglaterra*, Almeida Garrett, obra perdida num naufragio, na barra do Douro, segundo seu auctor. Ver pags. XLI e XLII das *Obras Completas*, edição de 1904, vol. 1.º. Conservam-se fragmentos.
1862 — *D. Jayme ou a dominação castelhana*, Thomaz Ribeiro.

Esta enumeração poderia ser bem maior. Onde houvesse um recanto heroico da historia nacional, e da historia iberica ás vezes, logo se apresentava um poeta de fôlego metrico, em riste a penna e á volta de si todo um complexo apparatus de erudição, para consagrar aquelle esquecido heroismo. Nos seculos classicos, o poema heroico foi o que depois, sob o signo do Romantismo, foram o romance historico, o drama historico e a estatua. Seriadados pela ordem dos seus argumentos e não pela chronologia de seus auctores, o poema heroico do classicismo e o romance e o theatro historicos do Romantismo tecem-nos visões completas da historia patria, uma dominada pelo prisma epico, outra pelo prisma burguês do individualismo erotico — e por vezes ainda coincidentes.

Se perseguissemos o longo fôlego em narrativas biographicas e apologeticas e até mesmo a verdadeira inspiração epica no outro hemispherio da lingua portuguesa, rastrearíamos ainda um bom nucleo de poemas, por vezes em oitava rima de espirito camoneano:

- 1819 — *Assumpção*, Fr. Francisco de S. Carlos;
1838 — *Os Garimpeiros*, Januario da Cunha Barbosa;
1848 — *Os Tymbiras*, Gonçalves Dias;
1856 — *A Confederação dos Tamoyos*, Gonçalves de Magalhães;
1861 — *Cantos epicos*, Joaquim Norberto de Sousa e Silva;
1864 — *Os Voluntarios da Morte*, Pedro Luiz Pereira de Sousa;
1865 — *O Combate de Riachuelo*, Rozendo Moniz Barreto;
1866 — *Colombo*, Manuel de Araujo Porto Alegre;
1876 — *A Cachoeira de Paulo Affonso*, Castro Alves;
1882 — *A Divina Epopêa*, Francisco Leite de Bettencourt Sampaio;
1887 — *O Conde Lopo*, Alvares de Azevedo;

- 1888 — *A Comedia dos Deuses*, Theophilo Dias;
1904 — *Assiseida*, Fr. Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Barauna.

Em Portugal, depois do *D. Jayme*, o genero epico cahe em degeneração e desacredita-se no espirito publico. Evidentemente, no elencho acima apontado tem de se considerar outras influencias, além da camoneana, como a de Torquato Tasso, que em certa altura assumiu aspectos de competição. Tasso não foi só um grande poeta; foi tambem um grande theorico da epopêa, o que lhe deu uma especial auctoridade no seculo immediato, em que se amorteceu o espirito creador, mas se avivou o espirito critico. Transplantando-se para o outro lado do Atlantico, a lingua portuguesa patenteou-se a outros horizontes naturaes e humanos, com problemas muito outros dos da metropole e da nossa linhagem de civilisação helleno-romana.

Tambem se deve tomar como signal do gôsto epico da imaginação litteraria dos portugueses a frequente caricatura desse gôsto em numerosos poemas heroi-comicos e burlescos, e em muitas parodias que de poemas epicos afamados se fizeram, a partir do seculo XVIII. Só se combate pela satyra o que existe de maneira relevante. O poeta satyrico, agigantando até á escala heroica, as proporções de coisas e pessoas minimas, infligia simultaneamente a maior affronta a essas coisas e pessoas, e confessava o seu reconhecimento dum supremo valor esthetico e moral: o conceito epico ou heroico da vida. E essa infinita distancia entre a realidade e o modulo era que determinava o contraste comico. Alberto Pimental inventariou mais de cem desses poemas de caricatura da epopêa: *Poemas heroi-comicos portugueses (verbetes e apostillas)*, Porto, 1922, 173 pags. Mas com relevo e, portanto, com direito, só um delles, *O Hyssope*, de Antonio Diniz, figura na historia litteraria portuguesa, em situação parallelá á do de Boileau, *Le Lutrin*, na historia litteraria francesa. As parodias já carregam as côres, deixam a grave simulação das caricaturas heroi-comicas. São tambem numerosas, como prova a bibliographia organizada pelo Coronel Ferreira Lima: *Parodias na Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1930, 92 pags. Das que respeitam a poemas heroi-comicos só têm verdadeiro interesse artistico a *Cabulogia* de Couto Monteiro, transposição para burlesco do *Camões* de Garrett, e os *Republicaniadas*, satyra cruel aos primeiros homens da Republica, feita em rigoroso parallelismo com os *Lusiadas*. O pseudonymo do auctor disfarçava o nome dum

estudante de Lisboa, Pinto de Almeida. Tudo que a dentro do filão epico se fez depois, soava aos ouvidos contemporaneos já como caricatura, ainda que essa não houvesse sido a intenção do poeta. O anachronismo é uma das formas do comico, porque vem contradizer sentimentos gregarios. Já o proprio *D. Jayme* encerrava em si certa *vis comica*. Com as facilidades da visualização immediata, o cinema tem demonstrado bem os immensos recursos comicos do anachronismo: o rei Arthur convocando pelo telephone os parceiros da tavola redonda e os cruzados partindo de automovel para os assaltos ás cidades gothicas...

CAPITULO SEGUNDO

EPOPEA E NACIONALIDADE

A apreciação dos poemas enumerados na lista precedente levanta para logo um problema delicado: o da sua nacionalidade litteraria. Em todos esses poemas predomina o louvor com engrandecimento epico, mas apartam-se pelo idioma e pela materia. Uns estão compostos em metro português, outros em metro castelhano e ainda outros em metro latino; uns versam materia europêa e outros versam materia americana; e dos primeiros ha-os que tratam de themes de historia patria, ha-os tambem que tratam de themes de historia estranha, sem deixar de os haver ainda sobre materia de historia sacra. Serão legitimamente portugueses todos esses poemas, por serem portugueses os seus auctores ou por ser português o seu idioma? Ou, dando ao problema uma forma mais geral: qual o criterio de nacionalidade em historia litteraria? Não será precisamente á epopêa, poema de communhão civica ou de unificação nacional, que tal criterio mais rigorosamente se deva applicar?

Já em 1917 discuti esse problema, a proposito da exclusão de obras quinhentistas de auctores portugueses castelhanisantes da historia litteraria portuguesa (V. *Estudos de Litteratura*, 2.^a serie; Lisboa, 1918, pags. 71-82). Quanto a litteraturas diversas da mesma lingua, inclinei-me então para o criterio juridico das nacionalidades dos auctores; para os auctores que attingiam a celebridade numa lingua que não era a sua, pareceu-me que a historia deveria conformar-se com os laudos do tempo, com as sancções da posteridade. A obra pertenceria á litteratura, que em si a incorporou e lhe recebeu a influencia; e o auctor pertenceria tambem ao ambiente que o formára. Era o caso da *Diana*, de Jorge de Montemór, no seculo XVI, e foi o caso de J. J. Rousseau e de Benjamin Constant, no pre-romantismo setecentista: a *Diana* incorporou-se na historia da litteratura hespanhola, como a *Nouvelle Héloïse* e *Adolphe* se incorporaram na historia da litteratura francesa; e foi, através dellas, respectivamente, que irradiaram pelo mundo as suas novas intuições no estudo da paixão amorosa e na defeza dos seus paralogismos e das suas rebeldias. O que haverá de se registrar nestes casos, e se registra, é a infiltração fecundadora do

espírito português na litteratura castelhana e do suisso na francesa.

Ha, porém, casos de carreiras litterarias bi-partidas, como a de Gil Vicente ou a de D. Francisco Manuel de Mello. Tambem então se applicaria a cada phase do auctor estudado o criterio linguistico e historico: haveria assim um Gil Vicente português e um Gil Vicente hespanhol, como um D. Francisco Manuel português e um D. Francisco Manuel hespanhol ou um Frei Luiz de Granada hespanhol. Mas isto era mutilar uma personalidade litteraria, que existiu e creou em obediencia a um mesmo impulso vital de experiencia e dôr, que formou uma unidade emotiva e soffredora a peregrinar pelos caminhos do mundo. E esta realidade importava mais que a systematica classificação das suas obras por este ou aquelle idioma e esta ou aquella historia. Hoje poderei condensar mais claramente o meu pensar.

Se a litteratura fosse considerada, á maneira germanica, como o repositorio dos documentos escriptos da mentalidade dum povo, o criterio a adoptar seria apenas o da nacionalidade dos auctores: deveria ser archivado pela historia da litteratura portuguesa quanto foi escripto por penna portuguesa. Mas deste modo comprehende-se na litteratura toda a actividade bibliographicamente documentada e oblitera-se um character essencial da litteratura, o de forma de arte, o da lingua artisticamente trabalhada para servir o proposito da ficção poetica. Pecca, pois, por excesso.

Se o conceito de litteratura se restringe pela condição de uso artistico da lingua, então é o criterio linguistico o que prevalece e será português só o que em português foi escripto, embora algumas vezes por pennas não portuguesas. Mas neste caso, desconhecemos um facto inilludivel: a existencia de varias litteraturas nacionaes, expressas numa mesma lingua. Exemplos: a portuguesa e a brasileira em português; a hespanhola e as hispano-americanas em castelhana; a inglesa e a norte-americana em inglês; a francesa, a belga, a haitiana e parte da suissa e da canadiana em francês. É, portanto, um criterio ainda excessivamente comprehensivo.

Antes da lingua, ha outra realidade: a alma, o espirito nacional que a cria, a trabalha e idealisa, como o objecto é anterior á sua imagem no espelho. O exclusivismo da lingua impediria o reconhecimento duma litteratura suissa e duma litteratura tcheca, expressões dum mesmo espirito nacional em linguas varias. Em Portugal, tal criterio excluiria

a actividade castelhanisante de alguns escriptores typicamente portuguezes e toda a producção portuguesa em latim e outras linguas.

Solução para esse difficil problema das fronteiras litterarias: recordar que a litteratura é a elaboração artistica duma lingua por um espirito nacional continuo e necessitado de expressão, mas não desprezar as contribuições em lingua estranha, quando ellas representem mais a intromissão dum espirito nacional noutra lingua do que a assimilação dalguns exóticos temperamentos artisticos por essa outra lingua, incorporando-os a essa tradição propria.

Mesmo escrevendo em castelhano, Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Faria e Sousa são fielmente portuguezes; D. Francisco Manuel de Mello é alternadamente portuguez e hespanhol, porque, escrevendo em castelhano de coisas hespanholas, em prosa de castiço corte hespanhol, assimilou-se á idiosyncracia hespanhola, pelo que é classico nas duas historias litterarias. Mas que ha de portuguez em Mattos Fragoso e tantos outros auctores, alguns muito secundarios, enumerados por Garcia Peres (4), Não pode haver uma regra geral; é necessario considerar e estudar cada caso particular, isto é, buscar a essencia nacional, a significação intima da obra, o que contem de espirito e de intuito nacional. E' evidente que esse processo se tornará delicado e contingente, mas nesse genero de estudos a peça principal é a agudeza do critico.

Se deste ponto de vista se analysasse todo o elencho de poemas de auctores portuguezes e hespanhoes acima apontado, seria elle reduzido pelo critério de nacionalidade litteraria, que endereçaria varios desses poemas ao anonymato da litteratura hespanhola, posto que escriptos por autores portuguezes, ás origens das litteraturas americanas, ainda que versejados em castelhano e em portuguez, e ao departamento da litteratura fracassada, que não expressa nada e não conquista leitores, os redigidos tardiamente em latim (5).

(4) — V. *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los auctores portuguezes que escribieron en castellano*, Madrid, 1890, XIII — 660 pags.

(5) — Voltei a discutir este thema em *Pyrene (Ponto de vista para uma Introducção á Historia Comparada das Litteraturas Portuguesa e Hespanhola)*, Lisboa, 1935, cap. III, *Nacionalidade litteraria*, pags. 16-22. A minha formula foi então: "... lit-

Ha arte litteraria onde ha drama de consciencia, seja qual seja o idioma que o expressa, sejam quaes sejam as contradicções internas dessa consciencia que estheticamente se expressa. O que importa é a tal unidade vital da consciencia do artista creador. O idioma, que elle usou, pode facilitar ou dificultar o accesso ás suas receitas de vida. Mas se estas são efficientes, se o drama descobriu refêgos novos da alma do homem e dos seus desespêros, não ha lingua sufficientemente hermetica para nos vedar a chegada até esse thesouro de emoção. Hoje creio que obras como o *Exemplar vitae humanae*, de Uriel da Costa, e os *Dialoghi dell'amore*, de Leão Hebreu, devem ser incorporadas á historia da litteratura portuguesa, isto é, á historia da alma portuguesa e suas tribulações.

Na America este problema tem sua agudeza politica, porque os povos americanos desvelam-se para compôr uma historia litteraria colonial, dominada por sentimentos nativistas modernos, e em estabelecer fronteiras espirituaes com as velhas metropoles. O problema tem alli um sentido de separação moral. Mas na Europa deve ter um sentido unificador ou aglutinador de valores, que de uma patria e de um espirito nacional receberam a promoção inicial. Se a palavra modelou um pensamento e uma sensibilidade, achou nelles tendencias prévias, fixadas por uma distante columna de antepassados.

No estudo das epopêas este problema previo da nacionalidade litteraria é muito importante, mas tambem pode receber dellas mesmas sua direcção. Se os poemas epicos visam a expressar o sentimento de patria, através da celebração de feitos heroicos a esta vinculados, são elles que indicam por seu proprio espirito as fronteiras de historia litteraria, em que devem ser incorporados. Esta é a primeira forma da importancia do problema, a qual respeita á historia litteraria *in stricto sensu*.

Se taes poemas se confinam nesse sentimento de patria local, ás vezes restrictamente e até odientamente familiar, a alta critica interpretativa nada duradouro e universal pode

teratura é a expressão artistica d'um espirito nacional numa lingua nacional". (Pag. 17). Numa edição Brasileira, de São Paulo, 1943, este livro está junto com *As duas Hespanhas*, formando o n.º 9 da *Bibliotheca do Espirito Moderno*, serie azul ou philosophica, sob o titulo geral de *Hespanha (Uma philosophia da sua historia e da sua litteratura)*.

apontar e valorisar nelles para o patrimonio humano. Enraizar-se na patria, para servir a humanidade nalguma gradação da sua experiencia, será o escôpo de uma epopêa de sentido universal. Esta a segunda forma da importancia do problema, que será tambem um esboço de criterio de avaliação.

Todos os historiadores da litteratura italiana consideram as obras latinas de Giovanni Pontano e Angelo Poliziano, porque estes poetas e humanistas serviram decisivamente a causa da formação da consciencia litteraria nacional da Italia e o fizeram com espirito de universalidade, sem quebra da direcção aberta por Dante (V. principalmente Michele Scherillo, *Le Origini e lo svolgimento della Letteratura Italiana*, vol. II, sobre o humanismo, Pontano e Poliziano, Milano, 1926).

CAPITULO TERCEIRO

CONCEITO E GENESE DA EPOPEA

O problema mais antigo da sciencia da litteratura é este: definir o conceito de epopêa e reconstituir a sua génese. Pode-se dizer que a philologia classica, em suas origens, foi predominantemente homérica, porque os poemas homericos eram os monumentos litterarios mais antigos a que se podia applicar. Naturalmente essa philologia ou essa critica homérica principiou em forma empirica e superficial: entender os textos e da impressão da leitura delles chegar a definir um conceito de epopêa. Esse conceito era então muito proximo do da historia considerada como cyclo lendario de força exhortiva ou educativa. Extrahir da analyse intrinseca os caracteres da sua composição litteraria ou, como se disse depois, as regras do genero — foi uma phase mais adiantada. Nisto se gastaram seculos, não continuos, mas seculos de reflexão.

Na antiguidade hellenica os poemas homericos occuparam grande lugar. Os gregos formavam-se dentro daquelle ambiente heroico pintado ou archivado pelos aedos. Aprendia-se a ler, a raciocinar e a viver, pelos textos homericos ou segundo os exemplos dos heroes da *Iliada* e da *Odyseea*. D'aqui haver uma didactica homérica, uma sophistica homérica, uma ethica homérica e uma politica homérica. Os velhos gregos faziam daquelles poemas o que os christãos fizeram da Biblia, os modernos hespanhoes do *Quijote* e os modernos ingleses do theatro de Shakespeare: codigo de receitas de vida. Os historiadores da philologia classica reproduzem o famoso vaso de Duris, do seculo V antes de Christo, em cujo bôjo se vê um menino a aprender a ler pela *Iliada*; e os historiadores da philosophia registram nos seus annaes a analyse dos caracteres e dos discursos dos heroes homericos pelos primeiros sophistas, entre elles Hippias.

Aristoteles foi o verdadeiro fundador da theoria da litteratura, embora uma theoria quasi circumscripita ao theatro tragico. Reagia contra o desdem de Platão pela poesia, pela comedia e pela tragedia, pela “theatrocracia atheniense”, desdem confessado em dialogos de profundo espirito poetico e em forma dialogal ou em eschema dramatico. A *Poetica* de Aristoteles fez lei durante seculos. Talvez o longo tra-

balho dos exegetas e glosadores seja explicavel pela concisão da obra. Era necessario extrahir as suas conclusões implicitas e deduzir dos principios affirmados novas ideas (6).

E' nesta *Poetica* de Aristoteles, impressa pela primeira vez em 1536, que se encontra expresso o primeiro conceito de epopéa, naturalmente baseado nos poemas homericos, mas por methodo negativo: mostrando em quê não era tragedia o poema epico. Expondo a sua magistral theoria da tragedia, Aristoteles fez notar que tudo ou quasi tudo que dizia daquella nobre forma de arte era applicavel ao nobre poema epico — “nobres”, porque imitavam só altas personagens humanas e pelo seu lado melhor. Mais tarde surgirão com relevo na attenção publica formas litterarias novas, sem essas características e sem essa velha tradição; não serão “generos ignobeis” ou não nobres, serão apenas os “generos menores”, naquella designação, que tanto scandalisa alguns criticos modernos. Coisa peor fez Daniel Mornet, quando na sua *Histoire Générale de la Littérature Française* creou a categoria de “écrivains secondaires”.

Para definir a epopéa, bastaria applicar-lhe a theoria da tragedia e apontar-lhe as diferenças: empregar um só metro, ser pura narração, ser muito mais extensa, não ter coro e não empregar a decoração ou scenographia. Ambos os generos se affastavam da historiographia, porque em vez de imitar o estrictamente verdadeiro e as acções particulares, imitavam só o verosimil e o geral. Por isso, era a Poesia “mais grave e mais moral que a Historia” (Cap. IX). Esta idea da imitação das acções humanas como processo intrínseco da arte e est'outra da distincção entre verdade historica ou real e verdade artistica foram conquistas definitivas da esthetica, feitas pelo genio de Aristoteles.

Vezes varias, theorisando sobre a tragedia, o philosopho allude a Homero com devoção commovida: Homero é o uni-

(6) — Aristoteles, escrevendo no seculo IV A. C. e sendo o primeiro a fazer uma analyse profunda da estructura esthetica da tragedia, disse coisas ainda não ditas, por não observadas, e não coisas que todos sabiam entre os athenienses, por estarem á vista delles, por exemplo o fundo religioso da tragedia e a função moral e civica das ficções homericas. Devemos, pois, louvá-lo por essas coisas novas que disse, ainda quando discutiveis, e não censurá-lo pelo que não disse e veiu a ser capital para nós, homens do seculo XX. Nesta attitude negativa de censura mal humorada se collocou o Prof. Michel Berveiller no seu curso sobre *A Tradição Religiosa na Tragedia Grega, Eschylo-Sophocles*, São Paulo, Brasil, 1935, pags. 16-19.

co homem, que merece o nome de poeta (Cap. IV), é de todos o unico sabedor da arte da composição; quanto ao uso do maravilhoso, “foi quem melhor praticou essas agradaveis mentiras”; é mesmo “o divino Homero” (Cap. XXIV).

O entusiasmo de Aristoteles era muito maior por Homero que pelo genero litterario da epopêa. Do conhecimento dos typismos da sua estructura esthetica extrahia a conclusão da superioridade da tragedia. Por essa mesma conclusão cerra a *Poetica*, — o que nos faz suspeitar de certo proposito polemico de defeza da tragedia contra os seus adversarios.

A narrativa historica é integral e a narrativa epica circunscreve-se a uma só acção, una, perfeita e acabada, com principio, meio e fim. Dos poemas homericos apenas se extrahiria argumento para uma tragedia, quando muito para duas. Como a tragedia, a epopêa poderia classificar-se em “simples”, “implexa”, “moral”, e “pathetica”. Mas o facto é que, segundo o texto aristotelico, nem esta classificação era exactamente a que antes nos dá da tragedia (“implexa”, “pathetica”, “moral” e “infernall”), nem nos precisa muito bem a peculiaridade de cada especie. Apenas exemplifica: a *Iliada* é uma epopêa simples e pathetica; e a *Odyssea* é implexa e moral.

Fixa o verso preferivel para expressar movimento e acção, e recommenda que o auctor appareça o menos possivel e deixe as personagens actuar livremente, segundo o seu character. Isto era, em linguagem moderna, promover a separação entre a attitude heroica do espirito e a sua attitude lyrica; queria a epopêa só epica.

E como a acção épica é imaginada pelo auditor ou leitor de um texto, como não é reproduzida ao vivo, segundo é na tragedia, ha maior lugar para o maravilhoso; tudo que ultrapasse os limites da razão, é muito proprio para produzir admiración. Era este sentimento de admiración o escôpo que Aristoteles parecia attribuir á epopêa, contrapondo-o ao terror e á compaixão, fitos da tragedia como vias purgativas de tendencias malignas da alma. Era a “catharsis”.

O gôsto do maravilhoso é talvez innato ao homem, como o impulso da imitação, cujo realismo compensa aquelle em certa medida. E a prova está em que, ao narrar qualquer acção, todos accrescentam sempre alguma coisa á verdade, para que mais agradem aos que os escutam. E faz a proposito esta observação sagacissima sobre o falso raciocinio, que está por detraz da acceitação desse maravilhoso: “. . . e é propriamente um paralogismo, porque — como todos os ho-

mens estão naturalmente persuadidos de que, quando uma tal coisa é ou se faz, uma tal outra acontece — assim facilmente se lhes faz crer que, se a ultima é, a primeira é também, consequentemente. Mas além de que esta ultima, que se dá por verdadeira, é muitas vezes falsa, a primeira também o é muitas vezes. Com effeito, de que uma tal coisa é, segue-se sempre necessariamente que a outra seja, mas porque nós estamos persuadidos da verdade da ultima, concluimos falsamente que a primeira também é verdadeira”. (Pag. 408-409 da edição commentada por Dacier, Paris, 1692).

Igual penetração se ostenta nos conselhos sobre a escolha do thema epico: “O Poeta deva antes escolher as coisas impossiveis, comtanto que sejam verosimeis, em vez das possiveis, que são incriveis com toda a sua possibilidade” (*Ibidem*, pag. 409).

Tudo mais se refere ao methodo da critica judicativa, outra direcção do espirito, que em Aristoteles tem um glorioso patriarcha. Essas ideas são applicadas a Homero e visam a defendê-lo de juizos coevos, como os de Zoilo. E fecha também com um juizo: a tragedia era um genero poetico mais perfeito que o poema epico, porque attingia mais completamente todos os seus fins, tinha tudo que se encontrava na epopêa e tinha a mais a musica e a decoraçào, que contribuiam para augmentar o prazer dos espectadores e lh’o tornar mais sensivel, praticando “a evidencia da acção”; era menos extensa e attingia mais depressa o fim da sua imitação. Ora o que é mais condensado toca-nos mais vivamente do que uma coisa diffusa e enfraquecida pela duração. E a sua unidade era sempre mais perfeita do que a do poema, onde era entrecortada por fabulas varias ou episodios ou incidentes — um dos encantos e um dos riscos da composição de uma epopêa.

Tudo isto nos mostra que Aristoteles, sendo mais devoto de Homero que da epopêa, como genero litterario, e tendo-nos dado apenas os caracteres intrinsecos da epopêa que a apartavam da tragedia ou uma theoria negativa, limitou-se ao problema do conceito e não abeirou o da gênese ou nunca lhe passou pela cabeça que esta pudesse ser alguma coisa mais que a livre inspiração do poeta. Não duvidou nunca da auctoria pessoal de um poeta unico, chamado Homero. As suas francas preferencias iam para a tragedia.

A critica homerica alarga-se na escola de Alexandria, já no seculo IV A. C.; são os famosos escolios, que naturalmente se confinaram ao texto, a explicá-lo, a fixá-lo e a to-

má-lo para ponto de partida de disquisições philologicas, assim linguisticas como estylisticas. A leitura dos poemas homericos já nesse tempo não era coisa facil por causa da tendencia archaisante do seu conteúdo. Os historiadores da philologia classica, tanto os grandes mestres como os auctores de manuaes, Gow e Reinach, Sandys, Laurand e Kroll, apontam os seguintes nomes de auctores dos escolios alexandrinos: Zenodoto, Dídimo, Nicanor, Callimaco, Eratosthenes, Aristophanes de Byzancio, Aristarcho de Samothracia e Herodiano. Terá sido Zenodoto o ordenador da materia dos dois poemas em 24 cantos.

O archaismo dos poemas homericos era duplo; era archaica a sua materia em relação ao poeta e este era igualmente archaico em relação á fixação escripta dos poemas. A erudição tem conseguido discernir muitos elementos de composição pre-homericos. Esse descobrimento limita a força inventiva do poeta individual, mas não a sua força unificadora. (V. Rhys Carpenter, *Fiction, Saga and Romance in the Greek Epic*, Berkeley, 1947). Nesses tempos ninguem duvidava da existencia pessoal do poeta, embora se discutisse o lugar do seu nascimento; do que se duvidou foi da auctoria da *Odyssea*, considerada muito inferior à *Iliada*. E' o movimento chamado dos *corizontes* ou dos que separavam as duas obras, attribuindo cada uma a seu poeta. Depois formou-se a opinião de que a *Odyssea* seria tambem de Homero, mas já dos annos da velhice. E formou-se ainda a tradição de que os poemas não haviam sido logo escriptos, que antes haviam largamente circulado na tradição e que só o esclarecido tyranno Pisistrato, de Athenas, os havia mandado escrever.

Isto foi, pouco mais, pouco menos, o que a Antiguidade nos legou sobre este velho problema da sciencia da litteratura — conceito e genese da epopêa: muita coisa boa sobre o conceito e nada sobre a génese, tal como ella se nos levanta modernamente no espirito. Mas fez coisa superior a tudo isso: conservar-nos e explicar-nos esses prístinos textos. São de proveniencia alexandrina os textos manuscritos conservados em Veneza, sobre os quaes se fundou a *editio princeps* de Ferrara, 1488, preparada pelo humanista Chalcondilas de Athenas. Foi tambem a Antiguidade que ordenou guias para os poetas posteriores, que desejassem compôr novos poemas épicos; foram as varias preceptivas latinas, das quaes a mais diffundida, a *Epistola ad Pisones*, de Horacio, se tornou rival da *Poetica* de Aristoteles, pelas suas condições de vulgarisação amena.

A discussão critica renasce na Italia do seculo XV, em plena febre humanistica. Para ler e bem entender os mestres da Antiguidade era necessario um corpo de ideas theoreticas ou guiadoras. O Humanismo não era só curiosidade entusiastica pela cultura dos antigos e pelos problemas humanos, já não theologicos, por elles resolvidos; era tambem uma disposição nova dos espiritos ou uma receptividade nova do gôsto para comprehender e justipreciar o que ha muito se conhecia e não se ponderava em toda a sua riqueza e magia espiritual. A epopêa voltou á barra da discussão e nessa velha forma aristotelica e horaciana: definir a essencia do poema epico e aprender a imitar Homero para compor novos poemas heroicos. Vem a ser todo o movimento de criação epica, iniciado na primeira metade do seculo XV com *Astianatte*, de Maffeo Vegio, não querendo remontar a Petrarca, redescobridor de Homero, até á *Jesusalem Libertada*, de Torquato Tasso, em 1575, que foi considerada pelo publico e pela critica um ponto de chegada, após tantos esforços de criação e de aclaração doutrinaria. Antonio Belloni dá-nos uma pormenorizada e magistral historia de ambos os movimentos na sua obra, *Il Poema Epico e Mitologico*. Do movimento de criação original a *Africa*, de Petrarca, seria o mais remoto ascendente, já italiano; e do movimento critico, forjador de theorias e juizos, os pontos de partida seriam a primeira traducção latina da *Poetica*, de Aristoteles, por Giorgio Valla em 1498, e a imitação da *Arte Poetica*, de Horacio, por Marco Girolamo Vida, em 1527. Como na criação poetica, nesta elaboração theoretica o ponto de chegada seria tambem Torquato Tasso, que além do fulgurante exemplo pratico da sua *Jesusalem Libertada*, ordenou um corpo de doutrina nos seus *Discorsi dell'arte poetica*, em 1587. A Italia foi então a patria da critica litteraria e da esthetica theoretica, muito antes que Baumgarten inventasse a palavra, e foi o pharol guiador das novas litteraturas românicas no escôpo de recuperar a belleza antiga pela via imitativa. Os homens da Renascença fechavam com severidade tal os olhos ao reconhecimento da originalidade litteraria da Edade Média que nem quando della herdavam lhe agradeciam a herança. Do montão de poemas com que os italianos se esforçavam por chegar á epopêa regular ou de typo homerico, sobreviveram precisamente os que elaboravam materia historica e lendaria medieval: a *Theseida*, de Boccaccio, 1341, que fixou o metro heroico, a oitava rima ou oitava real; *Morgante*, de Pulci, 1483; *Orlando Amorofo*, de Boiardo, 1495; e *Orlando Furioso*, de Ariosto, concluido em

1532. Todos estes poemas elaboram temas das lendas cavalleirescas da Edade Média, mas não tiveram poder para dirigir a attenção critica para essa fermentação epica dos seculos gothicos ou barbaros — segundo a estimativa do homem cultivado do seculo XVI.

Porém, os poemas italianos que vieram a predominar como reconhecidos modelos, na Renascença e depois na Contra-Reforma, foram respectivamente o de Ariosto e o de Torquato Tasso, ambos pela vibrante imaginação creadora dos poetas, cavalleiresca, phantastica e amoral a do primeiro, religiosa e nobremente dirigida a intuitos ethicos a do segundo. Nenhum delles, força é reconhecê-lo, é uma epopêa nacional ou humana, porque nem a Italia era então uma nacionalidade unificada por ideaes conductores, nem os temas dos poetas foram chamamentos escutados pelo seu povo, nem encerravam significado humano. As aventuras phantasticas de Orlando e Ruggero evocavam um mundo extincto em que o espirito critico do homem renascentista já não cria; e os heroismos da reconquista de Jerusalem e os lyrismos a ella associados pelo poeta, “os encantos de Armida”, perderam todo o sentido de realidade historica decisiva ou determinante, á vista de factos que o proprio Tasso testemunhou: as cruzadas do Oriente foram um fracasso; os turcos não sómente conservaram os Lugares Santos, mas ousaram atacar a Europa vezes varias até á batalha de Lepanto, nas vespersas do apparecimento da *Jerusalem Libertada*. Esta batalha, com a grande resonancia que teve, é que absorveu o possivel sentido de transcendencia bellico-religiosa que já não poderia deter a distante libertação de Jerusalem. O que deslumbrou o publico ledor do seculo XVI foi o character artistico, a mestria da expressão litteraria dos dois poetas que levaram a virtuosidade verbal a alturas desconhecidas, só comparaveis aos novos descobrimentos nas artes plasticas de Rafael, Vinci e Cellini. A epopêa da Renascença não a escreveram os italianos. E a critica italiana jamais o affirmou, como tambem nunca mostrou considerar que na elaboração de uma epopêa houvesse outro factor, que não fosse a individualidade do poeta ou a força da sua inspiração.

O objectivo dessa critica era sempre constituir uma theoria guiadora dos modernos poetas epicos e seus leitores, isto é, que ensinasse a compôr poemas e a julgá-los. Nem uma só vez se levantou o problema da génese da epopêa, como forma litteraria de inspiração collectiva.

Com o pre-romantismo allemão é que se entrou em phase de maior penetração e de mais scientifica realidade. Não sómente se renovou o problema da poesia homerica, tambem se foi considerar outros momentos da elaboração epica.

A experiencia historica dos homens alargára-se com alguns seculos intensos; e o pendor medievalista e popularista dos românticos levou-os ao reconhecimento da realidade e belleza da litteratura anonyma ou popular e da força creadora dos seculos medievaes. Outra vez a discussão de Homero conduziu a conquistas de alcance. Do simples conceito ou definição da epopêa, por mais que o aprofundassem e illuminassem os criticos da Antiguidade e da Renascença, nunca se chegaria a saber alguma coisa da sua genese. Inversamente, qualquer nova theoria ou novo dado real sobre a genese envolveria logo uma solução para o problema do conceito.

O viajante irlandês Robert Wood, traçando um quadro comparativo do estado antigo e do actual de Troia, ajuntou um *Essay on the Original Genius of Homer*, de que fez em 1767 uma edição estranhamente limitada: sete exemplares. Mas logo em 1769 se publicou sem nome uma edição augmentada de tal ensaio, que depois fez sua carreira, através de traducções. Wood e G. F. Wolf, auctor dos *Prolegomena ad Homerum*, de 1795, este já sob a influencia tambem da recém-descoberta poesia epica medieval, sem esquecer Ossian, o verdadeiro e o falsificado por Macpherson, põem pela primeira vez o problema da genese dos poemas homericos nesta forma: Homero seria anterior á invenção da escripta, que data do seculo VI; até essa altura os dois poemas teriam circulado oralmente, nos cantos dos aedos ou rhapsodos ou poetas ambulantes. Por consequencia, uma composição tão extensa como a *Iliada* não podia ser obra de um só poeta, havia de ser uma compilação de muitas composições breves, coordenada, mas sem deixar de soffrer de contradicções internas; e esta compilação só fôra recolhida por escripto no tempo de Pisistrato, na segunda metade do seculo VI.

A respeito de Homero talvez nenhuma corrente critica possa ainda celebrar o seu ganho de causa: a opinião da auctoria individual e unica de Homero e a opinião romantica da auctoria collectiva pre-homerica têm fieis obstinados nos dias de hoje. A razão será que todo o material documentar se reduz, nessa discussão, á analyse intrínseca dos poemas, á sua unidade ou carencia de unidade, faltando como faltam textos mais antigos e rastos escriptos de aedos anteriores.

Antes da *Iliada* e da *Odyssea*, não ha senão conjecturas. Os trinta e três “hymnos homericos” e os dezasete “epigrammas homericos”, mencionados nas historias litterarias, nada têm com Homero senão o espirito épico dos primeiros e o seu nexo com a acção dos grandes poemas; os hymnos são seguramente muito posteriores á *Odyssea* e os epigrammas serão antigos, muito antigos, mas são tambem de origem desconhecida.

Tambem a theoria da historicidade de Homero e da sua exclusiva auctoria se compõe de conjecturas. Num manual corrente, Georg Finsler apresenta sua theoria deductiva da formação gradual dos poemas, a dentro da sensibilidade imaginativa de um só poeta, chamado Homero, natural de Smyrna, não cégo, que teria concluido a *Iliada* pelo anno de 700 A. C. Esta poeta haveria assim elaborado e remodelado, dentro de uma unidade e de um fito artistico, materiaes pre-existentes. E’ a tendencia moderna da erudição: harmonisar a doutrina da auctoria collectiva dos romanticsos e a doutrina realista da auctoria individual. Já se verá que esse dado recebe vigor novo dos casos posteriores de fermentação epica.

O sentido da realidade só entrou na discussão desse problema, quando a critica abriu os olhos á documentação poetica da Edade Média. A historia só se faz com documentos; e, em ultima analyse, este problema da génese da epopêa era um problema historico: pretendia-se saber como decorrêra certa coisa que de facto se déra e que deixára seus rastos escriptos.

Todavia a critica homerica, se não resolveu definitivamente o seu proprio problema, abriu caminho novo aos romanistas para esclarecer e, a meu juizo resolver, o problema das epopêas medievas, a que entretanto tinham chegado, por influencia de Wood, Herder e Wolf. Mas o que é verdadeiramente picante nesta discussão é que a luz fez-se por meio da confusão, a que uma falsa analogia dos casos modernos com o dos poemas homericos levára. Foi a reacção contra essa confusão da analogia homerica o caminho direito para a verdade. Só quando esse caso homerico foi deixado aos hellenistas, o caso dos *Nibelungen* aos germanistas, o caso das epopêas francesas aos romanistas, o caso do *Romancero* hespanhol aos hispanistas, se começou a ver claro no intrincado problema. Herder com a generalisação da sua doutrina do anonymato popularista e Karl Lachmann (1793-1851) com a applicação das ideas de Wolf ás epopêas

germanicas é que são os responsaveis principaes dessa confusão. O homem que mais contribuiu para desfazer os enganos da falsa analogia historica e que reduziu essa discussão dialectica e deductiva a um rigoroso problema historico foi Joseph Bédier numa obra de incomparavel erudição, ainda que seu pouco dispersiva e até difusa, porque é o relatório circunstanciado da investigação applicada a cada velho texto francês. Valerá sempre como exemplificação methodica essa grande obra: *Les Légendes Épiques, recherches sur la formation des chansons de geste*, Paris, 1908 bis, 1912 e 1913, 4 vols. com o respeitavel total de 1865 paginas. Tambem lá se contém uma recapitulação da historia do problema, á qual recorro para este meu memento.

Herder, em 1778, em *Die Stimmen der Völker*, traducções de poemas populares de nacionalidades varias, apresentava o que elle chamava fragmentos de *Iliadas* não hellenicis, tão antigos como a voz humana... Jacob Grimm affirmava que sempre que se remontasse aos tempos primitivos se havia de encontrar a alliança da poesia com a historia na epopêa, mais do que alliança, uma identidade perfeita. A fermentação epica era inseparavel da constituição ou consolidação da consciência nacional. Carlos Magno, o Cid, os heroes dos *Nibelungen* tinham sido personagens historicas. A epopêa assimilava a essencia da realidade historica de cada povo; e esse typo de realidade desfigurada era tudo que um povo havia vivido, quer de facto, quer de espirito, quer ainda em sonho. E' necessario não tomar a verdade epica no sentido estreito e escolastico da palavra, advertiam esses velhos tratadistas... A forma primitiva dos *Nibelungen* fôra o canto ou a romanza. Todo aquelle que se sentia poeta, cantava os heroes da sua nação e, cedendo a uma necessidade interior, obedecia a uma cadencia e a algumas normas formaes. Assim se formára o canto, o rythmo e a rima e toda a poesia popular, depois reunida num vasto conjuncto. A poesia nacional allemã fôra transmittida assim, oralmente, mas no seculo XII ou no XIII, ao generalisar-se a escripta, fôra sendo fixada com as mudanças ou alterações contrahidas através de muitos seculos.

Em resumo: antes dos longos poemas epicos, *Epische Dichtungen*, existiam os cantos epicos breves, os *lieder*; e antes destes vogava a materia lendaria em estado fluctuante.

A discussão veio a concentrar-se em torno da poesia epica francesa, pelo menos foi dahi que ella irradiou para os paises latinos. Da corrente germanista derivou-se uma corrente

francesista e desta outra hispanista, todas provindas a distancia do caso homérico, não o esqueçamos.

Claude Fauriel foi o eloquente paladino desta theoria popularista e collectiva, organisando com ideas allemãs um systema bem travado e attractivo que fez sua epocha. A applicação da theoria de Wolf ás canções de gesta era de Uhland, que a expusera em 1812, no seu estudo *Über das altfranzösische Epos*. A outra idea das analogias entre as epopêas primitivas para proclamar a identidade profunda da sua natureza ou a obediencia a leis geraes do genero era de Wilhelm Grimm, que assim a enunciara em 1829: “Quer provenham da antiguidade grega ou indiana, quer do velho passado dos germanos, dos celtas, dos slavos, quer dos seculos christãos das nações romanicas, os poemas heroicos das diversas nações distinguem-se seguramente uns dos outros por grandes differenças de fundo e de forma, mas nem por isso se reconhece menos que um mesmo espirito circula em todos elles, os apparenta e nos permite verificar a identidade da sua natureza (*Die Heldensage*, pag. 344 da 2.^a ed.)”.

Uma outra idea do systema de Fauriel, a da distincção entre poesia popular ou primitiva e poesia cultivada, era muito do ambiente da epocha. Traduziam-na expressões como *Naturpoesie*, *Kunstpoesie*, *Volksepik*, *Kunstdichtung*. Karl Rosenkranz, contemporaneo de Fauriel e discipulo de Hegel, ensinava-as em Halle.

Entretanto havia-se revelado uma outra antiguidade poetica, extra-classica, a das velhas balladas christãs, cuja recolha começára em 1756 com Paul Henri Mallet e em 1765 com o Bispo Percy, e logo repercutiu de modo tal com Macpherson que se tornou factor de um novo gôsto, o do preromantismo. As velhas epicas escocesa, inglesa, celtica e germanica formavam um mundo poetico novo, abundante de textos, como nunca haviam esperado os criticos homericos.

Fauriel é quem primeiro aproveita esse vasto material documentar e lhes adapta as ideas allemãs. Com elle, a discussão entra no mundo latino, em torno da poesia epica francesa, da *Chanson de Roland* principalmente. Daunou, nome bem lembrado na historia da pedagogia revolucionaria, dá o primeiro passo, quando em 1824, sob a influencia das ideas de Mme. Stael em *De l'Allemagne*, se esforça por articular os romances franceses do seculo XIII aos usos e interesses do tempo. A epocha das canções de gesta seria o reinado de

Luiz o Gordo (V. *Histoire Littéraire de la France*, pags. 172-3 do 6.º vol).

Finalmente Fauriel, no seu famoso curso de 1830-1831, responde a Daunou, ainda que sem o nomear, nestes precisos termos que visavam a recuar de alguns seculos a elaboração desses poemas: “Se se quiz dizer que foi unicamente e expressamente com a intenção de favorecer as cruzadas que foram inventados e compostos os romances em que se cantavam as antigas guerras dos christãos da Gallia com os musulmanos d’além Pyreneus, disse-se uma coisa que é igualmente contra a verosimilhança e contra a verdade. E’ impossivel conceber a existencia desses romances, se os supposmos bruscamente inventados e por assim dizer em todas as suas peças, três ou quatro seculos depois dos acontecimentos aos quaes elles se referem. Não os podemos conceber senão como a expressão de uma tradição viva e continua desses mesmos acontecimentos; se no seculo XII o fio dessas tradições tivesse sido quebrado, teria sido impossivel reata-lo e prender-lhe a fé e o interesse popular. Esse fio não foi quebrado e os romances do seculo XII, em que se trata de guerras anteriores dos christãos com os Arabes de Hespanha, prendem-se a outras producções poeticas sobre o mesmo assumpto, algumas das quaes remontam ao começo do seculo IX”. (V. *Revue des Deux Mondes*, Paris, 1832, pag. 540 do vol. VII e a *Histoire de la Poésie Provençale*, Paris, 1846, pag. 262 do vol. 2.º).

Applicando a sua theoria á *Chanson de Roland*, Fauriel sentenceava: “A famosa derrota de Roncesvalles deixou na imaginação das populações da Gallia, impressões de que a poesia se apoderou bem cedo. A principio sobre esse thema não houve mais do que simples cantos populares: encontram-se ainda mais tarde lendas nas quaes esses cantos foram ligados por novas ficções, e, por fim, verdadeiras epopêas, em que todos esses cantos primitivos e estas ultimas ficções são desenvolvidas, refundidas, arredondadas, com mais ou menos imaginação e arte, por vezes alteradas e estragadas” (V. *Hist. de la Poésie Prov.*, pag. 257 do vol. 2.º).

Esta concepção de Fauriel tinha tambem por base um raciocinio analogico: em 1824, elle mesmo publicára uma collecção de *Chants populaires de la Grèce*. Estava na moda a Grecia, na moda das attenções publicas e até dos themes de odes em louvor da liberdade, como mais tarde a Polonia: a sua lucta pela independencia contra os turcos despertava enthusiasmos. O cerco de Missolonghi, em que morrera Lord Byron, e a batalha de Navarin renovavam as proezas

dos velhos heroes homericos e dos velhos adversarios dos medos e persas. Aquella collecção de cantos populares continha cantos sobre os feitos dos Klephtas ou Armatolios contra as tropas da Sublime Porta; e esses cantos de materia contemporanea viva eram obra de poetas cegos e mendicantes, espalhados por toda a Grecia, que repetiam a situação dos velhos rhapsodos com uma coincidência impressionante. Fauriel facilmente generalisava por analogia — uma analogia em que tão falso era um termo como o outro: a collecção de cantos klephticos seria a verdadeira historia da Grecia depois da conquista turca e seria tambem a verdadeira *Iliada* da Grecia moderna.

Deste caso contemporaneo concluia para o passado longinquo: para os poemas homericos, sobre os heroes da guerra de Troia, e para as canções de gesta sobre Carlos Magno e Roland.

Em 1836 começou Fauriel a generalisar a sua theoria, que era já uma generalisação analogica da de Wolf, a todas as epopêas conhecidas: aos romances de cavallarias, emquanto não prosificados; aos poemas da velha India, *Ramayana* e *Mahabharata*, aos cantos servios, ao *Romancero* hespanhol, ao *Schah-marneh* dos persas.

Na origem, dizia elle, formam-se cantos breves, sob a emoção directa dos acontecimentos mais impressionantes, cantos consagrados a factos isolados. Taes cantos não são fixados pela escripta; os cantadores profissionaes e ambulantes vendem-nos pelas portas e pelos caminhos, como bufarinheiros. Passam assim, por simples transmissão oral, de uma geração a outra. Chega por fim um dia, em que os coordenadores os escrevem, combinam e desenvolvem em vastos corpos de romances. A *Iliada* e a *Odysea* eram os dois mais antigos exemplos; os *Nibelungen* formavam um terceiro exemplo, como reunião e arranjo de vinte canções primitivas distinctas; vinham depois as epopêas da Persia e da India. Na maior parte dos casos tinhamos os longos poemas, que a escripta fixara, mas já não possuíamos os cantos curtos e isolados, de que elles haviam provindo. Inversamente, nos casos dos cantos servios e dos cantos gregos modernos, só possuíamos esses cantos isolados ou elementares; o desenvolvimento estava a meio caminho. E havia ainda outros casos, em que possuíamos os cantos elementares e as epopêas finaes: os cantos caledonios, que haviam conduzido aos poemas ossianicos, os romances hespanhoes, que haviam conduzido aos cantares de gesta.

Segundo Fauriel — e tudo isto é o systema de ideas de Fauriel — a epopêa era a reunião ou a fusão, num todo regular, de cantos populares ou nacionaes muito antigos, compostos separadamente, em diversos tempos e por diversos auctores. Isto era por elle verificado em todas as litteraturas. E quanto á francesa, tambem as canções de gesta obedeciam a esta doutrina, tambem haviam sido primitivamente “expressão directa e obrigada da natureza” — affirmava com linguagem muito similhante á de Herder.

Deste modo haveria sempre dois graus de poesia: um original, espontaneo, popular na substancia e na forma; outro escripto, estudado, erudito e artificial. Esta construcção demonstrativa de Fauriel, de origem germanica, circulou livremente em França e nos paizes que della recebiam a orientação destes estudos, até 1865, data em que surge outro mestre em campo com novas ideas: Gaston Paris, com a sua *Histoire Poétique de Charlemagne*. Era agora a phase da theoria das “cantilenas”, que á primeira vista parece um regresso ou uma renovação das ideas de Wolf e Grimm.

A mestiçagem de raças produz sempre uma exaltada fermentação espiritual — era o postulado inicial de Gaston Paris. Em França, essa mestiçagem entre latinos e germanos operar-se-hia pelo seculo VII. E’ então que o povo toma consciencia da sua individualidade e que nasce a epopêa, como entusiastica affirmação do espirito de nacionalidade e em forma apaixonada e fragmentaria: as “cantilenas”. Mas um dia chega em que os cantos nacionaes, com a sua primitiva forma, haviam perdido o interesse do publico e até o seu sentido; vogavam isolados, sem um vinculo ou uma idea commum. Então os jograes, naturalmente, reúnem esses cantos, articulam-nos a um centro, animam-nos com uma idea geral, que não estava clara em todos. E assim nasce a epopêa (V. *Histoire Poétique*, pag. 12).

Em França este phenomeno ter-se-hia dado no seculo X, mas elaborando “cantilenas” já dos seculos VII ao X, contemporaneas dos acontecimentos que celebravam. No fim do seculo X a producção cessava e a epopêa apoderava-se dellas e com essa absorpção fazia-as desapparecer completamente. No fim do seculo immediato, a epopêa está inteiramente constituida e é cantada por todo o norte da França. Os auctores epicos são jograes, poetas e cantores ambulantes, que succedem aos guerreiros das edades precedentes, aos guerreiros que tinham sido os primeiros cantores dos cantos por elles proprios compostos.

Segue-se a decadencia. Ao entusiasmo da epocha das “cantilenas” succedêra a sinceridade da epocha das epopêas; porém esta depressa degenera em phantasia. As canções de gesta perdem o seu sentido primitivo para se tornarem naquillo em que se tornam todos os poemas nacionaes, quando sobrevivem á sociedade que os produziu: narrativas em que só se procura distracção, que só interessam pela noticia dos acontecimentos, narrativas de entretenimento que fazem concorrência ao prazer popular das velhas historias de outra proveniencia. Tal transformação déra-se em França a partir da segunda metade do seculo XII e é então que a phantasia intervem na composição desses poemas, que deixam de ser verdadeiras epopêas.

Não é difficil verificar a existencia de uma continuidade de pensamento desde os theoricos allemães até Gaston Paris, mas acompanhada de elementos novos: Gaston Paris já não acceitava a espontanea creação collectiva — coisa aliás bem ardua de explicar e nunca explicada por Herder; attribuia os cantos primitivos a auctores individuaes, guerreiros ou jograes; já não localisava a creação poetica nas edades primitivas, muito vagamente, como vozes prístinas dos povos; concretisava datas — do seculo VII ao X a epocha das “cantilenas”; do X ao XII a das epopêas. Isto era um progresso na discussão do intrincado problema.

A theoria das “cantilenas” de Gaston Paris vigorou vinte annos, durou até á nova theoria apresentada por Pio Rajna em sua obra, *Origini dell'Epopee Francese*, Florença, 1884. Era agora a theoria inverosimil do bilingüismo, que procurava resolver a difficuldade da transformação dos poemas de lingua germanica em poemas de lingua francesa. Segundo essa nova hypothese, quando os francos desaprenderam a sua lingua para fallar romance, tiveram por certo um periodo de bilingüismo. Durante elle, os poetas que destinavam os seus cantos á côrte dos principes e senhores franceses, dirigindo-se a duas classes de população, a aristocracia germanica e a massa romana, tiveram de usar alternadamente os dois idiomas. Umaz vezes traduziam em romance os cantos germanicos redigidos por elles ou recebidos da tradição, outras vezes compo-los-hiam logo em romance. A ligação destes hypotheticos poemas da epocha bilingüe do seculo VII ou VIII com os romances do seculo XII, os que realmente possuímos, era explicada por Pio Rajna por três processos:

1.º — por meio da demonstração de coincidencias entre as narrações fabulosas dos velhos chronistas, como Gregorio

de Tours e Fredegario, e os textos das canções de gesta, com seus espontaneos desabamentos de paredes, suas embaixadas insolentes, suas epopêas nupciaes, etc.;

2.º — pelo caminho opposto: encontrar nas canções de gesta personagens e episodios das narrativas merovingias;

3.º — pela approximação de coincidencias de motivos e episodios da acção entre as canções de gesta e os poemas heroicos da velha Allemanha, taes como os raptos de creanças por animaes ferozes, os sonhos propheticos, os feitiçeiros ladrões, os gigantes, os anões, as fadas encantadoras, etc. Taes coincidencias provavam a Pio Rajna a communiidade de origem germanica. Mas sendo de proveniencia germanica, essas longas canções de gesta não cabiam nas velhas e breves “cantilenas” de Gaston Paris. E onde paravam taes “cantilenas”, breves ou extensas, simples esbôços ou poemas já perfeitamente construidos? Attribuir a existencia de longos poemas epicos aos tempos merovingios e acceitar a existencia das “cantilenas” era no dizer de Pio Rajna “fazer nascer duas vezes a epopêa”. A conclusão foi, naturalmente, negar a realidade das “cantilenas” e até da propria designação.

Todos os tratadistas se fundavam em textos, datas e bom senso critico, mas as suas conclusões eram diversissimas. Assim, a respeito da *Chanson de Roland*, uns affirmavam que em 778 haviam nascido os cantos epo-lyricos, ordenados no seculo X em extensas canções de gesta; outros que já nesse anno de 778 haviam sido compostas canções de gesta sobre Roland, porque nesse tempo já a poesia epica florescia e o primeiro poema sobre Roland tinha sido logo uma canção de gesta e não algum dos taes cantos epo-lyricos elementares; e ainda outros, como Paul Meyer, que o thema soffrera sómente uma longa elaboração oral, desde 778 ao seculo XI, epocha em que foram compostos os primeiros poemas escriptos.

O Prof. Joseph Bédier achou uma quarta solução, por meio do estudo comparado dos textos e da relação das variantes delles com os territorios em que circulavam, com os interesses economicos e religiosos locais, e tambem pela rigorosa identificação historica de todos os dados concretos nelles contidos: a lenda de Roland formara-se primeiro no estado de lenda local no proprio sitio de Roncesvalles e nas igrejas dos caminhos que passavam por Roncesvalles; essa lenda vegetou obscuramente nesses lugares até que lhe déram relevo os poemas compostos só no seculo XI.

Estudando, um a um, todos os cyclos epicos da Edade Media francesa, Bédier conclue que as canções de gesta nasceram todas entre o seculo XI e o XII, que foram compostas por gente erudita, do clero naturalmente, sem longas elaborações oraes, sem prévios cyclos de cantos breves, sem nenhuma cooperação do tempo e da collectividade das epochas distantes de Carlos Magno e Clovis na formação do texto. Era a morte da theoria do anonymato popularista, da espontaneidade collectiva e da origem germanica nas florestas mysteriosas ou mythisadas poeticamente. E essa revolucionaria conclusão derivava-se do methodo realista e materialista adoptado: em lugar de partir de uma theoria geral applicada a obras tão distantes no tempo e tão diversas na indole, como são todas as epopêas conhecidas na historia litteraria, Bédier estudava só a epica francesa e fazia-o de maneira historica e realista: a quem aproveitavam aquelles cantos epicos e aquellas exaltadas referencias panegyricas a personagens reaes e a lugares concretos, como santuarios, peregrinações, feiras e grandes festas religiosas? Todo aquelle capital poetico escripto se formara no seculo XI, isto é, principiava a germinar precisamente quando as theorias já davam como a caminho de esgotamento a imaginação epica francesa. Em vez de estudar conjecturalmente hypotheticos modelos nunca vistos, Bédier concentrava a sua analyse percuciente nos textos que de facto existem e que antes eram incompreensivelmente desdenhados pela critica.

Para comprehender integramente esses textos do seculo XI, Bédier interrogou o mundo historico, politico e religioso da edade contemporanea delles e não remontou em sonhos á floresta primitiva. E assim mostrou que a Igreja, com sua superior cultura, seus interesses e sua acção social, é que fôra o meio creador das canções de gesta, como o fôra da poesia lyrica e dos mysterios dramaticos. A epica francesa articulava-se indissolvelmente á vida religiosa, politica e economica da epocha das cruzadas da Terra Santa e da peninsula iberica, e até ás rivalidades de mosteiros e romarias, cada qual com seu patrono dilecto e suas devoções privativas, em volta de tumulos monumentaes ou de sagradas reliquias, e da recordação de grandes benemerencias e de impressionantes milagres. S. Diniz, Aix-la-Chapelle, Sant'Iago de Compostela, S. Pedro de Roma, e todas as grandes igrejas e mosteiros desses longos caminhos estavam ligadas á elaboração erudita, bem reflectida e calculada desses poemas.

O monotheismo christão, matando a turba-multa de deidades pagãs, que envolviam os homens em todos os seus actos e movimentos, entristeceu os povos, porque lhes estancou a imaginação. Mas, ao crear a infinidade dos santos, deu-lhes um succedâneo compensador, porque a imaginação pôde trabalhar intensamente na elaboração de uma immensa hagiographia. E esta hagiographia em latinidade foi um patrimonio commum dos povos christãos da Edade Média, uma pequena adivinhação do anhêlo moderno da litteratura universal; e, quando passou a romance, constituiu o alicerce ou fundamento da prosa litteraria das linguas romanicas — em Portugal com os traductores alcobacenses. E em França, quando as Vidas de Santos se alargaram em historias poeticas dos heroes das cruzadas ou dos santos militares, produziu as canções de gesta, nos seus três grandes cyclos, na velha classificação de Bertrand de Bar-sur-Aube: o do Rei ou de Carlos Magno, a que pertence o mais antigo e mais bello desses poemas, a *Chanson de Roland*; o de Garin de Monglane, o mais rico; e o de Doon de Moguncia, que teve por centro de crystallisação a Abbadia de Saint Riquieu em Ponthieu. Cada cyclo tem sua articulação directa a uma fieira de sanctuarios, formando rota de peregrinação religiosa, e glosa a vida e os feitos de personagens historicas ou lendarias, que eram como genios locaes; e todos praticam um estylo narrativo e um systema de versificação, que se derivam fielmente da estrutura esthetica das Vidas de Santos e que attestam uma intencional collaboração entre clérigos e jograes. O rigor da Igreja Catholica contra os jograes cessava, quando elles se deixavam dirigir por esta collaboração de alargamento e embellezamento da hagiographia em romance para a canção de gesta.

Eram as canções de gesta que offereciam agora o premio da immortalidade e da gloria aos heroes e martyres. O que elles mais temem, nas grandes horas da sua vida de combates e soffrimentos, é que se lhes venha a consagrar alguma canção adversa:

Male chançon n'en deit estre cantee
(Verso 1466 da *Chanson de Roland*, edição Bédier).

Este phenomeno da transformação das Vidas de Santos em canções de gesta ou balladas épicas dá-se no seculo XI, a partir do segundo quartel, no seculo mais poderosamente creador da França e de todo o mundo medievo. E as complicadas theorias da distante origem popular collectiva e

germanica foram-se para sempre, como nuvens ou sonhos. Assim tiveram os povos uma segunda mythologia accessoria do monotheismo christão, depois um complexo de apologias de paladinos da fé e obreiros da historia, e em breve os primeiros esbôços de enquadramento ou arrumação historio-graphica. E deste modo se foi formando uma cultura guia-dora até ao Renascimento.

O caminho palmilhado por Bédier, munido de um saber inexcedível e de uma critica segura, foi tão extenso e fati-gante como seria o tracto dessas proprias romarias, mas a sua conclusão ou o seu ponto de chegada produz-nos uma sensação de allivio e desannuviamento do horizonte. Liber-tou-nos de brumas espessas, através das quaes só se podia circular com a ajuda da imaginação e de arbitrio em arbitrio, á procura de uns textos que nunca ninguem vira e a esta-belecer approximações deductivas. Esta conclusão de Bé-dier será de puro materialismo historico applicado á littera-tura, mas está de accôrdo com o nosso sentido realista ou o nosso conhecimento dos tempos presentes, que não são menos complicados que os do seculo XI, e não contradiz as explicações de outros phenomenos litterarios já deslindados, como o lyrismo e o theatro.

Tambem em Hespanha a theoria da germanicidade e da creação anonyma soffreu grande golpe com os estudos pro-fundos de Menéndez Pidal, que levaram á conclusão inversa: a epica de lingua castelhana será originariamente e castiça-mente hespanhola e primeiro terão nascido os longos poemas epicos de auctoria individual e erudita, e depois é que se teria dado, na memoria e nas preferencias do publico ou-vinte, a decomposição dos textos em romances parcellares, que chegaram até nós na tradição oral ou na primeira fixa-ção escripta, após a entrada da typographia na peninsula. Agora as sobrevivencias epicas, na maior parte dos casos, eram de sentido oposto ás da epica francesa, segundo as ve-lhas theorias: o que tinha chegado até nós era o conjuncto dos canto breves, não os longos poemas (7).

(7) — V. Menéndez Pidal, *L'Épopée castillane à travers la littérature espagnole, traduction de H. Mérimée, avec une préface d'Ernest Mérimé*, Paris, 1910, XXVI — 306 pags; *El Romancero — Teorias e investigaciones*, Madrid, s.d. (1927), 229 pags; e os varios estudos recopilados nos volumes I e II das *Obras de R. Menéndez Pidal*, sob os titulos de *La Leyenda de los Infantes de Lara*, Madrid, 1934, XVI — 490 pags. e *Historia y Epopeya*, Madrid, 1934, 308 pags.

O *Cantar de Mio Cid*, do meado do seculo XI, seria o apogeu do genero. Antes d'elle vogavam canções de themas barbaros de odio e vingança e traição. Esse apogeu, que alarga o horizonte da epopêa hespanhola e como a humanisa, durará até ao seculo XV, já com recebimento de themas epicos franceses. Depois é que sobrevem a fragmentação em romances ou o regresso á forma oral. Esta fragmentação final e a absorpção da phase inicial pela historiographia chronistica seriam peculiaridades castelhanas.

Por aqui se vê o ganho que foi para a erudição o methodo de Bédier e de Menéndez Pidal: discutir cada problema separadamente a dentro das suas fronteiras proprias. O das epopêas homericas no mundo hellenico, onde realmente ellas já eram de materia archaica no tempo do florescimento de Athenas; o das epopêas germanicas na Alemanha, onde a erudição continua a considerá-las muito anteriores á redacção dos textos que se conservam; o das canções de gesta francesas em França, onde são hoje datadas do seculo XI e XII; e o dos romances hespanhoes, onde uma corrente critica os tem por mais modernos que os poemas de longo fôlego do seculo XII.

O processo creativo e evolutivo da epica hespanhola, segundo a concepção de Menéndez Pidal, foi bem recapitulado por Camillo Guerrieri Croceti em *L'Epica spagnuola*, Milão, 1944, 553 pags., que é uma anthologia critica traduzida. Lêr sobretudo a introdução, pags. 5-87. — Acêrca do lugar que a epopêa culta e popular, e o estylo epico da vida occuparam na mente hespanhola, deve-se lêr a obra magistral de Americo Castro, *España en su historia — Cristianos, moros y judios*, Buenos Aires, 709 pags. Procurar no *Indice de Temas* as paginas respectivas.

- Como era de esperar, a theoria de Menéndez Pidal tem seus oppositores. Já me referi a alguns delles em *Pyrene*, cap. VI sobre os contrastes essenciaes entre as litteraturas portuguesa e hespanhola. Devêra então haver mencionado outro auctor, intransigentemente adversario do theor de relações que Menéndez Pidal estabelece entre os longos cantares epicos e os breves romances de posterior tradição oral: Julio Cejador, *El Cantar de Mio Cid y la Epopeya Castellana*, New York-Paris, 1920, 310 pags, separata do vol. 49.º da *Revue Hispanique*. As discrepancias do Prof. Leo Spitzer, confessadas na *Nueva Revista de Filologia Hispánica*, Mexico, 1948, n.º 2, pags. 105-117, referem-se principalmente á historicidade do conteúdo de *Mio Cid* (*Sobre el carácter histórico del Cantar de Mio Cid*), e á sua significação hispanica e humana. Menéndez Pidal respondeu na mesma revista, n.º 2 de 1949, pags. 115-129, com o artigo *Poesía e historia en el "Mio Cid"* — *El problema de la epica española*, artigo em que recorda e condensa velhas ideas da sua concepção.

À primeira vista parece que o desenvolvimento da epica francesa, levado a cabo por Bédier, com o qual não concorda Menéndez Pidal, prejudica a idea da criação previa da materia. Tal não succede, porém, porque a materia continua a ter a idade que tinha, quando se lhe pode reconhecer alguma authenticidade historica, e porque entre os successos authenticaveis e a sua versão poetica do seculo XI ha um longo caminho de desfiguração — desfiguração que não seria acatada, se ella fosse toda do auctor individual dos textos que possuímos. Esta approximação da epica francesa será uma peculiaridade daquelle ambiente historico. Devemos respeitá-la, porque a forja epica funcionou em cada clima com sua forma episodica.

Convem reparar em que as peculiaridades de cada fóco de criação epica respeitam umas vezes á carreira de um thema ou ao processo formativo de uma grande obra, como no caso hellenico e no germanico, e outras vezes referem-se á evolução total do genero litterario e ás suas derivações, como no caso hespanhol e no caso francês. Este particularismo das peculiaridades dos varios fócos torna muito difficil qualquer generalisação das conquistas apuradas, mas não dispensa nunca a elaboração collectiva anterior, a cooperação emocional e valorativa do meio que produziu os successos e ha-de receber a obra.

Cada caso tem de ser visto na sua singularidade historica.

Pois é este methodo que me permitto applicar ao caso portuguez, que não é o da origem de uma epica medieval, mas o da origem de uma epica renascentista, erudita e de authentica auctoría individual. Como a formação da epopêa portuguesa é assim muito mais próxima de nós, permite-nos adentrar-nos melhor na materia, na sua medulla. Ha em todas as explicações da genese das varias epopêas um factor real que não pode ser esquecido: seja qual seja a sua data provavel, sempre a materia dessa poesia é archaica em relação ao trabalho formal, quero dizer, verifica-se sem duvida um desaccôrdo chronologico entre o fundo e a forma: o fundo é velho e está desfigurado lendariamente, a forma é moderna e é de invenção individual. Portanto, no estudo da genese das epopêas temos de considerar não somente os dados historicos proporcionados pela analyse dos textos modernos, mas tambem passar ao dominio psychologico primitivo, á elaboração desfiguradora, que estava feita de todo ou em parte no momento em que um poeta individual de amplo fôlego ordena o seu poema. Temos de recorrer ao

estado dos espiritos da epocha da redacção da epopêa ou da constituição da sua materia, aos conceitos de valor, aos mythos guiadores, aos ideaes verdadeiros ou falsos, que se haviam crystallisado antes do advento do poeta epico. E' esta crystallisação lendaria que proporciona ao poeta epico um mundo heroico já formado heterogeneamente ou inorganicamente, mas com força sufficiente para se impor como paisagem moral ou concepção geral da vida de um povo e dos seus planos de acção do proximo passado e do proximo futuro. E' claro que fallo de epopêa no velho sentido de poema com vibração patriotica e sua communhão civica, obra de pensamento politico, em que se glorifica um passado bem vivo na memoria e no orgulho de todos.

Ora este fundo psychologico de character colectivo só se patenteia claro nos casos modernos de vibração epica ou heroica, dos quaes apenas estudarei o português. Ainda que se trate de um phenomeno de psychologia collectiva que muitas vezes se tem verificado e já tem sido até systematisado no que Axel Olrik chamou "leis epicas" e Van Gennep verificações de pormenor ou processuaes (8), só concentrarei a attenção no aspecto singular, concreto, historicamente português do caso, com seus rastos visiveis ou probatorios.

A viagem maritima para a India fôra o sonho nacional desde a segunda epocha das navegações de descobrimento, senão logo desde o infante D. Henrique. A elle se subordinou toda a actividade geographica dos portugueses; por mar e por terra, pelo oriente e pelo occidente, elles só visavam chegar á India. A legislação, a politica interna e externa, a idealisação artistica e litteraria, a disquisição scientifica eram de certo modo dominadas por esse pensamento ambicioso e depois ufano, que chegou a penetrar nos devocionarios.

E quando Vasco da Gama chega a Calicut, ligando assim os dois hemispherios moraes da terra, o mundo deslum-

(8) — Estas leis epicas de Axel Olrik só as conheço da rapida discussão, que dellas faz A. Van Gennep no seu livro muito conhecido, *La formation des légendes*, Paris, 1910, pags. 287-290. Tambem Van Gennep declara have-las conhecido pelo resumo de J. Bolte e pela revista *Nordisk Tidskrift*, de 1908. — Anatole France deixou-nos uma graciosa caricatura do processo de formação das lendas em *Putois*. Conta alli como se originou um mytho local em Saint Omer, partindo de uma pequena mentira com que sua mãe se quiz libertar de um convite importuno. No dialogo recordatorio entre M. Bergeret e sua irmã Zoé, estão presentes os elementos de invenção individual e de acceitação acritica pelo ambiente, seguida do crescimento na imaginação collectiva (*V. Crainquebille, Putois, Riquet et plusieurs autres récits profitables*).

bra-se com a façanha, porque ella transformava as suas mais enraizadas noções geographicas, a physionomia economica do mundo, a sua imagem physica, a sua expressão linguistica e até a esthetica do paladar, com a entrada das especiarias e dos excitantes orientaes na circulação universal. Essa viagem impressionou muito mais a opinião do que a chegada de Colombo ao Novo Mundo e a propria circumnavegação de Magalhães e El Cano. Assim o recorda Franz Hümmerich, especialista dos descobrimentos geographicos: “A descoberta do caminho maritimo para a India foi considerada pelos contemporaneos mais importante que a descoberta da America”.

Depois, essa procura da India, com as suas extraordinarias consequencias de expansão maritima e colonial, e as suas façanhas de conquista e fundação dum imperio naval e mercantil por um punhado de heroes, tornou-se um mytho ou antes um cyclo de mythos, melhor ainda, de valores mythicos, os quaes fluctuaram luminosamente negaceadores e sem governo nas imaginações durante largos decennios. Os portuguezes dos seculos XV e XVI levantaram a vida humana a maior altura, déram-lhe novas perspectivas e interesses, ~~fizeram no campo da accção navegadora e guerreira o que no campo da arte fizeram os Italianos. Esses homens~~ multimodos, navegantes e guerreiros, politicos e poetas, geographos e chronistas, aventureiros e apóstolos, constituem um momento insigne na historia da personalidade. Esta aportação psychologica é a novidade que mais ha-de estimar a critica futura, uma critica em profundidade, como exercida por algum Proust da historiographia. As gentes deslumbraram-se e os portuguezes, com a sua imaginação escandecida, crescendo subitamente a proporções antes desconhecidas, entraram num estado de ufanía que mythisou essas façanhas e creou a atmospherá da epopéa.

Como a designação “mytho” vae occorrer muitas vezes neste livro, sobretudo no capitulo presente e no de abertura da Parte II, opportuno será delimitá-la, declarando o que ella não significa para mim — pois a minha accepção patentear-se-ha com a propria leitura das minhas reflexões. O que ella não é para mim é, precisamente, o que ella é para os ethnologos: ~~uma narrativa de character cultural, que tem por fundo um facto de repetição rythmica, de entre os offerecidos pelo espectáculo da natureza, narrativa vazia de alguma concreta singularidade episodica ou historica.~~ Lapidariamente, recorda o Prof. Miguel de Ferdinandy: “Os mythos... têm por thema tudo aquillo que, sendo humano, não

cahe no ambito da historicidade do Homem” (V. *Anales de Arqueologia y Etnologia*, Universidade de Cuyo, vol. VIII, pag. 184). Ao invéz, os meus mythos heroicos partem da realidade historica e attestam a collaboraçãõ memorial e emocional collectiva exercida sobre o que é singular até ao prodigio de superaçaõ do homem pelo homem. O mytho dos ethnologos funda-se na regularidade da constancia do seu conteúdo; estes mythos heroicos, de que vou fallar longamente, fundam-se na unicidade dos successos. A formaçaõ gradual de taes mythos é que nos compõe a ambiencia lendaria — “lendaria “digo por falta de palavra mais appropriada.

Essa ambiencia de creaçaõ lendaria era acompanhada dos sentimentos de espera e de busca dum novo Homero, que viesse completar a obra, coordenando esse novo cyclo de materias já sufficientemente envelhecidas ou distanciadadas na imaginaçaõ collectiva, mas conservadas tambem por essa mesma velhice fresca de lenda. Na secçaõ immediata aponto numerosos indices ou signaes da existencia dessa atmosphaera lendaria ou heroicamente deformadora e interpretadora, que chegou a expressar-se nalguns lugares comuns e a estabelecer uma contradicçaõ interna no quinhentismo portuguez, originalidade não pequena. Não foi muito difficil essa enumeraçaõ. O que seria arduo era o trabalho de inventariar os rastos poeticos dessa previa recreaçãõ collectiva da materia da epopêa: lais, canções, hymnos, lendas, romances, narrativas e conceitos populares. E será isso possivel nalgum caso? Os romantics longamente dissertaram sobre essa concorrência de poemas primitivos para o fóco de condensaçaõ do poeta, mas nunca puderam reconstituir esse processo de coordenaçaõ.

O que o poeta epico funde é materia lendaria, deformações heroicas, não textos, como um rhapsodo musical que habilmente se dá ao trabalho de serzir modinhas populares. O processo do cyclo mythico da India ou das navegações, circumscripito a uma aristocracia de personalidade e de pensamento, e sem deixar de ser estimulado por um serviço de propaganda official, precipitou-se na sua marcha: do ambiente para o espirito do poeta, sem aquelle extenso percurso de elaboraçãõ poetica, de que fallavam os romantics e que Bédier supprimiu. Os *Lusíadas* são uma epopêa requintadamente erudita: condensa numa estructura classica valores lendarios nacionaes, que não ascenderam do povo anonymo como ingenuos motivos folcloricos, mas que se geraram numa zona espiritual superior, segundo os normaes processos das

lendas folclóricas: pela desproporção engrandecedora, pela atribuição de sentidos íntimos aos successos e pelo discernimento de caracter maravilhoso ou milagroso. São aquelles phenomenos, que os ethnographos designam de *megalosia*, *symbolosia*, *thaumatosia* e *archeosia*.

Estes barbarismos foram creados por Benigni para designar a constancia de factos que elle havia observado em muitos povos primitivos, no processo de transformação da realidade historica em lenda. A imaginação faz crescer a propria realidade, augmenta-a quantitativamente e dramaticamente, attribue aos actos das personagens historicas proporções de symbolos ou de representação de tal ou tal virtude heroica. Recua esse mundo historico desfigurado para tempos mais vagos e por isso mais susceptiveis de alteração e miraculisa-os ou converte-os em maravilhas sobrenaturaes, que excedem a normal condição humana. Entre as sociedades ou collectividades e os individuos de relevo pessoal ou os factos de excepção dá-se um choque ou um traumatismo psychologico. Ha acceitação, tolerancia, repulsa e endeusamento. Quando as duas sensibilidades estão de accôrdo, a collectiva e a individual, surgem estas deformações engrandecedoras, que fraguam o material das lendas. As lendas collectivas e os mythos historicos são um vinculo moral precioso, unem os povos a dentro da sua massa e separam-nos uns dos outros, como os idiomas. São de origem individual, perfilhados pela collectividade, e visam a um objectivo de individualisação. Estou fallando de lendas historicas do primeiro plano da acção social, de povo adulto. Só cria lendas diferenciadoras o povo que se quer individualisar ou singularisar. E Portugal nasceu desse esfôrço de se individualisar no conjunto do mundo hispanico ou ibérico. Foi a vontade de alguns chefes que fez uma nacionalidade da longinqua e pobre marca portucalense, cujo destino poderia ter sido, sem elles, projectar-se no massiço castelhano, obedecendo á força centripeta do nucleo central. Foi a vontade de alguns homens de rija têmpera que logo converteu em imperio o pequeno reino, que parecia fadado para a mediocridade e para a impotencia.

As façanhas e as riquezas derivadas dos caprichos heroicos desses homens exaltaram a imaginação collectiva, quando conseguiram conquistá-la. Os reis e o seu pessoal adjutorio collaboraram, fornecendo versões officiosas dos successos, para uso interno e externo, verdadeiros "slogans" de propaganda para condicionar certos impulsos reflexos, como

na moderna imprensa dirigida. Parece-me que houve menos sigillo nos descobrimentos do que versões officiosas dos factos. O sigillo era o de todas as empresas mercantis, em defeza de interesses cubiçados e ainda mal seguros; e era tambem omissão de certos aspectos delles, por não haverem adquirido cotação chronistica ou não serem considerados historiaveis. Nada terá variado mais que o conteúdo da historiographia, porque varia com a hierarchia dos valores da vida.

Em Portugal, os tempos heroicos são posteriores ao seculo das origens, justamente porque a criação da nacionalidade foi coisa puramente artificial — em que pese á moderna geographia nacionalista. A geographia, a raça e a religião não collaboraram. Houve um divorcio moral da massa castelhana e foi necessario procurar compensações para o que se perdia com esse desquite. Uma das perdas era o caudal folclorico. Os ethnographos poderão verificar, na constituição do caudal folclorico português, o processo descripto por Raoul de Rosières, com suas conhecidas leis. Houve um parallelismo nas origens lendarias, mas houve tambem transposições de lendas de uns heroes para outros, que a imaginação julgava mais dignos de as encabeçar; e houve ainda adaptações dessas lendas ao novo meio. A evolução das lendas do Encoberto e da Rainha Santa são, a esse respeito, muito elucidativas. E' que as lendas fazem parte da cultura indispensavel, são alimento espirital da collectividade, motivo de communhão. Essa communhão não a dá a historiographia scientifica, impossivel talvez.

As lendas historicas da Edade Media e as da India, precipitadas na sua fermentação pelo brusco accender da forja creadora, foram logo sustadas na sua marcha pela crystallisação — palavra com que Van Gennep e outros mestres designam a juxtaposição successiva dos themes em tórno de um nucleo original e simples. E essa crystallisação fê-la Camões, ao crear a expressão poetica desse mundo.

E' relativamente facil acompanhar esse processo de crystallisação, porque decorre em epocha proxima de nós. Em quasi todos os paizes ou, melhor, em quasi todos os typos de evolução politica e litteraria, a designação “tempos heroicos” é equivalente á de “tempos protohistoricos” da nacionalidade, isto é, tempos ou epocha de confusão gestatoria ou de forja das forças creadoras em violencia e crueldade. A formação das epopêas é contemporanea desse pe-

riodo heroico e é um dos reagentes que entram na sua composição. Exemplos: a velha Grecia, a velha Germania, a França cavalheiresca, a Hespanha da Reconquista. Em Portugal houve um deslocamento dos tempos heroicos: a nacionalidade forma-se com aparente rythmo sereno, um pouco de lucta com Leão e Castella, e com os mouros, depois a disputa com Roma e poucas reacções internas. A psychose heroica sobrevem no seculo XV-XVI, quando a nova dynastia confirmada com o sangue de Aljubarrota faz surgir uma forte consciencia nacional, organisa a expansão imperialista e suscita logo a appetencia de uma epopéa consagradora. Phenomeno um pouco semelhante se verifica em Roma, onde a elaboração litteraria das origens heroicas de Roma é coeva da republica imperial de Augusto e da sua ufanía dominadora. Virgilio antecipa o caso de Camões: elabora material historico novo em formas estheticas ensinadas pelos poemas homericos, só renovadas pelo pendor do seu estro. Apontaremos agora alguns dos passos dessa crystallisação lendaria no limiar da Renascença, neste recanto de desterro do extremo occidente da latini-dade.

PARTE SEGUNDA
A AMBIENCIA LENDARIA

CAPITULO PRIMEIRO

D. AFFONSO V E MESTRE MATHEUS PISANO

O advento de Affonso V ao throno é um passo avançado na assimilação do espirito da Renascença, no que elle significava de amor á cultura intellectual. Vêm para Portugal mestres estrangeiros, empapados de humanidades; e constitue-se a primeira bibliotheca secular de Portugal. Sousa Viterbo, á luz de documentos inéditos ou já publicados e por elle de novo recordados, deu-nos noticias concretas dessa curiosidade de Affonso V pelas coisas do espirito, no seu artigo *A cultura intellectual de D. Affonso V* (Pags. 256-268 do 2.º volume do *Archivo Historico Português*). Parece que essa livraria affonsina funcionava no proprio palacio real de Lisboa e que dispunha dum corpo de “escrivães de livros” ou calligraphos e de illuminadores, portugueses e estrangeiros. Tambem Affonso V protegeu o estabelecimento de commerciantes de livros em Portugal — consequencia immediata da invenção da arte typographica, introduzida no paiz durante o seu reinado (9). Foi musico

(9) — O primeiro livro impresso em Portugal foi o *Pentateuco*, em Faro, no anno de 1487, na officina de Samuel Gacon, mas a generalisação da nova technica de Gutenberg só se deu a partir de 1490, com a chegada de uma trindade illustre e inseparavel da história da cultura em Portugal: Valentim Fernandes, Nicolau da Saxonia e João Geherlinc. No fim do século XIX circulou uma noticia da entrada da typographia por Coimbra no ano de 1465, mas essa noticia, de origem allemã, não se pode documentar.

Vem a proposito perguntar: que lugar occupam as navegações e os descobrimentos na actividade bibliographica impressa dos portugueses dos seculos XV e XVI? Dos 24 incunabulos portugueses inventariados por A. J. Anselmo e Raul Proença nos *Annaes das Bibliothecas e Archivos*, Lisboa, vol. I, pags. 186-191, só um é relacionavel com as navegações: o *Almanach Perpetuum*, de Abraham Zacuto, Leiria, 1496. Entre outros, hypotheticos, figuram o *Repertorio dos tempos* e a *Carta a El-Rei D. João II*, de Jeronymo Monetarius. Das 1312 especies catalogadas pelos mesmos bibliothecarios na sua *Bibliographia das obras impressas em Portugal no seculo XVI*, 109 dizem respeito, parcial ou totalmente, aos descobrimentos e conquistas ultramarinas, predominando de modo

e fomentou os estudos theoricos da musica; ainda no tempo de D. João IV, outro soberano melophilo e, mais que isso, musicographo, se conservava um tratado de musica, de Tristão da Silva, que o compusera por ordem daquelle rei de Aviz. Protegeu as artes plasticas. Foi no seu tempo que floresceu Nuno Gonçalves, o maior dos pintores primitivos portuguezes. Para a constituição desta escola portuguesa de pintura haverá contribuido uma longa visita dum dos celebres mestres flamengos, Van Eyck, João, em 1428, como membro da embaixada de Philippe o Bom, Duque de Borgonha, que veio pedir a mão da Infanta D. Isabel, tia de Affonso V. Nuno Gonçalves foi estipendiado pelo soberano e pintou-lhe o retrato num dos seus tripticos. O proprio rei foi auctor dum estudo de astronomia, que Zacuto Lusitano, homem do officio, elogiou, e dum tratado de arte militar, segundo o testemunho de Diogo Barbosa Machado. Continuava assim a tradição litteraria de seu pae, seus tios e seu avô. Se essas obras apparecessem, D. Affonso V iria por direito enfileirar na pleiade illustre dos prosadores joanninos. (V. *Pyrene*, pag. 86 da edição portuguesa e 245 da brasileira).

Era um caracter fraco e sem grande sentido politico, mas herdára de seu pae os dotes intellectuaes e a gentileza do espirito. Escrevendo ao seu chronista-mór Zurara uma carta cordial, quasi fraterna, deixou prova impressionante dessa gentileza. Além da tendencia natural dos tempos, em que os valores da intelligencia dia a dia subiam na cotação publica, terá tido grande influencia nessa sua elevação mental a educação cuidada que lhe ministraram mestres de categoria: os dois italianos Matheus de Pisa e Estevam de Napoles e um Frei Gil, theologo portuguez. Não se sabe quem chamou aquelles italianos, se seu pae D. Duarte, se seu tio e regente, o Infante D. Pedro, ou se a sua iniciativa propria nisso teve alguma parte. Corrêa da Serra architectou a respeito de Mestre Matheus de Pisa ou Pisano uma explicação pouco verosimil. Tambem se não sabe que lhe hou-

esmagador os assumptos orientaes sobre os de Africa e America. Nessas 109 especies, o titulo mais repetido é o *Reperitorio dos tempos*, muitas vezes reimpresso. E' necessario recordar que durante muito tempo foi limitada pela razão de Estado a publicidade relativa às navegações e que numerosos trabalhos de auctores do seculo XVI permaneceram ineditos nesse seculo, alguns dos quaes só muito posteriormente se publicaram e outros se perderam de todo.

vessem elles ensinado. Mas pode-se conjecturar que só lhe fortaleceram o amor das letras classicas e os impulsos heroicos do character — porque a um delles, Matheus de Pisa, latinista consumado, e a Frei Justo Baldino, tambem oriundo do foco da Renascença, encarregou de pôr em latim a narrativa historica da conquista de Ceuta por seu avô e, ao que parece, tambem a das suas proprias conquistas africanas.

Principiava então, por influencia do contraste entre o esplendor das linguas antigas e a tósca inexperiencia das modernas, a nitida separação entre o trabalho da investigação historica e o da redacção litteraria, uma separação que faz lembrar a distancia moderna, que se abre entre as operações analyticas da historiographia e as suas operações syntheticas. Apurar os factos e apresentá-los escorreitamente era uma coisa; revesti-los do “dôce estylo novo”, á maneira classica, esmaltado de brilhantes metaphoras, eloquentes discursos, vibrantes dialogos e reflexões moraes, era coisa muito outra. Fazer e apurar o que se fizera sabiam-no os modernos, mas dar aos seus feitos o esplendor da belleza só a experiencia dos antigos, como a tinham recuperado os italianos; pedia uma virtuosidade da arte de escrever ainda não attingida neste pequeno recanto da peninsula. As galas da linguagem não valiam menos que as pesquisas archivisticas, se não valessem ainda mais. Era em germen aquelle conceito, que se torna um lugar commum do seculo immediato: Homero não era inferior a Achilles e a Ulysses. O culto da forma grandiloqua, segundo os oradores e historiadores antigos, principiava a renascer em Portugal. Mas além desta sublimação litteraria do trabalho historiographico, só confiada a acreditados artifices estranhos da ourivesaria litteraria latinisante, havia ainda a considerar outras coisas igualmente significativas: os feitos dos portuguezes em Africa, ao serviço da expansão da fé christã, eram tidos já como dignos de ser conhecidos no mundo vasto da lingua latina, então instrumento de comunicação universal; o rei, orgulhoso, queria divulgá-los por uma propaganda official. Nem as propagandas governativas são coisa nova! E então encommendou esse trabalho a Mestre Matheus Pisano, seu antigo professor e depois seu secretario, e a Frei Justo Baldino, que veio a ser bispo de Ceuta.

Do primeiro, que parece ter morrido antes de 21 de Junho de 1466, pois dessa data é a nomeação do seu successor João Affonso de Aguiar para o secretariado, do primeiro só resta a obra *De Bello Septensi*, que, a despeito desses

propositos de propaganda e das facilidades novas da imprensa, se extraviou sem chegar a ser publicada. A edição do Pe. Corrêa da Serra, de 1790, foi feita sobre uma copia, que tambem desapareceu depois. Essa obra é, ao mesmo tempo, uma condensação da materia da *Chronica da Tomada de Ceuta*, de Zurara, e uma amplificação litteraria ou formal, porque é mais descriptiva e dialogal, até um pouco novellada. Nem sempre lhe falta o elemento phantastico: nas vespèras da conquista, um sabio mouro, de longas barbas, prophetisa a queda de Ceuta ás mãos de D. João I e o dominio dos portuguezes em terras do norte de Africa; e um judeu adivinha, em quatro versiculos, o destino dos grandes preparativos secretos da expedição, ainda no momento em que o soberano systematicamente occultava os seus propositos, até ás embaixadas que a Lisboa vinham interrogá-lo, ansiosas.

Pelo mesmo motivo por que no seculo XVI a obra de Mestre Matheus de Pisa foi posta em latim, teve de ser posta em portuguez no seculo XX: para poder ser lida. Está primorosamente vertida ao vernaculo pelo Professor Roberto Corrêa Pinto e foi editada em 1915 pela Academia das Sciencias de Lisboa, entre as publicações commemorativas do quinto centenario daquella conquista.

O proposito engrandecedor da obra e o esboço do parallelo com as façanhas dos antigos apparecem logo nas linhas iniciaes:

“A uns aprouve escrever os feitos dos Gregos, a outros os dos Romanos e ainda a outros os de varios outros povos, procurando cada um com as forças de seu engenho illustrar ao mesmo tempo o seu e o alheio nome; como quem não quer consumir seus dias no torpôr da ociosidade ou pela vida transitar ignorado, — o que é só proprio dos animaes que não têm o dom da falla —. De iguaes sentimentos impellido, a mim me praz tambem pôr em escripto feitos dos portuguezes — feitos tamanhos que a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal povo.

Ha cêrca de quarenta e cinco annos já que os portuguezes se andam batendo, em recontros quasi diarios, com os Mouros, gente astuta e terrivelmente aguerrida, sem que jamais os tenha quebrantado gravame de despesas ou fadiga de trabalhos”.

E feito este breve louvor do espirito heroico e do amor da gloria dos portuguezes, entra na narração, que é muito mais explicativa quanto aos lugares geographicos do que o texto de Zurara, porque se dirigia a um publico estranho. Guardadas as proporções, a versão *De Bello Septensi* de Matheus de Pisa está para a *Chronica* de Zurara na mesma relação que *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jeronymo Osorio para a *Chronica* de Damião de Goes.

Do segundo propagandista ou de Fr. Justo Baldino nada resta. Mas sabe-se de fonte segura que a sua incumbencia era a mesma que a de Mestre Matheus: pôr em latim as chronicas dos feitos portuguezes em Africa, não só a tomada de Ceuta. Zurara, na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, diz que os descendentes do valoroso Conde devem ser muito gratos ao rei, porque não sómente mandou escrever seus feitos, mas tambem os fez traduzir em latim por Mestre Matheus Pisano — o que faz crer que Matheus houvesse escripto mais alguma coisa (Pag. 215 da ed. academica). E Damião de Goes, naquelle curioso capitulo de critica historiographica, o XXXVIII da 4.^a parte da *Chronica de D. Manuel*, em que se esforça por nos fazer ver “tão claro como o sol” que Fernão Lopes escreveu todas as chronicas reaes desde o Conde D. Henrique até D. Duarte, cita duas vezes a “dom Justo frade da Ordem de S. Domingos”. Na primeira attribúe a sua vinda da Italia á incumbencia regia de divulgar em lingua latina os feitos de D. Pedro de Menezes, Conde de Vianna, e de seu filho D. Duarte, governadores de Ceuta; “por esse respeito” se fixára em Ceuta, em cujo bispado fora provido. Na segunda vez, a citação está contida na transcrição parcial de uma carta de João Rodrigues de Sá de Menezes, alcaide-mór do Porto, e encerra a imputação da perda das “chronicas dos reis passados de Portugal”, que se encontravam em seu poder, quando elle morreu de peste em 1463, na villa de Almada. Guardava-as em seu poder, para as pôr em latim.

A liturgia e a musica religiosa tambem acudiram a celebrar os feitos de Affonso V em Marrocos: Barbosa Machado registrou o manuscripto de um officio divino de Mestre Alvaro — talvez o mestre de capella real, Alvaro Affonso — em louvor da conquista de Arzilla: *Vesperae Matut. & Laudes... de Victoria in Africa parta ad Arzillam*. Attribuia-lhe a data de 1471, anno daquella victoria, e dava-o como existente na Livraria de D. Pedro III.

Tudo isto indica não sómente uma grande consciencia historica no pequeno povo — a qual já estava presente na memoravel criação do cargo de chronista-mór do reino, alliado quasi sempre ao de guarda-mór da Torre do Tombo, — mas tambem annuncia uma ufanía heroica e um alvorecer do clima que ha-de crear o anhêlo da epopêa nacional.

CAPITULO SEGUNDO

OS DISCURSOS DOS EMBAIXADORES

Indices de ambiencia lendaria ou de prosapia heroica devem ser procurados mais na prosa fallada que na escripta — fallada ou escripta para ser antes recitada, escripta com o pensamento nos reflexos que ia accender noutros espiritos. Essa mesma convergencia da oratoria e da epopêa se dá no animo dos proprios heroes dos poemas epicos — os quaes não sómente fazem muito, mas tambem fallam muito para justificar os seus feitos. O heroismo classico é sempre nimbado de bellas palavras. Não o viu Aristoteles, ainda que já no seu tempo a eloquencia estivesse tão ligada á vida civica dos gregos como a tragedia. E nos poemas homericos todas as grandes figuras, Achilles e Ulysses, Agammemnon e Priamo, Heitor e Andromaca, são grandes falladores. O prestigio da palavra envolve de pathetico novo o heroismo e a dôr, que é o reverso d'elle. Até na caricatura do espirito heroico, no *Quijote*, o heroe manchego é tão valoroso como facundo. O illustre critico francês, Prof. Paul Van Tieghem, quando escreve de Vasco da Gama e do seu papel nos *Lusiadas* — “le héros parle plus qu'il n'agit” — esquece por um momento esse estreito parentesco espirital entre a eloquencia e o heroismo, nas velhas epopêas. O character affirmativo da eloquencia necessita do entusiasmo da ode; e esse entusiasmo só pode vir dum grande thema, engrandecido ainda por hyperboles de tom epico. Aquella concordancia perenne que na epopêa ha entre o poeta e o seu povo, ha tambem com raio mais curto na rhetorica, entre o orador e o seu occasional publico. Inversamente, as grandes façanhas só são vistas na sua dimensão epica, se as bellas, audaciosas e vibrantes palavras as illuminam em cheio e as desproporcionam ante a realidade quotidiana. O poeta para celebrar os heroes necessita de uma coragem de expressão tão grande como a coragem de accção daquelles.

Os heroes fallam muito, porque têm ideas claras sobre o que devem fazer e sobre os caminhos que os conduzem á gloria, seu principal amor. A sua oratoria tem ainda implicita ou embrechada outra forma litteraria, verdadeiramente um sub-genero: a sentença, reflexão moral conden-

sada em forma lapidar. Esta peculiaridade principia, entre os gregos, logo com o pae Homero, mesmo com toda a objectividade que lhe louva Aristoteles, e perdura através do theatro tragico. E' um caracter sentencioso typico da poesia grega, que já foi estudado por especialistas, por exemplo o Dr. T. Stickney em *Les Sentences dans la poésie grecque d'Homère à Euripide*, Paris, 1903. Deste modo, na epopêa, celebrava-se uma grande acção com grandes palavras e grandes pensamentos.

Imagine-se agora como se haveria de sentir essa convergencia da oratoria e da epopêa nas orações politicas sobre os proprios descobrimentos e conquistas do ultramar, declamadas pelos embaixadores portuguezes ante os papas. Roma era nesses decennios do Renascimento a caixa de resonancia mais appetecida para todo o esforço, porque só ella consagrava ante o mundo, como Paris no seculo XIX. Mais a mais, os embaixadores, que no periodo aureo dos descobrimentos os reis portuguezes mandavam a Roma, iam sempre numa disposição moral de reclamantes em rebeldia respeitosa ou implicito protesto contra a situação moral de menoridade, que Portugal soffreu, emquanto não encontrou outro fulcro para a sua autonomia politica fóra da tutela pontificia. Iam sollicitar appoios moraes e materiaes, privilegios e assistencia para os novos empreendimentos que alargavam a christandade e o poderio espiritual dos pontifices. Era uma reviravolta na politica romana do pequeno paiz. E para a justificar não havia outro fundamento ou outro processo que a allegação bem emphatica dos serviços prestados por Portugal á expansão da fé ou ao alargamento do reino de Christo. E então surge sempre o quadro do louvor em bocca propria, que era immodesto e suscitou suas reacções, mas era tambem desculpavel como expediente politico ou advocacia em causa sua. Sem meios nenhuns de efficiente publicidade e ainda sujeitas á razão de Estado, que tinha dellas uma versão official, essas fanças de navegação e conquista só eram conhecidas pelas noticias da espionagem dos povos rivaes e pelo seu quadro official de factos e valores, apresentado pelos reis, quando a occasião chegava. Os discursos dos embaixadores portuguezes a Roma comprehendiam a formula rhetorica desse quadro official, apresentado a uma luz de epopêa.

Perderam-se muitos delles e alguns estarão ainda esquecidos nos archivos pontificios. Esqueceu-se até o que seria o mais importante nesse conjuncto de auto-apologias, o da flamante embaixada a Leão X, a do elephante e do

leopardo, em 1514. Mas alguns que nos restam e se divulgaram ultimamente, chegam para attestar este clima epico.

O primeiro delles é o de Vasco Fernandes de Lucena, pronunciado em 11 de Dezembro de 1485, perante Innocencio VIII.

Este sujeito era um andaluz fallador, que parece ter vindo para Portugal em 1433, no reinado de D. Duarte. Seria ainda novo, porque a sua carreira oratoria estende-se até proximo do fim do seculo. Aqui se casou com uma dama nobre e teve grande valimento junto de D. Duarte, D. Affonso V e D. João II. Desempenhou muitos cargos politicos de importancia, entre elles os de chronista-mór do reino e de guarda-mór da Torre do Tombo, entre Gomes Eannes de Zurara e Ruy de Pina. Mas a sua vocação não era o trabalho silencioso entre as poeiras do archivo, nem a arte da palavra escripta; era o brilho das situações de relevo, as assembléias e as embaixadas com discursos e exito facil. Nada escreveu de materias historicas. Só traduziu e discursou. E entre as traducções têm tambem seu lugar as de discursos alheios. Antonio Caetano de Sousa conservou-nos alguns desses textos traduzidos e Barbosa Machado organisou um elencho delles. Não é, porém, seguro que não haja confusão entre homonymos.

Este Lucena andaluz discursou solemnemente a Eugenio IV em Bolonha, no anno de 1435, logo dois annos após a sua entrada em Portugal; discursou nas côrtes de Torres Novas, em 1438, em obediencia a Affonso V, recém-acclamado; discursou ante Nicolau V, em 1454, sobre os descobrimentos marítimos; discursou em 1456, ante Callixto III, sobre o mesmo thema; discursou em Alcacer do Sal, na assembléa da Ordem de Sant'Iago, provavelmente em 1470; discursou em 1481, nas côrtes de Évora, em obediencia a D. João II, recém-acclamado; discursou em 1485 em Roma, ante Innocencio VIII; discursou ainda em 1490, nas margens do rio Caia, na fronteira alemtejana, ao receber a noiva do Infante D. Affonso, aquelle que morreu desastrosamente na ribeira de Santarem. Causa surpresa ver um estrangeiro recém-chegado á côrte portuguesa e provindo da nação mais suspeita por suas constantes rivalidades na metropole e depois nos proprios emprehendimentos marítimos, conquistar tão promptamente, junto dos soberanos, um valimento tal que se torna um homem indispensavel. Tacto politico para se insinuar teria elle, sem duvida. Quem não verá em Lucena um lídimio antecessor de muitos aproveita-

dores modernos da actualidade, intellectuaes entre os politicos e politicos entre os intellectuaes?

A oração de obediencia, a Innocencio VIII, que Vasco Fernandes pronunciou em Roma, a 11 de Dezembro de 1485, como orador official da embaixada do “illustrissimo Rei de Portugal”, é já uma peça classica. Attesta o conhecimento dos mestres da eloquencia antiga. Pelo character intrinseco participa das duas especies tribunicias, que os preceptistas antigos designavam de “politica”, pois politico é o seu objectivo, e “epidictica” ou demonstrativa e panegyrica, pois celebrava jubilosamente coisas grandes. E’ uma oração de gala, a eloquencia pela eloquencia. Está construida segundo os canones classicos.

Não lhe faltam sequer o exaggero e a adulação, partes obrigadas dessa velha eloquencia. E é neste exaggero e nesta adulação que se contém o indice de ambiencia lendaria, que pretendo destacar. Foi recitada em latim e nesse idioma publicada nesse mesmo anno de 1485 e no de 1492, segundo se crê, pois a reimpressão não traz data. Só em 1936 sahiu em traducção portuguesa, feita pelo professor Basilio de Vasconcellos, a rogo de A. Fontoura da Costa, que a incluiu na sua brochura *As portas da India em 1484*.

Esta oração é, verdadeiramente, uma synthese interpretativa da historia de Portugal, porque a resume no que aos olhos do orador, do soberano e da opinião contemporanea parecia essencial, e porque lhe attribue um predominante sentido de evangelisação.

Parte da Reconquista aos mouros, entrados na peninsula com a traição do Conde Julião de Ceuta, e demora-se a louvar “epidicticamente” a accção de Affonso Henriques, sem esquecer a batalha de Ourique, já então tida como episodio decisivo nos primordios da monarchia. Foi alli que Jesus, em miraculosa appareição, sagrou a nascente nacionalidade; foi alli que se originou o escudo nacional; e foi tambem dalli que proveiu a legitimidade ao titulo de rei, que Affonso logo tomou. A versão da batalha, com seu milagre e tudo mais, é muito proxima da fixada por Camões no seu poema.

Dos primeiros reis, Vasco Fernandes só nomeia Affonso IV pela sua participação na victoria do Salado. Passa em claro as luctas intrapeninsulares pela independencia e chega à conquista de Ceuta por D. João I. O ephemero reinado de D. Duarte, mais intellectual que bellicoso, é recordado por motivo da expedição a Tanger e do martyrio do Infante D. Fernando. D Affonso V recebe louvores especiaes

pelas suas três expedições á Africa, seguidas de outras tantas conquistas. Então surge no espirito do orador aquelle thema de adôrno, que é de facto uma medida de valor e se ha-de tornar um lugar commum do orgulho patriotico até chegar ás estrophes camoneanas — o parallelo com as façanhas dos antigos: “...o que não sei se terá acontecido algum dia a qualquer dos generaes romanos ou dos antigos reis: a mim, confesso, por mais que pensasse, nenhum me occorreu”.

A novidade sensacional dos descobrimentos, o seu exotismo e a sua longinquidade apparecem em esbôço, com um acintoso abuso do adjectivo “novo”:

“Innumeros são os factos, Santissimo Padre, pelos quaes este rei bem mereceu da fé christã e da Igreja Romana: se fosse a enumerá-los um por um, eu iria mais longe do que é razoavel; por isso tocarei só dois, e muito ao de leve. O primeiro foi que, durante o seu reinado, começou a navegação para a Ethiopia por iniciativa de seu tio D. Henrique, de que já fallámos; o segundo será que, pela mesma epocha, foram descobertas pelos nossos, no Oceano Atlantico, dez ilhas, nem dos proprios geographos conhecidas, e todas foram colonisadas pelos portugueses. Nessas ilhas, tão povoadas já, o culto christão não tem menos brilho e respeito do que entre nós. E’ de justiça, portanto, affirmar que o glorioso rei D. Affonso não se limitou a honrar a sacratissima religião christã dentro das fronteiras que lhe foram legadas pelos seus maiores, mas novas provincias, novos reinos, novas ilhas, e como que novos e desconhecidos mundos, elle entregou ao nome christão, á Igreja Romana e a vós tambem, Santissimo Padre, e a vossos successores”.

Mas chegando a D. João II é que o orador levanta o seu tom grandiloquo. Passa ao largo da politica diplomatica e das dissensões internas e insiste sobre a materia dos descobrimentos maritimos e africanos, que este soberano despertara do marasmo, em que haviam cahido após a morte do Infante D. Henrique, e activara com orientação mais audaciosa que a do Infante:

“...voltar-me-hei para os seus notabilissimos servicos á fé de Christo e a todos os que têm o nome de christãos, explorando aquella Ethiopia, descoberta em tempo de seu pae, com tal habilidade que em quatro

annos, três meses e treze dias trouxe mais beneficios neste particular ao reino de Portugal e ao seu povo christão do que os que se alcançaram nos quarenta e dois annos anteriores, em que se começou a navegar esse mar.

*No meio dos Ethiopes, para além da região equino-
cial, num lugar da costa proximo das minas do ouro,
mandou construir, com muito trabalho e despeza, um cas-
tello bem fortificado, com baluartes e trincheiras, rodea-
do de palissada e fosso, castello feito de cal e pedras de
cantaria levadas de Portugal em navios. Por meio deste
castello estabeleceu um commercio tão santo, tão certo
e tão grande com aquelles gentios que o nome do Salva-
dor, por completo desconhecido delles até então, agora
se lhes tornou tão familiar com a frequencia dos nossos
que esses povos ferozes e barbaros, dados á luxuria e á
preguiça, sem caridade, sem sentimentos humanitarios e
que vivem como animaes, já começam a melhorar com
a religião.*

*Além disso, não só o povo christão enriquece com
a inaudita fartura de ouro e valiosas mercadorias trazi-
das de lá, como tambem cessou todo o commercio que
os Numidas, os Carthagineses, os Mauritanos e os outros
povos inimigos do nome christão tinham com os Ethio-
pes, e o muito ouro que obtinham com esse commercio,
que era feito por via terrestre, servia para armar e mu-
niciar toda a Africa contra os christãos.*

*A tudo isto accresce a esperanza bem fundada de
explorar o Golpho Arabico, onde reinos e povos que ha-
bitam a Asia, mal conhecidos de nós por noticias muito
incertas, praticam escrupulosamente, a fé santissima do
Salvador, dos quaes a dar credito a experimentados geo-
graphos, já a navegação portuguesa se encontra só a al-
guns dias de viagem. Effectivamente, descoberta já uma
parte enormissima da costa africana, chegaram os nos-
sos no anno passado até perto do Promontorio Prasso,
onde começa o golpho Arabico; foram explorados os rios,
praias e todos os portos que desde Lisboa, numa extensão
de mais de quarenta e cinco centenas de milhares de
passos, estão enumeradas com exactissima observação do
mar, das terras e dos astros. Do descobrimento e ex-
ploração dessas terras parece-me já estar a ver quantas
e quão grandes sommas de riquezas, honras e glórias
virão, tanto para o povo christão como principalmente
para vós, Santissimo Padre, para os vossos successores
e para esta Sé sacratissima de Pedro.*

Quem haverá que com toda a razão se não admire de que todas essas coisas tenham sido planeadas e executadas em tão pouco tempo por industria de um só rei, principalmente se considerar que é fora de duvida que as grandes empresas só costumam ser realisadas, ou só parecem poder sê-lo, por muitos e grandes principes em muito tempo e em varias epocas?!”

Sete annos depois subia ao solio pontificio aquelle escandaloso Rodrigo Borja, Alexandre VI de nefanda memoria. Cumpria mandar-lhe nova embaixada de obediencia. E D. João II expediu-lhe nada menos de três, porque a primeira foi compellida pela peste a voltar sem se desempenhar da sua missão; e a segunda soffreu um naufragio. Só a terceira, chefiada por D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta, levou a bom termo a sua incumbencia. Do discurso de D. Fernando de Almeida, publicado em Roma, 1493, e reproduzido na brochura de Fontoura da Costa, extracto um trecho de flagrante exemplificação desse orgulho patriotico na formula official da sua expressão:

“E’ elle na verdade aquelle Rei de fama universal que, descobrindo novos homens, augmentou o genero humano; que, juntando á terra novas e muitas ilhas longinquas, accrescentou o proprio mundo; que sob seus auspicios e augmentando a republica christã, tornou certas e de nós conhecidas essas terras que por completo ignoravamos; e que implantou a bandeira da cruz da nossa redempção para além de 48.000 estadios de distancia do seu reino, e aos barbaros crudelissimos que a desprezavam compelliu-os e ensinou-os a adorá-la e a ama-la. Tudo isto é bem conhecido”.

Estava então Portugal nas vespervas do descobrimento do caminho maritimo para a India. O grande vôo do orgulho nacional até alturas de embriaguez seria no reinado immediato e a maxima ostentação d'elle seria a embaixada de Tristão da Cunha a Leão X, onde tambem haveria discursos, por certo na mais estonteante clave heroica. A oratoria deveria corresponder á opulencia dos presentes e á transcendencia dos successos que se allegavam como bases das reclamações. Infelizmente não ha noticia da oração de Tristão da Cunha, heroe da India. Parece até que a oração official da embaixada teria sido pronunciada por Diogo Pacheco; pelo menos Ludwig Pastor, com conhecedor

dos archivos do Vaticano, falla da “rhetorica redundante” do discurso do jurisconsulto.

Este discurso de Diogo Pacheco foi publicado por William Roscoe a pag. 428 e segg. do tomo 2.^o da sua biographia de Leão X, sobre a base do proprio original, archivado na Bibliotheca Vaticana. Da obra de Roscoe o transcreveu o padre Francesco Cancellieri para a sua *Roma Lusitana*, que forma o 4.^o volume da collecção *Portogallo e Italia*, do Marquês de Faria, editado em Milão, 1926 (Pags. 76-82). Graças á bondade do meu querido amigo, Rev. Padre Athanasio de Almeida Silvano, S. J., posso utilizar uma elegante e fiel traducção dessa exuberante peça de oratoria prosaica. Por amavel mediação deste meu amigo, dois distintos professores do Seminario da Costa, Braga, vieram em auxilio do meu designio de acabar quanto antes esta encantada monographia: Padres Isidro Pereira e Antonio Freire, a quem devo rendidos agradecimentos.

Deixo o exordio adulatorio e a peroração politica do discurso, para me confinar no miolo delle, que é um farto recheio de louvor em bôcca propria. Havia um sophisma attenuador desta posição auto-encomiadora: quem tudo fazia era o rei, de modo que essas louvaminhas eram formas de lealdade monarchista e de grato reconhecimento de uma superioridade que estava fóra dos louvadores. Jamais eram nomeados os verdadeiros realisadores de taes coisas grandes. O que Diogo Pacheco diz no seu discurso devia corresponder com rigor á propaganda official dos successos, isto é, apresentá-los, como o rei queria que elles fossem vistos. Essa deverá ser a origem daquella dialectica esforçada de Pacheco, que offusca o aspecto mercantil, o negocio da pimenta, com o avultamento do aspecto religioso ou de catechese, — sempre com a mesma carencia do sentido das proporções.

Disse Diogo Pacheco em excellente latim e di-lo agora, na excellente traducção dos Padres Pereira e Freire, e na sua orthographia:

“Vimos dos ultimos confins de Portugal prestar reverência e culto a Vós, Vigário de Deus e Pontifice supremo da Religião cristã, único Pastor da Igreja romana e do rebanho do Senhor, e em Vós adorar a Cristo, cujas vezes fazeis. Vimos, não só por encargo official, mas também por devoção particular, prestar vassalagem e dar provas do nosso reconhecimento a Vossa Santidade, pelos dois mundos submetidos já ao império das nossas armas.

E o que Vos trazemos, Santissimo Padre, não são coisas da praxe ou antiquadas, mas novas e bem mais importantes: e não sòmente se relacionam, mas visam directamente ao decreto da Santa Cruzada contra os inimigos de Cristo, no Concilio de Latrão, que V. Santidade tão recta e santamente resolveu prolongar precisamente com este fim.

Não falando já do empenho e dos feitos dos Príncipes portuguezes nossos antepassados a favor do domínio cristão dentro e fora da pátria, visto serem por demais conhecidos de todo o mundo, passando em silêncio a admirável conversão a Jesus Cristo desse grande e poderosíssimo monarca de toda a Etiópia, o rei Manicôngrio, juntamente com inumerável povo, — conversão essa que foi levada ao cabo graças a Deus e ao seu auxilio e aos diligentes esforços do vosso Rei, D. Manuel, de cuja obediência V. Santidade vai ser o primeiro a ver e a receber, dentro em breve, novas demonstrações, que dizer da nossa expedição á India e da guerra que tão animosamente se está travando no Oriente?

Embora diga respeito à fama de meu Rei, à glória da minha Pátria e immortalidade do nome portuguez, contudo não deverei passar em silêncio a empreza mais divina que humana, empreza que não sei se diga inspirada, se, com mais verdade, desesperada antes dos nossos tempos, pela qual o ímpio Mahomet, com o seu principal centro, Meca, Capital dos Sarracenos, que até agora permanecia inacessível às armas cristãs, foi, finalmente posto ao nosso alcance, graças ao auxilio e ao muito sangue por tal causa derramado.

Com efeito, quando ao longe e ao largo, por terra e por mar, numa área de mais de cem mil estádios se estendem vitoriosas as nossas forças armadas, depois de terem alcançado em larga escala a imensa vastidão dos mares, depois de vencidas tão furiosas tempestades, de suportados tantos trabalhos, depois de quase dominada a própria natureza dos elementos, embora não impune-mente, pois que muitos corpos dos nossos têm sido sacrificados à fúria do oceano e dados em pasto aos monstros marinhos (sepultura, sem dúvida, preciosa e digna de grande prémio aquella que é nobremente preparada por amor de Deus, por zelo da sua fé, por obediência ao seu rei, por dedicação à sua pátria e ao seu povo); quando tantos reis e governadores de povos, fortes em número e na magnificência de recursos, poderosíssimos em

armadas, sentem a força das nossas armas, vendo o seu poderio tantas vezes repellido e abalado, e muitas mais vezes arruinado pelos nossos soldados, apesar da desigualdade numérica; quando tantas províncias foram submetidas, tantos povos passaram sob o jugo, tantas nações foram subjugadas; quando não somente se conquistaram praças com as suas riquezas, mas também muitas almas foram libertadas do perpétuo cativo maometano e abraçaram a verdadeira fé; quando aquela famosa e cobiçada Taprobana, que outrora se julgava pertencer ao outro hemisfério e que há tantos séculos era desconhecida, se tornou nossa amiga; quando essa tão célebre Aurea Quersoneso com a sua real Malaca, rendida às nossas armas, aceitou a legislação do nosso código; quando tantos Reis e Príncipes nada desprezíveis, ao ouvirem falar da bravura dos Portugueses, pediram espontaneamente a nossa aliança e a nossa amizade, por meio de seus embaixadores, e nos ofereceram riquíssimos presentes; quando aquele famoso e poderosíssimo Príncipe, o Prestes João, se aliou connosco e enviou ao vosso D. Manuel um não pequeno lenho da verdadeira e adorável Cruz, oferecendo espontaneamente as forças de todo o seu reino para combater os inimigos da fé católica; não deverão, Santíssimo Padre, todas estas empresas, levadas a cabo sob os auspícios e orientação do vosso D. Manuel, considerar-se já como pecúlio de Cristo e incluir-se no patrimônio da Santa Igreja Romana? Seria um crime, Santíssimo Leão, passar em silêncio os recentes feitos que este ano o mesmo Rei nosso Senhor levou a cabo com tão bom successo na África. Não atendendo às várias guerras da África e da Ásia, preparou uma poderosa armada e com grande aparência militar, graças à valentia e tenacidade do illustre e magnânimo Duque de Bragança, seu sobrinho e ao entusiasmo dos soldados destemidos, passar à África o exército e triunfar dos inimigos foi uma e a mesma coisa.

Tomou Azamor, cidade de Mauritània célebre pela situação estratégica e pela fertilidade do solo, quase capital de todo o reino, que os cristãos tantas vezes em vão tentaram conquistar.

Em seguida juntou com muito bom successo aos seus domínios e ao seu império Almedina tão infesta ao nome cristão, cheia de tantas riquezas, bem como muitas outras praças fortes e lugares ricos.

E a alegria deste feito testemunharam-na maravilhosamente dois sinos encontrados na cidade de Azamor, desonrosos troféus tomados outrora aos cristãos, os quais apesar de mudos durante tantos anos com grande injúria do nome cristão não se esqueceram do som antigo. E com tão inesperada restituição ao antigo estado ressoam todos os dias os louvores divinos. E quanto mais tempo estiveram calados, com som tanto mais puro e alegre exultam quer pela alegria da liberdade recuperada, quer pelo desprezo do pérfido Maomet e soberbo Satanás que nesse mesmo lugar — horrorizo-me ao dizê-lo — contra o nome cristão eram venerados com desumanos ritos. Mas a sua ignomínia é causa de que a verdadeira fé, o verdadeiro louvor, a verdadeira glória de Deus, sejam agora procuradas e conhecidas e exaltadas.

Estes são, B. P., os sinais — e para falar com mais verdade — as promessas certas de Deus.

Com certeza dominareis. Dominareis de um mar a outro mar e desde o Tibre até aos confins da terra. Os reis da Arábia e da Etiópia trarão presentes, todos os príncipes te adorarão e todas as gentes te servirão bem como a afastada Tule. Com efeito que é de esperar senão que as longínquas praias do Oriente, às quais mal chegara a fama do nome Cristão, juntas agora às nossas ocidentais e convertidas à fé e culto do Verdadeiro Deus, em breve prestem nova obediência e devido obséquio a Vossa Santidade, como pastor do rebanho cristão, para que do Indo e do Ganges, do Tejo e do Tibre, como que juntos num só leito e correndo unidos sob os vossos auspícios, haja um só rebanho e um só Pastor”.

Assim, nos dizeres de Diogo Pacheco ou no pensar do embaixador Tristão da Cunha e do rei D. Manuel I, toda a expansão marítima e ultramarina dos portugueses tinha por objectivo servir o imperialismo papal, a que se acenava com o domínio do mundo. Os heroes da Africa e da India eram apenas anonymos agentes executivos do rei; e este reduzia-se tambem a simples lugar-tenente de um theocrata universal ou aspirando a tornar-se universal.

Isto era uma deformação politica da realidade historica, em que se já se adivinhava o espirito da Contra-Reforma, de que, pelo contrario, Leão X estava muito distante. Noutro capitulo, o decimo nono, se verá que transfiguração poetica impõe Camões a essa versão politica dos factos.

CAPITULO TERCEIRO

A CURIOSIDADE DOS HUMANISTAS PELOS DESCOBRIMENTOS

Cêdo suscitarom os descobrimentos maritimos dos portuguezes a curiosidade dos humanistas italianos e não só italianos. Ser curioso é dado peculiar da mente humanistica, mas com uma curiosidade universal, terrenamente universal ou dirigida a tudo que respeitava ao homem. Jacob Burckhardt, em estudo ainda não ultrapassado na agudeza da penetração psychologica, mostrou como a curiosidade geographica era um sentido novo da mente renascentista. E a Renascença foi essencialmente um phenomeno psychologico, um crescimento do homem. Não era a cultura dos antigos que renascia, era o homem europeu que nascia outra vez, reformado e ampliado no alcance do seu espirito e nos criterios das avaliações. Os antigos nunca haviam sido esquecidos; só tinham perdido cotação, porque o mundo gothico lhes era substancialmente adverso. O homem dos seculos medievaes era um homem local e biblico, só crescia verticalmente nas suas impossiveis aspirações aos ceus, porque a vida terrena lhe era uma pesada condemnação, da qual queria evadir-se quanto antes, ao menos pelas orações e pelas ideas. Todo o gothicismo da arte e toda a symbologia do culto religioso, as cathedraes vertiginosas, as revoadas sonoras do orgão, as baforadas do incenso e o crepitar das luzes aspiravam ás alturas. O homem vivia, num horizonte limitadissimo, que só se prolongava para o ceu, como se estende o mundo dos prisioneiros.

Ao contrario, os humanistas, senhores de larga curiosidade intellectual, inauguraram no mundo a vasta sympathia humana, pelo convivio do saber expresso num idioma universal. E foi essa disposição do espirito, evadido das pequenezes do mundo biblico e seus exegetas, que restabeleceu os valores estheticos e philosophicos da Antiguidade; não foi o simples reaparecimento destes que fez o humanismo e a Renascença. Só agora estavam os homens — que já não eram gregos nem romanos — espiritualmente aptos para sentir e comprehender intimamente o patrimonio da maior experiencia da especie, pelo menos de quan-

tas se tinham feito deste lado da nossa linhagem occidental.

Humanista não era o homem que sabia muito grego e muito latim; esse poderia ser bom hellenista ou bom latinista; humanista era o homem que, ante uma subita e deslumbrante primavera do espirito, crescera inesperadamente e sentira desabrochar em si curiosidades, impulsos criticos, sympathias, tolerancias, ansias de comprehender. Tudo isso era acompanhado de uma adivinhação da relatividade das coisas. Os humanistas abarcavam a dentro da sua comprehensão serena o passado subitamente desperto, o presente que tinham á vista e o futuro que iam vendo construir com essas novidades que o nosso pobre Garcia de Rezende archivou na sua *Miscellanea*, com mau criterio de escolha e peor estylo poetico.

Ora os descobrimentos dos portuguezes, com toda a timidez do periodo do Infante D. Henrique, eram uma grande novidade para gente intellectual, porque de subito augmentavam-lhe a terra e acenavam-lhe com maiores augmentos e surprehendentes consequencias. Eram materiaes novos que se offereciam no horizonte dos céus e no da intelligencia, para reconstruir uma visão do universo e da vida. A historia vinha caminhando do Oriente para o Occidente, da Mesopotamia e do Egypto e da Grecia e suas ilhas para o mar-oceano, mas os portuguezes é que tinham sido os pioneiros desta marcha até ao extremo occitanico. Sagres e Lisboa eram agora fócios de historia nova e caes de embarque para a historia do futuro. A perspicacia dos humanistas cêdo presentiu que neste recanto rustico do mundo, aonde mal chegaram os invasores successivos da Hispania, alguma coisa nova se passava. E como elles representavam uma consciencia intellectual europêa, formada pela curiosidade livre e não pela fé e pelo mêdo, prompto se interessaram pela tal coisa nova, os naviosinhos do infante, que tinham achado ilhas e iam descendo ao longo da costa do continente negro. Todo o internacionalismo intellectual do seculo XIX, que durou até ás consequencias politicas da Primeira Grande Guerra, tem no convivio fraterno dos humanistas do fim do seculo XV e do seculo XVI até á Contra-Reforma, o seu directo ascendente. Karl Vossler, mestre na historia da litteratura italiana, claramente affirma: "...os principios de uma litteratura moderna universal datam da epocha dos humanistas italianos".

Pois essa consciencia universal depressa se interessou pela coisa nova, que se ensaiava neste extremo occidente.

Elles, os humanistas, eram também descobridores e muito haviam viajado. “A historia recorda com gratidão os Aurispas, os Guarini, os Filellos, os Bracciolini, que foram os Colombos deste mundo novo. Os descobridores são ao mesmo tempo professores e escriptores. Depois das longas peregrinações ao Oriente e ao Occidente, vêm as leituras, os commentos, as traducções” (De Sanctis, *Storia della Letteratura Italiana*, I, pag. 289, edição de Milão, 1912).

Pois foi um desses Colombos do novo mundo dos humanistas, Poggio Bracciolini (1380-1459), chanceller de Florença e valido de papas varios, quem logo dirigiu ao Infante D. Henrique uma epistola de felicitações pelo exito dos seus emprehendimentos geographicos, com o pedido de noticias pormenorizadas a respeito delles. Tal carta é a nona das suas *Epistolae*. Bracciolini foi famoso como homem de espirito por seu *Liber facetiarum* e como pensador moralista por seus *Dialoghi*. Delle se conserva um retrato e a respeito da sua vida e da sua obra ha uma consideravel bibliographia.

Não sei qual fosse a resposta do Infante, mas é de temer, por outros casos posteriores, que o orgulho prevalecesse sobre a cortesia e a comprehensão, e que Bracciolini fosse desairado no seu gentil impulso.

Flavio Biondo, de Forli, (1392-1463), homem especialmente erudito em historia antiga e geographia, auctor de uma flamante historia imperial, *Roma Triumphans*, que incorporava a Italia sua contemporanea á vida do velho Imperio Romano, escreve em 30 de Janeiro de 1461, ao rei D. Affonso V, a offerecer-se para lhe escrever em latim a chronica das conquistas marroquinas dos reis de Aviz, delle principalmente (10). Então a intelligencia abundava e tinha disponibilidades para procurar emprego como nos tempos modernos sobra o capital, que anda á busca de empregos em negocios, intrigas politicas e guerras. Mas por este tempo já Matheus Pisano ou Mestre Matheus, de Pisa, estava em Portugal, ao serviço do soberano africanista. A resposta foi, porisso, negativa, orgulhosamente negativa. A carta

(10) — O collega, a cuja mediação recorri para haver uma photocopia da carta de Flavio Biondo, teve a seguinte resposta do director da Bibliotheca da Saxonia: “Auf Ihre Anfrage vom 13. V. 47 muss ich Ihnen zu meinem Bedauern mitteilen dass eine Photocopie der Handschrift F66 fur Herrn Prof. Dr. Meyer nicht angefertigt werden kann, da das Manuskript durch die Kriegsereignisse verloren gegangen ist”.

de Flavio Biondo guarda-se na Bibliotheca Publica de Dresden (Ms. F., 66, fol. 113-114), donde tentei fazê-la copiar. Flavio Biondo é figura relevante na cultura litteraria da Italia renascentista. Ainda em 1927 B. Nogara publicava em Roma *Scritti inediti* d'elle.

Mais acolhedor foi D. João II. Mandava matar, mas respondia ás cartas que o louvaminhavam. Recebeu no reino a Cataldo Siculo, outro humanista, e delle acceitou a dedicatória de um poema sobre a tomada de Arzilla e Tanger, *Arcetinga*, tomada em que o soberano havia tido sua parte, ao lado do pae. Mais acolhedor ainda foi D. João II para outra proposta, analogá á de Flavio Biondo: a de Angelo Ambrogini Poliziano (1454-1494), o glorioso auctor das *Stanze* e de *Orfeo*. Este episodio é que se pode documentar mais amplamente.

Angelo Poliziano, tomado do entusiasmo e do deslumbramento suscitados pelos achados geographicos de D. João II, escreveu-lhe carta affectuosa e calorosa, no seu latim admiravel, na qual se propunha para o encargo de celebrar essas façanhas numa obra de historiographia apologetica, vestida das suas galas litterarias. Poliziano estava um pouco informado da vida lusitana, atravez das noticias que lhe proporcionavam seus discipulos portuguezes, entre os quaes se contavam Henrique Cayado, humanista illustre, e os três filhos do Chanceller-mór do Reino, João Teixeira. Theophilo Braga identificou um destes como sendo Diogo Gonçalves, citado em 1480, nas moradias de D. Affonso V. Era João Teixeira grandemente estimado pelo rei, que o nomeou para esse cargo de Chanceller-mór nos termos mais carinhosos. Reproduzo adiante a carta da sua nomeação, cuja copia me foi amavelmente facultada pelo sr. Ayres de Sá, illustre historiador de Fr. Gonçalo Velho.

D. João II respondeu á proposta do humanista italiano com muito aprazimento e promettendo enviar as chronicas e os materiaes necessarios para essa empresa tão grata ao seu amor proprio. E parece que o insigne humanista chegou a pôr mãos ao trabalho, porque nalguns dos seus biographos se encontram vestigios de tal obra. Na segunda edição das *Rime de Messer Angelo Poliziano*, Firenze, 1827, ha um prologo biographico, no qual se contem o seguinte passo: "L'Istoria pure avrebbe, non vi ha dubbio, riconosciuto in lui uno de'suoi padrie e sostegni, se la prematura morte non gli avesse negato di scrivere i fatti di Giovanni

II, Re di Portogallo, alla quale opera negli ultimi giorni della sua vita disegnava porre mano” (Pag. XI). Este esboço biographico é anonymo, mas num *Avviso dello stampatore*, o editor agradece a assistencia de um Dr. Ciampolini — que poderá ter sido o redactor de tal esboço.

A obra de Bonafoux, *De Angelo Poliziano vita et operibus*, Paris, 1845, aponta entre os escriptos de Poliziano, perdidos, inacabados ou ineditos, uma historia de D. João II de Portugal.

A biographia de Bonafoux editou-se em hespanhol, no catalogo dos livros do Marquez de Morante: *Catalogus librorum Doctoris D. Joach. Gómez de la Cortina, March. de Morante qui in aedibus suis extant*, tomo 5.º, Madrid, 1859. A referencia á obra é feita nos termos seguintes: “su Historia de los emperadores romanos, de Juan rey de Portugal, y de los vizcondes de Milán” (Pags. 1062-3).

Que foi feito d’esse manuscripto? Pedi noticias á Bibliotheca Publica de Florença, procurei-as nos biographos mais auctorisados e nas edições annotadas das *Cartas*, mas em vão. Esse manuscripto não teria valor scientifico de obra historica, seria coisa no genero da chronica latina de D. Manuel I por D. Jeronymo Osorio, mas não era coisa desestimavel mesmo nesse aspecto puramente litterario, antes constituia um valioso pergaminho para o labôr geographico de D. João II.

Para documentar este curioso episodio, reproduzo, além da carta de nomeação de João Teixeira, o texto latino das cartas de Poliziano ao mesmo João Teixeira e ao rei, e o da resposta d’este. Esse texto latino da carta do rei e da sua resposta já foi publicado por D. Antonio Caetano de Sousa nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, Lisboa, 1742, vol. 2.º, pags. 162-166; Francisco de Sousa Loureiro, director da Academia de Bellas Artes, de Lisboa, recordou em 1843, num discurso official, esta correspondencia, e Rackzinski archivou essa allusão em *Les arts en Portugal*, 1846, pag. 166; uma traducção portuguesa, feita por Epiphaneo Dias, foi incluída por Theophilo Braga nos seus *Poetas Palacianos*, Porto, 1872, pags. 299-306; e a carta ao chanceller João Teixeira tambem não era desconhecida, porque foi transcripta em appendice á recente edição das eglogas de Henrique Cayado, publicada pelo Prof. Wilfred P. Mustard, da John Hopkins University. O texto latino, que reproduzo, foi copiado da edição de Ludguni, 1536, d’um exemplar da Bibliotheca Nacional de Madrid, que por curiosa coincidencia pertenceu a um português, que o an-

notou em sua lingua, talvez André Machado, que assigna no frontispicio. A elegante e fiel traducção portuguesa, que publico, foi expressamente feita, a meu pedido, pelo sr. Pe. Francisco Rodrigues. illustre historiador e meu antigo collaborador, muito prezado, na *Revista de Historia* (1912-1928), a quem consigno o meu rendido agradecimento.

A carta a D. João II contem ideas typicas do ambiente de formação lendaria do Renascimento português. Uma critica de fontes, mais attenta ás coincidencias estylisticas do que ao ambiente espirital, poderia aponta-la como fonte dos *Lusiadas*, quanto a alguns conceitos, por exemplo, a superação das façanhas dos antigos pelas dos portugueses e a necessidade de as celebrar litterariamente. Costa Lobo esqueceu-se de a citar como documento da atmospheria de ideas, que elle via symbolisada em certo permenor do *Juizo Final*, de Miguel Angelo (V. capitulo nono do presente livro).

A) Carta de nomeação de João Teixeira.

“D. João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que havendo nós respeitos aos muitos e especiaes serviços que o Doutor João Teixeira, do nosso conselho, tem feitos a el-rei meu senhor e padre, que Deus haja, e a nós, e querendo-lhes em presente galar-doar, como a todo virtuoso principe pertence fazer áquel-les que bem e lealmente os servem, e havendo, isso mes-mo, consiração á sua auctoridade, sciencia, saber, bon-dade, descrição e lealdade, que, para os taes casos deve ser considerada, e querendo-lhe fazer graça e mercê, de nosso proprio moto, certa sciencia, poder absoluto, sem nolo elle pedir, nem outrem por elle, temos por bem e o fazemos nosso chanceller mór e de nossos regnos, por quanto D. Alvaro, nosso primo, que o dito officio de nós tinha, havemos por nosso serviço que o não tenha mais. E queremos que o dito doutor, com o dito officio de nos-so chanceller mór, tenha e haja totalas perminencias, privilegios, proveitos, honras, franquezas e liberdades e auctoridade com que o tinha o dito D. Alvaro e o tiveram todolos outros chancelleres móres, que ante elle foram, de nossos regnos. E porem mandamos ao regedor, por nos, da nossa casa da Sopricação, e a todolos desembar-gadores della, e a outros quaesquer officiaes e pessoas a que o conhecimento deste pertencer, per qualquer guisa que seja, e esta nossa carta for mostrada, que hajam, d’aqui em deante, o dito Doutor João Teixeira por nosso

chancellor mór, e outro algum não. O qual jurou em a nossa chancellaria, aos santos avangelhos, que, bem e como deve, obre e use do dito officio, goardando o nosso serviço e ao povo o seu direito.

Dada em Santarem, primeiro dia de Julho, o secretario Affonso Garcez a fez, de mil e ciiij lxxxiiij.

(Chancellaria de D. João II, Livro 23, fol. 139, chivo Nacional, Lisboa).

b) Texto latino.

Angelus Politianus Joanni Dei gratia invictissimo regi Portugalliae, & Algarbiorum, citra & ultra mare in Africa, dominoque Guineae S. D.

Quanquam nec fortuna mea, nec eruditio, nec ulla omnino virtus eiusmodi est, ut licitum mihi putem scribere ad te rex invicte, tanta me tamen dignitatis, splendoris, gloriaeque tuae, tantaque laudum tuarum iam per omnium ora volilantium perculit admiratio, ut sponte sua calamus ipse meas exhibere tibi literas, testari animum, significare voluntatem, gratias agere denique totius aetatis nostrae nomine gestiat. Quae nunc virtutum tuarum pene coelestium beneficio iam cum vestutis saeculis, iamque cum omni fortiter audet antiquitate contendere. Nam profecto si brevitatis haec epistolaris, aut si ratio temporis pateretur ipsa me faceret audacem veritas, ut ostendere tentarem nullius unquam veterum nec laureas, nec auratos currus, cum tuis posse rebus, factisque, prorsus, immortalibus comparari. Ut enim quæ pene puer adversus impias Africae contumacis gentes praelia gesseris, ut fusos diversorum hostium validissimos exercitus, ut capta oppida vi, praedas abactas, impositas nationibus asperrimis leges, ut item domesticas artes, & decora pacis minime bellicis concessura praeterirem: quanta se mihi tandem rerum vix credibilium facies aperiret, si lacesitos, confractosque remigio tuo rudes, intactosque prius oceani tumentis fluctus commemorarem, despectas Herculis metas, redditum sibi ipsum, qui fuerat intervulsus, orbem terrarum, Barbariamque illam, ne rumoribus quidem nobis antea satis cognitam, fatuam, immanem, incultam, sine more, sine lege, sine religione, ferino prope ritu degentem, nunc humanitati, nunc vitae, nunc docilitati, & cultui, nunc etiam pietati restitutam? Porro mihi tum narrandi locus idoneus hic esset quantae nostris hominibus illinc invectae commoditates, quam larga com-

pendia, quam multa importata vivendi subsidia, quanta etiam veteribus historiis accessio facta, quanta rebus antiquis olim sane vix credibilibus adiecta fides, quantaque rursus eisdem sit admiratio detracta. Tum mihi etiam Plato ille magnus, & Aegyptiorum compares sæculo annales, omni mendacii suspicione forent absolvendi, cui de istius a te perdomiti Oceani magnis quibusdam exercitiis, non magno tamen assensu meminerunt. Ergo & Macedonem iure ingemuisse Alexandrum faterer, qui mundos adhuc alios suis restare victoriis suspirabat. Etenim quid tu aliud, obsecro, rex nobis, quam terras alias, mare aliud, alios mundos, aliaque postremo sidera non magis invenisti, quam ab æternis tenebris, & a veteri pene dixerim chaos, rursus in hanc publicam lucem protulisti? Sed quorsum haec ego nunc tam multa? Nempe ut rogem non sæculi modo istius, sed omnis etiam posteritatis, omnium gentium verbis, ne perire rerum tantarum, neve intercidere consecrandam scilicet aeternitati memoriam patiaris, quin ferrea doctorum hominum, atque adamantina potius signari iubeas voce, quae nec aevi quidem tacite se volventis edaci dente consumitur. Et cur autem qui virtuti laveas, non & comiti virtuti gloriae faveas? Aut cur unus generosi maxime spiritus, animique, rex, non hanc instabilem vitae humanae brevitatem, quae sic exigua spe, tenuique pendet, quaeque tam angustis limitibus concluditur, immortalis gloriae semper florentis curriculo promoveas? Cur non memoria rerum maximarum, vel ad successores tuos propagetur, ut praeclara ista facinora caritura semper exemplis, ad institutionem quoque ipsorum, regulamque proficiant? Cur non aliquam rogo formulam natis, nepotibusque deinceps tuis relinquas, nequis ab hac unquam perenni, contestataque maiorum virtute degeneret, cuius ad instar illorum potissimum regalis effingatur indoles? Cur non postremo caeteri quoque sub omni, qua latissime patet, ambitu cœli nascituri principes habeant ex te, si non quod imitentur, at certe quod admirentur? Nihil autem interest, utrum pulcherrimos quispiam filios gignat, nec cibus tamen enutriat, an ingentia edat facinora, nec literis tamen illustret. Absit hoc, absit excellentissime rex, ut tuae istae immortalitatis dignissimae laudes, in vasto illo nostrae fragilitatis acervo delitescant. In quo videlicet omnium labores obruti iacent, quicumque doctissimorum virorum suffragiis caruerunt. Memineris Alexandri, memineris Cæsaris, quae duo nobis praecipue nomina fastosa ve-

tustas obiectat. Quarum videlicet alterius nobilis illa ad Achillis tumulum fertur exclamatio, fortunatum vocantis adolescentem, qui suarum laudum praeconem Homerum invenisset. Alter etiam in procinctu, ac pene in acie quoque ipsa, rerum suarum commentarios ita diligenter conficiebat, ut nihil a quoquam tam putetur accurate perscriptum, quod non illorum purissima elegantia superetur. Hi tibi sunt igitur insequendi saltem rex optime, quos longo intervallo in coeteris antecellis. Atque id quidem tum denique vere a me, nec adulandi studio dictum intelleges, cum tute rex in temetipsum divinae mentis aciem reflexeris: cum tanti honoris, tantae maiestatis, tanti denique istius imperii pulcherrimos titulos intentis (quod dicitur) oculis perspexeris, quantumque teneas in rebus humanis fastigium, toto penitus obtutu consideraveris. Etenim Lusitaniae te regem cernes, hoc est (ut semel dixerim) Romanae multitudinis, cuius olim tam multis (sicut accepimus) coloniis ista potissimum regio frequentabatur. Cernes Africae te cindicem, quae tertia pars orbis, magna sui parte iam per te catenis exuta Barbaricis, etiam in dies magis, magisque plenae libertatis expectatione triumphat. Cernes eundem te vasti illius & indignantis Oceani domitorem, cuius ad primos quoque impetus etiam domitor orbis Hercules expavit. Occurres tute tibi sanctae Christianae fidei, veraeque religionis propugnatur, ac maximus adversus. Maumeticam perfidiam, pacis, armorumque arbiter, rabiem illam teterrimam sola maiestate prosternes, solo nomine, solo virtutis miraculo gravissima bella conficiens. Idemque mundi alterius sequester & ianitor, tot illos sinus, tot promontoria, tot littora, tot insulas, tot portus, tot oppida, tot maritimas urbes, uno veluti pugillo concludens & numerosissimas nationes pene sub manu tenens, ad quae antea tamen ne ipisius quidem famae quamlibet praepetes alae pervolarunt. Quid illa? Quanta sunt, obsecro, quod te visere ignotissimi reges, tua gestiunt adorare vestigia, quod tuis advolvere se genibus, perque tuam istam fide, quam armis potentem dexteram rigari se certatim salutari fonte festinant? Quid quod exciti virtutis amore, priscis inauditae saeculis, extremi quoque hominum convolant ad te populatim, totusque iam meridies suis pene funditus sedibus revulsus, ad eundem te venerabundus accurrit, ut vultum proprius istum parem coelicolis, utque regiae frontis decus, divinamque penitus maiestatem contempletur? Conferat iis nunc aliquis captam Babylona,

quanquam lateritio muro superbam, profligatos Orientis etiam suapte natura fugacissimos barbaros. Conferat Scythas campestris & vagos, ne satis quidem fortiter irritatos, dum ne occisum quoque inter pocula charissimum quenque laudi tribuat, dum ne peregrinos cultus, & indecoras adulationes turpiter ascitas. Conferat & Gallias etiam toto decennio vix sub-actas: aut minora his alia rursum, dum ne civilem quoque & cognatum toto orbe fusum crudeliter sanguinem praeconi dignetur. Tu igitur praecipue dignus (rumpatur invidia licet) tu praecipue dignus unice rex honoribus sempiternis. Tibi advigilare nostras lucubrationes, id est, omnium quicumque Musarum veneramur sacra, prae caeteris, convenit. Quapropter (si qua mihi est apud te, quamvis ignoto homini, tui tamen studiosissimo, fides) delegetur, obsecro, magne rex idoneis hominibus officium mandandi literis (interim quidem) quocumque stylo, quacumque lingua, materiam, segetemque rerum a te, tuisque gestarum: sed in qua deinceps operosius excolenda tam caeteri, quibus idem est ardor animi, quam nos ipsi quoque nervos qualescumque nostris intendamus. Et quidem rogavi ego nuper hos tuae ditionis adolescentes, ingenio, moribusque praestantes, Joannis Teixirae Cancellarii tui maximi liberos, ut mihi istic ipsorum opera rerum a vobis gestarum (si qui modo extant commentarii) describerentur. Qui quanquam se diligentissime curaturos, pro eo quod praeceptorum debent, officium pollicerentur, deesse tamen ipsemet mihi nolui, sed has ultro ad te literas indulgentissimum, clementissimumque regem, iam meum quoque dare decrevi: malens utique audacis animi subire scribendo crimen, quam tacendo pusilli. Iam quod ad personam meam deinde attinet, homo equidem sum non mediocris fortunae, sed literarum tamen professione me quoque non omnino postremae credunt esse aliqui celebritatis. In-nutritus autem pene a puero sum (si quid hoc ad rem facit) castissimis illis penetratibus magni viri, & in hac sua florentissima Repub. principis Laurentii Medicis: qui cum sit ipse quoque in primis tui cupidissimus, etiam me verbis aliquand suis in istius amorem virtutis ita inflammavit, ut dies, noctesque de tuis cogitare proconiis non desistam: nec omnino quidquam nunc exoptem magis, quam ut ea mihi vis, ea facultas, ea denique detur occasio, qua nomen tuum coelesti praedicatione dignissimum, qua pietatis, integritatis, innocentiae, religionis, continentiae, prudentiae, iudicii, qua iustitiae, fortitudinis, providentiae,

liberalitatis, animique magnitudinis, qua postremo tot operum, tot illustrium facinorum tuorum testimonia sic etiam per me fidelibus seu graecae, seu latinae linguae consecrentur monumentis, ut nulla humanarum rerum vicissitudine, nullo unquam fortunae variantis in cursu, nullo etiam squalentis aevi senio deleantur. Vale.

Joannes Dei gratia Rex Portuggaliae & Algarbiorum citra et ultra mare in Africa, dominusque Guineae, Angelo Politiano viro peritissimo & amico suo S. P. D.

Ex suavissimis tuis literis, doctissime vir, iam diu perlectis & maxime ex dilecti Joannis Teixeirae Cancellarii nostri maioris frequenti relatione uberrime intelleximus, te gloriae nostrae (si qua in humanis est) fore percupidum, & nomen nostrum cum rebus gestis, tuo literario beneficio ab olivionis rubigine reddere exemptum. Quae etsi satis magnum summae in nos benevolentiae, ac observantiae argumentum testantur, tamen ea magis ab animi tui probitate, ingeniique acumine, atque doctrinae copia, quae longe maiora suspirant, credimus emanasse. Pro quibus magnas tibi habemus gratias, quas dum tempus & res exegerint, cumulatiores referemus, speramusque tuae erga nos affectionis te non poenitere. Et ut tibi brevibus ad propositum respondeamus, scias nos tui officii, & pii laboris, quem in nostrae mortalitatis redemptionem tam crebro polliceris esse admodum gratos, idque amplectimur, vehementerque laudamus. In cuius executionem curabimus diligenter, ut annales nostri, quos vulgari et patrio sermone pro regni instituto posteris tradendos iubemus, hi Etrusca lingua, vel latina saltem familiari demum conficiantur, ad te scilicet quam primum deferendi, ut eos iuxta veritatis tenorem, nostram in memoriam ita tuis salibus, & gravitate, doctrinaque respergas, limaque expolias, ut saltem tua conuivante facundia, lectione dignos efficias. Nam multum interest (ut melius nosti) quo dicendi modo unumquodque, licet egregium sit, referatur. Quid quemadmodum usu videmus optimos natura cibos prudenter reiici, cum sordidius parati sint: etiam historiam, quae ornatu suo, ac nitore vacat, contemnendam, reiiciendamque existimamus. Sed his erroribus minime metuendum est, quand tibi viro laudatissimo omniumque disciplinarum genere praedito erit curae rebus nostris consulere. Habes igitur quae nobis sit sententia menti. Reliquum est Angele noster,

ut praefati Cancellarii filios, regiae nostrae generosos, omnium tibi habeas commendatissimos. Quod etsi sua sponte, atque humanitate eras factururus: tamen ut nostro intuitu aliquid cumuli accedat, te nimium rogamus. Hi enim sunt, quibus te in omni genere gratitudinis debes credere obnoxium: nam vicissim pater & filii, alter meritis, & laudibus, & alii approbatissimis, doctrinae tuae testimoniis non cessant apud nos te saepius extollere, nomenque tuum in hos mundi fines propagare, quod tuae gloriae & existimationi haud parum conducit. Sed adolescentibus ipsis plurimum congratulamur; in id aetatis & temporis incidisse, quo a tuo literarum fonte aliquid doctrinae possint feliciter haurire: cum qua deo praecipue & nobis deinde servientes utramque caelestis & terrestri regni felicitatem promereantur, eamque sibi vindicent. Vale.

Ex Vlixbona XXIII die Octob. MCCCCXXXI.

Angelus Polit. Joanni Teixerae, Max. regio Cancellario S. D.

Conatus persaepe sum scribere aliqd ad te vir clarissime, quo tibi meus animus, studiumque, & voluntas innotescerent. Verum nescio qui semper ingenuus dixerim an rusticus obstitit pudor, ut qui nec me tibi satis notum sciebam, & virtutis, fortunaeque tuae quondam quasi fulgora deterrebar. Sed impetravit a me tandem qualescumque has literas vel mei officii ratio, vel tuae humanitatis opinio. Quod igitur epistolae huius, vel mihi accommodatius, vel tibi acceptius fore argumentum sperem, quam si de tuis liberis, eiisdemque meis discipulis ex vero quid sentiam perscripsero? Misisti tu quidem illos in Italiam vir excellens, ut moribus, ut literis, ut omnibus denique ingenuis artibus ad summae fortunae cultum formarentur. Sed eos domo secum credo paternos attulere mores, ut exempla non magis accipiant ipsi, quam praebeant caeteris. Nihil in illis ineptum, nihil improbum, nihil immodestum, nihil durum. Non inveracunda frons, non elatum supercilium, no licentes oculi, non protervior lingua, non inconstans vultus, non aliquid postremo vel in facie tota, vel in gestu, vel in statu, vel in incessu, quod offendant, quod molestum, quod putidum, quod odiosum sit. Aedes cottidie sacras frequentant, magistris operam dant, non assiduam modo, sed & alacrem. Doctiores discipulos humanitate sibi, & obsequio devinciunt; quos moribus obfore, vel famae credant, eorum consuetudine penitus

abstinent. Nullum inter ipsos, nisi de studiis, ac de iis perpetuam certamen. Nullibi saepius, aut libentius, quam aut in oculis praeceptorum, aut in coetu condiscipulorum versantur. Horas quoque tempestivas bonae valetudini dedicant, eamque ob id prosperrimam tuentur. Ingeniis autem sic excellunt, ut facile se (ne multa dixerim) tuos esse liberos declarent. Percipiunt facile, quae traduntur, pronunciant eleganter, retinent fideliter, imitantur feliciter. Iam de studio quid dixerim? Nihil equidem ego ardentius, nihil vidi perseverantius. Tantos ergo iam lingua utraque fecere profectus, ut ipse quoque non imperitissimus ingeniorum magister obstupescam. Quem vero eis domi custodem, moderatoremque dedisti, sic eos prudenter, amanter, diligenter curat, excolit, gubernat, instituit, ut omnino desyderari nihil possit. Non fallo equidem te, sed nec ipse rursos fallor. Ita esse rem, vel admirans invidia fateretur. Quocirca multum equidem fortunae isti tuae, non minus animo tamen, propositoque gratulor. Nec erim, levis hinc ad te quoque redundat honos, filios tot, ac tales imbecilla adhuc aetatula, tam procul abesse a tuis oculis, a laribus, a patria, tamque diu, non quidem fœnori multiplicando, nec mercibus commutandis, ut nostri solent, sed ut optimis institutis, ut optimis artibus, ac disciplinis imbuti viaticum sibi ad senectutem parent; in quod ipsa quoque fortuna nullum ius habeat. Quae res tibi iam non modo supra spem, sed, opinor, etiam supra nota succedet. Mihi autem crede vir magne, non tibi illi apud nos minus acquirunt gloriae, quam sibi literaturae. Iam equidem vel tua, vel ipsorum causa sic eos amo, redamari sentio, ut in tuum pene mihi locum videat sic me amore, & diligentia successisse. Qua fiducia videlicet ausim rogare te clarissime vir, ut epistolae meae, quae iudiciem regis tui tanquam Apollinis subitura iam nunc tota tremit, atque horrescit, tantum favoris impertias auctoritate, qua polles, ut indulgentiam potius, quam censuram tantae illius maiestatis experiatur. Vale.

Florentiae XVI. Calend. Septemb. MCCCCLXXXIX.

c) Traducção portuguesa das Cartas.

Angelo Poliziano a João, por graça de Deus, invictissimo Rei de Portugal e dos Algarves de aquêm e de além mar em Africa e Senhor da Guiné, saúde.

Ainda que nem a minha condição social nem a minha erudição, nem virtude alguma sejam taes que me julgue licito escrever-te a ti, rei invencivel, comtudo fez-me tamanho abalo a admiração de tua dignidade, esplendor e gloria, e dos teus louvores, já universalmente celebrados, que a minha penna espontaneamente se alvo-roça para te dirigir carta, testemunhar-te os sentimentos de meu animo, significar-te minha affeição, emfim render-te as graças em nome de todo o nosso seculo, o qual já agora, por beneficio de tuas virtudes quasi divinas, se atreve confiadamente a pleitear primazias não só com os seculos passados, mas até com toda a antiguidade. E é justa sua afoiteza. Se a brevidade epistolar ou o tempo m'ó permittissem, a propria verdade me daria arrôjo para tentar demonstrar que nem as coroas de loiro nem os côches dourados de nenhum dos antigos heroes se podem comprar com as tuas emprezas e façanhas immortaes. Bem que eu passara em silencio os combates, que ainda quasi menino, feriste contra as impias gentes da Africa rebelde, os exercitos fortissimos de inimigos diversos, que desbarataste, as cidades que tomaste por força, as presas que fizeste e as leis que impuzeste a nações ferozes, e tambem as artes domesticas e os ornamentos da paz, nada inferiores ás glorias da guerra, que espectaculo de coisas apenas acreditaveis se não abriria a meus olhos, se recordasse as ondas do mar procelloso, não d'antes sulcadas, agora batidas e domadas pelos remos de tuas naus, as balisas de Hercules deixadas para traz, o orbe da terra, que fôra como truncado, já restituído a si mesmo, e aquella Barbaria, nem por vagos rumores de nós antes conhecida, insensata, deshumana, inculta, sem ordem, sem lei, sem religião, a viver quasi á maneira de feras, tornada agora á humanidade, á vida, á docilidade, á cultura e á piedade religiosa? E que magnifico ensejo não teria então de contar os grandes proveitos que d'alli brotaram para a nossa sociedade; as abundantes vantagens e numerosos beneficios, que nos enriqueceram a vida; os augmentos que ampliaram as antigas histórias; o crédito que accresceu a successos da antiguidade, outrora apenas criveis, e tambem a mingoa de admiração, que tanto soffreram! Igualmente devera nesse ponto absolver de toda a suspeita de falsidade aquella grande Platão e os annaes seculares dos egypcios, que fizeram menção, sem darem todavia muito assentimento, de grandes exércitos dêsse Oceano que tu

subjugaste. Do mesmo modo haveria eu de confessar que se lastimara com toda a razão Alexandre Macedónio, quando suspirava porque ainda lhe restavam mais mundos para suas victorias. Pois que outra coisa nos fizeste, ó rei, senão descobrir outras terras, outro mar, outros mundos, emfim outros astros, antes tirá-los das trevas eternas e, quasi direi, do velho chaos, e trazê-los de novo á luz d'este universo? Mas que pretendo eu com tão largo discurso? Quero supplicar-te em nome não sómente deste século, mas tambem de toda a posteridade, de todas as nações, que não consintas venha a perecer ou apagar-se a memória de tão grandes obras, que se deve guardar para a eternidade, mas ordenes se perpetue na voz ferrea ou antes diamantina dos homens doutos, a qual nem a acção roedora do tempo no seu rodar silencioso chega jámais a consumir. Pois se tu proteges a virtude, porque não has de proteger a companheira da virtude, a gloria? Ou porque não has de tu, rei mais que todos os reis generoso e magnânimo, fazer entrar na carreira immortal da gloria immarcescivel esta brevidade inconsistente da vida humana, que de tão pequena e ténue esperança está pendente e em tão estreitos limites se encerra? Porque não ha de a memória de tão excelsas proezas transmitir-se a teus próprios successores para que essas preclaras façanhas a que sempre faltarão exemplos, sirvam tambem para elles de instrucção e norma? Porque não deixarás alguma regra a teus filhos e futuros netos, para que nenhum d'elles degenerere jámais da perenne e comprovada virtude dos antepassados, pela qual se lhes affeioe principalmente a sua indole real?

Emfim tambem a outros principes, quantos hajam de nascer em toda a extensão da terra, porque não lhes facilitarás tu os teus exemplos, senão para os imitarem, ao menos para os admirarem? Ter filhos de rara formosura e não os alimentar o mesmo é que praticar acções gloriosas e não as illustrar pelas letras. Deus não permita, excellentissimo rei, Deus não permita que essas tuas glórias jazam escondidas naquelle acervo enorme da fragilidade humana, em que estão sepultados os trabalhos de todos os que não obtiveram as approvações dos homens sábios. Lembra-te de Alexandre, lembra-te de Cesar; que esses dois nomes sobretudo nos lançava em rosto a antiguidade arrogante. De um delles se conta que soltara junto ao sepulchro de Achilles essa famosa exclamação, chamando-o afortunado mancebo, porque

lograra ter Homero por pregoeiro de suas façanhas. O outro até no campo de batalha e já quasi no vivo da peleja escrevia as memórias de seus feitos com tanto esmero que se não julga ter alguém composto obra literária tão aprimorada que não seja excedida pela puríssima elegância dessas memórias. Estes, pois, deves tu pelo menos seguir, ó rei exímio, que no mais lhes levas não pequena dianteira. E o que assevero, tu finalmente conhecerás, ó rei, que o digo com verdade e sem adulação, quando reflectires sobre ti mesmo com a agudeza de tua intelligencia divina; quando examinares attentamente os títulos esplêndidos de tamanha honra, de tamanha majestade, emfim de tão grande império e considerares com toda a applicação de teu espirito quanto é sublime o fastigio de dignidade, que te eleva entre os homens. Ver-te-has, com effeito, rei da Lusitânia, isto é (para o dizer numa palavra) de gente romana, de que outrora, como por tradição sabemos, numerosas colónias povoaram mórmente essa região. Ver-te-ás libertador da Africa, a terceira parte da terra, que já foi por ti em grande parte livre das cadeias dos bárbaros, e cada dia mais e mais occulta na expectação de inteira liberdade. Ver-te-has ainda domador daquelle vasto e encapelado Oceano, a cujos primeiros impetos até Hercules, domador da terra, estremeceu. Reconhecer-te-ás como defensor da santa fé christã e verdadeira religião, e como árbitro supremo da paz e da guerra contra a perfidia mahometana, prostrando só com tua majestade aquella fúria abominável, concluindo guerras importantíssimas só com o teu nome, só com o milagre de tua virtude. Reconhecer-te-hás como mediador e porteiro de outro mundo, apertando como num punhado tantas enseadas, tantos promontórios, tantas praias, tantas ilhas, tantos portos, tantas praças, tantas cidades marítimas, e tendo como debaixo de mão numerosíssimas nações, aonde antes não chegaram voando nem sequer as asas, bem que velocíssimas, da fama. E quanto não é grandioso que monarchas tão desconhecidos folguem de te visitar e de beijar os vestigios de teus passos, e corram a lançar-se a teus pés, e a receberem á porfia dessa tua dextra, poderosa tanto pela fé como pelas armas, as aguas salutaes do baptismo? E que diremos do alvoroço, com que os habitantes dos confins do mundo, abalados pelo amor de virtude, em antigas idades não ouvida, para ti voam de tropel, e já todo o meio-dia, como arrancado quasi lá do fundo de suas mo-

radas, a teu throno acode, cheio de acatamento, para contemplar mais de perto esse teu semblante, igual ao dos moradores do céu, e a belleza e majestade divina da tua fronte real? Com estas maravilhas compare-me agora alguém Babilónia tomada de assalto, bem que ufana de sua muralha de tijolo, e os bárbaros do Oriente, desbaratados, ainda que por natureza fugacíssimos. Compare os Scythas nómadas, a vaguear pelas campinas, nem sequer muito fortemente exasperados, contanto que não dê também louvores á morte das pessoas mais queridas, praticada no meio dos festins, nem á admissão, pouco decorosa, de costumes estrangeiros e indignas adulações. Compare as Gállias apenas subjugadas no espaço de dez anos, ou ainda proezas menores que estas, contanto que não preconize o sangue de cidadãos e parentes por toda a terra cruelmente derramado. Tu sim, tu mais que todos és digno (estoire embora a inveja), mais que todos, ó rei, és digno de honras sempiternas. De ti devem, mais do que de ninguém, occupar-se nossas vigílias, quero dizer, de quantos rendemos culto sagrado ás Musas. Pelo que te peço encarecidamente (se tenho contigo algum crédito, eu que, apesar de desconhecido, te sou, quanto se pode dizêr, affeioado) que se confie, ó grande rei, a pessoas idóneas o cargo de escrever, por ora, em qualquer estylo, em qualquer lingua, a historia tão vasta das emprêsas tuas e dos teus, para que depois tantos outros escriptores, que sintam o mesmo enthusiasmo, como tambem nós mesmos nos applicuemos, segundo nossas forças, a aperfeiçoa-la com mais laborioso empenho. E já eu, não ha muito, pedi a estes jovens de teu reino, filhos do teu Chancellor-mór, João Teixeira e distinctos pelo engenho e bons costumes, que me fizessem copiar ahí as memórias, se algumas ha, dos vossos feitos. E' verdade que elles prometeram, pelo que devem a seu mestre, desempenhar-se dêsse encargo com a maior diligência, comtudo não quis faltar ao que eu a mim mesmo devia, e assentei commigo mandar-te espontaneamente esta carta a ti, rei de summa benignidade e clemencia, já tambem meu rei, preferindo em todo o caso soffrer a nota de atrevido, por escrever, a ser tachado de pusilânime, por me calar.

Agora vindo ao que diz respeito a minha pessoa, sou, não ha dúvida, homem de condição mais que mediana, mas na profissão das letras cuidam tambem alguns

que não sou inteiramente dos últimos pela celebridade, que meu nome goza. Quasi desde a infância me creei (se isso alguma coisa importa) nos paços castíssimos daquelle grande varão e príncipe nesta sua florentíssima república, Lourenço de Medicis, que, por ser dos maiores teus amigos, também a mim alguma vez com suas palavras me accendeu no amor dessa tua virtude a tal ponto que dia e noite não cesso de pensar em tuas glórias, nem tenho coisa que mais agora deseje do que dar-se-me força, talento e boa ocasião para tão fielmente immortalisar em monumentos da língua grega ou da latina o teu nome, bem digno de pregão divino, e os testemunhos de tua piedade, integridade, innocência, religião, temperança, prudência, juizo; de tua justiça, fortaleza, providência, liberalidade, grandeza de alma e de tantas obras e illustres façanhas tuas, que nunca venham a ser destruidas nem pelas vicissitudes das coisas humanas, nem pelos embates da fortuna volúvel, nem pela vetustez esquálida dos annos. Adeus.

João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além mar em Africa, e Senhor da Guiné, a Angelo Poliziano, varão doutíssimo e amigo seu, envia muito saudar.

Pela suavíssima tua carta, lida já de ha muito, sapientíssimo varão, e sobretudo por informação frequente de João Teixeira, nosso amigo e Chanceller-mór, soubemos com plena certeza que tu desejavas ansiosamente a nossa glória e com o auxilio de tuas letras trabalhavas por livrar do esquecimento o nosso nome e feitos. Favores são estes que, se bem demonstram claramente summa benevolência e veneração para comnosco, temos comtudo a persuasão de que mais derivaram da probidade de teu ânimo, da agudeza de teu engenho e da abundância de doutrina, que suspiram por grandezas muito maiores. Por elles te estamos intimamente agradecidos; e, quando o tempo e as circunstâncias o pedirem, com avantajadas recompensas te provaremos nosso reconhecimento, esperando no emtanto que não te has de arrepender da affeição que nos dedicas.

E para te responder em poucas palavras ao propósito, sabe que nos é muito agradável o teu obsequio e amoroso trabalho, que tantas vezes promettes para resgate de nossa mortalidade, e que o acceitamos e calorosamente louvamos. Para levar a effeito o que intentas, pro-

curaremos com diligência que os nossos annaes, que, segundo os usos do reino, por nossa ordem se escreverão para os vindoiros em linguagem portugueza, sejam finalmente compostos em língua toscana ou latina, pelo menos familiar, e sem demora nenhuma enviados a tuas mãos. Tu depois, consoante as exigências da verdade, em memória nossa lhes lançarás tuas elegancias, gravidade e doutrina e os limarás com esmero para que, pelo menos com o beneficio de tua facúndia, os tornes dignos de serem lidos. Pois, como tu sabes melhor, muito importa o estylo, com que se refere qualquer feito por illustre que seja. Assim como vemos por experiência que se rejeitam com razão os alimentos por sua natureza muito bons, se veem preparados com menos limpeza, assim também julgamos que se ha de ter em pouco e rejeitar a história, a que falta sua belleza própria e elegância. Mas essas falhas não são de modo nenhum para temer, tendo tu, varão de tamanho crédito e versado em todas as sciências, o cuidado de olñar pelas nossas coisas.

Aqui tens o que pensamos deste assumpto. Só resta lembrar-te, Angelo querido, que tenhas por muito e mais que todos recommendados os filhos do sobredito Chancellor, moços fidalgos da nossa casa real. E, ainda que espontaneamente, por tua bondade, assim o farias, contudo encarecidamente te rogamos que por nosso respeito suba de ponto o teu empenho.

Taes são elles que te debes considerar seu devedor para toda a espécie de gratidão. Porquanto de sua parte pae e filhos, aquelle allegando teus merecimentos e glórias, estes por testemunhos comprovadíssimos de tua erudição, não cessam de te encomiar muitas vezes em nossa presença e de tornar conhecido o teu nome até estes confins da terra, o que não é pouco vantajoso a tua glória e reputação. Mas com esses jovens grandemente nos congratulamos por serem de tal idade e tempo que podem ter a feliz sorte de beber no manancial de tuas letras alguma doutrina, com que, servindo primeiro a Deus e depois a nós, mereçam e alcancem uma e outra felicidade, a do reino do céu e a do reino da terra. Adeus. De Lisboa aos 23 de outubro de 1491.

Angelo Poliziano a João Teixeira, Chancellor-mór do reino, saúde.

Muitas vezes tentei escrever-te, varão illustrissimo, para te dar a conhecer os meus sentimentos, affeição e

benevolência, mas sempre me teve mão um certo pejo, não sei se diga nobre, se rustico. Sabia que eu não te era assaz conhecido e, por outro lado, como que me assustava e retrahia o fulgor de tua virtude e posição. Mas por fim arrancou-me esta carta, seja ella como fôr, ou a força de minha obrigação ou o pensamento da tua benignidade. E que assumpto, lhe darei eu que seja ou mais acomodado para mim, ou a ti mais acceito, do que o de referir com verdade quanto sinto de teus filhos, discipulos meus?

Tu, varão distintissimo, os mandaste a Itália a fim de se formarem nos costumes, nas letras e em todas as artes liberaes para ornamento da maior fortuna. Mas elles, bem o creio eu, trouxeram da pátria os costumes paternos, de modo que não tanto recebem exemplos, como os dão aos demais. Nada nelles ha de desageitado, de ruim, de descomedido, de áspero. A fronte sem impudência, o aspecto sem arrogância, os olhos sem licenciosidade, a língua sem protéria, o rosto sem inconstância, emfim nem em todo o semblante, nem no gesto, nem na postura, nem no andar, se nos depara coisa que offenda, que seja desagradavel, enfadonha ou aborrecida. Os templos sagrados cada dia os frequentam. Aos mestres attendem-nos não só com assidua applicação, mas ainda com alacridade. Aos condiscipulos mais adeantados captivam-nos com sua delicadeza e attenções. Fogem todo o trato dos que lhes parece poderão prejudicar seus costumes ou bom nome. Entre elles mesmos não ha porfia que não seja de estudos, mas destes é continua a disputa. Em parte nenhuma estão mais vezes nem com mais gosto do que na presença dos professores ou na companhia dos condiscipulos. Dão também seu tempo ao cuidado da saúde, e por isso a conservam excellente. No talento de tal maneira se avantajam que, para o dizer em poucas palavras, mostram facilmente que são teus filhos. Percebem com facilidade o que lhes ensinam, recitam com elegância, reteem com fidelidade, imitam com arte. E do estudo que direi? Nunca vi maior entusiasmo nem mais perseverança. Assim fizeram já tamanhos progressos em ambas as línguas que chego a pasmar também eu seu mestre, não totalmente desconhecedor de talentos. Aquelle porém que tu lhes deste em casa como aio e educador, com tanta prudência, amor e desvelo os trata, cultiva, governa e instrue que não é possível desejar melhor. Certamente que não te engano, nem me engano a mim

mesmo. Que seja como eu digo, até a inveja com admiração o confessaria. Pelo que tenho muita razão para me congratular com essa tua boa sorte, e não menos com teu animo e designios. Pois não é pequena a honra que também redonda para ti, de que tantos e taes filhos em idade ainda tenra vivam tão longe de teus olhos, de sua casa, da patria, e isto por tanto tempo, não para augmentar os rendimentos nem para mercadejar, como os nossos usam, mas para se embeberem de optimos principios, para aprenderem excellentes artes e disciplinas, e se prepararem assim provisões para a velhice, sobre as quaes nem sequer a fortuna tem direito nenhum.

Ora tal felicidade se ha de realizar, creio eu, não somente além de tuas esperanças, mas ainda além de tuas aspirações. E acredita-me, ó excelso varão, entre nós não menos glória te grangeiam elles a ti, do que para si erudição de litteratura. Quanto a mim, de tal modo os amo ou por teu respeito ou pela pessoa d'elles a tal ponto me sinto por elles amado, que me parece quasi ter tomado o teu lugar no amor e nos cuidados.

Com esta confiança atrever-me-hei a pedir-te, varão illustrissimo, que dês, com teu poderoso valimento, tão boa proteção á minha carta, a qual já agora toda estremece e se horrorisa de ter de submetter-se ao juizo do teu rei, como de Apollo, que experimente antes a indulgência do que a censura daquella tão grande majestade. Adeus. Em Florença a 17 de Agosto de 1489.

A carta de D. João II a Angelo Poliziano teve larga divulgação ainda no seculo XV e em todo o seculo XVI. Na *Bibliographia Geral Portuguesa*, publicada pela Academia das Sciencias de Lisboa em 1941, a pags. 307-320, apontam-se trez impressões nesse periodo. Mas houve outras posteriormente, que alli estão proficientemente descriptas. Só esqueceu a de 1932, na segunda edição deste escripto, com a novidade da traducção do Rev. Padre Francisco Rodrigues, illustre historiador da Companhia de Jesus em Portugal.

A novidade nesta correspondencia entre Angelo Poliziano e D. João II está em que os louvores vêm-nos de retôrno. O humanista italiano offerece-se para pôr em bom estylo latino a historia das nossas façanhas, mas justifica a sua offerta com a propria versão heroica portuguesa de taes façanhas; diz ao rei o que elle queria que sobre tal materia se dissesse. Não bastava o louvor; era necessario

que esse louvor vestisse determinada forma, a official. E com isso, com a sua auctoridade de latinista e esse conhecimento da verdadeira orthodoxia ácerca da materia, Angelo Poliziano reunia as condições precisas e foi aceito.

Dei todo este realce á correspondencia entre Angelo Poliziano e o rei D. João II, porque este episodio articula os descobrimentos portuguezes dessa phase africana á atmosphera de alta estimação da gloria, que na Italia se creára, como directa consequencia do seu exaltado individualismo moral e politico. Foi a Italia da Renascença que ensinou o mundo a admirar e cultuar a gloria, isto é, a notorièdade dos feitos individuaes, livremente individuaes, já no campo da acção, já no campo da intelligencia, ainda que não tivessem caracter marcial e fosse qual fosse a proveniencia jerarchica desses individuos realisadores. A estirpe regia e a santidade deixaram de ser os alfobres das grandezas do mundo. Foi alli que se iniciou o culto dos grandes homens, a amorosa preservação dos lugares do nascimento e morte delles, dos seus tumulos e das sua recordações pessoaes. A coroação dos poetas foi uma alta forma desse culto. E a emphase da epistolographia, da eloquencia, da poesia heroica e da historiographia panegyrica era uma nova arte de expressão de novas e grandes coisas. Dessa epistolographia Poliziano, justamente, e Bembo são os representantes maiores. A carta litteraria, destinada a um vasto publico, era já uma forma de consagração. O humanista era o verdadeiro administrador da gloria. Foi por isso que Jacob Burckhardt, no seu famoso quadro da cultura da Italia da Renascença, mencionou esse episodio relevante da correspondencia entre Poliziano e D. João II (V. Cap. III da Parte II dessa obra).

A carta principal de Angelo Poliziano deverá ter contribuido grandemente para ensinar a julgar epicamente e a expressar epicamente os feitos dos portuguezes, que então sabiam fazer, mas não sabiam dizer. Eram artistas da acção, mas não da palavra. (V. bibliographia sobre Poliziano em M. Scherillo, *Il Rinascimento*, Milano, 1926).

Mas a recusa orgulhosa e descortês de Affonso V a Flavio Biondo é repetida depois por D. João III, soberano pouco esclarecido, a Paulo Giovio (1483-1552), que seria tido por venal, mas que tomava rigorosamente a serio os seus exercicios rhetoricos. Esse amor da perfeição artistica era inseparavel da alta virtuosidade estylistica dos humanistas: "...até nos mediocrissimos era viva a fé na sua arte e o desejo de se tornarem perfeitos nella". (De Sanctis, *Ibidem*, pag. 336). A obra que relembra o nome de Paulo

Giovio é de historiographia: *Historiarum sui temporis libri XLV*, Florença, 1550-1552. E bem recordado é por uma grande bibliographia critica moderna e por um bom retrato.

Entretanto dava-se a consagração universal da actividade descobridora, quando se espalhou no mundo a nova do achamento do caminho maritimo para a India. Tal actividade ia produzir bons negocios e muito dinheiro. A causa principal da primitiva impopularidade dos descobrimentos fôra a sua esterilidade economica. Deixou de haver descontentes daquelles, que o Velho do Restello personificaria. João de Barros detem-se a descrever a grata impressão que produziu nos dissidentes o grande lucro da primeira viagem á India (*Decada I*, livro VI, cap. I). A embaixada pomposa ao papa Leão X é um symbolo dessa consagração. Os dizeres emphaticos dos oradores, Diogo Pacheco e João de Faria, foram glosados em poemas numerosos por Cipellius, Blossius, P. Cursius Carpinen, Lancelotus Politus, D. Dardanus, Janus Vitalis Panormitanus (11), Camillo Porzio — todos memorados por William Roscoe na sua classica biographia de Leão X e transcriptos pelo Padre Francesco Cancellieri na sua obra *Roma Lusitana*, publicada em Milão, 1926, pelo Marquês de Faria no vol. 5.º da serie *Portogallo e Italia*.

Nem de todos os poetas latinisantes da Italia conservou a historia uma lembrança muito viva. Por vezes a identificação é difficil. Neste grupo, Porzio deveria ser Simone Porta Porzio (1497-1554), philosopho e medico da côrte de Leão X, onde gozou de grande acceitação e tambem de grande liberdade de pensamento. O que torna hesitante essa identificação é a edade desse Porzio: no tempo da embaixada de Tristão da Cunha teria 17 annos... Outro Porzio posterior é o filho do medico, registrado pela historia litteraria, Camillo Porzio, continuador da obra historiographica de Paulo Giovio (1525-1580), nascido nas vesperas do regresso de Sá de Miranda da sua Italia a Portugal e morto no anno em que Portugal cahe em catalepsia. Segundo João de Barros, este segundo Porzio sentiu tambem o fascinio das coisas portuguezas e exaltou a conquista de Malaca em 1513 por Affonso de Albuquerque. Deve haver aqui uma confusão entre o pae e o filho.

(11) — Não confundir este poeta da côrte de Leão X com o seu homonymo Antonio Beccadelli, il Panormita (1394-1471), precursor de Pontano e Sannazaro, segundo De Sanctis (I, pag. 290, ed. cit.).

Quanto a Lancelotus Politus, faz pensar em Polites, amigo de Nicolau Clenardo, mas um Polites que era Joaquim e não Lancelotus; este deve ser o nome secular de Frei Ambrogio Catarino di Siena, arcebispo de Cusa, morto em 1552. Assim o identificou Joaquim de Vasconcellos na sua confusa edição dos dialogos de Francisco de Hollanda, *Da Pintura Antigua*, Porto, 1930, pags. 42-43, e assim apparece num fugidio passo da *Enciclopedia Italiana*.

Cipellius é, sem duvida, Giambattista Cipelli, chamado Egnazio, veneziano (1473?-1553), amigo de Pietro Bembo e de Erasmo, que andou em missões diplomaticas por França, as quaes lhe attrahiram a inimizade de Carlos V. Dos outros poetas lusophilos mencionados por Roscoe, nada sei por agora.

Os portuguezes sabiam da curiosidade que despertavam entre os humanistas e orgulhavam-se della. Havia seu quê de cabotinite nessa conquista da attenção romana, para poder lêr os proprios louvores em latim, num latim que toda a gente culta do mundo entendia. Era a consagração appetecida, como nos tempos modernos a miragem de Paris e da nomeada em francês. A vaidade nacional começou então a soffrer das limitações do idioma portuguezs.

Em 1555, João de Barros no *Panegyrico da Infanta D. Maria* — que parece mais um elogio historico do pae, Manuel I — dá-nos um pequeno quadro de nomes desses celebradores da gloria portuguesa: “Que tudo isto celebrado é por poetas e oradores, que em Roma e outras partes publicaram tão excellentes victorias. Testemunha é do que digo Camillo Porcio, que em hũa magnifica oração, que fez ao papa Leão X, celebrou a tomada de Malaca, cujo traslado veio a estes reinos, por industria do doutor Jorge de Faria, que naquelle tempo servia de embaixador em Roma. Testemunhas são Policiano, Filipe Beroaldo, Blosio, Palladio, Pierio, Casalio e outros, que em metro e prosa espalharam pelo mundo estes triumphos d’el-rei vosso padre... (Pag. 171 da edição Rodrigues Lapa).

A segura identificação destes nomes e de suas obras de materia lusitana, obras menores ou de circumstancia no conjunto do labor desses humanistas, é cheia de embaraços para quem não fôr italianisante profissional, especializado nesse restricto departamento: poetas latinisantes italianos da Renascença. As bibliothecas portuguezas não dispõem dos indispensaveis instrumentos de informação.

Filippe Beroaldo é o nome de dois auctores bolonheses: o primeiro viveu entre 1453 e 1505; o segundo, tambem

designado Philippe Beroaldo, o Moço, era seu primo e viveu entre 1472 e 1518, e foi protegido por Leão X. E' este, sem duvida, o citado por João de Barros. Blossius é a latinisação do nome do theologo belga, François-Louis de Blois, que viveu de 1506 a 1566, foi companheiro de collegio e amigo de Clenardo, que de Portugal lhe escreveu cartas e lhe louvou o talento trilingue: sabia latim, hebreu e arabe (V. Cerejeira, *Clenardo*, pags. 36, 382 e 371). Mas como podia este Blossius, com oito annos de idade ao tempo da ida de Tristão da Cunha, com seu elephante, a Roma, ser o poeta louvador da embaixada, como quer Roscoe? E' outro Blossius, de que a historia não conservou grande memoria. O problema pode ter sua solução muito simples: supprimindo no texto de João de Barros a virgula entre os nomes de Blossio e Palladio. Fica-nos então o de Blossio Palladio, humanista, secretario de Clemente VII e Paulo III, cujo nome verdadeiro era Biagio Pallai. Morreu em 1550, o que não torna inverosimil suppor que pudesse poetar sobre themas do reinado manuelino. Quanto a Pierio e Casalio: serão Pierio Valeriano (1477-1560) e Giovanni della Casa (1503-1556) ?

Em 1934 appareceu em Florença, numa cuidada edição, um *Emmanuelis Portugalliae Regis Elogium*, devida a diligencias do então ministro portuguez Henrique Trindade Coelho, que teve a intelligente deliberação de empregar em tarefas eruditas a sua ociosidade de funcionario diplomatico sem problemas. Esse panegyrico, ainda então inedito, está redigido em discurso directo e destinava-se a ser enviado ao soberano. Mas ficou na Italia e só Trindade Coelho Filho o salvou do esquecimento. É, ou foi, um bellissimo pergaminho, illustrado nas letras capitaes pelo famoso illuminador Boccardino e encerra duas paginas de summo valor artistico, uma com o mappa das terras e oceanos recém-descobertos pelos portuguezes, outra com o emblema real, mas já hoje grandemente delidas pelo tempo. O seu declarado auctor é Giovanni Poggio, filho de Francisco Poggio, florentino — dizem os prefaciadores —; mas Giovanni Poggio era bolonhês e pela chronologia pode muito bem arcar com a auctoria do panegyrico. O prefacio deste valioso manuscripto nada adianta sobre a identidade do auctor, nem sobre as circumstancias da redacção do *Elogium*, sua data e seu extravio, até ir dormir na Bibliotheca de Lourenço de Medicis, de Florença, sob o numero MLXXVII.º Nem taes noticias interessavam muito á these que estamos demonstrando. O essencial é recolher esse echo da reper-

cussão dos descobrimentos portuguezes no mundo dos humanistas e registrar a phraseologia de emphase lendaria que expressa tal echo. Este Poggio estava bem informado do typo de elogio, que ao rei agradaria, porque fere notas flagrantes, sem esquecer a essencial: que os feitos reaes dos portuguezes excediam os dos antigos, historicos ou phantasticos. Para elle, de harmonia com as concepções geographicas anteriores a taes descobrimentos, a ilha Taprobana era o symbolo da superação dos velhos limites do mundo pelas navegações lusitanas. Reproduzo um passo desse *Elogium* e traduzo-o em seguida, para exemplificar o tom geral da obra:

“Gentes autem quas domuisti quis unquam audivit? Quis novit? Omnes revolvantur annales, omnes perlegantur historiae, geographia tota perquiratur exactius, nulla de his nationibus fit mentio, nulla certa habetur notitia, quas tu tua virtute perlustrasti et ingenti animo domuisti. Qui ergo fieri poterat ut illarum vires, ingenia consiliave quis nosceret, ignotarum penitus et in alio fere orbe sepositarum? Ab ultimo namque occidentis termino incipiens ad extremam usque orientis plagam armis victricibus cuncta percurrens et polum alterum mortalibus aperiens, maritimas omnes nationes ad meridiem sitas ditioni tuae subiecisti. Gentes feras prius palantesque ac belluino ritu viventes, mitefactas tandem intra urbes et oppida per te fabrefacta posuisti, Deique veri culturam edoctas, ad verae politicae normam deduxisti. Novissime Taprobanam insulam, totius orbis primariam, immo verius alterum orbem a Geographis nuncupatam, vel iuxta Plinii sententiam extra orbem sitam, classis tua invadens, parva manu innumerabiles hostium copias fudit, regemque insulae tibi vectigalem fecit. O rem mirabilem, o rem inauditam, o rem incredibilem! Quis namque crederet Portugallenses ad Indiae littora venturos? et, quod mirabilius est atque incredibilius, Taprobanae etiam imperaturos, quam neque Bacchus prius, neque Hercules, neque quisquam alius armis unquam attigisse legitur? Magnus Alexander ille Asiae totius perdomitor licet Indiam penetraverit, et ad Gangem usque cum exercitu victore pervenerit, Taprobanam tamen lacessere non est ausus, Nearchum classis praefectum tantum mittens ad situm insulae explorandum, qui et innocuus inde abiit. Paucissimos quoque atque inermes eodem accessisse comperimus. Plinius, in libro VI Naturalis Historiae, refert Claudii temporibus Annium quemdam tempestatibus in

insula delatum, plura de moribus et situ insulae postae rettulisse. Tu vero illam non solum armis invadere (non) expavisti, sed vectigalem, post ingentem victoriam, tibi etiam reddidisti". (Pags. XXII-XXIII).

Ou na minha pobre traducção portuguesa:

"Quem jamais ouviu fallar dos povos que domaste? Quem os conheceu? Que se revolvam todos os annaes, que todas as historias sejam lidas de ponta a ponta, que toda a geographia seja indagada mais exactamente, não se faz menção, não se tem nenhuma noticia dessas nações, que tu por teu valor illustraste e com ingente animo domaste. Que se poderia fazer, portanto, para que alguém conhecesse os varões, os engenhos ou os designios daquellas nações quasi ignoradas e situadas quasi noutró orbe? Na verdade, principiando no ultimo termo do occidente, percorrendo o mundo todo com armas victoriosas até á extrema praia do oriente e abrindo aos mortaes o outro polo, subjugaste ao teu dominio todas as nações maritimas situadas ao meio dia. Collocaste gentes ferozes e antes errantes, que viviam no culto dos animaes, finalmente amansadas entre cidades e praças erguidas por ti, e ensinadas no culto do verdadeiro deus, trouxeste-as á norma da verdadeira politica. A tua armada, invadindo por fim a ilha Taprobana, a primeira de todo o orbe, mas mais verdadeiramente designada pelos geographos como outro mundo, ou segundo a opinião de Plinio situada fora do mundo, derrotou com pequeno contingente innumeraveis tropas inimigas e fez o rei da ilha tributario teu. Que coisa admiravel, que coisa inaudita, que coisa incrivel! Quem creria jamais que os portugueses houvessem de chegar á India? E que coisa ha mais admiravel e mais incrivel que viessem a dominar tambem a Taprobana, á qual antes nem Baccho, nem Hercules, nem qualquer outro se lê que houvesse attingido? Aquelle Alexandre Magno, dominador de toda a Asia, reconhece-se que tenha penetrado a India e chegado ao Ganges com o exercito vencedor, comtudo não ousou desafiar a Taprobana e apenas mandou Nearcho, almirante da armada, a explorar o lugar da ilha, o qual, ainda que sem receber damno, d'ahi se retirou. Sabemos que pouquissimos tambem e sem armas tenham chegado ao mesmo lugar. Plinio, no livro VI da Historia Natural, conta que no tempo de Claudio um certo Annio foi ar-

rastado pelas tempestades até á ilha e que depois teria contado muita coisa acêrca dos costumes e da posição da ilha. Mas tu não sómente não temeste invadi-la pelas armas, mas tambem, após grande victoria, tornaste-a tributaria tua”.

A parte substancial do *Elogium*, ainda que menos addicta á materia desta monographia, é uma apologia das virtudes capitaes de um principe perfeito, mestre na arte de governar, e a demonstração dialectica de que todas ellas se encontravam na pessoa do soberano portuguez. Demonstração, quando não simples attribuição gratuita. Filia-se, deste modo, o escripto panegyrico de Poggio na velha tradição litteraria da philosophia de principes — como certeira-mente apontou o illustre professor F. Rebello Gonçalves na primeira analyse do *Elogium*, que publicou na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* e logo recolheu em *Philologia e Litteratura*, São Paulo, 1937, pags. 473.

Decennios mais tarde, D. João III recebe dedicatorias de Erasmo, a quem Damião de Goes communicara sentimentos de lusophilia, e de Luís Vives. Este repete termos bemquistos da vaidade nacional. Quem louva e quer cobrar alguma coisa pelos seus louvores, tem de dizer o que sabe que o louvado espera ouvir. E esses humanistas sabiam bem o seu latim e o seu grego, mas sabiam igualmente vender as suas dedicatorias e os seu panegyricos. Ainda então não havia condecorações que embaratessem o trafico, sem sacrificio da vaidade. Escreveu em rigorosa phraseologia official Luís Vives: “Ausi sunt progenitores tui, Lusitania egressi, nova maria, novas terras, nova ataque incognita sidera scrutari...” (*De corruptis artibus*).

Na Allemanha, Damião de Goes tambem ouviu louvores e observou signaes de curiosidade intellectual pelos descobrimentos geographicos dos portuguezes, quando por lá andou em alto convivio (V. A. E. Beau, *As Relações Germanicas do Humanismo de Damião de Goes*, Coimbra, 1941). Já o relógio da historia ia muito adiantado. Outras preocupações dominavam naquelle ambiente, as da reforma religiosa sobre todas, e para Damião de Goes tambem os progressos da arte musical. E na Italia quanto se venha a dizer, entre os humanistas acêrca dos descobrimentos portuguezes e dos triumphos da India, soffrerá de perda de auctoridade, por-

que os humanistas cahiram em total descredito. E esse descredito, que recorda o desdem que em Roma inspiravam os philosophos gregos da decadencia, os scepticos e estoicos da portaria dos patricios, esse descredito provinha da sua immoralidade pessoal e tambem da sua incredulidade religiosa. Já a Contra-Reforma collaborava nesse juizo condemnatorio.

CAPITULO QUARTO

O THEATRO PRIMITIVO E OS DESCOBRIMENTOS

Quando se diz que Gil Vicente fundou ou inaugurou o theatro nacional, deve-se dar a este dizer o sentido seguinte: foi Gil Vicente quem estabeleceu o predominio da letra sobre a mimica, no theatro portuguez. O texto litterario é apenas um elemento do theatro e não o mais antigo. O theatro não é uma arte, mas um conglomerado de artes e de technicas artisticas: a arte de representar, com movimentos imitativos e palavras em proporções variaveis; a scenographia e a “caracterisação” dos actores; a architectura dos lugares da representação, directamente ligada á scenographia e á “caracterisação”, a dansa, a musica; o publico de espectadores, seu gôsto, seus problemas e seus costumes; a base economica ou a origem dos recursos que o sustentam. Tudo isto se funde nos elementos seguintes: actores, auctores e publico. Cada elemento caminha na historia com seu rythmo proprio, sem obrigatorio equilibrio ou solidariedade de marcha. O theatro grego deu o predominio á palavra sobre o movimento mimico; a Edade Media, com sua intensa vida de culto religioso e sua nova confusão creadora, restabeleceu o predominio da mimica sobre a palavra; a Renascença italiana, pondo outra vez em vigencia a arte dos antigos, restaurou o predominio do texto verbal ou da declamação como base do theatro, que passou a concentrar-se na vida interior das personagens ou nas pessoas que simulam certa acção ou certo antagonismo de almas; e agora, o theatro russo da era socialista, voltando ao culto partidario e á multidão sob o céu descoberto, regressa tambem ao predominio do movimento, tornando-se encenação de collossaes quadros vivos, mas pobres de vida interior. Estas grandes phases seccionam-se em periodos diversos, segundo a composição daquelle conglomerado de artes e technicas artisticas, a que não é estranho o progresso da mecanica, da iluminação e outras applicações da sciencia moderna. Mesmo dentro da concepção renascentista, que faz do theatro um espectáculo substancialmente litterario, ha duas direcções muito differentes: a classica ou italiana e a iberica ou hispano-portuguesa. A primeira tem por base a directa e fiel imitação dos antigos, e entra em Hespanha com Bartolomé Torres Naharro, que

viveu na Italia, e com Lope de Rueda, tambem italianisante; e em Portugal com Sá de Miranda, que á Italia foi tambem. A segunda é tipicamente peninsular, nasce nas cercanias da fronteira portuguesa, por Salamanca e seu termo, á sombra da Igreja e da nobreza, com Gómez Manrique, Juan del Encina e Lucas Fernández; tem raizes nos mysterios medievales e toma a forma de egloga dramatica de proposito religioso. Em Portugal entra com Gil Vicente, que traduz para “beirão” o saliente character “sayaguês” desse theatro e logo o eleva a um esplendor insuspeitado nos rudimentos de Encina, ampliando-o em theatro de critica social com o mais livre alcance para os seus quadros e com aquellas maravilhosas evasões lyricas de que nasce o sentido transcendente do seu theatro, em compensação das suas descidas burlescas. Ambas estas direcções convergem na caracteristica do dominio absoluto da palavra ou do texto litterario, sempre em verso nas eglogas de Encina e nos autos vicentinos, e preferentemente em prosa nos auctores italianisantes. Convergem ainda na influencia que ambas recebem, a seu tempo, de uma obra dramatica irrepresentavel, a *Tragicomédia de Calisto y Melibea* ou *La Celestina*, de Fernando de Rojas, que é theatro para leitura ou novella dialogal, mas que aprofundou a analyse psychologica, isto é, exemplificou com pleno exito esse tal dominio da palavra sobre a mimica. Se bem que houvesse inter-penetrações das duas correntes, pôde-se affirmar e até assignalar o sentido opposto das duas correntes renascentistas que em parte nenhuma tão flagrantemente se apartam: o theatro poetico peninsular, o que procede de Encina, Lucas Fernandez e Gil Vicente, jamais extrema os tons varios da poesia e da construcção dramatica, comico, tragico, lyrico e todas as graduações delle, é heteroclitico ou indifferenciado e compensa o sacrificio da mimica movimentada com as convenções da accumulacão de argumentos rapidamente esboçados e situados nos mais variados e distantes lugares, percorridos no breve tempo da representacão. Tudo contrario faz o theatro classico na sua marcha rectilinea para o rigoroso acatamento das unidades de accção, de tempo e de lugar e para a homogeneidade de tom e character. Cada corrente possui seus theoricos, lembrados já na *Historia da Litteratura Classica*. Como houve no seculo XVI, na Italia, uma longa doutrinação preparatoria da estylisacão da poesia epica e talvez da esterilisação da musa epica, assim houve em França, no seculo XVII, uma longa campanha doutrinarica a favor da concentração e da purificaçao do theatro classico, á qual parece responder Lope

de Vega com seu tratado rebelde, *El arte de hacer comedias en nuestro tiempo*. Foi Lope que herdou todas as conquistas estheticas do grupo creador do auto, em que não cabe a iniciativa a Gil Vicente, mas lhe cabe a superioridade de inspiração e a coragem para levar essa forma de Encina muito além da pastoral dialogada (V. *Ultimas aventuras*, pags. 262-268).

Em Gil Vicente, que poetou e enscenou os seus autos, durante trinta e quatro annos, em pleno apogeu da gloria imperial de D. Manuel I e D. João III, até á chegada das sombras crepusculares, está presente esse orgulho nacionalista, que determina a epopêa, por exemplo na apologia que nas *Barcas* faz dos cavalleiros que morriam em terras de ultramar pela expansão da fé e na *Exhortação da guerra*, vibrante como apothese final de magica moderna. Mas o pendor critico do espirito do comediographo levava-o antes a ver as consequencias sociaes e moraes dessa politica imperial, preferia vagar pelos subterraneos da vida e das suas dissimulações do que cantar heroismos. Por muito heteroclitico ou indifferenciado que fosse o seu theatro, o poeta sentia bem a distincção que ha entre a representação dramatica e a celebração heroica, entre a analyse moral e o canto enthusiastico. Este deveria procurar outro canal para a sua expressão.

E existiria elle? Haveria na phase pre-vicentina do theatro de Gil Vicente, que deu o predomínio da palavra sobre o movimento, algum theatro predominantemente movimentado, onde melhor coubessem encenações de apologia heroica? Parece que sim. Eram os mômicos medievaes, que nos primordios dessa consciencia heroica dos portuguezes receberam dos descobrimentos e conquistas ultramarinas adherencias pittorescas de exotismo, as quaes bem se casavam com a sua movimentação pouco fallada.

Os chronistas não são muito explicitos sobre tal materia, mas alguma coisa nos deixam entrever, quando são lidos com attenção minuciosa. Que houve uma constante tradição de “arremedilhos” ou mômicos prova-o a velha referencia de um documento de 1193, do tempo de D. Sancho I, documento publicado por Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo: o rei fazia suas doações a dois bôbos, em pagamento dos mômicos que elles lhe encenavam. No *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Rezende, ha referencias varias a mômicos e entremeses: Ruy de Sousa, contemporaneo de D. Affonso V, é declarado numas trovas de Alvaro Barreto

*...tal fazedor de mômos
qual ante nós se nam sabe.*

(Pag. 276-277 do vol. 1.º da ed. Kaussler)

Duarte da Gama consigna a frequencia delles:

*Nom ha hy mays entremeses
no mundo oniversal
do que ha em Portugal
nos Portugueses.*

(Pag. 514-515 do vol. 2.º da mesma edição)

De “breves” ou “cimeiras”, que eram a pequena parte litteraria dos mômos, com seus episodios parcellares, os quaes eram os entremeses, tambem ha exemplos no *Cancioneiro Geral*. E ha ainda alli allusão a um apparatuso mômo, com que se festejou no paço o casamento da Infanta D. Leonor, irmã de D. Affonso V, por procuração, com o imperador da Allemanha, Frederico III (pag. 367 do vol. 1.º da ed. Kaussler). E assim chegamos ao ponto capital: relações do velho mômo com os descobrimentos e suas consequencias de prosapia nacional.

Parece que as bôdas reaes se festejavam sempre com grandes espectaculos de mômos, emquanto a nova direcção dramatica de Gil Vicente se não annunciou triumphalmente, como succedeu logo em 1502. Temos noticia de três grandes representações de mômos, para festejar nupcias regias ou principescas: em Agosto de 1451, por occasião do casamento da infanta D. Leonor com o Imperador Frederico III da Allemanha (12); em Novembro de 1490, por occasião do casa-

(12) — Esta infanta foi entregue a seu marido em Siena por uma comitiva de cavalleiros portugueses, da qual fazia parte Lopo de Almeida, que foi o chronista do facto em quatro cartas endereçadas a Affonso V. Foram ellas varias vezes publicadas, tambem por mim na *Revista de Historia*, vol. 8.º, Lisboa, 1919. Mas a melhor edição é a do Prof. Rodrigues Lapa, verdadeiramente critica, a qual tem o titulo seguinte: *Textos de Litteratura Portuguesa — III, Lopo d'Almeida, CARTAS DE ITALIA*, Lisboa, 1935, XIX — 48 pags. — A pintura perpetuou o facto.

Na obra *Toscana, Parte Seconda*, vol. 6.º da collecção *Attraverso l'Italia*, publicada pelo Touring Club Italiano em Milão, 1935, ha a pag. 157 uma linda reprodução do fresco do Palacio Piccolomini, com a seguinte legenda: “42 Enea Silvio Piccolomini presenta Eleonora di Portogallo all'im-

mento de Infante D. Affonso, filho de D. João II, com a Infanta D. Isabel, filha dos Reis Catholicos; e em Dezembro de 1501, por occasião do casamento do rei D. Manuel I com a Infanta D. Maria de Castella, irmã da precedente. Os historiadores litterarios só têm dado attenção á segunda destas representações acima enumeradas, mas a consideração dellas em conjuncto alguma coisa nova suggere.

Da primeira ha noticia na *Chronica de D. Affonso V*, de Ruy de Pina:

“E depois em todos os dias que a Imperatriz esteve na cidade ante de sua partida houve sempre mui suntuosos banquetes, em que d’El-Rei e da Rainha foi muitas vezes convidada, e asi os embaixadores e Infantes, como em ricos momos que o Infante D. Fernando por si fez, e outros de muito mór riqueza e singular invenção, que o Infante D. Anrique mandou fazer, com outros de muitos senhores e fidalgos, e sobre todos o d’El-Rei, em que desafiou os cavalleiros para as justas reaes, que manteve na Rua Nova, com condições mui excellentes e de grande gentileza, e assi propostos grados e empresas mui ricas para quem mais galante viesse á tea e assim melhor justasse. A que o Infante D. Fernando veiu com seus ventureros vestidos de guedelhas de seda fina como selvagens, em cima de bons cavallos envestidos e cubertos de figuras e côres d’alimarias conhecidas, e outras diformes, e todas mui naturaes, e o Infante D. Fernando por melhor justador venceu então o grado, que foi uma rica copa de que fez logo mercê a Diogo de Mello. E assi vieram outros seis ventureros do Infante D. Anrique ricos e em boa ordenança, e após elles outros muitos, que no primeiro dia e em outros quatro que El-Rei manteve justaram, em que se fizeram notaveis e maravilhosos encontros. E depois das justas houve touros, e canas e mais momos e banquetes e muitos entremeses de grandes in-

peratore Federico III, fuori di Porta Camollia in Siena, affresco del Pinturicchio. E’ la quinta delle dieci storie dipinte nella Libreria Piccolomini. L’artista a rappresentato anche la colonna che venne poi collocata a ricordo del fatto. Nel fondo, porta Camollia e la città come erano al principio del Cinquecento, allorché l’artista umbro eseguiva questo bellissimo siclo pictorico”. Tambem ha noticias de interesse acêrca deste casamento no livro de E. A. Strasen e Alfredo Gandara, *Oito seculos de historia luso-allema*, Lisboa, 1944, pags. 69-90.

vensões, e com muita custa' (Pag. 123 do vol. 2.º da ed. Mello de Azevedo).

Este trecho mostra que nas festas de 1451 se representaram muitos mômicos, custeados uns pelo Infante D. Fernando, irmão do rei e herdeiro presumptivo do throno, outros pelo Infante D. Henrique, tio do rei e da rainha, daquelle infante festeiro, que lhe havia de succeder no mestrado da Ordem de Christo, e tio tambem da nubente, por quem deixou Sagres para vir fazer-lhe homenagens congratulatorias. Estes mômicos estiveram associados a justas ou torneios e a touradas. Só nos leva o espirito para os descobrimentos aquella referencia aos selvagens e ás "alimarias conhecidas, e "outras diformes". Equivaleria essa designação de "selvagens" á de indigenas africanos, já então bem conhecidos do triste commercio de escravos? E aquellas alimarias "diformes" seriam alimarias desconhecidas, em opposição á categoria anterior, "alimarias conhecidas". Neste caso, puramente conjectural, teriamos os primeiros elementos ultramarinos adheridos ao velho theatro portuguez pre-viceentino: selvagens e alimarias ou fauna exotica.

Na narrativa, que Garcia de Rezende nos faz, em sua *Chronica de D. João II*, dos mômicos de Evora, do casamento do Infante D. Affonso, temos mais elementos novos. Entretanto quarenta annos haviam decorrido; os aspectos politicos e economicos dos descobrimentos estavam mais patentes aos olhos dos homens de D. João II que aos dos cortesãos de seu pae. E a consciencia orgulhosa da exemplaridade de taes empresas era mesmo suscitada pelo interesse que ellas despertavam nos humanistas italianos; por esta data escrevia Angelo Poliziano a D. João II a celebre carta, transcripta noutro capitulo desta monographia. Estava-se na altura do reconhecimento da costa africana da Guiné, da Mina e do Congo. E diz Garcia de Rezende, em pagina já muito citada pelos historiadores da litteratura:

"E logo a terça-feira seguinte houve na sala da madeira muito excellentes e singulares mômicos reaes, tantos, tão ricos e galantes, com tanta novidade e differenças de entremeses que creio que nunca outros taes foram vistos. Entre os quaes El-Rei entrou primeiro para desafiar a justa que havia de manter com o nome de Cavalleiro do Cirne, e veiu com tanta riqueza e galantaria quanta no mundo podia ser.

Entrou pelas portas da sala com nove bateis grandes, em cada um seu mantenedor, e os bateis mettidos

em ondas do mar feitas de panno de linho e pintadas de maneira que parecia agua; com grande estrondo de artilharia que tirava, e trombetas, atabales e menestris altos que tangiam, e com muitas gritas e alvoroços de muitos apitos de mestres, contra-mestres e marinheiros, vestidos de brocados e sedas com trajos de allemães, e os bateis cheios de tochas, e muitas velas douradas accesas com toldos de brocado, e muitas e ricas bandeiras.

E assi vinha uma náo á vela, cousa espantosa, com muitos homens dentro, e muitas bombardas, sem ninguem ver o artificio como andava, que era cousa maravilhosa. O toldo e toldos das gaveas de brocado, e as velas de tafetá branco e roxo, a cordoada d'ouro e seda, e as ancoras douradas. E assi a náo como bateis com muitas velas de cera douradas todas accesas, e as bandeiras e estandartes eram das armas d'El-Rei e da Princesa todas de damasco, e douradas; e vinham deante do batel d'El-Rei, que era o primeiro, sobre as ondas um muito grande e formoso cirne, com as pennas brancas e douradas, e após elle na proa do batel vinha o seu cavalleiro, em pé, armado de ricas armas e guiado d'elle, e em nome d'El-Rei sahio com sua falla, e em joelhos deu á Princesa um breve conforme a sua tenção, que era quere-la servir nas festas do seu casamento, e sobre conclusão de amores desafiou para justas d'armas com oito mantenedores a todos os que o contrario quizessem combater. E por rei d'armas, trombetas e officiaes para isso ordenados, se publicou em alta voz o breve e desafio com as condições das justas e grados d'ellas, assi para o que mais galante viesse á téia, como para quem melhor justasse.

E acabado, os bateis botaram pranchas fora, e sahio El-Rei com seus riquissimos mômos, e a náo e bateis que enchiam toda a sala se sahiram com grandes gritos e estrondo de artilharia, trombetas e atabales, charamelas e sacabuxas, que parecia que a sala tremia e queria cahir em terra.

El-Rei dansou com a Princesa, e os seus mantenedores com damas que tomaram; e logo veio o Duque com fidalgos de sua casa com outros riquissimos mômos. E veio outro entremês muito grande em que vinham muitos mômos mettidos em uma fortaleza entre uma rocha e mata de muitas verdes arvores, e dois grandes selvagens á porta com os quaes um homem d'armas pelejou e desbaratou, e cortou umas cadeias e cadeados que ti-

nham cerradas as portas do castello, que logo foram abertas, e por uma ponte levadiça sahiram muitos e mui ricos mômos, e em se abrindo as portas sahiram de dentro tantas perdizes vivas e outras aves que toda a sala foi posta em revolta e cheia d'aves que andavam voando por ella até que as tomavam.

E sahindo este grande e custoso entremês, veio outro em que vinham vinte fidalgos todos em traje de peregrinos com bordões dourados nas mãos, e grandes ramaes de contas douradas ao pescoço, e seus chapéus com muitas imagens, todos com manteos que os cobriam até o joelho, de brocados, e por cima com remendos de veludo e setim, e dado seu breve deitaram os manteos, bordões, contas e chapéus no chão, e ficaram ricamente vestidos todos de rica chaparia, e os manteos e todo o mais tomavam moços da camara e reposteiros e chocarreiros quem mais podia, e valiam muito, que cada manteo tinha muitos covados de brocado. E assi vieram outros muitos e ricos mômos, que não digo, com singulares entremeses, riquezas, galantaria, e muitos com palavras e invenções d'ardileza acceitavam o desafio com as mesmas condições e dansaram todos até ante-manhã, e foi tamanha festa que se não fôra vista de muitos que ao presente são vivos, eu a não ousára escrever". (Pags. 94-96 da ed. Mello de Azevedo).

Basta comparar os dois textos, o de Ruy de Pina e o de Garcia de Rezende, para se concluir que houvera progresso neste genero de theatro (13). Um Brunetièrre, enfeitado pelas metaphoras da biologia, veria neste facto uma confirmação da sua assimilação dos generos litterarios ás especies animaes em lucta seleccionadora e em constante esfôrço de adaptação ao meio. Um Benedetto Croce, que nega esse progresso como autonoma carreira da arte, veria nelle o reflexo do progresso geral. E um Garcia de Rezende, homem prompto para se admirar das surpresas que o seu tempo lhe proporcionou, viu nesse opulento theatro da côrte de D. João

(13) — As pags. 62-66 referem-se, com larga transcripção, a uma *Arenga ou relação fiel das Festas que se fizeram na cidade de Evora no prazo do casamento do principe. D. Affonso*, attribuida a Ayres Telles de Menezes. Esse texto é evidentemente apocrypho pela sua linguagem e já seria suspeito pela sua origem: publicado por Antonio Lourenço Caminha, habil forjador de "obras ineditas". E se authenticico fosse, seria indiscutivelmente muito posterior ao acto, o que lhe retiraria todo o valor documental.

II mais outra maravilha dos tempos. O que será estranhavel é que na sua *Miscellanea* registrasse a introdução do auto em Portugal por Gil Vicente e não consignasse uma palavra a estes opulentos mômos.

Tinha havido, effectivamente, grande progresso geral. O orgulho das empresas ultramarinas ia mais alto, os recursos economicos eram maiores para o exprimir e a posição internacional do paiz obrigava a mais.

Estes mômos de 1490 estão, como scenographia, para os descobrimentos maritimos do seculo XV como o ambiente do Trianon, no tempo dos Luizes de França, para o pastoralismo do seculo XVII: estylisam a coisa em galantaria e luxo, trazem para os salões do paço e para o convivio despreocupadamente gozador da côrte a realidade rude e dominante fóra d'alli. E' o que significam aquella nau e aquelles bateis de velas douradas e todos illuminados, com sêdas e velludos á farta. Lá estão presentes os selvagens, que já foram vistos nos mômos da côrte de Affonso V, agora com seu castello de portas cerradas com correntes e cadeados, selvagens que são batidos, cadeias que são quebradas, castello que é entrado e tomado. Ha aqui uma evidente intenção symbolica: a de representar a tarefa de conquista militar e espiritual de Portugal nas terras negras. Este symbolo faz pensar na conjectura de Costa Lobo sobre certo episodio do *Juizo Universal*, de Miguel Angelo. D'onde poderia provir todo aquelle quadro bellico naval, a nau á vela, a sua grande guarnição armada, a simulação do desembarque, o estrondo da artilharia, senão da presença em todos os espiritos da actividade maritima descobridora? Outros elementos subsistem a par deste dominante aspecto: o cavalheirismo nordico, seu culto do amor e da mulher, os torneios ou justas, e aquelles chocarreiros ou bôbos que em chusma acordem a apanhar o que os peregrinos abandonam no chão. Os proprios peregrinos reminiscencias da vida medieval são tambem. O papel da palavra parece alargado, porque é maior a referencia feita aos "breves", alguns dos quaes foram archivados pelo proprio Garcia de Rezende em seu *Cancioneiro Geral*. Mas a encenação e o movimento continuam a predominar, mantendo aos mômos o seu character de theatro deslumbrador dos olhos e não de instrumento devassador da vida interna das almas. E' um theatro da superficie da vida collectiva, jamais das inquietações da consciencia dos individuos.

Os dois passos capitaes dados pelos mômos no tempo de D. João II, alliança da materia dos descobrimentos maritimos e alargamento do lugar occupado pela palavra, consolidam-se nos mômos de 1500, da côrte de D. Manuel I. Temos uma descripção delles na narrativa que o embaixador castelhano mandou aos seus soberanos. Foi elle Ochoa de Ysasaga e guarda-se no Archivo de Simancas, d'onde o fez copiar Francisco Adolpho Varnhagen em 14 de Agosto de 1846, segundo se declara no proprio original, para o reproduzir no tomo 2.º do seu *Florilegio da Poesia Brasileira*, em Lisboa, 1850. Este *Florilegio* foi reimpresso pela Academia Brasileira de Letras em 1946. Achei, porém, duvidas varias no texto, sobretudo nos trechos portuguezes; mandei-o, por isso, photographar. E é pela fotocopia que faço a presente leitura. E' o mais importante dos três depoimentos. Diz assim na sua parte mais substancial, com seus portuguesismos no castelhano e seus castelhanismos no portugês:

“Cuando ya se acabaron de adrezar los momos el Señor Rey hizo saber á la Señora Reyna para que se fuese y despidiendose de la infanta se fué con sus damas a la sala grande del aposentamiento del Señor Rey que estava muy llena de gente con grand estruendo como para fiesta que se esperaba y fuese derecho al estrado donde estava un doser de brocado y debaxo seis almoadas de brocado en rencle de dos en dos y asentose en cabo por la parte derecha dexando el lugar bacio para el Señor Rey y las mugeres y las damas se asentaron desde el pie del estrado adelante y luego comenzaron tocar los menestrilles muy altamente y despues salieron muchos momos con ynvenciones cada ynvencion con trompetas delante como aqui será declarado.

En cabo de la sala estava fecho un retraymento grande con paños de donde salió un huerto de encantamiento que venia dentro un arbol menbrillo grande muy bien echo con muchas ramas espesas llenas de candelas ardiendo. Y encyma del arbol un dragon muy espantable con tres cabezas ferozes y seis manos grandes y con la cola tenia rebujado todo el cuerpo del arbol y todo el huerto estava cubierto al derredor con paramentos de lienzo delgado y venian dentro seis damas Doña Leonor de Millan y Doña Maria de Cardenas é Doña Angela é Doña Leonor Enriquez é Doña Guiomar Freyre é Doña Maria de Sylva vestidas a la francesa. Y trahian en las cabezas unos chapirones

de cebty carmesi como mitras llenos de mucha pedreria y perlas y cadenas é otras joyas muy relusientes. Y encyma unos belos como se pintan en los paños franceses y unas ropas de terciopelo negro con mangas anchas y con colas largas trepadas y con unas letras por las orillas con cebty blanco debaxo del terciopelo. Y en las manos unas achas pintadas de cera ardiendo. Y en cabo del huerto venia echo un asentamiento principal con almoadas de brocado; pregunté para quién se habia echo aquello y dixieronme que el Señor Rey tenia acordado una vez de venir ally y que despues le dixieron que mejor hera venir despues con sus momos tras el huerto porque no fuera honesto para el venir ally sin la Señora Reyna. Y llegando el huerto delante de la Señora Reyna de la manera que venia parecia muy real inbencion y salliendo fuera las damas Doña Angela en nombre de todas dió un escripto á Señora Reyna que desia en esta maneira:

— Estando en Ytiopia en nuestro huerto damore Sagrado guardado por el Dragon usando de aquel poder que por los Dioses. nos fué otorgado de dar remedio a todos los verdadeiros amadores vino a nos lo pidir un principe tan enamorado que el so es conparacion de si mismo porque la grandeza de sua pena es mayor que nosa sabedoria y porque en tua alteza que he merecedor de seus amores está o remedio deles e no en nós o trazemus aqui á te pidir que o quieras remediar porque á tua soygecion estima mays estar todos seus Señorios e todos os cavalleros de sua compañía en poder de tuas damas e voso sean soygetos e sendo coza tan nova aquela que a todas podian dar remedio o viren pidir a ty por ver una princesa de tanta excelencia ouvemos por probeyto a perda deste poder e te pidimus que nos lo quieras otorgar porque o trabalho deste camiño se torne en muyto seu e noso descanso e teu servicio.

Despues de esto quitandose de alli el carro vino el Señor Rey con veinte Caballeros de los principales de su Corte echos momos con sua caratulas e cimeras con grande estruendo de trompetas e dieron dos bueltas por la sala danzando y despues el Señor Rey comenzó yr al estrado y la Señora Reyna des que sentio que hera él levantose y sallio á recibirle á la meytad del estrado y juntandose el Señor Rey quitó la caratula y el bonete y en grand placer reyendose hisieron sendas reverencias bien baxas el uno al otro y despues fueron a danzar una alta y una baxa y danzaron muy bien y volvieron á sen-

tar á su estrado y lo que trahia vestido el Señor Rey hera un jubon muy trepado y calzas negras á la derecha hasta la rodilla con unas barras de chaperia espesas y debaxo de la rodilla donde suelen apretar las calzas dos hilos ensartados de diamantes é piedras que relucian mucho y zapatos de cuero negros puntiagudos e una cinta de oro de martillo con una daga pequeñita colgada del é un collar de oro sin piedras y un sombrero frances lleno de joyeles con una cimera grande de plumajes y el cerco del bonete doblado lleno de chaperia y joyeles que relucian y todos los otros momos venian desta misma librea é muy bien atabiados cada uno segund su estado y especialmente el Duque de Coymbra trahia un collar de oro con mucha pedreria y perlas muy gruesas y la calza esquierda muy llena de piedras y perlas de la rodilla arriba y el sombrero con su cimera con muchos joyeles y encima del bonete traya dos sartales de perlas gruesas y lo que traya cada uno de los otros no pongo aqui porque seria prolixidad. Salvo que despues de asentados el Rey é la Reyna en su estrado cada uno dellos llegando a su dama quitó la caratula e dió cada uno á la suya su escripto y despues danzaron con ellas. Y esta misma forma tenian cada uno de todos los otros que venieron despues deestos.

Despues de esto venieron otros quatro cavalleros echos momos muy luzidos con sus caratulas y uno en nombre de todos dio un escripto á la Señora Reyna que decia asi:

*Mto. alta e escelente Reyna
e mto. poderosa Señora.*

*Veymos a este Seran cada un por sua dama
e vimos a sin razon que se faz a quen
ben ama e tornamos a pidir por merced
a vosa alteza que nos dê a quen nos
fez venir para que dê prazer a tal tristeza.*

Despues de esto vino uno con caratula que traya encadenado un gigante muy grande e muy feroz detras del tres momos muy lusidos con sus caratulas y llegando delante del estrado el que traya el gigante dio un escripto á la Señora Reyna que desia asi:

*Mto. alta y escelente Reyna
e mto. poderosa Señora*

mōdo y un abito de d'oro pelo Sarinesy de murcha de
 plus con unas lazadas que vestro el d'ya g'raso con
 Alcomz y una cinta de marmoris de oro de mar tello
 muy fina y linda y un collar de las esmeraldas
 y otra de abena en la cintura y un tocador de oro
 de martillo todo de emes muy fino y otra gargana
 de uñilo de plus gruesas con una de diamantes
 y g'ndada de y murchas de perlas con las manos
 y van de yris y de yris da mas todas muy bien atada
 das y perfiladas
 Al d'no Rey lleno de la d'na Reyna de braca es
 q'erb hasta la cintura y de arriba la alca de g'udio de
 d'ho ash d'pal y d'xo la m'za g'out'f'ca el d'ho
 de fez q' d'xo la de g'allo y estaba con albrado
 de taba de uox como en d'ho y una de grand
 d'na y q' d'ho d'anderos de plata y el d'p'ar' d'ho
 hornamentos de braca pelo y la cintura y el bra
 uilo de ca d'ho con unido de perja y y p'ido
 un d'ho muy bien de las d'ho de d'ho d'ho
 el d'no Rey de fezo con la ofrenda de d'ho me
 q' y de los d'ho d'ho y los d'ho d'ho d'ho
 d'na d'ho y el d'ho d'ho y la paz d'ho
 al d'no Rey con g'out'f'ca con d'ho d'ho
 y no llenado de la d'na d'ho

Arabose la m'za d'ho de la d'na d'ho y el d'ho
 de d'ho de la d'na d'ho de las d'ho d'ho
 cada uno de su p'ca y el d'na d'ho de
 d'ho d'ho d'ho y en el todo los d'ho d'ho de
 d'ho d'ho y en el d'ho de d'ho de d'ho d'ho

Estampa I — Pagina 4a. da Carta do Embaixador Ochoa de Ysasaga aos Reis
 Catholicos, Ms. do Archivo de Simancas (Ref. Parte II, Cap. IV).

Una carta q' dizen dea gran y el p'ncipal de la
 de Rey e la Reyna non b'na en unido p'lo q' p'
 un fe y afutaron y en la Santa y con los Junco
 mis alegre n'ed el q' mod Rey de la m'na n'na que
 estava eno m'no y por q' b'ra ya Sabas bolu'oro
 el m'no de la b'na de la ym'na de ym'na de la ym'na
 de y someron d'ulos pedras y absp'nes de ym'na
 m'no de el p'ncipal de la Santa y q' d'aron q' los p'
 de d'aron de ym'na de los de b'nos de ym'na de ym'na
 de las calizas q' d'aron y p'ncipal de ym'na de ym'na
 de ym'na de la ym'na de ym'na de ym'na de ym'na

uny hom' de d'aron de ym'na de ym'na de ym'na de ym'na

de ym'na de ym'na de ym'na de ym'na de ym'na de ym'na

Estampa II — Pagina final da Carta do Embaixador Ochoa de Ysasaga aos Reis
 Catholicos, Ms. do Archivo de Simancas (Ref. Parte II, Cap. IV).

Yo soy embiado á ti del poderoso Copido el qual sabiendo que el Rey tu marido está en determinacion de haser guerra á sus henemigos deseando mas favorescervos que á todos asi por ambos ser los mays magnificos principes que nunca fueron como porque en tu casa ser junta toda la ferosura que su fe (sic) en el mundo haze ser loada te ofrece para su servicio al eso gigante que por amores de ysorfele fué traydo á sus presiones y con su fuerça te notifica por muy cierta la vitoria é te pide en satisfaccion de tamaño beneficio que mandes á las damas de estos tres suyos a que mas que a todos debe por buennos amadores que sus cruexas en ellos no usen porque si no se hemendan, muy presto seran culpadas en su muerte y el los tera perdidos.

Despues de esto venieron ocho romeros que iban á Santiago con sus bordones y conchas en un bergantin fecho artificialmente y llegando á la puerta de la sala desenbarcaron y uno en nombre de todos dio un escripto al Señor Rey que desia asy:

*Las nuevas van tan crecidas
Rey Santo de tu pasage
Que siendo por nos sabidas
Fecha la pelegrinacion
Te ofrecemos las vidas
A seguyrmos tu viagen.
Sabe que nuestra tencion
En esta guerra que tant'amas
Que es servirnos las dos damas
De las muy famosas Enrriquez y de Millan.*

Y despues de esto cada uno de estos romeros echaron sus ropetas y caratulas e dieron sus escriptos á las damas y danzaron con ellas.

Despues desto venieron ocho henemigos malinos muy ferozes y trujeron quatro momos muy lucidos con sus caratulas encadenados y un henemigo daquellos fué a dar un escripto á la Señora Reyna que desia en esta manera:

— En el ynfierno temos sabido ha muito tenpo que por tua vinda á estes reynos seriamos deles lanzados fora e de todo destruidos e agora soubemos por estes desesperados que nos suas damas les embiaron que tiñan já nelas recibida por Señora, e como de cosa tua nó po-

demos aber parte foy nos mandado trazer á estas avosas damas e a te pedir mandes a ellas que les der algun descanso poys por ello son mays atormentados que os otros que nos la fican.

Despues desto venierõ ocho almas con candelas encendidas en las manos que sinificaban la misericordia y detras un momo muy bien adrezado y las almas llegando delante de una dama que se llama Doña Leonor Enriquez, yncaronse de rodillas e dixierõ dos vezes á alta voz ave misericordia ave misericordia y luego se bolvieron y el momo dio á la Señora Reyna un escripto que desia en esta manera:

— *Mto. poderosa Reyna Señora.*

Yo soy uno de los tres que este otro dia pidimos a su Real alteza mandase á suas damas no nos tratasen tan mal y porque ya soy ofrescido para siempre servir una de su real corte le suplico mande guardar el costumbre que sus antepassados tovieron que hera en tales fiestas no consentir a suas damas llevar guantes esquierdos en la mano e agora segundo he visto es por lo contrario y si á tal caso vuestra real alteza diese lugar los de estrañas tierras desesperarian de tan escelente corte.

Despues de esto vino un page pequeñito con caratula y con una ropeta llena de manillas doradas y detras de el dos caballeros con ropas rozagantes de guadamecí verde y dorado á la francesa con sus caratulas y el page dio un escripto á la Señora Reyna y el traslado del no embio aqui porque no lo pude aver.

Despues de esto vino un hermitaño con su bordon y barba grande y detras una breña echa á manera de encantamiento donde venia metido un momo y dio un escripto á la Señora Reyna que desia asi:

— *Mto. alta é mto. escelente Princesa
é mto. poderosa Reyna Señora.*

Querendo miña ventura dar fin á miña vida ofrecioseme por enamorado en esta real corte de vosa alteza onde creceo tanto miña pena que cuydey que pacencia a podece resistir é fuyme aas montañas

onde me achey tan combatido de cuydado que por leyxar alguna memoria de miña tristeza é sentimiento comencey de camiñar en esse encantamiento en que vengo topando con ese hermitaño per esconjurações piadosas me pidio a causa de miña pena. Respondile que me fasia asi andar a mays ferosa dama do mundo que estaba en la Real Corte de vosa alteza e ele movido de piedad me dixo que o seguise.

Despues desto vino otro momo de la misericordia que vino antes disfrazado con otra manera de habito, con su caratula e dió á la Señora Reyna un escripto que desia asi:

— *Mto. poderosa Reyna Señora.*

Dos veces so ya venido delante tu real alteza a que pido por merced no me tenga por sobrado en le tanto importunar por los guantes ezquierdos porque soy venido de muy lexos y á grandes peligros.

Despues de esto vino una muger muy feroza con un encantamiento fecho artificialmente que parecia una cueva metida en una breña aspera y venian dentro quatro momos muy bien ataviados con sus caratulas. Y esta muger dando un escripto que traya a la Señora Reyna tomo una porra y quebró este encantamiento y los momos que venian dentro soltaronse e dió cada uno de ellos un escripto a su dama y danzaron. Y el escripto que dió la muger á la Señora Reyna desia asi:

— *Rey y Reyna scelente
Á quen reynos non nombrados
Occultos nunca fallados
Desde el cabo de oriente
Obedecen nuevamente
Á quien yslas y tesoros
Encubiertos
Por caminos nunca ciertos
Conquistando muchos moros
Te son todos descubiertos
Dina de mas escelencia
Pues teneys merecimiento
Que se quiebre en tu presencia*

*Contra mi consentimiento
Este fuerte encantamiento
El qual tocando las damas
De las que tengo nombradas
Seran sueltas de mis llamas
Abiertas y quebrantadas
Sereis presiones encerradas.*

Despues de esto vino el Marques de Villa Real echo momo con su caratula con quatro pajes delante tambien con sus caratulas e ropetas é dió un escripto á la Señora Reyna que desia asi:

— Mto. alta e mto. ecelente Princesa e mto. poderosa Señora.

Eu soy o marques que en esta festa de vossa alteza noso Señor que es dreyto juez por sortes me deu por servidor de vna dama de vosa alteza per saber que yo era mays que todos á quale dama mejor tomaron duas vezes. Por tanto me vengo a quejar á vosa alteza que esta terceyra me mande restituir a seu servicio una danza.

Despues de acabada la fiesta dadas las doze oras de la media noche el Señor Rey danzó con todos los momos en una danza que dicen acá Serau y despues subieron el Rey e la Reyna a sua Camara con mucho placer e triunfo y asentaronse en la Camara y cenaron juntos muy alegremente el Señor Rey de la misma manera que estaba hecho momo...

Devemos á sollicitude deste embaixador Ochoa de Ysaga a unica descripção bem elucidativa, que possuimos, de um entremês palaciano. Para a compôr o diplomata houve de munir-se de documentos e bem depressa andou, porque logo no dia seguinte expedia aos seus soberanos a missiva informadora. E obter taes documentos não lhe foi cousa facil; faltam muitos, que estão apenas mencionados, e uma vez claramente affirma que não envia o traslado do escripto, porque o não pôde haver.

A primeira impressão que nos colhe é a abundante colaboração da palavra ao lado da ampla movimentação. O entremês era o conjuncto das representações ou o espectáculo total de uma noite, espectáculo bem extenso, porque

este specimen dura das oito horas até á meia noite. Mômocram os quadros parcellares, as acções ou argumentos embryonarios, mas tambem podiam ser assim designados os actores ou figurantes ou comparsas mascarados. Vir “feito mômoo” era exhibir-se phantasiado ou disfarçado com um traje de mascara e uma caraça. “Vir á teia” era expressão de certo sentido juridico, equivalente a “vir á mesa”, isto é, concorrer a um juizo e pleitear em consequencia um premio ou “grado”. Esse grado era arbitrado pela destreza combativa na justa ou no torneio, e ainda pela “invenção” ou seja pela mascara ou phantasia.

Nesta descripção não occorre a designação “breve”, mas apparece a que lhe equivale, de “cimeira”, e que era um emblema ou divisa explicativa da intenção symbolica ou galante da mascara. Nos mômoo anteriores o breve ou cimeira era a parte litteraria ou oral da representação; nestes do Natal de 1501 o breve hypertrophiou-se, porque a palavra cresce e toma amplissimo lugar, mas a palavra escripta, verdadeiramente a palavra litteraria ou intencionalmente reflectida como instrumento de expressão. Pode-se affirmar que nesta hypertrophia das mensagens entregues á rainha, o breve mantinha o seu verdadeiro character medievo, que era esse mesmo de mensagem. Na *Chanson de Roland* temos bem patente este sentido da palavra. Quando Ganelon parte para a sua embaixada de traição junto do rei Marsilio, dos mouros, o imperador Carlos Magno entrega-lhe um breve:

Puis li livrat le bastun e le bref.

(Verso 340 da ed. Joseph Bédier).

E assistimos ao destino desse breve ou mensagem:

“Nostre emperere vus enveiet cest bref”.

(Verso 481, mesma edição).

Marsilies fut esculurez de l'ire,
Freint le seel, getet en ad la cire,
Guardet al bref, vit la raisun escrete:

(Versos 485-488, mesma edição).

Volta o mesmo sentido de mensagem a occorrer, agora do lado sarraceno:

Li reis Marsilie s'en purcacet asez:
Al premer an fist ses brefs seieler,
En Babilonie Baligant ad mandet,

(Versos 2.612-2614, mesma edição).

Não me parece muito desfigurado o sentido do breve, noutra passo em que elle se ergue a fonte historica. Dada a origem d'elle, mensagem de reis para reis, de chefes para chefes, natural era que tivessem fóros de documentação de authenticidade de factos:

Cels qu'il unt mort, ben les poet hom preiser,
Il est escrit es cartres e es brefs,
Ço dit la Geste, plus de. IIII. milliers.

(Versos 1682-1684, mesma edição).

O theatro primitivo era sobretudo simulação ou representação de guerra, em que intervinham ou se achavam presentes os reis; a elles se dirigiam os "breves", que com o andar dos tempos se abrandaram em mensagens galantes de amor e fidelidade.

O entremês de 1501, foi, de facto, graças a essa hypertrophia dos "breves", um "espectaculo litterario", como querem alguns criticos modernos que o theatro seja, pois, o papel da palavra é nelle muito grande. Todos os actores que vêem á scena trazem escriptos que entregam ás damas e á Rainha. Esta é depositaria ou destinataria principal de toda essa galantaria dithyrambica da belleza e do amor. Não nos diz o embaixador Ysasaga que esses escriptos foram lidos, mas sómente que foram entregues. Como todos elles têm forma de requerimento, cumpria dar-se-lhes algum despacho, mas Ysasaga nada nos conta a esse respeito. O que nos pode causar estranheza é que esses escriptos rebuscadamente aduladores só fossem entregues e não lidos, porque nesse caso, apesar da superabundancia de texto litterario, a representação seria quasi muda ou rigidamente mimica, um simples desfile. A palavra mantinha-se assim timida e occulta em plano de fundo. Será isto apenas uma illação da maneira de dizer do embaixador Ochoa de Ysasaga? Quando elle diz que tal actor ou figurante "dió un escripto á la Señora Reyna" quererá dizer que leu e entregou tal escripto? Nem uma só vez nos offerece fundamento para esta conjectura. Mas o certo é que nos deixa perplexos esta cooperação tão abundante da palavra e tão modesta por ser silenciosamente escripta pelos comparsas e lida em segredo pelas destinatarias.

Este entremês continua a ser um conglomerado de artes: audaciosa scenographia, com seu elemento maritimo, seu elemento exotico, seu elemento phantastico e seu elemento cavalheiresco, navios, um gigante, effeitos magicos e cavalleiros que não combatem, mas que dansam enthusiasmadamente. O deslumbramento dos scenarios, a dança e a adulação cortesanesca parecem ser os objectivos destes mômos, cuja opulencia dista muito da modestia realista dos seus antecessores, quando o entremês era um arranjo para a exhibição de dextrezas nas artes do combate. Ha, por detraz desta ostentação espectacular, um proposito orgulhoso, que se trahe tambem no luxo asiatico da indumentaria, a que o embaixador deu tanta attenção. Se os Reis Catholicos, paes da nova rainha que ia recebendo todos aquelles escriptos de lisonjaria, tinham motivo para estar ufanos do achamento das Indias Occidentaes, D. Manuel I não o tinha menor para estar soberbo dos seus triumphos, o mais relevante dos quaes fôra a viagem de Vasco da Gama. Não se allude á India nos escriptos transladados pelo embaixador. A India era ainda muito mal conhecida. Ia em caminho a segunda armada que a demandava. Mas falla-se da Ethiopia, de que havia então mais noticias desde D. João II, e num dos ultimos escriptos dirige-se um cumprimento ao rei numa formula que se tornára official na propaganda e na diplomacia: elle achara por caminhos nunca antes conhecidos muitos reinos, ilhas e thesouros nunca antes nomeados, e subjugara muitos infieis.

Temos, pois, que em 1501 este theatro pre-vicentino fizera passos consideraveis, com sacrificio do seu character medievalista ou cavalheiresco ou de torneio e justa, com grande crescimento do papel da palavra, ainda que predominantemente escripta, e já com adherencias novas da ufanía heroica dos descobrimentos. Aonde iria esse theatro, se não fôra o enxerto do auto vicentino, a principio simples aliança da egloga e do mysterio, logo devassa dos planos inferiores da sociedade coetanea? Gil Vicente dissolveu esse entendimento entre o theatro e a atmospherá heroica do seu tempo e abriu-se á realidade anti-heroica e deu a definitiva primazia á palavra oral sobre o movimento. Digo “definitiva primazia”, porque se Anrrique da Mota com a farsa que figura no *Cancioneiro Geral* é anterior aos seu autos, como suggere o professor Leite de Vasconcellos, propondo para ella uma data entre 1496 e 1506, a iniciativa deste não teve continuidade. É, porém, mais verosimil que Anrrique da Mota seja um imitador esporadico de Gil Vicente com seu

ambiente burlesco (V. *Farsa do Alfayate*, prefacio e notas de J. Leite de Vasconcellos, Lisboa, 1925).

Bem merecia a narrativa de Ochoa de Ysasaga uma edição paleographica, largamente annotada para rastrear as influencias da novellistica de cavallarias e dissipar algumas obscuridades de cerimonia e etiqueta, que são pequenos mundos de symbolismo, onde se esconde para nós o sentido intimo deste precioso documento — unico para a historia do nosso theatro pre-vicentino.

Na parte não transcripta, ha mais noticias de interesse para a historia do theatro: falla da representação de um vilhancico: “y oyeron los maytines solenemente con horganos y chamsonetas y pastores que entraron á la sazón en la capilla danzando y cantando *Gloria in excelsis Deo...*” — coisa de gosto francamente vicentino, mas anterior a Gil Vicente — o que é um dado importante.

Gil Vicente era por natureza tão pouco accessivel aos entusiasmos heroicos e á sua versão official que no *Romanço á Morte de D. Manuel* apenas allude nestes modestos termos ás grandezas imperiaes do soberano que pranteava:

el que la India regia
el gran señor de Oriente.

O entremês de origem medieval e o auto de recente origem peninsular coexistiram durante algum tempo; pelo menos, ainda em 1531, nas faustosas festas com que o embaixador português D. Pedro de Mascarenhas celebrou em Bruxellas o nascimento do principe D. Manuel, filho de D. João III. Este principe, que viveu apenas seis annos incompletos, pois nasceu a 1 de Novembro de 1531 e morreu a 14 de Abril de 1537, está muito ligado ao theatro português, porque o seu nascimento foi festejado em Lisboa com a representação do *Auto da Lusitania* e em Bruxellas com a peça perdida *Jubileu de Amor*, ambos de Gil Vicente. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos nas suas *Notas Vixentinas* deu grande somma de noticias sobre essa exhibição vicentina na Flandres, exhibição que scandalisou as auctoridades religiosas, as quaes logo a prohibiram e fizeram desaparecer. Mas, para o meu ponto de vista, o que interessa pôr aqui em relevo é que nessas festas de Bruxellas coexistiram as duas formas de theatro. Conta Lucio André de Rezende na sua narrativa metrica em latim, *Genethliacon Principis Lusitani*, que alli se encenaram dois entremeses, *Triumpho de*

Cupido e um outro sem nome, mas que era essencialmente um cortejo de bachantes empunhando thyrsos, dansando e cantando. Naquelle programma faustoso os entremeses regressaram ao seu sentido de intermediarios festivos nas refeições e banquetes, porque foram entretenimentos ligeiros e galantes em meio dos ágapes interminaveis. Assim o conta André de Rezende no opusculo acima citado. Infelizmente André de Rezende não archivou na sua empolada descripção os textos litterarios portuguezes, como fizera Ocha de Ysasaga, motivo por que me não afoitei a emprehender a difficil traducção dos hexametros rezendeanos, como se não afoitou D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que se limitou a reproduzir em zincogravura o passo referente a Gil Vicente e um outro, que ostenta emendas manuscriptas do proprio Rezende (V. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 2.º, pags. 215 e 242). Mas a obra é extremamente rara; accessivel á leitura publica só se conhece o exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa (*Reservados*, 157 vermelho). Tal circumstancia me levou a transcrever em appendice a este livro as paginas que encerram a descripção dos historicos espectaculos de 1532. Essa transcripção baseia-se numa escrupulosa copia, feita pelo punho amigo e sabio do meu antigo professor, Dr. Marques Braga, auctorizado especialista no theatro vicentino e nos auctores quinhentistas, aos quaes tem explicado com a mestria da sua critica textual.

Mais tarde, “entremês” passou a ser termo de predominante sentido culinario em hespanhol e francês. E as duas formas dramaticas, a do auto e a do entremês, acabaram por se confundir na sua decadencia e na sua plebeisação (14), arrastando pelos seculos abaixo a sua velhice infantilizada.

Um problema esthetico se nos põe agora. Se esta forma dramatica do “entremês” lograsse triumphar dos ventos contrarios, isto é, da introducção do “auto” e da comedia e tragedia classicas, chegaria a differenciar-se em genero autonomo, flexivel o bastante para expressar o conteúdo agónico de uma sociedade em effervescencia economica e moral?

(14) — Acerca das formas theatraes anteriores a Gil Vicente e das suas designações (entremês, mômo, arremedilho, criz, breve e cimeira) consultar as obras seguintes: F. M. Trigoso de Aragão Morato, *Memoria sobre o theatro portuguez*, in *Memorias de Academia Real das Sciencias*, vol. 5.º, Lisboa, 1815; Theophilo Braga, *Gil Vicente e as origens do theatro nacional*, Porto, 1898, pags. 1-76; Fidelino de Figueiredo, *Historia da Litteratura Classica*, Lisboa, 1917, 1.º vol. pags. de introducção, reimpresso em 1922 e 1946; Oscar de Pratt, *Gil Vicente-Notas e commentarios*, Lisboa, 1931, pags. 13-51

E poderia receber do mundo marítimo e dos exotismos dos descobrimentos e da vida colonial substancia suficiente para se nutrir e manter essa vida autonoma? Não querendo afoitar conjecturas, deveremos recordar que só morre o que não tem condições de resistencia ás forças dissolventes da sua cohesão vital. Na lucta entre a palavra e o movimento, nenhum alcançou a victoria, a dentro do entremês. E quando o auto a deu á palavra, tornando-a movimentação condensada naquella estructura de acção extensissima, apenas indicada em situações breves ou ephemerides do argumento, situadas em lugares muito distanciados, mas convencionalmente juxtapostos na scena, o auto só tomou da atmosphaera de heroismo, em que vivia, o aspecto religioso ou de cruzada. O Almirante Gago Coutinho recordou quanto é pobre o “panorama marítimo das obras de Gil Vicente”, artificial e simples decoração litteraria, terminologia nautica mal applicada, reminiscencias dos pescadores da Ribeira, e “pilotos de Alcochete” (V. *Gil Vicente, Vida e Obra*, Lisboa, 1939, pags. 91-121). Não ha lá nada da vida do mar alto, das longinquas expedições, seus dramas, suas grandezas e miserias, nada do que enche a *Historia Tragico-maritima* e passou nos *Roteiros*, através do seu laconismo profissional. O medievalismo do espirito de Gil Vicente, a um tempo ingenuo e sceptico das grandezas, diminuiu o heroismo seu contemporaneo, viu-o com olhos ainda cheios da concepção gothica da vida, isolou delle apenas o character archaico de cruzada. Poderia reflectir o ambiente preparador de uma epopêa como a de Torquato Tasso, jamais dos *Lusiadas*.

Todavia, a crystallisação dos valores lendarios e dos lugares communs phraseologicos da expressão delles atravessou o theatro vicentino. Essa presença num meio, que não lhes era propicio, accusa a força delles. Encontramo-los em duas obras, o *Auto da Fama*, que se representou na côrte mais de uma vez no anno de 1510 e que Braamcamp Freire deslocava para 1515, com grave prejuizo da hypothese da sua influencia em Torres Naharro; e a *Exhortação da Guerra*, de 1513, na partida de D. Jayme, Duque de Bragança e assassino, que na conquista de Azamor procurava rehabilitação.

O *Auto da Fama* faz-nos pensar no que poderia ser a fusão do theatro de mômos medievos com o theatro poetico de origem local, o primeiro perdendo a sua liberdade de movimentação e a sua multimoda ostentação de justas, torneios e dansas e deslumbrante scenographia, mas conservando a sua indigencia psychologica; o segundo mantendo

o predomínio da palavra dialogal, mas empobrecendo, ao contacto daquelle, em allegorias convencionaes. E é só uma allegoria este auto: a Fama reside em Portugal, aonde a vêm cortejar um francês, um italiano e um castelhano. A todos resiste a Portuguesa Fama, que é “hũa mocinha da Beira”. Não acceita os madrigaes do francês ou da França, porque alli ha mais ruido que verdadeiras cavallarias; tam-bem declina os da Italia ou dos italianos, porque são de quem os conquistar e riposta-lhes com esta vibrante apos-trophe:

*Perguntae ora a Veneza
como lhe vae de seu jogo:
eu vos ensinarei logo
de que se fez sua grandeza.*

*Começae de navegar,
ireis ao porto de Guiné;
preguntae-lhe cujo he,
que o não pode negar.*

*Com ilhas mil
deixae a terra do Brasil;
tende-vos á mão do sol,
e vereis homens de prol,
gente esforçada e varonil.*

*Aos commercios preguntareis
d'Arabia, Persia, a quem se deram,
ou quando os homens tiveram
este mundo que vereis.*

*E não fique
preguntar a Moçambique
que é o alferes da fé,
e rei do mar quem o he,
ou s'ha outrem a quem s'aplique.*

*Ormuz, Quiloa, Mombaça,
Sofala, Cochim, Melinde,
como em espelhos d'alinde,
reluze quanta he sua graça.*

*E chegareis
a Goa e preguntareis
se he inda sojuzgada
por peita, rogo ou espada?
Veremos se pasmareis.*

*Perguntae á populosa,
prospera e forte Malaca,
se lhe leixáram nem 'staca*

*pouca gente, mas furiosa.
E vereis de longo e de través
se treme todo o sertão;
vêde se feito Romão
com elle m'igualareis
Italiano:
Ó Diu!*

Fama:

*Esperae vós,
qu'ind'eu agora começo;
qu'este conto he de gram preço:
bento seja o Rey dos ceus!
Preguntae
ao Soldão como lhe vae
com todos seus poderios;
que contr'elle são seus rios:
e esta nova lhe dae.*

*Ide-vos pola foz de Meca,
vereis Adem destroida,
cidade mui nobrecida,
e tornou-se-lhe marreca.
E achareis
em calma suas galés,
e as velas feitas isca,
e balhando á mourisca
dentro gente Português.*

*Achareis Meca em tristeza,
ainda mui sem folgança,
renegando a vizinhança
de tão forte natureza.
Porque farão
na ilha do Camarão
e no estreito fortalezas
e as mouriscas riquezas
ao Tejo se virão.*

(Pags. 125-129 da ed. Marquez Braga, vol. 5.º).

Quando chega a vez das pretensões de Castella, a Fama continúa a sua orgulhosa enumeração de titulos, com que se escusa de se não deixar levar pelos novos madrigaes e novas promessas:

*I-vos por aqui á Turquia,
e por Babylonia toda,*

*e vereis se anda em voda,
com pesar de Alexandria.*

E vos dirá

*Damasco quantos lhe dá
de combates Portugal,
com victoria tão real
que nunca se perderá.*

*Chegareis a Jer'salem,
o qual vereis ameaçado,
e o Mourismo irado,
com pesar do nosso bem:
e os desertos*

*achareis todos cubertos
d'artilharia e camelos
em socorro dos castellos,
que já Portugal tem certos.*

*Sabei em Africa a maior
Flor dos Mouros em batalha,
se se tornaram de palha,
quando foi na de Azamor (15).*

*E, sem combate,
a trinta leguas dão resgate,
comprando cada mês a vida;
e a atrevida Almedina
e Ceita se tornou parte.*

*Trebutarios e cativos
elles com os lugares,
com camellos dez mil pares,
porque os leixassem vivos.
Pois Marrocos,
que sempre fez dez mil biocos
até destruir Hespanha,
sabei se se tornou aranha,
quando viu o demo em socos.
Bem: e he razão que me vá
donde ha cousas tão honradas,
tão devotas, tão soadas?*

(Pags. 135-137 da ed. Marques Braga, vol. 5.º).

Vão-se os pretendentes ou desistem as nações rivaes de
supplantar a gloria portuguesa e entram a Fé e a Fortaleza

(15) — Esta allusão numa peça de 1510 a Azamor conquistada, que foi um episodio de 15 de Agosto de 1513, revela que Gil Vicente retocou ou actualisou o texto para a representação nova.

para coroar a mocinha da Beira ou a Portuguesa Fama, ao som deste hymno que solta a primeira destas personificações de virtudes:

*Os feitos Troianos, tambem os Romãos,
mui alta Princesa, que são tão louvados,
e neste mundo estão collocados
por façanhosos e por muito vãos.
Em o regimento de seus cidadãos,
e algũas virtudes e moraes costumes,
vós, Portuguesa Fama, não tenhaes ciumes,
que estaes colocada na flor dos Christãos.
Vossas façanhas estão colocadas
diante de Christo, Senhor das alturas:
vossas conquistas, grandes aventuras,
são cavallarias mui bem empregadas.
Fazeis as mesquitas ser desherdadas,
fazeis na Igreja o seu poderio:
portanto o que pode vos dá dominio,
que tanto reluzem vossas espadas.
Porque o triumpho do vosso vencer
e vossas victorias exalçam a fé,
de serdes laureada grande razão he.
Princesa das famas, por vosso valer
não achamos outra de mais merecer,
pois tanto sdestroços fazeis a Ismael,
em nome de Christo tomæ o laurel,
ao qual Senhor praze sempre em vos crescer.*

(*Ibidem*, pags. 139-140).

Gil Vicente não soube ou não pôde para esta pequena obra de circumstancia, como foram quasi todas as suas, vivendo como vivia á sombra da paço real, não soube ou não pôde crear o necessario “dialecto épico” para dizer todas estas coisas, mas archivou-as neste auto allegorico com grande relevo. Lá figura a idea de cruzada religiosa e não só no texto, tambem na rubrica inicial: “. . .esta Portuguesa Fama he desejada de totalas outras terras, não tão sómente pela gloria interessal dos commercios, mas principalmente polo infinito damno que os Mouros, imigos da nossa fé, recebem dos Portugueses na Indica navegação”. Lá figura a obsessão de offuscar os feitos dos heroes classicos, tanto os reaes como os phantasticos. E emprega-se o mesmo processo laudatorio: a enumeração imperial de longinquas terras, com exoticos nomes e exaggeradas noticias. Foi, por certo, do

Auto da Fama que Torres Naharro recebeu a suggestão para certas scenas da sua pobre *Comedia Trofea*, que trescala insinceridade na adulação.

Esse lugar commum — que os heroes portuguezes com suas reaes façanhas supplantam os heroes historicos e os lendarios tambem da antiguidade — reaparece na *Exhortação da Guerra*. São os proprios heroes de Troia e de Roma que vêm ao proscenio reconhecer em pobre estylo:

Achilles:

*Se viesse aqui Annibal
e Heitor e Scipião,
vereis o que vos dirão
das cousas de Portugal
com verdade e com razão.*

.....

VEM ANNIBAL, HEITOR, SCIPIAO, E DIZ:

Annibal:

*Que cousa tão escusada
he agora aqui Annibal,
que vossa côrte he afamada
per todo o mundo em geral.*

Heitor:

Nem Heitor não faz mister,

Scipião:

Nem tampouco Scipião.

(*Ibidem*, pags. 152-153, vol. 4.º da ed. Marques Braga).

Se até a um espirito de tão escassa tendencia epica se communicaram estes indicios do môrbo, é porque a sua virulencia era verdadeiramente irresistivel.

Uma ou outra vez, o velho theatro pre-viceentino reaparecia, a chamado de gentes dadas ao gôsto das antiguidades, como succede modernamente com as touradas “á antiga portuguesa”. O seu reaparecimento mais soado terá sido o torneio de Xabregas, suburbio de Lisboa, torneio que durou muitos dias e em que tomou parte relevante, na opinião dos aulicos, o infante D. João, filho do rei D. João III e pae do rei D. Sebastião. Para perpetuar a memoria do infante, Jorge Ferreira de Vasconcellos escreveu uma descripção minuciosa desse torneio e antepôs-lhe uma imaginosa historia da Ordem da Cavallaria, desde a sua instituição por Bacho...

Esta a origem do *Memorial das Proezas da Segunda Tavola Redonda*, de 1567.

Alli assistimos a uma serôdia reviviscencia do theatro medieval, na sua direcção cavalheiresca, simulação de torneios, mas agora com recúo esthetico, porque esse espectáculo voltou ao ar livre e reduziu em muito a cooperação da palavra, sem nada conservar das adherencias de origem maritima e colonial, que encontrámos no serão de 1501. Todavia, essa descripção de Jorge Ferreira de Vasconcellos tem interesse historico-litterario, por motivo do ceremonial e da nomenclatura desse velho theatro. Lá encontramos a mesma preocupação de luxuosa indumentaria, as “invenções”, as cimeiras e as “letras”, uma dellas de Garcilaso de la Vega, os animaes exóticos e o elemento mythologico, sem esquecer um Tritão, embaixador de Neptuno, um ethiope e uma bruxa. “Ethiope” era designação summaria das raças negras.

CAPITULO QUINTO

OS DESCOBRIMENTOS E A DEVOÇÃO

Sousa Viterbo — nome que tem de acudir quasi sempre á penna que escreve da historia de Portugal — folheando um velho livro de horas, portugûes, ainda que impresso em Paris, mas não sei se primitivamente redigido em latim por um portugûes ou se apenas traduzido do latim, achou o poetico texto de uma oração especialmente dedicada aos navegantes. Foi no livro do Doutor João Claro, frade cisterciense do seculo XV, que se doutorou pela Universidade de Paris e que foi Prior da Abbadia de Alcobaça desde 1438 a 1495, não se sabe se interrupta, se seguidamente. Deixou grande reputação em França, onde o punham a par de Diogo de Gouvêa. D. Manuel I fê-lo professor de theologia da Universidade de Lisboa em 1504 e elle accumulou, não sei como, essa função docente com a de abbade de S. João de Tarouca até 1519, anno da sua morte.

A obra, que Brunet em França e Sousa Viterbo em Portugal revelaram, foi a seguinte: *Horas de nossa seõnora segundo costume romãao com as horas do spirito sancto*, Paris, 1500. Lá vem a oração pelos navegantes, que reza assim:

ORAÇAM A NOSSA SENHORA POR OS NAVEGANTES DAS INDIAS

“O gloriosa virgem Maria caminho dos errados & verdadeyra estrella do mar a qual sempre endereças e metes em a via do porto de saude os peccadores andantes e errantes em o mar em hõdas deste mundo: humildosamente te rogamos que queyras tornar a tua benigna face: & auer piedade & misericordia: & rogando teu doce: & muito amado filho Iesu Christo que lhe praza com prazer, & alegria: & saude da alma e do corpo leuar & trazer teus proves & indignos seruidores nauegantes em os horriueis & impetuosos mares das indias os quaes nam tanto por auareza & cobiiça de bens riquezas terreaes como por proveyto & utilidade do povo comum sem de dia & de noyte em periigo de suas vidas

& trabalho de seus corpos em grãde pena & calamidade miseravel sobre as aguas do mar. E te rogamos doce madre de deos tu que es tesouro & madre de graça que estendas a tua maon deestra & destribuas & des dos tesouros da tua misericordia a tã indignos seruidores os quaes nam tem outro refugio nem esperança depouys do teu muyto amado filho Iesu Christo se não tu em maneyra que por teus dignos merecimentos y rogos possam viir ao porto desviado & dignamente servir & saudar com aquella angelical saudaçam com a qual o anio Gabriel te saudou dizendo: Ave Maria,

*O madre de consolaçam
Que confortas benignamente
Todos os que com deuoçam
Te servem devotamente.*

*A ti rogamos humilmente
Madre de Iesu saluador
Que des vida longamente
A el rey nosso senhor.*

*E te rogamos nossa esperança
Que a rainha parelhamente
Com el rey em concordança
Viua & reynhem longamente.*

*E ambos pacificamente
Viuido sempre em amor
Possam hauer naturalmente
Filhos dignos de louuor,*

*Com os quaes finalmente
Guardados de todo mal
Venham perdurauelmente
Ao reyno celestial. Amen.*

(V. Sousa Viterbo, *A Livraria Real, especialmente no reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1901, pag. 47).

O sentimento religioso e o espirito heroico divergem profundamente. O primeiro envolve uma confissão de fraqueza ante os mysterios da vida e do universo; o segundo implica uma attitude arrogante de lucta e confiança na victoria sobre os homens e os elementos. O crente humilha-se e espera com fé na misericordia divina, prepara um pas-

samento tranquillo para a vida eterna e plena de ventura. O heroe só procura a morte para honrar a sua vida terrena, é optimista e realista, precisa dos applausos, não se contém com as sancções intimas da consciencia, como o martyr. Religião e heroismo marcial só podem encontrar-se na degeneração daquella em politica expansionista, fanatica e odienta, quando o homem deixa de se humildar perante Deus e o põe ao serviço das suas paixões, fazendo-o acorrer ao fragor das batalhas, em intervenções miraculosas, como em Clavijo e Ourique. A religião patenteia ao homem a sua verdadeira pequenez; o heroismo militar cria-lhe uma falsa grandeza.

Esta oração, que acima se transcreve, é como o ciciar de uma alma piedosa e medrosa, que mais espera da misericordia divina a salvação dos “navegantes das Indias” que da propria bravura deles. Não é um indice de ambiencia lendaria, mas é um documento da chegada da inquietude dos descobrimentos aos recessos da alma piedosa, inquietude que recebeu sua expressão em prece. E’ antes um abrandamento da revolta dos que sentiam como o Velho do Restello; não podendo evitar aquella ambiciosa imprudencia, conformavam-se e voltavam-se para Deus, a pedir que se amerceasse dos pobres aventureiros. E’ um apaziguamento christão do protesto ou a sua traducção em feminino. Os homens experimentados protestavam e as mulheres soffredoras oravam. E a oração esteve sempre articulada á aventura maritima. Como os antigos cavalleiros velavam as armas junto dum altar, fazendo exame de consciencia na vespera da sua investidura, assim os maritimos que partiam, passavam a ultima noite de terra a orar na ermida do Restello. E depois, já longe da costa, recebiam o derradeiro adeus que lhe acenavam de pittoresco sacello sito sobre eminencia rochosa que dominava o mar. Na barra de Lisboa essa eminencia era pouco além do lugar da Cruz Quebrada; e a Capella da Boa Viagem, onde se recolhiam a orar os que faziam os ultimos acenos aos que partiam para a incerteza, estava confiada aos frades arrabidos. Na India não existe esse culto, segundo me informa um erudito indiano, mas no Brasil existe em Recife, na Bahia, onde deu o nome a um bairro, e no Rio de Janeiro. A capella da bahia de Guanabara está situada numa ilhota, tambem assim chamada da Boa Viagem e mantida igualmente por frades franciscanos, a qual fica entre Nictheroy e Icarahy, sobre a margem septentrional da bahia. A razão da falta desse culto na velha India Portuguesa, donde par-

tiam periodicamente armadas para aventureosas viagens, não sei qual houvesse sido.

Em Santos, porto do sul do Brasil, houve o culto de Nossa Senhora da Boa Viagem, na eminencia de Monserrate, d'onde se domina a barra e o mar alto; e ainda existe, na Ponta da Praia, muito para o interior do canal de acesso ao porto commercial, uma ermida do orago de Nossa Senhora dos Navegantes do Outro Lado do Mar, pertencente a uma irmandade de pescadores. Aqui está bem patente a distincção entre as duas devoções.

Este culto dos sacellos da Senhora da Boa Viagem nada tem com o do Senhor dos Navegantes, que respeitava aos pescadores, os que andam ou vivem sobre o mar e dia a dia regressam á terra. "Navegante" envolve um sentido frequentativo ou profissional. Por isso, o texto da oração teve de acrescentar "das Indias", para modificar o sentido corrente da palavra. Esses eram "navegadores" ou "descobridores". Mas estes sacellos da Senhora da Boa Viagem são de construcção posterior ao periodo heroico, de que se trata aqui, estylisaram e fixaram, quando muito, uma tradição de affectuosa liturgia. Como no mar havia o cerimonial da despedida, ao içar o signal da "boa viagem", havia na terra o ritual dos acenos ultimos e do recolhimento immediato em oração, alli mesmo, sobre a rocha, logo coroada por uma capellinha, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem, que tambem daria, na volta, as primeiras boas vindas. Os chronistas referem esse uso do grito precatorio de Boa Viagem!, origem da devoção. Bem o exemplifica João de Barros no capitulo segundo da primeira das suas *Décadas*: "E quando veio ao desfraldar das velas, que os mareantes, segundo seu uso, deram aquelle alegre principio de caminho, dizendo boa viagem..." E Gil Vicente, que escreveu muito antes a sua *Nau de Amores*, representada em 1527, consigna o uso:

Amor Desferid la vela grande:
decid todos — buen viage!

Todos a vozes:

Boa viagem!

(Pag. 92 do vol. 4.º da ed. Marques Braga)

E em Camões se acha a saudação final, que se nos affigura ponto de partida de um culto associado aos descobrimentos:

*E, como é já no mar costume usado,
A vela desfraldando, o ceu ferimos,
Dizendo: Boa viagem! Logo o vento
Nos troncos fez o usado movimento.*

O que nos *Lusiadas* não encontramos é a distincção entre as designações “navegante” e “navegador”, que na linguagem commum existia.

E essa devoção foi adoptada e systematisada pelos frades capuchos. Como se estabeleceu e quando se legitimou essa devoção, não é possível dizê-lo agora, porque os historiadores da Igreja Catholica em Portugal não têm para ahí dirigido as suas attenções, nem mesmo o mais informado de todos, o Prof. Fortunato de Almeida. Faltam entre nós monographias historicas sobre as varias devoções, como a do Padre Ernesto Sales, que pode constituir um bom modelo: *Nosso Senhor dos Passos da Graça, estudo historico*, Lisboa, 1925, 251 pags.

Com o correr dos tempos é possível que se houvesse obliterado o character de longo curso desta devoção de embarcadicos ou que os historiadores confundissem “navegantes” e “navegadores”. Parece-me que ha essa confusão no seguinte passo do 2.º vol. do *Mappa de Portugal*, do Padre João Baptista de Castro, volume pela primeira vez publicado em 1746, muito longe da edade aurea dos navegadores: “Nossa Senhora da Boa Viagem — venera-se no convento de religiosos da provincia da Arrabida, duas leguas de Lisboa rio abaixo sobre as praias do mar, e é mais buscada da gente de Lisboa, e de todos os navegantes, que lhe fazem sua festa nas oitavas do Espirito Santo”.

Tambem não invalida a conjectura que liga o culto de Nossa Senhora da Boa Viagem aos descobrimentos a affirmacão do chronista Frei Antonio da Piedade na sua *Chronica da Provincia da Arrabida*, pags. 179 e segg., que attribue a fundação do conventiculo de Ribamar ao anno de 1633. Não era coisa rara que um convento se formasse em tôrno de velha ermida, nascida de espontanea devoção popular, nem é despicienda a tradição que repete que D. Manuel teria acorrido áquelle outeiro a despedir-se da frota de Vasco da Gama, como a esperou e viu demandar a barra dois annos depois, do alto da Serra de Cintra. A India

era uma obsessão e as obsessões tomavam logo formas devotas de medo dos fados adversos, para os intimidar com o patrocínio do céu.

Aqui levanta-se um problema curioso, mas que respeita mais á psychologia da religiosidade do que á historia da litteratura e a este particular thema que estou investigando: formação do ambiente épico. O tal problema seria explicar por que se não generalisou o culto da Senhora de Belem, como padroeira dos descobridores, que era a invocação da ermida do Restello, já tradicionalmente associada aos descobrimentos maritimos, desde o Infante D. Henrique, e que tinha o forte appoio dos freires de Christo. Parece que havia gradações nestes actos liturgicos da partida das armadas: ao embarque presidia a Senhora de Belem, divindade official, com sua pragmatica propria, confissões, sacramentos e procissão; para a despedida ultima, já longe da costa, havia um culto supplementar, poeticamente saudoso e livre, o da Senhora da Boa Viagem. Mas é possível encontrar explicação racional para o que é circunstancialmente irracional?

CAPITULO SEXTO

AS TAPEÇARIAS LUSO-INDIANAS

Como é sabido, as colgaduras de Flandres succederam á pintura a fresco, foram por um momento, antes da expansão da technica e do gôsto da pintura a oleo, a forma suprema da consagração pela imagem e com a pintura vieram a coexistir logo com grande brilho. A materia heroica portuguesa tambem forneceu themes aos tapeceiros. Ha noticia de grandes collecções de tapetes sobre os themes seguintes: Nun'Alvares, as conquistas africanas de Affonso V, o descobrimento e a conquista da India, as façanhas dos Gamas e as glorias de D. João de Castro no Oriente. Pela collaboração de Portugal no feito commemorado, tambem se podem considerar como attinentes á nossa historia as tapeçarias sobre a tomada de Tunis por Carlos I de Hespanha, que se conservavam na casa real respanhola e que se exhibiram ainda na exposição ibero-americana de Sevilha em 1929-1930.

Das collecções completamente portuguesas existem hoje só as de Affonso V, em Pastrana, que vieram a ser envolvidas na accesa discussão dos triptychos de Nuno Gonçalves; cinco de materia indiana estudadas pelo critico sueco, sr. John Böttinger; as de D. João de Castro, conservadas no antigo palacio imperial de Vienna, segundo divulgou o sr. Luiz Keil no seu estudo *As tapeçarias de D. João de Castro*, publicado no *Elucidario nobiliarchico*, Lisboa, 1928, vol. 1.º, pags. 275-290; e as chamadas das *Espheras*, de que restam três, cuja proveniencia portuguesa e cujos intuitos de ufanía engrandecedora foram identificados pelos srs. Tormo y Monzó e Sánchez-Cantón.

Propriamente de tapeçarias sobre o descobrimento das Indias orientaes ou estreitamente allusivas ao conjuncto das viagens maritimas, pude obter os seguintes dados:

a) Um documento de 1504, publicado por Jules Hudoy a pags. 141-2 da sua obra *Les tapisseries de haute lisse — Histoire de la fabrication lilloise du XIV siècle et documents inédits concernant l'histoire des tapisseries de Flandres*, Lille-Paris, 1871. Reza esse documento:

“1504. A Jean Grenier, tapissier, demeurant à Tournai pour 1111c XXXVI aul, de tapisserie faicte à la manière de Portugal et de Indie pour icelle envoyer à M. S. de ville que estoit lors en embassad illec pour la présenter en don à aucun seigneur de France dont n'es besoin icy faire déclaration... VIIc IIIIx IIIIĩ”.

O aune (ulna) era uma medida de comprimento, que valia, 1,m888 de hoje.

b) Um papel sem data, contendo instruções regias para a tecedura duma serie de tapetes com quadros sobre o descobrimento da India, exaradas por Antonio Carneiro, então secretario de D. Manuel I. Este importante e curiosissimo documento foi revelado; na epocha do tricentenario da morte de Camões, por J. A. da Graça Barreto num opusculo com a limitada tiragem de 100 exemplares, sob o titulo de: *A descoberta da India ordenada em tapeçaria por mandado de El-Rei D. Manuel I*, Coimbra, 1880, 15 pags. Sousa Viterbo conheceu o documento, porque duas vezes se lhe referiu, em 1892 e em 1901 (pag. 87 de *Arte e Artistas* e pag. 15 da *Livraria Real*), mas não declarou que se achava impresso desde 1880 por Graça Barreto. Reproduziu-o na integra, dando a cota e proporcionando-nos uma leitura auctorisada, o historiador J. Ramos Coelho, na sua obra *Alguns documentos da Torre do Tombo acérca dos Descobrimientos e Conquistas dos portugueses*, Lisboa, 1892, publicação commemorativa do quarto centenario do descobrimento da America. E' essa leitura que eu adopto na transcripção que segue:

Item. Primeiramente em como ho almirante e seu irmão e Nicolao Coelho, todos tres se estando espedimdo de mym e tomamdo seu regimento no tempo do primeiro descobrimento; e ysto em huum encasamento.

Item. Em outro encasamento Nosa Senhora de Belem pello natural; e os frades em precisam ate ugoa com suas capas e cirios; e as naaos quatro que vaaõ a veella com as cruces de Christos nas veellas e os amjos diante que levavam; e o nome de cada nao no costado ou omde the mijlhor perreçer, e a capitanya com ha bamdeira de Christos e a das armas na quadra e outras da devisa e huña das armas dos capitaes em cada nao; e la no despidimento os nomes.

Item. Em outro o cabo da Boõa Esperança, e com ho nome scripto que diga Praso Presmomtoryo com al-

guñas alymarias d alifantes e negros, e gaado vacuum, e casas a maneira de lar, e pastores com manadas; e as tres naaos asy como partiram de Lizboa, que vão em rostro do cabo.

E no cabo posto hum padram com as armas e + de Christos em cyma, e a era em que foram postos, e alguua letra que bem parecer.

Saber: as armas e o pelicano em baixo e a + de cruzados em çyma.

Item. Em outro, Cufalla pello natural, e as naaos ancoradas com suas bumdeiras, e como saem em terra nos bates e pohem o padram.

E os mouros e caferes no natural, e nas cores e vestidos como resgatam o ouro, com elles vem, e cada hum resgata e parte em seu batel das naaos, saber: os mouros em hum cabo apartadamente, e os caferes em outro stando huus e outros em terra. E o rei de Cufala, como vem fallar ao capitam, e asentar paz, e tomar bandeira das armas, e a maneira em que se lhe daa. E na terra seja pello natural: as arvores e alyfantes e lyoes e bufáros.

Item. Em outro, Moçambique (16): huua fortaleza, e porto de mar, e naaos nelle que entram e saem d hum cabo e do outro em maneira de duas frotas, e com duas naaos capitaynas, cada huua de sua parte, com bandeiras na gavea das + de Christos, e as outras como as outras.

Item. Em outro, Quyloa (17) tambem no naturall: fortaleza apartada, com bandeiras das armas, e cidade, e com ha frota diante; e como a gente entra pela cidade e se toma: e como se faz o rey pelo capitam moor, e lhe toma menajem e juramento de sogeyto.

Item. Em outro Mambaça (18): como se toma, e a gente entra por duas partes; e o modo do desembarcar; e asy o fogo da cidade; e como se pohem as bandeiras nas torres; e o modo da sayda da gente fora da cidade, e mortos; tudo pello natural, e asy nos trajos dos homens de la da terra, e suas bandeiras, e modo de suas armas, e recolhimento dos despojos as naaos que aqui ouve.

(16) — Em cota marginal, pela mesma letra de quem escreveu o documento, lê-se a palavra “Ilha”.

(17) — Em cota marginal, pela mesma letra, lê-se a palavra “Ilha”.

(18) — Em cota marginal, pela mesma letra, a palavra “Ilha”.

Item. A tomada de Brava como foy.

Item. Em outro, o fecto de Çocotora tambem pello natural como foy.

Item. O fecto de Ormuz, com os lugares que forem pera poher.

Item. O fazemento da fortadeza de Cochy: e os capitães como ha amdã fazendo; e as naaos como estã no mar; e as duas armadas, e capitães d elas; e huã igreja, e como se bautizam os da terra e que venhao.

Item. O fazemento de Cananor, asy como se fez; e as bandeiras com suas armas.

Item. O desbarato da armada dos rumes, pelo natural, e con toda fremosura que se lhe poder fazer; e as naaos todas levaram, aquelas que tiveram capitães conhecidos, huã bamdeira em cada huã das suas armas.

Item. O desbarato da armada dos mouros que fez Dom Lourenço, tambem na maneira em que estã, e con toda outra fremosura que se lhe posa fazer.

Item. O desbarato e destroicã que fez Lopo Soarez: a maneira em que foy; e a maneira em que estã as naaos dos jmiguos, e como armadas e aparelhadas; e como as naaos estã, e asy as nosas; e como foram as gentes d El Rey nos bates das suas naaos a pellejar com ellas, e com a deferença dos jmiguos, saber, de gemtes, e trajos, e armas, e asy bamdeiras d El Rey e dos capitães, e dos jmigos, e fogo das naaos, e asento das artelharyas em terras pera as defemderem.

Item. O descobrimento da Taprobana: e como chegam as naaos e pohem o padram; e o rey da terã como recebe os embaixadores, e na maneira em que dizem que elle estava; e como caregam de canella os da terra a meter nas naaos.

Item. A tomada de Chaul, na maneira em que foy e que ho viso rey tomou neste caminho.

Item. A tomada de Calecut, e no modo em que foy: saber: queymar das naaos, e do seu cerame; e entrada da cidade, e queymamento da sua mezquita, e entrada dos pactos d el rey de Calecut, e despojo da cidade, e o modo da sayda da gente, e as bamdeiras dos capitaes.

Item. A chegada (19) do almirante a Callect: tres naaos, e o modo em que hiam, e como poseram os padrões, e como foy reçebydo pella gente da terra.

(19) — Em cota marginal, por lettra de quem escreveu o documento, lê-se a palavra “primeira”. Este e os trez paragraphos seguintes estão riscados.

Item. A tornada do almirante, e chegada a Lisboa com suas naaos; e como foy recebido e chegou a El Rey com o trebuto e parias que trouxe de Quiloa.

Item. Em Cochy a casa da feitoria; e modo que se tem na compra e vemda das especiarias com os mercadores e joyas; e como descaregam.

E como se daa a copa a el rei de Cochy, e a cerimonia com que se lhe daa. E a pintura das geentes, cor e vestido, e armas o natural, e seus amdores, e alfantes, e sombreiros.

Item. As molheres como se queymam, com o modo todo em que se faz.

Item. O rey que se espedaça, e o modo em que ho faz.

Item. As molheres que se metem nos cambos.

Item. O modo de trazer as joyas nos dedos dos pees e o modo em que as trazem.

Item. Os amdores como sam guarneçidos de pedraria.

(Nas costas do documento, o seguinte, pela mesma lettra:) Pera os pannos que El Rey, noso Senhor, quer hordenar.

(Torre do Tombo, Cartas missivas, março 3.º, doc. n.º 245).

Este documento registra o criterio de selecção do rei, sem duvida de accôrdo com o publico sentir, ante o acêrvo das proezas do Oriente. Deve ter sido dictado pelo rei — mais do que inspirado, como queria Sousa Viterbo — porque se declara na rubrica do primeiro painel: “todos três se estando espedimdo de mym”. Não tem data, mas é datavel com probabilidade de acerto, porque consigna successos que se extendem desde a partida de Vasco da Gama em 8 de Julho de 1497 até á tomada de Calicut por Affonso de Albuquerque em Dezembro de 1509, sem se referir a façanhas de vulto como a tomada de Gôa em Janeiro de 1510 e de Malaca em Agosto de 1511; será de 1510, mas anterior á chegada a Lisboa da noticia da conquista de Gôa, que não poderia ser esquecida.

O documento revela ainda que a serie de tapeçarias era heterogenea quanto ao seu assumpto, porque os seus 26 paineis ou “encasamentos” começavam por três relativos à viagem “do primeiro descobrimento”, isto é, de Vasco da Gama, mas interrompiam a sequencia com o registro

dos feitos de Sancho Toar, da armada de Alvares Cabral, do governo de D. Francisco de Almeida, da armada de Lopo Soares de Albergaria e do governo de Affonso de Albuquerque, para retomar a primeira viagem, com a chegada do almirante a Calicut e seu regresso a Lisboa, e fechar com seis quadros de ethnographia exotica. Depois o rei ou algum seu conselheiro deu-se conta da desordem chronologica e riscaram-se os três “encasamentos” que surgiam fóra do seu lugar: *chegada do Gama a Calicut, seu regresso a Lisboa e a feitoria de Cochim, fundada por Cabral em 1500.*

Foi redigido este rascunho na altura dos grandes triumphos de Albuquerque — o qual tinha ainda bastante para dar.

Para o meu ponto de vista, o curioso é salientar que a materia dos 26 “encasamentos” está toda, ainda que nalguns episodios por modo esparso, nos *Lusiadas*, principalmente no canto X, na falla de Thetys. Devemos considerar este documento como um instante do processo de crystallisação das “lendas da India”.

c) De 1522 ha uma noticia associavel talvez a estas tapeçarias. Sousa Viterbo, na sua monographia, *A Livraria Real, especialmente no reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1901, 73 pags., publicou um catalogo dos livros do rei venturoso, especie de inventario feito por motivo da sua morte. A verba 27.^a reza assim: “27 — it. — Outro espirito em purgaminho, emluminado a lugares de ouro, dos *treumfos da India*, coberto de veludo cremesym, com quatro brochas, sete cantos, com duas rosas no meio esmaltadas, tudo de cobre dourado”. — Tratava-se certamente dum texto linguistico, “outro espirito em purgaminho”, outro, porque o anterior, “outro livro espirito em purgaminho, que parece oraçam”, tambem o é — mas Sousa Viterbo não considera arriscado suppor que esse manuscripto dos *Triumphos da India* contivesse os desenhos destinados ás tapeçarias, que se queria encommendar com as instrucções redigidas por Antonio Carneiro.

De facto, o titulo *Triumphos* era muito usual na arte da tapeçaria. Conhecem-se collecções assim chamadas: *Triumpho do amor divino, Triumphos de Venus, Triumphos de Julio Cesar, Triumphos de Scipião, Triumpho de Bacho, Triumphos da Castidade, Triumpho da Igreja, Triumpho da Eucharistia, Triumpho dos Deuses, Triumphos de Petrarcha*, etc. Comtudo parece-me arriscado fazer conjecturas sobre

tão fragil base. Das tapeçarias portuguesas desconhecem-se os cartões e os nomes dos seus pintores ou desenhadores, embora haja muitas informações sobre encomendas e compras de Portugal na Flandres, ministradas em parte consideravel por Alphonse Wauters na sua monographia: *Les Tapisseries Bruxelloises, Essai historique sur les tapisseries et les tapissiers de haute et de basse lisse de Bruxelles*, Bruxelles, 1878.

d) Do mesmo anno de 1522 é um documento publicado por Jules Hudoy, a pag. 144 da sua obra já citada, dum theor que parece confirmar a existencia dum estylo indiano de tapeçaria, evidentemente de proveniencia ou influencia portuguesa:

“1522. Pour VI tapis de l'histoire indienne à olifans & jerraffes, pour en tendre une sallette contenant IIIc IIIIxx XVII aulnes à XXX VIIIc... VIIc LIIII Vls”.

Repare-se que a decoração era formada por desenhos de animaes exóticos.

e) Ainda noutros documentos revelados pelos historiadores da tapeçaria flamenga se encontram referencias a essa maneira luso-indiana, praticada por um fabricante de Tournai, Arnauld Poissoniers, que em 1510 tecia “une histoire des gens et bestes sauvaiges à la manière de Calcut” e que, segundo o inventario que seguiu a sua morte em 1522, deixava já tecida uma “chambre de tapisserie de Calcou en 9 pièces”, talvez a annunciada em 1510. (Eugène Soil, *Les Tapisseries de Tournai*, Tournai, 1891, pag. 175).

f) Tapeçarias referentes ao descobrimento da India adornaram o salão nobre do Paço de Almeirim em 23 de Maio de 1543, por occasião dos esponsaes da Infanta D. Maria, filha de D. João III, com o principe Philippe, futuro rei de Hespanha, segundo do nome, representado no acto pelo embaixador Luis Sarmiento Mendoza: “A salla estava armada de tapeçaria dos panos da tomada da India...”. Isto diz um documento da Casa de Bragança, publicado por D. Antonio Caetano de Sousa, nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, vol. 3.º, pags. 111-2. Mas é uma copia de documento hoje perdido e não acerta com Francisco de Andrade, chronista official e contemporaneo

do successo, quanto ao dia do casamento, que para este foi o de 12 de Maio, razões que não invalidam em absoluto o depoimento sobre um pormenor.

g) Em 1571 veio ás côrtes de Portugal e Hespanha o legado pontificio Cardeal Alexandrino. Em Lisboa avisitou-se com D. Sebastião e foi seu hospede no Paço da Alcaçova ou do Castello de S. Jorge. Descrevendo a viagem, o seu secretario João Baptista Venturino legou-nos o minucioso relato que se guarda na Bibliotheca Vaticana, sob o n.º 1.607. Desse codice deu extractos de materia portuguesa Alexandre Herculano; e nesses extractos ha referencias aos opulentos pannos de Ras, que adornavam as salas do Paço, com assumptos geraes como o Velho Testamento ou nacionaes como Nun' Alvares e a India. Um, com thema indiano, exhibia-se na capella: "Esta capella é de bom tamanho. Tem um S. Miguel expulsando Lucifer que é obra de mestre: está forrada de tapeçarias, uma das quaes representa ao natural el-rei D. Manuel, rodeado do conselho dos grandes, quando resolveu mandar conquistar as Indias que hoje chamam de Portugal. E' de grande preço". (*Opusculos*, Herculano, vol. 6.º, pag. 88-89 da 3.ª ed.).

h) Em 21 de Março de 1595, um P.e André Coutinho, enriquecido na India, fazia testamento e nelle deixava ao seu íntimo amigo, D. Miguel da Gama, da familia do descobridor da India, alguns pannos de Ras com quadros das façanhas portuguezas no Oriente. Dá noticia deste facto o P.e José Pereira Sant'Anna:

"Entre outras cousas lhe deo huns singulares pannos de Ras, aonde as proezas dos Gamas estavam bem debuxadas, razão, porque fallando delles no seu testamento para que se entregassem ao dito Cavalhero, disse, que eram da sua historia".

(*Chronica dos Carmelitas*, Lisboa, 1751, tomo 2.º pag. 337).

Este dado revelou-o Sousa Viterbo no seu livro *Arte e Artistas Portugueses*, Lisboa, 1892, pag. 87-89.

i) Percorrendo toda a collecção dos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, de Freire de Oliveira, apenas encontrei, a pag. 499 do vol. 2.º, uma referencia a tapeçarias, quando diz que a sala dos Paços da Ribeira,

onde em 14 de Julho de 1619, se realisou a solemnidade do juramento do principe herdeiro que veiu a ser Philippe IV de Hespanha e III de Portugal, estava “toda armada de rica tapeçaria de seda, ouro e prata...” Pertenciam estes pannos á serie projectada por Antonio Carneiro? Seriam da moda de Calicut? Consultando o indice geral dos *Elementos*, organizado proficientemente pelo sr. A. E. Rodrigues da Silva, e ainda inedito, nada mais encontrei que ajudasse a esclarecer este ponto.

E já agora lembrarei que nas *Relações de Pero de Alcaçova Carneiro, Conde da Idanha*, publicadas em 1937, pelo Prof. Ernesto de Campos de Andrada, ha muitas referencias a tapeçarias em actos publicos, a que elle, Pero de Alcaçova Carneiro e seu pae, Antonio Carneiro, assistiram como secretarios dos reis D. Manuel I e D. João III. Pela solemnidade dos actos e pela vaidade então reinante na côrte portuguesa, é plausivel suppor que essas tapeçarias fossem das que directamente se ligavam ás façanhas nacionaes, mas as *Relações*, nessas paginas 194, 208, 232, 263, 432, etc. não nos elucidam a esse respeito.

j) Manuel de Faria e Sousa, no 1.º tomo da sua *Asia Portuguesa*, sahido em Lisboa, 1667, ao contar a tomada de Quiloa e a pomposa enthronisação do rei Anconij, imposto por D. Francisco de Almeida, recorda que essa proeza foi glorificada em tapeçaria por ordem do rei D. Manuel: “Acto fué este, que después se vió encomendado a la perpetuidad, en dibuxo de tapicerias preciosas, que el Rey D. Manuel mandó labrar glorioso deste successo”. (Pags. 74-75 da ed. de 1703 e pag. 185 da trad. port. de 1945). Trata-se dum quadro não mencionado na lista de Antonio Carneiro.

k) Em 1727 entabolou-se correspondencia acerca de tapeçarias de Gobelins entre D. Luiz da Cunha, o famoso diplomata de D. João V, então na Hollanda, e Francisco Mendes Goes, que era encarregado de negocios em Paris. O primeiro incumbia o segundo de lhe comprar algum jogo de tapeçarias flamengas em boas condições, com destino ao rei, segundo parece, e o segundo dava-lhe conta minuciosa das suas observações e diligencias. Nessas cartas allude-se claramente a uma collecção indiana:

“Exmo. Sr.

Meu Sor.: Recebi a carta de 30 de Março que V. Ex^a. me fez honra de escrever. Da copia junta poderia

V. Ex.^a ver a ordem que tenho sobre as tapessarias. Nos Gobellins ha uma raridade das Indias, como V. Ex.^a verá do papel junto, que he a unica, que se haja feito sem ser encomendada. Além de ter cadeiras, que são inuteis, não tem a altura que se requiere. Esta falta porem dizem se remediaría facilmente, e sem esta augmentação, o preço he de 30 mil livras: mas quando conviesse, sempre haveria o perigo de que Mr. Walpole pretende compralla para um Mylord; e neste caso, será difficil de compralla barata”.

A sequencia da carta já não respeita ao nosso assumpto — tapeçarias indianas —, embora contenha noticias de grande interesse sobre a industria e o commercio dos pannos de Ras. O mais importante é a memoria descriptiva dessa “raridade das Indias”, que tive a boa fortuna de achar e que a seguir transcrevo:

“Mèmoire d'une tenture de tapisserie en six pièces appartenant a Yans tapissier hautelissier ordinaire du Roy en sa manufacture Royale des Gobelins faite d'après les desseins du Roy représentant ce qu'il y a de plus curieux dans les Indes orientalles et occidentalles, en fruits, fleurs, animeaux, poissons, plantes, paysages, où il y a des figures naturels du pays ensemble le cours de chaque pièce et la hauteur avec un meuble complet dans le même goût des Indes pour aller avec la dite tapisserie comme il va être expliqué.

Sçavoir:

<i>Une première pièce que l'on nomme le chenal rayé du cours de</i>	<i>5 aul. ½ de France</i>
<i>Une 2^e pièce que l'on nomme l'éléphant du cours de ...</i>	<i>4 ½</i>
<i>La 3.^e pièce que l'on nomme les taureaux du cours de.</i>	<i>4</i>
<i>La 4.^e pièce que l'on nomme les pecheurs du cours de</i>	<i>3</i>
<i>La 5.^e pièce que l'on nomme le combat des animeaux et oiseau du cours de</i>	<i>2 ½</i>
<i>Et la 6.^e pièce que l'on nomme le chasseur du cours de</i>	<i>2</i>
<hr/>	
<i>Total du cours de la tenture</i>	<i>21 aul. ½ de France</i>



Estampa III — Tapeçaria de mataria luso-indiana, Museu Nacional de Sto. kholm (Ref. Parte II, Cap. VI).



Estampa IV — Primeira tapeçaria da serie As Esferas, Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI).



Estampa V — Segunda tapeçaria da serie **As Esferas**, Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI).



Estampa VI — Terceira tapeçaria da serie **As Esferas**, Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI).

*Sur la hauteur de 3 aul, de France.
Meuble dans le même gout des Indes à fond de soye.*

Sçavoir

*Deux canapez fond et dossier de 7 pieds ½ de France à fond de soye.
deux portiers aussy à fond de soye du cours chaque portière de 2 aul. de France
sur la hauteur de 3 ½ de France
plus 10 Fauteils aussy à fond de soye
fond et dossier
plus un écran aussy à fond de soye
dans le même goût.*

Tout ce meuble est particulier n'ayant jamais esté executé que par le dit Yans et d'un goût parfait, aussy bien que la tapisserie.

Lesq. Yans en a fait une tenture pour le Roy qui a esté donné au feu Czar de Moscovie quand il est venu en France, l'ayant preferé à toutes les tentures que Sa M.té luy offroit par son gout particulier.

Tout ce que cette tapisserie represente a esté peint sur lieux par ordre du feu Roy, et ainsi la verité se trouve dans ce qu'elle represente.

Les six pièces de la tapisserie, les deux portieres, les deux canapez, les 10 Fauteils, et l'Ecran tout estimez valoir par le dit Yans la somme de 30.000^l.

La personne qui examinera ce memoire est supliée de faire attention à la quantité d'ouvrage que l'on propose et la perfection de cet ouvrage. Le nom du dit Yans est au bas de ses ouvrages ainsi Yans des Gobelins.

On peut mettre les armes du seigneur à chaque pièce de la tapisserie a qui cet ouvrage conviendrait envoyant seulement le Blazon coloré de ses armes.

Toutte l'ouvrage est en etat d'être livré, et tout venant d'estre finye''.

(Manuscripto n.º 619 da Bibliotheca da Academia das Sciencias de Lisboa).

Vê-se por este texto que a moda indiana das tapeçarias, determinada pelo descobrimento de Vasco da Gama, ainda vigorava na primeira metade do século XVIII. Men-

des Goes chama “raridade” a este jogo de tapeçarias, mas a memoria confirma a vigencia do gôsto: “tout venant d'estre finye”, que tinha havido uma renovação desse gôsto ou uma “reprise” no tempo de Luiz XIV. Os historiadores da Fabrica de Gobelins situam o apparecimento de novos “cartões”, que deu a base dessa renovação do gôsto, entre 1738 e 1740 e designam tal renovação por “la nouvelle teinture des Indes”. Mas a correspondencia entre Mendes Goes e D. Luiz da Cunha, aqui extractada, é anterior — o que, aliás, não tem grande importancia para o ponto de vista historico-litterario.

No catalogo da collecção de Gobelins do Castello do Belvedere, de Vienna de Austria, correspondente ao anno de 1920, enumeram-se algumas dessas tapeçarias de “la nouvelle teinture des Indes”. Uma dellas tem a seguinte legenda: “88 — Raum 27: Der Kampf in der Tierwelt. Aus einer acht Stücke umfassenden Folge *calcuttischer* Landschaften”. Paisagens de Calicut — da cidade, que só foi conhecida no mundo como ponto de chegada de Vasco da Gama, titulo que os seus algodões, no seculo XIX, não fizeram esquecer.

l) Crê-se geralmente que as tapeçarias da India desapareceram, as de D. Manuel I, destruidas pelo tempo ou devoradas pelo terremoto de 1755 e pelo incendio que se lhe seguiu e que arruinou todo o Paço da Ribeira. Contudo, em 1880, no seu opusculo revelador, Graça Barreto registrava a seguinte vaga noticia, que recolhera dum celebre medico da real camara: “O sr. Conselheiro Magalhães Coutinho julga que ainda existem alguns destes tecidos (provavelmente panos de Ras) na Casa Real e adverte-me que Sua Magestade se recorda de haver visto um, da chegada do Almirante a Calicut, no palacio de Mafra”. (Pag. 6).

m) Em 1900 Joaquim de Vasconcellos publicou na *Revista de Guimarães*, vol. XVII, n.º 3, Julho, pags. 117-129, um artigo dispersivamente noticioso, *Os pannos de Raz em Portugal*, que é como um prefacio á reproducção de um valioso *Rol das armações de Raz, que ha no thesouro da casa de Bragança*. Este rol é posterior á restauração da independencia. A rubrica 12 menciona “Quatorze panos dos Meses, de seda e lã”. Serão os pannos encommendados por D. João III a Damião de Goes? A quantidade não é impedimento á identificação, porque além dos correspon-

dentes aos doze meses, havia outros menores. Dizia Damião de Goes na carta de 22 de Agosto de 1530: “Os doze panos tenho mandados fazer e assy os Reposteiros e coxins...” E na carta de 24 de Agosto do mesmo anno: “Recebidas suas cartas, logo mandei fazer asy os doze meses como os doze panos grandes e Reposteiros e coxis...” Mas na rubrica 27 desse documento publicado por Joaquim de Vasconcellos ha a seguinte menção: “Seis panos dos Mezes, de seda e lã”. E na rubrica 35 torna a haver “Nove panos dos Mezes, de seda e lã”. E’ difficil decidir, sem o exame directo das especies. Todavia recordeo que o rei não queria repetir a tecelagem, pois Damião de Goes na primeira das cartas citadas diz: “os doze meses se fazem per os padrões que me vosalteza escreveu, os quaes padrões custaram mais do que manda per sua commissão porquanto quer que os padrões se rompam acabada a obra...” A destruição dos cartões ou padrões augmentava o preço da obra, como o mesmo Goes previne. O documento divulgado por Vasconcellos enumera 43 colleções, mas dellas só uma respeita á historia portuguesa: “I. Dez panos e duas guardaportas do Conde Nunes Aluers Pereyra, de ouro e seda”. Só o directo exame deste precioso thesouro poderia revelar se nalgumas das colleções havia influencia da velha “manière de Calicut”.

n) Com a sua habitual phantasia Theophilo Braga dá por boa a identificação proposta por Sousa Viterbo, entre o pergaminho dos *Triumphos da India*, da Livraria de D. Manuel I, que ninguem viu, e o texto do manuscripto em papel de Antonio Carneiro, seu secretario, e attribue decididamente a essas tapeçarias influencia sobre a elaboração dos *Lusiadas* (V. *Camões*, Porto, 1907, pags. 294). Como phantasia, vale mais a hypothese poetica de Garrett: a visão do espectro de D. Manuel I, no templo dos Jeronymos, incumbindo-o do excelso pregão (*Camões*, canto III, cap. XIX-XXII). O mesmo biographo diz que Joaquim de Vasconcellos fez um confronto do manuscripto de Antonio Carneiro com os *Lusiadas* (pag. 295), mas não consegui identificar esse trabalho de Vasconcellos.

o) Em 1919 appareceu uma obra hespanhola, com algumas noticias de importancia sobre este assumpto. Só a conheci com segurança, quando procurei documentar-me sobre uma colleção de tapeçarias, de evidente character portuguez que pude examinar no Palacio Real de Madrid. Já

circulava a primeira edição deste livrinho, quando os successos politicos de Hespanha facilitaram o accesso publico ao Palacio do Oriente, transformado em Museu da Monarchia. Ahi pude ver com detença a collecção chamada das *Esphas*. São três, emolduradas num quadrado de cêrca de 3m,5 de lado, sobre as paredes do pequeno compartimento, que era quarto de dormir da velha Infanta Isabel, tia de Affonso XIII, que duas vezes teve de abandonar o Palacio, compellida pelas revoluções de 1868 e 1931. O pessoal do paço, pouco inteirado de coisas de arte, não as identifica como portuguezas e os prospectos do turismo ligamnas ao reinado dos Reis Catholicos. Mas a auctoridade do professor Elias Tormo e de Sánchez-Cantón claramente se pronuncia nesse sentido.

A primeira referencia de significação a alguns destes tapetes é a contida na obra *España artística y monumental*, de Pedro Madrazo (1816-1898), poeta e archeologo, que deixou excellentes materiaes para o inventario das riquezas artisticas de Hespanha. O Conde de Valencia de D. Juan, na sua opulenta monographia, *Los Tapices de la Corona de España*, Madrid, 1903, 2 vols., nada adiantou. Elias Tormo e Sánchez-Cantón, em 1919, é que reproduziram uma dessas tapeçarias e propuzeram uma attribuição portuguesa, na obra *Los Tapices de la Casa del Rey N. S. — Notas para el catálogo y para la história de la Colección y de la Fabrica*, Madrid, XXXIX — 161 pags. E' claro que o portuguesismo dos tapetes se limita á inspiração e aos motivos, porque a fabricação é indubitavelmente flamenga. Pela sua importancia e novidade, especialmente para leitores portuguezes, o paragrapho respectivo da obra de Tormo e Sánchez-Cantón deve ser transcripto na integra:

*“As Esphas (Três tapetes). As três esphas, ce-
leste, armillar e terrestre, constituem a serie, tecida com
seda, lhama e ouro, de caracter gentilmente decorativo;
a primeira é sustentada por Hercules, a segunda por Atlas,
ambas rodeadas de divindades do Olympo, e a terceira
amparada por Jupiter e por Juno. Pela completa igual-
dade de franjas e de tamanho, e pelas notas geraes do
desenho e da côr, se accrescenta nos inventarios do pa-
lacio como quarto tapete, um que representa Coriolano,
a quem em vão querem reter em Roma sua mãe, Veturia,
e sua esposa, Volumnia. Na realidade, segundo o pri-
meiro dado que possuimos ácêrca desta tapeçaria, eram*

cinco peças. Como estes tapetes se achavam dependurados no palacio, o Conde de Valencia de D. Juan não os pôde incluir no seu livro, como tinha pensado, e reduziu-se a assegurar, fallando no plural, que attingem oito series e que procedem do Imperador Carlos V; quem publicou e estudou dois d'elles, o primeiro e o segundo, foi D. Pedro Madrazo (España Artistica y Monumental, serie IV, fasciculos, 1.º e 4.º), dizendo que não se acha menção desta tapeçaria nos inventarios da Casa Real, anteriores ao anno de 1659; que Leonardo del Castillo no Viaje de Felipe IV a la frontera de Francia, no dito anno, diz que se dependuraram na ilha dos Faisões, na sala terceira, cinco pannos de uma tapeçaria preciosa das Esphas, que veiu de Portugal e que não podia recordar se nas Relaciones de Cabrera de Cordoba se dizia que tivessem sido trazidas daquelle paiz por Filippe III. Nada mais indicado que o thema das Esphas para as fazer suppôr da Casa Real portuguesa de Aviz. A esphera armillar que se repete aqui, além do seu proprio tapete, no alto das franjas dos outros, foi emblema de D. Manuel I, o Afortunado; Atlas, particularmente, podia symbolisar Marrocos tambem, a terra das empresas de D. Affonso V, o Africano, e do Infante Santo, D. Fernando; e quanto á esphera terrestre, offerece-se no tapete com a Africa e as Indias Orientaes na maior visualidade, talvez em recordação das epicas façanhas dos navegadores lusitanos. As figuras de Jupiter e de Juno, amparando a esphera terrestre, talvez symbolisem os monarchas D. João III, o Piedoso, e D. Catharina de Austria, sua esposa, irmã de Carlos V. A figura de Jupiter é quasi um retrato do primeiro; e tambem o é outra figura de entre os deuses do primeiro tapete. E o supposto Jupiter pode ser talvez o proprio monarcha entregando, por cima da esphera terrestre, á rainha dos descobrimentos, Lusitania, (se não é a propria esposa do monarcha) o sceptro do reino que se assenhoreára dos marès e dos continentes.

A marca é das de typo pouco commum, formada com outros elementos que não letras, faltando a indicação de Bruxellas. O açafate ou corolla de flor composta, as folhas e a bandeirola têm um significado mysterioso que ninguem intentou definir; tem relativa similhaça com as marcas da serie I de Pomona, ainda que estas já juntam letras. Os Pannemaker herdaram ou tinham os cartões de Pomona, a julgar pelas series de replicas e

por isso não se pode presumir que os cartões das Esphas fossem propriedade da mesma familia; mas devem conjecturar-se, em razão da enigmatica marca, duas coisas: que correspondem a Bruxellas e ainda ao reinado do Imperador, como o mais provavel. Nas letras dos quatro tapetes, parece indicado ver-se, além d'isso, allusões á grandeza da monarchia portuguesa. Dizem: Magna virtus, sed alienae obnoxia, ingens fama est igept. Gloria summa, nam sua ipsius sola virtutis fama, vel hostec quoque ultra subditus facit.

As franjas são de fructos muito bellos, enchendo o espaço e correndo por entre ellas uma fita, que dá a volta á supposta moldura. A esphera armillar dos portugueses, no panno de Coriolano, como nos outros, não está no centro, mas á esquerda do espectador. Ao centro alto o que ha são disticos com letra que declara a legitima altivez da nação que pelos seus navegadores fez o periplo da Africa, senhoreou-se das Indias asiaticas e de parte consideravel das americanas.

Reproduzimos o tapete II, no qual Hercules, a julgar pela pelle do leão de Neméa, e não Atlas, sustenta a abobeda dos ceus, imaginada como esphera armillar, com todos os elementos proprios do systema de Ptolomeu. Em cima um genio do destino humano escreve a historia nos signos do Zodiaco e outro genio do trabalho humano, por entre as nuvens, cava a terra com afinco, mallogrando-se o seu proposito pelo mau signo duma estrella. Sobre o sólo, reconhece-se Mercurio, o deus do commercio, que acompanha Marte e Venus; do lado opposto, á direita, vêem-se duas figuras allegoricas, dirigidas por Cupido; talvez representem a Paixão cega e a Reflexão” (Pags. 85-87).

Acêrca da proveniencia dos tapetes ou sobre a explicação da existencia d'elles em Hespanha, ha na obra citada de Elias Tormo e Sánchez-Cantón uma informação de interesse e aqui applicavel. O Duque do Infantado, Mordomo de Filippe II, suggere-lhe para Lisboa, onde o soberano se encontrava, que faça transferir para Madrid as tapeçarias da corôa portuguesa, porque fariam muita conta na côrte hespanhola e porque em Lisboa se estragariam nas mãos dos creados dos vice-reis e nos repetidos empréstimos para as festas da Igreja. A essa proposta dá o soberano o seguinte despacho: “Por alguna cosa me ha parecido no haber

novedad". Isto, passado da giria official do fim do seculo XVI para a de hoje, significa: "Archive-se".

p) Na dissertação de concurso ao lugar de conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, do sr. Luiz Keil, *Faianças e tapeçarias*, Elvas, 1919, acho as linhas seguintes: "Em Tournai teceram-se as celebres series da Conquista das Indias, que remontam aos primeiros annos do seculo XVI, das quaes existem ainda em França, na collecção do Marquez de Brézé, três pannos: uma caçada aos leões; as naus portuguezas partindo da India, carregadas de productos do oriente; e a marcha triumphal dos embaixadores escoltados de indios e animaes exóticos". (Pag. 29).

q) Em 1921, o critico sueco, sr. John Böttinger, publicou na revista do seu paiz, *Nationalmusei Arsbok*, pags. 1-31, um penetrante estudo sobre as três tapeçarias pertencentes ao Marquez de Dreux-Brézé, sobre outra do Museu Victoria and d'Albert, de Londres e ainda sobre outra do Museu Nacional de Stockholm. O sr. Böttinger compara-as entre si e relaciona-as com as instrucções de D. Manuel I, que transcrevi neste mesmo capitulo, das quaes lhe fôra proporcionada de Portugal uma traducção. E conclue por considera-las authenticamente quinhentistas, de fabricação flamenga, com decoração exótica de animaes e plantas, typos indianos e imitação de tecidos asiaticos, e identifica uma das figuras do cortejo festivo, de que fazem parte três dessas tapeçarias, como representando o proprio Vasco da Gama (20).

(20) — Foi o meu velho amigo, Dr. Cesar de Sousa Mendes, então illustre Ministro de Portugal na Suecia, quem teve a amabilidade de me chamar a attenção para este artigo de John Böttinger e de m'ô remetter com a sua traducção e uma photographia do tapete, que se guarda no Museu Nacional de Stockholm. Essa traducção fôra feita por seu filho, o jovem licenciado Francisco José de Sousa Mendes, morto pouco depois. Aqui lhe reservo, com a minha affectuosa gratidão, um pensamento de saudade. Em 1947, remetti o original do estudo de Böttinger e a traducção de F. J. de Sousa Mendes á Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, suggerindo a essa benemerita corporação a inclusão do trabalho na *Revista de Guimarães*. Assim se fez, depois de uma escrupulosa revisão do texto, de que generosamente se incumbiu o sr. Coronel Mario Cardoso, insigne archeologo e presidente daquela sociedade. Veja-se o volume LVII, pags. 7-38, sob o titulo de *Uma tapeçaria de Vasco da Gama no Museu Nacional de Estocolmo*.

r) Finalmente, em 1939, quando já circulavam edições varias da primeira forma deste livro — que vão descriptas no registro bibliographico, nas paginas finaes do presente volume —, o sr. professor Antonio G. Mattoso publicava a pag. 401 de um seu compendio de historia patria, destinado aos institutos secundarios, uma gravura com a seguinte legenda: “Fig. 229 — Tapeçaria francesa dos meados do seculo XVIII — Os descobrimentos dos portuguezes deram origem na Europa a diversas tapeçarias, conhecidas já em 1504, por tapeçarias “á maneira de Portugal e da India”. Este gôsto mantem-se ainda no seculo XVIII em França, como mostra esta gravura, reproduzindo um tapete “Gobelin”.”

Este facto é motivo de jubilo, porque a chegada de noticias e dados scientificos novos ao ensino é uma segurança da sua divulgação. No caso presente, porém, tal jubilo poderá ser acompanhado de estranheza pela omissão da fonte. E o proprio texto da legenda não deixa duvida sobre qual houvesse ella sido. A omissão será explicavel por um lapso involuntario. Todavia, algum leitor severo poderia assacar essa omissão a uma quebra das boas normas do trabalho scientifico — normas que são extensivas ao ensino, onde coordenação e divulgação não podem equivaler a omissão da prioridade. Já me parece injustificavel a outra omissão: a das fontes do material iconographico, reproduzido no alludido compendio. Não ficamos sabendo, no caso presente, o paradeiro do Gobelin reproduzido.

E aqui está o que se pode alcançar por agora sobre as famosas tapeçarias da India, atravez das obras dos eruditos historiadores da arte portuguesa e de inspiração portuguesa. Sousa Viterbo tornou a occupar-se da tapeçaria em Portugal, *Artes industriaes e industrias portuguesas, a tapeçaria*, no *Instituto*, vol. 49.º, Coimbra, 1902, mas nada ajuntou de novo sobre este curioso problema. E eu, tendo feito diligencias de alguma coisa encontrar na Torre do Tombo, na correspondencia dos feitores de Flandres (21), tambem nada mais posso acrescentar.

(21) — De 1530 ha duas cartas de Damião de Goes, uma de Anvers, outra de Amsterdam, dirigidas ao rei D. João III, com noticias sobre uma encomenda deste, de doze tapetes flamengos, os quaes reproduziriam allegorias dos doze meses do anno. Não ha, porém, nellas qualquer indicação de terem character indiano. Foram publicadas por Guilherme J. C. Henriques nos seus *Ineditos Goesianos*, vol. 2.º, e por Joaquim de Vasconcellos no seu *Damião de Goes*. Estão

Conclusão:

Não se deve procurar apenas o paradeiro dessas meio mysteriosas tapeçarias da Índia, mandadas tecer por D. Manuel I, deve-se procurar reconstituir a historia de um estylo, moda ou maneira luso-indiana de tapeçaria flamen-ga, suggerida pela emoção universal causada pelo descobri-mento da Índia. Tal estylo, que me parece sufficientemente documentado, considero-o, do meu especial ponto de vista historico-litterario, como um dos indices da ambiencia len-daria que creou o cyclo de valores mythicos, recolhido e coordenado pelo genio de Camões nos *Lusiadas*.

Aos historiadores da arte cabe inventariar e caracte-risar technicamente esta maneira luso-asiatica da tape-çaria, que é afinal um pormenor não despiciendo a accres-centar á historia da influencia de Portugal no seu grande seculo.

tambem reproduzidas e mais accessiveis no opusculo *Um hu-manista português — Damião de Goes*, Lisboa, 1942, em que o professor Antonio A. Doria reuniu um artigo de Mr. Aubrey F. G. Bell, dezaseis cartas em português e uma bi-bliographia (V. pags. 59-62).

CAPITULO SEPTIMO

HEROISMO E SCIENCIA

Não é para nos causar admiração que esta empáfia heroica e os lugares communs, que a expressam, se ostente com evidencia igual em obras scientificas. Taes obras são inspiradas pelos proprios descobrimentos, nascem de necessidades por elles creadas; manifestam-lhes por isso uma filial gratidão e trahem o seu character utilitario, mais tecnico do que puramente scientifico. Vêm directamente da acção, daquella acção viva, que decorria ante os olhos de todos, e dirigem-se immediatamente á mesma acção, a fortalece-la e a melhora-la. Em vez de louvar o saber especulativo, sublimemente inutil, louvam a acção util, que se envolve ou disfarça em propagação da fé, em augmento do poderio do rei e em amor da gloria. Todos os povos têm a sciencia, de que necessitam em dado momento da sua actuação historica — já o tenho affirmado noutros lugares — mas a sciencia utilitaria, uma technica mobilisada pelo Estado e melhorada pelo seu proprio exercicio. Foi a sciencia que serviu os velhos imperialismos e as velhas hegemonias da historia. Sciencia pura, da tal “sublimemente inutil”, — como dizia Menéndez y Pelayo num dos infindaveis pleitos sobre a sciencia peninsular, — essa só seria possivel, quando a mente humana houvesse renovado as suas concepções logicas e as suas praticas methodicas, e quando tivesse conquistado algumas verdades novas fundamentaes para a construcção dum systema explicativo dos phenomenos. Ora isso tudo só se verificou depois da epoca aurea dos descobrimentos; e alguma coisa grande, que delles fosse contemporanea, como a reforma da machina do mundo por Copernico, não foi considerada por essa sciencia utilitaria dos portuguezes. Ptolomeu continua a ser o mestre acatado da cosmographia nas obras dum Pedro Nunes, que era cosmographo-mór e que, embora não navegasse, recolhia dos navegadores dados experimentaes; e Camões, poeta amator da cosmographia e fiel ao gosto da poesia astrologica, é o systema ptolomaico do mundo que reconstrue poeticamente no ultimo canto dos Lusíadas. As razões, que o professor Pedro José da Cunha apresenta para explicar a obstinação de Pedro Nunes na sua fé ptolo-

maica, não roboram a inspiração científica do sabio sala-ciense: 1.^a — "...as ideas do celebre astronomo polaco, ainda que sempre tivessem encontrado quem as acceitasse e defendesse, não tiveram uma grande repercussão na epoca em que foram apresentadas". 2.^a — "...a adopção das ideas de Copernico importaria a refundição completa das obras do nosso mathematico sobre astronomia e navegação, e a primeira consequencia dessa refundição seria dificultar a leitura a todos aquelles a quem se destinavam, e que até alli tinham dado aos phenomenos observados uma interpretação tão differente". (Pag. XXVII de *Pedro, Nunes, OBRAS*, edição de Lisboa, 1940). Taes razões são impossiveis para a intelligencia e para a ethica de um sabio.

E' verdade que a obra immortal de Copernico, *De Revolutionibus Orbium Coelestium Libri VI*, concluida desde 1514, mas só publicada em 1541, no momento em que o sabio, já septuagenario, deixava o mundo, despertou limitado interesse, até mesmo no mundo scientifico. O auctor era medico e sacerdote de origem humilde, filho de um padeiro de Thorn, na Polonia, e humildemente apresentou as suas theorias, dedicando-as ao Papa Paulo III, o convocador do Concilio de Trento, approvador da Companhia de Jesus e introductor da Inquisição em Portugal, a pedido instante de D. João III. Não só lh'a dedicou, mas até lhe salientou a utilidade que a sua obra poderia levar á Igreja. Um cardinal, Nicolau Schönberg, de Cusa, pedira-lhe em termos affectuosos, em 1536, uma copia do texto. A obra passou no seu tempo sem grande echo no mundo scientifico, mas tambem sem grandes difficuldades por parte da Igreja. Só no principio do seculo XVII principiou a reacção contra ella, quando a Congregação do Indice a mencionou como mera hypothese, mas assim mesmo a condemnou, e quando Galileo se arvorou em seu campeão, já para a louvar, já para a confirmar com suas novas experiencias e com as observações do telescopio, por elle construido em 1609. Se as razões apresentadas por Pedro José da Cunha não são razões, que possam imperar no espirito dum sabio, a outra, mais vulgar, a da opposição do Santo Officio, tambem não parece que houvesse existido logo em vida de Pedro Nunes. A razão verdadeira terá sido scepticismo da sciencia utilitaria pela sciencia pura, pois Pedro Nunes só se refere ás ideas de Copernico para propor uma prova de verificação da sua utilidade: será mais exacto e mais simples o

systema de Copernicó do que o de Ptolomeu para determinar as posições dos astros?

Procurando laivos de prosapia heroica nalguns classicos dessa sciencia utilitaria, derivada dos descobrimentos, encontramos-os bem patentes. O primeiro texto desta exemplificação será o *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, o heroe lendario — lendario elle tambem — das guerras da India, tecnico da navegação, que nessa qualidade esteve presente ás negociações do Tratado de Tordesillas, de 1494, e que três annos depois da morte de D. João II fez aquella viagem secreta ao occidente ou, mais precisamente, a sudoeste, só conhecida de sua propria declaração no *Esmeraldo*.

O objectivo desta obra de estranho titulo era descrever minuciosamente as costas do continente africano desde Gibraltar até á India, portanto o périplo das navegações lusitanas. E como a descripção era feita de accôrdo com as phases da successão historica dos achamentos, a obra pode ser considerada como a mais antiga chronologia das viagens maritimas. Foi principiada em 1505 e ficou incompleta e inédita; suspende-se ao attingir os descobrimentos do reinado de D. Manuel I, no capitulo VI do Livro IV. O seu autographo perdeu-se, mas chegaram até nós duas copias de uma copia intermedia, ambas do seculo XVIII e ambas sem os mappas e desenhos, a que no texto se faz referencia. O autographo ainda existia no tempo de Barbosa Machado, que na sua *Bibliotheca Lusitana* declarou havê-lo examinado na livraria dos Marqueses de Abrantes. Foi sobre essas copias, guardadas uma na Bibliotheca Nacional de Lisboa e outra na de Evora, que fizeram as suas edições Raphael Basto e Epiphaneo Dias, respectivamente em 1895 e 1905. A segunda é superior á primeira.

Quanto ao titulo, ha três hypotheses explicativas da palavra *Esmeraldo*, unica parte mysteriosa, porque a outra, *de situ orbis*, é tomada de Pomponio Mela, geographo latino do seculo I. As três hypotheses foram propostas por Epiphaneo Dias, Luciano Pereira da Silva e Pedro de Azevedo. Diz a de Epiphaneo: no tempo de Duarte Pacheco estava muito divulgada uma obra do auctor arabe Ibn Al Wardi, *Perola preciosa das maravilhas e perola das coisas memoraveis*, do seculo anterior. Duarte Pacheco adoptaria tambem o nome de uma pedra preciosa para designar a sua obra geographica: *esmeralda*, mas na forma mais proxima do latim, *esmeraldo* correspondente a *smaragdus*.

Diz a hypothese de Pereira da Silva: *Esmeraldo* é um anagramma formado com as letras das formas latinas dos nomes do auctor e do soberano: *Eduardus* e *Emanuelis*, só fazendo equivaler o *n* ao *m* e dando terminação portuguesa á palavra; nem sempre os anagrammas eram exactos na combinação das letras (V. *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, Porto, 1921, pags. 252-253). Finalmente, diz a hypothese Pedro de Azevedo: *Esmeraldo* é um nome proprio ou pessoal, que significa alli “explicação e commentario”, e que significava antes um erudito do seculo IX, *Smaragdus* de Ardon, auctor de commentarios aos Evangelhos e de explicações da Regra de S. Bento, de quem se guardam alguns manuscriptos entre os codices alcobacenses da Bibliotheca Nacional (V. *Academia das Sciencias de Lisboa, Boletim da Segunda Classe*, vol. XIX, XXI-XXVI).

Os sentimentos dominantes na obra de Duarte Pacheco é o da protecção divina, como fatora principal e unica explicação dos prodigios obrados pelos seus compatriotas, mas o outro sentimento da superação dos antigos tambem aflora nalgum passo do seu livro. Os dois sentimentos enlaçam-se na interpretação de Pacheco. Um exemplo dá-no-lo a dedicatória ao rei:

“E entre todos los principes occidentaes da Europa Deus sómente quis escolher Vossa Alteza que este bem soubesse, e recebesse e possuísse os tributos dos Reis e Principes barbaros do oriente, os quaes Roma no tempo da sua prosperidade, quando mandava hũa grande parte do orbe, nunca assi os pôde haver nem fazer trabutarios, mas contrariando sempre sua subjeição lhe mataram Marco Crasso, capitão mui esforçado, com vinte mil homens e dez mil captivos de seu exercito; e agora por hũa virtude divinal e graça especial Vossa Alteza manda tudo, sendo o caminho de vossos cavalleiros posto tanto ávante pelas terras e indicos mares e asiaticas ribeiras, como onde reluziram os feitos do grande Alexandre; dos quaes os impetos de suas passadas com as portuguesas armas e frotas, que per vosso mandado e virtude tão grandes feitos fazem, accrescentam vossa gloriosa fama, de maneira que soa por toda Europa e Africa, Egipto, Arabia, Persia, Elamitas, Babylonios, Caldeus, Medos, Assyrios, Partos, Phenices, Palestinos; e entra e passa aos muito alongados e ferozes povos dos Scythas e os opulentissimos Reinos de India penetra; e portanto com rezão podemos dizer que a gloria de vossas victorias, o louvor de vosso

nome e grande navegação e conquista passa por Menelau e por Anno Cartaginense e por Eudoxo, de que os auctores atraz fazem grande festa e menção, e assim per todos Reis e Principes vossos antecessores. E como que em tão pouco tempo Vossa Alteza descobrisse quasi mil e quinhentas leguas além de todos antigos e modernos, as quaes nunca foram sabidas nem navegadas de nenhuma nações deste nosso occidente, agora por mór segurança desta navegação convem que Vossa Alteza mande tornar a descobrir e apurar esta costa do Ilheu da Cruz em diante... "(Pags. 16-17 da ed. Epiphaneo Dias).

Já no final da obra, confessa a presumpção da protecção divina e affirma a superação dos feitos da Antiguidade:

"Certamente bem se mostra isto vir por Nosso Senhor, que lhe deu forte animo e grande saber pera tudo acabar; porque nunca de coração encolhido, fraco e avarento tão grandes feitos saíram senão de animo abastado de fortaleza e magnanimo barão; e quem bem considerar tamanhas cousas como estas, já muita parte dos famosos feitos de Alixandre Magno e dos Romanos ficam muito abaixo em respeito desta santa e grande conquista". (Ibidem, pag. 155).

Encontramos o mesmo conceito no segundo auctor de textos de character scientifico: o pharmaceutico Thomé Pires. Está contido na *Summa Oriental*, escripta nos annos de 1512 a 1515 e só em 1944 publicada integralmente pela Hakluyt Society, de Londres, sob a direcção do Dr. Armando Cortesão.

Este pobre boticario viu-se guindado a alto funcionario imperial e por fim a embaixador de D. Manuel I junto da côrte chinesa — prosperidade que foi a maior desgraça que lhe poderia succeder, porque lhe acarretou grandes humilhações e um triste fim. A sua missão, para que fôra designado não sómente por meritos pessoaes, mas tambem pelo intuito de se lhe proporcionar campo de observação para a sua sciencia, a tal sciencia utilitaria, foi um fracasso politico, mas produziu essa obra, *Summa Oriental*, de grande relevo na nossa esquecida litteratura de viagens — esquecida por nós, apesar de ter sido no seu tempo a mais apreciada no mundo europeu, avido de noticias novas sobre as terras recém-incorporadas pelos nossos descobridores ao

convívio internacional. Os chronistas do seculo XVI fallam delle e da sua missão de triste memoria, mas quem o recordou no conjuncto dos seus meritos, os do politico martyr e os do homem de sciencia, e brilhantemente, foi o citado historiador. Encontrando o manuscripto completo da *Summa Oriental* em Paris, na bibliotheca da Camara dos Deputados, logo o publicou na collecção de viagens da famosa Sociedade inglesa, precedendo-o de uma valiosa introdução historica e biographica. Certamente, por ser pouco accessivel em Portugal esta edição inglesa, o Dr. Cortesão recapitulou as suas noticias no opusculo editado em Lisboa, 1945, 88 pags., *Primeira Embaixada europêa á China (O boticario e embaixador Thomé Pires)*.

Este infeliz homem era lisboeta, do bairro bem castiço da Sé, e foi filho do boticario de D. João II. Elle mesmo teve igual designação junto do principe D. Affonso, o que morreu desastrosamente em Almeirim. Attrahido pelo Oriente, com seus exotismos, partiu para a India em 1511, na armada de D. Garcia de Noronha, e no anno seguinte já estava em Malaca, a fazer uma syndicancia administrativa, por ordem de Affonso de Albuquerque. Só em 1515 tornou á India, já rico e na intenção de regressar a Portugal e aproveitar as muitas noticias sobre drogas e pharmacos, recolhidas na sua peregrinação.

Quis, porém, a sua má estrella guindá-lo á situação estonteadora de embaixador, primeiro embaixador europeu ao Celeste Imperio, nomeado pelo governador Lopo Soares de Albergaria. E para lá partiu em 1516, na esquadra commandada por Fernão Peres de Andrade, que no anno seguinte o deixou em Tamão, na foz do rio Cantão.

Três annos permaneceu em Cantão, rodeado de embaraços e opposições malevolentes, determinadas pela incomprehensão mutua e tambem pela falta de tacto de Simão de Andrade, capitão da armada que em 1519 debalde o fôra buscar. Os portuguezes tinham então muito mau ambiente na China, eram tidos como "ladrões do mar", acêrca dos quaes se contavam as mais infamantes calumnias.

Finalmente, em Janeiro de 1520, Thomé Pires e o seu sequito, com a mensagem e um presente do Rei de Portugal, lá partiram para Pekim, onde novas vexações os esperavam e d'onde sahiram sem nada tratar com o imperador, como deportados de novo para Cantão. Apprehenderam-lhes toda a fazenda, que era muita, e puzeram-nos a ferros, exigindo ao pobre embaixador indefezos que escrevesse cartas ao capitão de Malaca, ao governador da

Índia Portuguesa e ao Rei de Portugal, aconselhando-lhes a devolução de Malaca, recém-conquistada por Albuquerque, condição *sine qua non* para a abertura de negociações. Em tudo isto havia intrigas do ex-regulo de Malaca.

A última notícia de sobreviventes do pessoal desta embaixada infeliz é de 1524, mas entre elles não apparece o nome de Thomé Pires. Não se sabe como acabou, se de morte natural no seu abandono e sequestro, se assassinado. O que houve depois dessa data foi o depoimento de uma sua filha chinesa e christã, Ignez de Leiria, depoimento recolhido por Fernão Mendes Pinto e depois confirmado num escripto auto-biographico, do Pragal, que o Padre G. Schurhammer publicou na minha *Revista de Historia*. Essa pobre Ignez de Leiria, "Chinesa muito mais que portuguesa", foi recordada numa poesia de Affonso Lopes Vieira (V. *Onde a terra se acaba e o mar começa*, 1941).

De toda esta aventureosa viagem fallam os chronistas, sem pôr no devido relevo as causas do fracasso nem os attributos de heroico martyrio que tinha por vezes essa acção dos portuguezes dispersos pelo mundo oriental, a cumprir ordens insensatas da côrte de Lisboa, e sem evidenciar tambem os serviços scientificos do desgraçado pharmaceutico. Antes da edição dirigida pelo Dr. A. Cortesão, só havia uma traducção parcial para italiano, publicada em Veneza, 1550, por Ramusio no primeiro volume da sua collecção de textos de navegações e viagens, e a carta de materias pharmaceuticas escripta de Cochim em 1516 ao soberano portuguez e publicada em 1838 por Fr. Francisco de S. Luiz (V. *Obras Completas*, tomo VI, pags. 414-428).

E' possivel que uma leitura dos textos completos de Thomé Pires proporcione mais material para o objectivo historico-litterario desta monographia. Por agora só posso destacar o passo em que elle deixa afflorar aquella idea da emulação dos antigos. Diz Thomé Pires no prologo á *Summa Oriental*: "Determinei de pôr em obra esta *Summa Oriental*, e começar do Mar Roxo ou Arabico até os chins, com todas as ilhas, e desviar-me da parte da Africa por serem cousas mais notorias. Em a qual *Summa* não me entremetto com temeraria ousadia, porque teria menos modestia, mas pedindo que nas cousas em que não fôr achado despeso seja relevado, porque meu intento foi movido a boa fé, por ver cousas tão grandes, e salva a paz de alguns que escreveram, se deviam vir alimpar de seus tratados. Honesta cousa me pareceu pôr em escripto alguma parte

de tanta gloria, quem fosse tão bravo que tivesse o intento(?) grego e a lingua romana e o despejo betico para fallar em cousas tão simples, tambem aventuradas, como são as orientaes, mas — como eu seja lusitano e baixo na gente plebeia, cujo costume é dizer menos suas glorias do que são e o mal mais do que é, e porque o compôr das summas ou tratados é mais officio de estrangeiros que de naturaes, por saberem adoçar suas composições; como vemos fallarem maravilhas nas cousas do Mar Mediterraneo, passagem de 15 dias, sempre á vista de terra; que fizeram se viram a famosa conquista do oriente de todo o mar oceano, donde se contêm cousas tão dignas de memoria, assim de honra acêrca dos homens como em merecimento acêrca de Deus — se esta Summa não fôr assim poderosa como convém, remetta em (eu)ser natural em outra arte, que para o tempo aprendi, de que poderia dar melhor conta, porque a necessidade me foi nisso mais potente que nesta obra a razão”.

A seu tempo veremos como esta idea germinal, sessenta annos depois, se torna a idea nuclear ou a these do poema de Camões.

Duarte Pacheco, o heroe, e Thomé Pires o boticario martyr, eram homens formados na experiencia, cujas virtudes o primeiro proclamava com firmeza: “...é a experiencia, que é madre das cousas, que nos desengana e de toda a duvida nos tira”. Mas o mathematico Pedro Nunes era um profissional da sciencia, juntava maior espirito scientifico á sua systematisação dos dados experimentaes dos navegadores. Sentia mais a emoção da novidade orgulhosa desses dados por outros apurados do que o impulso de verificar a veracidade das ideas de Copernico. E’ essa filiação heroica do seu *Tratado... em defensão da Carta de Marear*, de 1537, que o leva a expressar o então já velho lugar commum da ufanía patriotica com maior clareza e belleza. Era uma idea que fazia tambem sua carreira. E diz na sua dedicatória ao Infante D. Luiz, seu discipulo e grande amator da sciencia dos ceus:

“Não ha duvida que as navegações deste Reino de cem annos a esta parte são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjeituras que as de nenhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram commetter o grande mar Oceano. Entraram por elle sem nenhum receio. Descobriram novas ilhas, no-

vas terras, novos mares, novos povos e o que mais é: novo ceu e novas estrellas. E perderam-lhe tanto o medo que nem a grande quentura da torrada zona, nem o descompassado frio da extrema parte do sul, com que os antigos escriptores nos ameaçavam, lhes pôde estorvar; que perdendo a estrella do norte. e tornando-a a cobrar, descobrindo e passando o temeroso Cabo de Boa Esperança, o mar de Ethiopia, de Arabia, de Persia, puderam chegar á India. Passaram o rio Ganges tão nomeado, a grande Trapobrana e as ilhas mais orientaes. Tiraram-nos muitas ignorancias e amostraram-nos ser a Terra mor que o Mar e haver hi Antipodas, que até os Sanctos duvidaram; e que não ha região, que nem per quente, nem per fria se deixa de habitar. E que em um mesmo clima e igual distancia da equinocial ha homens brancos e pretos e de mui differentes qualidades. E fizeram o mar tão chão que não ha quem hoje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ilha, alguns baixos ou sequer algum penedo, que per nossas navegações não seja já descoberto". (Pags. 175-176 da ed. academica de 1940).

E' um primoroso quadro synthetico das aquisições geographicas e navegadoras dos portugueses, esboçado por mão de mestre da sciencia da navegação e que só poderia ser mais condensado nest'outra orgulhosa forma, que havia de surgir no nosso tempo, tambem não carecido de espirito epico: creação da navegação do mar alto, reconhecimento total da Terra e demonstração experimental da sua habitabilidade tambem total.

Aqui deve ser lembrado o caso singularissimo de D. João de Castro, exemplo do mais puro heroismo e da mais elevada especulação da sciencia ou das sciencias da navegação. Se já em Duarte Pacheco achamos louvores da experiencia, em D. João de Castro encontramos o exercicio continuo da experiencia — não da experiencia laboratorial da natureza recolhida em pormenores e sondada em profundidade, mas da directa observação della na sua totalidade paisagistica e phenomenal, sobretudo no conjuncto mar e ceu, e moldura geographica de tudo isso. Nos auctores mencionados neste capitulo, a alliança do heroismo com a sciencia denuncia-se pelas adherencias, de certo modo impuras ou bastardas, do primeiro na ultima. São aquellas phrases de idolatria nacional, sarros emocionaes que passaram na obra da intelligencia, ao recolher observações e experiencias novas. Em

D. João de Castro a alliança faz-se a dentro da sua propria personalidade ou da sua consciencia, como accumulção pacifica de vocações, á maneira renascentista. Não é um homem de sciencia contaminado de espirito heroico; é um heroe e é um homem de sciencia, que coexistem fraternalmente e em toda a plenitude de cada uma das vocações. Heroe — elle o foi em toda a exaltação e toda a grandeza da simplicidade natural, como quem é o que não poderia deixar de ser, porque obedece a impulsos moraes profundos. E homem de sciencia — foi-o com igual firmeza e serenidade surprehendente num homem de armas, sem desfallecer em suas curiosidades intellectuaes e sem perder os ensejos deslumbradores, que a sua existencia lhe proporcionou.

Filho segundo, optou pela carreira da guerra para ganhar o seu pão. Mas o destino melhorou-lhe o rumo que se déra, porque juntou a essa bravura essa tal incessante curiosidade da intelligencia e porque a morte do irmão primogenito lhe transmittiu a casa de familia. Esta não era grande, mas permittiu-lhe o luxo daquella edenica Quinta da Penha Verde, na Serra de Cintra, que foi em meio das suas inquietações e glorias distantes, o seu constante ponto de mira, porque era a paz, o recolhimento do lar e da investigação. Tendo pão assegurado, pôde tambem, feliz homem!, obedecer aos seus imperativos de digno desinteresse. Batendo-se em Marrocos, phase primeira do officio das armas dos que ao Oriente se destinavam, prescindiu de remunerações extraordinarias em premio, a todos concedido por Carlos V, após a tomada de Tunis. Da Penha Verde faz arrancar as arvores fructiferas, porque amava a natureza em si mesma, na sua verdadeira espontaneidade, que não é o interesse humano. E depois da victoria do segundo cêrco de Diu, pede ao rei, como recompensa, um castanhal adjacente ao seu dominio, para que os filhos não precisem de assaltar os castanheiros dos vizinhos... Tanto na sua primeira estadia na India, quanto na segunda, já como governador geral e, por fim, proximo da agonia, como vice-rei, ligou o seu nome a proezas de alta fama que por vezes excederam toda a expectativa perante a pobreza dos recursos de gente e dinheiro, e a actos de suprema probidade, que se tornaram lendarios. Estoicamente perdeu um filho no segundo cêrco de Diu, que bem mostrava herdar-lhe as virtudes de bravura e austeridade. Sem dinheiro, empenhou as proprias barbas, como garantia de um emprestimo. Era uma determinação symbolica, um pouco theatral. Shylock cortava uma fatia de carne ao devedor; este heroe creador

de prestígio epico dava, em penhor de uns miseros cobres empregados na causa publica, o que nelle mais impressionantemente exprimia o seu todo de lidima respeitabilidade. Mandando restituir, logo no inicio do seu governo, umas differenças de quebra da moeda, que haviam abalado o credito do Estado, conquistára a confiança dos governados. E pôde fazer quanto quiz, até um pouco de exhibição á romana. No regresso de Diu, acceita, se não suggere ou promove, honras triumphaes, como as arbitradas a um Paulo Emilio ou um Cesar, juntando sabiamente aos sortilegios do heroismo victorioso os deslumbramentos da pompa liturgica. Os homens grandes devem mostrar-se num ambiente de grandeza — pensaria este homem simples, mas distinguindo entre o seu gôsto pessoal da simplicidade e a alta funcção publica pelo rei confiada.

Mas a lucta em armas, a administração sem recursos e as longas viagens pelo vago imperio maritimo não lhe entravam o exercicio da pura vocação intellectual. O amigo de Pedro Nunes, em dia com a aparelhagem do sabio e manuseando-a familiarmente, o amigo fraternal do nobre Infante D. Luiz, este heroe que louvou muito mais a experiencia do que a peleja, não perdeu as boas oportunidades para a recolha de dados concretos sobre os novos scenarios das aguas, das costas e dos ceus. Para estes portuguezes do grande seculo "experiencia" tinha um sentido passivo, não era a intervenção do experimentador nos phenomenos; era a observação contemplativa e registradora do que em avalanche se offerencia em primeira mão aos seus sentidos. Isso são os seus roteiros *De Lisboa a Goa, De Goa a Diu e De Goa até Suez*. Foi o primeiro capitão christão que devassou o Mar Vermelho até ao seu mais intimo sovaco. E tudo archivou com fiel minucia e com affoitas explicações de alguns sensacionaes phenomenos, num impressionismo litterario pauperrimo, numa graphia anarchica, mas com abundante cabedal de dados positivos e preciosos para os viajantes immediatos e, sobretudo, para a descripção ou reconhecimento geral da superficie do planeta.

Depois, nas suas breves residencias no Palacio de Goa, vae escrevendo dialogos de synthese e diffusão, como quem quer integrar em condensações geraes as conquistas singulares e dispersas. Elle bem sabia que ia cooperando numa grande obra de estabelecimento das rotas maritimas ou de dominio da Terra pela circulação nos mares e pela indagação sem limite. E era tal o seu espirito de collaboração ou

o seu espontaneo universalismo scientifico, tão superior ás limitações nacionalistas que não hesita em communicar a Alonso de Santa Cruz dados secretos sobre as variações da agulha magnetica, arriscando-se a incorrer nas severas sancções regias. (V. *Hist. de Portugal*, Barcellos, 1928-37, pag. 234 do vol. IV). Este homem insigne, só pelo seu amor da sciencia e seus progressos, pensava no meado do seculo XVI como ainda no seculo XX não pensam os politicos, a proposito dos segredos dos explosivos atomicos.

Era muito grande o seu sentido de cooperação intellectual e muito ampla a sua sympathia humana. Tambem era muito grande a pessoal atracção do heroe. Ella passou em obras da mais diversa indole, como a *Vida* que entusiasticamente lhe escreveu ou entoou Jacintho Freire de Andrade — por Anthero de Quental considerada como um dos livros mais nefastos da nossa litteratura — e a biographia de rigorosa base documental, que lhe reconstituiu Elaine Sanceau.

Entre 1545 e 1548, nos ultimos annos da sua vida trabalhosa, escreveu, provavelmente, o seu *Tratado da Esphera*, que permaneceu inédito até 1940, anno em que Fontoura da Costa o editou sobre uma copia conservada na Bibliotheca Nacional de Madrid. Tal tratado é uma recapitulação do systema ptolomaico e das correccções na parte geographica, devidas ás navegações. A ellas se refere nos termos seguintes, que denotam o referido espirito de continuidade e cooperação, fundamento de toda a grande tarefa scientifica:

“D. — Pois quem pode arrancar do mundo esta opinião dos antigos?”

M. — A muita experiencia dos modernos. E principalmente a muita navegação de Portugal. Por que depois que o Portugueses pela parte Oriental, e os outros Hespanhoes por seu exemplo pera o Occidente navegaram toda a redondeza do mundo, e descobriram tantas e tão variadas terras nunca desdo principio do mundo descobertas, e as deixam notadas, e postas cada hũa em seus lugares, vemos que muitas destas novas terras ficam pera a banda do Occidente, e finalmente quasi por toda a redondeza do mar se acham novas ilhas e terras firmes em contrario sitio das antigas. De maneira que nas costas deste nosso hemispherio antigo está descoberto d’agua outro novo” (Pags. 30-31 da ed. cit.).

Mais adiante, noutro lugar do mesmo escripto dialogal entre mestre e discipulo, affirma:

“D. — Os climas das outras quartas estão já conhecidos e demarcados?

M. — A quarta septentrional que responde a esta que está já conhecida e demarcada, não ha mais que fazer que extender os parallellos e ir correndo com elles no mappa até o cabo. E quem quizesse ir fazendo a experiencia e considerando as distancias da Terra, polas mesmas crescenças de meias horas podia lançar e extender todos os sobreditos climas e parallellos, o qual está já feito e demarcado não tão sómente nesta segunda quarta senão ainda nas outras duas pelos Portugueses e os mais Hespanhoes, os quaes têm já bem de vezes revolvido o mundo, e têm notado os portos, costas e mares, assi do mundo novo como do mundo velho, e têm tudo demarcado em suas cartas de marear, e notadas suas alturas, de cujas cartas de marear se tem já averiguado todos os climas assi das quartas septentrionaes como das outras duas quartas meridionaes, ainda que estas do Sul não são tão conhecidas como as do Norte. Isto basta que está dito dos climas”. (Pag. 83, *Ibidem*).

No meado do seculo XVI havia plena consciencia da renovação do panorama da Terra e havia uma anhêlo igualmente imperioso e nobre para a synthese astronomica e para a synthese geographica ou do planeta. Isto era um valor poetico, era uma posição espiritual eminentemente impregnada de sensibilidade esthetica. E encontrá-la-hemos recolhida com supremo esplendor no poema da navegação — do conjunto de explorações oceanicas que determinaram essas coisas.

E' por esta mesma altura, approximadamente, que Antonio Galvão, outra grande figura de heroe, missionario secular e naturalista, organisa o seu Tratado... dos diversos e desvairados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta e a especiaria veio da India ás nossas partes, e assi de todos os descobrimentos antigos e modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos e cincoenta.

Esta obra preciosa, pela primeira vez publicada em 1563, re-impressa de novo em 1731 e posta agora ao alcance de todos com a sua inclusão na prestimosa *Bibliotheca Historica*, fundada e dirigida pelo Sr. Visconde de Lagôa, será uma das primeiras chronologias dos descobrimentos portuguezes e, pela sua articulação á historia geral da navegação e descobrimento, um dos prodromos da geographia historica. E seu auctor um verdadeiro precursor, quanto á materia por-

tuguesa, do 2.º Visconde de Santarem. Para o ponto de vista de um historiador da litteratura, empenhado em rastrear os indices da mentalidade epica, importa salientar esse amplo sentido de synthese da historia mundial, em que Antonio Galvão incorpora as contribuições portuguezas, tão pouco valorisadas pelos historiadores officiaes; importa recordar a sua visão materialista da historia, a qual faz da busca da pimenta e da especiaria o eixo das grandes navegações entre o Oriente e o Occidente; e importa ainda approximar esse anhêlo synthetico de D. João de Castro, no seu *Tratado da Esphera*.

A chronologia de Galvão, inçada de lendas e falsas tradições e sem allegação de documentação, devemos considerá-la scientificamente caduca. A sua enthronisação da pimenta como eixo da historia mais nos faz reconhecer o esforço de purificação da sua materia epica, realizado por Camões no seu poema. Já voltaremos a versar este ponto em seu lugar proprio (V. Cap. XIX, Parte II). E a approximação espiritual ou o parentesco da posição intellectual de Antonio Galvão com D. João de Castro faz-se principalmente nestas linhas finaes de balanço, numa obra que é bem laconica:

“O que disto tenho alcançado é ser a redondeza de trezentos e sessenta graus, segundo sua geometria, a que deram os antigos dezasete leguas e meia, em que se montam seis mil e trezentas; os modernos põem o grau em XVI e dois terços por virem seis mil leguas. Comtudo eu tenho que são dezasete largas, em que sahe o ambito da Terra em seis mil e duzentas. Como quer que seja, toda é descoberta e navegada de Leste Oeste, quasi por onde o sol anda, mas de Sul ao Norte ha muita differença, porque contra elle não se acha mais descoberto que até setenta e sete ou setenta e oito graus de altura, em que se montam mil e trezentas e tantas leguas. E da parte do Sul até novecentas, por ser descoberto até cincoenta e dous ou cincoenta e três graus, que o estreito por onde o Magalhães passara, juntas todas fazem em somma duas mil e duzentas, tiradas de seis mil e duzentas, ficam por descobrir quatro mil leguas” (Tratado dos Descobrimentos, pag. 281-282 da de. de 1944).

Depois de Pedro Nunes, seguindo esta breve linhagem de tratadistas technicos, vem o Padre Fernão de Oliveira,] aventureira figura de heterodoxo, de curiosidade multimoda e de franqueza critica, em tudo, até em certa elasticidade

moral, um typico espirito da Renascença, muito mais typico do que os poetas italianisantes, que têm monopolizado as attentões dos historiadores da litteratura, os dos sonetos, eglogas e madrigaes. O seu nome é indelevel da nossa historia intellectual do grande seculo. Aveirense humilde — e parece que na sua terra se lembram muito mais de José Estevam que delle — entrou para a Ordem de S. Domingos, onde fez estudos serios, ao que mostram as suas obras posteriores e o seu magisterio em familias illustres. Em Evora foi discipulo de André de Rezende, que parece não se julgou obrigado a defendê-lo mais tarde, em horas difficeis. Em 1532 deixa a ordem inquisitorial, com a qual terá seus dares e tomares, foge para Castella, onde por certo estudou a obra de Nebrija, sobre grammatica da lingua castelhana, porque a copiou e porque publica em 1536 a sua *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, a mais antiga do nosso idioma, antecessora proxima da de João de Barros, de cujos filhos foi professor. A elaboração desta primeira grammatica portuguesa obedecia tambem a um pensamento imperial e nacionalista, porque fixava a theoria de um idioma que se ia espalhando pelo vasto mundo, onde o fallariam os povos subjugados pelos reis de Portugal. Esse mesmo pensamento inspirára o grande Antonio Nebrija (1441-1522), ao publicar a sua *Arte de la lengua castellana* no mesmo anno do descobrimento da America, como expressamente declara na dedicatória á rainha Isabel, a Catholica (V. *As duas Hespanhas*).

Fernão de Oliveira não é tão explicito na sua *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, apparecida quando a ufania dos portugueses attingira o seu zenith. Todavia alguma coisa transparece nas paginas dessa primeira fixação theorica do idioma: "...tambem a lingua de tão nobre gente e terra como Portugal vivêra contente e folgára de se extender polo mundo..." (Pag. 14 da edição Sá Nogueira). Ha ainda outras notas que merecem ser postas em relevo; são vozes de independencia critica no meio do endeusamento dos heroes. Oliveira não se deixou dominar pelo exclusivo entusiasmo que em todos despertava o heroismo marcial e deu forma nova á rivalidade com os antigos. Essa forma nova procede do seu amor pela cultura intellectual. E diz com grande novidade para o seu meio, embora não para o seu tempo:

"O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes: e esses estudos fazem mais durar

a gloria da terra em que florecem. Porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem; porque quando senhoreavam o mundo, mandaram a todas as gentes a elles sujeitas aprender suas linguas; e em ellas escreviam muitas boas doutrinas e não sómente o que entendiam, escreviam nellas, mas tambem trasladavam parellas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assi, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque milhor é que ensinemos a Guiné cá que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tivera toda sua valia e preço (Pags. 21-22 da ed. Sá Nogueira)".

Este mesmo nacionalismo o leva a protestar contra os que chama "grandes bugios dos latinos" (Ibidem, pag. 41) e contra a forma pragmatica adaptada de Castella "El-rei": "...porque o nosso rei é senhor, pois tem terra e mando, tenha tambem nome proprio e distincto, e a sua gente tenha falla ou linguagem não mal misturada, mas bem apartada..." (pag. 93). Aqui está enunciada á pressa aquella funcção separadora ou isoladora das linguas, a que fiz referencia na *Lucta pela expressão* (Pags. 36-37).

Oliveira andou depois por Italia em occupações nada claras, regressa a Portugal — passo imprudente para quem lançára ás hervas o habito dominicano — e escapa-se de novo em 1545 disfarçado de piloto e com nome supposto, a bordo de uma expedição francesa contra os ingleses, que terminou mal, pois foi derrotada. Prisoneiro em Londres, sabe insinuar-se junto do rei, como perito nautico; e, munido de uma carta delle, ousa reentrar em Portugal, onde o Santo Officio, recém-installado, exercia forças jovens ainda na perseguição da liberdade da consciencia. Pensando muito livremente, de facto, e sendo muito despachado em declarar as suas duvidas religiosas sobre a orthodoxia catholica e a sua immoderada gratidão ao rei inglês, rebelde contra Roma, parece que foi facil victima de um livreiro francês, talvez agente provocador. E' preso em 1548, julgado e condemnado á prisão "por tempo indeterminado". Teve, porém, bons padrinhos, que fizeram commutar a pena e por fim lhe obtiveram o indulto em 1551. Apesar de impedido de sahir do Reino, delle sahe no anno immediato numa expedição a Marrocos, onde é apresado pelos argelinos. Mas o seu anjo custodio outra vez o salva, porque

é destacado pelos mouros para vir a Portugal tratar do resgate. Outros levam a termo a negociação; elle vem, mas não volta á Africa. Aonde volta promptamente, outra vez victima da sua lingua e dos ouvidos traiçoeiros do seu hospedeiro, é aos carceres do Santo Officio. Tinha, porém, um fiel anjo da guarda. Perdeu o lugar, que D. João III lhe déra, de revisor typographico da Universidade, já em Coimbra, mas recuperou a liberdade, não se sabe para que uso, porque se lhe perde o rumo. E tudo que de seguro se sabe a respeito deste irrequieto espirito, que tinha a estôfa de um genio italiano da Renascença, se deve a Henrique Lopes de Mendonça, que precedeu a edição do *Livro da Fabrica das Naus* de um excellente escôrço biographico.

Fernão de Oliveira foi, em proporções diversas, mas bem accentuadas, polemista theologico, latinista, grammatico, rhetorico, tratadista de architectura naval, theorico e pratico da navegação e o primeiro escriptor technico sobre a guerra no mar. Antes delle só Flavio Vegecio Renato, do tempo do Imperador Theodosio, auctor dos *Epitoma Rei Militaris*, e um pouco Cesar nos seus *Commentarii de Bello Gallico* haviam abeirado este ultimo thema, porém a que distancia no tempo e no estado da materia! Foi no fim do seculo XV que se ampliou o perimetro das navegações até outros continentes e que se feriram as primeiras grandes batalhas navaes de mar alto, com navios já de grande tonelagem e velame, e com artilharia.

O seu tratado da *Arte da Navegação*, redigido em latim, crê-se perdido. O da *Arte da Guerra do Mar* sahiu em Coimbra, no anno de 1555, e foi reproduzido em 1937 pelo Archivo Historico da Marinha, que o fez commentar por dois officiaes da armada, os quaes lhe louvaram grandemente a perspicacia para observar certos principios permanentes da guerra maritima. E o *Livro da Fabrica das Naus* esteve inedito até 1898, anno em que H. Lopes de Mendonça o fez editar pela Academia das Sciencias em commemoração do descobrimento da viagem de Vasco da Gama.

No *Livro da Guerra do Mar* a minha colheita não é grande. E' obra litterariamente muito descuidada. Todavia, sempre deve ser mencionado este passo do prologo dirigido a D. Nuno da Cunha, governador da India em 1529, que fôra a Roma na embaixada celebre de D. Manuel I a Leão X, chefiada por seu pae, Tristão da Cunha: "Dando-se a esta guerra, têm ganhado os nossos portuguezes muitas riquezas & prosperidade, & senhorio de terras & reinos, & têm ganhada honra em poucos tempos quanta não ganhou

outra nação em muitos. Elles não sómente conquistaram terras que outros não puderam tocar, mas além disso, não satisfeitos de tão pouco, buscaram & descobriram outras de novo que nunca foram cuidadas. E sobretudo dão azo a multiplicar a fé de Deus & salvação dos homens, que o diabo tinha como escondidos aos prégadores, & nuncios dellas, os quaes os vemos com a graça divina fazem fruito mediante, todavia, a guerra do mar”. A guerra no mar em distantes paragens era, pois, necessaria para ampliar as conquistas dos portuguezes e expandir a fé christã. Esta associação das viagens de descobrimento, da guerra e da evangelisação leva o auctor a discutir o ardido thema da justiça da guerra, assumpto juridico-philosophico, herdado da Edade Media, mas avivado pelas emprezas coloniaes dos portuguezes e dos hespanhoes, sobre todos as dos hespanhoes na America a defrontar-se com velhas civilisações, que puderam destruir, ao contrario dos portuguezes na India, que nem se quer tiveram tal velleidade.

No *Livro da Fabrica das Naus* é que ha um passo mais flagrante, porque dá conteúdo novo ao cansado lugar commum da superação dos feitos dos antigos; agora o que os portuguezes haviam excedido sobre os antigos era a propria construcção naval. Diz assim:

“Poucas vezes se lê que os gregos nem latinos navegassem fóra do seu mar mediterraneo, de que sómente eram çapazes os seus navios; os nossos agora são capazes tambem do oceano todo per todo o mundo ou maior parte delle. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos que aos gregos nem latinos, porque mais têm feito pela navegação em oitenta annos do que elles fizeram em dous mil que reinaram. E mais perfeições têm accrescentado a esta arte do que elles nunca fizeram. Porém nem por isso diremos que somos nós os primeiros inventores della, como arrogantemente elles disseram. Mas nem porque elles o dissessem o consentiremos nós, porque em muitas partes do mundo, onde elles nunca foram, nem doutrina sua, achamos navio e arte de navegar, em umas melhor que outras, segundo a policia ou rudeza das gentes que nella moram. Na China e Japão achamos navios arrezoados, sem jamais lá ir noticia nem doutrina de gregos, nem do seu Neptuno. Em Guiné e no Brasil nunca ouviram nomear gregos, e sem elles navegam a seu modo, qualquer que

seja que lhe a natureza ensina. Assi que não foram os gregos os primeiros, nem unicos inventores e mestres desta arte em todo o mundo. Nem é bem que consintamos antre nós tão grande cegueira, como é dar credito a suas fabulas e captivar nossos entendimentos sem quereremos saber mais que o que elles nos ensinam, fazendo-nos gente nova e boçal, sendo a policia da Hespanha mais antiga que a de Grecia. E antes de Grecia navegavam da Hespanha pera Phenicia e passavam pera Africa. Porém são dignos de louvor e premio os que ensinam aos povos as cousas necessarias, e muito mais os que inventam e accrescentam ou emendam as boas artes. Os quaes, diz Aristoteles que se não acabam de satisfazer com premio algum humano. E essa era a rezão por que os gregos lhes davam louvores e honras divinas” (Pag. 154-155).

Aquella rivalidade retrospectiva com os antigos, que os portugueses do seculo XVI a cada passo confessavam e sentiam no seu grande orgulho heroico, torna-se technica nestas linhas do intelligentissimo frade exclaustro — exclaustro de tudo, até da facil credulidade da superstição da cultura helleno-romana. Não excederam os portugueses sómente aos antigos nas suas façanhas heroicas; excederam-nos em pericia technica na arte da navegação, de construir navios e usá-los. Depois o seu amplo espirito critico leva-o á justiça de reconhecer que em toda a parte se navegou e bem, mesmo nas paragens aonde não chegou noticia da civilisação grega; e faz logo a apologia do genio inventivo e da liberdade creadora. Mas Aristoteles pairava muito acima dessa sua rebeldia anti-hellenica; por isso é com palavras de Aristoteles que louva esse mesmo espirito inventivo, que os gregos não tinham esgotado.

[Garcia da Orta], o medico elvense formado em Salamanca e Alcalá de Henares, que em trinta annos de herborisação e estudo mineralogico nos deu os seus *Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da India*, tem tambem seus vestigios dos valores guiadores dos portugueses do seculo XVI, verdadeiro systema de lugares communs ou de phraseologia critica e psychologica de povo escandecido por febre heroica. A propria forma dialogal da sua obra é signal de gôsto renascentista, da epocha cultivada que fez da conversação intellectual uma arte e um meio de ampliar as curiosidades e o saber. Ha nesse seculo dialogos sobre tudo, materias litterarias e scientificas, artisticas e philosophicas, politicas e militares. Garcia da Orta levou

para a India esse fino gosto e durante trinta annos conversou ou simulou conversar ou conversou comigo mesmo de historia natural indiana e das applicações medicinaes das especies novamente conhecidas. O Conde de Ficalho, no fim do seculo XIX, fez trabalho análogo ao que fizera Charles d'Écluse logo no seculo XVI, ao universalisá-lo por meio de uma condensação em lingua latina: pô-lo de novo no scenario da historia scientifica. Nesse livro, a que tambem não falta seu entusiasmo pelas velhas glorias lusitanas, Ficalho tenta identificar os interlocutores do naturalista elvense e não deixa de dar ao convivio scientifico da Gôa do seculo XVI uma importancia que elle não teve. E' um problema semelhante ao da situação intellectual do Padre Antonio Vieira no Brasil do seculo XVII: para quem prégava o padre os seus maravilhosos sermões? quem lhe faria justiça na Bahia e no Maranhão? Quem poderia entender e acompanhar as curiosidades scientificas de Garcia da Orta em longas palestras ao serão? E' materia adjacente ou marginal. O certo é que esses homens de pensamento pensaram em voz alta, em soliloquios só entendidos da posteridade.

Este nobre Garcia da Orta era homem bem do seu tempo, testemunhára a convivencia dos humanistas de duas grandes universidades hespanholas e, após uma estadia a clinicar na provincia, partira para Goa e acclimatára-se áquella forja do espirito heroico português. Teve até relações com o futuro cantor desses heroismos, pois os *Coloquios* appareceram, á moda renascentista, acolytados pela poesia. Em 1563, data da publicação dos *Coloquios*, Camões só seria um futuro cantor da gloria lusitana, em relação com o apparecimento do poema, mas seria já bem presente quanto á sua elaboração e quanto á recolha dos indícios claros da derrocada do imperio sobrehumano dos portugueses no Oriente.

Na ode, que serve de viatico aos *Coloquios*, Camões tem bem presente em seu espirito o mundo antigo e os seus valores, e tambem o implicito character de rivalidade da edade heroica da sua patria: para defender a nobreza da sciencia ou arte de curar, vae á Antiguidade invocar o exemplo de Achilles, flagello dos troianos, mas sem se desdourar de saber applicar mésinhas curativas; o vice-rei, Conde de Redondo, é grande porque faz presente “de heroes altos o tempo já passado”; será com o precedente de Achilles que elle deve patrocinar a obra do velho medico elvense, que revela em sua nova obra coisas dos antigos desconhecidas:

*Dará na Medicina um novo lume,
E descobrindo irá segredos certos
A todos os antigos encobertos.*

O verbo “descobrir”, o substantivo “segredo” e o adjetivo “novo” são peças predominantes da phraseologia encomiastica dos portugueses nesta sua idade heroica.

Na sua obra, Garcia da Orta não sómente allude com relativa frequencia aos philosophos e sabios da Antiguidade e do mundo arabe, mas tambem mostra conhecer a superioridade da arte de bem dizer e do esmalte perenne, que ella trazia ás boas acções; diz, por exemplo na sua dedicatória ao Vice-rei: “Oh! quem pudera, illustrissimo senhor, tornar-se Homero ou Virgilio pera escrever vossas grandes façanhas, pera com isto deixar fruto de mi aos vindoiros...” Nesse tempo ainda se lamentava a descuidosidade historica e poetica dos portugueses, mais amigos de fazer do que de escrever o que faziam: “Verdade é que os Portugueses não são muito curiosos, nem bons escriptores; são mais amigos de fazer que de dizer”. (Pag. 248 do 2.º vol. da ed. Ficalho).

Mas não é por uma ou outra phrase com que se traia o mundo de valores implicito nos *Coloquios*, que se apprehende a fidelidade do espirito da obra de Garcia da Orta ao character geral da epocha; é pelo seu aspecto geral derramado pelos cincoenta e nove dialogos. De facto este homem de sciencia, passando ao Oriente e ahi se demorando três decennios a estudar a botanica medicinal, é um verdadeiro classico da nossa idade heroica, fiel representante da sua dispersão geographica, da melancholia da distancia e do seu variado exotismo. A “novidade” e o “descobrimen-to” estão bem presentes em sua obra. E era tão addicto ao sentimento nacional desses heroismos de deambulação, curiosidade e aventura, que, havendo principiado a escrever a sua obra na lingua universal da sciencia, o latim, a passou logo a português. Écluse, pelo contrario, que não sentia essa ufania heroica dos portugueses e só pensava nas apportações scientificas della, pô-la outra vez em latim, supprimiu-lhe a pittoresca forma dialogal e todos os pormenores locais e circumstanciaes. Mas o Conde de Ficalho restituiu-os á plenitude do seu character nacional e quinhestista.

Não são muitas as obras de sciencia portuguesa do seculo XVI, que se offerecem á pesquisa de laivos de espirito heroico. Predominam sobre ellas, no inventario geral

da producção typographica, as obras de applicação pratica, repertorios dos tempos, regimentos, tabuas nauticas, roteiros. Isto se confirma no exame das bibliographias especiaes: Sousa Viterbo, *O Movimento Typographico em Portugal no seculo XVI (Apontamentos para a sua historia)*, Coimbra, 1924; Anselmo & Proença, *Bibliographia das obras impressas em Portugal no seculo XVI*, Lisboa, e *Bibliographia Geral Portuguesa, Seculo XV*, Lisboa, 2 vols., 1941 e 1944, edição da Academia das Sciencias de Lisboa; Luiz Silveira, *Livros do seculo XVI impressos em Evora*, Evora, 1941.

Mas é preciso contar com o precioso acêrvo de manuscrito das bibliothecas nacionaes e estrangeiras. A actividade scientifica dos portuguezes no seculo XV-XVI, melhor, dos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III, foi muito grande. Por que teria ficado em grande parte inédita é que será difficil de explicar. Seria por que, não se destinando ao grande publico, bastar-lhe-hia a circulação por copias? Seria contagio das limitações officiaes á propagação das noticias a respeito dos dominios novamente incorporados ao mappa-mundi? Temos visto modernamente como se transmittem os maus habitos politicos, como se adquirem vicios mentaes, como o mêdo da livre publicidade e da critica. Ou seria o obscurecimento preparatorio do collapso de 1580 a causa desse desinteresse?

Uma conclusão se pode extrahir: a sciencia portuguesa da Renascença nasceu da emoção dos descobrimentos maritimos; formou-se, por isso, num ambiente de exaltação heroica e teve, por isso tambem, um caracter pragmatico ou utilitario e foi enquadrada no vasto scenario geographico das revelações desses descobrimentos. Com essas peculiaridades, ella formava uma cultura, porque descobria factos, encadeava-os causalmente e suggeria um comportamento guiado por valores moraes. E havia de chegar a um epilogo theorico, chegou mesmo, porque o *Quod nihil scitur* do portuguesissimo Francisco Sanches, da Rua do Souto, em Braga, é um manifesto de scepticismo critico e uma investida contra a noção escolastica de sciencia. E tal manifesto d'onde recolheria as suas premissas experimentaes senão da longa demonstração, que os portuguezes fizeram, da falsidade de tal noção de sciencia? Não está provado que Sanches proceda directamente da litteratura e da sciencia dos descobrimentos, mas procede do ambiente philosophico da Renascença, onde taes descobrimentos foram parte muito principal. Burck-

hardt não dá a taes descobrimentos o lugar que lhes corresponde na formação da mentalidade renascentista; e essa é uma das deficiencias que vão envelhecendo a sua grande obra. Sanches recebeu a emoção dos descobrimentos já filtrada pelo ambiente critico de além Pyreneus, que transformára em busca de ideas puras a velha procura heroica de factos sensacionaes. E não se creia que haja desproporção em dar como coroamento intellectual a uma longa aventura heroica um pequeno livrinho de critica e methodo. Os caminhos heroicos e desvairados da pimenta, quando mundificados pelo curso da historia, como o fluir dos rios remineralisa as aguas turvas, e quando interpretados por altos espiritos, tanto podiam levar a um fecho de poesia como a um fecho de philosophia. Depois, o *Quod nihil scitur* não é um pequeno livrinho, é um grande livro, porque é a introdução de uma ambiciosa construcção philosophica, não destituída de character encyclopedico, é como o portico de uma cathedral. Faz pensar naquellas cathedraes historiographicas de João de Barros, dos frades de Alcobaça, de Faria e Sousa e outros, que nos dão uma visão do universo como tempo e como projecção azimuthal do orgulho portuguez. Sanches tem a originalidade de nós dar a primeira grande visão portuguesa, não historicista, nem lyrica, mas como complexo de ideas. Para em tudo ser portuguesa, a sua obra tem o typico desequilibrio entre a concepção e a realisação. O que fosse a traça da sua cathedral, temos de o reconstituir pelas proprias referencias delle a projectos e designios proximos e futuros -- como tivemos de fazer com João de Barros.

Os descobrimentos já estavam muito longe, mas não estão ausentes da sua obra, quer entre as causas geracs da reforma logica, quer em allusão clara:

“Na tua sciencia perfeita, dizias hontem, e até já ha muitos seculos, que a Terra era cercada por um oceano, e a dividias em três partes universaes: Asia, Africa e Europa. O que dirás agora? Foi descoberto um novo mundo, e novas cousas numa nova Hespanha ou Indias Occidentaes, e nas Orientaes. Dizias tambem que havia uma região meridional sob o Equador, que por causa do calor era inhabitavel e que o mesmo se dava nos Polos e nas zonas extremas por causa do frio; que essas duas cousas são falsas, já o mostrou a experiencia. Como é, pois, que affirmas que as tuas proposições são eternas, incorruptiveis, infalliveis?” (Pag. 240 do 3.º vol. da *Revista de Historia*, Lisboa, 1914).

Em 1576, já depois dos *Lusiadas*, Sanches fallava em estylo bem diverso do de todos os auctores que forneceram os indices de ambiencia lendaria até agora enumerados: chegára ao fim a intellectualisação da materia, que presenceámos em D. João de Castro, e encetava-se a valorisação da America, já neste passo em plano superior ao das Indias Orientaes.

E agora sou levado a confessar que a respeito da sciencia e da philosophia portuguesa, e até iberica, nos enganamos os que lhes negamos existencia. Não existem essas coisas no typo que ellas realisaram no mundo de além Pyreneus. Mas procurando-as onde ellas se acoitam, encontrás-las-hemos. Em 1910 neguei a existencia de uma critica litteraria ou de uma sciencia da litteratura em Portugal, sem comtudo deixar de, paradoxalmente, compôr uma historia della. Vim depois a reconhecer que havia uma critica nossa, feita da aliança com a ficção (V. *Pyrene*, cap. sobre *A critica poetica*, Lisboa, 1935). Em 1922 tambem pús em duvida a existencia de uma philosophia portuguesa, embora organisasse uma bibliographia della. Ainda recentemente o Dr. Antonio José Brandão me inculpa por tal duvida (V. *Relações da cultura lusitana com o idealismo critico*, in *Bol. do Min. da Justiça*, Lisboa, n.º 13).

Apesar dessa negação ou dessa duvida, tinha o instincto da importancia e originalidade da nossa especulação philosophica; e foi elle que me levou a promover e publicar uma traducção do manifesto de Sanches e depois a tentar um inventario bibliographico da philosophia em Portugal.

Entretanto foram surgindo trabalhos de jovens investigadores, libertos de antigos preconceitos hypercriticos. O Dr. Lothar Thomas iniciou uma aproveitada reconstituição da nossa cultura philosophica, procurando o seu haver onde elle estivesse, ainda que dissimulado em formas muito diversas das habituaes na philosophia de além Pyreneus. E quanto a Francisco Sanches, o Prof. Moreira de Sá ergueu-o ao seu verdadeiro lugar na evolução do pensamento europeu, tornando o homem melhor conhecido pelos documentos biographicos recolhidos e integrando o conjuncto da sua obra, da tal cathedral de que nos assomam pedras mutiladas no texto do *Quod nihil scitur*. (V. *Francisco Sanches-Philosopho e mathematico*, Lisboa, 1947, 2 vols.).

Coisa analoga succede com a cultura scientifica, porque tambem jazia sepultada sob os escombros de uma enorme derrocada, a meio da gloriosa aventura — uma unidade de

acção e pensamento, que não chegou a cumprir o seu cyclo vital, mas creou suas genuinas peculiaridades.

Nas polemicas de Menéndez y Pelayo sobre a sciencia peninsular faltou, a elle e aos seus contendores, este dado realista da articulação do saber e do especular da gente ibérica ao que de mais vitalmente imperativo ella fizera. Claramente se patenteia essa articulação da cultura scientifica ao character geral da acção no inventario de A. Fontoura da Costa, *Bibliographia nautica portuguesa até 1700*, Lisboa, 1940, 157 pags., apesar de algumas omissões do auctor e das muitas perdas occorridas ao longo dos seculos.

Passando ao campo das ideas geraes, teremos de levantar na historia da sciencia um problema novo: de como o espirito heroico pôde ser, em seu tempo, força propulsora do progresso scientifico.

CAPITULO OITAVO

A "COMEDIA TROFEA" DE B. TORRES NAHARRO

O elephante que D. Manuel I offereceu ao papa Leão X, em 1514, na sua faustosa embaixada, foi mais recordado pela historia geral do que a representação da *Comedia Trofea*, de Bartolomé Torres Naharro, entre os actos festivos da recepção ao embaixador. Todavia, a *Comedia Trofea* tem relevante importancia historico-litteraria e, por isso, me detenho sobre esse indice da ambiencia lendaria, cujos reflexos litterarios estou recolhendo, e faço preceder de um excurso anecdotico a sua analyse critica.

No momento em que mais alto ia o sol da sua glória ou da sua ventura, o rei D. Manuel I, de Portugal, mandou ao papa Leão X uma embaixada ostentosa, digna, pela sua pompa exótica, do requintado gôsto de um Medicis, cujo mecenatismo parece personificar a embriaguez da Renascença. Foi uma embaixada que ficou nos anais da política exterior da Curia e nas recordações do povo romano. Já então o soberano português havia organizado o império marítimo e comercial do Oriente, de que Vasco da Gama, Alvares Cabral, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque haviam sido principais architectos. Achara-se a Terra Nova, o Canadá e o Brasil; estabelecera-se um rosário de bases navais e feitorias comerciais ao longo das ilhas dos Oceanos Atlântico e Índico, e das costas de Africa, Arabia e India, até ao Estreito de Singapura. Portugal torna-se o traço de união económica entre os dois hemisférios morais da terra e um viveiro e centro distribuidor de catequistas cristãos. Soldado, missionário e mercador, dominava, convertia à fé cristã e traficava. Precisava de exhibir ante o chefe da cristandade a orgulhosa consciência dos

Nota da revisão: Este capitulo é constituido pelo prefacio da edição brasileira da *Comedia Trofea*, publicada pela Faculdade de Philosophia da Universidade de São Paulo no boletim de *Letras*, n.º 2, 1943. Apenas se supprimiram as paginas iniciaes e se actualisou a informação bibliographica. Vae na graphia da sua primeira publicação.

seus serviços e da sua força, e tinha o direito de pedir novos apoios pontifícios para o seu labôr de cruzado retardatário e aventureiro. Logo após o regresso de Vasco da Gama da sua primeira viagem, o soberano participára ao papa Alexandre VI o feliz acabamento daquela almejada empresa da chegada à Índia por mar e pedia a confirmação das velhas bulas que outorgavam a Portugal direitos de posse das terras novamente descobertas, em troca da evangelização. Era este o principal título jurídico, além da prioridade no achamento, que os Portuguezes invocavam para a constituição do seu império ultramarino, desde o começo das explorações oceânicas do Infante D. Henrique. Portugal ia realizando a sua expansão imperialista, sob a asa protectora ou complacente do Papado e em meio da indiferença geral dos países europeus, demasiado absorvidos nos seus problemas internos e continentais. A curiosidade geográfica, peculiar da mente renascentista, exaltara-se dominantemente naquele recanto da Europa, pelo menos no cérebro de um homem de gênio, poderoso e obstinado o bastante para a impor como política de uma ordem monástico-militar e, no fim do século, de todo o reino. Só quando aparece Colombo e quando o papa espanhol Alexandre VI se inclina a favor dos Reis Católicos, e também quando o rendimento econômico das conquistas ultramarinas se patenteia a todos, é que essa indiferença e esse isolamento se transformam em rivalidade e concorrência.

Esse acôrdo político dos soberanos portuguezes com os pontífices era uma tradição coeva do nascimento da própria nacionalidade — a qual surgira como condado insubmisso da monarquia leonesa. Era a época em que os sucessores de Gregório VII, continuando a sua política teocrática, se empenhavam na criação de núcleos de resistência ao mahometismo. A rebelião portugalense foi, por isso, apadriñada pelo papado. Mas os conflitos entre o afilhado e a Curia protectora começaram pouco depois, porque a nova nacionalidade seguiu, na conquista da sua integral independência, três direcções igualmente decididas: luta contra o antigo suzerano leonês; luta contra os mouros; e luta contra a intromissão romana nos negócios internos. A independência perante Leão fica reconhecida desde 1143, na conferência de Zamora; e a luta com os mouros pela integração do território nacional conclue-se em 1250 pela conquista do Algarve, ratificada em Badajoz, 1267, por Afonso X, o Sábio, após laborioso litígio. Mas a emancipação dos reis perante a Curia Romana custou mais longo e porfiado es-

forço. A madrinha da nova nacionalidade era ciosa do seu ascendente e de gratidões por efectivos serviços prestados nesses tempos incertos. Desde D. Pedro I a luta tem um eixo, que é a aplicação, com rigor vário, da lei do *Beneplacito regio* — uma espécie de fronteira movel entre o poder civil e o poder teocrático. Não sómente nascera sob a égide da Igreja Romana a nova nacionalidade, mas também usára os recursos morais e materiais das ordens monástico-militares na integração do seu território, porque esta revestia aspectos de cruzada, e iniciára ainda com os de uma delas, a de Cristo, sucessora portuguesa da dos Templários, os descobrimentos marítimos e os custeára totalmente ou quase, até que D. João II os oficializa e dirige. E eram privilegios concedidos pelo Papado que estimulavam esses empreendimentos de exploração geográfica e legitimavam, perante a opinião universal, a posse das novas terras achadas .

A fisionomia da nacionalidade portuguesa, durante os séculos medievais, é uma longa vigência de um binário de forças económicas e políticas: Terra-Roma — os parques recursos da lavoura e a força moral da Curia Romana, que incentiva e justifica a força denodada dos barões, dos burgueses e dos plebeus, que amavam a sua independência acima de todas as coisas e a levantam sobre todos os obstáculos: essa pobreza, a unidade geográfica da península, o des-equilíbrio populacional, a tendência do arredondamento ibérico pela monarquia castelhana e a posição de desterro para longe dos focos da vida moral e económica da Europa.

A Embaixada pomposa que em 1514 D. Manuel I enviou ao Papa transformava o caracter dessas relações lusitano-pontifícias. Já não era um tímido afilhado ou pupilo que pedia assistência contra perigosos vizinhos. Era uma potência marítima e colonial, que ampliára os confins da Terra e extendera a fé cristã, que em 1494 obtivera a partilha do mundo por descobrir e que tinha agora como basta razão de viver a força das suas armadas, os recursos que do Oriente extraia e o prestígio de façanhas de repercussão universal. Entrava numa segunda fase da sua vida económico-política: Mar-Oriente. Esse o significado da orgulhosa Embaixada a Leão X, que Tristão da Cunha chefiava. Era um nome ilustre da epopéia oriental, não por ter achado o arquipélago, que o recorda, mas porque fôra colaborador de D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, como capitão de armadas. Veiu a ser memorado por Camões nos *Lusíadas* (Canto X, est. 39a.). O secretário foi

Garcia de Rezende, compilador do *Cancioneiro Geral*, mas um secretário excessivamente discreto, que não incluiu essa Embaixada entre as maravilhosas coisas contadas na sua *Miscelanea*; limitou-se a registrar alguns resultados práticos dela:

Has terças da clereizia
vijmos papa Liam dar
a el rey, para gastar
na conquista que fazia:
vijmollas el rey soltar,
darlhe igrejas y mōesteiros
para dar a cavalleiros
encomêdas, se servissem
na sãcta guerra, & cõprissem
dous Y quatro ãnos inteiros.

(Estancia 172, pag. 61 da ed. de Coimbra, 1917).

E entre as trovas soltas do *Cancioneiro Geral* alguma recordação deixou passar sobre o itinerário agitado da Embaixada. Mas sobre a sua pompa, sobre as impressões do povo romano e sobre os resultados políticos guardou silêncio — ele, secretário e homem que se desvanecia de haver testemunhado grandes sucessos da história. Seria porque da Embaixada, como episódio diplomático de primeira grandeza, houvesse uma versão oficial, de que se não poderia apartar um modesto secretário, nem para contar anedotas? Essa versão, se a houve, seria a que nos apresenta Damião de Goes, historiador oficial do reinado de D. Manuel I. Lá figura na III parte, capítulos LV e LVI, da *Cronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, 1567. Esta obra foi censurada, circunstância que revalida essa sua versão, como oficial. Em abono da sua veracidade, o cronista juntou, no capítulo LVII, uma prova testemunhal: a tradução portuguesa da carta em latim que o Embaixador Alberto do Carpe (ou Da Carpi?) enviou ao seu Imperador, Maximiliano da Alemanha, parente do Rei Manuel, com a minuciosa descrição da Embaixada. O que Damião de Goes não explicou foi como houve às mãos esse texto.

Como todos os episódios de relação ou convívio podem ser narrados e julgados de tantos pontos de vista quantas as partes conviventes, sem falar nos dos simples espectadores, cuja imparcialidade pode roçar pela indiferença, que é outra forma da parcialidade, assim da Embaixada de Tristão da Cunha ha narrativas portuguesas e italianas.

Das portuguesas a mais antigamente divulgada é esta já referida, de Damião de Goes, e a mais moderna será a do Prof. Newton de Macedo na *Historia de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, Barcelos, 1931, págs. 234-236.

Entre os dois extremos colocam-se várias outras narrações, que divergem em pormenores secundários e nos materiais documentares que as roboram. A saber: há documentos coevos recolhidos no *Corpo Diplomático Português*, edição da Academia das Ciências, Lisboa, 1862, vol. I, e na preciosa colectânea de José Ramos Coelho, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, 1892, págs. 353-356, carta do doutor João de Faria; há uma amplificação literária, em latim, dos dados proporcionados por Damião de Goes, que é a de D. Jeronimo Osorio em *De rebus Emmanvelis Regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis libri dvodecim*, Lisboa, 1571, obra de que Filinto Elysio nos deu uma excelente tradução em 1804-1806, Lisboa, 3 volumes, reimpressa ha pouco; há a reconstituição do Marquês de Rezende, *Embaixada de El-Rei D. Manuel ao Papa Leão X*, no vol. XI do *Panorama*, Lisboa, 1854, pág. 219; notícias miúdas no *Summario de Varia Historia*, de José Ribeiro Guimarães, vol. V, pág. 67, Lisboa, 1879; Vittorio Rossi, *Un elefante famoso*, (?), 1890; S. da Cuitis, *Une ambassade portugaise à Rome au XVIème siècle*, Napoles, 1889; dados sobre a parte de Garcia de Rezende em *Critica e História*, de Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, 1910, págs. 29-95; Achilles Pellizzari, *Portogallo e Italia nel secolo XVI*, Napoli, 1914. E' evidente que todos os autores de grandes corpos de história, que abarcassem o reinado de D. Manuel, se ocuparam da Embaixada famosa, nacionais ou estrangeiros.

Destes últimos só guardou silêncio, um estranhavel silêncio, Heinrich Schaefer na sua *Geschichte von Portugal* (1095-1820), Hamburg, 1836-1854, da qual F. de Assis Lopes nos deu uma boa tradução e José Agostinho uma péssima continuação. Todavia, noutros aspectos, esta obra, que Herkulano louvou, acusa um grande escrupulo de informação. Por maioria de razões se hão-de ocupar desta famosa Embaixada todos os historiadores da política religiosa de Portugal, o principal dos quais será Fortunato de Almeida com a sua *História da Igreja em Portugal*, iniciada em Coimbra, 1910, (V. vol. 3.º, parte 2.ª págs. 51-53). Oliveira Martins, no seu ensaio de ressurreição plástica e de crítica pessimista

sobre a *História de Portugal*, Lisboa, 1879, deu-nos uma formosa reconstituição artística da entrada do pomposo cortejo em Roma — página logo depois aproveitada por D. Juan Valera como fonte para a sua descrição do mesmo episódio no romance *Morsamor*, 1899. Recordei essa influência de Oliveira Martins na *História de um “vencido da vida”*, Lisboa, 1929.

Do lado italiano, as relações foram também numerosas, porque a impressão produzida pela Embaixada, com sua opulência e seu exotismo oriental, foi muito grande e duradoura. Estão inventariadas pelo historiador inglês William Roscoe, especialista da Renascença, na sua obra, muito conhecida e traduzida vezes várias, *History of the Life and Pontificate of Leo the Tenth*, de 1805. Mas Ludwig Pastor acrescenta notícias mais modernas na sua obra clássica, de que já transcreverei um sugestivo trecho.

Para o meu ponto de vista, só importa o essencial desse episódio, e sobre ele estão de acôrdo os principais historiadores. A Embaixada foi decidida em fins de 1513 pelo rei, mas só entrou em Roma a 12 de Março de 1514, porque teve uma viagem trabalhosa por causa dos temporais e foi demorada por escalas várias na costa espanhola e nas ilhas Baleares. Foi dessas escalas que o secretário Garcia de Rezende arquivou algumas recordações poéticas no *Cancioneiro Geral*, publicado dois anos depois. Faziam parte da Embaixada, além de Tristão da Cunha, como chefe, e Garcia de Rezende, como secretário, o estribeiro da Real Casa Nicolau de Faria, e os doutores João de Faria e Diogo Pacheco, o primeiro dos quais já estava em Roma, em missão; Nuno da Cunha, filho do Embaixador, poeta colaborador do *Cancioneiro* compilado pelo secretario da Embaixada, e futuro e muito ilustre e desgraçado Governador da India, nos anos de 1528-1538, celebrado como o pai por Camões nos *Lusiadas* (Canto X, est. 61a); seus irmãos Simão da Cunha e Pero Vaz da Cunha; gente de armas; os Portugueses residentes em Roma; o corpo diplomático acreditado junto do Papa, no qual se contava, como representante de Francisco I, de França, Guillaume de Budin, futuro fundador do *Collège de France*; e numerosa comitiva, mais de cento e quarenta pessoas, todas montadas em cavalos ricamente ajaezados. O uso dos coches de gala, nestes cortejos, é muito posterior.

Muita gente acudiu de várias partes distantes de Roma sobre todo o trajecto da Embaixada, desde o desembarque em Porto Ercole até à entrada na cidade pontificia pela

Porta del Popolo. Por um famoso Atlas de Roma, de Antonio Tempesta, pode-se reconstituir todo o percurso do desfile. Não era só a imponência da cavalgada ostentosa que atraía os mirones — a Roma da Renascença estaria habituada a muitos espectáculos similares; era a presença das alimarias exóticas: um elefante com seu cornaca (alguns narradores falam de dois), que borrifaria o papa e o povo com água perfumada, uma onça domesticada que se deixava exhibir sobre uma colcha bordada a ouro, um cavalo persa, que viera de Ormuz, com seu condutor, muitas aves raras, e os paramentos e as vestes pontificais para os sacrifícios do Papa, recobertas de ouro, pérolas e rubís em quantidade deslumbradora e no valor de meio milhão de cruzados, segundo alguns testemunhos. Também os houve mais modestos no seu cálculo: que a coisa se poderia ter feito com trezentos ou quatrocentos mil... E' bom não esquecer o grande poder aquisitivo dessa moeda, ao tempo. Em qualquer hipótese, o efeito destes presentes deve ter sido muito diverso do que produziram os que Vasco da Gama levava ao Samorim de Calicut, na sua primeira viagem: desagrado pela modestia. Em Calicut aportava em 1498 uma expedição, que significava o espírito de aventura e avidez da pobreza européia, num dos seus últimos actos; ao Castelo de Santo Angelo chegava, de retôrno, a opulência asiática, via Lisboa. O caminho mais largo, mas então muito novo e o menos inseguro. Todavia, o legado do Imperador Maximiliano, mesmo defendendo-se de exageros estimativos, ainda pôde escrever ao seu soberano a seguinte opinião: "... has perlas não sam de muita grandura, nem hos robis, mas em multidão, & numero mais que infindos. Certo, & assi he de crer que nunca a nenhum Papa da Igreja Romana forão apresentados tão ricos, nem tão fermosos ornamentos, nem tão preciosos" (*Crónica do Felicissimo Rei D. Emanuel*, parte III, pag. 192 da ed. de Coimbra, 1926).

O fim da Embaixada, além do propósito moral de ostentação, era duplo, sob o ponto de vista político: o Embaixador faria reclamações de interesse nacional e sugestões de ordem internacional; apoios e privilégios espirituais para o novo império português do Oriente, prosseguimento do Concilio Ecumenico de Latrão, reforma da Igreja e uma cruzada contra os turcos, inimigos de Portugal nas partes orientais. As reclamações de ordem geral não foram deferidas. Eram direcções da política geral do Vaticano, que não podiam depender só do voto do rei português. A Carlos V e a Filipe II caberia o papel de paladinos da Contra-

Reforma religiosa e de tutores dos papas, não a D. Manuel I, de Portugal.

As reclamações peculiarmente portuguesas é que foram atendidas de maneira cabal: as terças eclesiásticas do reino foram cedidas a favor da guerra contra os infieis de além-mar; toda a vida religiosa dos domínios ultramarinos foi submetida à Ordem de Cristo; e ao soberano foi concedido o direito de padroado nas dioceses distantes — direito que sobreviveu ao próprio império português do Oriente.

Quanto ao proposito moral, propaganda pelo deslumbramento, João de Faria dá-o por plenamente conseguido, na carta que logo em 18 de Março de 1514 escreve ao rei, sob a emoção do exito, carta com que se tornou o primeiro chronista português da embaixada: "...e crea Vossa Alteza que aquelle dia foram, como vistas, cridas as glorias e vitorias de Vosa Alteza..." (Ramos Coelho, *Alguns Documentos*, pag. 354). E este resultado de convencimento attribuia-o o Doutor Faria á impressão produzida pela presença do elephante!

Estes os resultados práticos da Embaixada — alguns dos quaes foram memorados por Garcia de Rezende na sua *Miscelanea*, como já apontei —; esta a essência das narrativas portuguesas.

As narrativas italianas ou romanas, que não posso agora consultar, poderiam oferecer alguma notícia nova e de grande interesse para o meu ponto de vista histórico-literário, se ao apontarem os agasalhos e festas com que foram honrados em Roma o Embaixador Português e o seu sequito, fizessem referência à representação da *Comedia Trofea* de Bartolomé Torres Naharro. Também não é muito crível que os historiadores do primitivo teatro espanhol houvessem esquecido esse filão em suas pesquisas. Benedetto Croce estudou especialmente as relações literárias hispano-italianas nos séculos clássicos; e P. Mazzei as influências italianas sobre o teatro de Torres Naharro. E nada dizem sobre as circunstâncias de nascimento e representação da *Comedia Trofea*. Tenho, pois, de me limitar à análise intrínseca da obra, como índice da atmosfera de heroismos lendários e sua expressão hiperbólica, de que nasceu a epopéia portuguesa.

Há, porém, uma versão histórica desta Embaixada, que merece especial confiança pela grande autoridade do nome, que a subscreve, e que proporciona com seu aparato erudito fontes documentares diversas das que acima enumerei. A seguir a reproduzo, em tradução da tradução francesa

de Alfred Poizat (*Histoire des Papes depuis la fin du Moyen Age*, Paris, 1926, págs. 55-58), mas cotejada pelo original.

“A embaixada de obediência, que fez mais ruido, foi a do rei Manuel de Portugal, o qual já tinha enviado antes presentes ao Papa (22) e o havia informado, por carta, dos seus grandes êxitos na Índia e na África (23). Leão X ordenou festas nesta oportunidade e, numa carta lisonjeira, exortou o rei a prosseguir na sua campanha contra os infiéis (24).

O Papa mandou fazer vastos preparativos para a recepção desta embaixada, cuja chegada, a 12 de Março de 1514, deu ensejo a um brilhante espectáculo (25). Quatro dias antes tinha sido publicada uma bula que convidava todos os Portugueses a ajudar o seu rei na cruzada dele contra os mouros de África. À testa da Embaixada vinha Tristão da Cunha, conhecido pelas suas viagens de descobrimento; acompanhavam-no dois juriconsultos célebres, Diogo Pacheco e João de Faria, numerosos membros da nobreza portuguesa, muitos negros e indianos, ao todo umas setenta pessoas. Mas o que produziu ainda mais efeito que esta brilhante e graciosa cavalgada foram os presentes raros e preciosos que a Embaixada trazia ao Papa, como testemunho das vitórias alcançadas sobre os infiéis, cavalos persas, galinhas da Índia, papagaios, uma pequena pantéra, dois leopar-

(22) — Landucci, pág. 343.

(23) — Carta de Lisboa, de 6 de Junho, in Codice 1910, folio 140b-143b da Biblioteca Riccardi, em Florença. Ver Uzielli, *P. Toscanelli et la circumnavigazione dell'Africa*, Florença, 1891.

(24) — V. Raynald e cartas de Chierigati de 8 de Janeiro de 1514 (Archivo Gonzaga). — V. também Mac Swiney, *Le Portugal et le Saint-Siège*.

(25) — Sobre a Embaixada do rei Manuel a Leão X temos as obras recentes de S. de Cuitis, *Une Ambassade portugaise au seizième siècle*, Napoles, 1889, e Mac Swiney, *Portugal*, e a narrativa de Grégorovius que coloca, por engano, o facto em Maio de 1514. — V. Paris de Grassis, *Diarium*; Sanuto, Jovius, *Hist. Elogia, Corpus dipl. Port.*, tomo I, pag. 234, 238. — V. também o *Journal* em *Mélanges d'archéol.*, tomo XXII, pág. 277, a carta de Guido Postumo, de 13 de Março de 1514 (Archivo Gonzaga), e a *Chronique contemporaine* em V. Polit, págs. 50-62 (Archivos Secretos dos Papas), assim como Fr. Novellus, *Vita Leon. X*, in Cod. Barb. lat. 2273 (Biblioteca Vaticana). — Depois destes, ver também Joanninensis, *Penthateucus*, pág. 99.

dos e um elefante branco, que os basbaques romanos não se fartavam de admirar. Um mouro ricamente vestido montava esse possante animal, que levava sobre o lombo revestido de xaireis bordados um cofre encimado por uma fortaleza de prata, flanqueada de numerosas torres. Esse cofre encerrava diversos presentes para Leão X: casulas bordadas a ouro e pedraria, ostensórios, cálices do mais fino ouro; uma toalha magnífica de altar e livros de grande preço. O cornaca fazia-se obedecer pelo elefante, falando-lhe. Quando chegou ao castelo de Santo Angelo, do alto do qual o Papa contemplava este espectáculo nada comum, o elefante parou em silêncio e por três vezes ajoelhou perante Sua Santidade. E quando o animal derramou por sobre os curiosos uma parte da agua que lhe ofereciam, a alegria do povo não teve limites. Desde então ele foi o entretenimento da cidade; cantaram-no os poetas (26) e até um prosaico mestre de cerimonias, como Paris de Grassis, não deixou de se ocupar dele nas suas notas. O esportissimo animal, que executava as habilidades mais variadas, teve em João Baptista Branconi um admirador particular. Branconi tinha relações de amizade com Rafael; e ninguem lhe pareceu mais indicado que o pintor de Urbino para representar, sobre uma torre do Vaticano, a entrada deste animal. Essa pintura foi destruida durante as reconstruções de Paulo V; em compensação, sobre a porta que vai da camara da Assinatura à camara de Heliodoro, conservou-se uma fina estampa, que representa o elefante transportando o poeta Barballo. Deste modo se conservou pela gravura a imagem de um animal que ninguem tinha tórnado a ver deste o tempo dos Cesares (27).

(26) — V. Beroaldo; Paquier, *Vita*, pág. 35; Aurelius Serenus in Tizio.

(27) — O elefante de Leão X deu origem a toda uma literatura. Citemos primeiro: *Lettres de Sadolet*, em Roscoe-Bossi, tomo VI, pag. 197; Osorius, *De reb. Eman. reg. Lusit.*, tomo IX, pág. 263; *Epist. obscur. vir.*, ed. Boecking, pág. 262; Tizio, *Hist. senen.* — Aqui há uma gravura do tempo, representando o elefante. A morte do elefante (epitaphio, em Reumont) pareceu aos contemporaneos digna de ser mencionada: “Segunda feira, 16 de Junho de 1516, morreu o elefante” — *Journal in Cod. Barb. lat. 3552, folio 27* (Biblioteca Vaticana). V. tambem Sanuto, tomo XXII, pág. 475; *Spicil. Vat.*, tomo I, pág. 22; Burckhardt, *Rossi in Intermezzo*, Turim,

A 21 de Março, num Consistório público, os enviados do Rei de Portugal fizeram o juramento de obediência. Pacheco pronunciou o discurso de uso; é um modelo dessa retórica redundante que então se admirava. Leão X respondeu-lhe com tanta elegância quanta força; preconizou a necessidade da paz entre os príncipes cristãos e da sua união contra os infiéis. A seguir efectuou-se a entrega dos presentes, a que a imaginação exagerou desmesuradamente o valor. O Papa decidiu-se então a enviar ao Rei Manuel a Rosa de Ouro primitivamente destinada ao Imperador. Mais importantes ainda foram as concessões que os embaixadores portugueses obtiveram para a sua pátria. Leão X concedeu ao Rei autorização para levantar um dizimo sobre o clero português, durante quasi toda a guerra de África. Por uma bula de 7 de Junho de 1514, a corôa de Portugal obtinha o padroado de todos os bispados e benefícios nos domínios ultramarinos e a anexação desses benefícios à Ordem de Cristo. A 3 de Novembro, este direito de padroado tornou-se extensivo a todas as terras conquistadas ou que viessem a ser conquistadas não sómente na Índia, mas também nas regiões do mundo, ainda desconhecidas. Estas mostras de favor não bastaram a Leão X. No ano seguinte, enviou ao Rei Manuel uma dessas espadas e um desses chapéus que os Papas abençoam na noite de Natal. Desta maneira, o chefe da Igreja fez saber ao mundo inteiro toda a estima que lhe grangeavam as guerras do Rei de Portugal contra os infiéis, as quais abriam tão brilhantes horizontes à Cristandade”.

Em Dezembro de 1910 appareceu na revista de Milão, *La Lettura*, um artigo de vulgarização, de L. Onori, que relembra o elefante Annone — assim se chamou o popular paquiderme branco das Indias Orientais — e contava alguns dos episodios chocarreiros em que tomou parte na alegre côrte de Leão X, entre êles o triunfo carnavalesco e a coroação subsequente do poeta Baraballo. Devo à bondade da erudita Senhora Anita Seppilli a noticia de tal artigo, que amplia as informações do citado trecho de Ludwig Pastor, porque nêle se contém as duas gravuras ainda sub-

1890, pág. 632; *Cesareo* in *Nuova Rassegna*, 1894. Há uma recordação do elefante, não registrada até ao presente, na “Villa Madame”: no nicho do meio, sobre o terraço, vê-se uma cabeça de elefante, de mármore, que lança agua de nascente para um sarcophago antigo.

sistentes de Annone e o texto do pitoresco epitáfio, que é quasi uma biografia do animal que divertiu e alegrou o povo de Roma e dêle recebeu a gratidão de uma efusiva simpatia, e que teve a honra insigne de ser pintado por um Raffaello Sanzio.

O epitaphio foi redigido em nome do guarda de Annone, Giovanni Battista Branconi, em 1516, por ocasião da morte do animal com uma *angina pectoris*. Eis o seu elegante e gracioso texto:

*Monte sub hoc Elephas ingenti contegor ingens,
Quem Rex Emanuel, devicto Oriente, Leoni
Captivum misit decimo; quem Romula Pubes
Mirata est Animal, non longo tempore visum
Vidit, et Romanos in bruto pectore sensus.
Invidit Latii sedem mihi Parca beati,
Nec passa est ternos Domino famularier annos.
At quae sors rapuit naturae debita nostrae
Tempora, vos, Superi magno accumulate Leoni.
Vixit annos VII.*

*Obiit Anginae morbo
Altitudo palmorum XII.
Io Baptista Braconius aquilanus a Cubiculo
Et Elephantis curae praefectus
posuit
MDXVI. 8. Junii
Leonis X. Pont. anno quarto
RAPHAEL VRBINAS quod Natura abstulerat
Arte restituit.*

Esse elephante famoso ainda em annos modernos foi celebrado em versos de cunho nacionalista humoristico pelo poeta Affonso Lopes Vieira (*V. Paiz lilaz, desterro azul*, Lisboa, 1922, e a transcripção em *Os Versos de Affonso Lopes Vieira*, Lisboa, 1927).

Tambem a fol. 32 v. do volume *Os desenhos das antigualhas que vio Francisco D'Ollanda...*, publicado pelo Prof. Elias Tormo, em Madrid, 1940, se contém um desenho, muito bom, do elephante Annone, e a pags. 145-148 da mesma obra ha informações sobre esse desenho.

Havia então uma grande curiosidade por esses monstruosos animaes do Oriente, que a zoophilia exotica de D. Manuel I trazia á Europa e exhibia vaidosamente. A um rhinoceronte ou "ganda", que por essa mesma epocha o Rei Venturoso offerecera ao papa e que morrera num naufragio, coube, apesar desse percalço, a gloria de ser perpe-

tuado por um desenho de Albrecht Dürer, mas por simples noticia indirecta. Era assim grande essa curiosidade zoophila! (V. os estudos do Prof. Charles R. Boxer e Fontoura da Costa sobre as deambulações do rhinocerone ou “ganda” de Modafar, rei de Cambaya, e as noticias de Straser e Gandara em *Oito seculos de historia luso-allema*, Lisboa, 1944, pags. 159-162). Burckhardt põe em relevo essa zoophilia da côrte pontificia e de outras côrtes principescas da Italia (V. Cap. II, Parte IV de *Die Kultur der Renaissance in Italien*).

Quem foi Bartolomé Torres Naharro? Um clérigo de vida mal conhecida, mas pessoa respeitavel, segundo os depoimentos que nos chegaram e apesar da sua liberdade de língua, e um autor dramático relevante na primeira época da história do teatro peninsular. Ultimamente estabeleceu-se, através dos juizos dos críticos, uma espécie de competição ou porfia entre ele e Gil Vicente, como candidatos ao primeiro lugar entre os comediógrafos primitivos.

A sua vida é, de facto, muito mal conhecida. E esse escasso conhecimento deve-se a dois únicos documentos, que acompanham a sua *Propalladia* — o privilégio apostólico de Leão X para a impressão da obra e uma carta panegírica sobre o autor, de Mesinerius I. Barberius Aurelianensis (M. J. Barbier, de Orléans) a Josse Bade, de Ascen, impressor e humanista belga, ambos os textos em latim — e a algumas pequenas inferências, a que se presta o próprio teor da obra. Como se lhe deparou no caminho da vida este panegirista e por que dirigiu ao impressor tal carta, se a *Propalladia* estava publicada e havia de livremente se reimprimir vezes várias, não o dizem os historiadores da literatura espanhola, nem mesmo Menéndez y Pelayo, que fez a esses escassos dados ampla e penetrante glosa (*Libros de Antaño*, X, Madrid, pags. I-CLIII, depois nos *Estudios de Critica Literária*). Naharro foi natural de Torre de Sexmero, na Província de Badajoz, fronteira de Portugal. Parece que militou ou andou metido com militares, porque revelou bom conhecimento da vida castrense na sua *Comedia Soldadesca*. Talvez mesmo, em seus principios, tivesse navegado em serviço militar, porque foi apresado e reduzido à escravidão por piratas do norte de África. Mas os assaltos dos ladrões do mar não vitimavam só aqueles que fossem colhidos de armas na mão, ao serviço do Rei. Resgatado, passou à Roma dos Papas, terra de muitas e

desvairadas gentes, onde não era difícil obter benefícios ou mesmo viver sem trabalhar em ocupação definida, na clientela parasítica de algum grande senhor, purpurado ou nobre. Essa sua vida em Roma também é um pouco difícil de compreender. Se fôra militar, como pôde ser designado por Leão X como clérigo da diocese de Badajoz? Referia-se o pontífice à naturalidade e não à jurisdição de que dependia Torres Naharro? Segundo ele diz, vegeta como servo e amargurado de espírito por essa posição subalterna, mas o seu teatro representa-se perante grandes personagens, é privilegiado na sua primeira publicação por Leão X numa carta de gentilíssimos termos e é dedicado ao muito ilustre casal Fernando Dávalos e Victoria Colona, Marqueses de Pescara — o que pressupõe alguma privança ou algum contacto afectuoso. Mesmo o encargo da composição da *Comedia Trofea*, inpromptu para festas de grande solenidade e importância política, faz crer que era poeta aulico do Vaticano. Modernamente, vemos que só os autores favoritos desfrutam dessa preferência oficial para as encomendas literárias dos grandes momentos. Menéndez y Pelayo lembra que essa preferência poderia ter um significado de cortezia: em vez de um autor italiano, um autor das vizinhanças da pátria e da língua do Embaixador Tristão da Cunha. Viveu à sombra do Cardeal espanhol Carvajal, homem irrequieto e ambicioso, bem mais famoso que o seu protegido; mas dessa protecção extraiu um conhecimento comprometedor das intimidades sevandijas do tinello e muito maior que dos salões aristocraticos.

Não se estranhe este meu emprego da palavra “tinello”. Também Garrett a usou no seu poema *Dona Branca*:

...cada qual se apressa,
Com olhos e alma no tinello bento.

(*Obras*, pag. 268 da edição grande, de 1904, 1.º vol.).

E mais quatro vezes no *Arco de Sant'Anna* (Pags. 14, 28, 40 e 64 do 2.º vol. da edição de 1904, formato grande).

Em data não fixada ainda e por motivo também não sabido, retirou-se para Nápoles, onde, em 1517, publica a sua *Propalladia*, colecção de peças líricas, satíricas e religiosas, e seis comédias: *Serafina*, *Trofea*, *Soldadesca*, *Tinellaria*, *Himenea* e *Jacinta*. Como ele diz no *Prohemio* da obra e nos últimos dos seus versos soltos (*Libros de Antaño*, IX, pag. 128), esse título é uma palavra artificial, por ele crea-

da para significar: “primicias de Pallas” ou “primeras cosas de Pallas”: “Intitulélas *Propalladia*, a *prothon*, quod est *primum*, et *Pallade*; id est, *prima res Palladis*, à diferencia de las que secundariamente y con más maduro estudio podrian suceder”.

Yerros son los más tempranos
Que sembré;
Principios en que probé
Mis fuerzas y tiernas alas,
De donde con salva fe
Propalladia los llamé,
Primeras cosas de Pallas.

(*Libros de Antaño*, IX, pag. 128).

A obra saiu ordenada com critério gastronômico: “antepasto”, “principal cibo” e “pospasto” ou em linguagem moderna: frios variados, prato do meio ou de resistência e sobremesa. Mas com essa metódica ordenação, Torres Naharro não nos serviu logo todo o seu labor literário: esqueceu algumas peças avulsas, modernamente recolhidas por Menéndez y Pelayo, e não deixou lugar para obras posteriores, como as duas comédias, *Calamita* e *Aquilana*, que são as únicas notícias da actividade do comediógrafo extremamente, posteriores à edição da *Propalladia*. De uma delas, *Calamita*, deduz Mazzei que o seu autor houvesse regressado a Nápoles em 1518, porque nesse ano se representou perante Leão X e os cardiais a *Calandria*, de Bibbiena, à qual atribue sugestões próximas sobre Torres Naharro (V. *Contributo allo studio delle fonti, specialmente italiane, del teatro di Juan del Enzina e Torres Naharro*, Lucca, 1922, pag. 111).

Não se sabe quando morreu Torres Naharro, nem onde passou os derradeiros anos de sua vida. Mas Menéndez y Pelayo cria que ele houvesse regressado a Espanha e aí morrido antes de 1531. O fundamento para esta conjectura foi a contribuição de Torres Naharro para uma justa poética em honra da Virgem: *En loor de la Santísima Virgen* (V. *Libros de Antaño*, X, pags. 415-417). Como o poeta figura em uma justa, sustentada provavelmente em 1530, e não figura nas imediatas, o crítico espanhol propôs essa data, como a data provável do desaparecimento de Torres Naharro. E com isso sugeriu uma direcção à investigação. Foi também sobre a data presumível dessas justas que o Prof. Joseph E. Gillet concluiu a nova data que

propôs: 1524 (V. *The date of Torres Naharro's death*, in *Hispanic Review*, Philadelphia, 1936, vol. IV, pags. 41-46).

A fortuna da obra de Torres Naharro compõe-se, apenas, de um apreciável êxito de leitura no século XVI, durante o qual se fizeram muitas reimpressões do conjunto da *Propalladia* e algumas edições de obras avulsas; de um esquecimento quase total de mais de três séculos, durante os quais não foi reimpresso e apenas o lembraram os bibliógrafos e os eruditos de teatro, a que Menéndez y Pelayo chamou de “pre-históricos”; e finalmente um apreciável êxito de crítica, o qual não consegue restabelecê-lo na atenção dos leitores, mas lhe arbitra um grande lugar na história do teatro peninsular.

O esquecimento principiou em 1559, quando o Santo Ofício proibiu as suas obras, com grande desgosto de Ramírez Pagán, que amargamente lamentou essa segunda morte do poeta (V. *Libros de Antaño*, vol. X, pags. LXX-LXXII). A edição de 1573, expurgada por Juan López de Velasco, por ordem daquele tribunal, foi a última dos velhos tempos.

A ressurreição iniciou-se em 1880, quando Manuel Cañete incluiu a *Propalladia* e as obras posteriores a ela na sua benemérita colecção *Libros de Antaño*. Morrendo no meio da tarefa, teve como continuador a Menéndez y Pelayo que antepôs à segunda parte o admirável *Estudio Preliminar*, que encerra em esboço todas as direcções posteriores da investigação e da análise. Ressurreição crítica — digo.

Em 1920 Mr. Gillet revela uma edição desconhecida da *Propalladia* (V. *The Romanic Review*, New York, vol. XI). No ano imediato o Prof. Romera-Navarro põe em grande relêvo a obra prima de Torres-Naharro e toma decidida posição na competição de primado entre ele e Gil Vicente: *Estudio de la “Comedia Himenea” de Torrés Naharro* (V. *The Romanic Review*, New York, 1921, vol. XII, pags. 50-72). P. Mazzei, pouco depois e em obra já citada, estuda as fontes italianas das comédias, principalmente da *Aquilana*, da *Calamita* e da *Serafina*, que revelam influências de Ariosto, Bibbiena, Machiavelli e Strozzi. Mr. Gillet condensou os resultados propostos por Mazzei numa resenha inserta em *Modern Philology*, (Chicago, 1923, vol. XXI, pags. 101-102). Entretanto o mesmo hispanista principiava os seus estudos profundos sobre o velho teatro espanhol, que naturalmente envolviam a obra de Torres Naharro, designadamente na monografia seguinte: *Torres Naharro and*

the Spanish Drama of the Sixteenth Century (V. *Homenaje a Bonilla y San Martin*, Madrid, 1930, vol. II, pags. 437-468; e *Hispanic Review*, Philadelphia, 1937, vol. V., pags. 193-207).

A questão bibliográfica foi o objecto de um metódico inventário de A. R. Rodriguez Moñino: *El Teatro de Torres Naharro (1517-1936). Indicaciones bibliográficas* (*Revista de Filología Española*, Madrid, 1937, vol. XIV, pags. 37-82). Nela se descreve já a edição fac-similada da Academia Española, precedida de uma advertência não assinada, mas que é de Emilio Cotarelo y Mori. Mas a ultima palavra, em quanto a biographia, a inventario bibliographico, a fixação do texto e a critica interpretativa e historica, será proferida pelo Prof. Joseph E. Gillet, grande mestre do theatro primitivo peninsular, na edição, que está publicando, de todas as obras de Torres Naharro.

Esta breve ementa aponta só os trabalhos, em que Torres Naharro é o centro da atenção; escusado era lembrar que a ele se referem todos os modernos historiadores do teatro espanhol, tais como Bonilla y San Martin, Cotarelo, Crawford, etc..

Tambem a direcção que importava mais para os historiadores da literatura portuguesa estava anunciada ou assinalada no *Estudio Preliminar*, de Menéndez y Pelayo: relações entre o teatro de Gil Vicente e o de Torres Naharro. O crítico espanhol fez algumas indicações concretas (*Libros de Antaño*, X, pags. LXXXVII, XC e CXLI), que Mr. Gillet ampliou consideravelmente (*Homenaje a Bonilla*, II, pags. 447-451). A esse atractivo caminho nos reconduzirá a análise da *Comedia Trofea*.

O caracter do teatro de Torres Naharro está definido nas suas linhas gerais: é de inspiração clássica, mas acusa no seu autor uma personalidade dramática mais poderosa que a dos primeiros imitadores peninsulares da comédia antiga, designadamente Sá de Miranda e Antonio Ferreira, em Portugal — vivacidade de linguagem, domínio do diálogo, sentido cómico, observação directa, faculdade de crear luta moral entre caracteres ou esboços de caracteres, em vez de simples narrativas dialogais, com fugas líricas ou servis transposições das fábulas do teatro antigo. Pelas influências clássicas e pelas italianas próximas, pela superior lição que delas extraiu e pela consciência crítica demonstrada no *Prohemio* da *Propalladia*, Torres Naharro era, perante a nascente tradição dramática da península, reli-

giosa e pastoral, ingenuamente gótica, descobrindo os seus processos dia a dia, com Juan del Encina e Gil Vicente — era um produto exótico. Só a sua obstinada fidelidade à velha metrificacão castelhana o liga aos comediógrafos de castiça origem medieval, como o seu erasmismo ou liberdade de crítica dos costumes da gente da Igreja lhe dá certos laços de fraternidade espiritual com o nosso Gil Vicente.

Veiu a ser, em convergência com a *Celestina*, como lembra Menéndez y Pelayo, o ponto de partida de outra corrente dramática, forasteira e em luta com aquella, umas vezes influenciando e outras deixando-se influir. Quem o repôs em estima, após um secular esquecimento foi Leandro Fernández Moratín, espírito afrancesado e educado por seu pai no desagrado do teatro lopesco, ponto de chegada da tradição de Encina e Gil Vicente.

Aquele seu *Prohemio* é, na evolução das idéias de estética dramática na península, o que a *Carta-Prohemio* do Marquês de Santillana ao Condestavel de Portugal, D. Pedro de Aviz, é na historiografia da poesia: o mais antigo documento crítico. Devemos incorporá-lo ao nosso pequeno capital de velhos escritos de teoria da literatura: o fragmento da “gaya sciencia”, com que abre o Cancioneiro Colloci-Brancuti; a aludida *Carta-Prohemio*, de Santillana, que é provavelmente de 1449; o tratado de *Arte de la Poesia Castellana*, com que Juan del Encina abre o seu *Cancionero*, de 1496; e as epístolas críticas de Antonio Ferreira, já francamente horacianas. Foi, por isso, reproduzido a seguir a este prefácio. Lá propõe Torres Naharro a designação de “jornadas” para os actos ou momentos da representação. Tal designação, que só mais tarde vingou, foi adoptada em Portugal por D. Francisco Manuel de Mello, espírito muito influenciado pela cultura espanhola.

Todos os críticos estão de acôrdo quanto ao valor da *Comedia Trofea* (28): é a mais pobre das comédias de Tor-

(28) — Referiram-se á *Comedia Trofea* os seguintes auctores portugueses: Latino Coelho num longo estudo sobre Garrett, publicado em 1855-1856 nas revistas *Panorama* e *Portugal artistico*, depois recopilado no volume *Garrett e Castilho*, Lisboa, 1917, onde esse passo feliz figura a pags. 178-183; Theophilo Braga na sua *História do Theatro Português*, Porto, 1870, vol. 1.º, pags. 190-191, e em *Gil Vicente e as origens do theatro nacional*, Porto, 1898, pags. 189-195,

res Naharro. Acrescentarei: é um specimen estranho na atmosfera das outras comédias; não é sequer um mixto das duas tendências extremas do seu teatro, como é a *Comedia Jacinta*, que participa da índole “a notícia” e da índole “a fantasia”, empregando as suas próprias designações; menos ainda é um regresso ao ambiente puramente pastoril, de Juan del Encina, como é o *Diálogo del Nascimento* — regresso sem candura, sem sacrificio do caminho percorrido.

A impressão geral que produz a *Comedia Trofea* é a da sobreposição contrafeita de duas obras: uma farsa de bruto ambiente pastoril, plebeismos de linguagem e costumes, discorrer pitoresco sobre as pequenas efemérides da vida campezina, com toda a grossaria de hábitos e apetites, e uma trama futilíssima entre personagens do mundo real; e uma alegoria ou encenação de altas personagens da história e de símbolos. A saber:

No “Introito y argumento” fala um pastor ou “relincha” — como de outros casos diz Menéndez y Pelayo. De mistura com os seus relinchos lá faz seus louvores plebeis-

onde cita largamente o resumo dado por G. Ticknor em sua *History of Spanish Literature*, de 1849, mas através da tradução de Gayangos e Vedia, Madrid, 1851-56; D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos nas suas *Notas Vicentinas*, muito de passagem, pags. 89 e 360 do volume 9.º da *Revista da Universidade de Coimbra*, 1925; Teixeira Botelho, com conhecimento indirecto, a pag. 189 de *Gil Vicente, Vida e Obra*, conferencias de varios auctores na Academia das Sciencias, Lisboa, 1939; e G. de Mattos Sequeira, a pags. 321 do mesmo volume. O segundo destes auctores teve certa intuição critica, ao escrever os passos que seguem: Diz Theophilo Braga a pag. 193 de *Gil Vicente e as Origens do Theatro Nacional*: “Assistindo á representação da *Trofea* na cõrte de Leão X, lembrar-se-hia Garcia de Rezende de ter visto representar em 1510, em Santos, o Velho, o *Auto da Fama*, em que Gil Vicente em uma forma tambem allegorica e com uma graça delicada exalta as glorias do reinado de D. Manuel. Os dois auctores têm uma grande analogia na estructura; verdadeiramente, os unicos cultores da forma dramatica na peninsula hispanica até então eram Juan del Encina e Gil Vicente, tomados como modelos”. Não salientei este facto em 1942, quando reproduzi a *Comedia Trofea*, porque em São Paulo não tinha commigo o necessario material bibliographico. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos ligou pouca importancia á *Comedia Trofea*, mas resgatou essa quasi indifferença pelo velho texto com uma outra intuição critica, tambem por mim não salientada em 1942, por me faltar o tal material bibliographico. Adiante o faço.

simos “al buen Rey de Portugal” e anuncia que se vai varrer (!) aquela sala, porque mais de vinte reis e senhores hão-de vir beijar os pés e as mãos ao soberano português, fazendo-lhe então cada qual saber o seu sentir por meio de um intérprete. Na primeira jornada ou primeiro acto dialogam a Fama e Ptolomeu. Na segunda, volta o ambiente boçal dos pastores desbocados, que de tudo tratam menos de Portugal, do seu rei, das façanhas que se quer glorificar e da sua Embaixada, ali presente. A terceira jornada é um simples monólogo, que poderia ser de grande efeito à vista, mas não é verdadeiro teatro: silencioso, provavelmente sentado sobre um opulento trono e rodeado de vistosa côrte, o Rei de Portugal ouve as longas homenagens de todas as exóticas realezas sufraganeas do seu ceptro, homenagens transmitidas pelo intérprete anunciado no “introito”, unica voz desta cena. E’ nesta jornada que se allude ao Embaixador “Tristan d’Acuña, el buen viejo”, e se insinua que facilmente chegarão a bom termo as negociações entre tal Embaixador e tal Papa, antigo cardial protector de Portugal. Na quarta jornada voltam os relinchos dos zagais deslinguados, os mesmos de antes e mais um pagem, que está ali a fazer contraste e a dar a medida da grossaria desbragada dos seus interlocutores. Vêm trazer os seus presentes ao Príncipe D. João, como os haviam levado à Rainha Da. Maria, sua mãe, por ocasião do nascimento do mesmo Príncipe D. João, em Junho de 1502. (*Auto da Visitação*). Finalmente, na quinta jornada, a mais heteroclita, encontram-se Apolo, a Fama e Mingo Oveja — este como representante daquele mundo primitivo ou símbolo entre símbolos. Apolo encomenda à Fama que apregõe as glórias de D. Manuel I, de Portugal. E esta dispõe-se a soltar os seus pregões, ao que parece, por meio de aves que levam papeis mensageiros no bico. Este primitivo teatro tem muito poucas rubricas aclaradoras. Logo se interpõe Mingo Oveja, com objecções e curiosidades ingênuas, e a extravagante ambição de voar tambem, com as asas da Fama emprestadas. Mas o vilão dá com os ossos em terra e desentranha-se em más palavras contra a Fama, a qual parece não lhe inspirar grandes respeitos. O comentário dela é que poderia conter alguma intenção superior ao aspecto burlesco do episódio:

*Muchos quieren hoy volar,
Y dan tan grandes caidas
Que más en sus vidas*

*No se pueden levantar.
Quien bien quisiere notar,
Selle ha sano.
Vayan, vayan por lo llano
Los que no quieren caer,
Y así no habrán menester
Medico ni cirujano.*

(*Libros de Antaño*, IX, pag. 285).

Contudo, em troca da restituição das asas fatais, o vilão pede à Fama o tal papel pregoeiro das glórias do Rei. Nessa mensagem à posteridade também se contem o vilhancico final:

*Quien tantos reinos ganare
Como vos,
Ganado tiene el de Dios.
Todas las puertas del cielo
Vos están de par en par:
La mesma razón del suelo
Vos hace allá triunfar.
No hay más glorias que ganar
D'estas dos:
La del mundo y la de Dios.
Do llega vuestro poder
En este punto reinaes;
No dejais de poseer
Sino lo que no probais.
Inmortal nombre ganais
Entre nos,
Y gloria para con Dios.*

(Pag. 288, idem)

Para um homem, como Tristão da Cunha, que interesse poderia despertar naquela conjuntura solene esta híbrida comédia? Primeiramente, recapitulava-lhe o juízo europeu das heróicas proezas de Portugal, simbolizado na pessoa do Rei Manuel, que o enviara à côrte pontificia; secundariamente, restituia-lhe a atmosfera pitoresca e alegórica dos autos vicentinos. Não se deve esquecer que esta representação tinha um propósito de homenagem e agasalho a um hóspede muito ilustre, em ocasião excepcional e que então era um requinte da hospitalidade ou das recompensas do destino restituir ao expatriado um pouco do seu ambiente pátrio. Que prêmio dão os deuses a Vasco da Gama,

depois de levar a bom termo o seu empreendimento? O encontro da Ilha dos Amores, de flora e de clima similares aos de Portugal.

Tristão da Cunha, ouvindo uma comédia espanhola em Roma, havia de recordar-se de que também Portugal possuía aquela novidade do século, as comédias nos serões do Paço, e havia de revê-las no seu caracter dominante, ambiente pastoril, religioso e alegórico, porque, sendo alta figura da côrte, a muitos autos vicentinos teria assistido em Lisboa, Almada ou Almeirim. Até à sua partida de Lisboa em Janeiro de 1514, Gil Vicente compusera as obras seguintes: *Auto da Visitação*, *Auto Pastoril Castelhana*, *Auto dos Reis Magos*, *Auto de S. Martinho*, *Quem tem farelos?*, *Auto da Fama*, *Auto da Fé*, *Farsa do Velho da Horta*, *Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Exortação da Guerra*.

Em todas havia, a par do intuito de crítica social, esses elementos: o ambiente burlesco e ingênuo dos pastores boçais, o mais confiado sentimento religioso, o engrandecimento patriótico, a exaltação da guerra ultramarina contra o infiel, a perfiguração simbólica e a aliança estreita dos dois aspectos extremos da vida cristã, o plano terreno e o plano celestial ou da Glória, aliança típica da mente gótica, tardiamente gótica de Gil Vicente, e agora lembrada na advertência do vilhancico final da comédia de Torres Naharro.

Se Tristão da Cunha conhecia o teatro vicentino, também este o conhecia a ele, antes e depois da Embaixada. E também à fauna da Embaixada... Era costume faceto de Gil Vicente meter-se com os espectadores dos seus autos.

Numa ladainha de Branca alcoviteira, personagem do *Velho da Horta*, nomeia-se o futuro Embaixador, com outros fidalgos auditores da farsa:

*O' Senhor
Tristão da Cunha Confessor,
O' Martir Simão de Sousa,
Pelo vosso santo amor
Livrai o velho pecador
De tal coisa,*

(Pag. 309 do vol. das *Obras de Gil Vicente*, ed. de Coimbra, 1907).

Na *Exortação da Guerra*, de 1513 (?), pede-se a um diabo, que está sob a influência de um clérigo nigromante, notícia do elefante que o Embaixador levava consigo e alu-

de-se ao problema político das “terças eclesiásticas”, um dos que se iam discutir em Roma:

Zebzon. *Como te vai com as terças?
He vivo aquele alifante
Que foi a Roma tão galante?*

(Pag. 212, idem)

No *Auto da Índia* — que provavelmente não é de 1519, como se declara na rubrica do próprio auto, nem de 1509, como propôs Mr. Aubrey Bell nos seus *Estudos Vicentinos*, Lisboa, 1940, pag. 208, trad. port. — há uma alusão à partida de Tristão da Cunha. O que se não pode saber com segurança, é se se trata da partida para Roma ou para a Índia. O tema da peça — situação moral da mulher, cujo marido anda pelas partes da Índia, e de lá chega inesperadamente — sugere que se trate da partida da armada da Índia, em que seguiu esse marido, mas não consta que Tristão da Cunha tivesse voltado à Índia, depois da Embaixada a Roma.

Moça Três anos há
Que partio Tristão da Cunha.

(Pag. 265 do vol. II das *Obras de Gil Vicente*, Coimbra, 1912).

Nas *Côrtes de Jupiter*, de 1519, quando o pai dos deuses e Venus descrevem ou ordenam o cortejo nupcial que há-de acompanhar a Infanta Da. Beatriz, na sua partida para Saboya, lá incluem o antigo Embaixador e o seu nédio secretário:

E na sua dianteira
Tristão da Cunha irá
Em congro da Pederneira,
Bradando: Aparta carreira!
Tanto que enrouquecerá.

(Pag. 234, vol. I)

E Garcia de Rezende
Feito peixe tamboril:
E inda que tudo entende,
Irá dizendo por ende:
Quem me déra hum arrabil.

Na mesma *Exortação da Guerra*, escrita no ano em que foi decidida a Embaixada, quatro vezes se alude às “terças”, ao tributo eclesiástico, de que o Rei muito necessitava para a guerra.

A *Comedia Trofea* é uma obra inferior no conjunto do teatro de Torres Naharro, mas levanta atraentes problemas de história literária. Este ambiente pastoril chocarreiro — que seria tão prontamente reconhecido por Tristão da Cunha quanto a sua pessoa era familiar do teatro de Gil Vicente — que procedência tem? Juan del Encina ou Gil Vicente? O pastoralismo do *Diálogo del Nascimento* é atribuído por Menéndez y Pelayo e Gillet a Juan del Encina; e recordam a propósito a possibilidade do encontro dos dois poetas em Roma. Mas não me parece inverosímil considerar que Torres Naharro conhecesse também o teatro de Gil Vicente, seu antecessor nas actividades dramáticas e ligado ao prestígio político do Rei Manuel. Torres Naharro, como todos os espanhóis raianos de Portugal, dominaria a língua portuguesa. Na *Comedia Tinellaria* entra um servo português; e o português dele foi aprendido de outiva e não de leitura — percebe-se pela grafia. Por sinal que é um português fanfarrão, como os espanhóis dizem que nós somos e nós dizemos que eles são. Ali mesmo, na gordurenta promiscuidade da cozinha, atira com as caravelas à cara dos seus companheiros:

Portugués. Ollaila (*sic*)
Pois si Portugal querrá
Armar as suas caravelas?
(*Libros de Antaño*, IX, pag. 368).

O que segue não se pode transcrever... É um Português de língua comprida, furiosamente anti-semita, que não esquece a Rua Nova, a artéria lisboeta da ostentação oriental:

Portugués. Naun zumbés,
Que Judas foi cordobés,
É muito ven se vos prova;
E Deus foi português
De meo da rua nova.
(*Ibidem*, pag. 370)

Como se há-de explicar a bastarda juxtaposição daquelas jornadas pastorís, burlescamente pastorís, a cenas de apoteose heróica? Só o profundo estudo comparativo dos textos, depois de ordenados por uma cronologia segura, poderá derimir este problema. Inhabilidade dramática ou falta de intenção é que não podia ter havido no autor da *Comedia Himenea*.

Para mim a *Comedia Trofea* é uma peça de imitação do ambiente e do processo vicentino. E tem um antecedente directo: o *Auto da Fama*, de 1510, em que a personificação da Fama celebra os serviços imperiais de Portugal e em que há igualmente a aliança híbrida do elemento pastoril, com suas chocarrices plebéias.

Longe de mim a veleidade de lhes trocar as voltas à fechadura, àqueles que estudaram com penetrante saber a irradiação da obra do forte homem de teatro, que foi Torres Naharro. Parece-me contudo notavel que só numa obra dêle se encontre o ambiente ordinário do teatro vicentino e precisamente naquella que se destinava a honrar um grupo de Portugueses.

O estado actual do problema das relações entre os dois teatros é o seguinte:

a) Em 1900 Menéndez y Pelayo afirmou que a *Comedia do Viuvo*, de Gil Vicente, anunciava provavelmente o princípio da influência de Torres Naharro e com êle uma fase nova e mais importante da sua carreira (*Estudio Preliminar*, pag. LXXXVIII), mas pouco depois (pag. CXLI) restringia essa afirmação, ao considerar a divergencia das datas: a *Comedia do Viuvo* será de 1514 e a *Comedia Aquilana* é posterior de alguns anos. O dado mais concreto refere-se à métrica: Gil Vicente, no *Breve Sumario da Historia de Deus*, havia adoptado um invento de Torres Naharro, a combinação dos versos de arte maior com o seu hemistiquio (29).

b) Em 1930 o Prof. Gillet amplia o ponto de vista de Menéndez y Pelayo e estende uma ponte para o meu. Faz notar que as mais importantes peças de Gil Vicente, segundo a sua valorização, *Rubena*, *Ignez Pereira* e *Floresta de*

(29) — Duas vezes confessou D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos a sua adesão a este juizo de Menéndez y Pelayo acerca da influencia de Torres Naharro sobre a metrificação de Gil Vicente: a pags. 91 e 360 da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 9.º, mas sem recordar que fôra Menéndez y Pelayo quem antes fizera a observação.

Enganos, são posteriores à data da *Propalladia*, 1517. E quanto à *Comedia do Viuvo*, não crê impossível que a *Aquilana* fosse conhecida antes de 1517. Prefere mesmo essa hipótese à atribuição dos caracteres análogos das duas obras a uma fonte comum das novelas de cavalaria. Supõe o prólogo do *Auto Pastoril Português* indubitavelmente “naharresco” e vê no terceiro acto da *Ignez Pereira* vestígios do estudo aturado dos introitos da *Serafina*, da *Aquilana* e da *Trofea*. Aponta ainda outros dados impressionantes, como o da similhaça dos romances monorimicos à morte de D. Fernando de Castella e D. Manuel de Portugal, e conclue com este lampejo crítico: “Il is not unlikely that Torres Naharro may have know and followed, e.g. in his *Trofea*, the practice of Vicente, a master of allegorical *pièces de circonstance* and his debt to Vicente in this respect may be more specific than has so far appeared”. (*Homenaje a Bonilla y San Martin*, vol. II, pags. 14-15).

Não é possível, por agora, derimir de maneira definitiva o pleito. Carecemos de um texto vicentino totalmente explicado ou lido integralmente e de uma cronologia segura desse teatro. Teofilo Braga, Remedios e Aubrey Bell ensaiaram quadros de ordenação cronologica, mas Braamcamp Freire retirou confiança às proprias rubricas dos autos. Mais de uma vez me pareceu que elas contrariavam o processo lógico e ascensional da carreira do artista. E, para bem compreender esta na sua originalidade e no seu movimento diferenciador ou creador, é necessario estudá-la dentro do quadro dos comediógrafos castelhanos e portugueses, cujos textos são ainda muito mal conhecidos. A iniciativa de F. M. Esteves Pereira com sua prestimosa coleção de *Monumentos da Literatura Dramática Portuguesa* não teve continuador. Só o Prof. Silveira Bueno, de São Paulo, voltou ao estudo de um desses textos: *Auto das Regateiras de Lisboa, composto por hum frade Loyo, filho de hũa dellas*, (São Paulo, 1939, 272 págs.).

Gil Vicente e Torres Naharro são auctores de linhagem dramática muito diversa. O primeiro é de origem medieval e peninsular, com influências de Juan del Encina, que é tambem um seu irmão mais velho pela sua proveniência do “misterio” e da pastoral. O segundo é de origem clássica, por via italiana. Até a maneira de designar as suas peças por um adjectivo extraído do nome do protagonista ou do character do ambiente da peça é de origem plauteana. Enquanto o poeta português descobre dia a dia os seus processos, o segundo recebe a experiência toda percorrida

e aproveitada dos antigos e dos seus imitadores italianos. Fixa a sua nomenclatura e as suas preferências entre as várias correntes dessa imitação. Tem a consciência crítica da sua posição, como confessa no *Prohemio*. Mas são contemporâneos, o português e o espanhol, ibéricos, próximos parentes pela pátria e pela tendência do espírito, livremente erasmista. A influência de Gil Vicente sobre Torres Naharro seria de certo modo regressiva quanto às formas dramáticas e sua técnica, mas seria fecunda pela superioridade de inspiração lírica e artística, por todos os críticos reconhecida. A *Comedia Trofea* seria uma prova deste primeiro aspecto. A de Torres Naharro sobre Gil Vicente, se houvesse existido fóra da maneira limitada de sugestão de pequenos motivos e frases, havia de ser deformadora do verdadeiro character do teatro vicentino. Mas essa grande influência não existiu. Gil Vicente continuou até ao fim da sua carreira, meia duzia de anos após a morte de Torres Naharro, a escrever os seus autos breves. para o breve tempo de uma hora ou pouco mais, mixtos e heterogeneos no conteúdo, no tom e nas personagens, e num acto unico. Apenas a *Comedia de Rubena* ostenta a divisão “em três cênas”, mas três cênas que são três actos, coisa que lhe vinha de fonte anterior a Torres Naharro. Nas *Barcas* fala-se outra vez de “cênas”, mas agora as três cênas são três peças independentes, representadas em lugares e dias diversos. A terminologia dramática de Gil Vicente é muito fluctuante. Apenas se poderia precisar a seguinte: *auto* é toda a obra dramática, a qual pode ser “obra de devaçam”, se é de tema religioso, “farsa” se é “de folgar” e “tragicomedia”, se é mixta, realista e fantástica, histórica e alegórica, romanesca e aventureira. A palavra “argumento” é o hábito de o antepôr às peças aparecem logo em 1502, no *Auto Pastoril Castelhana*, mas sempre como coisa diversa dos “introitos e argumentos” de Torres Naharro, que são verdadeiros actos preliminares ou cênas de prólogo, estranhas por vezes ao tema das comédias. Isso, no teatro português de tradição vicentina, só aparece no *Auto de El-Rei Seleuco*, de Camões, — por sinal, com certa importância para a história externa do teatro, e dos costumes sociais associados aos espectáculos, como já fez notar Teófilo Braga em *Escola de Gil Vicente e desenvolvimento do teatro nacional*, Porto, 1898, págs. 211-214. Pelo contrário, alguns dos caracteres da *Comedia Trofea*, de 1514, aparecem já no *Auto da Fama*, de 1510. Possivelmente haveriam chegado a Torres Naharro “pliegos sueltos” com obras de Gil Vicente, pelo

menos tão possivelmente como a chegada a êle de qualquer noticia da *Comedia Aquilana*, antes da primeira edição da *Propalladia*. A grande repercussão política da época manuelina torna isso até mais provável; recordemos a tradição que refere a curiosidade de Erasmo por Gil Vicente. O teatro de Torres Naharro repetia, com maior talento dramático, os caracteres das comédias de Sá de Miranda, a que Gil Vicente era militantemente hostil, como homem na plena espontaneidade da aurora de uma arte, como um “Shakespeare inmaturo” (V. Damaso Alonso, *Poesias de Gil Vicente*, Mexico, 1940, pág. 16).

Já me parece mais para considerar o lugar ocupado por certo episódio da *Comedia Aquilana* na fortuna do tema da paixão do príncipe Antioco pela própria madrasta Stratonice, até chegar ao seu pleno desenvolvimento na *Auto de El-Rei Seleuco*, de Camões. A comedia de Camões terá sido escrita depois de 1542, quando já circulavam umas sete edições da *Propalladia* e quando a erudição renascentista já revelára as fontes clássicas do tema, das quais a preferida parece ter sido o *Liber de rebus Syriacis* de Apiano. Agora ha evidente progresso: o tema, divulgado pela novelística italiana, entra nas literaturas ibéricas por uma breve referencia na *Celestina*, passa a episodio embrechado na fala de um actor e completamente estranho ao entrecho da obra, com Torres Naharro. Uma vez passado ao teatro, é Camões que o eleva a tema central, com melancólico sentido lírico. A música e a dança acodem em auxilio. Ha ali uma confluencia de Torres Naharro, Gil Vicente e Camões. Juntando-lhe a proxima sugestão de Lope, Moreto poderia dar-nos um século depois *Antioco y Seleuco*, com toda a amplificação e ênfase. Mas a carreira literária desta lenda na península ibérica, aliada a um tópico da velha medicina, o “pulsus amatorius”, já foi estudada pela Prof. Ruth Lee Kennedy, que nos deu flagrantes observações sobre rica documentação, ainda para áquem de Moreto (V. *The theme of “Stratonice” in the Drama of the Spanish Peninsula*, in *PMLA*, vol. LV, New York, 1940, pág. 1010-1032).

Os estilos architectônicos dos dois teatros são completamente diversos. Nesta alta zona de individualidade não houve influência provavel senão a de Gil Vicente sobre Torres Naharro na *Comedia Trofea*, mas influência deformadora da estrutura típica da obra naharresca. Na zona inferior, apontam-se algumas aproximações textuais, motivos accessorios e frases. Neste caso, quando disponhamos dos

indispensáveis instrumentos de trabalho, devemos procurar outros aspectos do problema: qual o verdadeiro sentido dessa osmose, do espanhol para o português ou vice-versa? Com perda ou ganho na expressão literária? E esse movimento não provirá de um fundo espiritual comum? O próprio Gil Vicente nos advertiu "...os antigos e modernos não deixarão cousa boa por dizer, nem invenção linda por achar, nem graça por descobrir" (*Epistola dedicatoria a D. João III*).

Não é clássico, nem será italiano o elemento coral que aparece nalgumas comédias de Torres Naharro, aquele "vilhancico" final da *Trofea*, da *Soldadesca*, da *Himenea*, e da *Jacinta*, em franca oposição às palavras de despedida do público e pedido de aplauso, à maneira dos antigos :

Plaudite iam et valete.

Verdadeiramente, na *Comedia Trofea* fundem-se as duas maneiras: a clássica e a do vilhancico de Encina e Gil Vicente.

Este fecho clássico aparece nas outras quatro comédias, com variantes. Aquele outro, o do vilhancico, é uma intromissão do teatro poético peninsular, que assim terminava as suas representações, desde Juan del Encina. Dois dos mais antigos autos de Gil Vicente, *Reis Magos e Sibila Cassandra*, fecham com um vilancete, sinónimo de vilhancico. Depois, os outros fenecem com um "cantar", uma "cantiga", uma "chansoneta", uma "chacota", uma "soiça", uma "ensalada", mesmo uma "letra" e uma "prosa", mas sempre "com sua música". O vilancete final, com todos estes crismas, era como que um cordão umbilical a prender o teatro profano ao ventre da sua madre Igreja. Mas a palavra *vilancete* parece que passou a designar a composição poética breve e popular, a um tempo festiva e moralizante, ao passo que a palavra irmã *vilhancico*, já grafada à portuguesa, designou a hipertrofia em género dramático litúrgico, sucessor empobrecido do "mistério", sem acção, mas com sua estrutura interna obrigada, coplas de pretexto para a música. Segundo o historiador da música em Portugal, Ernesto Vieira, o vilhancico viveu à sombra do culto católico até 1723, ano em que D. João V, o rei romanista e nada popularista, o expulsou dos templos (30).

(30) — E' assunto delicado e atraente esta discussão do vilhancico. E comporta aspectos varios: a) o difícil problema das suas origens populares, castelhanas, andaluzas ou hispano-arabes; b) as suas relações com o teatro primitivo; c) a sua

Aos dois ambientes que se sucedem na *Comedia Trofea*, o alto e o baixo ou o alegórico e o real, correspondem dois estilos de linguagem: o urbano e o rústico. Este segundo estilo será mais ou menos o “sayagués” das eglogas de Encina e o beirão dos autos de Gil Vicente. Lá aparece cinco vezes aquela palavra perturbadora “soncas”, tão perturbadora como a outra “samicas” (31) e lá se inventam santos:

longa carreira como poemeto sacro, aliado à música e ao culto. Para um Brunetière exemplificaria flagrantemente a luta pela vida, na evolução dos generos, a sua convergência e a sua diferenciação e por fim o desaparecimento. Tal discussão foi recentemente avivada pela importante monografia da Irmã Mary Paulina St. Amour, *A Study of the villancico up to Lope de Vega: its evolution from profane to sacred themes, and specifically to the Christmas carol*, Washington, 1940, X-131 págs., sobre a qual se podem ler juízos de interesse na *Revista de Filologia Hispánica*, de Buenos Aires, vol. II, 1940, pags. 72-75, pelo Prof. Pedro Henriquez Ureña, e na *Hispanic Review*, de Philadelphia, vol. IX, 1941, pelo Prof. Gillet. Antes haviam proporcionado materiais e idéias Da. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Menéndez Pidal, Julián Ribera, Remedios, Rodrigues Lapa, Sahlin, todos apontados nas especies acima citadas. A discussão tem esclarecido mais a história da forma poética, a sua adesão ao teatro primitivo e a longa vida do genero poético-musical sacro do que a génese do velho poemeto popular.

(31) — “Samica” também ocorre em Rodrigues Lobo no seguinte passo, que reconstitue o ambiente pastoril:

BENTO. *Ah como Gonçalo aponta,
Do nosso caso a verdade,
No aver está a bondade,
Que o mais não se tem em conta.
Ve tu quanto soma agora,
Joane para Gonçalo,
E mais quer Ignes deyxalo,
Cuidando que se melhora.
Seja hum sandeu, seja hum tolo,
Tenha, que isto presta, & val:
Como se o mór cabedal,
Não fora siso, & miolo.
Parece que vay pastando,
Olha tu que nos não ve.*

GIL. *Samica alguma cousa he,
Que atraz elle vem Fernando.
Gonçallo para onde vas?*

GONÇALO. *Deos vos salve; ca sois vos.*

BENTO. *Assim passavas por nós,
Sem sois olhar para tras.*

San Pego, Sant Anton de Trasterriego, Sant pont'est' all ojo, San séculus meo... — invenção já parcialmente aludida pelo Prof. Gillet (V. *Hispanic Review*, vol. X, 1942, pags. 68-70).

Esta popular improvisação de santos, em que se disfarça, humoristicamente um grande scepticismo, não é privativa do seculo XVI e do ambiente do theatro de Gil Vicente e Torres Naharro; é phenomeno commum da imaginação popular. Recordo que no capitulo IX da *Colomba*, de 1840, de Prosper Mérimée, se falla em “fazer um voto a Santa Nega”, no sentido de negar tudo de peito feito. E na linguagem popular ou familiar portuguesa é muito frequente marcar para o dia de S. Nunca, á tarde, o que não se quer fazer. A isso o mesmo bom humor oppõe que o dia S. Nunca deverá cahir a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos...

“Sayagués” significa, literalmente, o falar típico da comarca de Sayago, inçado de regionalismos e arcaísmos, obsoletos fóra dos confins da provincia de Zamora. Menéndez y Pelayo cria que o “sayagués” fosse uma geringonça convencional de origem literária. Devia ser uma coisa e outra: autêntica na base ou no ponto de partida e artificial no superior uso literário. Um fenómeno análogo ao moderno galego literário: autêntico na sua base oral ou viva e artificial, inçado de portuguesismos e de neologismos arbitrarios, como linguagem de literatos.

Sayago era uma Beócia castelhana. Os sayagueses, isolados na sua vida pastoril, eram insociaveis, obstinados nos seus hábitos primitivos, no seu falar cerrado e nos seus trajas peculiares. Formavam um singular contraste com os castelhanos de Toledo distante, um ambiente de cõrte e cultura, que havia de sugerir ao Cardial Cisneros a sua Universidade de Alcalá, ou mesmo com a gente de Salamanca e os familiares dos Duques de Alba, a quem eram destinadas as eglogas dramaticas de Encina. Cervantes na *Ilustre Fregona* falla de uma mulher “zahareña como villana de Sayago” (Ver a edição Rodriguez Marín). E no *Quijote* continua a desacreditar aquella comarca. Diz pela bocca de Sancho Panza: “Sí, que válgame Dios! no hay para

Francisco Rodrigues Lobo — *OBRAS POLITICAS MORAES, E METRICAS*, 1723. Egloga III, cantiga de Gonçalo. Pag. 617.

Foi o sr. Desembargador Henrique da Silva Fontes, de Florianopolis, Santa Catharina, Brasil, que teve a bondade de chamar a minha attenção para este passo.

qué obligar al sayagués a que hable como el toledano, y toledanos puede haber que no las corten en el aire en esto del hablar polido” (pags. 390-391 do 4.º vol. da ed. Rodríguez Marín). E capitulos adiante, pela bocca do proprio cavalleiro manchego, dirigindo-se á duqueza sua hospedeira, que lhe pediu noticias da formosura de Dulcinea: “...halléla encantada y convertida de princesa en labradora, de hermosa en fea, de ángel en diablo, de olorosa en pestifera, de bien hablada en rústica, de reposada en brincadora, de luz en tinieblas, y, finalmente de Dulcinea del Toboso en una villana de Sayago” (pag. 169 do 5.º vol. da mesma edição). Quevedo tambem fez desse patronimico de Sayago synonymo de rude. O alto conceito da correcção dos toledanos no fallar era lendario; e essa lenda provinha principalmente de uma phantastica lei de Affonso X, de Castella, o rei sabio, que teria determinado que em casos de duvida sobre questões de linguagem, se recorresse a Toledo, “como a metro de la lengua castellana, por tener en ella nuestra lengua más perfección que en otra parte”. Isto é uma presumpção tão infundada como, entre nós, a da perfeição do fallar de Coimbra. Exaggerada era tambem a presumpção sobre o character lerdo dos sayagueses.

Ora a comarca de Sayago é fronteira de Portugal, pelo norte da Beira, com a qual manteve sempre muitas relações, ainda que por vezes inamistosas por causa das querelas políticas das duas monarquias. Até fim do seculo XV o convívio dos dois povos vizinhos fazia-se principalmente por aquela fronteira. Depois é que a vida histórica, portuguesa e espanhola, se deslocou para o sul: Alemtejo e Algarve, e Andaluzia. D. João II teve côrte em Evora, onde o visitou Colombo, e morreu no litoral algarvio; e os Reis Católicos incorporaram o último reino mouro do sul à vida castelhana. A Beira portuguesa era tambem, no conceito público, uma Beócia. Os portugueses orgulhavam-se de Viriato e dos seus pastores fundibularios, inimigos dos Romanos, mas tinham os serranos beirões pela gente mais bisonha do país. Torres Naharro não se esquece de dirigir aos Portugueses seus auditores esse grato cumprimento: descenderem de Viriato (*Jornada Primera*).

Quando a invenção dramática de Encina entrou em Portugal, veio pela fronteira da Beira, trazendo consigo a língua e o meio dos “labradorcillos sayagueses”, aos quais correspondiam do lado português os serranos beirões. De um lado e de outro daquela Beócia castelhano-portuguesa se diziam provincianismos análogos, como aqueles desnor-

teadores “soncas”, “samicas” e “algorrem”. Portanto, a meu ver, o regionalismo beirão dos autos não sugere que Gil Vicente fosse natural da Beira, como quer Mr. Aubrey Bell, o primeiro a pô-lo em relêvo (V. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. IX, 1915, e *Estudos Vicentinos*, trad. port. de A. A. Doria, Lisboa, 1940, págs. 8-9), mas documenta que os autos vicentinos foram primitivamente beirões, pelo idioma e pelo ambiente, como imitação próxima ou fiel das églogas de Encina, “sayaguesas” pela língua e pelo meio representado (32).

Ha ainda um dado para a discussão do problema: o Prof. Gillet utiliza o seu conhecimento dos regionalismos sayagueses para corrigir ou restituir formas de castelhano rustico de Gil Vicente (V. *Modern Philology*, n.º 4 de 1927, vol. XXIV) — dado de que o Prof. Marques Braga não quis extrahir todas as consequencias.

Nas linhas iniciais do *Prohemio*, Torres Naharro compara modestamente as suas composições poeticas aos rusticos presentes do “labradorcillo” que oferece aos amigos as primicias ou novidades da sua terra com pura intenção. Tal oferta é o episodio dominante da quarta jornada da

(32) — Isto escrevi em São Paulo, Brasil, 1942, sob a impressão da nova leitura da *Comedia Trofea*, quando preparava a reedição della por uma fotocopia, fornecida gentilmente pela Bibliotheca do Congresso dos Estados Unidos. Manuseando agora a documentação, que então me faltou, tenho de reconhecer que D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos chegára á mesma conclusão sobre este parallelismo sayaguês-beirão do theatro de Encina e Gil Vicente, a págs. 374-375 das suas *Notas Vicentinas*, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 9.º, 1925. Nalguns sectores da nossa historia litteraria, esta mulher maravilhosamente sábia nada ou pouco deixou aos outros para fazer, em materia de apuramento de factos. — O theatro de Shakespeare levanta um problema analogo: de onde provinha o fallar dos seus rusticos, qual a sua região dialectal? Segundo o critico do seculo XVIII, George Steevens (1736-1800), taes rusticos fallariam á maneira de Somersetshire. Esta opinião é ainda perfilhada, em Portugal, pelo Dr. Domingos Ramos, traductor de Shakespeare. Mas a moderna critica inglesa unanimemente repudia essa attribuição e affirma que os regionalismos rusticos do theatro shakespeareano serão de Warwickshire. Para o caso portuguez, parallelamente, os regionalismos beirões de Gil Vicente poderiam suggerir a sua naturalidade beirôa tambem, como propôs Mr. Aubrey Bell, se não fossem as considerações historicas sobre o lugar do nascimento do theatro poetico peninsular.

Comedia Trofea: os pastores trazem os seus presentes ao Príncipe D. João, tão silencioso a recebê-los, como D. Manuel I ao ouvir os preitos de vassalagem, na jornada anterior. Acudiu-lhe esta analogia do mundo das suas recordações reais da vida campezina ou do teor da vida “sayaguesa” ou beirôa, das églogas de Encina e dos autos de Gil Vicente? Não seria inverosímil esta segunda hipótese, porque a vida comum, transposta em arte, ganha um relêvo expressivo que ofusca a propria experiência.

Para o meu especial ponto, preexistência de uma atmosfera heróica, forjadora de valores lendários, que são a matéria épica futura, a *Comédia Trofea* contém dois elementos na sua parte extra-pastoril ou extra-jocosa: o protesto do geólogo Ptolomeu e o desfile deslumbrador dos reis tributários de D. Manuel I. O primeiro é um requinte da hipérbole lisongeadora. Creio que tem sua originalidade no processo megalosico: os descobrimentos de D. Manuel ultrapassavam os limites que à Terra haviam fixado os geógrafos. O velho astrônomo egípcio acode das profundas a protestar, mas após a sua disputa com a Fama chega a uma fórmula de transacção, ainda grandemente lisongeira para os seus competidores lusitanos:

Sea así
Qu'él ganase hasta aquí
Algo que no screbí yo;
Sé que tampoco ganó
Todo cuanto yo screbí.

(*Libros de Antaño*, IX, pag. 244)

A carreira desta hipérbole, que está difusa em toda a primeira jornada, é de condensação; aparece em Camões reduzida ao quarto verso da primeira estância, “passaram inda além da Taprobana”, considerando esta como o limite original do mundo, e às primeiras palavras da autobiografia do gigante Adamastor:

— “Eu sou aquele oculto e grande cabo,
A quem chamais vós outros Tormentorio,
Que nunca a Ptolomeo, Pomponio, Estrabo,
Plinio, e quantos passaram, fui notorio.

(Canto V, estancia L, ed. José Maria Rodrigues, Lisboa, 1931).

O segundo elemento, o desfile deslumbrador dos reis tributarios de D. Manuel I, preenche toda a jornada terceira da comedia. É muito longa para ser transcripta, mais a mais havendo-se publicado modernamente na integra (Boletim *Letras*, n.º 2, Faculdade de Philosophia da Universidade de São Paulo, 1942). Tem só o interesse de ser a dramatisação em entremês da habitual tirada de nomes extravagantes, de reis e reinos, que ninguem sabia situar ou pronunciar sequer, com a qual os portugueses enchiam a bocca, a toda a hora. Da rhetorica tal elemento passou ao proscenio.

Torres Naharro respirou a irradiação da atmosfera heroica portuguesa, tão bem sentida por outros autores, que não eram fronteiriços da terra lusitana, como ele era. Mas o espirito realista e satírico do comediógrafo extremenho não soube extrair dessa atmosfera alentos fecundos para a sua arte.

Uma só vez lhe havia de ser profícua a sugestão do ambiente das navegações e dos descobrimentos — que tanto podia ser português como espanhol, mas que fôra originariamente português: quando lhe inspirou aquela metáfora náutica de abertura da *Propalladia*, metáfora tão acabada na sua figuração que parece transportar-nos ao gosto cultista do século imediato:

“Parte la peregrina nao de los abrigados puertos de la occidental España, Ilustrisimo Señor, y contra el solar ocaso enderessa la desfrenada proa, encomendando el freno de su regimiento à la fidelísima popa; y con hinchadas velas del próspero viento (arando las inquietas ondas con el húmil vientre, y por maravilloso aviso de la indiana piedra y singular industria de la marinera carta, no sin el alto consejo de los etéreos planetas), se pone en la confusa y marítima via, siguiendo quanto ella puede la virtuosa voluntad de su patron, deseoso de dar à sus ojos nueva noticia de extraños pueblos, y de ennoblecer su ingenio, estimando más valer por más saber”.

Tão bem estilizava esta metáfora náutica o teor da vida de viagens e aventuras do século XVI que um actor dessas aventuras erradias, Alonso Enriquez de Guzmán, não hesitou em a plagiar para a adaptar à realidade da sua autobiografia de picaro ultramarino... (V. Gillet, *Hispanic Review*, vol. V, 1937, pags. 203-204).

P.S. — A proposito do sayagués (pags. 226-229) recomendo a leitura de dois estudos recentes de Frida Weber de Kurlat: *Latinismos arrusticados en el sayagués*, in *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. 1, pags. 166-170, México, 1947; e *El dialecto sayagués y los críticos*, in *Filología*, vol. I, pags. 43-50, Buenos Aires, 1949.



Estampa VII — Juizo Universal, de Miguel Angelo Buonarroti, Capella Sixtina, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. IX).



Estampa VIII — Pormenor do **Juizo Universal**, de Miguel Angelo Buonarroti, Capella Sistina, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. IX).

CAPITULO NONO

UM CONCEITO DE MIGUEL ANGELO

O historiador Costa Lobo (1840-1913) propôs em 1906 uma these para a interpretação de certo grupo do *Juizo Final*, grande fresco de Miguel Angelo na Capella Sixtina do Vaticano. Essa these tem interesse, porque envolve por sua vez uma interpretação ou forma de avaliação do esforço heroico português, visto de Roma.

Costa Lobo expôs as suas ideas numa brochurinha pouco lembrada, *Portugal e Miguel Angelo Buonarroti* — que tem ainda outros aspectos dignos de apreço. O primeiro delles é a sua linguagem ou o seu estylo litterario, bem cuidadoso de refugir as formas communs do dizer, naturalmente com sacrificio da simplicidade e recurso aos archaismos e ás periphrases, não sem o risco opposto dos laivos accacianos — ideas communs em forma não commum. Costa Lobo foi de todos os historiadores portuguezes da epocha realista o unico preocupado com o vernaculismo da sua prosa. Não revolveu sómente os archivos documentares, também remexeu os archivos do lexico e da phraseologia. O segundo desses aspectos da sua brochura, que me parecem dignos de especial menção, é o exemplo por elle constituido de raciocinio deductivo applicado á historia. E' o mesmo espirito que se ostenta no seu estudo sobre a população portuguesa do seculo XV, calculada segundo o methodo dos recúos e descontos provaveis, partindo da base documentar do recenseamento de 1527, num magistral capitulo da *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*. Agora, estudando um pequeno problema, a identificação de uma figura dum grupo do *Juizo Final*, Costa Lobo faz conjecturas, que são obras primas da combinação da base documental e da deducção. A historia funda-se na inducção indirecta — inferir o decurso inconroverso de factos, dos quaes só restam vestigios indirectos; mas não nos é possivel mondar do trabalho historiographico a imaginação interpretativa. E' esta que nos levanta dos simples pontos de referencia ou balisas da realidade preterita a um quadro completo, ou organicamente travado, dessa mesma realidade. Com seus grandes perigos, bem patentes nos abusos a que deu origem, a deducção é inseparavel de qualquer architectura historica. Em Costa Lobo há

dois grandes exemplos desse typo de raciocinio, applicado á construcção da historia, que bem se devera fazer conhecidos dos estudantes de methodologia historiographica.

Sem prestar uma fé cega ás conclusões de Costa Lobo, devemos tambem tomar conhecimento da sua these sobre a presença de Portugal no Juizo Final, de Miguel Angelo, porque nos recolhe um dos reflexos externos do ambiente heroico português.

Cedendo a instancias de Paulo III, aquelle Farnesio promotor do Concilio de Trento, Miguel Angelo incumbiu-se da pintura dos frescos da Capella Sixtina. Um delles, o da parede proxima do altar-mór, é uma reconstituição do Juizo Final, segundo a orthodoxia e a alma sombria do artista. Pela sua grandeza, mais de dezaseis metros por treze, pela accumulacção das figuras, mais de trezentas, por toda a sua atmosphaera, é o documento mais eloquente da imaginação terrifica de Miguel Angelo. A incumbencia era pesadamente trabalhosa e a vontade do pintor para a sua execução era limitada. Por isso, a obra se arrastou por oito annos, desde 1533 até 1541.

No dia de Natal deste ultimo anno foi por fim exposta ao publico.

Figura alli um grupo, em que a interpretação de Costa Lobo, com sua formação historica e portuguesa, logo viu o reconhecimento da acção missionaria de Portugal: um moço vigoroso levanta par os ceus, isto é, para o mundo da salvação, com toda a energia, mas sem constrangimento no esforço, dois homens ethnicamente exóticos, um negro e um indio ou asiatico, este em habito ecclesiastico. Não lhes dá a mão directamente, levanta-os pelo rosario, a que elles se apegam, como naufragos se afincam ao cabo que lhes estendem. O salvador é Portugal; os salvados são os povos convertidos á fé christã pela evangelisação ultramarina; essa evangelisação está symbolisada pelo rosario dominicano. E dominicanos foram os primeiros missionarios portugueses na Africa e na Asia.

Só os modernos criticos de arte fazem referencia a este grupo. E curioso é notar que o primeiro desses criticos, citados por Costa Lobo, é o romancista Stendhal, cuja obra de historia artistica perdeu toda a auctoridade em favor da obra de ficção. Os outros criticos são Charles Blanc e Anton Springer. Todos reconhecem a significação das figuras dos salvados: indigenas dos continentes recém-descobertos

e patenteados á catechese christã. Mas quanto ao salvador, ninguem se deteve a identificá-lo. E' Portugal — propõe Costa Lobo ou affirma decisivamente.

Da evangelisação africana e asiatica só Portugal se occupava. Essa era a sua grande iniciativa historica, bem conhecida em Roma. Continuamente alli chegavam embaixadas de obediencia e epistolas dos reis portuguezes a participar os novos avanços das armadas e das expedições ultramarinas e a reclamar privilegios e protecções para essa obra missionaria. O *Corpo Diplomatico Português* guarda grande parte dessa correspondencia, ao mesmo tempo suplicante e arrogante. Emquanto Hespanha se confinava nas intrigas diplomaticas europêas, mais ruidosas e immediatamente brilhantes, sobretudo depois que o imperador Carlos V se arvorára em paladino da Contra-reforma ou do Catholicismo, Portugal, com mais recolhida eficiencia, de costas para a Europa, extendia a alma até ao Extremo Oriente e lançava as bases dum imperio christão nas partes dos infieis. Presumiu-se demais da duração desse imperio ou da infiltração christã, mas nessa primeira metade do seculo XVI eram muito grosseiras as noticias de ethnographia comparada e de relação das formas religiosas com os caracteres raciaes.

Hespanha, invadindo, assolando e saqueando as cidades da Italia, sem excluir Florença, patria de Miguel Angelo, sem excluir a propria Roma e sem hesitar em infligir vexames sacrílegos á pessoa do papa, não podia ser bemquista do pintor florentino, nem do pontifice. O pintor havia collaborado na defeza de Florença com a construcção de propugnaculos e engenhos de guerra. Levaria elle agora a perpetua lembrança de Hespanha para a Capella do proprio pontifice, para as suas pinturas consagradoras? Hespanha surgira de subito no emprehendimento das descobertas pelo golpe genial de Colombo, mas nada fizera na catechese africana e asiatica. E a cotação politica, economica e religiosa da America foi durante muitos decennios inferior á da India, na opinião universal. O continente asiatico era riquissimo e da sua massa espessa é que provinham os constantes assaltos dos inimigos da fé christã. Ainda então o Mar Mediterraneo não era um mar seguro da pirataria infiel, nem o foi até á liquidação delles na batalha de Lepanto, meio seculo depois.

Por outro lado, a acção hespanhola nas Americas deveria naquelles dias andar obumbrada pelas queixas da consciencia universal contra a furia dos conquistadores do Mexico e do Peru — aquellas queixas expressas por um hespa-

nhol, Bartolomé de las Casas, que vieram a constituir e a adensar a “lenda negra”, desde então inseparável de Hespanha, como a sombra.

Costa Lobo não recorda isto, mas allega coisas ainda mais impressionantes. A prosapia castelhana por certo se não contentaria com aquelle modesto lugar no panorama do *Juizo Final* e aquelle modesto conceito da sua actividade historica: ensinar o catecismo a negros e indios. Uma antevisão do juizo final, que pudesse contentar a empafia dos Habsburgos, deveria reservar-lhes lugar muito especial nesse mundo d'além e respirar uma atmospheria de triumpho, muito diversa do ambiente de terror, que emanava da imaginação de Miguel Angelo. Um juizo final aprazivel e orgulhoso seria o da concepção cortesã de Ticiano, de vivos e amaveis coloridos, a que elle mesmo nos deixou no seu *Juizo Final*, logo chrismado em *A Gloria*, porque expressa mais a fruição descansada dos premios eternos do que a ansiedade aterrada ante as sentenças do Senhor. Era verdadeiramente a gloria da Casa Imperial, com esta bem á vista, em lugar de eleição, como se os juizos dos vassallos fossem já juizos de Deus. Seria ainda, de modo mais directo, o reconhecimento do patronato de Carlos V sobre o catholicismo no quadro allegorico do mesmo Ticiano, aulicamente allegorico, *A Religião defendida pela Hespanha*.

Em appoio da sua these, Costa Lobo recorda as relações de Miguel Angelo com Portugal. Talvez fosse mais exacto dizer as relações de Miguel Angelo com alguns portugueses, com alguns privilegiados, que não souberam todos apreciar o privilegio que o destino lhes proporcionava com esse conhecimento de um dos maiores homens de todos os tempos.

O primeiro desses privilegiados foi Francisco de Hollanda, o nosso primeiro tratadista de theoria da pintura. Pensionista regio na Italia, durante os annos de 1537 ou 1538 a 1548, passou três destes annos em Roma e alcançou a ventura de entrar no convivio de Miguel Angelo e no cenaculo immortal de S. Silvestre, vendo e ouvindo á vontade a esse Buonarroti perturbador por suas genialidades e a uma preclara mulher, Vittoria Colonna, inspiradora de um amor serôdio e purissimo áquella alma cyclopica. E contou tudo que viu e ouviu, e retratou a seu modo as illustres gentes que pairavam em volta daquellas grandes figuras, na segunda parte dos seus dialogos *Da Pintura Antiga*. E com essa sua obra se tornou um auctor indispensavel para a biographia e psychologia de Miguel Angelo, merito geral que excede o outro, restrictamente local, de ser o nosso primeiro precep-

tista de bellas artes. Foi o português que bem conheceu Miguel Angelo. E desta luz reflexa vive a sua memoria.

Os outros portugueses, que viram e fallaram com Miguel Angelo, segundo as provas adduzidas por Costa Lobo, foram o diplomata Balthazar de Faria, de certeza, e o embaixador, Bispo D. Martinho de Portugal, primaz do Oriente, este mais provavelmente que de certeza.

Do primeiro ha uma referencia a Miguel Angelo em carta de 31 de Outubro de 1545, dirigida a Simão da Veiga, seu collega no serviço diplomatico. Salientou-a Alexandre Herculano e commentou-a com mais detença Costa Lobo. E' do theor seguinte: "Michael Angelo mente todo o possivel co a cousa de Nossa Senhora da Misericordia. Parece-me que quer dinheiro: ei lho de dar por concluir co elle". (*Corpo Diplomatico Português*, pag. 484 do vol. 5.º, Lisboa, 1874).

Fazendo todos os esforços para illibar a memoria de Buonarroti da accusação que lhe faz apressadamente Balthazar de Faria, Costa Lobo propende a ver neste passo muitas coisas concludentes para a sua these. *Nossa Senhora da Misericordia* poderia ser, para o diplomata inexperto em coisas de arte, o grande fresco do *Juizo Final*, porque de facto a figura mais impressiva numa primeira e superficial inspecção é a da Virgem, cuja misericordiosa piedade forma contraste singular com o conjuncto de terror. Assim se designam outros quadros pelo pormenor mais impressionante:

Las Lanzas, de Velázquez, *El Caballero de la mano en el pecho*, de El Greco, *O Homem da espada*, de Franz Hals, etc.

E aquella phrase "concluir co elle" quereria dizer pagar-lhe a commissão ou a suggestão para que se lembrasse de Portugal, naquella ou nalguma outra obra sua. E tal commissão ou suggestão poderia ter sido incumbida ao embaixador D. Martinho de Portugal, que entretanto alli chegára acompanhado pelo Pe. Francisco Alvares, nada menos que o Pe. Francisco Alvares, que privára com o Preste João das Indias ou da Ethiopia e que sobre essas paragens mysteriosas escrevera a obra reveladora. As instrucções do soberano a este embaixador, extensas, minuciosas e com lugares communs da linguagem épica, estão publicadas a pags. 349-387 do 2.º vol. do *Corpo Diplomatico Português*, Lisboa, 1865; tratam preferentemente das coisas do ultramar e reservam grande lugar á pessoa do Pe. Francisco Alvares, secretario da embaixada extraordinaria de Duarte Galvão ao Prestes João.

Para nos roborar a sua conjectura de haver sido D. Martinho de Portugal o committente da suggestão junto de Mi-

guel Tngelo, Costa Lobo contra que na Casa dos Condes de Vimioso, á qual pertencia esse D. Martinho, andava um quadro de Miguel Angelo, “um Christo vivo na cruz” — segundo affirma Frei Luiz de Sousa.

De certo passo em diante a monographia de Costa Lobo prova demais ou conjectura demais. Miguel Angelo não era artista para se impressionar com suggestões para as suas obras, concebidas em plena independencia da sua inspiração artistica. E a acção historica de Portugal não precisava de ser lembrada por manejos secretos e subornos, como se fosse um falso valor creado pela propaganda official. Fallava eloquentemente por si mesma.

Da these de Costa Lobo deve-se guardar a idea central e abandonar grande parte do seu processo demonstrativo. Se os convertidos do grupo em apreço, do *Juizo Final*, symbolizam os povos indigenas dos continentes abertos á evangelisação, quem é o evangelista que pela força miraculosa do rosario os levanta á gloria? Portugal.

Este seria um bem honroso reflexo da nossa edade heroica sobre o genio de Miguel Angelo, reflexo coado através do prisma da visão romana — reflexo fixado nesse *Juizo Final* ou *Juizo Universal*, uma das obras maiores do espirito humano, irmã do teatro de Shakespeare e da Nona Sinfonia, de Beethoven, obra que só não deslumbrou a outro genio da pintura, o mysterioso Greco. *Si vera est fama...* Até a irreverente maledicencia de Aretino se rendeu á imponente maravilha daquella obra.

CAPITULO DECIMO

O ESPIRITO HEROICO NA OBRA DE JOÃO DE BARROS

João de Barros, novellista e historiador, é um imprescindível elo desta cadeia de episodios da crystallisação lendaria. A viagem á India foi o eixo della e o reinado de D. Manuel foi o fulcro ou o momento da sua maior intensidade. Já no fim desse reinado, João de Barros propõe-se glorificar todas as façanhas que deslumbram a sua imaginação juvenil. Vivendo no paço, respirou as auras heroicas e assimilou as versões officiaes, com seus lugares communs e suas faltas de sentido da realidade.

A sua *Grammatica* foi, como a de Fernão Oliveira, a que elle inexplicavelmente diz haver-se antecipado, a fixação de um idioma, que bruscamente adquirira significado imperial. E' claro que a nova orientação dos estudos linguisticos entrou muito nisso, mas determinou também ufanía nova; a lingua portugueza seria, como a latina, instrumento de governo de povos exóticos.

Depois concebe a primeira das nossas cathedraes historiographicas. Adoptei esta designação na *Menoridade da Intelligencia*, (pags. 122-125 da edição de Coimbra) ao contrappôr o memorialismo obstinado e ufano da mente portugueza ao voluntarismo, que é signal de saude activa nos homens e nos povos. Não podemos ostentar uma sequencia de systemas philosophicos, dialecticamente construidos, mas offerecemos uma sequencia de systemas historiographicos ou de panoramas da vida e do mundo como passado e passado descentrado para o nosso ponto de vista nacional. Noutros lugares os enumearei. O primeiro é o de João de Barros, que é também o mais vivo, por ter sido forjado ao calor directo da doença heroica. Mas já no *Livro dos Linhagens*, ordenado sob a direcção do Conde D. Pedro de Barcellos, se pode rastrear essa tendencia. Sómente, naquelles distantes annos faltava ainda a materia. O universo historico dum portugês do seculo XIII, desterrado neste recanto do mundo, seria ainda mais pequeno que o das glosas gothicas da Biblia.

Para se preparar, João de Barros fez antes uma primeira demonstração, a *Chronica do Imperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem*, de 1520. O essencial nesta obra de apologia era a imaginação e o estylo ou a forma

litteraria; o historiador fazia a sua aprendizagem como novelista phantasmagorico. Ainda então não havia entrado em Portugal, para cá ficar, a progenie dos *Palmeirins*, mas o seu ramo hespanhol era bem conhecido, como era todo o cyclo dos *Amadises*. E *Clarimundo* é uma novella de cavallarias, com as suas façanhas de prodigio e a sua geographia e genealogia livremente inventadas e até com a simulação da proveniencia hungara. A Hungria era o paiz vago das genealogias forjadas. Esta novella de certo modo nacionalisava as phantasmagorias das novellas cavalheirescas, porque a sua acção passava-se em Portugal, porque os reis portugueses descendiam do grande Clarimundo e porque a obra era uma apologia prophetica dos feitos dos portugueses: um longinquo ascendente adivinhava-os e descrevia-os.

Havia cumplicidade entre a realeza e o escriptor nesta falsificação da historia, porque nenhuma das duas partes acreditava uma palavra do argumento do *Imperador Clarimundo*, traduzido do hungaro... Em oito meses, numa exaltação patriotica, o escriptor compõe a sua novella-exercicio stylistico e imaginativo, que de certo modo correspondia á geral avides de elogio consagrador. Em 1520 estava ainda mal definido o pensamento da epopêa. Era uma aspiração diffusa de autolatria glorificadora, que tambem a prosa historica poderia contentar. Só Antonio Ferreira e os seus amigos e correspondentes litterarios terão grande papel na clarificação desse anhele profundo.

Ha na novella de Barros um precioso elemento ,a prophcia de Fanimor, que do alto de uma torre mostra “grande parte do mar e terra”, faz uma invocação á Verdade, olha em direcções diversas dessa grande parte do mundo e conta os feitos dos reis portugueses desde Affonso Henriques e Ourique até ás navegações e conquistas na India. Ha alli uma synthese poetica, até na forma, pois o propheta exprime-se em oitava rima ou verso heroico, uma synthese poetica da historia anterior aos descobrimentos com estes e ha tambem a contemplação do mundo ou a curiosidade astronomica. Este artificio da prophcia, o seu character de visão panoramica do mundo reduzido a tempo, a um glorioso passado que se inverte, é que é necessario não esquecer, não porque seja fonte possivel de Camões, mas porque nasce das mesmas peculiaridades da mente renascentista, que apontarei adiante. E não vale a pena demorar mais com o *Clarimundo*, porque o essencial destas coisas já o disse em 1917 na *Historia da Litteratura Classica*, 1.º vol., e porque esse espirito epico da novella foi recentemente lembrado com

mais detença pelo sr. Gonçalves Vianna numa boa selecção de paginas de João de Barros (V. *Decadas da Asia*, Porto, 1944, 322 pags.).

Antes de chegar á *Asia* e talvez simultaneamente, quanto a redacção ,o pensamento de apologia do heroismo pela poesia e sua influencia exhortiva precisa-se em João de Barros. Logo na pagina inicial do seu *Panegyrico do rei D. João III*, que é de 1533, escreve: "...ás mesas dos principes e grandes senhores se cantavam antigamente em metro os feitos notaveis dos grandes homens, donde primeiro nasceu a poesia heroica; e, segundo eu tenho ouvido, ainda neste tempo os turcos em suas cantigas louvam os feitos d'armas e cavallarias de seus capitães, o que se fosse usado em Hespanha e em toda a Europa (se me eu não engano), mais proveito da tal musica nasceria do que nasce de saudosas cantigas e trovas namoradas..." (Pag. 1 da ed. Rodrigues Lapa). Logo adiante cahe na habitual phraseologia do louvor de D. Manuel, quando encarece a prudencia e o esforço com que D. João III "continuamente levou ávante a conquista e navegação da India, descobrindo novos mares, novas terras, novas estrellas, dando materia de cousas tão notaveis aos livros dos cosmographos, passando além da memoria de todas as historias e fabulas, extendendo suas bandeiras na mais derradeira parte do Oriente .

São certo estas cousas dignas de immortal memoria e lembrança para sempre; mas a tenção da obra presente não poderá com tanto peso; tempo virá (se me o desejo não engana) em que possa dizer tudo, segundo requer tão alta empreza; e meu engenho, quanto elle for, a isto só está offerecido: em latim, em linguagem, em prosa e metro, louvar sempre as grandes victorias destes reinos, os quaes neste tempo são mais bemaventurados que nunca foram..." (Ibidem, pag. 3).

A adulação levava o futuro historiador a sobrepôr os triumphos do rei inquisidor aos de seu pae: "...claro se vê quanto mais prospero é o estado presente que o dos tempos atrás, o que ainda foi mais notorio, reinando o muito victorioso rei D. Manuel, vosso pae de bemaventurada memoria, e assim agora o é em tempo de V. Alteza, cujo glorioso reinado tanto amor, honra e preço dá a Portugal, quanto a gloria de seu regimento e conquista, que tem, excede a fama e memoria de seus antepassados.

Qual principe, não digo eu de Portugal, mas d'Europa, triumphou da Ethiopia, da Arabia, dos persas e dos indios.

descobriu tantos mares, tantas ilhas, deu tantas terras não conhecidas ao mundo? Qual príncipe converteu á Fé de Christo tantas províncias, tanta multidão de almas, cuja bemaventurança não pode deixar de ser communicada com a causa della? Qual príncipe com suas victorias e triumphaes armadas rodeou o Mar Oceano, passou os termos e limites da navegação geral, alcançou tão grande fama na derradeira parte do Oriente, foi tão temido de reis poderosos e senhores tão apartados, finalmente fez conversaveis aos christãos com as nações do nosso Ponente?” (Ibidem, pags. 38-9).

Assim preparado com este entusiasmo e este geral tom de oratoria é que João de Barros metteu hombros á sua grande obra, a tal cathedral historiographica. O mundo fora revelado aos homens pelos portuguezes, o mundo era o scenario das suas façanhas. Uma historia universal é uma historia do mundo visto com olhos portuguezes, regado com sangue português. Numa *Europa*, contaria a formação da nacionalidade sem par desde as mais remotas nebulosas, assignalando os prodigios com que Deus demonstrava a sua protecção ao povo eleito para christianisar o mundo; numa *Africa* narraria a cruzada portuguesa de Marrocos e o longo e lento bordejar do continente negro, á procura da passagem para o Oriente; em *Santa Cruz* apontaria o achamento do Brasil e a colonisação da America portuguesa, sem qualquer solidariedade com os hespanhoes, tão divorciado na sua narrativa historica ou tão orgulhosamente particularista como na politica da metropole: de costas para Castella. Finalmente, chegaria a vez da India, ou da *Asia*, desde a chegada de Vasco da Gama até ao estabelecimento das feitorias, de um pretenso imperio mercadejante, com toda a pormenorisação das lançadas e dos cêrcos, dos combates navaes, das allianças e dos desquites daquelles regulos atemorizados e ás vezes em rebeldia, e, sobretudo, com a pomposa idea de que a chegada dos portuguezes á India significava a defeza da Europa mediterranea, porque era o ataque dos turcos pela retaguarda! Como voava á solta a imaginação sem o lastro da realidade e do sentido das proporções! Eram grandes os seus protestos de imparcialidade e os seus esforços de informação bilateral, mas a imparcialidade quanto aos factos era contrariada pela parcialidade da avaliação. Tudo aquillo era como o arranhar de um alfinete no couro de um elephante. O imperio português era um imperio epidermico e ephemero e litterario, obra de imaginações escandecidas que tentavam o impossivel.

Terminada a encenação do drama activo, vinham as conclusões doutrinarias. Uma *Geographia* compendiava todos os dados novos sobre a bola da terra e os seus mares e os seus habitantes e os seus exotismos. Condensava-se num manual a architectura nova que os portuguezes tinham erigido, como agentes geographicos. E como elles não visavam só á evangelisação, tambem traficavam, era necessario ensinar ao velho mundo que cousa era esse commercio espalhado por todo o orbe, que coisas se iam buscar e trocar, que processos ou normas se deviam adoptar nas relações com povos tão apartados e em graus tão diversos de cultura, aqui marfim, alli pimenta e canella, acolá perolas, mais adiante escravos, umas vezes pela força das armas, outras por astuciosas negociações, com padres ou sem padres, de igual para igual ou muito de cima para baixo. O mundo era portuguez e os mares eram caminhos portuguezes, privilegiadamente portuguezes, porque assim o tinham concedido bullas sobre bullas, dos papas, avaramente guardadas na Torre do Tombo. Essa avareza não impediu os extravios e as podridões.

João de Barros foi o primeiro historiador portuguez preocupado de fazer bella prosa. E' o nosso Tito Livio, com seus propositos glorificadores, com seus discursos, suas grandes phrases nas occasiões solemnes, seu escrupuloso lavôr artistico. Fez em portuguez, em linguagem diria elle, o que os reis queriam se fizesse em latim, Foi o grandiloquo arauto da gloria portuguesa ao mundo, porque a sua obra foi logo traduzida para hespanhol, italiano, inglês. O que havia de realmente grande atraves daquella espuma oratoria despertava a attenção do mundo; e ninguem tivera até então a sua eloquencia. Tão ambicioso edificio, resoante de hymnos triumphaes, já de materia heroica, já de formosas palavras engrandecedoras, justamente adaptadas áquella materia, como luxuosa veste a um corpo bello, não respira toda ella verdadeiro espirito epico? Só a audacia da concepção de uma tal cathedral e o sentimento de ufanía, que a dicta, constituem já epopêa, projecção do espirito para alturas de vertigem, sonhos inverosimeis de prometheus. E tal audacia e tal ufanía não se extinguiram, quando passou a atmospherá propicia ou a hora certa. Veremos depois outras cathedraes, perfectas ou imperfectas, mas sempre lançadas aos ares com a mesma coragem epica: as de Faria e Sousa, dos bernardos de Alcobça, da Academia Real de Historia, a de Herculano, a de Theophilo Braga e a de Oliveira Martins.

Não faltam no texto das *Decadas* signaes de prodigios, talvez occulta protecção do céu, como em Ormuz, quando apparecem gentios mortos com armas que os portuguezes não usavam, nem faltam intervallos declamatorios, como aquelle em que justifica o pomposo titulo, que a si mesmo se deu D. Manuel: “O qual titulo não tomou sem causa ou acaso, mas com muita acção, justiça e prudencia, porque...” (pag. 195 da ed. Baião, vol. I). E vem tudo outra vez, enfiada de titulos juridicos e moraes, as prioridades, as enumerações de partes remotas e os nomes exóticos e os louvores que eram já phraseologia official de propaganda.

E não ficou por aqui o nosso febril Tito Livio, porque em 1555, dirigindo um *Panegyrico* á infanta D. Maria, que não seria um thema inspirador de phraseologia heroica, escapa-se a fallar do pae, esse D. Manuel, que foi para o nosso cyclo de lendas epicas uma especie de Carlos Magno. A viagem da India foi o eixo e a pessoa do rei o fulcro da polarisação lendaria. Diz então João de Barros á pobre infanta, pacifica e letrada:

“Pois quem foi el-rei, vosso pae? Por ventura um Phálaris ou Dionysio Syracusano? Certo não, mas aquelle em cujo coração ferveu sempre tal zelo da Fé que com muito gasto de sua fazenda, mortes de seus natu-raes, trabalhos de sua vida e cuidados de seu espirito, fez adorar o precioso sangue de Christo, onde o dos brutos animaes se sacrificava. E isto tão longe de seus reinos e senhorios quão perto elle estava da gloria, que por isso mereceu, despregando bandeiras, tomando cidades, sujeitando reinos, onde nunca o victorioso Alexandre e grande Hercules, de cujas façanhas se espartaram os antigos, puderam chegar; achando novas estrelas, navegando mares não conhecidos, descobrindo a ignorancia dos philosophos antigos, que o mundo tinha por mestres de verdades occultas. Ca, depois que seus pilotos abriram o mar Atlantico, por tantas centenas de annos cerrado, todos aquelles que na philosophia natural tinham gasto seu tempo, elle lhe gastou seu louvor.

Pois dos geographos, que cuidavam ter o mundo assalhado com suas pinturas aos olhos dos que não andavam por elle, que posso dizer senão o que se vê: que rusticos pilotos, sem mais letras especulativas que hãa doutrina praticada no convez de um navio, endireitam as derrotas, diminuem ou accrescentam os graus, emendando as alturas, de tal maneira reprovam as távoas do

illustre Ptolomeu, como se estudaram em algũa Universidade, e elle não em Athenas, onde gastou seus dias?

Não fallo nas victorias de Africa, cujo temor fez fugir os mouros das faldras e da fertilidade dos mares Gaditano, Atlantico, e metteu por dentro das seccas areas do sertão da Mauritania, nem o que fez em Guiné e toda a costa de Ethiopia, pois é notorio que os negros, viviam fóra de toda a policia, habitando as cavernas da terra, sem lei, sem justiça, sem direito humano ou divino, vivendo ao modo de brutos animaes, agora deixadas as trevas e tornados á luz com a prégação d'el-rei, vosso pae, que pera elles foi novo apostolo, levantaram templos a Christo e á Santissima Virgem, sua madre, e nelles pulpitos, em que publicam e exalçam seu nome, e altares, em que offerecem seu corpo santissimo e sangue precioso, com que parece, illustrissima princesa, ser cumprida a prophecia do Psalmo, que diz que os estrangeiros e Tyro e o povo dos Ethiopes conheceriam a Deus.

E pode-se dizer que seu nome lhe foi posto por divino mysterio, como lemos de alguns santos barões, cujas futuras obras, conhecidas por Deus, lhe deram nome, conforme ao que elles haviam de obrar. S. João, Baptista pelos prophetas foi chamado, e por seu pae Zacharias Joanne, nomes que convinham a suas obras. E o Messias, promettido na lei, já tinha seu nome escripto nos livros de Isaias, que disse: "Manuel se chamará", que em nossa lingua quer dizer: "Deus é conosco", pela vinda que fez a este mundo, onde tomou carne humana, por nos remir do peccado de nosso primeiro pae Adão. Pois assi mesmo eu diria que este christianissimo rei Emanuel levou á India e Ethiopia sua Fé, com que os infieis com muita razão lá podem dizer: — Deus é conosco.

Passo pelas victorias dos Rumes, pelos tributos que poderosos reis da India lhe pagaram, de que a coroa deste reino não tem pequenos proveitos. Que tudo isto celebrado é por poetas e oradores, que em Roma e outras partes publicaram tão excellentes victorias. Testemunha é do que digo Camillo Porcio, que em hũa magnifica oração, que fez ao Papa Leão X, celebrou a tomada de Malaca, cujo treslado veio a estes reinos, por industria do doutor João de Faria, que naquelle tempo servia de embaixador em Roma. Testemunhas são Policiano, Filip-

pe Beroaldo, Blossio, Palladio, Pierio, Casalio e outros, que em metro e prosa espalharam pelo mundo estes triumphos d'el-rei vosso padre, em cujo tempo, se fôra o grande Homero, que tanto caso fez de hũa tão pequena navegação, como é a do Hellesponto até Sicilia, que pode comprehender pouco mais de trezentas leguas, em que misturou tantas fabulas e acontecimentos, quão pouca conta fizera dos errores de Ulysses, se vira tantas mil leguas de mar e costa senhoreadas de um só rei, nas quaes se contêm as Indias, aquém e além do Gange, e grande parte de Ethiopia, Arabia e Persia, cujas forças affastaram os mouros e turcos e os lançaram até os fins do estreito Arabico, onde tem seus navios varados em a pobre villa de Suês, sem ousarem de levantar suas velas, que a força portuguesa tantas vezes amainou.

Que fizeram os poetas Orpheu e Appolonio, quão pouco estimaram a conquista do Velocino d'ouro, e d'aquelle primeiro navio Argos, que tanta admiração naquelle tempo fez ao mundo, navegando o espaço, que ha de Thessalia até Colchos, que ao mais podem ser trezentas e cincoenta leguas; em o qual mar, por ser muito povoado, podiam tomar muitos refrescos e fazer muitas aguadas, com que teriam mais passatempo neste caminho que trabalhos, dignos de cansar nelles os poetas seu engenho; vendo seis mil leguas de mar, tão ermo e deshabitado, navegadas e senhoreadas por a gente portuguesa, que em suas tormentas nenhũa esperança tem nos portos e nas ilhas, de que as aguas estão desoccupadas, a que possam fugir da braveza de tão altas ondas, como nelle se levantam? Certamente, que olhando bem isto, se pode dizer que estas e outras cousas, que os antigos contavam como por excessos da natureza, quanto a nós, pelas que foram acabadas por industria de el-rei vosso pae, podem ser havidas por historias de patranhas.

Não fallo nas Columnas de Hercules, postas na Ilha de Cales, entre o fogo de nossas casas, que assentou como no fim de toda a terra, que nestê tempo são riscadas da memoria dos homens e postas em todo o silencio e esquecimento, com outras mais altas, que por vosso sangue foram assentadas nas derradeiras partes orientaes do mundo, mais proveitosas a elle, por serem as em que Christo pôs suas espaduas, do que foram as de Hercules, com que se perderam tantas almas.

Muito havia acerca disto que dizer, mas basta mostrar o caminho, pera que vejam o que tinha por passar, se disse quizera escrever". (Panegyricos, pags. 169-172 da ed. Rodrigues Lapa).

Este passo de João de Barros é o momento, em que D. Manuel I sobe mais alto na imaginação dos seus apologistas. E' um apóstolo e um messias de nome fatidico. O panegyrista quasi o canonisa. E aponta os elementos essenciaes da valorisação ou interpretação epica do seu reinado: a magestade da distancia e a melancholia e os riscos do isolamento no mar immenso; o crescimento do mundo, outr'ora fechado pelas Columnas de Hercules, collocadas ao pé das nossas lareiras, a variedade exotica dos povos e reinos subjulgados, a cruzada christã, o ataque pela retaguarda dos mahometanos, a desproporção entre a verdade das façanhas portuguezas e a falsidade das proezas dos heroes classicos, tudo argamassado em hyperboles, de que desertou todo o sentimento da realidade. Estava-se no auge da crystallisação lendaria. Então eloquencia e heroismo eram alliados. Os heroes de João de Barros e de Gaspar Corrêa fallam bem, com relevo expressivo, são artistas da palavra ao mesmo tempo que da acção, fazem e justificam-se, têm a consciencia de que vivem momentos excepcionaes da alma humana.

Mais tarde ha-de obliterar-se esse poder expressivo e, quando cahem as caligens da Contra-Reforma, a alliança que a interpretação estabelece com o heroismo é a da ignorancia. Encontramo-la já sellada em D. Jeronymo Osorio, intelligencia orthodoxa:

“Ora ponhamos agora de parte o que fizeram estranhos, folheemos os annaes de nossos feitos e vejamos como se dilatou outr'ora o reino portugêz.

Foi com letras? Foi com preceitos de philosophia? Foi com eloquencia?

Certamente que não. Todos eram rudes e ignorantes então. Até mesmo muitos nobres havia que nem sequer ler sabiam.

E toda aquella juventude rude e inculta, commandada por varões iletrados, sim, mas destemidos, se mostrou ousada, confiante e indomita no ardor de tantos combates. Foi ella que içou a bandeira da victoria na Mauritania; foi ella que calcurriou innumeradas terras do Oriente, de armas na mão; que deixou em tantos lugares padrões immorredouros do seu heroismo.

Nos tempos de agora, porém em que tantos portugueses ha tão dados áquelles estudos, que mais não fazem senão aspirar a illustres e afamados, é com difficuldade já que mantemos o que de nossos avós herdámos. Donde se vê claramente que a ignorancia e a vida rude emparelham bem com o valor militar; ao passo que a pureza e a elegancia do estylo emparceiram com a covardia e com a timidez.

Por consequencia, se é com costumes duros e barbaros que se constroem imperios, destroem-se elles com uma vida dada excessivamente ás letras”.

Estas abominaveis coisas diz o Bispo de Silves num colloquio, de que é parceiro nos jardins de Belem, quando a educação do principe D. Sebastião era materia de inquietações para todos. É esse longo colloquio com dois fidalgos, Lourenço Pedroso Tavora e Francisco Sala Menezes, “homens extraordinariamente eruditos e mui dados ás artes”, que não sei se existiram, constitue o tratado de educação principesca, *De Regis Institutione et Disciplina*, publicado em Colonia, 1572-1574, quando os *Lusíadas* já corriam. Este passo transcripto utiliza a traducção portugueza de Cruz Figueiredo. O que nelle possa haver de real está sophismado e não merece discussão, apesar de diminuir o esforço dos portuguezes, que para fazer o que fizeram nesse heroico seculo tiveram de elaborar toda uma cultura technica, politica, economica e juridica, com seu empirismo oportunista, mas sempre inseparavel desse prodigioso esforço desde a sciencia nautica até á consagração historica e epica. Um portuguez extrahirá ainda, desse esforço de acção e intelligencia, conclusões epistemologicas: o philosopho Francisco Sanches.

Tinha-se andado para trás. O pleito de primazias entre as armas e as letras nasce com os fulgores intellectuaes da Renascença e torna-se particularmente agudo em Portugal, onde a era heroica e os reflexos dessa distante Renascença coincidem. As academias gongoricas do seculo XVII repetidas vezes discutem o valor de cada uma dessa duas concepções da vida. E’ um thema quasi tão frequente como o da apologia da impossivel vida simples. Sá de Miranda, em 1530(?), dirige a João Roiz de Sá e Menezes, uma epistola, em que se esforça por conciliar o heroismo e a intelligencia pura, sem deixar de entremostrarem as suas duvidas sobre a miragem indiana:

Dizem dos nossos passados
Que os mais não sabiam ler:

Eram bons, eram ousados;
Eu não louvo o não saber,
Como alguns ás graças dados;
Louvo muito os bons costumes,
Doe-me se hoje não são taes;
Mas as letras ou perfumes
Quaes no-los damnaram mais?

Destes mimos indianos
Hei grão mêdo a Portugal,
Que nos recresçam taes damnos
Como os de Capua a Hannibal,
Vencedor de tantos annos.
A tempestade espantosa
De Trebia, de Trasimeno,
De Cannas, Capua viciosa
Venceu em tempo pequeno.

(Vol. II da ed. Rodrigues Lapa,
pags. 47-48).

Sá de Miranda advertia dos perigos da India, expunha altas ideas em metro barbaro; o bispo de Silves expunha ideas barbaras em classico latim.

Outro espirito cerradamente tridentino apertará mais o cêrco: Frei Amador Arraes, que no seu dialogo quarto, *Da Gloria e triumphos dos Lusitanos*, affirma sem ambages que as victorias dos portuguezes nas Indias Orientaes se deviam attribuir a Deus. E em dois capitulos propõe-se demonstra-lo. Bastam estas linhas de amostra:

“...estamos os portuguezes tão ricos de exemplos proprios que bem podemos escusar os alheios. Em nossas guerras nunca faltaram mostras de Deus as favorecer como suas: & porque nas partes remotissimas do Oriente, convinha mais enxergar-se este favor, lá houve por bem de mostrar muitas vezes quão propicio era a nossas armas. Sabemos que em algũas batalhas das que na India aos nossos se deram, depois de muitos encontros e recontros, se viu receberem os portuguezes os pelouros de ferro no meio de seus corpos, sem o golpe lhes imprimir mais que hũa pequena nodoa. E o que é mais de admirar, que voltando delles quebravam os mesmos pelouros grandes escudos e quanto achavam ante si despedaçavam. Taes signaes e visões do Ceu se viram em guerras travadas cos nossos, que fizeram confessar aos barbaros

que pelejava Deus por nós contra elles, como antigamente confessaram os egypcios que Deus era da parte dos Hebreus” (Pag. 306 da ed. de 1846).

Quando isto circulava, havia vinte annos que a bandeira hespanhola tremulava no castello de S. Jorge, ao alto de Lisboa. Tudo acabára, a desfiguração lendaria e a independencia portuguesa; o fructo opimo da embriaguez heroica corria mundo e começava a sua carreira talismanica; ficava apenas a contemplação mystica e passadista que durará seculos.

Os judeus estavam expulsos desde 1496 e os christãos-novos, em que se converteram os que ficaram, eram perseguidos rijamente. Mas a idea judaica da existencia de um povo eleito de Deus perdurára na peninsula: Portugal e Castella taes se criam, sem quebra da sua constante rivalidade ou talvez com exacerbação della.

CAPITULO UNDECIMO

OS CASTANHEDAS — PAE E FILHO

E' prequente que os historiadores da litteratura portuguesa e os do Oriente opponham o mérito historiographico de Fernão Lopes de Castanheda ao mérito litterario de João de Barros, o verismo mais simples ao emphatico engrandecimento epico. Todavia elle pensava e sentia como todos os portugueses do seu tempo, a respeito do valor dos successos que narrava. Se se abstinha do exaggero pathetico e das intromissões oratorias, não deixava de ver na historia uma escola de sabedoria politica a par de uma escola de heroismo, e não adoptava outro modulo para a sua avaliação dos feitos dos seus compatriotas que não fosse a cansada comparação com os dos antigos. Tudo isso se confessa no prologo da 1.^a edição da sua inacabada *Historia do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*, de 1551, titulo que é já um exaggero patriotico ou uma engrandecimento epico, porque os portugueses jamais conquistaram a India, apenas estabeleceram feitorias litoraes nessa península industanica. Diz elle, dirigindo-se a D. João III:

“...por servir Vossa Alteza tomei o trabalho de fazer esta (historia), do descobrimento & conquista da India que os portugueses fizeram, assi por mandado do famoso & bem afortunado Rei D. Manuel vosso pae, como pelo de Vossa Alteza & pera serem divulgados pelo mundo as notaveis façanhas que fizeram com ajuda de Nosso Senhor neste descobrimento & conquista, de que não havia nenhuma lembrança senão em quatro pessoas, com cuja morte se acabaria, & sendo escriptas durariam pera sempre como as dos Gregos & Romãos que o foram, a que estas dos portugueses & ás dos Barbaros têm grande e conhecida vantagem, porque as suas conquistas foram todas per terra, assi como a de Semiramis, de Cyro, de Xerxes, do grande Alexandre, de Julio Cesar & doutros Barbaros, Gregos & Latinos & indo elles com suas gentes. E a da India foi feita por mar & por vossos capitães & com navegação dum anno e de oito meses e de seis ao menos: & não á vista de terra senão affastados trezentas & seiscentas leguas partindo do fim do Occi-

dente & navegando até o fim do Oriente sem verem mais que agua & ceu, rodeando toda a Esphera, cousa nunca commetida dos mortaes, nem imaginada pera se fazer. Com immensos trabalhos de fome, de sêde, de doenças & perigos de morte, com a furia & impeto dos ventos, & passados estes se vêem na India em outros de espantosas e crueis batalhas com a mais feroz gente & mais sabedor na guerra & abastada das munições pera ella que outra nenhuma d'Asia''.

Apesar de haver escripto esta sua obra e este seu vibrante prologo quando em Coimbra exercia uma funcção subalterna, bedel das escolas, Fernão Lopes de Castanheda não era homem de escassas letras. Filho de Lopo Fernandes de Castanheda, licenciado, o chronista fôra educado entre os frades de São Domingos e recebera com o sangue esse entusiasmo patriotico. Seu pae era orador e sendo juiz de fóra em Coimbra ahi pronunciou uma oração de recebimento ante D. Manuel I, por occasião da sua primeira visita áquella cidade, dirigida á Rainha. Em 1524, foi elle tambem que saudou D. João III e a Rainha D. Catharina, á sua passagem por Santarem. São desses dois discursos os trechos seguintes de grande significação para documentar a febre heroica; agora o elemento decorativo é outro — a pomposa enumeração geographica, para contentar a necessidade de deslumbramento pela immensidade e pela distancia:

“E’ Vossa Alteza Rainha mulher de Rei tão catholico, tão santo, tão justo, tão virtuoso, tão nobre, tão grande, tão esforçado, tão poderoso, dos seus tão amado, tão temido do mundo como quem por suas grandes virtudes Deus Nosso Senhor tem tal amizade que o que a todos os outros reis e principes do mundo negou: só a elle quiz conceder e não quiz que seu excellentissimo nome fosse encerrado em Europa e Africa, onde estes seus mui nobres e antigos reinos senhoreia, mas que todas as três partes do mundo sentissem seu jugo e que toda a Asia houvesse delle noticia e elle de todas as terras, reinos, provincias, senhorios, cidades, montes, promontorios, mares, rios, portos, reis, senhores, multidão de gentes, diversidades de nações e costumes dellas e de todas as coisas e segredos que nelle ha a todos até seu tempo ignotos, onde lhe deu muitos e mui grandes reinos e reis e outros grandes senhores por vassallos, que o reconhe-

cem por seu rei e senhor, uns conquistados per armas, outros com temor de o serem e outros per sua livre vontade pela mui esclarecida fama de suas grandes bondades; e fez seu mui poderoso nome tão grande que em pouco tempo será tudo seu e todas as Indias até seu tempo ao nosso mundo incognitas, ainda que mui nomeadas e desejadas de todos, em que já tem grandes reinos e reis que com todas suas maravilhosas riquezas vieram a seu senhorio, que mais ha no mundo que ser mulher de tal Rei?..."

E em Santarem, a 2 de Junho de 1524:

"...vêm-me à memoria, principe mui esclarecido, vossos inclitos progenitores; vejo em vós luzir a excellencia de vosso real sangue, cuja grande nobreza, limpeza e antiguidade dos presentes e passados conhecidamente procede. Vejo vossos muitos e verdadeiros titulos, com que todo o mundo cingis; e acho-vos tão grande que além de vossos ricos e poderosos Reinos da Europa, da vossa Ceuta em Africa, até os desertos de Cancro, mui grandes terras e gentes de Mafamede e de toda a maritima Ethiopia, até o grão Cabo da Boa Esperança e além do Capricornio pacificamente senhoreaes; e delle passando em Asia, a melhor das Arabias, com a Persia e India, até o grão rio Ganges, e além delle a vossa terra do ouro, Malaca, com toda a volta do mundo até os Tartaros contra o norte, e todas as suas ilhas e as do levante e ponente e as do sul, com vosso rico Maluco, em que ha mui grande diversidade de terras, de provincias, de regnos, de mares, de ilhas, de portos, de riquezas, de gentes, de linhagens, de costumes, de reis, de grandes senhores, que são todos vossos vassallos e delles sois obedecido, temido, e reconhecido por seu verdadeiro Rei e senhor, e em signal de vassalagem que vos devem, e senhorio que nelles tendes vos pagam grandes tributos cada um ano, de que tendes suas firmezas authenticas, selladas com sello de ouro; e não sómente nestas três partes do mundo se estende vosso imperio, mas o outro novo vosso Brasil, que até agora foi a todos ignoto, é posto debaixo de vosso grande senhorio..."

Quem assim vibrava com as glorias ultramarinas e tão attrahido se sentia pelo mundo exotico, tarde ou cedo havia de obedecer á tentação e partir. E foi o que succedeu:

em 1528, Lopo Fernandes de Castanheda, partia na armada de Nuno da Cunha, para desempenhar em Goa a magistratura de ouvidor. Levou comsigo o jovem Fernão Lopes, filho havido fóra do casamento, mas ao que parece bem estimado, pois expressamente o recommendára ao Rei numa carta de 17 de Novembro de 1529. Foi este carinho que fez surgir um bom chronista das coisas do Oriente.

Os dois discursos do licenciado Lopo Fernandes guardam-se em manuscrito na Bibliotheca Nacional, donde os copiou Pedro de Azevedo para os publicar em appendice á sua introdução da edição de 1924 da *Historia do Descobrimto & Conquista da India*, de Castanheda. Mas o segundo desses discursos está também comprehendido no texto de uma obra manuscrita, que se guarda na Bibliotheca Municipal do Porto: *Memoria de cousas que aconteceram nesta cidade...* do licenciado Francisco Dias, que foi corregedor em Coimbra, onde por certo conheceu Lopo Fernandes e talvez lhe ouvisse o discurso flamante. O Dr. Arthur de Magalhães Basto publicou esse manuscrito com o titulo *Memorias quinhentistas dum Procurador d'El Rei no Porto*, em 1937, como volume quarto da preciosa collecção de *Documentos e Memorias para a Historia do Porto*. Comparando os dois textos, o dado por Azevedo a pags. XXV-XXVIII da edição da obra de Castanheda e o dado por Magalhães Basto, a pags. 70-77, notam-se differenças grandes no texto. E essas differenças, essencialmente litterarias ou formaes, attestam o esforço do orador por tornar o seu discurso de recepção tão caloroso, tão encomiastico, tão repassado de heroica prosapia quanto coubesse na palavra humana. No passo, que transcrevi, considereei as variantes do texto do Licenciado Francisco Dias — que era homem de erudição e senso critico. Também me não pareceu sempre fiel a leitura de Pedro de Azevedo.

CAPITULO DUODECIMO

OS CASOS GARCIA DE REZENDE E DAMIÃO DE GOES

A consciencia historica desta idade heroica dos portugueses nasce pelo meado do seculo XVI. E' depois de 1550 que surgem as obras principaes da historiographia, que a registra e narra: as de Lopes de Castanheda, de João de Barros e Damião de Goes. Foi essa mesma consciencia historica a determinante da publicação da *Miscellanea* de Garcia de Rezende, morto desde 1536. Inesperadamente o recordatorio poetico de coisas grandes, compendiado pelo secretario de D. João II, adquiria cotação.

Ha sua differença entre "consciencia historica" e "consciencia epica". Esta foi coeva dos proprios sucessos heroicos, era ufania do que se estava realizando e teve sua phrasologia peculiar, já vastamente exemplificada neste livro, com aquelle seu topico inseparavel, como fermento ou diastase: a rivalidade com os antigos, que dava um caracter de contradicção interna ao quinhentismo português. Queria-se restaurar a arte litteraria dos antigos, mas para expressar valores heroicos superiores aos desses antigos, fossem reaes, fossem fabulosos. Esta contradicção interna é a fraqueza e a força do nosso quinhentismo: por um lado impediu uma completa identificação formal e, portanto, a aquisição da virtuosidade artistica dos classicos; por outro lado vivificou essa arte com germen de realidade viva, com exotismo, com verdadeira novidade ou com original fundo. Basta comparar as formas litterarias dos poetas fielmente italianisantes, os da linhagem de Sá de Miranda, com os auctores que do mar e das colonias, da vida vivida ou da experiencia dura extrahiam a sua materia, para a qual tinham de improvisar formas, generos e sub-generos, basta esse parallelo entre as duas correntes, a italianisante e a exotica, para se concluir de que lado estava a força vital, o ar novo, o sangue da experiencia dolorida. E a prova do acerto dessa conclusão está na preferencia dos publicos extranhos: foi a litteratura geographica, a traduzida a lida fóra de Portugal.

Todos sabiam o que estavam fazendo, isto é, tiveram immediatamente consciencia heroica ou prompta avaliação das proporções das suas façanhas. O que não tiveram foi immediata consciencia historica dellas, porque a conscien-

cia historica de qualquer coisa, grande ou pequena, demanda a longa collaboração do tempo, que dá, só elle, o distanciamento necessario á perspectiva. E esta só se desenhava quando a coisa é um conjuncto fechado ou acabado, um edificio concluido, sem andaimes e sem poeirada. Em 1550 o reinado de D. Manuel I estava distante três decennios e as glorias da India começavam a ser offuscadas pelas suas miserias e pelas suas impossibilidades. Os portuguezes viviam num estado de lucta permanente, o reino desangrava-se da sua melhor gente e dos seus recursos totaes, em troca das commissões muito aleatorias de intermediario no commercio entre o Oriente e o Occidente. As guerras e os cêrcos, ainda heroicos, mas extenuantemente desproporcionados nas forças, os naufragios, o scepticismo e a corrupção interesseira estavam á vista. Só o terror crudelissimo, ignominiosamente cruel, mantinha o dominio dos portuguezes no Oriente, que não passava além de limitados pontos da epiderme do colosso indiano. Uma litteratura de advertencia principiava a surgir, os pamphletos do typo dos *Disparates da India*, de Camões, e do *Soldado Pratico*, de Diogo do Couto. “Pratico” significa alli, não experimentado na guerra, mas directamente conhecedor dos erros e dos crimes da administração. Essas paginas parecem ser uma exemplificação concreta da arte de furtar, de que um anonymo auctor nos dará no seculo immediato uma theoria immortal. As sombras crepusculares já occultavam os esplendores do reinado de D. Manuel. Era tempo de fazer lembrar de novo tudo isso, de pôr outra vez no primeiro plano da attenção nacional as esquecidas grandezas. São os proprios historiadores que o declaram, cada um attribuindo-se a si a primazia da iniciativa chronistica.

Diz, por exemplo, Fernão Lopes de Castanheda:

“E tenho que ganhei muito em ser o primeiro portuguez que na nossa lingua as resuscitei (“façanhas taes”), estando mortas de cincoenta annos, e não sómente em Portugal, mas nos outros reinos, onde desejavam muito de as saber; do que é testemuo imprimir-se agora em Paris em lingua francesa o primeiro livro desta Historia, que tornou na mesma lingua mestre Nicolau, que cá foi lente d’artes no Collegio Real “(Prologo do livro III da Historia do descobrimento e conquista da India pelos portuguezes, Coimbra, 1552).”

Tambem João de Barros escreve coisa parecida:

“E vendo eu que nesta diligencia d’encommendar as cousas á custodia das letras, conservadores de totalas obras, a nação portugêz é tão descuidada de si quão prompta e diligente em os feitos que lhe competem per milicia, e que mais se preza de fazer que dizer, quiz nesta parte usar ante do officio d’ estrangeiro que da condição natural, despoendo-me a escrever o que elles fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memoria dos homens que vierem depois de nós tão gloriosos feitos, como vemos serem perdidos de vossos progenitores, maiores em louvor do que lemos em suas chronicas, segundo mostram alguns fragmentos de particulares escripturas”. E mais adiante: “...não houve alguém que se antromettesse a ser primeiro neste meu trabalho, sómente Gomes Eannes de Zurara, chronista mor destes reinos, em as cousas do tempo do Infante Dom Anrique, do qual nós confessamos tomar a maior parte dos seus fundamentos, por não roubar o seu a cujo é” (Prologo da Decada I).

Gaspar Corrêa, posto que só editado no seculo XIX, é que será o decano dos historiadores da India, historiador integrado no acontecimento e enquadrado no proprio scenario. E’ mais um memorialista do que um historiador. São as datas da sua estada na India, 1512-61, que lhe attribuem esse titulo. Mas o sentimento crepuscular ou de fim, que está implicito em toda a consciencia historica, elle o confessa muito claramente:

“Tomei este trabalho com gôsto, porque os começos das cousas da India foram cousas tão douradas que parecia que não tinham o ferro que depois descobriram; e prosseguindo eu minha teima, fui avante, por que não perdesse o que tinha trabalhado. Cresceram males, minguaram os bens, com que quasi tudo se tornou vivos males, com que o escriptor delles com razão se pode chamar praguejador, e não bom escriptor de tão illustres feitos e acaecimentos nos descobrimento e conquista de tantos reinos e senhorios, em que os feitos dos portugueses parecem mais milagrosos que per outra nenhuma razão, com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericordia os quiz dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia apparecem”. (Aos senhores leitores, tomo I, parte I).

Esta consciencia historica ou consciencia do fim levava á elaboração de somnolentas chronicas nos espiritos realistas e um pouco passadistas, e levava ao anhêlo da epopêa nacional consagrada nos espiritos poeticos. D'aqui por diante são parallelas as duas direcções.

Garcia de Rezende, cuja *Miscellanea* beneficiou desta formação da final consciencia historica, e Damião de Goes, historiador official do reinado de D. Manuel I, eram pouco accessiveis ao entusiasmo heroico, o primeiro por pequenez de espirito e vocação aulica, o segundo por amplidão de espirito e inclinação critica. A obra de Rezende é, toda ella, uma recopilação de miudezas anecdoticas, como logo julgou Alexandre Herculano, mas de anedotas pittorescamente informadoras, como temos reconhecido todos que depois as utilisámos para o conhecimento um pouco intimo da sua epocha, tão desfigurada pela opção dos valores heroicos. Justamente a sua grande originalidade foi ter ousado archivar a produção poetica do seu tempo, pondo a arte de galantemente dizer as emoções individuaes ao lado das façanhas heroicas. O seu prologo ao *Cancioneiro Geral*, de 1516, é sob esse aspecto um documento verdadeiramente historico na valorisação da poesia, como já noutro lugar procurarei mostrar (V. *Garcia de Rezende*, in *Critica do exilio*, Lisboa, 1930, pags. 75-154). Mas, como desenvolve alguns dos lugares communs da phraseologia typica da embriaguez heroica, descripta neste livro, para aqui o transcrevemos. Tudo que se refere aos descobrimentos e conquistas é materia da versão official e collectiva; e havemos de encontrar isso repetido e glosado até fartar. Só é de Garcia de Rezende o conceito sobre a utilidade da poesia, de Garcia de Rezende a dentro dos limites do seu idioma, porque tal idea já o Marquês de Santillana a expusera na vizinha Castella, na sua *Carta-Prohemio ao Condestavel de Portugal*.

Diz elle:

“Prologo de Garcia de Resende, deregido ao principe nosso senhor.

*Muyto alto & muyto poderoso
principe, nosso senhor!*

*Porque a natural condiçam dos Portugueses he nunca
escreuerem cousa que façam, sendo dinas de grande memoria:
muytos & muy grandes feytos de guerra, paz &*

vertudes, de çiencia, manhas & gentileza sam esqueçidos, que, se os escritores se quisessem ocupar a verdadeiramente escreuer, nos feytos de Roma, Troya e todas outras antigvas cronicas & estorias nam achariam mores façanhas, nem mays notaueys feytos que os que dos nossos naturaes se podiam escreuer, assy dos tempos passados como d'agora. Tantos rreynos & senhorios, cydades, vilas, castelos, per mar & per terra, tantas mil legoas, per força d'armas tomados, sendo tanta a multidão de jente dos contrayros & tam pouca a dos nossos; sostidos com tantos trabalhos, guerras, fomes & çercos, tam longe d'esperança de sser ssoccorridos; senhoreando per força d'armas tanta parte de Africa, tendo tantas çidades, vilas & fortalezas tomadas, & continuamente guerra sem nunca çessar. E assy Guynee, sendo muytos rreys grandes & grandes senhores seus vassalos & trebutarios, & muyta parte de Etyopia, Arabia, Perssya & Hyndeas, onde tantos rreys, mouros & gentios, & grandes senhores sam per força feytos seus suditos & seruidores, paguando-lhe grandes pareas & trebutos, & muytos d'estes pelejando por nos, debaixo da bandeira de Cristos, com os nossos capitaães contra os seus naturaes; conquistando quatro mil legoas por mar, que nenhuumas armadas do ssoldam, nem outro nenhum gram rey, nem senhor, nom ousam nauegar, com medo das nossas, perdendo seus tratos, rrendas & vidas; tornando tantos rreynos & senhorios com ynumeravel jente aa fee de Jesu Cristo, rreçebendo agoa do santo bautismo; e outras notaueys cousas, que sse nam podem em pouco escreuer. Todos estes feytos & outros muytos d'outras sustançias nam ssam divulgados como foram, se jente d'outra naçam os fizera. E causa ysto sserem tam confiados de ssy, que nam querem confessar, que nenhuuns feytos ssam mayores que os que cada huum faz & faria, se o nysso metessem. E por esta mesma causa, muyto alto & poderoso prinçepe, muytas cousas de folguar & gentilezas ssam perdydas ssem auer d'elas notyçia. No qual conto entra a arte de trouar, que em todo tempo foy muy estimada, & com ela nosso senhor louuado, como nos hynos & canticos, que na santa ygreja se cantam, sse veraa. E assy muytos emperadores, reys & pessoas de memoria polos rrymançes & trouas sabemos suas estorias; & nas cortes dos grandes prinçepes he muy neçessaria na jentileza, amores, justas & momos; & tambem para os que maos trajos & enuenças fazem, per trouas sam castigados, & lhe dam suas emendas,

como no liuro ao diante sse veraa. E sse as que sam perdidas dos nossos passados se poderem auer, e dos presentes s'escreueram, creio que esses grandes poetas, que per tantas partes ssam espalhados, nam teueram tanta fama como tem. E porque, senhor, as outras cousas sam em ssy tam grandes, que por sua grandeza & meu fraco entender nam deuo de tocar nelas, nesta, que he assomenos por em alguma parte ssatisfazer ao desejo que sempre tiue de fazer alguma cousa em que uossa alteza fosse seruido & tomasse desenfadamento, determiney ajuntar algumas obras, que pude aver d'alguns passados & presentes, e ordenar este liuro: nam pera por elas mostrar quaes foram & ssam, mas para os que mays sabem s'espertarem a folguar d'escreuer, e trazer aa memoria os outros grandes feytos, nos quaes nam ssam dino de meter a mão".

Tambem merece ser lembrado o seu papel de élo na longa cadeia de elaborações do thema da morte de Ignez de Castro, porque esse thema historico e logo lendario pelas adherencias, que attrahiu, ha-de ser um motivo accessorio no vasto acêrvo lendario que vem crystalisar em volta da viagem da India, como eixo da historia nacional. Garcia de Rezende jamais pode ser olhado como fonte das maravilhosas estancias camoneanas sobre os amores de D. Pedro e D. Ignez, pois uma das consequencias de todo este meu arrazoado será o abandono do tradicional conceito de fontes litterarias ou de modelos imitaveis; o que houve foi uma formação collectiva de materia poetica ou de valores lendarios.

A *Miscellanea em trovas* tem o seu caracter descripto no proprio titulo: *hũa variedade de historias, costumes, casos e cousas que em seu tempo aconteceram*. Mas os descobrimentos e conquistas e a embriaguez delles derivada não têm alli o lugar que se poderia esperar. O anecdotico e o pittoresco é que eram os dominios dilectos de Garcia de Rezende. Falla muito largamente da Asia, mas para contar os extravagantes typismos dos seus costumes politicos, familiares e sociaes, sem esquecer coisas miudas attinentes á vida do sexo. A brégeirice impressionava-o mais que a gigantesca estatura dos heroes. O que elle viu nas coisas da India foi, além desses costumes risiveis, como risiveis seriam os nossos para os indianos, foi a catechese e o negociosinho da especiaria. Mistura a fé com o marfim e com o ouro:

Por a terra ser muito quente
anda nua toda a gente,
descalços todos a pé:
muitos delles têm já fé,
têm marfim, ouro excellente.

E' claro que o deslumbramento de tanta coisa grande lá está, embrechado nas gaguejantes trovas de Rezende, sem esquecer a triumphal rivalidade mercantil com Genova e Veneza, mas o quadro era muito vasto, abraçava todas as intrigas politicas e guerras religiosas da Europa, as rivalidades dos principes com seus imperialismos de familia e as tragicas mudanças de fortuna de alguns grandes do mundo. O aspecto tragico e as bruscas mutações da vida impressionavam mais este pittoresco revisteiro que a exaltação heroica da distante India. O que se passava em volta delle tinha maior conteúdo emocional; do que vinha de longe era o contraste com a realidade ambiente e quotidiana o que elle registrava. Foi por isso que tanto se demorou com os exotismos sociaes da India. Mas tambem via e dizia coisas que não veria, se se houvesse remontado á craveira heroica do *Imperador Clarimundo*. Esta trova é como a moralidade geral da *Miscellanea*, com todas as suas noticias de sensação:

*Nó sei como Deus consente
tantos males cá na terra,
& que moirra tanta gente
sem causa & innocente
per mandado de quem erra:
vivem em guerra & contenda,
sem haver quem se rependa,
de quanto mal faz fazer,
nem ha ahi satisfazer,
nem correger, nem emenda.*

Custa a comprehender que este prurido de duvida não fosse attingido pelos cortes da censura inquisitorial, porque encerra um elemento de heterodoxia: a presença inevitavel do mal como negação da direcção divina do mundo.

O descobrimento da India está condensado numa estancia, em que nem sequer é nomeado Vasco da Gama; o seu nome só figura numa nota marginal, ainda occulto pelo titulo heraldico, muito menos nobre que esse nome pessoal:

Descobriu-o o Conde
da Vidigueira.

*Outro mundo novo vimos
per nossa gente se achar,
& o nosso navegar
tão grande que descobrimos
cinco mil leguas per mar.*

(Estancia 180).

De D. Manuel interessou-o mais a ostentação dos seus funeraes, á qual se seguiu logo a novo pompa do acto da acclamação de D. João III. E, apesar de protestar não louvar presentes ou vivos, perde-se em louvores do novo soberano. E é a proposito deste que desfia a longa cantilena dos nomes de exóticos reinos e regulos:

*Tem Ceita, Tanger, Arzilla,
Alcacer, Paacer, Cafim,
Mazagão, S. Jorge, Arguim,
Sofala, mui rica villa,
Chaul, Ceylão, & Cochim,
Moçambique, Santa Cruz,
Malaca, Goa & Ormuz,
Maluco & Cananor,
Coulão, São Thomé, Zamor,
Quiloa, Chaale, Aguz.*

(Estancia 275).

Já no tempo da redacção desta *Miscellanea* se patenteava a falta de respeito pelas pessoas, fosse qual fosse a sua categoria social e a elevação das funcções desempenhadas na machina do Estado e na administração ultramarina: perante a ingratitude do rei ou o seu despotismo e perante as intrigas religiosas e as perseguições da Inquisição eram todos gente de menospreço:

*Os mais dos governadores,
que á India foram mandados,
vi mortos ou accusados,
cavalleiros, sabedores
non vi destas escapados:
os mais são lá soterrados,
& os vindos demandados,
socrestadas as fazendas,
uns presos, a outros contendas,
& libellos processados.*

(Estancia 188).

A mesma lamentavel instabilidade injusta é apontada por um poeta do *Cancioneiro Geral*, aquelle João Rodrigues de Castel Branco bem conhecido por sua *Cantiga par-lindo-se*. Diz elle, agora se arvorando em critico social:

*Armadas idas d'além
já sabeis como se fazem,
quantos captivos lá jazem,
quantos lá vão que não vêm
& quantos esse mar tem,
sumidos, que não parecem;
& quão cêdo cá esquecem
sem lembrarem a ninguem.*

*E alguns que são tornados,
livres d'estas borriscadas,
se os is ver ás pousadas,
achae-los esfarrapados,
pobres & necessitados
por muy diversas maneiras,
por casas das regateiras
os vestidos apenhados.*

(Pags. 123-4 do vol. 3.º ed. de Coimbra).

O prof. Tejada Spinola recolheu estas trovas na sua monographia sobre a satyra politica em Portugal durante o seculo XV. Ha, de facto, uma attitude politica por detraz desta decepcionada lamentação acêrca das incertezas do destino de quantos collaboravam nas emprezas ultramarinas: attitude de descontentamento anti-heroico. O episodio do Velho do Restello será o seu ponto de chegada, na crystallisação dos valores poeticos. E' uma attitude politica, porque essa instabilidade era tambem uma consequencia de um phenomeno politico: as conquistas dos portuguezes na India e a colonisação da America pelos hespanhoes e pelos portuguezes tinham character revolucionario social, com as inevitaveis subidas e descidas de pessoas e classes. E esse descontentamento anti-heroico expressava uma concepção burguesa de conservação e segurança.

Como Garcia de Rezende, Damião de Goes não foi muito accessivel ao enthusiasmo heroico e tambem se impressionou com os exotismos pittorescos. O primeiro divulgou alguns exotismos indianos; Goes divulgou alguns dos ethiopes. Mas o chronista do reinado de D. Manuel I era um espirito muito mais elevado que o secretario de D. João II,

cuja obra é de cuscuvilhice miuda. O homem Damião de Goes era mesmo superior á obra, que nos legou. Isso deduz-se da impressão que deixou entre os seus contemporaneos da Europa central, quando por lá andou e fez amizade ou conhecimento cordial com figuras de primeira plana da cultura e do governo. Mr. Aubrey Bell, que lhe dedicou uma pequena monographia, recorda os appellativos affectuosos que lhe endereçaram homens como Cornelio Escribo, o Cardeal Saddoleto, o Cardeal Bembo, o bispo Paulo Sperato, o seu editor musical Glareano, o Cardeal Mardruchio, o arcebispo de Uppsala, Adamus Carolus. Foi amigo de Erasmo e conheceu Luthero, Melanchton e Ignacio de Loyola, em trato de sympathia. A qualidade e a intensidade das suas relações germanicas, o papel de mediador para um apaziguamento religioso, que lhe confiou o Cardeal Saddoleto — tudo isso foi reconstituído sobre preciosa documentação pelo Prof. Albin Eduard Beau na sua monographia *As Relações Germanicas do Humanismo de Damião de Goes*, de 1941 — que bem corrobora o distanciamento, que attribuo ao historiador a respeito do clima heroico da sua patria. Já a mudança de rumo do seu espirito naquelle momento historico do seu paiz é significativa. Em vez de se dirigir para o sul, a fazer a rota da pimenta e da canela, preferiu ir para o norte e descobrir mundos novos no universo da cultura. Ficou associado ao negocio da especiaria e das superfluidades indianas, mas como funcionario da Feitoria de Flandres, donde podia ver muita coisa mais attractiva para a sua intelligencia que as luctas do Oriente. Era um verdadeiro humanista pela sympathia e pelo alcance largo do seu espirito, pela curiosidade universal sem exaltação patriotica e sem particularismo separador. Amava a pintura e foi bom “connaisseur”. Em sua casa de Lisboa reuniu muitos quadros; e numa carta de defeza perante a Inquisição, enumera as obras de arte religiosa que offereceu a amigos — que naturalmente nada confirmaram. Era musico. Ainda restam algumas composições suas. Tudo isto fazia delle um typo aberrante da media geral do seu meio, sobretudo desde que as negras cortinas da Contra-reforma cahiram sobre Portugal. Vindo para Lisboa, aquelle portuguez de espirito europeu, muito relacionado com gente suspeita, visitado por estrangeiros em cheiro de heterodoxia, colleccionando quadros, em que podia haver nudezes, e tocando musica diversa do cantochão, havia de constituir uma provocação para a maldade de gente fanaticamente

e ansiosa por se defender atacando os outros. E effectivamente cahiu nas garras da Inquisição, em resultado de velhas denuncias dum jesuita de maldita memoria, Simão Rodrigues, e lá jouve penando humilhações e miserias desde Abril de 1571 até Dezembro de 1572. Quando sahiu, perdera os seus bens.

O hediondo tribunal e o rei haviam-nos assaltado. Fora condemnado a carcere perpetuo no mosteiro da Batalha pelo crime de, cincoenta annos antes, affirmar que havia maus prelados e que existiam muitas seitas de protestantes... Conseguindo regressar á sua terra, Alemquer, alli morreu, se não em viagem para lá. A superioridade do seu espirito e o drama da perseguição inquisitorial chamaram para a sua memoria a attenção dos eruditos: A. P. Lopes de Mendonça, Guilherme J. C. Henriques, Joaquim de Vasconcellos, Sousa Viterbo, Maximiano de Lemos, Antonio Baião, Mario Sampaio Ribeiro, Eduardo Moreira, Albin Eduard Beau e outros.

Damião de Goes tarde aprendeu latim e nunca chegou a ser um grande prosador latino ou ciceroneano, como então se ambicionava. Prova isso que o humanismo, mais que domínio das linguas classicas e identificação com a Antiguidade, era uma elevada disposição do espirito para transpor os limites do estreito mundo gothico ou medieval e do nacionalismo provinciano. Esse crescimento do homem no espaço e no tempo fôra servido pela leitura profunda dos antigos, que tinham vivido uma vida mais ampla que o ambiente feudal que morria, mas em breve por si mesmo seguiu seus rumos, como as litteraturas romanicas prescindiram dos bordões classicos para conquistar as suas direcções próprias. Foi esse humanismo ou essa sympathia humana e essa curiosidade intellectual e total que fez de Damião de Goes um bom humanista, embora de limitados créditos, como latinisante. O latim foi para elle o que é o inglês ou o frances turistico de hoje para o convivio internacional: meio de comunicação ou plataforma de encontro de gentes de fallas diversas. E é por esse latim basico ou pouco ciceroneano que o seu nobre espirito se articula ao ambiente heroico ou lendario, de que sahiu a epopêa.

Vivendo largos annos em paizes estrangeiros, a desempenhar missões, mas sobretudo a aprender um superior padrão de vida intellectual, Damião de Goes pôs as suas relações ao serviço da propaganda da patria e do amor da ver-

dade. E que a sua campanha se dirigia a um publico interessado pelos seus dizeres, vê-se pelas varias reimpressões dos seus opusculos latinos, que davam noticia das terras do Preste João e dos costumes da sua gente, com a qual Portugal iniciara contactos, dos cercos de Diu e da prodigiosa resistencia dos portuguezes, das riquezas e bellezas de Lisboa, que chamava então a attenção sobre si ou que beneficiava ainda da attenção que D. Manuel I com seu fausto e sua guarda de honra de feras exóticas attrahira sobre ella. São os folhetos publicados em 1532, 1538, 1544 e 1554 em Louvain e logo reimpressos por varios lugares. Mas não contente com esse trabalho de exaltação moderada da sua gente, defende as gentes ibericas dos juizos severos de Miguel Servet e Sebastião Munster, exarados nas suas edições da *Geographia* de Ptolomeu, defeza que não passou despercebida a Munster, que se julgou desobrigado de rectificações, por que taes coisas haviam sido escriptas por um hespanhol acerca dos hespanhoes. “O que me obriga a fazer constar um certo Damião, hespanhol”. Este episodio está contado pelo Prof. Eloy Bullón no seu livro *Miguel Servet y la Geografia del Renacimiento*, pag. 111-124 da ed. de Madrid, 1929. O destino fez encontrar por um momento em terras estranhas um dos poucos genios scientificos da Hespanha e um dos portuguezes mais representativos do espirito da Renascença.

Os folhetos latinos de Damião de Goes estão enumerados pelos seus biographos, por exemplo no appendice bibliographico da brochura de Mr. Aubrey Bell e do Prof. Antonio A. Doria. Essa folhetada, hoje de muito escasso interesse, fóra da significação que faz de Damião de Goes um verdadeiro órgão da opinião publica, foi compilada em 1791 pela Academia das Sciencias e parcialmente traduzida com certa liberdade e com dispensa do necessario apparelho bibliographico pelo Prof. Dias de Carvalho, em 1945.

Apesar de todo o comedimento critico de Damião de Goes e da sua pobreza de expressão, uma vez lhe fugiu a penna para a phraseologia quasi official. Foi no folheto *De bello Cambaico secundo Commentarii tres*, Lovanii, 1549, quando teve esta exclamação vaidosa: “Ea enim sunt facta praeclara nostrae gentis, ea magnitudo varietasque rerum, ea novitas insularum climatunque, ed si denuo aliquis Homerus exsurgeret, posset non incommode ex rebus Lusitanicis et Iliados et Odisseae argumentum non fabulose, sed ex vero, componere. Sed haec fortassis alias tentabimus” (Pag. 298 da ed. academica).

Até Damião de Goes, que recebera influencias arejadoras e ampliadoras do seu sentido critico, se collocava na expectativa de um novo Homero para a nova materia heroica, real, não fabulosa, que se lhe offerecia. E mais do que isso: elle, homem de secca imaginação, deixava-se tentar do magno pensamento da epopêa: “Talvez um dia a tentemos...” Não ha noticia de que a desgraçada victima do perverso Mestre Simão Rodrigues tivesse dedilhado a lyra. Em vez de uma epopêa, escreveu aquellas cartas e aquelles memoriaes pungentes, com que do ergastulo da Inquisição reclamava dos seus ferozes perseguidores um pouco de justiça (33).

Ou como possivel poeta epico ou como historiador das Indias, que tambem projectou ser, ou como simples propagandista, o Oriente não deixou de occupar o seu pensamento e esteve bem presente na sua formosa *Urbis Olisiponis Descriptio*, de 1554. Empreendeu essa descripção, porque Lisboa se tornára celebre com o descobrimento das Indias Orientaes, como Sevilha com o das Occidentaes. O seu sentido critico integralisava o panorama da politica dos descobrimentos maritimos: “Ha duas cidades que, nestes nossos tempos, se podem chamar com razão senhoras e rainhas do Oceano, pois por sua direcção e dominio as naus percorrem, hoje em dia, todo o oriente e todo o occidente” (V. a tradução do Prof. Raul Machado, Lisboa, 1937, pag. 17).

Esta largueza de vistas foi, todavia, grandemente prejudicada pela ingenua dissertação ácerca dos homens marinhos ou tritões — prejuizo resgatavel se nella virmos um indice da credulidade geral, que tornaria verosimil e accetavel a prosopopêa do gigante Adamastor.

(33) — Francisco de Hollanda, pensionista de D. João III em Italia para estudar as bellas artes, espirito nada accessivel a assômos heroicos, não deixou de se contaminar um pouco da phraseologia official. Num dos dialogos *Da Pintura Antiga*, quando disserta acerca de themas artisticos ante Miguel Angelo, a quem não podia apregoar as superioridades de Portugal nesse campo, tem esta pequena fuga panyrica: “E sobretudo temos um rei mui poderoso e claro, que em grande assossego nos tempera o rege, e manda provincias mui apartadas de gentes barbaras, que á fé converteu. E (é) temido de todo o Oriente e de toda a Mauritania, e favorecedor das boas artes...” (V. *Da Pintura Antiga*, Porto, 1930, ed. J. de Vasconcellos, pag. 194).

CAPITULO TREDECIMO

UM HEROE PHANTASTICO: LISUARTE PACHECO

Os heroes tambem proliferam e mais que os homens, porque o fazem nos dois sentidos: ascensivo e successivo. A genealogia dos heroes é invertida; são elles que nobilitam os seus antepassados, á maneira da aristocracia chinesa, que tambem caminha de diante para traz, do presente para o passado ou dos filhos para os paes. Entre nós, o caso mais velho é o de Jesus que nobilitou ou sanctificou, em linguagem religiosa, aos paes e aos avós: José e Maria, Joaquim e Anna. Depois, na novellistica, na epopêa e no romanceiro da Edade Media assistimos á multiplicação das familias heroicas, ainda quando o heroe fundador da linhagem tivesse sua realidade historica. Ao lado do homem, como existiu na historia, pode coexistir o heroe, como o desfigurou a lenda. E' o caso do Cid. E a propria lenda pode ter sua evolução ou ser passivel de interpretações varias. E' tambem o caso do Cid, como no-lo mostrou Menéndez Pidal. A multiplicação em successão era coisa mais da literatura escripta, não deixava de explorar a attenção dos leitores: são as dynastias dos Amadises e dos Palmeirins, que duraram seculos.

Ha, porém, outro caso mais flagrante para caracterisar o estado de ebullicão das imaginações: é a criação de um heroe totalmente imaginario, embora se lhe atribuam paes realmente historicos e se o sitúe em ambientes igualmente historicos a lidar com gente que, de facto, existiu. Typico exemplo dessa espontanea geração é aquelle heroe do *Romancero*, Bernardo del Carpio, apparentado com Carlos Magno, mas vencedor das suas hostes, em Roncesvalles. Como succede em obras de livre imaginação, os creadores desse Bernardo del Carpio dotaram-no das mais puras e mais altas virtudes. E' um modelo da pratica do cavallheirismo, é, pelo espirito, irmão gêmeo de Amadis, só mais devotado ás coisas publicas e aos affectos familiares que ás do amor. A grande causa da sua vida é a libertação e rehabilitação dos paes. Tambem no romantismo, quando os poetas, os romancistas e os dramaturgos, inteiramente libertos de preocupações de verosimilhança, creavam as suas personagens, nellas encarnavam o perfeito bem e o per-

feito mal. E a litteratura cavalheiresca tem muito de romantismo, sendo aqui romantismo fuga imaginosa da realidade. E' claro que o lídimo Bernardo da lenda é o dos cantares de gesta e já não o do poema seiscentista de outro Bernardo, D. Bernardo de Balbuena auctor de uma soporífera chronica rimada, *Bernardo o Victoria de Roncesvalles*.

Temos coisa mais curiosa em Portugal, na historia viva, não na litteratura de ficção: é o nascimento de um heroe, armado da cabeça aos pés como Minerva da cabeça de Jupiter e tambem phantastico da cabeça aos pés — Lisuarte Pacheco, filho de Duarte Pacheco Pereira, heroe da India e homem de sciencia ou grande technico da navegação. Não nasceu por entre a espuma das ondas, mas por entre nuvens de fumo e poeira, no fragor das batalhas epicas do Oriente. Ei-lo que surge em Cochim, para enfileirar com seu montante de duas mãos, ao lado do pae e de Affonso de Albuquerque...:

“Então Affonso de Albuquerque se fez prestes com os capitães e toda a gente, que passavam de mil homens, mui luzida gente, a Affonso de Albuquerque com oitocentos homens foi por terra em companhia do Principe, que levava oito mil naires, e mandado por El-Rei que não fizesse mais que o que lhe mandasse o Capitão-mór que ia. E pelo mar mandou ir Duarte Pacheco nos bateis com o resto da gente e capitães nelles das caravellas; os bateis apadezados e concertados d'artilharia como cumpria. O que sabido pelas gentes do Samorim, inda que era muita, houveram medo e começaram a fugir per um só passo que havia na terra: o que sabido por El-Rei mandou recado a Affonso de Albuquerque que se tornasse e deixasse ir os imigos, e sendo todos idos, o Principe ficasse na terra e elle se tornasse; mas já quando este recado chegou, já os nossos andavam na peleja, porque Duarte Pacheco levava um filho seu, chamado Lisuarte Pacheco (que ia com a gente no esquife da nau de seu pae), homem mancebo bem disposto, de idade de vinte annos, de grandes forças e mui dextro em todas as armas, e mormente de uma espada dambas as mãos, o qual mandou remar e chegou primeiro que todos ao passo por que passava a gente de Calicut e saltou em terra com sua espada grande e vinte homens de sua companhia e se metteu tão riço antre os imigos que os seus não puderam seguir após elle, que ficou só antre os imigos.

Ao que chegou o pae com os outros capitães, que poiaram em terra, com que logo fizeram aos imigos largar o passo e os foram levando pelo campo, que vendo o passo tomado, foram commetter outro passo, onde já era chegado o Capitão-mór com o Principe, que logo com sua gente se puseram no campo em seu modo de pelejar, como já disse, que os imigos eram mais de quinze mil naires. Affonso de Albuquerque mandou tocar as trombetas, invocando o nome de Sanctiago, de que era muito devoto, que era cavalleiro de seu habito, e deu nos imigos que os desfez de suas ordens de batalha em que queriam pelejar com o Principe; por onde ficaram todos mui embaralhados e desordenados fora de seus modos, e se puseram em fugida, somente pelejando por sua salvação, porque os nossos feriam nelles fortemente. Duarte Pacheco, que levava as trombetas de Francisco de Albuquerque, as mandou tocar, que foram ouvidas da outra gente do Capitão-mór, todos dando grandes gritas. Duarte Pacheco foi com muita furia per antre os imigos até haver vista do filho, que por andar bem armado com grevas nas pernas, nunca o puderam ferir, e tinha derredor de si mortos mais de vinte, e sendo soccorrido pelo pae com a boa gente que levava, que ficaram espantados, por que viram morto que era cortado em dous pedaços sem ter outra ferida, o pae, que não cuidou que tal filho tinha, chegando a elle o beijou na face e lhe deitou a benção, que elle tomou em geolhos, e o pae após o filho, que por dar prazer ao pae fazia maravilhas em derribar e ferir os imigos. Da outra parte, o Capitão-mór fazendo sua obra, e por outra parte a gente do Principe, com que os imigos se viram tão apertados que se rendiam lá ante a gente do Principe, que com isso não tinham conta senão matar quantos podiam, em tal maneira que o campo ficou livre, coberto do mais de oito mil homens, e dos nossos sómente três, e muitos feridos. Duarte Pacheco se foi juntar com o Capitão-mór, que estava com o Principe, todos com mui grandes prazeres se abraçando, onde sendo dito ao Capitão-mór o feito de Lisuarte Pacheco, que foi por aquella parte vendo o lugar onde pelejava, o tomou nos braços, dizendo: “Filho, Deus vos accrescente pera seu santo serviço!” Elle se pôs de geolhos, pedindo-lhe que o fizesse cavalleiro. Disse o Capitão-mór: “Mais com razão todos devemos tomar essa honra de vossa mão, que toda a deste campo tendes ganhada”. Então o fez cavalleiro com muita solemni-

dade e honras, e assi fez outros muitos cavalleiros. Então o Principe mandou carregar em suas embarcações as armas dos mortos, que são suas honras, e as mandou levar a El-Rei, e no meio do campo mandou armar sua tenda, em que ficou aposentado com sua gente, que assi o mandara El-Rei; e nos bateis se recolheu o Capitão-mór e encarregou toda a gente a Lisuarte Pacheco, que com ella se foi por terra; e á tarde chegaram a El-Rei de Cochim, que já sabia o feito e os estava aguardando na praia, que os recebeu com honras e prazeres, como homem fora de siso, abraçando ao Capitão-mór, dizendo: “Grande castigo destes ao Samorim! Já meus Principes não ficaram sem vingança”. E a Duarte Pacheco, que já sabia o que fizera seu filho, lhe fez grandes honras, dizendo: “Pae do bom filho, rogo-vos muito que m’o empresteis, que fique commigo até est’outras naus em que vo-lo mandarei, porque ficando commigo, não me poderá o Samorim anojar”. Duarte Pacheco com o geolho no chão lhe disse: “Senhor, polo serviço d’El-Rei teu irmão, meu filho e eu te serviremos até acabar as vidas.” El-Rei, com grandes agradecimentos, lhe disse: “Não quero senão a vosso filho, e vós tornaes-vos a Portugal a fazer muitos filhos, que Deus fará tão bons como este”. E se despediu e tornou a suas casas, onde quasi noite chegou Lisuarte Pacheco com a gente que El-Rei veio receber á porta de suas casas, e por lhe fazer honra ficou com elle, dizendo El-Rei que folgara de ter outro Reino pera o fazer Principe delle; e a gente se foi aposentar onde estava o Capitão-mór”. (Pags. 389-392 das Lendas da India, ed. Lima Felner, Tomo I, Parte II, Lisboa, 1858).

Quem não vê nestas paginas de Gaspar Corrêa um quadro de romance de cavallaria? Lisuarte Pacheco nunca existiu. E’ um produto de imaginações escandecidas, que viram no scenario heroico da India o ambiente idoneo para o surto de um heroe cavalheiresco. Lisuarte é nome de protagonista de romances de cavallarias. Lisuarte se chamava o pae de Oriana, a Sem-Par, amada de Amadis, o Donzel do Mar. *Lisuarte de Grecia* é o titulo de uma das muitas continuções do *Amadis de Gaula*. Ha varios Lisuartes na novellistica peninsular, entre elles o filho de Esplandião, neto de Amadis, e o filho do segundo Lisuarte, portanto bisneto do Donzel do Mar. As historias de suas proezas constituem o setimo e o oitavo livros da longa novella, assim extendida através da descendencia do seu heroe inicial,

os quaes se publicaram, respectivamente, em Salamanca, 1510, sob a auctoria de um Paez de Ribera, e em Sevilha, 1514, sob anonymato. De um Lisuarte de Abreu ha noticia, como auctor de um codice quinhentista illustrado, de que fallou o Visconde de Juromenha na sua edição das *Obras Completas* de Camões (vol. 6.º, pag. XIX) e de que se perdeu o rasto. O nome fôra-lhe dado em plena moda do cyclo novellesco dos Amadis. E o do phantastico filho de Duarte Pacheco teria sido preferido não sómente pelo relevo que ostentava Lisuarte na dynastia de Amadis, mas tambem pela coincidencia sonora dos nomes dos dois heroes: o real e o imaginario, Duarte e Lisuarte. Tudo, neste quadro de Gaspar Corrêa, respira ambiente cavalheiresco de novella: o heroe maneja uma durindana de mãos ambas, é invencivel e realiza proezas sobre-humanas, abate mais de vinte inimigos, a alguns corta-os de um só golpe em dois pedaços, e sahe illeso da desproporcionada lucta. Todos se rendem ao seu prestigio dominador, o pae, o rei e Affonso de Albuquerque, de cujas mãos recebe a ordem da cavallaria — num tempo em que taes ritos eram archaicos ou obsoletos. Desde Aljubarrota que a infantaria plebêa occupava o primeiro lugar nos prelios.

O que não nos é possivel é reconstituir a origem desta invencionice, em que o pobre Gaspar Corrêa acreditou e que registrou com toda a ingenuidade. Não a teve o editor, Lima Felner, bom português e bom liberal, que homem de theatro e do jornalismo, mais que da erudição, mas humanitariamente sensivel e escrupuloso, não sentia apreço nenhum pelo acêrvo de crimes que é todo o imperialismo. Este caso é um documento da influencia do cyclo de novellas cavalheirescas na longinqua India, aonde os portugueses tinham levado as reminiscencias das suas leituras do *Amadis de Gaula* e suas continuações, e haviam accendido uma frágua de heroismo, bem a character para lhes revitalisar taes reminiscencias. Duarte Pacheco é que foi tão grande que teve gloria para uma descendencia inventada, como Amadis. O professor Pereira da Silva, que lhe consagrou um comovido estudo biographico e critico sobre a sua actividade scientifica e guerreira, publica e secreta, não lhe encontrou filho nenhum, nem mesmo no seu regresso a Portugal, aonde não veio fazer filhos, segundo o conselho do rei de Cochim, mas veio recolher ingratidões e humilhações da negra felonía do rei Manuel (V. *Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral*, in *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, vol. 1.º, pags. 231-262, Porto, 1921).

CAPITULO DECIMO QUARTO

LEONARDO NUNES E O MORBO HEROICO

Leonardo Nunes foi combatente no segundo cerco de Diu. Considerou isso um privilegio do destino e quiz contar á posteridade o que vira naquelle memoravel episodio do nosso precario dominio na India. Tal assedio occorreu durante o governo de D. João de Castro, que alli perdeu filhos e em pessoa acudiu em soccorro da praça. D. João de Castro não foi só um grande homem de guerra, mestre na arte de combater com forças tão desiguaes e tão distancias da sua base natural, a patria; não foi sómente um perito da sciencia nautica; foi tambem uma poderosa alma, de rija têmpera, superior aos desanimos da adversidade, desinteressado e integro até ao estoicismo. Leitor de Plutarco, foi elle tambem um heroe dos bons tempos das virtudes romanas e spartanas. E não lhe faltaram Plutarcos a celebra-lo, coevos e modernos, da altura de um Jacintho Freire de Andrade e de um Oliveira Martins. Leonardo Nunes foi desses entusiasticos biographos coetaneos. Mas a sua furia de soldado batalhador era maior que a sua inspiração litteraria. Nem fez historia com os bons dotes litterarios que ella comporta na reconstrucção de passadas realidades, nem fez nobre estylo de exaltação, como o de João de Barros ou como o latim de Damião de Goes e de D. Jeronymo Osório. Tambem não é como monumento historiographico, sim como testemunho pessoal, que se deve considerar a sua obra.

Consta esta obra de dois manuscritos, a historia do segundo cerco de Diu e a chronica do governo de D. João de Castro. De ambos deu noticia o sr. Antonio Baião, conhecedor delles por comunicação do seu actual possuidor, o official de marinha, D. Carlos de Sousa Coutinho. Baião publicou um desses manuscritos no volume intitulado *Historia quinhentista (Inedita) do Segundo Cerco de Diu*, juntando-lhe a preciosa correspondencia, tambem inedita, entre D. João de Castro e o governador da praça, D. João de Mascarenhas — que mais tarde obumbrou a sua gloria com a facil collaboraçã que deu a Filippe II, na usurpação. No seu largo prefacio faz uma identificação muito plausivel do auctor não declarado no original da obra com Leonardo Nu-

nes. Grande foi o serviço deste illustre investigador com esta opulenta contribuição documental.

Já hoje o interesse da reconstituição episodica ou dramatica dessas luctas titanicas está muito esmorecido. O verdadeiro interesse dellas está na reconstituição da symptomatologia morbida, ou dessa febre heroica de que proveio a epopêa nacional. Deixemos os textos, um dos quaes permanece ainda inedito, e recolhamos das suas dedicatorias o indice da tal ambiencia lendaria, brotando no lugar onde se militava heroismo tal que parecia superar a condição humana. As dedicatorias eram partes obrigadas nessas obras, não apenas por impulso de submissão num tempo de hierarchia de classes, em que o pensamento não prescindia de esteios, mas tambem como prestação de contas no cumprimento de um dever patriotico, porque nesse mesmo tempo, mais de uma vez o verificamos, os portuguezes não se contentavam já com fazer, queriam que se escrevesse o que faziam. Uma preocupação de sobrevivencia glorificadora estava implicita naquella furia prodigiosa.

Diz Leonardo Nunes na dedicatoria da *Chronica de D. João de Castro*, que está assignada, mas que Antonio Baião não declara a quem é dirigida:

“Se como antre latinos & gregos, hespanhoes & outras nações houvera antre portuguezes tanto cuidado de pobricar perpetua gloria de sua fama quanto ha o bom uso de cousas grandes nhũa vantage lhe fizera o clarissimo & famoso nome de Romanos & gregos (trazendo aos dagora os felices tempos daquelles) mas he antresses tam sobejo o quererem todos fazer tudo pera lhe ficar antes o gosto & interesse militar que o de escrever alheas façanhas que asy como faltam escritores pera isso asy o tempo vae gastando suas cousas que não duram mais que emquanto dura a novidade dellas. E pelo qual e porque meu principal intento foi grandissimo desejo dachar cousa em que pudesse servir Vossa Illustrissima Senhoria, residindo eu na India no tempo que (o) Viso Rey dom Joham de Castro, que Deus haja, a governava, & vendo o cuidado que todos tinham antes da guerra que de fazer memoriados grandes acontecimentos della, quis tomar cuidado de nũa cousa & noutra me ocupar pera que ao menos quando minhas faltas impedissem ficar esta obra em meu estylo desse verdadeira materia a doctos engenhos se per elegante estylo quizerem fazer outro tanto.”

Enumera a seguir três razões circumstanciaes que o determinaram ao seu emprehendimento historiographico -- ser o assumpto de coisas da India, que estavam então confiadas à Illustrissima Senhoria ,a quem se dirige e que pela data se identificaria; referirem-se essas coisas da India ao governo de D. João de Castro, a cuja memoria aquella Senhoria permanecia irrestrictamente fiel; e saber que “tam heroicos e venturosos feitos” terão das illustrissimas mãos o lugar e gloria que merecem ,o que é quasi a mesma coisa que a segunda razão. E conclue Leonardo Nunes: “... sahindome tão bom fruyto deste trabalho muito mais o estimaria que a valia que a Mario deram as batalhas romanas, ainda que destas tirara outra tanta”.

Além do pensamento de constante rivalidade com os heroes antigos, que enche a cabeça dos portugueses do seculo XVI, ha aqui elementos que attestam que o soldado Leonardo Nunes estava bem ao par das ideas essenciaes da historiographia e da litteratura suas contemporaneas: a separação e equiparação entre o trabalho de pesquisa historica e o trabalho de elaboração litteraria, o tal “elegante estylo” de todos cubicado; e a equivalencia, igualmente competidora, entre o bem fazer e o bem celebrar as acções, entre os feitos heroicos e a historiographia de accents heroicos ou epicos.

No prologo da historia do segundo cêrco de Diu, Leonardo Nunes, se é elle o auctor ,sobe de tom e completa a expressão do seu pensamento, fazendo de tal prologo um portico triumphal da obra. Diz elle:

“A culpa do grande descuido, fraqueza e pouco (zelo) que a nossa nação portugûes tem de suas façanhas pera dellas fazer escrituras, resurgiu o meu fraco ingenho que em toda a simpreza estava morto de sua natureza, polo qual não he muito esforçarme a escrever parte dellas porque seu verdadeiro testemunho as fará auctorisadas. Gloriar se ha Tito Livio e Plutarco do que delles neste meu summario deixo esquecido, por falta de juizo que pola ventura elles trabalhosamente comprehenderão segundo são grandes, que cousas podem ser maiores, nê milhores nê mais sanctas nem que a mente humana mais embace que as conquistas del rey nosso senhor em que principe, nem rey christão ha no mundo que tão custosa e trabalhosa e sancta guerra sostenha contra mouros e infieis em terras tão remotas e apartadas de sua conversação quão famoso senhorio he o seu,

o qual põe terror e espanto tantos milhares de legoas de costa! Ante elle estão temendo grão parte dafrica e lhe dão obediencia muitos reys de Ethiopia e Arabia e tem matisados os penedos de suas praias com sangue dos seus naturaes e estrangeiros pelo poder de sua alteza, as terras do Egypto pela frontarya do Monte Sinai com todo o estreito de ambas as partes e a safasma (sic) casa da Meca principal e o senhorio do grão turco estão temerosas, é amado e servido na Persia do real senhorio mauretino e tem debaixo de seus pés toda a terra dos indios, per toda a costa; até dentro de Maluco não conhecem outro senhorio e nos milhares das ilhas sem conto até o fim de todas as regiões que cá são descobertas, obedecem a seus senhorios e ao seu real poder e memorado até ás derradeiras partes da China que está mostrando as espaldas Alemanha, pois nas conquistas destas partes todas que el rey seu padre que Deus haja e sua alteza mandaram descobrir e ganhar pela ponta da lusitania lança que milagrosos casos e façanhosos extremos de cavallaria aconteceram per seus capitães? que cerco e batalhas campaes? que assolamentos de cidades e reinos? que victorias tão invenciveis lhe tem dado Nosso Senhor e se não fôra tratar cousas donde me não souber sahir, quantos capitães illustres e excellentes trouxera a memoria, em que se viram os Decios Brutos, Torquatos e Fabios Africanos donde a excellencia e militar disciplina estiveram lustrando como raios do sol, passaram o Homero e Quinto Curcio, porque viram suas escripturas borradas de inveja e o melhor dellas em todo o esquecimento se a fama não fizera aborto e movera tantos silencios á mingua de escriptores, hei por peccado grave o esquecimento de cousas tão gloriosas e façanhosas venturas pelas quaes o nome verdadeiro de Christo Nosso Redemptor é amado e servido pela summa vigilancia e cuidado real e santo zelo que sua alteza tem da sancta fé catholica, a qual por seu sancto respeito é venerada e adorada das gentes barbaras e silvestres sem nenhũa razão, asi da ilha de Sacatorá como da maior parte da costa do Malavar, como dos Macães e outras nações, onde nunca ab initio foi ter nome christão ás suas orelhas, os quaes tirados do costume paterno e natural, que é nelles propria lei, quebraram seus idolos e os lançaram no fogo, e os seus templos estão consagrados com prégadores naturaes, fumigando os altares com incenso e outros aromaticos cheiros diante de Deus, que

se destas gloriosas e illustres memorias quizera tratar Marco Varrão tãobem esbarrara, porque seus grandes extremos não podem vir á imaginação, não presuma a pluma lusitania que pera maiores cousas está guardada porque posto que sua lança favoreça este cuidado, estes são os milhores tempos pera não poderem já ser cousas maiores, nem tãobem leixe de o fazer por arreçar impresas tão façanhosas, porque como são en serviço de Sua Alteza, Nosso Senhor as fará mui faceis, com a qual confiança esforçando meu entendimento e meu ingenho vestido de nova alma, desejoso de seu serviço, determinei dar licença á minha pluma e barboro estylo pera tratar do que no cerco de sua fortaleza de Diu aconteceu, pela experiencia que tive della de vista, sem pera isso buscar alheio testemunho de todos trabalhos, fortunas, fames e insidias, mortes e miseria de totalas batalhas e victorias que nella se aconteceram, porque inda que summariamente escreve, não vou tão particular nas memoratissimas e gloriosas façanhas factas pelo capitão dom João de Mascarenhas e seus capitães, como seja em serviço del rey nosso senhor, determino de fazer o que sei comprindo com o que devo como bom e leal português são obrigado, confiando que minha tenção me salve das pessimas linguas e mordedores que estão sempre brandindo as pontas com as peçonhas nellas de toda a malicia". (Pags. 3-4 da obra citada).

Ao pensamento de competição com os antigos junta-se agora a ostentosa dispersão geographica das façanhas dos portugueses, a falsa logica da ajuda de Deus que torna fa-
ceis taes prodigios e a crença de que a evangelisação era pos-
sivel e estava já conseguida. O estylo, realmente barbaro
de Leonardo Nunes ou de quem seja, põe á mostra o exag-
gerado orgulho e a falta de sentido das proporções, tomando
esboços e tentativas por definitivas realisações. De novo,
e com bastante realismo, só ha um elemento: a referencia
aos mordedores e á sua peçonha. Foi com aquelle estado
febril de delirio que se creou o clima propicio para o advento
de Camões, mas foi com esta lepra que se precipitou a ruina
do edificio de illusões indianas. Das illusões ficou a epopêa
e ficaram tambem os estabelecimentos orientaes, pequenos
museus historicos da febre heroica de um povo; da lepra
da maledicencia ficou uma endemia nacional.

CAPITULO DECIMO QUINTO

ANTONIO FERREIRA E A IDEA FIXA DA EPOPEA

A pequena obra deste poeta é um documento importante para a historia do convívio litterario na primeira metade do seculo XVI, para a reconstituição da ideologia moral e esthetica que enchia o espirito dum renascentista português do grande seculo e tambem para a historia da critica litteraria, por conter discussão de valores e affirmação de technicas e de methodos de trabalho. Sob este ultimo aspecto já a utilizei na monographia que em 1910 redigi ácerca da historia da critica em Portugal.

Muito poucas, mas muito firmes ideas enchem a obrinha de Ferreira: louvor da lingua portuguesa e necessidade e dever de a cultivar e preferir a todas; panegyrico e pintura da ideal belleza e do ideal amor; dôr da perda desse alvo do amor platónico e desse modelo de debuxo; queixas contra a publica indifferença pela poesia; elogio da simplicidade e da vida retirada, e, em reacção ou contra-partida, caloroso encomio da vida heroica; conselhos de moderação, sabedoria e justiça aos reis e aos collaboradores da governação publica; e exhortações aos poetas amigos para que entoem cantos á gloria portuguesa.

Verdadeiramente estes conceitos da oportunidade da poesia heroica, para a qual repetidamente se confessa inapto, da abundancia de themes nacionaes, da alta funcção da poesia heroica tida por suprema recompensa e poderoso estimulo de novos emprehendimentos foram em Ferreira ideas fixas. Rastreemo-las nos seus versos.

No soneto XXIX do livro II, lamentando o olvido em que jaziam os grandes nomes de Portugal, congratula-se pelo apparecimento dum cantor dessas glorias:

Eis que já vos nasceu hum novo sprito
De cuja voz sereis no Mundo ouvidos,
Por cuja mão sayreis da sepultura.

Duas vidas, dous lumes concedidos
Vos são, de que alça a fama immortal grito,
Vida no verso, vida na pintura.

(Pag. 40 do 1.º vol. da ed. de 1829).

Quem seria este “novo sprito”? Ocorre o nome de Jeronymo Côrte Real, que foi poeta e pintor.

Sentimento quasi analogo se expressa na ode I do livro I, imitada do Livro III, de Horacio:

Fuja daqui o odioso
Profano vulgo, eu canto
As brandas Musas, a hus spritos dados
Dos ceos ao novo canto
Heroico e generoso
Nunca ouvido dos nossos bõs passados.
Neste sejam cantados
Altos Reys, altos feitos,
Costume-se este ar nosso á lira nova.
Acendei vossos peitos,
Ingenhos bem criados,
Do fogo, qu’o Mundo outra vez renova.
Cad’um faça alta prova
De seu sprito em tantas
Portuguesas conquistas, e victorias,
De que ledos t’espantas,
Oceano, e dás por nova
Do Mundo ao mesmo Mundo altas historias.

(Ibidem, pag. 111)

Na ode I do livro II annuncia jubilosamente ao infante D. Duarte, filho de D. Manuel I, que o poeta Pedro de Andrade Caminha se propõe celebra-lo:

Serás escrito, e em alto som cantado
Da grave e doce lira
D’Andrade pera ti só dos Ceos dado,
Que á gloria, a que já aspira,
Igual favor lhe inspira
Teu animo, Duarte,
Planta real, honra de Apollo e Marte.
Aos teus altos tropheus, que levantados
Com tanto espanto, e gloria
Já vejo; aos triumphaes arcos ornados
Das présas da victoria
Alta, e immortal memoria
Dará, vivo na terra
Deixando teu grã nome em paz, e em guerra.

(Ibidem, pag. 129)

Na ode VIII, do livro I, exhorta D. Antonio de Vasconcellos a glorificar no verso heroico os feitos portuguezes:

Té quando assi, cruel, o peito duro,
Das nove irmãs morada
Cerrarás, como ingrato ao dom divino?
Té quando assi negada
Do liquor doce e puro
Nos será a copia, e parte igual devida
Do lume, de que tu foste assi digno?
Não te foy dada a vida,
Não esse sprito aceso em alto fogo
Para ti só; nosso he, o nosso queremos.
Vença já o justo rogo
Á dura força, Antonio, e restituída
Nos seja parte já do que em ti temos.
Eu digo o canto teu, eu digo a lira,
Que te dá o louro Apollo,
Para honra sua e para gloria nossa,
Que d'hum ao outro polo
Soará; já te inspira
Novo furor, ah solta o doce canto,
Contra o qual nunca inveja, ou tempo possa!
Tardas, cruel, e em tanto
Altos Reys, altas armas perdem nome.
Escruece-se o Amor, quem ha, qu'ó abrande?
Quem ha, qu'a cargo tome
As victorias de fama, e eterno espanto
Dos Reys passados, quaes Deos sempre mande?
Altas victorias, em que tanta parte
Tem inda os tão chegados
Teus avós ao Real sangue, ás altas Quinas,
De louro coroados
Por mão do bravo Marte;
Ah porque lhes serão por ti negadas
As altas Rimas de seus nomes dignas?
As bandeiras tomadas
A Reys vencidos em tão justas guerras,
Aquellas fortes mãos, que coroavam
Reys grandes em suas terras
Por ferro, e fogo de tão longe entradas
A ti seu sangue já s'encommendavam.
Mas em quanto tua sorte te não chama
Das armas á dureza.
(Inda tempo virá) com as Musas paga

A antiga fortaleza
Dos teus, á immortal fama
Que por exemplo ao mundo sempre viva
Contra a morte cruel, que tudo apaga;
Outr' hora a chama viva,
Qu' o cego moço, onde quer, acende,
Com teus suaves versos nos abranda.
E a que nos tanto offende
Cruel aljaba sua lhe cattiva.
Isto te pede Apollo, isto te manda.

(Ibidem, pag. 126-28)

Na morte de Diogo de Bettencourt lastima a perda dum
possivel poeta epico:

Tu alçaras ao longe um alto grito
De gloriosa fama; em toda a parte
Se cantára teu nome, e teu escrito.
Aquelle raro ingenho de tanta arte,
Tanto estudo e doutrina culto e ornado
Que versos d'era a Amor, que canto a Marte?
Aquelle raro ingenho tam criado
No vosso seo dos primeiros dias
Por vos, ó Musas, fôra coroadado.
Já crescias nova Hera, já crescias
Novo Laureiro pera dar coroa
A quem tam justamente te devias.
Quem a Mantua fizera igual Lisboa,
Quem a corrente de Arno dera ao Tejo,
E a doce frauta, qu' em Arcadia soa!

(Ibidem, pag. 149-150)

Ser cantado em verso heroico é a recompensa promet-
tida a D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, quando este vol-
tava da India, illustrado por suas proezas na milicia :

Serás cantado pois, serás escrito
Entre os claros spritos d'alta fama,
De que inda tanto ouvimos, tanto he dito.

(Ibidem, pag. 157)

A biographia panegyrica de Affonso de Albuquerque,
escripta por seu filho Braz, merece-lhe louvores como obra
de engrandecimento epico:

Fizeste teus os seus claros louvores,
Dando-lhe eterno assento entre a memoria
Dos grandes Capitães e Emperadores.
E renovaste nelle a antiga historia
Do grande Macedônio, que parece
Mostrar inveja desta nova gloria.

(Ibidem, pag. 162)

Volta a lembrar a D. Duarte que Andrade Caminha se prepara a celebra-lo em verso heroico, para o qual uma vez mais se confessa indotado:

Alto senhor, se a teus altos ouvidos
Chega o som baixo da çamfonha minha,
Seram meus versos tam engrandecidos,
Quanto pera os ouvires lhes convinha.
Outros mayores, que te são devidos,
Já os tentei em vão: que não sostinha
O peso do teu nome alto e Real
Tam fraco ingenho, e voz tam desigual.
Já, Senhor, teu Andrade se apparelha
Ao alto canto desta empresa dino;
Já com todas as Musas se aconselha
Em que modo, em que som mais peregrino
Cante teu nome: e como escolhe a Abelha
Da melhor flor o seu liquor divino,
Assi escolhe o melhor de Appolo e Marte
Para mostrar ao Mundo o grã Duarte.

(Ibidem, pag. 241)

Quando a Infanta D. Maria, filha deste infante D. Duarte, se casou com Alexandre Farnesio, 3.º Duque de Parma, Antonio Ferreira dirigiu-lhes um epithalamio carinhoso e para coroação dos votos de venturas e triumphos, que lhes faz, não encontra outro augurio senão o de serem objecto do canto heroico:

Sempre conformes sêde, spritos raros,
Almas ditasas, almas bem trocadas,
Em versos immortaes sejaes cantadas.

(Ibidem, pag. 272)

A Pedro d'Alcaçova Carneiro, secretario de Estado, deplora que vencendo nós os antigos e estranhos nas façanhas, não os imitemos no bom registro litterario desses feitos:

Aquelles claros feitos, altos ditos
De que os livros são cheos, desprezemos.
Mores feitos ha ca, não tão bem escritos.
Vençamos no melhor, o outro imitemos.

(Ibidem, 2.º vol., pag. 12)

Quando Andrade Caminha se prepara para entoar a tuba epica, Ferreira põe-lhe em relevo o paradoxo que seria cantar as façanhas nacionaes em lingua estrangeira que não seria outra senão a castelhana, que desde o Marquez de Santilhana e os primeiros italianisantes disputava o primado á gallaico-portuguesa:

Havermos nos agora a hum excellente
Capitão português de quantos temos,
De que se espanta e treme o Oriente,
Querer mostrar a ordem, que devemos
Guardar na guerra em lingua estrangeira,
Quam certo, Andrade, he que nos riremos.
Este, dirias, em vez da maneira
Nos querer ensinar como vençamos,
Faz outra gente contra nós guerreira.

(Ibidem, pag. 14)

Tal era a fé na acção exhortiva e promotora de heroismo da poesia epica!

As acções memoradas no verso heroico eram por este mesmo canto offuscadas:

O' quantos, mór fama ganharam
Co a boa penna que outros com a espada!
Quam mais ricas estatuas cá deixaram!
Quanto foy mais sentida e mais chorada
A morte do alto Homero por seu canto,
Que a tua, Achilles, que elle fez honrada!

(Ibidem, pag. 16)

As exhortações a Andrade Caminha repetem-se:

Dos mais claros heroes hum, que cante
Escolha teu sprito, Real sujeito
Tens na alta geração do grande Iffante.
Ergue-te, meu Andrade, arça esse peito
Inflammado d'Apollo, cante e sôe
Igual tua voz ao teu tam alto obgeito.
Ouça-se o grã Duarte, por ti vôe

Pelas bocas dos homês; de sua mão
Inda Pallas ou Phebo te coroe.

(Ibidem, pag. 46)

A limitação do ambiente opprime-o e quasi desespera de ver brotar um alto e novo espirito que seria a almejada inspiração epica, como confessa a Manuel de Sampayo:

Aquella grã rua nova conhecida
Por todo Mundo, que outra cousa conta
Senão da náo ganhada, ou náo perdida?
Ah que triste miseria, ah grande affronta,
Não ousar levantar-se hum bom sprito,
A outro cuidado, outra mais alta conta!
Quam claro aquelle, que ou por feito ou dito
Deixou nome immortal e glorioso
Exemplo aos seus em proveitoso escrito.
Aquelle direi sempre ditoso,
Ou quem fez cousas dignas de memoria
Ou quem pôs em memoria o proveitoso.

(Ibidem, pag. 54-55)

Se era certa a sua propaganda das excellencias e da oportunidade da epopêa, a sua escolha dos heroes não veio a ser sancionada pela posteridade: o infante D. Duarte, que Ferreira apresenta como possivel protagonista dalgum canto heroico, ficou quasi desconhecido da historia:

Em que voz caberás? Onde ao teu raro
Sprito, Duarte, que aos Ceos vay sobindo
S'achará novo Homero ou novo Maro?

(Ibidem, pag. 76)

O premio supremo dos reis justos é ser cantado por um alto engenho poetico:

Este he chamado bom, e grande e Augusto,
Da patria pay, prazer, e amor do Mundo,
Mortal imigo do tyranno injusto.
Este logo d'hum alto e d'hum facundo
Ingenho té as estrellas bem cantado
Voando vay na terra sem segundo.

(Ibidem, pag. 84-5)

E quando o Cardeal D. Henrique é regente do reino, de novo lhe occorre essa idea:

O bem nascido sprito, e culto peito
Mais deseja, mais quer, mais alto voa,
Mais glorioso propõe seu obgeito.
A' gloria, á fama a Triumphal coroa,
Aspira, á alta Trombeta, e vivo canto,
Em que no Mundo o grande Achilles soa.

(Ibidem, pag. 90)

O desejo de engrandecimento patriótico está ainda presente na epistola, em que exhorta Diogo de Teive a prosseguir nas suas obras latinas em prosa e em verso:

No teu verso latino nos renova
Hora outro Horacio, hora outro grande Maro;
Na grave prosa Padua, Arpyno em nova.
Por ti começou já ser grande, e claro
O Portuguez Imperio, igual aos feitos
No Mundo raros teu estilo raro.

(Ibidem, pag. 106)

Sempre soffrendo de impotencia confessa para tão grande empresa, Ferreira não perdia ensejo para ganhar adeptos para a sua propaganda e descobrir o genio épico realisador do seu sonho; em Antonio de Castilho, chronista e guardamór da Torre do Tombo, tambem via talentos vivedouros:

Quando será que eu veja a clara historia
Do nome Portuguez por ti entoada,
Que vença da alta Roma a grã memoria?
Não me foy dado sprito, não foy dada
Igual boca ao grã canto. Bom desejo
Não basta: a ti a alta empresa está guardada.

(Ibidem, pag. 113)

A João Lopes Leitão, antigo companheiro litterario de Lisboa, que então militava na India, recorda a acção bemfazeja da companhia da poesia nos grandes transes, sem esquecer o mais classico dos exemplos:

Tanto mais forte irás contra o imigo
Co o sprito aceso em doce som de gloria,
Quanto das Musas mais fores amigo.
Ao sol da alta trombeta, que a memoria
De Achilles fero ao Mundo renovava,

Encheo o grã Macedonio su'alta historia.
Quantas vezes gemia e suspirava
Com generosa inveja do alto canto,
Que a nova gloria e fama o levantava!

(Ibidem, pag. 116)

A carta a Simão da Silveira é um hymno optimista ás possibilidades da lingua portuguesa para a alta poesia. Nella está incutida a idea de progresso em litteratura, não com a amplitude que o romantismo lhe trouxe, naturalmente, mas no sentido de attingir as mesmas bellezas expressas em latim, em grego e em italiano por meio de linguas formadas e trabalhadas depois:

Quantos antes de Homero mal cantaram!
Quanto tempo Sicilia, quanto Athenas,
Que depois tal som deram, se calaram!
Não criou logo Roma as altas pennas,
Com que de boca em boca vay voando,
Iguaes fazendo ás armas as Camenas.

(Ibidem, pag. 136)

Sem genio, Ferreira era uma typica mentalidade renascentista, com seu culto do heroismo, sua admiração da personalidade voluntariosa, sua sêde de gloria e seus contrastes de desapego das grandezas do mundo; este vinha-lhe do velho estoicismo muito mais que do christianismo — traço que mais accentua a constituição renascentista da sua individualidade artistica e moral. Algum Burkhardt ou Gobineau, que venha a estudar o typismo psychologico dos portugueses do seculo XVI, encontra em Ferreira, atravez da sua expressão poetica pouco fluente, um dos depoimentos mais flagrantes sobre o que era materia de valor para esses homens de prodigio. Olhavam a criação de uma epopêa como um feito equiparavel á facanha que nella se memorava.

Mesmo um espirito de tão decidida inclinação critica e tão pouco imaginoso, como Damião de Goes, chegou a sentir a atracção desse sonho esthetico. Recordei já essa curiosa confissão do historiador (V. Cap. XII).

Jorge de Montemór, fundador do pastoralismo iberico, tambem pensou em celebrar num poema "o descobrimento da India Oriental", segundo attesta o impressor Lourenço Craesbeck na dedicatoria da sua edição de *Los Siete Libros*

de la Diana, de 1624. Diogo de Teive exhortava o rei D. Sebastião a empreendimentos heroicos contra os infieis (V. *Epodos*, pags. 91 e seg. da edição de Lisboa, 1786) e tomava, elle mesmo, perante D. André de Noronha, o compromisso de immortalisar em verso heroico os feitos dos reis “lysiadas”. Já então corria a palavra “lusiadas” posta a circular entre nós por Lucio André de Rezende (34) por meio do seu *Erasmi Encomion*, de 1531, mas que já era conhecida fóra de Portugal desde 1516 (35).

-
- (34) — Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Lucius Andreas Resendius Lusitanus, inventor da palavra “Lusiadas”*, in *Instituto*, Coimbra, 1905, vol. 52.º, pags. 241-250; mesma auctora, *Lucius Andreas Resendius Lusitanus*, in *Archivo Historico Português*, Lisboa, 1905, vol. 3.º, pags. 161-178; Antonio Francisco Barata, *Ultima verba-André de Rezende, Lucio? Resposta e additamento a um artigo da Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos...* — “*Archivo Historico*”, Evora, 1905, 19 pags.
- (35) — Acêrca da prioridade da invenção da palavra “lusiadas” veja-se o eruditissimo artigo de Alfredo Pimenta, *Os Lusíadas, por Luiz de Camões, qualquer edição integral*, in *Diario de Noticias*, de Lisboa, 24 de Fevereiro de 1933, no qual recorda ou, melhor, revela que a palavra que intitula o poema nacional fóra empregada já em 1516 por Luiz Celio Rhodigino, humanista italiano, professor em Milão e auctor dos *Lectio-num Antiquarum Iibri XXX*. Ha nessa obra, no livro IV, pag. 169 da edição de 1516, exemplar conservado na Bibliotheca Nacional, o seguinte passo: “Juniores aetivos transmittunt ardores per delicias maximas apur nympharum antra, quas dicunt Lusiadas”. Qual o processo pelo qual a designação de umas nymphas lascivas se transformou na designação apologetica de um povo e no titulo da epopêa que o celebra? E teria havido continuidade historica e semantica na vida da palavra?
- Por amnesia de fadiga ou velhice ou pelas circunstancias do meu trabalho — de cór, por quartos de hoteis, de paiz em paiz, — baralhei, num prefacio ao *Casamento Perfeito*, de Paiva de Andrada, os nomes de André Falcão de Rezende e Lucio André de Rezende. Tambem muitas vezes troco os nomes dos filhos e dos netos, apesar de me serem mais conhecidos que os Rezendes do seculo XVI. Logo um joven professor de português se alvoroçou com a descoberta e, editando um opusculo da nossa litteratura fradesca, proclamou aos povos a noticia do meu “notavel engano”. Agradecendo rendidamente, prometto retribuir lançando aos ventos com igual alvoroço algum notavel acêrto futuro do joven professor.

CAPITULO DECIMO SEXTO

A EPOPÊA E O MECENATISMO

Uma idea muito do seculo XVI, bebida nos exemplos classicos, é a indispensabilidade do mecenatismo á epopêa: sem Augustos e Mecenas, generosos protectores dos poetas, não pode haver canto heroico, ou porque tão alta empresa exija a despreocupação economica ou porque sem altos estímulos falleça aos poetas o animo. Camões perfilhou esta idea, mas a sua vida é um pleno desmentido dessa presumpção. Sá de Miranda, muito antes, pede ao Duque de Aveiro que dê a sua estima à poesia (Egloga 3.^a) e louva alguns grandes do mundo que souberam amar as letras (Carta IV). Mas Diogo Bernardes é que é o pontifice d'esta idea. Ella foi tão insistentemente repetida e pretendeu estabelecer tão estreita ligação entre o favor dos grandes e a inspiração épica que se tornou uma indigna mendicidade, fazendo de Bernardes um antecessor de Tolentino no envilecimento ethico da arte.

Ao magnate desconhecido, a quem dedica a egloga XI, expõe essa estranha philosophia poetica, que repete a Luiz de Alcaçova Carneiro (V. *O Lyra*, pag. 138-9 da ed. de 1820), a Christovam de Moura (Ibidem, pag. 243) e a Pedro Alvares Pereira (pag. 249). Punha o estímulo dos Mecenas acima da propria inspiração, como causa determinadora da obra de arte; assim se depreheende da sua confissão a Antonio de Castilho:

Pesa-me não poder em nova historia
Dos Lusitanos Reys a origem clara
Levar ao templo da immortal memoria.
Não por falta de ingenho e invenção rara,
Estilo e arte, que Febo em tal sogeito
Desusados conceitos me inspirara.
Mas sabes de que nace este defeito?
De não ver neste tempo hum novo Augusto
A quem tão bom trabalho seja aceito;
Logo necessario he, não digo justo,
Negar-me a meu desejo, por buscar
Cousa que á pobre vida faça o custo.

(Ibidem, pag. 177).

Tambem nas obras de Pedro de Andrade de Caminha estão repetidamente declaradas ideas e formas de sentir analogas: apologia do espirito heroico, sublimidades da gloria, a epopêa como suprema recompensa da gloria, louvores aos poemas de Jeronymo Côrte Real e Pereira Brandão, e epitaphios numerosos de sabor epico. O que fica mal parado nas epistolas é nas odes de Caminha é o criterio de escolha dos heroes e das façanhas dignas de serem celebradas em epopêa, grandes personagens ainda vivas que poderiam amparar o seu canto, como eram o Infante D. Duarte e os esposos Farnesio.

Vê-se que antes, muito antes que os estados totalitarios do seculo XX creassem os serviços da litteratura dirigida, os poetas se offerciam para constituir um departamento predecessor de litteratura protegida.

Tambem esta idea da necessidade e oportunidade dos Mecenas a herda Camões, mas transfigurando-a com elevação nova, como faz a toda a realidade e a todos os lugares communs da ambiencia lendaria, quando os cõa através do seu genio poetico.

No canto V, estancias 93.^a a 100.^a, fechando-o com algumas reflexões tanto do seu gôsto, faz depender o espirito heroico e suas façanhas do louvor poetico delle; e este louvor, que suscita mais emulação que as proprias façanhas, deriva-o da estima geral ou da sua cotação social, não da protecção pecuniosa dos grandes do mundo. Não é o poeta que deve ser um ente privilegiado na sociedade; é a poesia que deve ser um ministerio sublimado. E quer tambem que os grandes capitães sejam letrados, como foram Octavio, Cesar, Scipião. E desses velhos exemplos extrahe esta conclusão que forma um flagrante contraste com a apologia da ignorancia valentona ou da ignorancia como condição da bravura, que encontrámos no bispo Jeronymo Osorio (V. Cap. X):

Em fim não houve forte Capitão
Que não fosse tambem douto, e sciente,
Da Lacia, Grega, ou barbara nação,
Senão da Portuguesa tão sómente.
Sem vergonha o não digo, que a razão
D'algum não ser por versos excellente,
E' não se ver prezado o verso, e rima;
Porque quem não sabe a arte, não a estima.

Mas uma coisa eram os anêlos do poeta, de dignificação da arte e do saber, e outra a realidade. E esta dava razão ao bispo de Silves:

Mas o peor de tudo é que a ventura
Tão asperos os fez, e tão austeros,
Tão rudos e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada d'isso.

O que o poeta não herda é o gôsto da adulação. Muito ao contrario, nas estancias 83.^a a 86.^a do Canto VII, expõe como que um compromisso ethico de respeitar a pureza e a justiça dos louvores que a sua lyra entoar, só gastando o favor das musas com quem o merecer:

Dae-m'ó vós sós, que eu tenho já jurado
Que não n'ó empregue em quem o não mereça,
Nem por lisonja louve algum subido,
Sob pena de não ser agradecido.

E enumera depois, com grande individuação, os casos dos “subidos” que de seus versos excluirá: os que antepuserem o seu proprio interesse ao bem commum e do rei; os ambiciosos que tripudiam no poder; os versateis por demagogia; os que por adulação para com o rei roubam o povo; os que têm duas justças, uma para com o rei e outra para com a “servil gente”; e os que julgam mesquinha-mente os trabalhos alheios que não passaram...

Referi-me principalmente á procura de Mecenas e ás lamentações pela falta d'elles, em quanto respeita á poesia epica, mas bom será não esquecer que toda a intelligencia buscava então amparo, como superfluidade cara, ao lado dos immediatos e altamente cotados serviços das armas. As dedicatorias das obras litterarias e scientificas a gente grada outra coisa não eram senão requerimentos de boas sombras protectoras . Damião de Goes, que não era poeta, enumerou na sua *Urbis Olisiponis Descriptio* as condições precisas para se poder fazer boa historiographia: em primeiro lugar, templo livre e longo; em seguida paz de espirito e isenção de empregos; e por fim “o favor e auxilio dos Principes que fomentem e remunerem a diligencia e o trabalho das investigações” (V. pag. 15 da trad. do Prof. Raul Machado).

A idea, ou a opinião, vinha de longe, da epocha do proprio Mecenas, em que Valerio Marcial ousára affirmar: que, onde surgisse um Mecenas, logo appareceria um Virgilio... (V. Gedeman, *Hist. de La Literatura Latina*, pag.s 127-8, ed. hesp.).

CAPITULO DECIMO SETIMO

O DESCONTENTAMENTO ANTI-HEROICO

Com o andar dos tempos, a viagem da India assumiu proporções de prodigio e esse processo engrandecedor attingiu os successos e sentimentos que a precederam e acompanharam, sem esquecer o rumor do descontentamento popular. Echos dessas vozes de protesto, que não eram exclusivamente populares, encontram-se em chronicas de indole tão diversa, como as de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros.

Diz o primeiro: “E ao embarcar sahiram todos em procissão de Nosso Senhor de Belem, que é agora um mosteiro da Ordem de S. Jeronymo, e iam em pellote e cirios accesos nas mãos e os frades rezando: e já co elles a maior parte da gente de Lisboa, e a mais della chorava com piedade dos que se iam embarcar, crendo que haviam todos de morrer” (*Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, Coimbra, 1554, Liv. I, Cap. II).

O segundo chronista já antes consignára a resistencia da opinião contra as expedições do Infante D. Henrique e os votos contrarios á viagem de procura do caminho maritimo para a India, emittidos nos conselhos reaes. Nos primordios dos descobrimentos, essa resistencia era feita de impericia na arte de navegar e de mêdo supersticioso do Mar Tenebroso, thema de lendas que intimidavam a maruja. No tempo de D. Manuel I, essa resistencia era já politica e fundava-se em ideas: “Sobre o qual caso, no anno seguinte de noventa e seis, estando em Montemór-o-Novo, teve alguns geraes conselhos, em que houve muitos e diferentes votos, os mais foram que a India não se devia descobrir. Porque, além de trazer comsigo muitas obrigações por ser estado mui remoto para poder conquistar e conservar, debilitaria tanto as forças do reino que ficaria elle sem as necessarias para a sua conservação. Quando mais que, sendo descoberta, podia cobrar este reino novos competidores, do qual caso já tinham experiencia, no que se moveu entre el-rei dom João e el-rei dom Fernando de Castella, sobre o descobrimento das Antilhas, chegando a tanto que vieram repartir o mundo em duas partes iguaes para o poder descobrir e conquistar. E pois desejo de es-

tados não sabidos movia já esta repartição, não tendo mais ante os olhos que esperança delles e algumas amostras do que se tirava do barbaro Guiné, que seria vindo a este reino quanto se dizia daquellas partes orientaes! Porém, a estas razões houve outras em contrario, que, por serem conformes ao desejo de el-rei, lhe foram mais acceites”. (*Asia, Primeira Decada*, Liv. IV, Cap. I, Lisboa, 1552).

Depois, este chronista, mais sensivel do que outro qual-quer ao processo de assimilação e recreação lendaria, que o espirito nacional ia fazendo da viagem maravilhosa, não esquece esse pormenor no quadro da partida dos navios e registra esse rumor popular no seguinte passo:

“No qual acto foi tanta a lagrima de todos que neste dia tomou aquella praia posse das muitas que nella se deramam na partida das armadas, que cada anno vão a estas partes que Vasco da Gama ia descobrir, donde com razão lhe podemos chamar praia de lagrimas para os que vão, e terra de prazer aos que vêm.

E quando veio ao desfraldar das velas que os mareantes, segundo seu uso déram aquelle alegre principio de caminho, dizendo boa viagem, todos os que estavam promptos na vista delles, com uma piedosa humanidade dobraram estas lagrimas e começaram de os encommendar a Deus e lançar juizos segundo o que cada um sentia daquella partida” (Ibidem, Cap. II).

Damião de Goes, historiador official, mas de intenção critica e mediocre escriptor, nada registrou desse rumor; na sua *Chronica de D. Manuel*, de 1567, apenas escreve:

...hos quaes partirão do porto de Bethlem aos dous dias do mês de Julho do mesmo anno de mil quatrocentos e noventa e sete, do que agora não direi mais, por ser necessario fallar nos negocios do Regno, em quanto elles fazem sua viagem”.

Assim fecha o cap. XXIII da 1.^a parte; quando volta a fallar da viagem no cap. XXXV nada mais diz desse rumor de descontentamento.

Menos ainda disse Gaspar Corrêa, que era mais indigente de imaginação, embora muitos discursos inventasse. Aqui, pobreza de imaginação quer significar falta de sensibilidade psychologica para auscultar e perceber os signaes da opinião publica. E quanto a espirito critico, noutro lugar se diz o que tal coisa nos suggere. Nas *Lendas da*

India, a partida de Vasco da Gama está consignada nestas breves linhas:

“E sendo dia de Nossa Senhora de Março, todos ouviram missa e logo s'embarcaram, e deram á vela e sahiram do rio, indo El-Rei no seu batel os acompanhando e fallando a todos com benções e boas horas se despediu delles, ficando sobre o remo até desaparecerem, como parece desta pintura da cidade de Lisboa” (Pag. 15, Tomo I, Parte I).

A falta de espirito critico está aqui á vista, por apresentar uma versão falsa a respeito do rei, que não assistiu á partida e menos ainda os foi acompanhando e lhes fallando do seu batel, como em passeio fluvial.

Mas o processo de amplificação lendaria prosseguiu sempre, através da imaginação popular e dos espiritos mais sensiveis que o pobre chronista oriental, continúa até D. Jeronymo Osorio, sensibilidade de largo vôo, o recolhe amadurecido, como o recolheu Camões.

A chronica panegyrica *De rebus Emmanuelis gestis* foi cscripta a pedido do Infante Cardéal D. Henrique para propagandear no estrangeiro em lingua mais divulgada que a portuguesa os feitos do rei venturoso; não se baseou em grandes investigações pessoaes, assentou confessadamente sobre a *Chronica* de Goes e em algumas apostillas da lavra de Osorio. O seu proposito era exaltar essas façanhas orientaes, em torno da pessoa do rei e dum pensamento religioso: que todos aquelles feitos portentosos só se puderam executar com a clara ajuda de Deus.

Ora a. pags. 16-17 da ed. de Colonia, 1597, D. Jeronymo Osorio, a quem se não pedia historia nova, mas serviços de divulgação de grande latinista, celebre em toda a Europa renascentista, escreve sobre a partida de Vasco da Gama:

“Neq. solum homines religiosi: sed reliqui omnes voce maxima cū lachrymis a Deo precabantur ut bene et prospere illa tā periculosa navigatio omnibus eueniret, & uniuersi re bene gesta incolumes in patriam redirent. A multis tamē interim is fletus atq. lamentatio fiebat, ut funus efferre viderētur. Sic enim dicebāt. En quo miseros mortales prouexit cupiditas & ambitio? Potuitne grauius supplicium hominib. istis constitui, si in scelestu aliquod facinus admisissent? Est enim illis immēsi maris lōgitudo peragranda, fluctus immanes difficilima navigatione superandi, vitae discrimen in locis infinitis

obeundum. Non fuit multo tolerabilius, in terrâ quouis generis morti absumi, quam tam procul a patria marinis fluctibus sepeliri? Haec & alia multa in hâc sententiam dicebant, cum omnia multo tristiora fingere prae metu cogerentur Gama tamen..."

Ou na tradução de Filinto Elysio, de 1804:

E então não somente os Religiosos, mas todos os mais em altas vozes e os olhos cheios de lagrimas pedião a Deos, que tão perigosa navegação lhes fosse a todos prospera e boa; e que tendo dado bom acabamento a aquelle feito, voltassem todos á Patria com salvamento, e já mesmo entre muitos se levantava tal pranto e taes lamentos, que disseras os levavão ao moimento, prorompendo nestas lagrimas: "Ah miseros mortaes, onde nos arrojou tal ambição e tal cobiça! Que mais horridas justiças farião nestes coitados a terem n'algum facinoroso crime descahido! Tão longos e desmesurados mares que tem de perpassar, tão despiedadas montanhas de ondas, que tem de atravessar, e os riscos que em tantas paragens lhes estão a vida ameaçando! Não lhes fora mais comportavel acaballos com qualquer feição de morte, que lançallos em tal desvio da Patria a huma campa de salgadas ondas?"

Estas e outras muitas vozes a este sabor dizião, quando ainda no peito lh'as representava mais maviosas o receio, emquanto o Gama..." (Da vida e feitos de D. Manuel, vol. 1.º, pags. 51-52, Lisboa, 1804 e pags. 36-37 do 1.º vol. da ed. de 1944).

A critica tradicional de fontes poderia apontar este passo de Osorio como directamente inspirador de Camões, visto que a chronica *De rebus Emmanuelis gestis* é de 1571 e os *Lusiadas* são de 1572. Mas á luz da theoria, que faz da epopêa a coordenação dum cyclo mythico anterior ao poeta ou rhapsodo, a explicação é muito outra. A recordação desse aspecto da partida de Vasco da Gama, o rumor do descontentamento, que não interessou o espirito critico de Damião de Goes, só attento aos factos escorreitos, foi avolumando com o tempo; em 1553 João de Barros registra-o na forma que transcrevi; e no fim do terceiro quartel do seculo o seu processo lendario está tão adiantado que um apologista historico, como D. Jeronymo Osorio, o recebe em 1571 na forma ampla, quasi acabada que reproduzi, e um poeta, como Camões, o recolhe e completa nesse

admiravel symbolo do Velho do Restello, verdadeiro contraste do sentido vulgar ao espirito heroico e aventureiro, que queimava a alma dos portuguezes do grande seculo, mas ainda numa clave de composta dignidade, sem o aspecto burlesco do Sancho de Cervantes (36).

-
- (36) — O episodio do Velho do Restello, sob o ponto de vista das suas origens e da sua significação no corpo da epopêa camoneana, foi estudado modernamente por dois mestres dos estudos camoneanos: o Prof. Afranio Peixoto e o Prof. F. Rebello Gonçalves. O primeiro recorda estes mesmos antecedentes da historiographia nacional e, quanto aos artificios rhetoricos e aos sentimentos dominantes na falla do Velho, algumas possiveis fontes classicas, para concluir com agudeza critica: “ bastava um rudimento de logica, a contradicção, tão humana e tão necessaria, para inspirar a Camões, ao lado da empreza de Gama, que elle sublima, a sombra que lhe é a objurgatoria do velho do Restello, como para uma perspectiva magnifica: seria então recurso de arte, tão indispensavel que o poeta, se não lhe toma o partido, o faz ouvir com elevação e magestade que nunca se esquecem, uma vez lidas e sentidas aquellas estancias, embora lido e admirado todo o seu contraste, o poema inteiro. O velho do Restello, por si só, é como um côro de tragedia antiga, que falla á razão, com o bom senso popular, com a experiencia da idade, e tambem para não ser ouvido ou attendido...” (V. *Camões e o Brasil*, Lisboa, s. d. (1932?), pag. 200-201). Tomando esta ultima idea, caracter coral com conteúdo de tragedia antiga e analoga funcção, o Prof. Rebello Gonçalves elaborou a sua monographia *A falla do Velho do Restello*, de uma erudição humanistica verdadeiramente insuperavel, que demonstra o accentuado cunho classico do episodio pela sua significação a dentro da estructura do poema, pela philosophia que encerra e pela phraseologia que a expressa e que tem, toda ella, flagrantes antecedentes no theatro e na poesia dos antigos (V. *Dissertações Camoneanas*, São Paulo, 1937, pags. 91-177). A investigação do Prof. Rebello Gonçalves tem implicito um conceito sobre a génese das epopêas e sobre a critica de fontes, que noutro lugar discutimos um pouco.

CAPITULO DECIMO OITAVO

A JUXTAPOSIÇÃO DAS RELIGIÕES

Uma grande obra de arte deve deixar-nos uma sensação de unidade na sua inspiração creadora e no seu pensamento. Uma sonata, um concerto, uma symphonia têm sempre essa unidade, ainda que se componham de movimentos diversos, cada um com seu character e até com sua origem historica, pois essas grandes formas musicas constituiram-se por juxtaposição de outras elementares, como na poesia o soneto. O exemplo parecerá desproporcionado, porque ao lado da magestade riquissima da musica a arte da palavra articulada é coisa pouca.

Quando uma grande obra de arte é interrompida na sua realisação, tarde ou nunca pode ser completada, porque jamais se repete aquelle jacto de inspiração creadora de que nascera. A arte, no plano superior dos dramas da consciencia, é coisa muito differente da habilidade tecnica para usar os meios expressivos della. Esta a razão por que têm falhado todas as tentativas para completar o que os musicos e os poetas têm deixado incompleto. Se um pintor interrompe a fixação, na sua paleta, de certo cambiante de luz poente, nunca mais tornará a ver aquelle matiz subtil, porque a luz e os olhos que a viam não tornam a encontrar-se.

Quem deixa a leitura dos *Lusiadas* e abarca o poema num relance, para ver o conjuncto da sua estructura interna ou architectural e se confirmar na presença dessa coherencia de travação, dessa harmonia e dessa unidade, vê levantar-se-lhe dois problemas estheticos. O primeiro é muito antigo, porque era muito evidente; mesmo depois de resolvido ou de explicado pelo menos, continúa a pairar como um senão no nosso enlêvo. É a coexistencia e a interpenetração das duas formas oppostas de maravilhoso: o mythologico pagão e o christão. Ninguem pode evitar o choque dessa incongruencia. Os deuses do Olympo contrariam ou ajudam os portuguezes, mas estes só ás divindades christãs dirigem as suas preces na hora do perigo e as suas graças na hora do salvamento e do triumpho. Agitam-se os deuses pelas espheras, descem á Terra, a combatê-los e a ajudá-los; Bacho chega ao extremo de se disfarçar em adora-

dor do Deus dos christãos; Venus e as nymphas do mar oppõem os peitos delicados ás quilhas dos navios, para os desviar do fundeadouro em que se preparava a sua perdição. E os portuguezes de nada se percatam. Só ao seu Deus endereçam a sua fé esperançada, embora nunca encontrem o rasto da protecção d'elle, não se querendo ver no patrocínio dos deuses do Olympo a mão mysteriosa da Providencia, que, segundo escreve direito por linhas tortas, pode levar á verdade pelo caminho da mentira. E por fim, a deusa Thetys mostra-lhes e descreve-lhes a machina dos mundos e, apontando-lhes a Terra, scenario das miserias humanas, prophetisa-lhes os seus triumphos no Oriente, e acaba por confessar que todas as divindades olympicas são fabulosas e apenas servem para adorno poetico... Esta incoherencia jamais se esquece, mesmo depois de cabalmente explicada, porque a deliciosa mentira da arte é uma mentira que se acredita, que não patenteia brechas por onde entre a verdade inferior ou quotidiana, é uma mentira que se desprende para sempre da realidade, é uma perpetua supra-realidade mais duradoura que a vida.

Esta incoherencia custou muito cara a Camões, porque foi o obstaculo principal á justiça da critica. Nella se fixou Voltaire e com a sua frivola condemnação exerceu uma influencia malsã. A critica allemã, para erguer o poeta á sua legitima estatura, teve de investir logo de inicio com esse obstaculo (V. Prof. Harry Meyer, "*Os Lusíadas*" no *Romantismo allemão*, in *Occidente*, Lisboa).

A explicação desta incongruencia é facil. Camões é um espirito de pura mentalidade renascentista, mas escreveu o seu poema já em plena Anti-Renasença ou na phase do abortamento da Renasença, que em Portugal começa com João III, o rei tórvo e fanatico. Na mente dos homens mais representativos da Renasença a Antiguidade pagã era uma zona de refugio esthetico, de vida superiormente vivida, com jovialidade optimista e coragem de se ser quem se era e com o enriquecimento daquella mythologia symbolica, interpretadora dos problemas da vida, humanamente vivida. Todo o alto clero se deixou contagiar dessa velha alegria de viver e de julgar e comprehender a vida como coisa distincta da morte, como benção do ceu, como enlevo esthetico ante a forma e a côr. Um historiador da philosophia, Alfred Weber, descreve nesta breve synthese a juxtaposição religiosa dos espiritos no periodo aureo da Renasença: "A maré do classicismo subiu até ao throno pontifical, e sabe-se como Leão X e o seu secretario Bembo pre-

feriam Cicero á Vulgata. No espirito dos altos dignitarios da Igreja, como nas preocupações dos sabios laicos, dos poetas, dos artistas, a religião de Virgilio e de Homero substitua-se á de Christo, o alegre Olympo ao severo Golgotha, Jehovah, Jesus, Maria tornavam-se Jupiter, Apollo, Venus; os santos da Igreja confundiam-se com os deuses da Grecia e de Roma, numa palavra, regressava-se ao paganismo". (*Hist. de la Philosophie Européenne*, Strasburg, 1905). Este pensamento está desenvolvido e documentado amplamente em todos os mestres dos estudos sobre a Renascença, como phenomeno historico e como revolução psychologica: Burckhardt, Symonds, Gobineau, Taine, Voigt, Rossi, Monnier. As raizes da inspiração poetica de Camões estayam na Renascença, em sua hora mais clara e mais pura. Sem essa identificação espiritual, que era coisa muito diversa do bom conhecimento dos auctores gregos e latinos — o tal bom ensino coimbrão de que falla K. G. Jayne — não poderia Camões sentir tão profundamente, tão luminosamente, como sentiu, a pura essencia renascentista que animava as explorações geographicas dos portuguezes. Mas na mente do poeta havia tambem alguns compromissos sem remissão. E são esses que nos ajudam a comprehender esta juxtaposição dos dois planos religiosos e a subalternisação axiologica de um ao outro. Não me refiro áquella triste estancia LXXXII do canto decimo, que foi innegavelmente pedida pela censura ou quiz prevenir tal exigencia. Combinando-a com dizeres do sympathico censor Frei Bartholomeu Ferreira, temos disso uma confirmação documental. Só trato aqui dos dois grandes mundos religiosos: o mythico antigo e o maravilhoso christão.

Essa dualidade não provém sómente da dualidade dos espiritos renascentistas, que na Antiguidade, interpretada pela mythologia e expressa pelas letras classicas, descobriram subitamente um capital de espirito muito mais rico e muito mais humano que o estreito mundo gothico ou biblico. Essa dualidade derivava tambem dos compromissos herdados do seu ambiente por Camões. Os *Lusíadas* demonstram uma these, demonstram-na como fazem suas demonstrações os poetas: creando uma ficção emotiva e dando um relevo immortal ás suas ideas fixas.

De toda aquella phraseologia, que fui recortando dos auctores portuguezes anteriores e coevos de Camões, e tambem dos humanistas estranhos que pelos descobrimentos maritimos se interessaram por impulso de intellectual curiosidade, dois lugares communs predominam: as faça-

nhas dos portugueses superam as dos antigos, quer as historicas, quer as fabulosas, porque eram reaes e documentadas por factos de todos presencados, porque as suas viagens eram incomparaveis pela extensão e pelos riscos ás que Homero e Virgilio haviam celebrado, porque os inimigos domados eram desproporcionadamente mais poderosos; e, finalmente, taes viagens serviam a causa da expansão da fé, levando o combate á distante retaguarda do mundo musulmano e convertendo povos de outras fés.

Naquella febre heroica de embriaguês e deformação da realidade, que fez delirar os portugueses do seculo XVI, sobretudo os do reinado de D. Manuel I, os dois symptomas predominantes eram esses: o espirito de rivalidade com os antigos e o espirito de cruzada. Mais nenhum povo os sofreu com tal intensidade. Os italianos mais identificados com a Antiguidade queriam recapitulá-la, jamais pensaram ou creram possivel ultrapassá-la; e a cruzada para elles e para todos os povos europeus era exclusiva ou limitadamente mediterranea, e culminou na batalha de Lepanto, que trouxe o sossego definitivo á Europa. Por isso houve, na Italia e na Hespanha, cyclos epicos em tórno dessa batalha, cyclos fracassados, porque nenhuma das obras perdurou na emoção collectiva.

Camões herda do seu ambiente esse duplo pensamento, a these da superação dos antigos e o caracter de cruzada das explorações geographicas. E toma-o para these ou pensamento central e dominante da sua epopêa. Tal pensamento está logo enunciado na proposição e na dedicatoria ao rei Sebastião e é a chave do primeiro grande episodio: o concilio dos deuses. Por que se reúnem os deuses a discutir e por que tomam alguns delles a defeza dos portugueses? Porque um deus os combate, um deus que foi conquistador da India e sabe que elles, chegando lá, vão offuscar toda a sua gloria. Este deus, cujo desthronamento de seu pedestal heroico, os portugueses vão realizar com seus feitos, não os abandona mais com seu odio intrigante e desce a todas as simulações e expedientes. Portanto, a accção tinha de se desenvolver em dois planos: o da velha mythologia, porque são desse mundo mythico os rivaes dos portugueses ou as futuras victimas dos seus prodigios, e d'elle tambem têm de ser os seus defensores, pois com deuses só deuses se podem haver. Homens que façam frente a deuses só uma casta delles conhece o poeta: os proprios portugueses. A cada passo, na sua longa demonstração da these

de superação dos antigos, repete esse pensamento fixo, que não era delle, era do ambiente, era de todos os portugueses doentes da febre heroica. E vai fazendo suas comparações de avaliação.

A proposição e a dedicatória são verdadeiramente um enunciado de thesè e uma exemplificação do processo de demonstração historica e de apologia que se vai seguir.

Os portugueses navegam e combatem com os homens e os elementos, e os deuses vão-nos seguindo com suas ansiedades, suas intrigas e seus expedientes de contrariedade ou de ajuda. E' o mundo sobrenatural que paira como um halo em tórno das pobres casquitas de noz que erram pelos oceanos. Mas no mundo historico ou real, cujo eixo é a viagem de Vasco da Gama, ha uma entranha tambem sobrenatural: é a intimidade da consciencia religiosa dos marujos e do poeta, neste sobrecarregada talvez por influencia das caligens do meio, já então fóra do rythmo da Renascença geral. A contradicção existe innegavelmente, mas só é imputavel á concepção poetica da epocha: uma epopêa, sendo uma apologia heroica, tinha uma estructura fixa, como a eloquencia forense, e depois a religiosa tambem, obedecia a canones, que se tinham por conquista da arte ou da expressão. Os exemplos triumphaes de Homero e de Virgilio indicavam o caminho que devia seguir quem pretendesse fazer outra apologia heroica. Inutil repetir aqui tudo que se diz a esse respeito nas preceptivas e nos tratadistas theoricos dos generos litterarios. O essencial é aceitar a idea de que o poema de Camões é a demonstração de uma these collectivamente formulada e que essa demonstração foi feita pelo unico processo conhecido na epocha para chegar á apologia heroica: a interferencia dos deuses nas accções humanas e a lucta delles no baixo plano das accções humanas (37). O que faz Camões é applicar o processo poetico-demonstrativo a um novo material historico, as viagens dos portugueses, e impregná-lo de um novo pensamento, aquelle designio de rivalidade, que só por si dá um caracter de contradicção interna á Renascença portuguesa, na sua vida de relampago. Essa lucta com os deuses tem um auge immortal, que é a sublimação do genio de

(37) — Lugares em que o poeta recapitula a sua these e adduz casos concretos em defeza della: Canto I, estancias 3.^a, 11.^a, 12.^a, 13.^a, 14.^a, 30.^a, 31.^a e 32.^a; II, 44.^a, 45.^a, 53.^a, 55.^a, 112.^a e 113.^a; III, 41.^a, 100.^a, 116.^a e 117.^a; V, 86.^a, 89.^a e 94.^a; VI, 29.^a e 32; VII, 51.^a e 71.^a; VIII, 12.^a, 15.^a, 36.^a e 49.^a; IX, 38.^a; X, 19.^a, 21.^a, 30.^a e 60.^a.

Camões: a victoria sobre Adamastor, immenso, poderoso, desterrado e penando de amores no cabo do mundo, a guardar a passagem dos oceanos. E ahi mesmo se verifica a duplicidade religiosa da obra ou o choque dos seus dois planos. Adamastor falla ao Gama e solta os seus negros prognosticos, mas não é a elle que se dirige o almirante no seu confrangimento de alma, é ao Deus da sua consciencia. Com essa incongruencia e tudo, o gigante não nos sahe da memoria e a emoção de distancia dolorosa, de isolamento irremissivel é tão profunda como a de certas phrases da nona symphonia de Beethoven. Que poder mysterioso tem a arte de guardar um inesgotavel conteúdo emotivo, sempre fresco e prompto a responder ás chamadas do nosso coração e não nos deixar entrever os caminhos da sua comunicação com a nossa sensibilidade! Adamastor tem ainda uma força determinante inexplorada, é um mytho de sentido humano, cuja riqueza profunda as limitações de uma critica patrioteira não tem deixado estadear. Uma das notas mais nobres do espirito de Theophilo Braga foi o seu camoneanismo ou a sua camonophilia. Todos sabem da parte relevante que teve nas commemorações de 1880 (V. *Camões e o sentimento nacional*). Com seu positivismo, ou apesar d'elle, sentiu fundamente a magia do genio do poeta. Pôde, por isso, extrahir mais alguma coisa do mytho do gigante Adamastor. Na sua *Visão dos Tempos* ha um verdadeiro achado poetico: ao dobrar o cabo da Boa Esperança, Camões, que regressa com o manuscripto do seu poema, tem de se defrontar com o gigante, que vingativamente lhe prognostica todas as desgraças nacionaes e pessoas, que o esperam na patria — perpetua patria da injustiça, da miseria e da humilhação (*Vaticinio do Adamastor*, pags. 95-97 do 4.º vol. da ed. de 1895, Porto). O episodio estava em germen no *Camões* de Garrett, mas na *Visão dos Tempos* ganha autonomia e relevo de aventura nova desse gigante que no seu destêrro não perde a memoria e na sua petrificação miseranda não domina vibrações humanas de amor e odio. Esta criação de Camões attinge na sua symbologia e na sua intensidade dramatica as proporções do mytho de Prometheu. E não findou a sua carreira poetica: Roy Campbell, auctor africander, publicou em 1927 um poema *Adamastor*, que ainda não pude haver ás mãos, mas que já vi que mereceu ser mencionado num guia ou "companion" dos estudantes de litteratura de Oxford.

CAPITULO DECIMO NONO

A CONTEMPLAÇÃO DO UNIVERSO

O outro problema, que se nos levanta no espirito, quando terminamos a leitura reflexiva da epopêa, é a presença daquelle canto decimo de tão variada materia e tão estranho ao fio da obra: propheta historica, synthese astronomica e descripção geographica. Parece uma superfecção num organismo esthetico de tal grandeza. Poderiamos considerar que na estancia 17.^a do canto nono termina propriamente o nucleo central da acção dos *Lusiadas*: a historia poetica da viagem de descobrimento do caminho maritimo para a India, como eixo de uma travacção de lendas e mythos, expostos em apologia e demonstracção da tal these, que nos encheu os ouvidos durante os capitulos antecedentes deste livro. O halo heroico irradiado desse eixo é que ainda estende os seus fulgores, pela exaltação da historia portuguesa no Oriente, depois do descobrimento. Nessa estancia principia a viagem de regresso — que o poeta nos não conta. “Porém a deusa Cypria” determina “dar-lhe nos mares tristes alegria”. E seguem-se dois cantos com a descripção das recompensas que ella offerece aos nautas: a surpresa da Ilha Namorada, com sua paizagem portuguesissima e com o que em toda a viagem provavelmente lhes faltou — amor. Mas amor com deusas, como é devido aos heroes. Tethys, deusa do mar, que acceitára constringidamente o leito de Peleo e que se negára ao gigante Adamastor, dá-se jubilosamente a Vasco da Gama, vencedor do mar. Intencionalmente o poeta apaga a distincção entre as duas divindades quasi homonymas. A que o gigante Adamastor amára desesperadamente e a “alta esposa de Peleo” era tambem a deusa do mar, que eternamente castiga a audacia do titan com um supplicio de Tantalos, eternamente como eterno fôra o castigo infligido a Prometheu:

...e, por mais dobradas maguas,
Me anda Tethys cercando destas aguas.

Na ilha namorada ha ainda outra forma superior de premio, recompensa puramente intellectual: a contempla-

ção do universo ou o exame directo da machina do mundo (estancias 76.^a-91.^a):

Faz-te mercê, barão, a sapiencia
Suprema, de co'os olhos corporaes
Veres o que não pode a vã sciencia
Dos errados e miseros mortaes!

Ha mais de trinta annos, ao publicar o 1.^o volume da *Historia da Litteratura Classica*, isto affigurou-se-me uma superfetação didactica na estructura da obra. Parecia-me estranhavel que a tantas fadigas e heroismos se offerecesse uma recompensa de puro gôzo intellectual, a par ou a seguir aos prazeres infrenes do amor com deusas — quando só devia ser estranhavel a falta de profundez da minha leitura, por carecer da indispensavel identificação com a mente renascentista. Luciano Pereira da Silva havia antes publicado a sua sabia monographia *Astronomia dos "Lusiadas"*, mas todo o seu grande cabedal de erudição sobre a historia da astronomia nada adiantava para a solução do problema esthetico. Aquella obra é uma exposição da cosmographia ptolomaica e um recordatorio da sua entrada em Portugal, com muitas noticias das praticas nauticas da orientação, tudo suggerido por esse canto decimo dos *Lusiadas*, que não tem actualidade scientifica, nem a teve no seu proprio tempo. O poema reduzia-se a instrumento pedagogico auxiliar: "...tambem serviu de incentivo entendermos que os *Lusiadas* devem ser aproveitados para o ensino da cosmographia nos lyceus. No nosso curso de Mecanica celeste, da Universidade, que começamos pela historia das successivas theorias astronomicas até ao apparecimento da lei de Newton, costumamos ler, a proposito do systema de Ptolomeu, a bella descripção da machina do mundo do canto X. Assim, em vez de fatigarmos os discipulos com uma arida exposição de excentricos e epicyclos, os conservamos attentos com prazer e vivamente interessados, sob a influencia da arte admiravel com que o poeta resume a concepção ptolomaica. Analogamente se pode proceder nos lyceus". (pag. XIII). A isto conduz sempre esta forma da erudição camoneana: esgaravatar no conteúdo do poema, para de novo o apresentar em triste prosa: a geographia, a astronomia, a zoologia, a botanica, a ethnographia, a heraldica, a armaria, a medicina, etc. e por cima o calvario pedagogico dos estudos camoneanos. Só o sentimento que dicta esses estudos é elevado, pela devoção que

presuppõe, mas as mais das vezes a conclusão é bem pobre.

De todo o trabalho de Pereira da Silva, a sciencia da litteratura só aproveita um elemento, que ninguem antes salientára: a poetica alliança do amor da vida simples com o gôsto do estudo da sciencia do firmamento, como se expressa nalguns passos das elegias:

Ditoso seja aquelle que alcançou
Poder viver na doce companhia
Das mansas ovelhinhas que criou!
Este, bem facilmente alcançaria
As causas naturaes de toda a cousa:
Como se gera a chuva e neve fria;
Os trabalhos do Sol, que não repousa;
E porque nos dá a Lúa a luz alheia,
Se tolher-nos de Phebo os raios ousa;
E como tão depressa o Ceu rodeia;
E como um só os outros traz comsigo;
E se é benina ou dura Cithereia.

Bem mal pode entender isto que digo
Quem ha-de andar seguindo o fero Marte,
Que traz os olhos sempre em seu perigo.

(Pag. 206-7 das *Obras Completas*, II, edição Sá da Costa).

E' uma variante bella, pelo enriquecimento intellectual, do thema do louvor poetico da mediocridade conformada ou procurada, que vinha da Antiguidade e que entrava nas litteraturas neo-latinas com a leitura de Theocrito, Virgilio e Horacio. O contraste da velha vida agraria do mundo gothico, de que se sahia, com as embriaguezes do novo imperialismo creava-lhe a atmosphaera favonia. Este passo de Camões faz lembrar a convergencia do franciscanismo primitivo com as curiosidades intellectuaes de S. Boaventura, a dentro da mesma humildade da Regra. A astronomia ou a sabia contemplação do universo era uma companheira nos seus erros, consolava-o como consolára "o Sulmonense Ovidio, desterrado":

O curso das estrellas contemplava,
Como por sua ordem discorria
O ceu, o ar e a terra adonde estava.

(Pag. 213 das *Obras Completas*, II, edição Sá da Costa).

Outro elemento novo, proporcionado pelo Prof. Pereira da Silva, cabe á historia da astronomia: a prioridade do reconhecimento da constellação do Cruzeiro do Sul, pelos portuguezes (V. ob. citada, pags. 149-174 e 225-226). O problema esthetico mantem-se intacto, após toda aquella erudição, que tambem se poderia applicar a qualquer obra inferior que encerrasse materia astronomica. Já se verá que ellas não faltaram.

A explicação é outra e só no-la dá a leitura do poema ou o recebimento directo da sua vibração. A descripção da machina do mundo é um motivo coetaneo ou renascentista, é o requinte ultimo da curiosidade geographica e astronômica dos espiritos elevados, num thema sublime: a contemplação do universo. Quanto se affasta do espirito da Renascença pelo acatamento do fanatismo tridentino, ao prégar cruzadas serôdias, tanto se enraiza nelle por essa alta curiosidade pela poesia e pela sciencia do ceu. Até, nesse particular, nada portugûês, os *Lusiadas* entretecem valores estheticos anteriormente elaborados pela sensibilidade collectiva. E a propria prophecia da “angelica Syrena” é coisa peculiar dessa poesia astrologica, onde os phenomenos e os prognosticos andavam estreitamente ligados. Por isso, apesar do character archaisante desse canto decimo, que recapitula ideas mortas, já em 1572, no mundo da sciencia, elle será dos mais firmes vinculos do poema com a mentalidade da Renascença e não pode ser esquecido na tarefa de universalisar a epopêa (38).

(38) — Este esforço pela universalisação da epopêa portuguesa envolve tambem certo aspecto polemico: responder ás interpretações ligeiras ou limitadas da critica estrangeira, algumas das quaes reflectem limitações da propria critica nacional. Tal zelo polemico devera ter começado nos dias de Voltaire e do seu *Essai sur la Poésie épique et le goût des peuples*. Dou a seguir dois exemplos modernos desse aspecto polemico da critica sobre o poema. O Prof. Silvio Pellegrini, medievista italiano, deixou por momentos as suas investigações linguisticas para se entregar á traducção de uma obra, que parece admirar pouco. Deu em Turim, 1934, uma traducção em prosa italiana do poema, *I Lusiadi*, e antepôs-lhe uma breve introduccção inçada de equivocos criticos. Respondeu-lhe o Prof. José Maria Rodrigues com plena justeza de argumentos no *Boletim de Philologia*, Lisboa, 1934, Tomo II, pags. 374-382. — O Prof. Paul Van Tieghem, no seu *Précis d'Histoire Littéraire de l'Europe depuis la Renaissance*, Paris, 1925, e na traducção hespanhola, Madrid 1932, referiu-se á epopêa de maneira tambem equivocada, a meu juizo. Esse passo foi o ponto de partida para dois artigos meus na cadeia jorna-

Effectivamente, ha no patrimonio cultural da Renascença uma forma de poesia sábia sobre o ceu e as relações dos homens com elle, poesia de longa e nobre tradição. Tem, por isso, tambem seus historiadores especializados, o mais notorio dos quaes será por certo B. Soldati, que me foi de grande appoio. Na sua espessa obra, *La poesia astrologica nel quattroceto, Ricerche e studi*, não sómente dá noticias historicas da materia anterior ao periodo, que é seu objecto principal, mas tambem ministra dados bibliographicos parcellares, que attestam o vulto de taes estudos em varios paizes.

Essa tradição da poesia astrologica é longa, porque remonta ás proprias origens da poesia; e é nobre, porque é assignalada por obras relevantes. A sua carreira é parallela á da sciencia do ceu, precede-a uma vez com suas imaginosas intuições e enriquece-se com os progressos della, outras tantas. Este foi o caso do seu ponto de chegada, o poema *Urania*, de Giovanni Pontano, tambem auctor de um tratado *De rebus coelestibus*. Estudar astronomia foi em todos os tempos um titulo de elevação intellectual, mas jamais esse titulo foi tão dignificado por formas novas e complexas do prazer esthetico e da contemplação puramente especulativa, como naquella aurea Italia do seculo XV, sempre muito lembrada do louvor de Virgilio ao perscrutador dos arcanos da natureza: *Felix qui potuit rerum cognoscere causas...*

L. Laurand legitimamente recorda que o estudo da astronomia é uma introdução necessaria para a leitura da poesia dos antigos: “Entre todas as sciencias, a astronomia é a mais necessaria para comprehender os auctores antigos, e especialmente os poetas. Muitas passagens de Virgilio suppoem que o leitor possuía algumas noções de cosmographia e sobretudo que não ignore as constellações, a carta do ceu” (V. *Manuel des Etudes Grecques et Latines, Appendice I: Les Sciences dans l'Antiquité*, Paris, 1923, pag. 13).

listica brasileira, *Diarios Associados*, no primeiro dos quaes inseri uma resposta do Prof. Van Tieghem: *Esbôço de controversia e Critica e advocacia*, Dezembro de 1939. — Pela mesma occasião outro auctor estrangeiro, o padre jesuita colombiano, José C. Andrade, no capitulo XXIII, pags. 249-260 do seu livro *Homero y la épica universal*, Bogotá, 1938, escreveu sobre Camões e o seu poema coisas erradas. Mas a resposta não teria, neste caso, grande cabimento, porque o seu livro é de apressada erudição e de arbitrario impressionismo. Outra será a inclinação do seu espirito, por certo não para a sciencia da litteratura.

A contemplanção do firmamento está no ponto de partida da marcha historica do homem para a sua libertação moral pela cultura. A primeira phase dessa contemplanção foi de sentido anthropomorphico ou de humanisação dos corpos e dos phenomenos observados. Veio logo a attribuição de intuito ethico ou final. E seguiu-se a criação de mythos ou ficções interpretativas, em que se confundiram o humano e o natural e com que se teceu a mais bella das concepções plasticas do universo, ainda hoje eloquentissima no seu symbolismo. A mythologia celeste foi a primeira das grandes imagens do mundo, que guiaram os homens. Percorreu três periodos, o grego, o romano e o medievo, que são outras tantas phases da interpretação do universo pelo homem cultivado. A rhapsodia 18.^a da *Iliada* encerra tambem sua condensação poetica do mundo astronomico. E' pelas epopêas homericas que se fixa o conglomerado epico: lendas heroiccas, mar e ceu. Quando Hephaios ou Vulcano, a coxear fealdades, forja as armas esplendidas e formidaveis para Achilles, filho de Tethys, lavra-lhe no escudo a maravilha da machina celeste e o bulicio das cidades humanas sobre a Terra, os campos e seus pacificos trabalhos da cultura e seus dramas infindos entre o bem e o mal — tudo rodeado pela Poderosa Força do Rio Oceano. E na *Odyssea* já apparece associada a arte da navegação ao conhecimento das posições dos astros. Era o ponto de partida do glorioso thema.

Hesiodo, depois, relaciona a agricultura com a astronomia e a meteorologia. Empedocles e Parmenides, em seus poemas, dão o predomínio á phantasia philosophica, sobre a exposição scientifica. O poema de Aratos, *Phenomenos*, do seculo III A. C., apresenta nos seus mil hexametros a primeira condensação poetica do patrimonio dos antigos na sciencia do Ceu e na emotividade que ella desperta. Foi famoso em toda a Antiguidade; e os humanistas do seculo XV tiveram-no pelo melhor modelo da poesia astronomica. Dos alexandrinos o nome principal nesse filão poetico é Eratosthenes, com seu poema *Ermete*: fundindo o mytho grego de Ermete com a fabula egypcia de Thoth, deus fundador da astronomia, contava uma viagem do deus grego através do ceu, e ia-a descrevendo. Mas os latinos, na sua imitação do hellenismo, continuam a especular estheticamente sobre o ceu e as determinações astronomicas dos destinos dos homens, querendo umas vezes erguê-los a proporções superiores á sua passiva miseria e outras defender-se de mêdos transcen-

dentes. Em qualquer caso, essa articulação do homem ao universo sempre lhe engrandece a alma e abre caminhos para a evasão do carcere de si mesmo. A poesia astronomica dos romanos dá-nos comtudo a impressão de ter mais caracter utilitario, por exemplo nas *Georgicas* de Virgilio, nas *Metamorphoses*, nos *Fastos* e nos *Phenomenos* de Ovidio; é astrologia e é meteorologia guiadora das perplexidades ante os mysterios da natureza e da vida.

Virgilio, na *Eneida*, em vez de uma descripção das insculpturas do escudo de seu heroe, apresenta-nos um canto, durante o banquete que Dido offerece a Eneas, no seu palacio de Carthago: Iopas, musico, entoa commovidamente uma descripção de grandes phenomenos astronomicos de influencias decisiva sobre a vida dos homens — o sol com seus eclipses, a lua com suas phases, a variedade da duração dos dias e das noites. Era um thema digno das altas personagens alli reunidas. Camões recorda Iopas e o seu canto (X, estrophe 8.^a). Cicero e Germanico traduzem o poema de Aratos. E Cicero foi o mais elevado espirito philosophico dos romanos. Mas o poema de Marco Manilio, *Astronomici*, cinco livros compostos no tempo de Augusto, é que foi a contribuição maior dos latinos para a elaboração do grande motivo do spectaculo e da interpretação embevecida do ceu, muito maior que a do poema *De rerum natura*, de Lucrecio. Na Renascença, Manilio emparceira com Aratos na estima dos humanistas. Elles são o Homero e o Virgilio da poesia do ceu.

Quando a influencia arabe se estende pela Europa, a sciencia do firmamento alargou-se surprehendentemente e seguiu três nitidas direcções autonomas: a astronomia pura ou o conhecimento desinteressado dos movimentos dos corpos celestes; a sciencia dos movimentos do sol e da lua, nas suas relações com as outras partes do ceu estrellado, para distinguir as divisões do tempo; e a astrologia judiciaria ou a deducção dos fados dos homens, soh o influxo dos astros e suas inflexiveis leis.

Essa inflexibilidade é que punha os astrologos em perigo. A Igreja Catholica guerreia a astrologia, porque ella vinha limitar a liberdade da Providencia. Essa guerra começa logo em Santo Agostinho de Hippona. Mas o mêdo da vida prevalece e tem nessas centurias medievas algumas das suas horas verdadeiramente panicas. Entre dois domínios, o da Providencia que se não confessava, e o dos astros, que se deixavam decifrar, alguns homens preferem aquelle que crêem legivel com antecipação e lançam-se nas imagi-

nosas deducções astrologicas. Cria-se uma sciencia occulta e uma technica pratica, ambas com sua terminologia ainda hoje não desapparecida da linguagem corrente. Isidoro, bispo de Sevilha, que define essas três direcções, impugna a ultima e chama-lhe “superstitiosa” com intellectual desdem. O peor é que elle cria noutras superstições mais gratuitas. Outros pensadores tê-la-hiam francamente por “diabolica”.

Essas correntes, com muitas adherencias bastardas, chocar-se-hão impiedosamente, porque o sectarismo religioso azedará as discrepâncias de ideas e dificultará a livre investigação da verdade. Todo o pensamento sobre taes materias cheirará a heresia. Em breve, quando as obras de Averroes, gloria da cultura hispano-arabe, se divulgam no mundo occidental e quando a escolastica se constitue como synthese philosophica universal, que envolve tambem uma cosmographia, a lucta confinar-se-ha entre as duas direcções extremas. O averroismo conduzia a uma doutrina, tida pela Igreja Romana como francamente heretica, por destruir todo o conceito de liberdade, portanto de responsabilidade, e toda a hegemonia da Providencia. A leitura dos astros levava a formular horoscopios que explicavam tudo que se passara no mundo, como o Messias e as consequencias da sua vinda á Terra. Foi uma intensa e confusa fragua de ideas sobre tudo, essa calumniada Edade Media, principalmente nos departamentos intellectuaes que dispensavam totalmente a experiencia e acalentavam os delirios da phantasia deductiva. E o estudo do ceu e a inflexivel dependencia delle, em que o homem se reconhecia, era naturalmente uma obsessão, por espirito poetico, por ansiedade religiosa e por médo.

Foi bem fiel a essa obsessão de entender o céu e de lhe prender os destinos dos homens o poeta maior da Edade Media, genio humanissimo, mestre insuperado na arte de expressar a sua humanidade ardente, no odio e no amor, e na avidez de tudo saber e de chegar a ler o livro aberto do firmamento, que é verbo divino.

Fundando-se em S. Thomaz e Alfagrano ou em Ptolomeu já christianisado, fez adherir á sua *Commedia* muita astronomia, por adôrno, por moldura da sua acção, que é uma viagem por todo o universo, e por simples proposito didactico, mais de uma vez confessado. A sua viagem é ultraterrena ou passa além do sèpulchro, do ephemero para o eterno, apagando as fronteiras que os nossos sentidos põem aos dois mundos. Desce os nove circulos do Inferno até se defrontar com Lucifer e seus prisioneiros; sobe as nove

espheras celestiaes, que envolvem a Terra e que receberam os eleitos, segundo seus meritos. Virgilio e Beatriz dirigem-no nessa viagem, que tem de ser explicada, sobretudo no *Paraiso*: os movimentos e os influxos dos astros, a natureza material das estrellas. Mas o poeta não dá só uma descripção minuciosa e exacta para o saber e para a fé da epocha, vibrante de emoção e orthodoxamente fiel, cria tambem seus mythos novos, como o da Fortuna, intelligencia da Terra, que regula a distribuição dos bens entre os homens. Os astros todos se animam com seus mythos, offerecendo a maravilha da paisagem universal como fundo da tragedia e da comedia dos homens, como alvo da curiosidade do triste exilado de Florença. Do pequeno mundo dos homens, com muitos dos quaes respirára o mesmo ar e comêra do mesmo pão, o poeta vae subindo, no *Purgatorio*, aos phenomenos da atmosphaera e do firmamento, da meteorologia passa á astronomia nos primeiros cantos do *Paraiso*, até tocar a directa e maravilhosa visão, até pôr os proprios astros a rivalisar de luz e vida, num concilio maravilhoso de bellezas e deslumbramentos para a pequenez do desterrado — cuja força para devassar o convivio dos astros o erguia ás proporções de outro astro (cantos 23.º e 24.º).

Seu filho Iacopo Alighieri herda esse enfeitçamento pela poesia do ceu e dá tambem um vasto lugar á descripção delle no seu poema *Dottrinale*. Os dois Alighieri, pae e filho, ainda versando themas taes, gozaram pacificamente da gloria, em partes muito desiguaes — superfluo era lembrá-lo. O que azedou a vida de Dante não foi a perseguição religiosa, foi o odio politico, irmão gêmeo do fanatismo na obstinação e na cegueira. Mas nos genios tudo é grande. E justamente o character pessoal de liquidiação de contas com os homens e com o mundo é que deu essa prodigiosa força ao poema immortal. Porém Cecco D'Ascoli, astrologo profissional, auctor de um poema, em que verdadeiramente predomina a materia astrologica, *Acerba*, foi parar á fogueira, em expiação de imaginarios crimes: crer na necessidade ou na exacta determinação do influxo das espheras do ceu. De nada lhe valeram os esforços posteriores para attenuar esse seu crer, com limitações e explicações. Já tinha endeusado com excessivo calor a força invencivel da razão. E — posto que no seu poema se baralhem as doutrinas plausiveis e as hypotheses, os factos averiguados e contra-provados e as presumpções deductivas, de modo inextricavel para um leitor moderno, só apparelhado dum compendiosinho do estado actual da sciencia astronomica — não foi a sua puerili-

dade que chamou a atenção dos censores, foi o espirito de rebeldia que ansiava por chegar á verdade por meio da pesquisa e da discussão, foi a energia de uma individualidade intellectual que já presentia os ventos libertadores da Renascença. E foi quimado vivo...

Elle, Cecco D'Ascoli, foi o ultimo dos poetas formados naquelle espirito encyclopedico ou syncretico, de que nascem as obras maiores da Edade Media. A cultura do mundo gothico chegára á phase da condensação estatuaria, da grande architectura que precede o estylo ou a repetição, o automatismo ou a decadencia. Nem esse declinio, nem o tragico fim de Cecco D'Ascoli intimidariam a curiosidade intellectual sobre o ceu e a expressão poetica das conquistas dessa divina curiosidade. A historia litteraria é severa para o auctor de *Acerba*, porque o tem por rival de Dante, cuja *Commedia* quiz desthronar nos seus aspectos astronomicos, justamente os que menos agradaram em seu tempo. Foi, no final do seculo XIII e começos do XIV, para Dante o que foi no final do seculo XVIII e começo do XIX José Agostinho de Macêdo para Camões. Mas o seu martyrio dá-lhe direito a uma comprehensão maior por parte da critica moderna.

A transição do encyclopedismo do seculo XIV para a especulação poetica do seculo XV, já typicamente renascentista, com Basinio Basini de Parma, Lorenzo Bonincontri da San Miniato e Giovanni Pontano — o maior de todos — faz-se pela *Sfera* de Goro di Stagio Dati, poemeto italiano, já não em latim, em quatro livros ou cantos de trinta e seis oitavas cada um, em que pela primeira vez se allia a curiosidade pelo ceu e a curiosidade pela Terra e sua variedade regional, climatica e humana. A Ptolomeu astronomo, mestre e guia de toda a Edade Media, desde que os arabes o haviam revelado, junta-se então o Ptolomeu geographo, varias vezes reeditado, quando surgiu a imprensa de caracteres moveis. Justamente a proposito das annotações de uma dessas edições da *Geographia* de Ptolomeu, é que intervem o nosso Damião de Goes, a defender as gentes ibericas dos juizos asperos de Miguel Servet, hespanhol em tudo heterodoxo.

O poemeto de Dati é rigorosamente orthodoxo na sua materia theologica, apesar de conter tambem materia astrologica. O nosso temperamento seria de natureza planetaria, mas a nossa razão, que é de natureza divina, saberia libertar-se nos seus juizos e nas suas paixões e mediria a responsabilidade, que tem perante Deus — esclarecia o poeta. Os principaes corpos celestes são representações de attributos de Deus, de modo que na união dos três elementos,

corpo, calor e luz, gerados no mesmo instante, mas procedentes o segundo do primeiro, e o terceiro do primeiro e do segundo, nessa união perfeita no Sol, a mais bella das creações divinas, o poeta via, subtilmente, expresso o mysterio da Santissima Trindade (V. Soldati, pag. 71). Assim, pôde o habil Dati brincar com o fogo, sem se queimar...

A obra de Dati obteve grande divulgação, a principio por copias manuscriptas, logo por impressões, a partir de 1482, data da sua edição-princeps. Essa diffusão fez crer a E. Nordenskiöld que o poemeto se destinasse aos homens do mar — que appareciam então, pela primeira vez, como obreiros de cultura e de historia.

No seculo XV recobriram favor os mais importantes monumentos da velha poesia astrologica: a *Poetica astronomica*, de Hygino; *Astronomici*, de Marco Manilio, descoberto em 1416 por Poggio Bracciolini num codice do mosteiro de S. Gallo; e *Phenomeni*, de Aratos, revelado por Besarion, em 1438, quando o respectivo codice chegou a Italia, com a livraria daquelle hellenista. Delles procede, sob o ponto de vista formal ou artistico, o novo impulso da poesia astronomica. Sob o ponto de vista do seu conteúdo ou do seu espirito, havia outras causas, associadas á mente renascentista, como eram a grande avidéz de cultura scientifica e o entusiasmo pela astrologia, fomentado contradictoriamente pelas perseguições da Igreja, que oppunha a faceis credulidades intransigencias igualmente ignaras. Poderá ser uma origem bastarda, mas o certo é que da astrologia, com seus desmandos de feitiçaria e tudo, proveio esse bom fructo da nova poesia do ceu.

E' Basinio Basini, nascido em Parma no anno de 1425, quem a inaugura com seu poema *Astronomici*, titulo igual ao de Manilio. Basini teve uma existencia curta, mas agitada. Estudou primeiro em Mantua e passou depois a Ferrara, para estudar com Guarino e servir Leonello d'Este, em negocios publicos, até 1449, data, em que havendo cahido no desagrado do seu Mecenas, passou ao serviço de Sigismundo Malatesta, Senhor de Rimini, onde morreu em 1457.

B. Soldati, que estuda com minucia a sua obra de poesia astronomica, divide em dois periodos a sua carreira litteraria: um primeiro de imitação latina, em Mantua e Ferrara, até 1449; e outro, final e mais importante, de imitação grega, sob a influencia do velho Theodoro Gaza, de Thesalonica, mestre de muitos humanistas italianos.

Deixou-nos Basini três poemas latinos: *Esperide*, a que já me referirei, a proposito da Ilha Namorada, dos *Lusiadas*;

Astronomici, unico de interesse para este meu estudo; e *Argonautici*, de titulo igual ao de Apollonio de Rhodes.

O poema *Astronomici* tem sua proposição, em que apresenta como objectivo da obra “a esphera celeste, sem preocupação georgica, ou marinheira, sem superstição astrologica, em fim sem meteorologia” (Soldati, pag. 84). Segue-se a dedicatória a Sigismundo Malatesta, onde affirma esperar que um dia possa cantar a cruzada religiosa, de que Malatesta ha-de ser um dos chefes e onde se entrega a hyperboles aduladoras do gôsto do tempo: o poeta canta e descreve o ceu, para que o seu protector escolha a estrella em que ha-de dormir no dia da sua morte — que naturalmente deseja que venha ainda bem longe. Vem depois a exposição descriptiva do universo, de accôrdo com o systema de Ptolomeu. E quando chega a Phebo, deus protector, passa bruscamente, mas calculadamente a louvar Sigismundo Malatesta, como pacificador da Italia, cujas victorias conta poder um dia celebrar, acatando o generoso convite do papa.

Ha aqui varias coisas que devem ser salientadas: a poesia astronomica, por suas adherencias geographicas e historicas, e seus panegyricos dos Mecenas renascentistas, ia tornar-se poesia epica, regressava ao conglomerado das origens homericas e virgilianas, heroismo guerreiro, navegações e exploração do ceu. E iniciava o processo de crystallisação esthetica da perfeita forma, todo aquelle movimento pratico e theorico ou poetico e critico, de mais de um seculo, que só termina no fim do XVI com as discussões suscitadas pela *Jerusalem Libertada*, de Torquato Tasso, e as dissertações estheticas do mesmo poeta. Lá se ostenta a estructura classica: proposição ou protase, dedicatória, materia historica, alli introduzida com alguma violencia, e o conducto da adulação aos Mecenas, indispensaveis aos poetas epicos, desde Augusto e Virgilio. Na carreira do genero litterario que a Renascença ia pôr em summa cotação, o poema de Basini significa um passo não despiciendo; e na evolução da poesia astronomica tambem está assignalado, porque a sua materia apparece inteiramente purificada das preocupações divinatorias e humanisadoras do universo — as quaes haviam constituido o proposito central do poeta romano. O seu inspirador directo parece haver sido Hygino com os seus *Astronomici poetici*, mais que Manilio; é o que resalta da penetrante comparação entre os dois poetas, Hygino e Basini, por B. Soldati (pags. 94-99). E através de Hygino foi fonte principal o velho poema de Aratos. A obra de Basini, em seu tempo, apenas circulou por copias manuscriptas e teve de

esperar que um erudito de Rimini, Lorenzo Drudi, a desse á estampa na unica edição até hoje apparecida.

Lorenzo Bonincontri de San Miniato foi astrologo practicante. A sua obra poetica significou uma conversão á vida do pensamento sério. A Italia era então uma poderosa forja de tudo bom e tudo mau, que poderia encher o cerebro do homem. A astrologia participava dos dois aspectos, o optimo e o pessimo. O caminho que esta abriu a Bonincontri é um exemplo dessa communhão de contrarios. Os nigromantes do typo de Jacquolino, estudado por Ariosto numa comedia assim mesmo chamada, *Negromante*, de 1520, contaminaram a astrologia de magia, alchimia e grosseiras superstições, e impressionaram personagens altamente collocadas, como um Visconti, Ludovico Gonzaga e Ludovico II. Moro. Mas havia suas gradações nessa profissão occulista. Homens como Giorgi Purbach, Giovanni Müller, o proprio Toscanelli, muito ligado ás discussões theoricas dos descobrimentos geographicos, Domenico Novara, Luca Gaurico e Paulo de Middelburg gozaram de ascendente intellectual por causa da gravidade scientifica dos seus estudos. Aos dois ultimos confiou Leão X a reforma do calendario juliano. Finalmente, havia uma categoria ainda superior, a que Soldati classifica de “philosophia da astrologia”, que não cuidava da adivinhação, embora a reconhecesse como uma simples applicação pratica da sciencia; á constituição desta sciencia é que se consagravam inteiramente, recorrendo á astronomia para formular os calculos necessarios á descoberta das eternas leis do influxo dos astros. Este derradeiro typo de astrologo é que ordena e condensa os manuaes para os praticantes da arte e defende a sciencia dos ataques incessantes da religião, da logica philosophica e do scepticismo popular.

Bonincontri nasceu em San Miniato, em 1410, e muito cedo se envolveu numa conspiração á mão armada, uma das incontaveis conspirações que perturbaram a vida italiana e prepararam tambem o individualismo que está por detraz da floração esplendida de personalidades da Renascença. A conjura de Bonincontri tinha por fim tomar posse da povoação de San Miniato, da Senhoria de Florença, para della fazer presente ao Duque de Milão. Coisa grave, porque mutilava a propria patria. Sendo descoberta e denunciada por um padre, os conspiradores foram presos e condemnados. Bonincontri conseguiu fugir e acoitar-se na côrte do Imperador Sigismundo. Mais tarde passou ao serviço militar de Francesco Sforza, de Milão. Andou de terra em terra,

até parar por alguns annos em Napoles, na côrte de Affonso de Aragão. O conhecimento do poema de Manilio e o convivio dos sabios napolitanos revelaram-lhe a sua vocação intellectual. Empreheudeu então um exhaustivo commentario ao poema de Manilio e todo se deu á astrologia. Fez amizade intima com Pontano, amizade que deixou seus testemunhos poeticos; e depois de varias desgraças familiares, obteve de Florença o perdão da sua velha rebeldia. Regressando, professa publicamente uma cathedra de astrologia, da qual expõe as ideas do seu commentario a Manilio (1475-1478) e entabola relações com altos espiritos da epocha, taes como Poliziano, Pulci, Della Ponte e Ficino. Os ultimos annos da sua vida foram de retôrno á pratica da adivinhação astrologica, portanto de renuncia á pesquisa scientifica, por diligencias de Constanzo Sforza. Morreu em 1491.

Bonincontri compôs dois poemas attinentes a materias astronomicas. Os seus titulos não estão bem determinados, porque variam com os manuscriptos. De ordinario opta-se pelos seguintes: *Rerum naturalium* para o primeiro e *De rebus coelestibus* para o segundo. Também é frequente designar o primeiro livro do segundo poema com o titulo parcellar de *Rerum divinarum*, porque a sua materia, Deus, os anjos e a criação, forma nitido contraste com a do primeiro poema.

E' este dedicado a Lorenzo de Medicis, o Magnifico. Só indirectamente se occupa de astronomia e astrologia. A sua materia principal é a origem das coisas, a criação e a natureza do homem e uma revista critica das opiniões dos principaes philosophos acêrca dos enigmas da natureza. B. Soldati, nas ultimas linhas da sua profunda analyse, dá este resumo de sua interpretação critica do poema: "O episodio final é um hymno á razão humana e ao estudo, inspirado pelo conhecidissimo proemio do segundo livro de Lucrecio, bello de se ouvir da lavra de um humanista, isto é, de um daquelles ardentes, infatigaveis obreiros da era de Quatrocentos, que na verdade pareciam sentir a dôr da brevidade da vida, insufficiente para attingir um tão alto ideal. O hymno fecha o poema, o qual, como tinhamos visto, nas três partes em que está dividido, contém a exposição organica e completa do problema da Natureza nas suas linhas geraes. As ideas dominantes no tempo do auctor, compostas de aristotelismo no fundo, e de platonismo naquellas partes, onde o christianismo, sempre dominador, no maior numero dos espiritos, não teria acolhido a doutrina aristotelica, são alli sustentadas com ordem e clareza; a orthodoxia é alli constante-

mente affirmada. Porém, áquelle que tiver seguido attentamente o meu rapido resumo não terá escapado a característica predilecção do auctor pelas questões astrologicas geraes e particulares. Em todas as occasiões, em que a astrologia podia deitar a cabeça de fóra, logo Bonincontri se mostra sollicito em aclarar, provar, repetir as proprias opiniões. Ora estas pequenas, mas numerosas digressões, que na obra permanecem necessariamente na sombra, exceptuada talvez a dos seus prejuizos contra o livre arbitrio, constituem o germen fecundo, de que se desenvolverá a trama do segundo poema, especialmente nos seus dois ultimos livros” (Pag. 174).

Segundo o designio do auctor, o que forma o segundo poema era apenas uma continuacão do primeiro, mas o convite do rei Fernando de Aragão levou-o a compôr outra obra inteiramente autonoma e a elle dedicada. Autonoma de composiçã, não de materia, porque, se bem que Bonincontri proteste a sua originalidade, esta é muito limitada. O primeiro livro é de natureza theologica e continúa apenas a poesia religiosa, glosadora das sagradas escripturas. Tem character narrativo, quasi epico, porque a sua materia central é a rebellião de Lucifer e a guerra do seu exercito de anjos maus contra o dos anjos bons, fieis ao Senhor. A velha experiencia militar e a grande erudição do poeta sobre as velhas epopéas foram chamadas a concurso e déram ao livro a vivacidade e o enthusiasmo que ostenta.

No segundo e no terceiro livros, o tom muda, serena-se em exposiçã didactica, grandemente inspirada no velho poema de Manilio que Bonincontri comentára profundamente. A materia é a descripção do universo, segundo a concepção ptolomaica ou geocentrica, até chegar á Lua, planeta mais proximo da Terra. Estuda com detença e em facil metro as relações da Lua com o Zodiaco e todas as variações de posição relativa da Lua perante algumas constellações daquelle e tambem da Terra perante outros planetas. Demora-se depois sobre as variações do influxo astral sobre as coisas mortaes e aponta as três principaes manifestações do influxo lunar. A saber: a conjuncção com Marte e Saturno, que gera a peste e a demencia; a influencia physica de acção sobre o elemento humido, que produz as marés; e a influencia physiologica sobre o cerebro humano e as suas funcções, verdadeiramente faculdades na concepção do tempo, nas quaes a Lua é o arbitro de grande parte das acções dos homens. Toda a mythologia da Lua é memorada com detença e belleza.

Mercurio e Venus são os outros planetas, tratados no segundo livro do segundo poema de Bonincontri. De Mercurio aponta a maravilhosa mutabilidade, que se manifesta com as rápidas retrogradações a respeito do Sol, no campo da interpretação mythologica pelas infinitas metamorphoses voluntarias do deus e no campo astrologico pela extraordinaria variedade dos influxos, ora bons, ora maus.

De Venus conta a desesperação, que produz nos astrónomos com suas retrogradações. A que são ellas devidas? A ser Venus a séde das almas grandes da estirpe de Eneas e dos bons principes italianos, de que resulta que a deusa, ansiosa de rever, com seu cortejo heroico, os lugares do seu verdadeiro e grato dominio terreno, oscilla entre Roma e Troia, entre o occidente e o oriente... Mas, no fundo, essa peculiaridade jovial do astro significa apenas a allegoria celeste da Virgem Maria, cuja graça, na conjuncção, resgata com sua bondade a acção funesta dos maus planetas. Desejavel é, pois, que a sua presença nos ceus proteja o nascimento e a formação dos reinos... Ha aqui a tal juxtaposição religiosa á boa paz, duas concepções adversas, a mythologica antiga e a christã, convívio pacifico fundamental na sensibilidade esthetica dos homens da Renascença.

No ultimo livro, o poeta examina a individualidade de outros astros: o Sol, com uma explicação das estações do anno e a indispensavel theoria dos influxos; Marte, Jupiter e Saturno por fim. Marte acarreta males, a sécca para os campos, a febre para os animaes e as revoluções e guerras para os homens. Jupiter tem benigno influxo e symbolisa o bom governo. Saturno symbolisa a velhice e a frialdade intermittente. A sua maior influencia provem da sua conjuncção com Jupiter. Phenomeno rarissimo, só três vezes verificado na historia, mas indelevelmente assignalado: da primeira vez produziu o diluvio universal; da segunda o nascimento de Jesus Christo; e da terceira o apparecimento de Mahomet, que foi o perigo maior corrido pelo christianismo.

Apesar do seu merito de poeta latinisante e da sua virtuosidade na arte de expressar por palavras coisas complexas que estavam a reclamar illustrações de desenhos e calculos, Bonincontri não attinge a altura de Pontano, o grande poeta da astronomia.

Giovanni Gioviano Pontano é um dos grandes nomes do humanismo italiano quatrocentista. Nasceu na Umbria em 1426, mas foi por temperamento e adopção um verdadeiro napolitano. Serviu cargos publicos na côrte aragonesa de

Napoles, entre elles o de secretario do rei Fernando e o de presidente de uma academia litteraria. Igualmente grande como latinisante e como italianisante, Pontano é, com Pulci, Boiardo, Poliziano e Lorenzo Valla, um preparador da floreação litteraria do seculo immediato — recorda De Sanctis. Mesmo poetando em latim, expressava fielmente a sua italianidade espiritual. Os seus versos de amor, *Amorum libri* e *Lepidina*, reflectem a indole sensual da Italia do sul. Cantou as bellezas castas do amor conjugal, mas não deixou de confessar os ardores e desordens de uma paixão serôdia em *Eridani* e de recordar commovidamente em *De Tumulis* as mulheres todas que amára, numa alacre dissipação dos sentidos e dos sentimentos. Faz pensar naquell'outra confissão de Ruben Dario:

Plural ha sido la celeste
Historia de mi corazón.

Homem multimodo, aprofundava as humanidades e as sciencias, e embrenhava-se numa viva polemica, suscitada pelas *Disputationes* de Pico della Mirandola, de candente materia philosophica e astrologica. Tambem a sua vida politica foi variada e intensa, pelo que tem attrahido alguns biographos. Mas o seu grande papel foi o de obreiro da consciencia litteraria da Italia da Renascença, revitalizando o velho latim e transfundindo no novo italiano toda a antiga experiencia (V. Scherillo, *Il Rinascimento*, 1.^a Parte).

São dois os seus poemas astrologicos, *Urania seu De Stellis Libri quinque* e *Meteorum Liber unus*, cuja chronologia de composição e interdependencia é um pouco intrincada. Parece que estavam completos no anno de 1500. E o sabio Soldati considera o segundo poemeto como uma continuação ou um supplemento do primeiro.

O nome de Urania é, na mente do poeta, mais do que a musa da astronomia, é uma creatura viva e familiarmente amiga, que não sómente lhe inspira o canto astronomico, e o guia, com seu esposo Trismegisto, através da vida etherea, mas também, descendo á Terra e tomando a forma de nympha campestre, ha-de conduzi-lo nalguns dos seus mais fervorosos hymnos em *De hortis Hesperidum Libri Duo*, *Lepidina* e *De Tumulis*. Essa ampla e vibrante interpretação da mythica figura de Urania e o seu entranhado culto por Virgilio não o desacompanham em toda a obra.

A Lua é o primeiro astro, que se nos depara na sua exposição, a Lua com as suas phases e os prognosticos que nel-

las se baseiam. Vem depois Mercurio, instabilissimo e por isso gerador de influxos também muito variados — interpretação em que Pontano e Bonincontri coincidem. Passa a louvar a benignidade de Jupiter e a lastimar a maldade de Marte, para se deter depois, encantado, a enumerar e a celebrar as seducções de Venus. Emquanto Bonincontri atenuava as lubricidades do thema com allegorias religiosas, Pontano, mais livremente poeta, dá-nos admiraveis versos de conceitos doutrinaes e imagens ardentes, em que se requinta a phantasia sensual dos *Amori* e o seu entusiasmo sabio pela grandiosidade das coisas do ceu.

Fallando do Sol e associando ao seu panegyrico e á descripção do seu influxo fatalista a sua fecundidade, Pontano recorda-nos os velhos mythos solares, mas ostenta novidades na representação esthetica delles e no sentido que lhes attribue. Passa rapidamente por Saturno, o frio astro, para chegar ao momento da criação e ao concilio dos deuses, em que esta se planeja e decide. Este é o pretexto para nos expôr desenvoldidamente as suas ideas cosmogonicas ou o fundamento scientifico do universo. E' ahi que a magestade epica dos versos de Pontano se estadeia em toda a sua pompa imaginosa e metaphorica. Homem da Renascença, conciliava em sua mente, em convivio pacifico, os deuses da mythologia antiga e o Deus dos christãos. Naturalmente isso fez que uma critica ligeira — como a que mais tarde se applicará aos *Lusiadas* — só visse a incongruencia theologica. Aquelle episodio do concilio dos deuses é inolvidavel, como representação poetica e religiosa do genesis. Pontano, impregnado de platonismo e de sentimento christão, ardendo em entusiasmo poetico e livremente imaginoso, chama a concurso todos os materiaes expressivos para nos resuscitar a criação do universo, em obediencia a uma idea eterna. Effectuada a criação dos corpos immortaes, vinha a criação dos corpos inferiores. E' com esse escôpo que se realisa o concilio, em que Iddio ou o Padre Eterno, tendo á sua direita a Sapiencia ou o Filho e á sua esquerda o Amor ou o Espirito Santo, expõe três conceitos fundamentaes: a sua complacencia por haver lançado as bases da Creação; o enunciado da lei que coordena os quatro elementos — a *terra*, elemento solido e o *fogo*, elemento movel, que torna as coisas visiveis, unidos pelo *ar* e pela *agua*, como termos medios da proporção universal —; e finalmente a funcção ou o dever que impende aos deuses, de cooperar na grande obra da criação, plasmando a materia terrestre, como o proprio Deus tinha feito com a materia celeste.

Como se vê, Pontano, aproveitando o opulento material de allegorias interpretativas dos antigos e sendo fiel ao progresso philosophico e religioso do monotheísmo christão, estabelece uma hierarchia de planos divinos — a mesma que havemos de achar em Camões.

Segue-se o estudo do Zodiaco, scientificamente como um dos circulos da esphera celeste, e astrologicamente examinando cada uma das constellações que o formam, como influencia destinadora. Ahi, como em quasi toda a obra, é a poesia que principalmente vale, a imaginação calorosa, saudavel e optimista, preocupada do melhoramento moral e civil dos homens. A criação ou epocha planetaria segue-se, na historia do mundo, a civilisação delle ou a epocha zodiacal, dividida em doze periodos correspondentes ao numero dos signos. O curso do Sol, através destes signos, chama-se anno. Haverá tambem um *magnus annus*, em que os meses serão seculos e os dias serão gerações, edade em que os homens, já civilisados e cultos, não precisarão mais de revoluções collectivas, nem de descobertas fundamentaes, edade perfeita em que todo o influxo do ceu se exercerá sobre os indivíduos e o seu trato social, e não já sobre os povos e os seus destinos.

Por fim, Pontano, seguindo parallelamente o velho poema de Manilio, disserta acêrca das trinta e três constellações não zodiacaes, narrando a fabula e a allegoria de cada uma dellas. E termina por uma advertencia prudente, que já fizera na sua discussão das ideas de Pico della Mirandola: os influxos astraes são positivos, mas é preciso considerar também os agentes modificadores desses influxos. Pode-se determinar o character humano e o rumo de um destino pela astrologia, mas deve-se chamar á cooperação outras sciencias e a pratica da vida social, para poder conjecturar as reaes vicissitudes desse character e desse destino, isto é, as modificações trazidas pela educação, pelo ambiente moral e politico, pelos agentes physicos exteriores e até — timidamente o admite — pelo livre arbitrio.

Meteorum é uma natural continuação de *Urania*, continuação reservada á parte sublunar do universo. A musa inspiradora é ainda *Urania*, mas agora acompanhada pela Razão. *Urania* e sua comitiva de algumas nymphas conduzirão o poeta na viagem pelo mundo fabuloso dos mythos joviaes; a Razão, com sua austeridade, confinar-se-ha na materia do poema, exposta com fiel aridez. E' por isso o segundo poemeto de Pontano mais objectivo ou mais didactico

e, portanto, muito menos animado de verdadeira poesia, com symbolos e funda emoção.

São quatro as partes principaes da sua dissertação. Na primeira, Pontano trata dos elementos, da sua distribuição pelo mundo e da sua sujeição aos astros. Na segunda versa, de accôrdo com as ideas do tempo, as exalações, humida, sêcca ou ignea, que o Sol attrahe a si, da Terra; em taes exalações formam-se três zonas aereas, que são as regiões proprias dos phenomenos atmosphericos. A terceira parte, com menos travação interna, estuda variadas coisas, taes como os ventos, os terremotos, o arco-iris, os cometas e a via lactea. Na quarta parte, mais breve e já muito distante da meteorologia, occupa-se da origem dos rios. Essa origem foi o resfriamento e a relativa condensação do ar, que pentrou nas entranhas da Terra e adheriu ás rochas.

O temperamento voluptuoso de Pontano e a sua imaginação ardente libertaram-se um momento das disciplinas vigilantes da Razão, para construir uma bellissima allegoria sobre as Naiades. E fecha o poemeto com uma synthese poetica de todos os phenomenos meteoricos e telluricos, e sua incessante modificação da crôsta terrestre. Mudam os valles e as planicies pela acção das aguas, como variam os continentes pela acção conjuncta de todas as forças renovadoras. Como desde a Antiguidade até aos nossos dias a face da Terra mudou, deveremos contar que desapareçam também os monumentos e as memorias da nossa civilisação — que só despertará com as excavações dos estratos do sólo, como as que nós fazemos para recolher os vestigios dos nossos antepassados. E' uma conjectura palingenesica, equivalente a uma funda intuição paleontologica.

E Pontano despede-se com agradecimento e louvor da sua fiel Urania — como eu devo despedir-me do meu generoso guia, através destes meandros da poesia astrologica, o professor B. Soldati, grande critico e editor de Pontano.

Na bibliotheca central da Universidade de Coimbra existe um exemplar do "enchyridio" ou compilação manual de obras de Pontano, publicado em Florença, 1514. Nelle se contém os cinco livros de *Urania*, o unico dos *Meteoros*, os dois dos *Jardins das Hesperides*, *Lepidina* e três cantos pastoraes. Se fosse possivel provar que esta edição já se encontrava alli alguns annos antes de 1543, que foram os dos estudos de Camões naquella cidade, poder-se-hia crer com muita verosimilhança que era o proprio exemplar lido e manuseado pelo poeta da Ilha Namorada.

Este formoso nome da musa da astrologia, inseparavel de Pontano, porque só este poeta lhe soube extrahir todo o conteúdo de alta emoção intellectual e humana, reaparece no horizonte litterario da Italia em 1809, com o poemeto *Urania*, de Alessandro Manzoni, que nelle exalça os beneficios da poesia no animo dos homens, como um dia os cantou Urania a Pindaro. Manzoni repudiou essa obrita, mas Antonio Belloni lembrou-a na sua erudita monographia sobre *Il poema epico e mitologico* (Pag. 367).

Com Pontano e o seu inesquecivel poema *Urania*, o thema da visão esthetica do conjuncto do universo chega á sua ultima expressão e ultrapassa o ambito da poesia. A astrologia, como grande preocupação de todos os espiritos, já déra motivos aos esculptores. Pollaiolo deu-a como adôrno accessorio ao monumento a Sixto IV; Pinturicchio ou algum artista da sua escola representára-a também symbolicamente nos aposentos dos Borgias, do Vaticano; e Andrea Pisano esculpira no campanario do Duomo, de Florença, um grupo allegorico, *Tolomeu e l'astronomia*. Mas Raffaello Sanzio é que lhe daria expressão mais eloquente na simplicidade, ainda que os seus biographos a não achem plenamente feliz. A mim só importa salientar as coincidencias formaes ou de composição entre o pintor italiano e o poeta português.

Já então o gôsto da poesia scientifica do ceu e a pratica supersticiosa da astrologia se haviam diffundido por todos os meios intellectuaes e socialmente elevados dessa Italia — cuja cultura foi no seu grande seculo um tecido de contrastes e paradoxos, de grandezas deslumbradoras e vulgaridades grosseiras. Burckhardt demorou-se a descrever o lugar que na attenção dos italianos occupavam a astrologia e suas peores degenerações. Leão X gloriava-se do florescimento della em seu pontificado e Paulo III esperava indicações dos seus astrologos para a convocação dos consistorios (V. Cap. V, Parte VI, sua obra cit.).

E' no fresco de um dos angulos da "Stanza della Segnatura", do Vaticano, pintada por Raffaello Sanzio, entre a representação do Parnaso, á esquerda, e a da Escola de Athenas, á direita. Será coisa modesta em meio de um tal conjuncto, que é das coisas maiores que a pintura humana jamais concebeu e realisou. Todo o espirito da Antiguidade, como o sentiram e recrearam os grandes corações do Renascimento, está alli expresso em côres immortaes e com suggestões de altos pensamentos. Só com olhar duas das figu-

ras, Goethe concebeu o seu flagrante e entusiasmado parallelo entre Platão e Aristoteles, da sua *Theoria das Côres*,

Pois o fresco angular, que separa esse diptyco sem par, é como uma synthese das grandezas da Poesia e da Philosphia, se não pela realisação artistica, muito difficil, porque havia de reduzir a proporções humanas a obra de Deus, ao menos pela intenção: pintar o enlevo da contemplação da totalidade dessa obra. Uma formosa mulher, provavelmente uma deusa pela attitude e pela occupação excelsa do espirito ou talvez só uma eleita dos deuses, pela expressão de surpresa, debruça-se sobre uma grande esphera crystallina. Grande, mas não tão grande que ella a não possa abarcar com o olhar. Sobre o bôjo appoia a mão direita e nella descansa todo o corpo, porque o braço esquerdo levanta-se á altura do rosto, aberta a mão, como em chamamento ou em admiração. A parte do corpo, que está por detraz do globo, enxerga-se um pouco nublada, porque esse globo é transparente. Podemos ver o desenho das pernas, desde o meio das côxas até aos pés cruzados em alternativa de repouso. Uma faixa voeja-lhe em tôrno da cabeça e da cintura e cahe para o lado de dentro da esphera. A seu lado, symetricamente, dois anjos alados e pisando farrapos de nuvens, partem sobraçando graves livros in-folio, certamente os magnos livros da velha sabedoria. Olham-na fixamente, como a despedir-se ou a admirar a sua concentração. Ella, a formosa deusa ou privilegiada mulher, continúa absorpta na contemplação do universo, porque a esphera representa o universo: na periphéria estão representados os signos do zodiaco e as estrellas; no interior giram os planetas; e no amago, bem ao centro, através de toda essa agitada massa, distingue-se claramente a Terra, á altura dos pés da esbelta figura. Será nella que se concentra a sua attenção, depois do exame do conjuncto.

Com pequena alteração é este o quadro que nos descreve Camões nas estrophes 76.^a-91.^a do canto X dos *Lusíadas*. Bastará substituir os meninos alados por uma pequena chusma de marujos portuguezes, bem surprezos e bem entroncados, transbordantes de prazer ainda recente; e substituir os textos dos livros pelos dizeres de Tethys. As proporções do globo crystallino, taes que sobre elle se pode debruçar e encostar uma figura normal de mulher, correspondem ás do globo dos *Lusíadas*. Tethys faz a sua exposição demonstrativa á vista de uma redução da machina do universo, para a qual ella tambem se poderia inclinar, como se



Estampa IX — Angulo da Stanza della Segnatura, fresco de Raffaello Sanzio, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. XIX).



Estampa X — A Astronomia, pormenor dos frescos da Stanza della Segnatura, de Rafaello Sanzio, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. XIX).

inclina a enlevada espectadora de Raffaello, e á qual os olhos dos portuguezes poderiam abranger num' relance:

Diz-lhe a deusa: o transumpto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou
Do mundo aos olhos teus; para que vejas
Por onde vaes, e irás, e o que desejas.

(Estancia 79.^a).

E' obvio que nem o pintor se inspirou do poeta, nascido após a sua morte, nem este viu jamais o "fresco" de Roma. Mas ambos tinham a mesma formação espiritual dos grandes homens da Renascença. A distancia no espaço e no tempo e a diversidade das inclinações artisticas não apagaram a irmandade na devoção por esse grande thema da intelligencia e da emoção: a contemplação do universo. E chegavam á mesma conclusão formal ou expressiva para um grande motivo da sensibilidade do tempo: ver o mundo e tê-lo á mão, num esquema, cuja posse no espirito dava á intelligencia humana assomos divinos. Os biographos recordam que Raffaello meditou longamente a astronomia e que ella foi o primeiro thema por elle tratado no Vaticano; e chamam a attenção para um velho esbôço de tal thema, que se guarda na Bibliotheca Albertina, de Vienna (V. Cavalcaselle e Crowne, *Raffaello, la sua vita e le sue opere*, Florença, pags. 15-16 do 2.^o vol.).

Esta coincidência nada traz para essa fatigante investigação das fontes, em que se apuram os eruditos, mas vale como uma certidão de parentesco: o pintor e o poeta eram irmãos, porque a sua mãe espiritual era aquella idade aurea da Renascença italiana, com todo o seu patrimonio, incluindo nelle essa presença constante do extase ante o firmamento. Ambos tinham a serena contemplação da synthese suprema ou do esquema derradeiro do universo como sublime prazer esthetico, reservado aos eleitos de Deus. Era a altura, em que se fundiam a verdade, a belleza, o sentimento religioso, a vida e a morte num estado de beatitude intemporal ou suprahumana, que só na musica de J. S. Bach, nas volutas sonoras do seu órgão se poderia expressar plenamente. Esse thema da contemplação do universo tem uma grandeza insuperavel, uma emoção de intelligencia pura e conduz a uma resultante inevitavel: humildade serena, equilibrio, sanctificação da alma. E tudo isso, grandeza, unidade, intellectualismo emotivo, humildade constricta, se contém na musica de Bach, de longas, amplas e profundas melo-

dias, que enchem todas as dimensões da sensibilidade, integras como conjuncto de razão e sentir, melodias em que nem ha variedade instrumental, nem sequer a muleta do acompanhamento, só uma synthese perfeita.

Christopher Marlowe (1564-1593) é muito posterior ao esplendor zenithal da Renascença; e a sua *Tragical History of Doctor Faustus* convizinha já o fim do seculo XVI, pois terá sido escripta vinte annos depois da publicação dos *Lusíadas*. Comtudo, ostenta o mesmo conceito primacial da contemplação do universo na hierarchia dos valores espirituaes. Fausto, quando a sua ambição intellectual attinge o delirio do contracto com o diabo, para em troca da alma tripudiar, rejuvenescido, em correria louca pelos prazeres, um dos primeiros pedidos que dirige a Mephistopheles é o de um livro, que lhe descreva a machina celeste: "Now would I have a book where I might see all characters and planets of the heavens, that I might know their motions and dispositions". (Pag. 65 da ed. Oliveira Cabral, Lisboa, s. d., *Collecção Bilingue*). Sobre os segredos da astronomia e da cosmographia dialoga com Mephistophes. E o côro commenta ou memora com relevo esse seu desígnio intellectualissimo:

Learned Faustus,
To know the secrets of astronomy
Graven in the book of Jove's high firmament,
Did mount himself to scale Olympus' top,
Being seated in a chariot burning bright,
Drawn by the streng of yoky dragons' necks.
He now is gone to prove cosmography,
...

(Pag. 79 da ed. cit.)

Mas o heroe camoneano recebe esse conhecimento supremo como premio dos deuses; e o protagonista de Marlowe adquire-o de maneira maldita. Essa machina do mundo, descripta por Mephistopheles a Fausto em 1592, é ainda o esquema de Ptolomeu — convem recordar. Os poetas quinhestistas procuravam na astronomia valores poeticos já consagrados e não novidades scientificas ainda discutíveis.

Estas coisas só as sente quem se desembaraçar dos preconceitos que o romantismo e todo o espirito burguês do seculo XIX accumularam sobre a arte litteraria ou a poesia: que a sua função é inventar distractivos argumentos de amor e narrar anedotas historicas. No seculo XV e no XVI nem a historia pela historia, nem o amor com seus pro-

blemas individuais de ethica burguesa ou seus desmandos constituíam ainda materia dominante da poesia — que, longe da industrialisação que lhe trouxe o grande consumo do publico ledor e avido de emoção, como de tabaco e agora de cinema, se applicava principalmente á expressão de intuições novas sobre a vida e de descobrimentos novos nas relações do homem com o universo. E a contemplação deste, quando a sciencia e as navegações o fizeram assim acessivel, quasi manuseavel como o globo do "fresco" de Raffaello e o da Ilha dos Amores, de Camões, encerrava a maxima força de emoção. Para todos? Apenas para aquelles que chegavam a essa altura pela via do enriquecimento espiritual e não pela indiferença. Muito bem cahem aqui umas linhas de Charles Morgan, em *The Fountain*: A difficuldade é tornar mais nitida a distincção entre a quietude interior, o equilibrio, que é o objectivo real da contemplação, e a indiferença ou temor em face da vida, que pode revestir a apparencia exterior da contemplação, embora resulte de um espirito covarde e preguiçoso".

Para Camões, cantor de heroismos bellicos, havia ainda outro perigo. Quem muito sobe nos ceus, perde a Terra de vista ou a empequenece até deixar de enxergar o borbulhar humano e suas miserias. Quando a poesia astronomica se destacou do escudo de Achilles para a sua livre carreira, esqueceu a sua origem epica. Nos poetas da astronomia, as coisas humanas estavam adheridas ao mundo celeste na sua pequena proporção, quando a lisonja não falsificava essas proporções. No maior delles, o rigor das relativas proporções torna-se espirito philosophico. Devemos considerar Pontano um adivinhador da epopêa cyclica do seculo XIX, sem protase, sem dedicatoria, sem concilios de deuses, sem tempestades, sem prophecias, sem hyperboles patrioticas, só com uma synthese interpretativa de contemplação da historia humana. Pontano adivinha Victor Hugo. Ora Camões, poeta epico, subindo a esse excelso thema da contemplação do universo, tinha de se defender da contradicção que elle trazia á sua obra: empequenecer o que elle queria exaltar. Eis por que a descripção das celestes engrenagens apenas constitue um rapido prologo para a geographia e para a caracterisação regional. Mantem-se assim fiel ao intuito do poema e á sua elementar philosophia historica: terra e guerra —

Primeiro tratarei da larga terra,
Depois direi da sanguinosa guerra.

(Canto III, est. 5.^a)

A fidelidade de Camões ao espirito da Renascença é coisa que só documenta a força da sua sympathia humana e a largueza do seu genio.

Vivendo já nos annos tristes da Anti-Renascença, na sua "apagada e vil tristeza", á epocha aurea e luminosa do primeiro quartel do seculo XVI se transportou mentalmente, naquella evasão para as alturas com que a intelligencia pode tamisar ou mundificar a realidade ambiente.

Conheceu as nebulosidades phantasmagoricas da astrologia e por certo as facecias satyricas, que ellas suscitavam, por exemplo as de Gil Vicente nos autos da *Feira* e da *Canaanéa*. Neste, a falla inicial de Mercurio é, toda ella, uma caricatura da astrologia. Conheceu tudo isso, mas sentiu tambem e preferentemente os esplendores poeticos dum Pontano e dum Raffaello, e por isso no seu poema só pôs a pura devoção da astronomia, sciencia das sciencias, acçesso do pensamento humano ao absoluto. Mas o poema de Pontano e o "fresco" de Raffaello eram as metas duma longa carreira de idealisação e ao mesmo tempo de simplificação poetica do systema cosmico de Ptolomeu. E é o systema ptolomaico o por elle perfilhado, porque tão longa carreira philosophica e poetica desse systema tornára-o um valor de cultura, que é muito mais que um systema theorico ou um conjuncto de factos e ideas, porque só os valores de cultura encerram emoção e poder conductor, ideaes ethicos e estheticos para a pobre humanidade. Copernico era uma verdade scientifica nova, que encetava então a sua carreira, através da opposição de catholicos e protestantes. Tinha de esperar uma longa elaboração, como esperou depois a lei da gravitação de Kepler e Newton, e como esperam em nossos dias a relatividade de Einstein, toda a physica nuclear e toda a concepção das nebulosas-espíraes ou universos-ilhas, separados uns dos outros por milhões de annos-luz. Sabe-se lá quaes venham a ser as consequencias philosophicas e estheticas do systema universal da nova physica e da nova mecanica celeste, qual o seu conteúdo emotivo e poetico, e quaes os seus corollarios de correcção ao nosso actual espectáculo do mundo e ao sentido e valor dos nossos passos por sobre o triste planeta! E' necessaria uma longa collaboraço da nossa ansiedade collectiva para extrahir e estadear esse conteúdo cultural ou guiador de uma grande idea nova. Esse trabalho estava feito e perfeito, no tempo de Camões, quanto á concepção de Ptolomeu. Era ptolomaica toda a cosmogonia da Renascença; ptolomaica toda a tradição da poesia astronomica; ptolomaico havia de

ser o quadro da contemplação do universo, que nos daria Camões, fiel a esse aureo espirito da Renascença.

O systema ptolomaico fazia parte integrante da visão do mundo dos renascentistas. Parecerá um pouco paradoxal que o homem da Renascença, sendo o obreiro da reforma das ideas cosmogonicas e geographicas, permanecesse tão obstinadamente fiel áquelle archaismo. Essa, porém, é a verdade. Não esquecer a distancia que vae da primeira apresentação de um facto e da primeira formulação de uma idea até á sua conversão psychologica em valor cultural. O systema ptolomaico e a mythologia pagã eram inseparaveis; com essas lentes convexas, de raios differentes, haviam os homens da Antiguidade contemplado e interpretado o mundo. Como haviam os seus tardios filhos espirituaes na Renascença de se libertar ou de prescindir dellas, se queriam repetir a contemplação dos avós immortaes, só juntando mais experiencia emocional e maior amplidão de theatro?

A machina do mundo, segundo Ptolomeu, e a mythologia pagã eram sangue e nervo para os humanistas do grande seculo, porque lhes davam a visualisação das coisas e a linguagem que a expressava. Não eram temas de erudição escolar, como são para nós; eram valores vivos e militantes em todas as horas. As intuições novas eram quasi sempre traduzidas ou archivadas em metaphoras velhas da mythologia. E Camões bem exemplifica uma altissima virtuosidade na pratica dessa linguagem a um tempo velha e nova, poetica e scientifica. Todas as grandes situações heroicas o transportam a casos typicos e a mythos — agora no rigoroso sentido ethnologico da palavra (V. pag. 61) — a mythos do patrimonio explicativo ou interpretativo da realidade eterna dos antigos.

E as datas, incluindo a da partida de Vasco da Gama, as mudanças atmosphericas, o amanhecer e o anoitecer, o sol alto do dia pleno e a espessura da noite, os pontos cardeaes, o equador e as regiões circum-polares, as durações e distancias dos successos em meses e dias, e até um dia preciso e tambem a perpetuidade, tudo que se articula á complexidade solidaria dos mundos é expresso em linguagem ptolomaica e mythologica de uma insuperavel clareza. E tambem com uma grande variedade. Esta se patenteia especialmente na enunciação das auroras e dos crepusculos vespertinos.

Isto pode, algumas vezes, dificultar-nos o accesso immediato á medulla da sua poesia ou ao cerne vivo de um grande homem da Renascença. Mas a sua grandeza consis-

te justamente nessa identificação com o que hoje nos parece um pouco distante, como distantes estão a escolastica, a theologia e os terrores medievos que dão a vertiginosa altura da *Divina Comedia*.

Vivendo em pleno reinado do tridentismo, presenceando no reino e na Índia os estragos da Inquisição e o envenenamento da verdadeira fé religiosa, Camões eleva-se nesse canto decimo do seu poema a um conceito de Deus, ao mesmo tempo immenso e modesto, a grandeza que o equipara ao proprio universo ou, mais, á moldura e limitação d'elle, e a modestia que se confessa impotente para o definir e nomear. E insiste especialmente nesse contraste da limitação do universo e da illimitação de Deus:

Vês aqui a grande machina do mundo,
Etherea, elemental, que fabricada
Assi foi do saber alto e profundo,
Que é sem principio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo, e sua superficie tão limitada,
E' Deus: mas o que é Deus ninguem o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.
(Canto X, est. 80.^a)

Como está longe do conceito de Deus pessoal esta confissão de humilde agnosticismo!

A contemplação da “machina do mundo” — designação, vezes varias repetida pelo poeta, em que se trahe um parentesco espiritual — é ao mesmo tempo argumento apologetico e negação de mysterio; revela Deus e encobre-o, contenta a intelligencia e impõe-lhe uma attitude de submissa modestia:

Se quando contemplamos as secretas
Causas por que este mundo se sustenta,
E o revolver dos ceus e dos planetas;
E se quando á memoria se presenta
Este curso do Sol, que é tão medido
Que um ponto só não mingua nem se augmenta;
Aquelle effeito, tarde conhecido,
Da Lúa, em ser mudavel tão constante,
Que minguar e crescer é seu partido;
Aquella natureza tão possante
Dos ceus, que tão conformes e contrarios

Caminham, sem parar um breve instante;
Aquelles movimentos ordinarios,
A que responde o tempo, que não mente,
Co'os effeitos da Terra necessarios;
Se quando, emfim, revolve subtilmente
Tantas cousas a leve phantasia,
Sagaz, escrutadora e diligente;
Vê bem, se da razão se não desvia,
O altissimo Ser, puro e divino,
Que tudo pode, manda, move e cria;
Sem fim e sem principio: um Ser contino;
Um Padre grande, a quem tudo é possibil,
Por mais arduo que seja ao humano indino;
Um saber infinito, incomprehensibil;
Ūa verdade que nas cousas anda,
Que mora no visibil e invisibil.

(Pags. 223-224 das *Obras Completas*,
II, edição Sá da Costa).

Na poesia romantica, mais sentimental ou menos intellectual, será da evocação historica e da paisagem que se extrahirá uma apologetica religiosa, como se exemplifica no poemeto *A Cruz Mutilada*, de Alexandre Herculano.

Tudo que o genio do poeta tocou se purificou, para se incorporar no quadro de altos valores espirituaes da sua epopêa, como conglomerado de lendas heroicas, lendas maritimas e lendas celestes.

O descobrimento do caminho maritimo para a India tinha um proposito de rivalidade economica e ambição mercantil: a importação da pimenta e outras especiarias por nova rota e debaixo de bandeira portuguesa. Arrancar esse commercio das mãos de genoveses, venezianos e turcos era o intuito immediato da afflictiva pobreza dos reis. Fernão Lopes de Castanheda, apesar do seu enthusiasmo pelas proezas que narra, põe tudo em pratos limpos, dá-nos a verdade nua e crua, logo nas linhas iniciaes da sua *Historia da Descobrimto e Conquista da India pelos Portugueses*. Entramos naquelle vasto mundo heroico pela porta da cozinha, não por um solemne portico:

“Antes que a India fosse descoberta pelos Portugueses, a maior parte da especiaria, droga e pedraria della se vazava pelo Mar Roxo donde ia ter á cidade d’Alexandria e alli a compravam os venezianos que a espalhavam pela Europa, de que o reino de Portugal havia seu quinhão, que os venezianos levavam a Lisboa em galés, principalmente

reinando nos reinos de Portugal el Rei D. João, o segundo deste nome: que como fosse de muito altos pensamentos, e desejoso d'accrescentar seus senhorios e ennobrece-los a serviço de nosso Senhor, determinou de prosseguir o descobrimento, da costa da Guiné que os seus antecessores tinham começado: porque por aquella costa lhe parecia que descobriria o senhorio do Preste João das Indias, de que tinha fama: pera que por alli podesse mandar levar aquellas riquezas que os venezianos lhe iam vender". (Pags. 5-6 da ed. de 1924, Coimbra).

Ao regresso de Vasco da Gama seguiu-se na nossa historia economica e politica a epocha designada certamente por J. Lucio de Azevedo como o "cyclo da pimenta". Pois Camões escassamente allude á pimenta e ao commercio vil da especiaria; põe todo o comedimento de dignidade esthetica na descripção das quisilias com o Samorim e o Catural de Calicut por causa do negociosinho. Na caracterisação geographica das regiões da Terra torna a alludir á especiaria (39), mas então obedecendo ainda ao gôsto ou á forma da curiosidade cosmopolita da Renascença, que estimava possuir alguma noticia das raças exoticas, das produções typicas e dos costumes peculiares — tudo referido ao absoluto moral e social, que era a civilisação europêa para um homem do seculo XVI. E' o criterio comparativo de excentricidades, que encontrámos em Garcia de Rezende, expresso em versos ingenuos.

Presenceou toda a decadencia do ephemero imperio maritimo e mercantil dos portuguezes no Oriente, a chatinagem, a soltura impudica dos costumes, a prepotencia dos vice-reis e governadores, o rarear das armadas e da chegada dos quintaes e das quintaladas da pimenta, por que suspiravam todos no reino, desde o soberano. E sobrepôs-se a essa realidade pungente, elaborando o mundo epico do descobrimento: anno e meio da viagem, desde a partida até á ilha dos Amores e, enlaçada nesse eixo, como fugas retrospectivas ou propheticas, toda a historia patria, das origens a 1550. Daquelle facto historico, fixado em primeira mão pelo roteiro de Alvaro Velho (40), tripulante da nau *S. Raphael*, derivou-se por prompta degeneração o painel de decadencias miserandas, de que as ruinas oscil-

(39) — Referencias á especiaria (canella, camphora, cravo, pimenta, noz moscada): Canto II, estancia 4.^a; canto IX, estancia 14.^a e Canto X, estancias 123.^a, 132.^a e 133.^a.

(40) — O roteiro de Alvaro Velho fazia parte do codice 804 da livraria do extinto mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e

lantes de Velha Gôa são o symbolo triste, mas derivou-se tambem na grande alma do poeta o mundo lendario do seu poema, todo feito de heroismos, abnegações, fé pura, luminosidades sem jaça. Mundo em que intervêm todas as forças do universo, a Providencia e os deuses do Olympo, ao serviço della, como no poema de Pontano, os prodigios de bravura que affrontam Adamastor, alguns desses deuses e os elementos em colera, e por fim a Sabedoria suprema na contemplação de tudo isso em transumpto fiel, explicado por uma voz de deusa enamorada. Foram duas direcções bem oppostas: a da historia e da supra-realidade poetica. Uma conduziu á miseria e á morte; outra á transfiguração esthetica e á immortalidade.

A epopêa da Renascença, além dos heroismos marciaes, das navegações e da contemplação do firmamento, comportava uma adherencia impura: a adulação dos mecenas reaes ou possiveis, que amparavam e tornavam vivedoura a alta poesia. Os pintores retratavam e adulavam os papas, os imperadores, reis, cardeaes, bispos, magnates da nobreza, os unicos modelos que pagavam e desse modo estimulavam a criação artistica. Foi uma epocha de serviçãõ da arte e de progresso della, porque não foi incompativel com um grande ascendente pessoal dos artistas. Pois Camões reduz a proporções de dignidade essa norma da adulação dos grandes pelos poetas, talvez porque não teve nenhum Mecenas a ampará-lo, ou porque nada esperava do jovem e imprudente rei, a quem dedicava o poema. E quando falla de D. Manuel I, o Carlos Magno ou o rei Arthur deste serôdio cyclo de lendas epicas, falla com nobre independencia, censurando-lhe a ingratição e a injustiça para com os seus servidores. E não faltam no poema normas e conselhos sabios para os governantes. Era o tempo em

guarda-se hoje na Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Foi pela primeira vez publicado em 1838 por Diogo Kopke e Antonio da Costa Paiva, que o reimprimiram em 1861, com uma introduccão nova redigida por Alexandre Herculano. Em 1936 e 1940 sahiram outras edições, dirigidas por Bragança Pereira e Fontoura da Costa, respectivamente. E em 1945 o sr. Visconde de Lagôa incluiu na collecção de monographias historicas, que dirige, uma excellente reimpressão do manuscripto de Alvaro Velho, com um facsimile do texto, uma leitura paleographica, outra actualisada e varios estudos criticos, a cargo de um grupo de auctorizados eruditos: *Diario da Viagem de Vasco da Gama*, Porto, 1945, 2 vols. Deste roteiro ha duas traducções francesas, uma inglesa e outra allemã.

que o destino dos povos dependia das qualidades pessoas dos soberanos e em que, portanto, a sciencia politica se reduzia a uma psychologia conjectural do bom principe ou do principe perfeito. Todos os tratadistas de politica pratica se limitam ao esforço de procurar exercer influencia normativa sobre os reis; quando estes deixaram de ser os fulcros das sociedades, essa precaria sciencia politica foi-se com elles para o museu historico. Sobre D. Manuel I chegou Camões a expressar-se um pouco despectivamente, pelo exaggêro vanglorioso do titulo. Foi quando attribue ao Velho do Restello estas palavras:

Buscas o incerto e incognito perigo
Por que a fama te exalte e te lisonge,
Chamando-te senhor, com larga copia,
Da India, Persia, Arabia, e da Ethiopia!

Tão grande era o philosophico desdem do poeta que, para o expressar, não se importou de incorrer em anachronismo, fazendo que o Velho censurasse a vaidade do rei pela adopção de um cognome muito posterior, porque foi consequencia da viagem, que naquelle instante se iniciava.

Tal censura não attingia só o rei, implicitamente se dirigia á figura maior dos heroismos indianos, a Affonso de Albuquerque, o conquistador que orgulhosamente se intitulava nos diplomas officiaes: “Affonso de Albuquerque do Conselho de El-Rei N. S. e seu capitão geral e governador das Indias, Persia, Arabia e do reino e senhorio de Ormuz e do reino e senhorio de Goa e Malaca por El-Rei N. S...”

O poeta, que de tudo se informou, sobretudo do material historico positivo, conheceu muito bem as recompensas que o rei concedeu a Vasco da Gama no momento da sua chegada e na emoção de deslumbramento do feito conseguido. Mas preferiu conceder ao navegador recompensas suas, isto é, premios de escala heroica, á altura do homem que exaltára em hyperboles insuperaveis no seu accento epico. Não o fez conde, nem almirante, nem lhe assignou lenças, commendas e privilegios do mundo profano; deu-lhe o amor de uma deusa, mãe de um heroe de prodigios, deusa que se recusára a Adamastor e se lhe entrega jubilosamente, cumprindo um mandado dos ceus. Depois, como excelso requinte, revela-lhe os segredos da machina do mundo e do panorama da Terra, para cujo reconhecimento elle acabava de contribuir com a sua viagem. Só uma vez, pela voz da prophetisa, que tinha de offerecer dados certos para

ser crida, falla de “os titulos de Conde e de honras nobres” (X, 53).

Os cantos finaes do poema coroam o argumento maravilhoso com valores estheticos, para os quaes a palavra é pobre, como pobres haviam sido as côres de Raffaello. E’ preciso esperar pela musica, esperar pelo orgão de Bach, unica força capaz de nos dar aquella serena luz dos mundos no seu rolar sem fim e a commoção de espanto do Gama e dos portuguezes, um momento em frente da obra de Deus.

As cautelas inquisitoriaes da Contra-Reforma não impediram o poeta de sentir e militar essa synthese maravilhosa da juxtaposição das duas religiões, o paganismo alegre e preocupado de entender a vida, e o christianismo lugubre e dominado pela preparação da morte. Os espiritos mais elevados viviam nessa dualidade religiosa; cada um dos mundos dava-lhes o que o outro não continha. Um dos acêrtos de Theophilo Braga, na sua erudição camoneana, foi ver nesse syncretismo das duas almas, a gothica e a pagã, o principal vinculo que liga o poema á mentalidade da Renascença (V. *Camões e o sentimento nacional*, Porto, 1891, pags. 63-76). Bem longe dessa comprehensão andou o Visconde de Juromenha em 1880, apesar de haver passado a vida a estudar Camões. Era uma linguagem poetica propria da Renascença, agora obliterada para nós. Tambem os architectos e os esculptores da Edade Media fallavam com a pedra; e os tapeceiros flamengos e os pintores fallavam com seus symbolos, seu realismo e suas maravilhosas contradicções uma linguagem que hoje só sentimos com um vago instincto que nos liberta dos preconceitos logicos e da sua congruencia. Aquella juxtaposição das duas religiões era um expediente ou uma necessidade dos homens quinhentistas, que não podiam prescindir do conteúdo riquissimo de vida, de experiencia e sonho que os gregos tinham archivado nos seus mythos: recorriam á historia antiga e á concepção mythologica, para entender a totalidade da vida vivida antes e fóra da reforma christã. Pontano não vacilla em continuar a creação de mythos para dizer poeticamente as suas ideas e as suas emoções sobre os problemas da consciencia, da origem aos ultimos fins.

Os cantos finaes reconduzem o poeta ás fontes puras que dessedentaram o seu espirito: o amor e a contemplação da abobada celeste. E fóra da musica e da idea da morte, não ha caminhos mais seguros para que a pequenez do ho-

mem chegue a topetar o infinito que o amor e o ceu estrelado — tambem o ceu estrellado, uma das formas de sublime que enterneciam a alma de Kant. Em Camões o homem engrandece-se por essa corajosa evasão para a immensidade do mar e para a immensidade do ceu.

Mais ainda fez o poeta, no seu esforço de purificação esthetica. Além de mundificar a materia epica, em seu tempo já empanada de manchas negras, como todos os imperialismos da historia e tudo que nasce da guerra injusta; além de sublimar as recompensas conferidas a esses heroismos sem jaça nas delicias do amor e no extase da contemplação do universo, purificou o proprio espirito epico. Isto não quer dizer que tornasse a epopêa só epica, porque nos *Lusiadas* ha muito lyrismo amoroso e bastante subjectivismo pessimista ou bastante confissão melancholica.

Esta purificação do espirito epico significa uma coisa diversa. A criação de valores epicos é como uma fermentação psychologica de character colectivo ou gregario, que produz muitas coisas bellas, mas tambem exhala fétidos e deposita escorias. Naquelles paizes ou naquellas historias litterarias, em que, por muito remotos, os episodios da criação epica não nos mostram essa fermentação com suas escumas sujas e suas fezes, encontramos-as representadas nos proprios textos. São aquellas obnubilações do sentido critico, a espessura credula do irracional e do maravilhoso que as enche, os vaticinios, os agouros mysteriosos ou claros, propicios ou lethaes, proximos ou distantes, são os privilegios magicos do heroe e de suas armas, o feitiço da sua espada invencivel e a intelligencia bellica do seu cavallo.

Mesmo sem communicação entre ellas, essas varias fermentações epicas — a dos gregos, a dos germanos, a dos scandinavos, a dos francos, a dos castelhanos, a popular e a culta — apresentam sempre os mesmos symptomas morbidos: franca exposição das consciencias ao irracional, ao maravilhoso, ao fatal, á superstição, ao messianismo prophetic, a todos os mysterios reaes e imaginarios da vida. A psychose heroica, forjadora dos valores epicos, é em toda a parte igual, porque nasce de circunstancias analogas ou parallelas e se processa no mesmo campo de experiencias, a pobre alma humana, sempre afflictamente ansiosa por se apoiar nalgumas certezas salvadoras. Na *Chanson de Roland* toda a acção do poema e de um cyclo de poemas decorre deste prenuncio agourento:

*Li empereres li tent sun quant, le destre;
Mais li quers Guenes iloec ne volsist estre:
Quant le dut prendre, si liceit a tere.
Dient Franceis; "Deus! que purrat ço estre?
De cest message nos avendrat grant perte.
— "Seignurs", dist Guenes, "vos en orrez noveles!"*

Versos 331-336 da ed. Bédier.

Neste poema a unidade de combate é trina: heroe, espada e cavallo. As espadas e os cavallos têm seus nomes proprios, porque têm sua individualidade e sua consciencia heroica:

Roland, espada Durendal e cavallo Veillantif; Ganelon, espada Murgleis e cavallo Tachebrun; Carlos Magno, espada Joyeuse e cavallo Tencendur, e assim nas principaes figuras. Essas espadas, por vezes, encerram reliquias santas em seus punhos: na de Roland havia um dente de S. Pedro, sangue de S. Basilio, cabellos de S. Diniz e um fragmento de vestido da Virgem; a de Carlos Magno terminava com a ponta da lança que ferira Jesus sobre a cruz. Fallava-se com a espada e dirigia-se-lhe o grito de guerra: Montjoie! E esta concepção phantastica do espirito heroico extendia-se ao lado sarraceno; o rei de Saragoça montava um maravilhoso cavallo Gaignon; Climborin, Malquiant, Grandoine, tambem sarracenos, tinham cavalos de prodigio, com seus nomes e sua consciencia heroica de collaboração. Ha encantadores, sortilegios, intervenções do archanjo S. Gabriel, que guarda a Carlos Magno e o faz ver visões annunciadoras. A morte de Roland é antecipadamente annunciada pelo lucto da natureza. E ha ouro a rôdos nas espadas dos heroes, nos arreios dos cavallos e nos presentes. Pelo ouro se batem os *Nibelungos* e á volta dessa lucha decorre toda a acção do poema, onde tambem não faltam os elementos phantasticos: o dragão que guarda o thesouro; a "tarnkappe" ou o manto que torna invisivel a Siegfried; a pelle cornea que o torna invulneravel, com excepção da região de uma omoplata; a prophesia das ondinas a Hagen, quando este parte para a côrte de Etzel... Não ha uma equivalencia de maravilhoso heroico entre o calcanhar de Achilles e a omoplata de Siegfried? Todavia, seria difficil apontar os *Nibelungos* como imitação germanica da *Iliada*. E assim mesmo no *Cantar de Mio Cid*, ainda que em medida menor, porque a mente realista dos castelhanos era avêssa á cega acceitação de toda a enxurrada phantastica. A fermentação epica portuguesa processa-se numa zona superior da socie-

dade, torna-se coisa official, programma dirigido por um regimen politico, o da monarchia absoluta da Renascença. Quem lhe recebe os effluvios bons e as emanções toxicas, no reino ,na Africa e na Asia, é um alto espirito rendido ás luminosidades dessa Renascença, que punha a cultura da intelligencia e o juizo critico entre os seus primeiros valores. Foi por isso que o poeta separou o que nessa fermentação era aura bemfazeja do que era só fumaça negra e intoxicadora de erros e mentiras, artificios e adornos contrarios á razão. Aquelle material decorativo peculiar da fermentação epica espontanea não existe nos *Lusiadas* ou transformou-se no maravilhoso duplo da velha mythologia e do christianismo, duplo porque duas eram as faces da visão da vida que os grandes homens da Renascença consideravam. Se falla dos aruspices indianos (Canto 8.º, estancias 45.ª e 46.ª), é para documentar a superstição e, implicitamente, a condemnar .

Esta eliminação das escorias do fermentar epico é, a meu juizo, outra forma da purificação dos processos expressivos, praticada por Camões. Elle não conhecia as epopéas medievas, mas assistiu á ebullição heroica do seu povo; não purificou reminiscencias de leituras, purificou observações vividas e recebidas. E aqui está outro elemento para a constituição de um criterio de avaliação esthetica da poesia heroica portuguesa posterior, segundo adoptou ou repudiou taes escorias. A longa enfiada de poemas heroicos de auctores portugueses em varias linguas, nos seculos immediatos, restabelece o gôsto por esses elementos mentirosos do espirito epico. Diminue a força de inspiração creadora e adensa-se a turvação esthetica. Como nos rios: quando a força da corrente amortece, as aguas vão deixando accumular os dejectos.

Esses elementos allogicos ou phantasticamente irracionais são attributos tão inseparaveis de toda a fermentação epica ou epoide que os encontramos no seculo XIX, por exemplo em *Mireio*, de Frederico Mistral, que se incorporava na gloriosa genealogia homerica:

Umble escoulan dóu grand ouméro

Disse que não houvera communicação ou continuidade historica da forja epica medieval para a forja epica da Renascença. E assim é, porque a ligação heroica entre as expressões litterarias desses dois mundos, o gothico e o neo-classico, se fez pelas novellas de cavallaria. Mas ha uma palavra typica no nosso mundo epico, o appellativo “barão”,

que poderia parecer um vinculo. Usam-na varios auctores do seculo XVI, por exemplo Camões logo no verso inicial do seu poema e depois mais nove vezes, João de Barros que era um grande prosador, e Duarte Pacheco Pereira e Gaspar Corrêa, que não tinham preocupações de linguagem epica estylisada.

Essa palavra, “barons” e “baruns”, occorre muito repetidamente na *Chanson de Roland*, sobretudo nos versos do terceiro e quarto milhar, mas não veio de lá ou do mundo epico dos francos para o dialecto epico português do seculo XVI: procede da influencia da terminologia militar germanica, em toda a Europa diffundida pelas invasões vencedoras, que lhe déram ascendente heroico. Foi o que succedeu, em proporções menores, com a terminologia militar arabe nos paizes ibericos. E’ o que succede hoje com a terminologia desportiva anglo-saxonica. A sua assimilação litteraria poderá ter sido feita através da epopêa cavalheiresca italiana, de materia francesa, que era bem conhecida de Camões.

No fermentar epico do seculo XV-XVI havia uma adherencia bastarda, que era peculiar da Renascença, uma escoria nova que se derivava de uma causa nova tambem: o mecenatismo. Para obter ou para agradecer a protecção dos mecenas ou por contagio de um triste môrbo, os poetas epicos praticavam muito a lisonja dos grandes. A epopêa era tida como um infallivel meio de attribuir fama; e esta fama vendia-se a quem a pagasse, ainda que se apartasse infinitamente do typo do heroe epico. Era uma coisa parecida com a falsificação das reputações, que modernamente se faz com a technica psychologica de propaganda. Essa escoria nova do espirito epico não passou no poema de Camões. Tambem ahi se extendeu a sua acção purificadora (V. Cap. XVI), oppondo-lhe o antidoto dos escrúpulos ethicos ou uma honrada consciencia da funcção glorificadora da poesia heroica. O poeta como que regulamentou, na theoria e na pratica, a attribuição da “fama grande e nome alto e subido” (IX, 88).

As traições, odios e vinganças memoraveis da epopêa medieval oppõe o mais firme lealismo ao rei, que jamais se deixa quebrantar ou amortecer pela distancia e pelas injunções da realidade. Da epopêa medieval só herdava o espirito de cruzada religiosa, mas envolvendo-o em esplendores novos de curiosidade intellectual que levam ao extase ante a obra de Deus.

PARTE TERCEIRA

IDEAS FINAES

CAPITULO PRIMEIRO

COROLLARIOS DA DOCTRINA

Que significa ou qual a intenção deste fastidioso enumerar de lugares communs da prosápia nacional, já hoje tão gastos que foram cahir na mais pobre das rhetoricas: a dos discursos de apresentação de credenciaes dos empregados diplomaticos? Pretende salientar que o poeta epico não é o creador da materia epica, dando a esta designação o seu verdadeiro sentido: plataforma de exaltação heroica e civica devoção, onde todos os elementos predominantes de uma sociedade se encontrem, predominantes por terem uma visão clara dos valores que levam essa sociedade a um fito. A poesia epica é uma poesia preocupada de acção util, embora equivocada sobre o conceito dessa utilidade. É uma poesia filha de um estado colectivo morbido, como a perola nasce da doença da ostra. O poeta epico, mais doente ainda, sublima a doença. Não tem sequer o poder de colorir de tom epico a materia commum ou já de si heroica; a materia epica é-lhe anterior e é de criação collectiva, está já crystallizada na mente do povo que teve horas altas de excitação patriotica e com as recordações dellas constitue uma força coalescente ou gregaria; a materia epica só é chamada á perpetua presença pelo poeta, com o seu genio da expressão. Homero, pae da poesia da nossa civilização occidental, era já no seu tempo um archaisante, lembram com apparente paradoxo os hellenistas; o cyclo dos seus motivos já volitava no ceu jonio, numa synthese de realismo fiel e de maravilhoso sobrenatural com sua causação transcendente, convivio de deuses humanizados e de homens equivalentes a deuses, em franca intimidade com os elementos naturaes, alegres, crueis, insensiveis á dôr, centros creadores de força, que se não detêm a reflectir sobre a sua essencia e os seus fins, que não sentem curiosidade critica, só exercem a acção e se alimentam da lucha e da victoria sobre os outros homens, sobre a natureza, sobre os próprios deuses, e só fallam para justificar as suas truculencias.

Epopêa é a glosa poetica de um mytho heroico, é portanto a coroação individual da obra collectiva pelo poder de expressão do poeta. Que faz elle? Detem esses moti-

vos ou valores mythicos de collectiva vibração na sua carreira, porque os coordena num mundo organico e os allia á perpetua juventude da poesia, com seu mysterioso poder para suspender o fluir do tempo. Cria para isso a sua linguagem ou seu dialecto epico, todo composto de conceitos de valor e formando uma total visão da vida. Homero creou e archivou para sempre o velho dialecto epico da Jonia e nelle não versificou successos historicos recentes, seduzido pela exaltação heroica delles; condensou e ordenou em poemas todo o previo trabalho colectivo, que de longinquos successos fizera mythos. Portanto, o mytho é a condição prévia da epopêa.

Esta condição essencial da anterior presença de um mytho colectivo como introduccção á epopêa, mesmo quando seja elaborada por um poeta bem conhecido e individualisado, verifica-se em todos os grandes casos conhecidos de floração do genero epico. No seculo de Augusto, Virgilio recebe o mytho já crystallisado da fundação de Roma, crystallisado e articulado ao mundo da epopêa homerica. Essa articulação levou Ronsard ao equivoco de crer que estava nas suas mãos crear tambem a sua epopêa, *Franciade*, galvanisando-a com a magia do honroso parentesco do seu heroe Francis com o troyano Heitor, através de uma phantastica genealogia.

No principio do seculo XIII, o auctor dos *Nibelungen* ordena as façanhas já mythisadas de Siegfried. Este processo de mythisação vinha já do seculo IX, de um canto mais lyrico do que epico, mas com o argumento central baseado nos successos, de que é contemporaneo; no seculo XI alarga-se num poema epico de menos de mil versos; e no seculo XIII surge o grande poema, que possuimos, cinco vezes mais extenso, e que não deixa por isso de ter sua auctoria individual. Pode-se acompanhar esta carreira do thema nas obras de Heusler e Tonnelat (V. a bibliographia dada pelo ultimo a pags. 373-387 de *La Chanson des Nibelungen, Étude sur la Composition et Formation du Poème Épique*, Paris, 1926). No fim do mesmo seculo, Dante architecta a sua *Divina Comedia* sobre a visão escolastica do mundo, sobre a obsessão universal de querer visionar o além, soccorrendo-se da interpenetração das escatologias christã e musulmana. Os mysterios e as visões do seculo XIII, a lyrica de Jacopone e a *Chronica* de Compagni são material meio tósco ou mal trabalhado que só aguarda a elaboração dantesca. A *Divina Comedia* nasce da genial fusão de dois generos litterarios de emoção collectiva: a

“visão” e a “lenda”. A primeira destinava-se a representar o maravilhoso do outro mundo; a segunda punha em relevo o maravilhoso que se topava entre os factos humanos. Por vezes os dois generos confundem-se — lembra De Sanctis. “As *Vidas* de Cavalca, as *Narrativas* de Passavanti, as *Florinhas* de Francisco offerecem flagrantos exemplos, além da longa lista de visões, que nos déram Labitte, Ozanam e Kopisch. O sentimento que dominava nestas visões era, em geral, o terror, tal como era necessario para produzir effeito sobre as tôscas imaginações. O diabo occupava o primeiro lugar; rivalisava em ferocidade, na invenção de penas, tanto do Inferno como do Purgatorio. Em breve, do pulpito e dos manuscriptos desceram ás praças publicas. Traduziram-se em dramas, foram objecto de representações publicas. O Demonio, os Condemnados, as almas penadas deviam produzir nos espectadores os mesmos effeitos que as terriveis Eumenides nos antigos. Havia em tudo isto um conceito tragico, a perdição da alma, manifestada em acções particulares, em parte narradas e em parte representadas, como nos começos do drama grego.

Dante apoderou-se deste argumento, que até então só havia sido imaginado e sentido fragmentariamente, ora por este, ora por aquelle; apoderou-se d'elle, abraçou-o em toda a sua amplitude e deu-lhe como base a redempção da alma. Assim a tragedia foi trocada em uma *Comedia* que a posteridade chamou divina”. (*En torno a la Divina Comedia*, Francesco De Sanctis, trad. hesp., pags. 87 e 189-190). E noutro passo da mesma obra: “As ideas e as paixões, por exemplo, que constituem o fundo da *Divina Comedia*, podemos achá-las em Ser Brunetto Latini, em Cavalcanti e em espessas lendas daquelle tempo. Por que é que só em Dante ellas são immortaes? Porque Dante soube trabalhar e transformar aquella materia, fazendo de um confuso e mecanico agregado uma viva unidade organica. Assim, pois, a questão critica fundamental é esta: dados taes tempos, taes doutrinas e taes paixões, por que modo foi essa materia elaborada pelo poeta, por que modo converteu elle a dita realidade em poesia?” (Pags. 239-240). Até numa obra, que não é uma apologia do heroismo de vibração collectiva, mas que é genial expressão de inquietações collectivas, se verifica esse processo da anterior elaboração. E é elle que lhe dá o poder de identificação com um povo e com toda uma epocha da misera alma humana aterrada.

No seculo XVI, Ariosto, Tasso e Camões encontram já creados tambem cyclos mythicos ou juizos lendarios em tor-

no do furor heroico de Roldão, da reconquista de Jerusalem e da decifração do maior enigma geographico do Renascimento, o caminho maritimo da India e a posse da Terra pela victoria sobre o mar. O materialismo historico de Bédier não invalida esta proposição, porque seja maior ou menor a antiguidade do material epico, fosse quem fosse que forjasse tal material, com boa fé e sinceridade ou com interessado calculo, jograes ingenuos ou theologos espertos, tal material existia, tinha sua carreira historica e era acatado. E toda a arte tem um alicerce de mentira consentida; em suas zonas inferiores nasce da ignorancia que se não conforma e a si mesma se engana com bellas palavras. E o caminho dessas iniciaes mentiras prosseguiu através da epopêa cavalheiresca de Ariosto, renovador da arte poetica da narrativa mentirosa, em que elle mesmo não cria. E Tasso, se cria na significação humana do episodio da reconquista ephemera de Jerusalem, não deixou por isso de crear uma epopêa mentirosa, que só vale pelo que encerra de individual, a sua imaginação lyrica e a sua virtuosidade nova, a sua mestria na imitação da epopêa classica. Está ainda na esteira da imitação dos antigos, é principalmente um demonstrador do poder das ideas claras, quando alliadas á inspiração. O seu reinado foi um reinado pessoal e critico; desvalorizado o argumento do seu poema e reduzido a fracassado episodio historico, a Tasso se recorreu pelo que havia de Tasso na *Jerusalem Libertada*, emoções e ideas criticas sobre a estrutura da nova epopêa, jamais pelo que nella se contivesse de colectivo, humano ou renascentista. Pouco depois do apparecimento do poema, um successo real offuscava todas as luctas das cruzadas distantes: a batalha de Lepanto. O poema estava até em contradicção com o espirito da Renascença, que é de critica e livre exame, de tolerancia e sympathia; o poema é, de facto, obra antirenascentista e tridentina.

Em pleno seculo XIX ainda temos um exemplo desse processo da elaboração epica anterior ao poeta: o da *Kalevala*, a epopêa nacional do povo finlandês. O choque do espirito finlandês com o da Russia dos tzares, quando esta a arrebatou da dependencia mais caroavel da Suecia, em 1809, determinou uma effervescencia de sentimentos. Vinha logo o romantismo, com a emoção nova do mundo medieval e folclorico. Lönnrot percorre o paiz, desde 1828, a colligir as velhas balladas heroicas do povo finês e offerece á sua gente duas collecções, *Kanteletar* e *Kalevala*. Esta, pela genial dextreza do coordenador, novo Homero que

substitue á apologia da força a apologia do espirito, pois a Finlândia era fraca e só na resistencia interior e na criação espiritual podia obter victorias sobre o colosso russo, esta segunda collecção, *Kalevala*, torna-se immediatamente o verbo de um povo opprimido e que bem merece por suas superioridades e virtudes a dignidade da independencia. Recorda Van Gennepe, ethnographo autorizado:

“O verdadeiro processo de formação da epopéa foi o finlandês Lönnrot quem o mostrou: recolheu todas as especies de cantos magicos entre os camponeses das margens do Baltico e, crendo descobrir nelles fragmentos de uma antiga epopéa, combinou-os, segundo um supposto antigo plano. Por grande felicidade, Lönnrot era um verdadeiro genio: crendo juxta por, coordenou; crendo reconstituir, creou. Lönnrot é o Homero e o Firdusi finês. E se o seu poema, *Kalevala*, não vale as outras epopéas, a culpa disso reside no conteúdo dos velhos cantos magicos e no cambiante de sensibilidade, pouco requintada, dos velhos finlandeses”. (*La Formation des légendes*, pag. 215).

Este caso finlandês é precioso, como demonstração presencial, mas é necessario ser prudente nas conclusões que delle se extraiam: não é indispensavel a existência de balladas populares, porque ha epopéa sem caracter folclorico; nem é necessario que a epopéa suba sempre á altura dos monumentos immortaes dos velhos seculos. O que torna typico o processo da sua formação é a elaboração collectiva do material, elaboração desfiguradora da realidade e, depois, a chegada do poeta, cujo genio através dessa emoção collectiva se identifica á sua gente e lhe restitue esse material recreado numa obra, em que elle é peça mestra, mas a emoção collectiva tambem o é (41).

A meu juizo, quanto é possivel julgar pelo conhecimento indirecto e incompleto da obra e do seu coordenador, *Kalevala* e o Dr. Elias Lönnrot são um fructo, o melhor, da vigencia ou do reinado da theoria romantica sobre a origem das epopéas de emoção collectiva: anonymas balladas reco-

(41) — Lêr o artigo muito noticioso do Dr. Cesar de Sousa Mendes, *A Finlândia e a sua epopéa “Kalevala”*, in *Revista de Historia*, vol. 13.º, pags. 172-190, Lisboa, 1924. — Posteriormente sahiu no Brasil um livrinho de divulgação, que tambem encerra muitas noticias uteis: J. Gualberto de Oliveira, *Panorama litterario e artistico da Finlândia*, São Paulo, 1949, 205 pags. Lêr as que tratam de Lönnrot e de *Kalevala*: 129-143 e 155-195.

lhidas por um aedo tardio. Elle fez o que lêra que Homero tivesse feito: recolheu, ordenou e retocou. Era povo e podia collaborar na obra dos seus esquecidos avós, como Garrett no seu *Romanceiro* e Menéndez Pidal na sua *Flor nueva de romances viejos*. Mas, como esse trabalho de applicação da theoria romantica foi, para elle, o escôpo maximo da sua vida, não uma accessoria actividade recreativa como foi em Garrett, como tinha genio poetico e, ainda, como vivia numa total identificação com a sua gente, no passado e no presente, deu-nos uma obra prima, com sua perpetua emoção e sua unidade através de grande complexidade. Lönnrot pode ser um argumento a favor da theoria romantica, mas não um argumento historico, sim um argumento experimental da fecundidade e verosimilhança de taes ideas.

Como se verá pelo seguimento, a idea que proponho não é uma restauração da velha theoria romantica de simples coordenação das rhapsodias, a qual subalternisava inteiramente a inspiração individual — caso que nos exemplos adduzidos só se poderia ter verificado em *Kalevala*, se Lönnrot não fosse um poeta genial. O que pretendo pôr em relevo é coisa muito diversa e que não me canso de repetir: a pre-existencia de juizes collectivos engrandecedores de certos episodios, que, pela representação que um povo lhes dá, assumem tambem o character de valores estheticos. Basta que um artista de genio lhes dê expressão formal e travação organica para que elles cedam toda a sua força emotiva e todo o seu poder de unificação moral. Um pouco disso ocorre ainda hoje com toda a superior criação artistica; é necessario que haja accôrdo de valorisação das coisas entre o publico e o artista, para que se produza o exito, isto é, acceitação immediata de qualquer obra d'arte. O artista não obedece sómente a um imperativo de expressão, necessidade interior do seu espirito; nesse imperativo está implicito um objectivo de communicação. O artista exhuma dos espiritos não activamente artisticos, ou não creadores, o que nelles está passivamente adormecido. E' essa a magia das suas intuições.

Mas hoje, a velha classificacão e a hierarchia dos generos litterarios dissolveram-se; já não é a epopèa que expressa as inquietações collectivas dos povos. Por muito que a barbarisação multitudinaria haja empobrecido a mente dos povos, ainda se não regressou ao pecorismo dos velhos seculos. Os generos litterarios são determinados na sua estructura pelas funcções, a que se destinam, porque a arte visa á utilidade. E cada poeta e cada prosador tem

de adaptar os seus meios de expressão aos fins que almeja, sem o menor acatamento das fronteiras dos generos litterarios, nem dos seus canones internos. Apenas sobrevivem os tons geraes da expressão, epico, lyrico e dramatico, e subjectivo, expositivo e representativo, segundo a constituição do artista e o cunho dominante das emoções que suscita. O tom epico pode impregnar ou apenas laivar obras muito diversas do poema epico. Esses tons geraes são como côres elementares da nossa visão das coisas, são como canaes imprescindiveis e invariaveis para a communição, representam o absoluto intransponivel na expressão litteraria.

O que não se pode fazer hoje é inventariar os lais, canções, hymnos, lendas, balladas, romances, narrativas e conceitos populares, que documentem integralmente a carreira dos themas elementares previamente elaborados que dêram a sua contribuição para essa obra de recreação individual do collectivo, recapitulando com novo genio o nascimento da *Iliada* e dos *Nibelungen*. Supponho mesmo que em nenhum caso isso seja possivel. Jamais se analisa ou decompõe uma obra de arte, como um cozinhado, em todos os seus elementos e tempêros.

Mas foi-nos possivel rastrear a phraseologia official e não official, que veio expressando a crystallisação lendaria, depois a consciencia historica de escala heroica e logo a sollicitação e expectativa do advento de um poeta épico. E quando o poeta chegou, sem Augustos protectores, vimos essa materia fundir-se toda numa these que elle demonstra a saciedade com suas evocações panegyricas e hyperbolicas, salientando valores heroicos em versos immortaes que jamais se podem separar delles. Assim o que, na fragua do seu genio, o poeta epico funde é materia lendaria, de formações heroicas, não textos como um rhapsodo musical que habilmente se dá ao trabalho de serzir modinhas populares. O processo do cyclo mythico da India, circumscripto a uma aristocracia de personalidade e de pensamento, precipitou-se na sua marcha. Ousaria dizer que a fidelidade ao processo surprehende-se menos na repetição do que no parallelismo, a epopêa typicamente popular, como os *Nibelungen* e *Kalevala*, é uma coordenação do conteúdo das balladas, mas uma epopêa requintadamente erudita, como os *Lusiadas*, é uma coordenação de valores lendarios que podem não ter ascendido desde o povo anonymo,

nem ter brotado do seio delle, mas que se geraram segundo os normaes processos deformadores da creação collectiva, aos quaes fiz detida allusão.

Se analysarmos o conteúdo thematico do nosso romanceiro, encontraremos elaborações populares sobre os seguintes motivos historicos nacionaes, anteriores a Camões: luctas com os mouros na reconquista do territorio, a situação de captivo em Marrocos, Santa Isabel, morte de Ignez de Castro, o Condestavel Nun'Alvares, a batalha de Aljubarrota e todo um cyclo sobre a partida das naus, a surpresa da chegada, os riscos das longas viagens, a saudade da longa separação e os seus perigos para a fidelidade conjugal. Este ultimo thema encontra-se já no theatro de Gil Vicente. Será pouco, mas não se deve dar por concluido o apuramento sem varejar o romanceiro castelhano, pae do português, e o acêrvo de lendas indianas, porque os themas emigraram ou os romances nasceram mais proximos do seu primitivo scenario (42). Em Hespanha circularam romances sobre Affonso Henriques, Egas Moniz, Santa Isabel, Ignez de Castro, os Duques de Bragança D. Fernando II e D. Jayme, e o rei D. Sebastião, sobre as batalhas de Aljubarrota e de Toro e sobre pleitos de fronteiras com Affonso X de Castella. Uns são populares, outros são popularisados dentre as obras de poetas conhecidos. Em Portugal o Cid e a batalha de Lepanto foram tambem memorados pelo povo. Da creação de romances orientaes de materia portuguesa algum indicio ha em Diogo do Couto; e da provavel entrada de lendas indianas no caudal imaginesco dos portugueses, propôs o Prof. David Lopes uma plausivel hypothese, a da Ilha das Donzellas, que se contém no *Livro da Perola ou Historias do Tempo*, obra de compilação escripta na segunda metade do seculo XV por Xatibi, auctor arabe. Já veremos, todavia, que tal hypothese não é indispensavel para explicar a presença do episodio da Ilha dos Amores no poema (43).

Para quem veja no meu esboço de theoria apenas uma defeza nova da theoria romantica de coordenação de rhapsodias, estes dados serão insufficientes, mas elles comple-

(42) — V. Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, Lisboa, 1906-1909, 2.º vol., pag. 356, onde se reproduz um trecho dum romance luso-indiano sobre a victoria de Salsete.

(43) — V. "A Ilha dos Amores" num conto oriental arabe, David Lopes, na revista *Portucala*, vol. III, n.º 14, Porto, 1930, pags. 65-83, e em separata de 23 pags.

tam-se ou ampliam-se por uma coisa vantajosamente equivalente a essa atomisação: quando se apontem as fontes textuaes dos *Lusiadas*, como fez o eminente Prof. José Maria Rodrigues, devemos ver nessas coincidencias formaes menos suggestões estylisticas ou uma reconstituição benedictina da bagagem livresca de Camões do que os rastos do aproveitamento feito por elle de valores creados já e acatados pela imaginação collectiva, que fallava pela linguagem pictorica e engrandecedora de João de Barros, Francisco de Moraes, Lopes de Castanheda, Falcão de Rezende, Duarte Galvão — valores que tambem não eram creados por estes auctores. Ninguém poderá negar que os episodios dos Doze de Inglaterra e do Adamastor sejam uma condensação symbolica e megalosica de cyclos lendarios bem conhecidos: o da Tavola Redonda e o do Mar Tenebroso, ainda que se não possa apontar um conjuncto de composições populares como directos predecessores da materia desses episodios. O mundo lendario, conjuncto das deformações produzidas pela imaginação artistica e pelo rudimentar sentido logico e judiciario da mente collectiva, não cabe todo nos romances populares, nem reveste só a forma rythmica. E a imaginação do poeta collaborou ainda nessa deformação symbolosica, recebendo o influxo dynamico dos proprios motivos, como nos episodios do sonho de D. Manuel I e do Velho do Restello. Até neste caso o trabalho collectivo foi maior do que se supporá.

Deste esboço de theoria, fundada sobre documentos, deduzem-se alguns corollarios importantes para este caso concreto do problema dos juizos estheticos. A saber:

- 1.º — *A reconstrucção das fontes de uma epopêa não é o descobrimento dos livros que o poeta leu e de que se rodeou ou lembrou no momento da redacção da sua obra* — como se cerca de material bibliographico um estudantinho de litteratura, ao principiar a sua dissertação.

A erudita monographia incompleta do Dr. José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusiadas*, é uma rebusca de coincidencias formaes entre o texto da epopêa e variados textos quinhentistas portugueses e não portugueses. A mesma concepção está implicita no additamento que fez Narciso de Azevedo á obra de José Maria Rodrigues: *Influencia de Apollonio de Rhodes nos Lusiadas* (V. *A arte litteraria na Edade Media*, Porto, 1947, pags. 183-213). Isso pode ser um ponto de partida e não um ponto de chegada. Mas tambem

é necessario distinguir entre fontes da materia epica nacional ou de criação collectiva, palpitante de vida, e fontes de materia puramente litteraria ou livre ficção de origem forasteira, elemento constructivo de um grande todo. Exemplificando: Leite de Vasconcellos recordou um possivel antecedente de realidade, extrahido da *Asia* de João de Barros, um informe de reportagem, como hoje se diria, como fonte do episodio do Velho do Restello. E conclue: “Camões passou tudo isto para as vozes do Velho”. (V. *O plano dos “Lusiadas”*, na edição escolar do poema do Pe. Antunes Vieira). Este conceito da critica de fontes é errado por limitado e apoucador da génese e da funcção da poesia epica, visto se tratar aqui de lídima materia nacional, de uma face inseparavel della, como contraste que mais exalta ou realça o aspecto heroico, materia de elaboração collectiva, como noutro capitulo salientei.

~~O Velho do Restello é de origem rigorosamente portuguesa e historica, expressa o descontentamento anti-heroico.~~ Mas o recheio rhetorico e philosophico do discurso do Velho tem origens litterarias classicas. Razão tem, pois, o Prof. Rebello Gonçalves em rastrear taes fontes na antiga litteratura, como se rastreia a vetustez litteraria das ideas dos soliloquios do Principe Sigismundo em *La vida es sueño*, sem quebra da originalidade de Calderon de la Barca. E' que existe uma continuidade litteraria subterranea, uma infra-historia, que é sequencia e transmissão de motivos, de pequeninas invenções de expedientes expressivos e de conceitos de valor, que são como o concreto unico das grandes massas architectonicas, em que só as linhas dominantes têm auctoría individual. A Prof. Maria Rosa Lida iniciou a pesquisa desses preciosos nadaes e sua carreira historica (V. *Transmisión y recreación de temas greco-latinos en la poesía lírica española* e *El amanecer mitológico en la poesía...*, in *Rev. de Fil. Hisp.*, Buenos Aires, 1939 e 1946). Esta distincção poderá parecer um pouco subtil, mas é rigorosamente verdadeira.

David Lopes, propondo uma nova hypothese para a origem primitiva do episodio da Ilha dos Amores, lembra com segura erudição de factos, a permuta espiritual dos povos christão e musulmano, na Europa e na Asia, com a natural entrada de muitas lendas indianas no caudal imaginesco dos portugueses. A propria *Commedia* de Dante está inçada de influencias orientaes, com todo o christianismo della, mostrou-o o Pe. Miguel Asín. Então, David Lopes, lembrando casos varios de lendas orientaes com episo-

dios de ilhas de mulheres e de inesperados desembarques de marujas cansadas em suas praias, as quaes são logo assaltadas pelo furor erotico das habitadoras de taes ilhas, então David Lopes pôde muito bem escrever esta phrase, que seria inapplicavel ao anterior aspecto da critica de fontes: “Não sei aonde Camões foi buscar o episodio da Ilha dos Amores, se não é da sua invenção” (V. A “*Ilha dos Amores*” num conto oriental arabe, Porto, 1930, separata de *Portucalé*, vol. 3.º). Aqui este restrictissimo conceito da critica de fontes é aceitavel, porque se trata de um artificio de composição da grande architectura do poema. Já vimos que todo o canto decimo é tambem de origem forasteira.

A surpresa, que fazia alterar o rumo dos successos, era um grato expediente da technica da composição da novellistica e da poesia epica. Nas novellas a surpresa consistia principalmente no achado de um palacio encantado, occulto nalguma floresta densa, por onde o cavalleiro se aventurava. Este expediente chegou ao *Quijote*.

Nos poemas epicos a surpresa consistia no achado de uma ilha encantada, lugar de encontro com os deuses. A epopêa mãe de toda a historia do genero era, outra vez o recorde, um conglomerado de heroismo, mar e ceu, e nascêra no Levante mediterraneo, um mar polvilhado de ilhas, qual dellas mais amena de clima e mais sorridente scenario de lendas e mythos. Nos poemas astrologicos, em que se devassa o mar e o ceu, não faltam ilhas de surpresa. Basini, em seu poema *Esperide*, apresenta-nos uma “*Isola Fortunata*”, onde Sigismundo, o principe protagonista, já triumphante, ouve de nympha Psyche, filha de Zephyro, prophcias e conselhos, e recebe premios de amor.

Mas Camões nacionalisou de certo modo o artificio expressivo do episodio: retira á surpresa da ilha o exotismo, povoa-a de familiar flora portuguesa e articula-a ao eixo do poema, que é a viagem da India. Sem duvida haverá na sua descripção topographica e panoramica vestigios pictoricos das suas experiencias e viagens, em que muitas ilhas viu, mas quem poderia reconstituir essas fontes emotivas pessoas, sem a confissão do poeta? Toda a investigação, que tenha por fim identificar o conteúdo pictorico da Ilha com essas experiencias pessoas e localisá-la geographicamente, é conjectura imaginosa, que pode parecer verosimil, mas não se poderá provar. A hypothese recente do Prof. Luiz da Cunha Gonçalves (*Estudos Camoneanos*, Porto,

1947, pags. 13-48), que a identifica á ilha de Bombaim, é também engenhosamente conjectural. Mas não está o problema das fontes perfeitamente esclarecido com a presença de uma ilha encantada nos velhos poemas mediterraneos, a dar boas surpresas, e a proporcionar prophcias e consoladores premios? Haverá necessidade de reduzir esse problema de fontes a pequenino e impossivel problema psychologico intimo de uma vida extincta e irreconstituivel nas suas experiencias singulares?

Ainda um terceiro exemplo. Em 1934 o Dr. Joaquim Costa, do Porto, revelava numa serie de artigos, no *Primeiro de Janeiro*, a existencia de um manuscripto quinhentista intitulado *Relação ou Cronica breve das cavallarias dos Doze de Inglaterra*, incorporado no codice 87 da Bibliotheca Publica Municipal do Porto, que superiormente dirige. Notando o rigoroso parallelismo episodico entre a narrativa do anonymo prosador quinhentista e as estancias de Camões, alvitrou que fosse este manuscripto a fonte dellas. No anno seguinte, refundiu esse estudo e juntou-lhe dados novos de erudição, e com o Dr. Arthur Magalhães Basto associou-se na publicação do precioso manuscripto num volume de grande interesse (44). Depois de reproduzir o manuscripto em escripta paleographica e em leitura moderna, de o estudar intrinseca e extrinsecamente, de o cotear com as estancias respectivas de Camões e de seguir a varia fortuna do thema, sem deixar de evocar a historicidade de parte do fundo do romanesco episodio, tudo com insuperavel erudição, Magalhães Basto conclue: “Nestes assumptos não pode haver certezas mathematicas, absolutas.

No emtanto, dadas as circumstancias que deixamos indicadas, e visto que nenhum outro texto manuscripto ou impresso se conhece que pela sua data possa haver sido utilizado por Camões, *parece-me*, até prova em contrario, que o Epico teve como fonte, para a elaboração das estrophes 43 a 69 do Canto VI do seu Poema, a *Cronica Breve das Cavallarias dos Doze de Inglaterra*, duma de cujas copias ou versões a Bibliotheca Municipal do Porto se honra em

(44) — Em edições anteriores deste escripto meu, só havia apresada referencia á monographia de Joaquim Costa e Magalhães Basto e o nome do primeiro dos coautores foi omissido, lapso de que apresento ao Dr. Joaquim Costa as minhas rendidas desculpas, reiterando-lhe o meu apreço pela sua obra litteraria e pela sua administração bibliothecaria.

dar integralmente, pela primeira vez segundo cremos, uma edição impressa". (Pag. 79).

Entre a curta menção, que Jorge Ferreira de Vasconcellos faz da excursão cavalheiresca do Magriço e seus companheiros a Inglaterra no *Memorial das Proezas da Segunda Tavola Redonda*, e a minuciosa historia e descripção do manuscripto publicado pelos investigadores portuenses ha uma grande distancia — a distancia da elaboração plena de um thema historial, como no caso do Velho do Restello.

Esta publicação proporciona um importante elemento novo á these, que defendo: antes de Camões, já a historia dos Doze de Inglaterra estava estheticamente elaborada e cículava com tanta destriça e clareza de pormenores que a fixação em prosa de auctor anonymo e a recreação poetica de Camões quasi coincidem, ~~como coincidem todos os contos oraes do acêrvo novellistico dos povos, á parte pequenas variantes, que mais documentam ainda a collaboração ou o character colectivo de tal acêrvo.~~ Camões não *utilisou* nenhum manuscripto, *recolheu* um conto heroico do seu povo e recreou-o, com os direitos de quem era tambem desse povo e genialmente com elle se identificava. Da preciosa monographia de Joaquim Costa-Magalhães Basto devemos recolher tudo, menos esse antiquado conceito de fontes litterarias da epopêa, que faz desta uma serzidura habilidosa de textos alheios e anteriores, em vez de uma recreação condensadora de valores heroicos e lendarios collectivos. Para mim o problema das fontes de uma verdadeira epopêa, isto é, impregnada de emoção civica e destinada á unificação moral de um povo, é um problema psychologico, é o estudo da psychose collectiva ou do môrbo heroico engendrador de mythos; para Joaquim Costa e ainda mais para Magalhães Basto esse problema é limitada-mente historico, coisa que se reduz á filiação de uns textos noutros; bastam as coincidencias e a anterioridade chronologica. Nisso radicalmente nos apartamos. E a demonstrar o aspecto de psychologia collectiva da criação da epopêa se destina todo este arrazoado.

Outro exemplo, este completamente equivocado no conceito de fontes e no valor dos dados que offerece, seria o caso das origens do episodio do gigante Adamastor — a pagina maior e a pagina mais mysteriosa quanto ás origens, em toda a epopêa. Versou-o Balthazar Osorio, zoologo que não desestimava fazer excursões pelos reinos da litteratura. E foi justamente uma suggestão do mundo zoologico o seu ponto de partida. Nas *Côrtes de Jupiter*, Gil Vicente

falla de homens marinhos, como fallava Plinio na sua muito lida *Historia Natural*; a elles alludiu ainda Amador Araes nos seus *Dialogos*, já muito posteriores aos *Lusiadas*, e Damião de Goes na sua *Olisiponis Descriptio* (modernamente traduzida pelo professor Raul Machado) conta da aparição de um monstro marinho. Da transformação dos brandos membros em pedra dura, ha um antecedente formal numa egloga de Garcilaso de La Vega. E, com diffusas considerações, Balthazar Osorio conclue tambem diffusamente, o que de certo modo attenua o seu equivoco: “O meu fim attingi-o. As obras litterarias como as descobertas scientificas não se devem attribuir, algumas vezes pelo menos, apenas a quem as assigna; julgo ter demonstrado, sem que todavia julgue diminuir o valor da intervenção do talento, ou do genio, na synthese deslumbrante, na criação surprehendente, que ella é muitas vezes preparada por uma lenta elaboração e por uma collaboração que em geral se desconhece.

Verifica-se a affirmativa de Laplace que diz que — “Les découvertes consistent en des rapprochements d'idées susceptibles de se joindre et qui étaient isolées jusqu'alors”. (*As Origens do episodio dos “Lusiadas”, o Gigante Adamastor*, publ. no *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Sciencias, Lisboa, 1911, vol. 4.º, pags. 521-546). O pittoresco deste estudo é chegar a um resultado de ideas certas por caminhos errados de reminiscencias litterarias e simples presumpções. Delle só se aproveita o que diz do nome do gigante: Adamastor teria origem homerica, por fusão dos nomes dos guerreiros Adamas e Damastor. Aproveita-se como suggestão não muito necessaria, como já se verá. Quem conhecer um pouco o ambiente epico dos antigos e a restauração erudita delle na Renascença já não achará tão mysterioso este genial episodio de Adamastor.

A palavra que o designa, ou o seu nome, estava creada de longa data; apparece em Sidonio Apollinar, assim mesmo “Adamastor”, mil annos antes de Camões. Não ha necessidade de combinar nomes de guerreiros homericos, de sentidos contrarios, como propõe Balthazar Osorio. A mythologia antiga, a grega sobretudo, povoava o mundo da fabula não sómente de deuses e semideuses ou heroes, mas tambem de monstros de varias categorias, todos filhos da Terra. Havia os Gigantes, de forma humana em proporções enormes, os que se revoltaram contra os deuses e foram vencidos e sotopostos a ilhas e montes, alguns dos quaes são nomeados por Camões, como Encelado e Egeu. Havia depois os Gigan-

tes, ainda de forma humana extraordinaria, porém com falta ou excesso de alguns membros ou órgãos, como Centimano, o das Cem Mãos, também nomeado por Camões, os Cyclopes, Medusa, Argus, etc. Havia ainda os que reuniam formas humanas e formas de outros animaes, como Cecrops, Typhoeus, Scylla, Echidna, a Esphinge, etc. E havia por fim os que reuniam formas, órgãos e forças de dois ou mais animaes, como os dragões, os gryphos, os hippocampos, etc.

Na Renascença, coincidiram a restauração dos valores estheticos da imaginação plastica dos antigos, comprehendidos nella os monstros de varias categorias, e a do gôsto do exotismo zoologico. A consagração da velha poesia, muito povoada de gigantes e monstros, alliava-se agora a consagração da nova pintura. Raffaello Sanzio e Albrecht Dürer pintaram ou desenharam os animaes exóticos que D. Manuel I exhibia á curiosidade europêa. Dürer também nos pintou um monstro marinho anthropomorphisado e em flagrante delicto de amores, a raptar uma beldade.

O genio creador de Camões consistiu em symbolisar no desterro inacessivel e eterno de um desses monstros o maior obstaculo que se oppunha á entrada dos portuguezes no mar oriental. E tomou um monstro da primeira categoria, sómente um homem immenso, ha milennios a expiar o seu delicto de rebeldia contra os deuses e a penar de amores, como deus e como homem.

E' o maior symbolo da poesia epica moderna. Entronca a victoria dos portuguezes sobre o mar numa historia miennaria da origem dos mundos, da revolta dos filhos primeiros da Terra, e humanisa tudo isso numa dolorosa historia de amor desdenhado.

Não vejo aqui nenhum grande problema de fontes, só vejo uma convergencia de materiaes para um effeito de sublimidade esthetica. O symbolo é de Camões, mas os materiaes que nelle se fundem, são da mythologia antiga, quando respeitam á biographia do gigante e são da historia portuguesa, quando respeitam ás prophcias de desaventuras. É sempre assim, nas grandes obras de arte: o creador elabora materiaes pre-existentes. Este facto é que dá o fundamento philosophico á caducidade juridica da propriedade litteraria e artistica: a criação tem de voltar á collectividade que lhe proporcionou os materiaes.

Poderíamos assentar um criterio de fontes camoneanas, muito approximado da verdade:

- a) coincidencias estylisticas entre o poeta e preteritos auctores nacionaes, como as apontadas pelo Dr. José Maria Rodrigues, documentariam momentos do processo de crystallisação lendaria e tradicional;
- b) coincidencias estylisticas entre o poeta e os mestres da Antiguidade e da Renascença italiana, como as apontadas por José Agostinho de Macedo com má fé e por Ramos Coelho e Rebello Gonçalves com recta consciencia, significariam recursos ao patrimonio da arte litteraria, parentesco espiritual e continuidade thematica e expressiva. Já foi um bom passo a conclusão de Ramos Celho: “imitar assim é crear” (Pag. 100 de *Camões e Macedo*, Lisboa, 1911). Precisamos de avançar outro passo: supprimir nestes estudos, na sua alta zona, a palavra “imitação”.

2.º) — *Uma comprehensão melhor da carencia de epopêa nacional das navegações na litteratura hespanhola, apesar da primacial significação da conquista e colonisação da America na historia de Hespanha.*

Não faltam na litteratura de lingua castelhana os poemas heroicos de typo classico ou renascentista, como demonstra o quadro seguinte para o primeiro seculo classico:

- 1516 — *Historia Parthenopea*, Alonso Hernández;
- 1556 — *Carlos Famoso*, Luíz Zapata;
- 1569 — *La Araucana*, Alonso de Ercilla (45);
- 1570 — *Elegías de varones ilustres de Indias*, Juan de Castellanos;
- 1584 — *Austriada*, Juan Rufo;
- 1586 — *Las Lágrimas de Angélica*, Luís Barahona de Soto;
- 1588 — *El Monserrate*, Cristobal de Virués;
- 1596 — *El Arauco domado*, Pedro de Oña;
- 1597 — *La Araucana*, continuação do poema homonymo de Ercilla, Diego Santiesteban Osorio;
- 1603 — *Conquista de la Bética*, Juan de la Cueva.

(45) — Da *Araucana* as 1.^a e 2.^a partes imprimiram-se em Lisboa, 1582, em casa de Antonio Ribeiro. Seria causa da não impressão da 3.^a parte a allegação, que nella intempestivamente faz Ercilla, dos direitos de Filippe II á corôa de Portugal?

Mas todos estes poemas, hoje pouco lembrados, pertencem ao genero secundario da poesia narrativa ou chronica rimada; o de Juan de Castellanos esteve em boa prosa até ao momento em que o auctor se decidiu a acceitar a indicação de alguns amigos e maus conselheiros para 'metrificar a sua narrativa. Nenhum destes poemas repetiu o processo genetico dos *Lusiadas*, ainda que lograssem alguns grande estima em seu tempo; os de Ercilla, Rufo, Barahona de Soto e Virués mereceram ser poupados ao auto-de-fé que o barbeiro e o cura fazem da livraria de D. Quixote (pag. 231 da ed. Rodríguez Marín de 1927-28).

A miragem do Oriente communicou-se a Castella, mas á ultima hora, por suggestão de um aventureiro de genio sobre o animo clarividente de Isabel, a Catholica, desse Colombo que foi na historia como um passaro portador de pollenes fecundos de uma arvore a outra. Recorde-se aquelle passo de Angel Ganivet: "Nosotros descubrimos y conquistámos por casualidade, con carabelas inventadas por los portugueses, llevando por hélice la fé y por caldera de vapor el viento que soplabá". (V. *Hombres de Norte y El Porvenir de España*, pag. 108 da ed. de 1926). O descobrimento de Colombo foi uma aventura maravilhosa, não foi a coroação dum longo e doloroso esforço colectivo, não suscitou immediatos enthusiasmos, não determinou a atmospherá creadora dum mytho nacional. Esta é a razão por que a Hespanha não teve uma epopéa dos descobrimentos, apesar da sua abundancia de poemas heroicos: nunca os descobrimentos geographicos e em especial o achado da India por mar foram na imaginação dos castelhanos, na sua economia e na sua politica, o que foram por longo tempo para os portugueses. Quando os criticos hespanhoes e hispano-americanos propõem a *Araucana*, de Ercilla, como o paralelo, hespanhol e para o mundo occidental, dos *Lusiadas*, incorrem num equivoco de visão, porque o merito e a causa da estima da *Araucana* residem no seu americanismo ou indianismo, isto é, em ter chamado, em pleno seculo XVI classico, ao quadro dos themes da arte litteraria a paisagem americana e a vida india — o que, na litteratura de lingua portuguesa, Antonio Diniz, Santa Rita Durão e José Basilio da Gama só fariam na segunda metade do seculo XVIII com as suas *Metamorphoses*, o seu *Caramuru* e o seu *Uruguay*. Em Hespanha o ambiente favonio para a criação dum mytho heroico de significação nacional é anterior à Renascença e estranho ás emprezas geographicas, é da epocha da Reconquista e só sahiu da phase da atomisa-

ção anonyma, romances, balladas, lendas, canções de gesta em tórno do Cid, com o *Cantar de Mio Cid*, do seculo XII. Deixemos, por agora, o problema da anterioridade ou posterioridade desse cyclo cideano em relação ao poema. A these de Menéndez Pidal, que faz derivar os romances da dissolução da epica, não contraria a doutrina de que a epopéa celebra litterariamente o que já antes a imaginação collectiva celebrára e consagrára. O trabalho de mythisação da aventura colombina tem sido posterior, deriva da importancia economica e politica alcançada pela America no mundo, dura ainda e tem dado thema a muitas glosas litterarias de varios generos, em tempos em que passou já a publica receptividade para a epopéa classica, de typo homerico e virgiliano.

3.º) — *Apesar da sua abundancia bibliographica, a poesia epica portuguesa de character nacional não é um cyclo, reduz-se ao poema Os Lusíadas.*

Só com o poema de Camões se verificou o processo de genese das epopéas; todos os outros poemas portugueses de intenção heroica, do fim do seculo XVI ao meado do seculo XIX, são chronicas versejadas, poemas narrativos, panegyricos biographicos em metro — porque o poeta, com ou sem genio, não cria a materia epica, a qual, recordarel, é obra collectiva e anterior á sua individual coordenação ou crystallisação artistica. Frequentemente, o poeta, obedecendo só á sua preferencia pessoal, chega a contrariar a propria indole da epopéa, tomando themas anti-epicos. Tal foi o engano de Luiz Pereira Brandão ao elaborar a sua *Elegiada* sobre a perda de D. Sebastião em Marrocos, e de Jeronymo Côrte Real, ao tomar o naufragio de Sepulveda; a epopéa é, fundamentalmente, a apologia da victoria, porque nasce do orgulho do vencedor e duma super-excitação cruel do heroismo collectivo. Foram os gregos que crearam a materia epica da *Iliada*, não os troyanos vencidos; foram os castelhanos que endeusaram o Cid e crearam o romanceiro, não os aragoneses, nem os mouros. Mais se approximavam, pela affirmação voluntariosa de individualidade e pelo triumpho, Viriato e Nun'Alvares do mundo lendario; e o segundo alguns passos deu atravez da imaginação popular, no romanceiro portuguez, até chegar á beatificação, que é uma equivalencia christã da mythisação. Mas, litterariamente, Viriato e Nun'Alvares ficaram no caminho; não chegaram a crystallisar na linguagem commum e desfiguradora dos mythos e symbolos, e não tiveram

seus Homeros ou Camões. Rodrigues Lobo, no *Condeshabre*, carece de espirito heroico; e Braz Garcia, glosando um thema esquecido no seu *Viriato tragico*, que não fallava á emoção popular, deveu só á materia contemporanea e pessoal, á paizagem beirôa e ao realismo de directa observação o interesse que nalgumas estancias e nalguns episodios lhe encontram os leitores modernos.

4.º) — *A verdadeira epopêa da Renascença, pela fidelidade ao seu espirito e pelo relevo genial com que o expressa, é o poema de Camões.*

Não faltaram no seculo do Renascimento successos extraordinarios, que deslumbraram as atenções publicas e, por isso, vieram a constituir motivos de poemas heroicos e materia de ambiciosos monumentos historiographicos: a viagem de Bartholomeu Dias, que achou o limite meridional do continente negro e abriu o caminho maritimo da India; a viagem de Colombo, que achou terras a occidente; a viagem de Vasco da Gama, que perfez o descobrimento da rota maritima da India; a viagem de circumnavegação de Fernão de Magalhães, concluída por El Cano, que entregou ao homem a posse total da sua casa terrena; a conquista do Mexico e do Peru pelos hespanhoes; a cruzada anti-protestante de Carlos V e Filippe II, que para sempre dividiu a Europa; a victoria de D. João de Austria em Lepanto, que abateu o poderio mediterraneo dos turcos; a batalha de Calais, que destruiu a “armada invencivel” de Filippe II e suas velleidades sobre a Grã-Bretanha — tudo com longo cortejo de consequencias politicas, economicas e espirituas. Sobre tudo isso, porém, culmina o conjuncto das emprezas maritimas ou geographicas ou de reconhecimento da Terra. Nellas collaboraram varios povos, mas o berço dessa iniciativa foi Portugal e o eixo e a representação symbolica desse conjuncto glorioso foi a viagem de Vasco da Gama, segundo a valorisação da epocha, dominada pela miragem do Oriente e não podendo prever o que seria a America na historia futura.

Sobre a batalha de Lepanto desenvolveu-se na Italia um abundante cyclo poemático, desde Bolognetti, no proprio anno da batalha ou 1571, a Benamati, já em meio do seculo immediato. E sobre o descobrimento da America outro cyclo se formou, que teve por germen inicial uma prophesia da Fortuna na *Jerusalem Libertada* e é constituido por obras numerosas, entre ellas as de Giorgini, Gambarara e Stigliani, Strozzi e Bartolomei, já no seculo XVII.

Começa no seio desses poemas italianos a lucta de primazias historicas entre Colombo, Alvares Cabral e Vespuccio (V. Belloni, *Il poema epico e mitologico*, pags. 278-9 e 290, e V. C. Steiner, *Cristoforo Colombo nella poesia epica italiana*, Voghera, 1891).

Essa tradição epica americanista de lingua italiana estende-se ao seculo XIX, já por influencia da valorisação retrospectiva do descobrimento do continente, que veio a tornar-se solio de vinte e duas patrias novas e scenario de grandes interesses economicos e politicos. Emquanto a India se converteu num somnolento museu historico e a rota de Vasco da Gama foi relegada pela de Suez, a America volveu-se em campo de resonancia e extensão amplificadora das ultimas consequencias da civilisação europêa, nos seus dominantes caracteres de liberalismo economico e mecanicismo technico. A juventude da terra pareceu rejuvenescer alli tambem a civilisação europêa, quando se não sabia ainda que o exaggero capitalista é velhice e declinio.

Com toda essa abundancia de monumentos poeticos, a America não teve epopêa. Certeiramente affirma Alberto Palcos: "La hazaña del descubrimiento, como la de la conquista y colonización del nuevo continente, aún hoy reclama el Homero digno de la empresa". (V. *Unión Cultural Americana*, Buenos Aires, 1940, Anno I, n.º 2). Tambem os outros grandes successos da Renascença, acima lembrados, a não tiveram. E porquê?

Porque, no seculo XVI, só os empreendimentos maritimos e a sua consequencia da chegada dos europeus á India Oriental, á China, ao Japão e á Oceania tiveram um alcance universal ou amplamente europeu, acima de divergencias políticas, religiosas e economicas. Nos primeiros decennios do seculo, os descobrimentos appareciam aos olhos de todos como heroismos puros de adherencias fanaticas e nacionalistas. Os homens do leme das caravellas portuguesas e logo das hespanholas e os que na sua esteira seguiram, augmentaram a Terra e elevaram a vida humana em todas as direcções.

Sendo assim, só uma epopêa que crystalisasse os valores heróicos e já prestigiosamente lendarios dessa tarefa de significação humana, unanimemente humana, poderia ser fiel ao puro espirito renascentista, no momento das suas vibrações de raio e sympathia universaes, quando o homem se sentia crescer no tempo pela restauração da Antiguidade e crescer no espaço pelo dominio da Terra e pela situação

della, bem no centro da machina do mundo, como a delineára Ptolomeu.

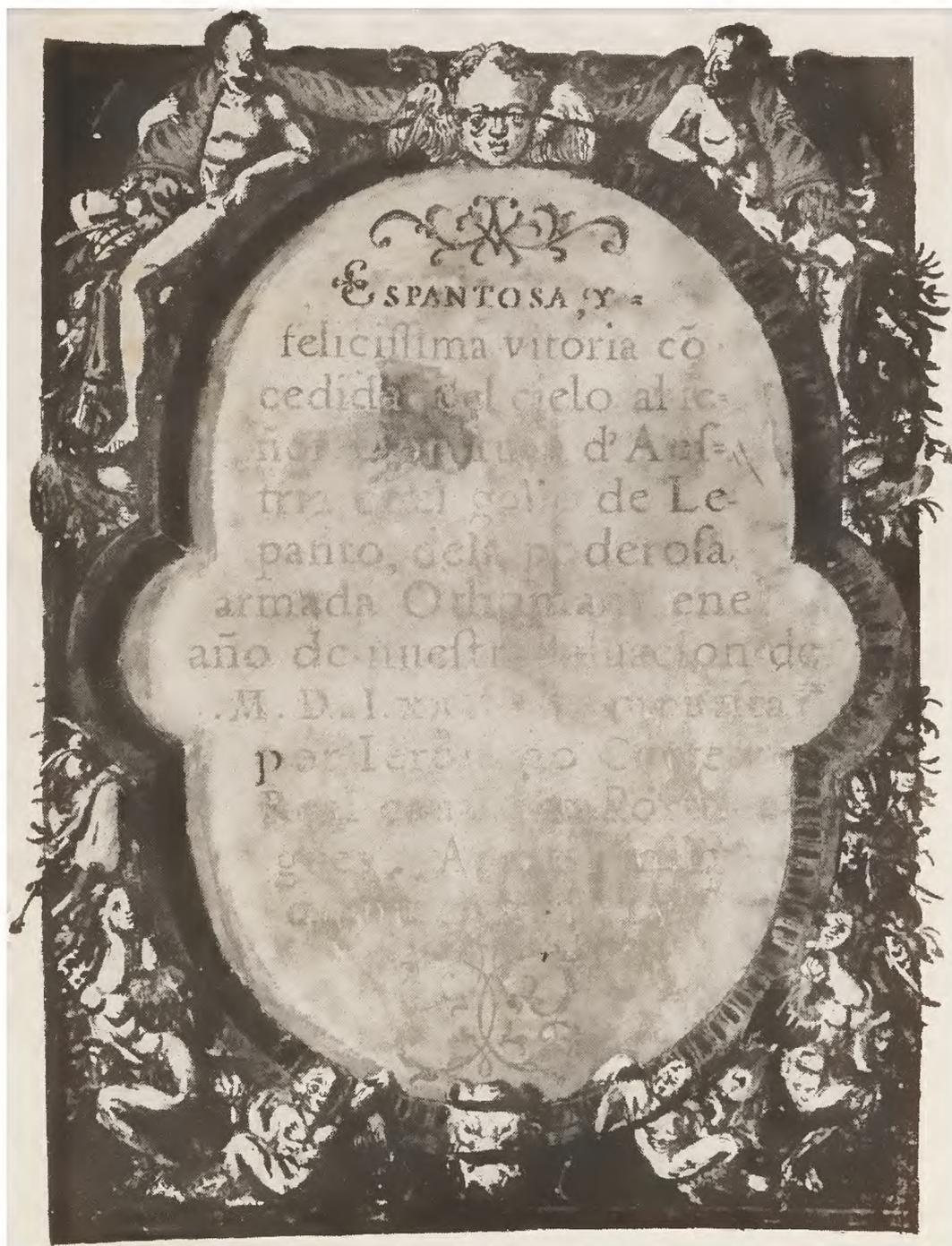
Numa obra muito diffundida nos meios docentes de lingua inglesa, o *Dictionary of World Literature*, coordenado por Joseph T. Shipley, são muitas as omissões de materia do mundo litterario de lingua portuguesa, mas de certo modo se resgatam pelos seus juizos certos a respeito dos *Lusiadas*. Ao caracterisar litterariamente a Renascença, o Prof. Robert A. Hall Junior, de Brown University, escreve: “A Peninsula iberica produziu a unica epopêa classica “viva” deste periodo, os *Lusiadas* de Camões (V. ob. cit., pag. 474).

Devemos, pois, abandonar a tradicional critica de fontes, que procura as reminiscencias de leituras, as provaveis e as conjecturaes, e a tradicional apreciação patriotica e estreitamente local, para enraizar o poema de Camões nas fontes puras e luminosas do espirito da Renascença, na sua zona mais elevada, aquella onde elle se encontra com a serena consciencia esthetica dos humanistas e dos poetas do ceu e do mar. Elle é um dos vinculos que prendem a mente portuguesa a uma idade de ouro da intelligencia e da sensibilidade humana que transformou o patriotismo local em espirito universal de solidariedade humana e de synthese geographica e astronomica, e que sobrepos aos odios e vinganças crueis da velha poesia epica o amor, o heroismo e a gloria em escala até então só concebida como attributo dos deuses.

A critica litteraria ou a sciencia da litteratura precisa, entre nós, de acompanhar o movimento que a separa do historicismo erudito para a conduzir a preocupações philosophicas de valor permanente, orientação nova fundada na leitura e meditação das grandes obras, para lhes extrahir todo o seu conteúdo riquissimo, mas sempre susceptivel de augmentos com a experiencia emocional dos leitores. O caminho das grandes obras através das gerações não é aberto só pela erudição, que nellas parasita; de certa altura em diante a sua marcha é guiada pela contemplação. E' como na grande musica: Bach e Beethoven só se entendem e só se descobrem ou se desdobram dentro de nós, pela audição continua, porfiada, ansiosamente buscando identidades, cooperando no seu esforço de expressão. Elles nos deram o signal da partida e sob o signo magico devemos continuar o caminho que elles jamais puderam perfazer...

Menéndez Pidal, empapado de medievalismo e hispanismo, vendo na carreira da epopêa iberica uma constancia de correntes rivaes, a phantastica ou “verosimilista” e a historica

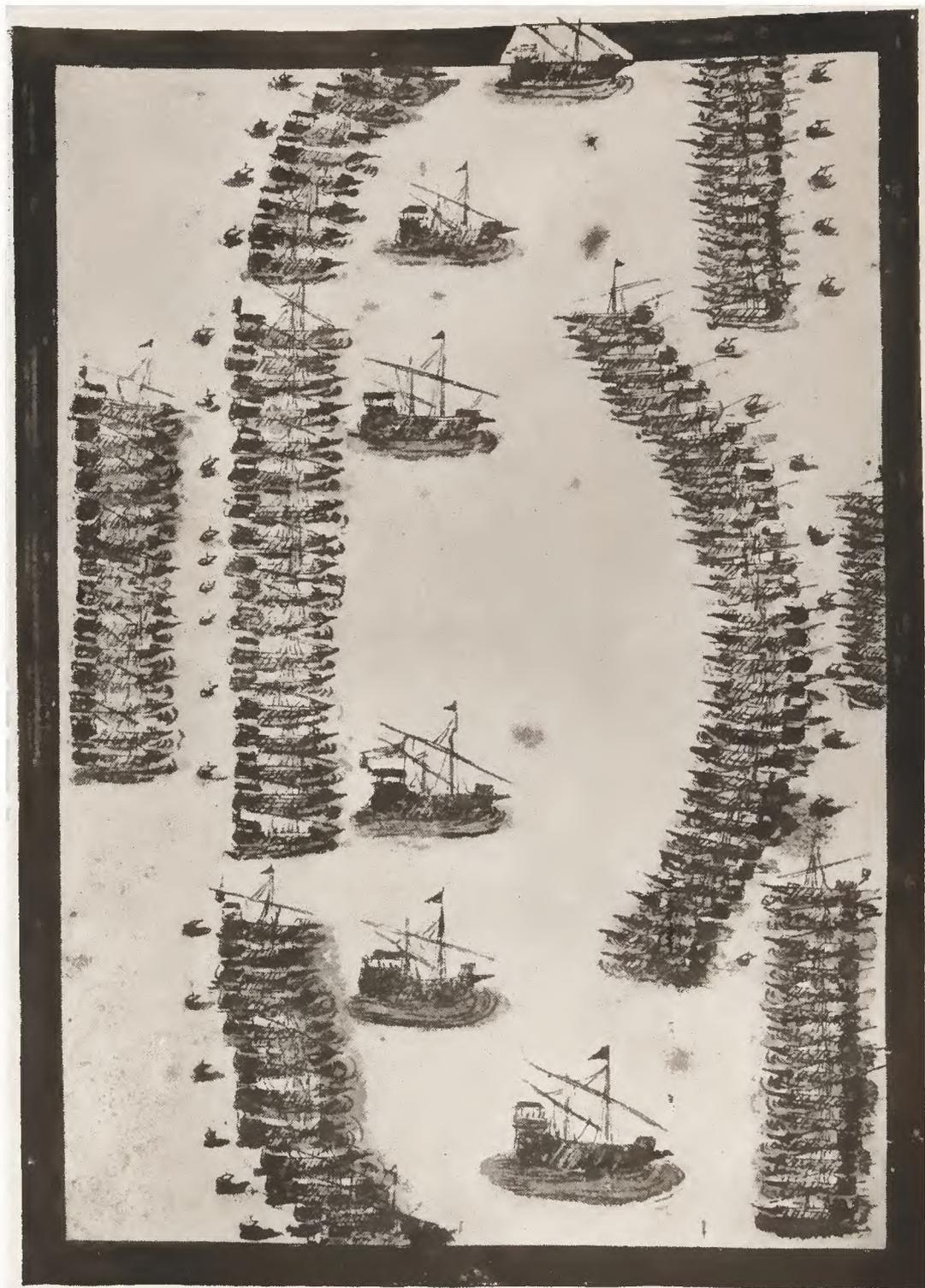
ou “verista”, põe a par os *Lusiadas* e a *Araucana*, como representantes da segunda corrente — o que se me affigura grave quebra da hierarchia dos valores esteticos (V. *Nueva Revista de Filologia Hispánica*, Mexico, 1949, n.º 2). Este exemplo nos mostrará o grande caminho que teremos de percorrer ainda, para filiar ou rearticular o poema á alta e clara zona de emoção e pensamento, de que elle procede e que nelle se perpetuou — como em nenhum outro do grande seculo.



Estampa XI — Frontispicio do autographo da **Felicissima Vitoria de Lepanto**, poema de Jeronimo Cõrte Real, Ms. da Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II).

Mas el buen capitan con tal victoria
Su patria liberto de aquel peligro .
El valiente Africano cuya suerte
Dichosa le dio nombre, y fama ilustre,
Al gran Cartaginés fiero indomable
Vencio, junto a las ondas del Rio Zama.
Tras estos hallar puedes otros muchos,
Cuya virtud al mundo es tan notoria
Algunos nombrare de los famosos,
Modernos, esforçados Lusitanos .
Que en las doradas partes del Oriente
Su animoso valor es bien sabido,
Y dieron con victorias admirables
Eternas alabancas a su patria .
El insigne varon grande Almirante
Delas profundas ondas orientales,
Aquel q resistio la furia horrible
Del brauo mar, y fuerza de los vientos .
Pasando varios climas nunca vistos,
Varias partes, remotas y apartadas,
Venciendo con immobil fuerte pecho
Los casos y accidentes de fortuna .
Este cunio en coruo leno el seno
Del turbulento viejo horrendo, y brauo,

Estampa: XII — Trecho do texto autographo da Felicissima Vitoria de Lepanto, poema de Jeronymo Côrte Real, Ms. da Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II).



Estampa XIII — As armadas em linha de batalha no golfo de Lepanto, desenho de Jeronymo Côrte Real, Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II).

CAPITULO SEGUNDO

RELANCE SOBRE OS POEMAS QUINHENTISTAS

~~Se o poema de Camões é de significado universal mais que nacional e se é a verdadeira epopéa da Renascença pela sua fidelidade ao espirito della,~~ nem por isso deixaram muitos poetas de ser atrahidos por esse alto sonho de celebrar os heroismos patrios. Elles formam uma longa e rica linhagem, onde se não reaccende o genio, mas onde lucilou vezes varias o talento expressivo e sobretudo se documenta uma erudição segura acêrca das materias historicas vistas de certo angulo e acêrca das formas poeticas ou do verdadeiro estylo epico, tal como se viera definindo desde a entrada do helenismo em Roma e, depois, no renascimento quinhentista das letras antigas.

Vale a pena percorrer este campo santo da nossa poesia heroica, assignalando junto de cada tumba alguns rasgos salientes da vida precaria que em seu tempo viveu cada poema (46).

A respeito de Pedro da Costa Perestrello, como poeta epico, só ha' uma tradição. O seu poema *Descobrimento da India* teria sido destruido ainda em manuscripto, após o deslumbramento causado pela appareição dos *Lusiadas* — di-lo Faria e Sousa, repete-o Barbosa Machado e duvida Costa e Silva. A *Batalha Ausonia*, em torno da batalha de

(46) — De Camões me occupei antes nos seguintes lugares: *Historia da Litteratura Classica*, 1.º vol., Lisboa, 1917, pags. 245-285 da edição brasileira de 1946; *Torre de Babel*, ensaios breves, Lisboa, 1925, pags. 75-97; e na presente monographia, cuja primeira forma é de 1931, como se descreve no Registro Bibliographico, do fim desta edição. Os dois primeiros escriptos foram traduzidos para inglês pelo illustre critico Mr. Aubrey F. G. Bell, in *The Romanic Review*, New York, Columbia University, 1925 e 1926, pags. 287-305 e 217-229, sob os titulos de *Camões as a lyric poet* e *Camões as a epic poet*; e para hespanhol pelo illustre historiador sr. Marquês de Lozoya, sob o titulo geral de *Camoens*, Madrid, 1928, 214 pags. Ed. Voluntad. — Dos poemas posteriores, fóra do presente capitulo, occupei-me na *Historia da Litteratura Classica*, vol. 2.º, Cap. II, pags. 127-148 da edição brasileira, São Paulo, 1946, Livraria Anchieta.

Lepanto, como a *Austríada* de Juan Rufo, está perdida, mas teria sido vista ainda por Barbosa Machado, que della cita os versos iniciaes e terminaes:

La Santa Liga de Cristianos canto,
De Austria las armas, y el varón potente
Etc....
Unida destes Principes la mano
Los sceptros partirán del Otomano
Etc....

(*Bibliotheca Lusitana*, III, pag. 571).

E' Jeronymo Côrte Real (1540-1588), da familia dos descobridores e colonisadores da Terra Nova, quem abre a lista dos poemas heroicos ainda conservados; aos seus illustra-os elle mesmo, que cultivava artes varias: a da guerra, a musica, a pintura, a poesia. Uma convergencia regressiva, porque já não expressa aquella excitação genial da personalidade no começo do seculo.

Os escassos dados documentares sobre a vida de Jeronymo Côrte-Real devem-se a Antonio Francisco Barata, *Subsidios para a biographia do poeta Jeronymo Corte-Real*, Evora, 1899, a Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portugueses nos seculos XVI e XVII*, Lisboa, 1900, Parte II, pags. 153-183, e a Antonio Baião, *Historia quinhentista (inedita) do Segundo Cêrco de Diu*, Coimbra, 1927, pags. XXIV-LXIII. Os documentos publicados por Antonio Baião referem-se principalmente á familia do poeta e aos defensores de Diu, no memoravel cêrco; são como que uma resposta á confissão de insufficiencia da sua documentação, que o poeta faz na *Carta ao leitor*, que precede o poema e que attesta o seu escrúpulo historico.

O seu *Segundo Cêrco de Diu*, de 1574, dá pela proximidade com os *Lusiadas*, um exemplo flagrante do contraste, que ha entre uma verdadeira epopêa nacional e um simples poema narrativo. Como os *Lusiadas*, é dedicado a D. Sebastião, "invictissimo Rey" já nas vespervas da fatal jornada á Africa, mas desdenha a mythologia pagã, quer no entrecho que, preocupadamente historico, se apresenta livre de toda a immixtão dos deuses do Olympo, das suas proteccões e das suas animosidades, quer na invocação, que é dirigida a Jesus — na verdade menos generoso para Côrte-Real que as Tagides para o seu creador:

Deixo o monte Parnaso e a Cabalina
Fonte, tam celebrada noutro tempo,
Deixo Apollo e Minerva; deixo as Musas
Que os antigos Poetas invocarão,
Nam alcançando o bem tam verdádeiro
De nossa Fé sagrada, e luz divina.
O gram Calvario invoco, invoco a fonte
Do Sanctissimo Sangue nelle aberta:
Onde foram lavadas nossas culpas:
Onde foram remidas nossas almas.

(Pag. 2 da ed. de 1784).

A materia é o assedio soffrido em 1546 por D. João de Mascarenhas, governador da praça de Diu, sendo governador geral o insigne D. João de Castro, feito memoravel pela desproporção das forças e pela tenacidade sobrehumana da resistencia dos sitiados. Essa façanha cria-a o auctor já esquecida por falta de consagração poetica: "... cousas dignas de ficar em eterna memoria, por outra habilidade mais sutil e mais viva que a minha. As quaes todas estavam postas em esquecimento; não por falta de engenhos, que muitos ha nesta terra mui delgados e cheios de prudente artificio, mas por culpa do tempo que tem as cousas chegadas a termos que ha por mal empregado o trabalho em escrever cousas tão dignas e merecedoras de louvor..." (Pag. VI).

Estas linhas traduzem uma falsa presumpção sobre a genese da epopêa: a sua materia nunca está esquecida, porque está popularisada em mytho; o poeta epico não inventa a materia epica, porque o seu papel é somente o de recebê-la integralmente elaborada e valorisada na mente collectiva, para a coordenar e fixar numa immortal expressão artistica. Mas Côrte Real já se aproxima do mundo de ideas, lendas, juizos e valores, que determinou os *Lusiadas*, quando recapitula o velho conceito da superioridade das façanhas reaes dos portugueses sobre as proezas lendarias dos velhos tempos heroicos: "Por sem duvida tenho que, se Virgilio tratara dos verdadeiros vencimentos dos portugueses (assim em Portugal como na India), como escreveu os fabulosos de Eneas, fizera emmudecer e parmar aos que depois de nós no mundo sucederão". Esta ufanía nacionalista, como agora se diz, verdadeiro lugar commum de todo o seculo XVI, que significa senão a consciencia dum povo que sente haver creado todo um cyclo de lendas, com que se compõe um mundo superior de heroes, com a estatura

de deuses, mundo sagrado, não por immemorial como o homérico, mas por ter sido principio e causa duma nova era histórica?

Mas a preocupação chronistica, toda de fidelidade, é de processo inverso ao da imaginação épica, toda desfiguradora ou acatadora da desfiguração ou simplificação collectiva. Como os homens publicos de hoje têm uma personalidade social muito diversa da sua verdadeira individualidade, quantas vezes contradictoria daquella por ser tecida das reacções provocadas pelos seus actos e palavras sobre o sentir collectivo, assim os heroes pairavam sobre a historia verdadeira, levitados por um esforço de recreação social. Côrte Real não se dá conta disso: “E trabalhei por haver á mão as mais certas e verdadeiras informações que se puderam achar em homêns de muito credito, que ao trabalho deste cêrco foram presentes. E se não nomear todos os fidalgos e soldados que neste cêrco se acharam, não é a culpa minha, mas não pude haver os nomes de todos, ainda que com muita diligencia o procurei”. (Pag. VI).

Isso imprime character anti-epico ao seu poema, que, verdadeiramente, é uma chronica metrificada em decasyllabos brancos, fechada dentro dum parenthesis de ficções: a de abertura, o sonho do rei de Cambaya, que o determina a levantar exercitos e sitiar a praça de Diu; e a de fecho, o sonho de D. João de Castro, que é conduzido ao templo da Victoria pelo Merecimento, “maltratado no traje”, onde é coroado e onde pode ver, explicadas pelo seu guia, as pinturas das glorias de Portugal em Africa e no Oriente, e em prophetica representação os triumphos de D. Sebastião, imperando sobre Africa, Europa, Asia, personificados em três “gigantes”, que se prostram junto aos degraus do throno.

Dentro do parenthesis flue a narrativa, fiel nos episodios e na chronologia, prolixa porque nada nos poupa na sua fidelidade sem arranjo ou relevo artistico, exceptuando o discurso de D. João de Mascarenhas aos seus officiaes (Canto IV). Se não fosse escasso o intervallo entre a publicação dos *Lusiadas* e este *Segundo Cêrco de Diu*, intervallo facilmente gasto no processo das licenças para a publicação e na impressão, não seria illicito attribuir algum proposito anti-camoneano á obra de Côrte Real.

A sua christianisação do poema heroico, de que Francisco José Freire fixará a theoria em 1748, não seria uma replica ao paganismo dos *Lusiadas*? Considerar como em

esquecimento o segundo cêrco de Diu não será um remoque para Camões e um choque do criterio chronistico com o criterio epico? Camões repetidamente nomeia Diu e as façanhas guerreiras, de que a pequena praça foi theatro, mas com a sobriedade duma grande obra, organicamente travada numa estructura esthetica (Canto II -- est. 50; Canto X -- est. 35, 60, 61, 62, 64 e 67).

Reminiscencias positivas dos *Lusiadas* no *Segundo Cêrco de Diu*? O sonho do rei de Cambaya desempenha o mesmo papel que o sonho de D. Manoel I, em Camões, porque determina toda a acção; a falla de Mascarenhas corresponde á falla de Nun'Alvares antes de Aljubarrota; o artificio das pinturas, visões e prophecias do templo da Victoria, explicadas pelo Merecimento, corresponde aos expedientes artisticos de Camões para nos evocar toda a historia portuguesa, anterior e posterior á viagem do Gama e não comprehendida na oração deste ao rei de Melinde, isto é, ás pinturas das bandeiras dos navios, explicadas em Calicut, por Paulo da Gama, e ás prophecias de Thetys na Ilha dos Amores.

Não falta a vizinhança com o mundo sideral:

Isto dizendo

Amostra-lhe phantasticas imagens,
E em sombra vã mil formas quasi vivas.
Moviam-se per hūs alegres campos,
Onde o sol se mostrava com mais clara
E com mais pura luz, onde os Planetas
Prenosticam bês futuros...

(Pag. 427).

Os versos breves, que nas prophecias referem a viagem de Vasco da Gama, não trahem vestigios dissimulados da supremamente expressiva linguagem camoneana?

Dizendo estas palavras, vira o rosto,
Amostrando co'a mão o grande oceano.
Disse: vês acolá quatro soberbas
Naos, que com força as ondas vão rompendo,
Passando varios climas e caminhos,
Nunca d'antes tratados? Ali segue
O bom Vasco da Gama o seu felice
E prospero destino. Passou grandes
Trabalhos, navegando por incertos

E perigosos mares, descobrindo
As riquissimas partes do Oriente.

(Pag. 367).

A batalha de Lepanto, de 1571, em que a victoria de D. Juan D'Austria pôs um triumphal desfecho á Liga Mediterranea contra os turcos, suggeriu a Côrte Real outro poema narrativo, que em 1574 estava concluido, porque é de novembro de 1574 a carta em que Filippe II lhe agradece a remessa da obra, cujo autographo se guarda, por isso, em Madrid, na Bibliotheca Nacional (Manuscripto n.º 3693). A edição só se fez em 1578.

Dos successos commemorados nos poemas heroicos hespanhoes a batalha de Lepanto foi o unico de grande ressonancia na Europa, mas sem a originalidade renovadora do descobrimento das Indias; pelo contrario, o seu character de episodio de cruzada, duma cruzada serôdia, deu-lhe um significado antirenascentista ou medieval. A sua importancia só muito posteriormente foi julgada de modo certo, quando a perspectiva historica no-la mostrou como episodio crucial da installação do definitivo predominio da raça branca e da religião christã na Europa.

Mas o povo guardou-o na memoria, por largo tempo. Ainda, nos tempos que passei em Hespanha, o povo biscainho de Elorrio commemorava a grande batalha naval, por occasião das festas de Nossa Senhora do Rosario, com exercicios militares pelo piquete chamado dos *Errebambillas*, com uniformes caracteristicos.

E' este o primeiro dos nossos poemas heroicos em lingua castelhana; não receberia menção, se não offercesse a particularidade de infringir o frio realismo chronistico do *Segundo Cêrco de Diu*: os deuses intromettem-se na acção e a victoria é obtida com o auxilio decisivo de Venus, que a D. Juan d'Austria confia armas invenciveis, forjadas por seu marido Vulcano. O heroe é protegido por Venus, que perfilha a sua causa e por ella pleiteia, voando de esphera em esphera, como nos *Lusiadas*, a proteger uma empresa que nada tinha de pagã. E quando quer estimular os seus novos pupillos, a deusa aponta-lhes exemplos varios de heroismo, já lendario, já historico, sem esquecer basta materia lusitânica, da India principalmente.

Nesta obra coexistiam o nacionalismo e o castelhanismo do poeta, filho de hespanhola e orgulhoso da ascendencia materna. Com esse orgulho se justifica do uso da lingua castelhana: "La lengua y frasis castelhana escogi, aunque

murmurado y arguido de algunos de mi patria: con los cuales no me ha valido decir que los Mendoças y Baçanes de Castilla, abuelos mios, a ello me dan licencia, cuya sangre en un mismo grado me fuerça y obliga quasi con igual razon”.

Parece que o amúo de Jeronymo Côrte Real com as divindades do Olympo era só quanto ao seu dom de inspirar poetas, porque no *Naufragio de Sepulveda*, se endereça a sua invocação a Jesus, não deixa de misturar esses deuses decorativos ás personagens e á fabula narrada nos longos dezoito cantos de metro vario: decasyllabo branco, oitava rima e terceto italiano. Em geral, esses dois ultimos metros são para discursos, contos e correspondencia epistolar: formam a parte mais preocupadamente litteraria do seu poema, mas essa “litteratura” não lhe deu vantagem apreciavel sobre a narração singela do naufragio, como se contem na *Historia tragico-maritima*. E era a perda do galeão grande *S. João*, em 1552, junto da Costa do Natal, na Africa do Sul, em circumstancias tão dolorosas, verdadeira materia epica? O poema foi composto em dois tons: o lyrico, quando conta ou canta os amores de Leonor de Sá e Manuel de Sepulveda na India, a lucta de Leonor contra a vontade paterna, os contra-tempos e perseveranças dos namorados fieis; e o tom tragico, quando nos descreve os soffrimentos dos naufragos entre os cafres, depois de abandonado o galeão, logo desfeito pela tempestade. E’ bem uma brusca reviravolta da fortuna para despertar o terror e a compaixão, como queriam os theoricos da tragedia; é um intenso motivo tragico, mas não um motivo epico.

O genro do poeta, Antonio de Sousa de Abreu, que publicou o poema depois da morte do seu auctor, dedicando-o ao principe D. Theodosio, declarou que esse poema era a obra predilecta de Côrte Real: “... em sua vida lhe ouvi muitas vezes dizer que fôra esta obra, que elle tinha por mais filha do seu engenho que algumas que fizera e em que mais cabedal de trabalho puzera”. E é effectivamente obra de grande escrupulo litterario. A fonte principal deve ser sido a narrativa pungente da *Historia Tragico-maritima*, mas os dados anteriores sobre a vida de Leonor de Sá, seu casamento clandestino com Manuel de Sepulveda, os rigores do pae, Garcia de Sá, os fracassados esponsaes com Luiz Falcão, capitão de Diu, e morte deste são d’outra proveniencia, talvez conhecidos por affinidades familiares, pois D. Leonor era parenta da esposa do poeta. Tambem, quanto á sorte dos filhos de Sepulveda, se aparta o poeta da versão

da *Historia Tragico-maritima*, como se apartara Camões — este mais cuidadoso de accentuar a violencia da vingança do Adamastor que de fidelidade historica. Essa fidelidade historica de Côte Real sahe mal parada das mãos de Camillo Castello Branco. O romancista era homem eruditissimo em linhagens esquecidas, manuscriptos que raramente puderam ser compulsados por outro estudioso. Uma fonte desconhecida não é, nunca, uma fonte fidedigna. Por isso deve ser posto de remissa o exame historico do poema, que nos deixou Camillo nas paginas da *Bohemia de Espirito*. Coisa para lamentar, porque devemos considerar o *Naufragio de Sepulveda* principalmente pelo seu interesse biographico. O que alli é superflua excrescencia é a artificiosa litteratura: a côrte de Raunusia na ilha da Vingança e seu cerimonial, a intervenção dos ciumes de Protheu, namorado de Leonor e empenhado na perda da nau que a transporta, a obrigada collaboração de Eolo na tempestade, as visões dos templos da Verdade e da Mentira nos sonhos de Sepulveda, etc. Não falta uma recapitulação da historia de Portugal, perfigurada em esculpturas duma caverna, aonde Pantaleão de Sá é conduzido inesperadamente em plena cafraria. Não nos perdoou tambem a descripção minuciosa do mundo, ao reconstituir o trajecto do Amor, mensageiro de Venus, intercedendo pelos perseguidos:

Levanta-se voando em grande altura,
Tão colerico que perde o tino
Do caminho, que leva, abaixa os olhos
Ao globo & grave machina do mundo.

O maravilhoso, adorno obrigado nos poemas heroicos, fez do *Naufragio de Sepulveda* uma coisa hybrida e confusa, ao passo que a quasi ausencia delle deixou o *Segundo Cêrco de Diu* mais proximo da sua pureza de chronica metrificada. O tom duplo da obra, ora lyrico, ora tragico, e o pensamento de advertir da volubilidade dos estados da fortuna estão a denunciar uma atmospha moral muito diversa do optimismo heroico e vencedor, de que nasce a verdadeira epopêa.

Tal atmospha adensa-se na *Elegiada* de Luiz Pereira Brandão, que, chamado por D. Sebastião para cantor das suas glorias marroquinas, foi pelo destino convertido em chronista plangente duma derrota — derrota em que tambem elle fôra feito captivo, como Diogo Bernardes. Brandão delineou um poema lugubre, Bernardes endereçou á

Virgem versos de grande unção, imitados de Frei Luís de León. Foi o segundo que achou mais idoneo vehiculo para a sua dôr.

A *Elegiada* é, em dezoito contos, uma chronica rimada do reinado de D. Sebastião, desde a regencia de D. Catharina d'Austria até ao regresso a Lisboa dos restos da desastrosa expedição, chronica feita com grande escrupulo no registro da verdade.

Agora as desgraças portuguezas, como outr'ora as victorias, excediam as victorias fabulosas, sobre-passavam as desgraças fabulosas:

Cante Homero o que chorou Dardania;
Cante depois Virgilio o amor de Dido,
Inventem damnos da fatal insania,
Por ser seu nome mais engrandecido:
Que eu choro o Rey da triste Lusitania
Sentido até das pedras sem sentido,
Cuja historia certa e dolorosa
Excede toda a outra fabulosa.

Era aquelle antigo sentimento de ufanía, de que o prologo do *Cancioneiro Geral* é talvez a primeira confissão, mas invertido já no seu objecto: ao orgulho de vencer succedia o orgulho de soffrer.

Ha na *Elegiada* algumas descripções com certa vivacidade e bom acabamento, como a de Cintra, e episodios de algum interesse exotico, tomados da vida mourisca. Essas estancias de typismo berber e os passos de Corte Real sobre os festejos indianos do casamento de Leonor de Sá representam, entre nós, o alvorecer da côr local e do gôsto do pitoresco.

Repete-se neste poema o artificio de buscar pretexto para uma narração da historia nacional, commentada á luz do espirito heroico e do ardor proselytista. Agora é um eremita, que no canto I, na serra de Cintra, dá uma extemporanea lição de historia e patriotismo ao jovem rei. O outro artificio dilecto dos poemas heroicos, o sonho, é tambem posto á prova: é D. Sebastião que em sonhos vê e ouve a Van-gloria a exhorta-lo para que se empenhe em grandes empresas bellicas em defeza da fé.

A assembléa oratoria das grandes occasiões apparece na *Elegiada* com a forma de concilio das divindades infernaes.

E chegamos a Francisco de Andrade, chronista de D. João III e cantor do primeiro cêrco de Diu. A pequena ilha de Diu, com duas leguas de comprimento e meia legua na sua maior largura, povoada de pescadores, foi promovida a altos destinos com a chegada dos portuguezes á India, que d'ella fizeram uma feitoria mercantil e um imprescindivel apoio naval. Os combates feridos nas suas aguas por D. Francisco de Almeida, as tentativas de toma-la por Diogo Lopes de Sequeira e Henrique de Menezes, o accôrdo final para a construcção da fortaleza, conseguido por Martim Afonso de Sousa e Nuno da Cunha, os dois cêrcos no tempo dos governos de Antonio da Silveira e D. João de Mascarenhas, 1538 e 1546, a prodigiosa viagem de Diogo Botelho, que veiu a Lisboa numa fusta de menos de cinco metros para participar a D. João III o levantamento da fortaleza, o jubilo do papa Paulo III que solemnisou publicamente a façanha — envolveram a pequena ilha numa aureola de epopêa e déram-lhe tal relevo que a imaginação nacional não se contentou com o lugar que lhe fizeram Camões nos *Lusíadas* e outros auctores nas chronicas. Diu tinha fóros e preeminencias para thema exclusivo de epopêas; assim comprehenderam Côrte Real e Francisco de Andrade, e assim o cumpriram.

Deslocadas as atenções para o occidente, com a entrada da America na historia e com a sua surpreendente valorisação economica, deslusitanizada a India pelo dominio inglês, o valor estrategico e mercantil de Diu passou a vaga reminiscencia dum vago mundo heroico, de que restam abandonadas ruinas. São façanhas mal recordadas da historia, como os poemas que as exaltam são valores quasi mortos na litteratura. Só Mendes Leal, já no seu tempo um archaisante, queria que nós assestassemos as peças de Diu contra os navios de Napoleão III... De obras de arte, estes poemas, perdida a sua capacidade emotiva e o seu interesse humano, passavam para o rol das fontes historicas acataveis, porque Francisco de Andrade e Jeronymo de Côrte Real foram escrupulosos ao urdir as suas narrativas metrificadas e porque o tropeço dos artificios poeticos, discursos, maravilhoso pagão ou christão, facilmente se elimina. Os vinte cantos do *Primeiro Cêrco de Diu* adoecem muito dessa preocupação de fidelidade minuciosa: o vasto material historico, ao atravessar a imaginação do poeta, não soffreu a metamorphose simplificador e interpretadora que o volveria em obra d'arte. E se a imaginação collectiva mythisara esses longin-

quos successos, o poeta, com o mais anti-epico dos processos, restitue-os á escorreita realidade historica.

Estes poemas, em que ha reflexões conceituosas e uma grande e nobre prosapia patriotica, são victimas — não das mais lastimaveis, consolemo-nos — da deslocação do rumo da historia: a America, berço de novas nacionalidades e potencialidades, veiu a produzir muito mais para o haver humano do que promettêra ou do que se poderia esperar na primeira decepção do descobrimento; e a communicação com o oriente acabou por dispensar o longo rodeio do sul d’Africa e ratinou um tanto no alcance pratico das prodigalidades heroicas dos portuguezes na longa rota, achada por Vasco da Gama (47).

(47) — A este meu relance sobre “a epica portuguesa no seculo XVI” seguiu-se o de Hernani Cidade: “a epica portuguesa sob o dominio filippino”, publicado em 1940 na *Revista de Guimarães*, debaixo da influencia patriotica das comemorações historicas effectuadas nesse anno, e recolhido como capitulo no volume *A Literatura autonomista sob os Filippes*, Lisboa, 1948, pags. 55-79. Do elencho bibliographico e chronologico, por mim apresentado como elemento demonstrativo, o professor H. Cidade tomou os poemas apparecidos entre 1580 e 1640, da *Elegiada*, de Pereira Brandão, á *Ulyssipo* de Sousa de Macedo, e diligenciou encontrar nelles alguma vibração patriotica de intenção politica circunstancial. Mas essas obras não tiveram circulação e não exerceram influencia ou esta é impossivel de se rastrear. Pelo contrario, rastreia-se a dos *Lusiadas* nesses decennios, em allusões panegyricas, em reedições, em traducções, em commentarios e nalguma polemica. E’ certo que o movimento da Restauração de 1640 foi predominantemente obra da nobreza, isto é, de uma selecção social que poderia inteirar-se do conteúdo desses poemas de escassa circulação. Deve-se, porém, recordar que a maneira de ler e entender um texto varia profundamente com os ambientes. Como liam e entendiam os homens do seculo XVII essas narrativas heroicas? Os problemas da collaboração do meio na carreira das obras litterarias principiam apenas a ser estudados em monographias historicas. Algumas propostas de conclusões já foram systematisadas pelo Prof. Johann Hankiss em *Helicon*. Em todos os casos são necessarios documentos probatorios. Tudo que se attribúa de intenção e influencia a esses poemas soporiferos não passa de conjectura. O proprio auctor, nas linhas terminaes, implicitamente reconhece o character conjectural do seu estudo: “E’ probabilissimo que a consciencia lucida dos Autores destas obras haja sido absolutamente alheia a esta especie de plano de recuperação espirital, que diria, se me deixasse levar por mal recalçadas tendencias romanticas, estabelecido pelo mystico Genio da Raça.

Qual a critica mais applicavel hoje a estas mûmias da nossa historia litteraria? Nem a de Francisco José Freire, indagando se os processos obedeciam á technica do genero, com suas complicadas regras de qualidade e quantidade (V. *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, pags. 79-81 da 2.^a ed.); nem a de Costa e Silva, posto que mais afoitamente impressionista, commentando a boa ou má metrificacão e apontando uma ou outra belleza. Parece-me que se deveria julgar do seu poder de expressão, do seu relevo artistico e linguistico para com esse criterio de leitor desprevenido formar uma anthologia dos nossos epicos esquecidos. E não são de todo esquecidos, graças a Bento José de Sousa Farinha, que fez reimprimir alguns, e a José Maria da Costa e Silva, que leu e commentou varios d'elles (V. *Ensaio biographico e critico dos melhores poetas portuguezes*, Lisboa, 1850-1855, 10 vols.).

Em dois aspectos convergem estes poemas, e estas convergencias são outros tantos valores a salientar, porque, a meu ver, equivalem a verdadeiras creações collectivas em que os poetas fossem porta-vozes dum juizo geral, são imagens compositas, das que se obtêm por sobreposição de desenhos varios do mesmo objecto: um constante modo de visionar, seriar, comprehender e symbolisar a historia portuguesa nos seus quadros de heroismo individual; e uma typica interpretação de Venus, como Quixota insoffrida a pleitear pelos aggravados de amor e pelos que perigos grandes correm, levados pelo impulso heroico. E' sempre uma visão comoneana da historia e uma interpretação camonea-

O que, porém, é certo é que não fui eu que inventei a chronologia dos poemas: ella mesma se impôs, com seu poder suggestivo, mais do que suasorio, e não ha difficuldade em acceitar a associação estabelecida, uma vez que façamos intervir nos factos surdos movimentos emotivos que tiverem no espirito um servo pouco mais que incomprehensivo e desvirtuador" (pag. 79). — Veja-se tambem o capitulo acêrca de possiveis influencias de Tasso sobre os poemas epicos portuguezes do seculo XVII, pags. 42-60 da these do Prof. Giuseppe C. Rossi, *A Poesia Epica italiana do seculo XVII na Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1944. Os casos concretos apontados são de coincidencias estylisticas, mas o proprio auctor invalida grande parte das suas conclusões com a sua sensata observação de pag. 11: "...é enorme a difficuldade de fixar imitações, reminiscencias, etc. na evolução do poema épico, onde, através dos seculos e dos povos, a "materia" e o "conteúdo" se transmitem mais num "clima" geral e vago do que em phrases certas, cuja origem é frequentemente impossivel marcar com exactidão". — Com segura erudição e fino gôsto, Cabral

na de Venus. Este conceito heroico da historia nacional é um valor de cultura, que não poderá olvidar quem se proponha reconstituir a mentalidade dum português do seculo XVI. E essa Venus portuguesa, não a deveríamos exhumar da adormecida mole poetica para a levantar ou reivindicar como um typico mytho português, tão representativo como o sebastianismo ou o donjuanismo lyrico? (48).

do Nascimento organizou uma enumeração commentada dos velhos poemas heroicos portugueses, ordenou-os pela chronologia e materia dos seus argumentos e reproduziu-lhes trechos demonstrativos do seu character poetico, no livro *Poemas Narrativos Portugueses — Commentarios, Enumeração e Excerptos*, Lisboa, 1949, Minerva, 319 pags. Considerar-me-hia muito honrado, se o que a respeito do thema escrevi em edições anteriores desta monographia houvesse contribuido para a deliberação do auctor, de nos prestar o bom serviço de inventariar e apreciar esses quasi esquecidos monumentos poeticos da nossa velha litteratura.

- (48) — Foi o critico brasileiro, Dr. Celso Vieira, quem melhor caracterisou a concepção camoneana do mytho de Venus, que tem tradições na propria poesia epica, mas que entrou no mundo poetico português pelo poema de Camões. Ver o formoso ensaio daquelle academico, *Venus camoneana*, publicado a primeira vez no jornal do Rio de Janeiro *O Paiz*, em 12 e 19 de Julho e 2 de Agosto de 1918; reproduzido nesse anno na minha velha *Revista de Historia*, vol. 7.º, e posteriormente na revista de Elysio de Carvalho, *America Brasileira*, em data que não posso precisar. Recopilado no volume *O Genio e a Graça*, aguarda a edição d'elle.
- Ainda uma observação a respeito da inversão do orgulho epico: ha em Camões germen della, pela grande extensão do orgulho nacional. Os portugueses tambem excederiam aos antigos em casos de adversidade. Ver III, est. 71-73; IV, 6, 32-33, 53, 59; e X, 48-49. Por detraz deste constante parallelo, está a presumpção de que os portugueses haviam vivido sua vida com mais profunda intensidade no bem e no mal que os antigos — o que era muito mais que excedê-los em heroismo.
- Esqueci-me, em sua altura propria (pag. 370), de mencionar o romance do auctor brasileiro João Manuel Pereira da Silva, *Jeronymo Côte Real (Chronica do seculo XVI)*, publ. pela primeira vez no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1839.

CAPITULO TERCEIRO

O REVERSO DA MEDALHA

E' tempo de cessar nesta evocação de lugares communs da rhetorica dum povo embriagado de heroismo e sangueira. São coisas mortas, tão mortas como o orgulho cruel dos pharaós egypcios que mandaram levantar as pyramides. Coisas que deveriam ser sepultadas e esquecidas, como toda a illusão humana, se dellas não houvesse nascido uma obra de arte immortal. O genio quintessencia a vida, extrahe de sementes venenosas fructos opimos. Tambem, quando o genio de Camões extrahiu da embriaguez heroica da sua gente a epopêa, só o veneno dos fumos indianos ficou á vista, a lavrar e a espalhar-se nos ares.

Esta medalha gloriosa, que temos vindo acompanhando no seu longo cunho e recunho, tinha de facto seu reverso triste. Um povo pobre e pequeno, desterrado dos focos da historia geral e a construir a sua historia particular noutra desterro ainda mais longinquo, um povo que passa a vida a louvar-se, facilmente incorre no riso dos outros povos. Ha nas relações entre os povos uma crueldade gregaria castigadora dos que aberram da condição commum, muito semelhante á intolerancia pecorista das relações individuaes.

O deslumbramento dos europeus cultos pelas navegações e pelas luctas do Oriente e tambem a curiosidade dos interesseiros pelas ganancias novas que a India offerencia depressa haviam de cansar. Aquelle systema economico de simples mediação produzia percentagens enormes, mas sobre um volume de negocios muito pequeno e cheio de riscos tragicos. O reinado de D. Manuel, sobretudo nos dias de D. Francisco de Almeida e Affonso de Albuquerque, foi o periodo aureo ou o apice dessa reputação europêa do heroismo portugês. Mas elogio em bôcca propria é vituperio. Nem todos os portugueses tinham a prudencia estoica de um Sá de Miranda ou a moderação critica de um Damião de Goes. A satyra depressa tomou conta desse portugês gabarola, do fanfarrão que vivia fóra da realidade e a todos atirava com as caravellas e os elefantes da India e declamava aquella enfiada de nomes de regulos exóticos. Os reinos indianos tributarios de Portugal eram pequeninas comarcas littoraneas: e o imperio ou vice-reino, que logo em 1505 se insti-

tuiu, era apenas ou viria a ser apenas, na sua hora triumphal, um rosario debil de feitorias ou entrepostos commerciaes: Cambaia, Diu, Damão, Bombaim, Goa, Calicut, Cochim, Quilton, Colombo, Jafna, Megapatam, um recanto de Ugulim, Malaca, Ormuz, Macau, outro recanto de Nagasaki, Timor etc. Fôra uma obra prodigiosa constituir esse rosario de feitorias, mas jamais ellas formaram um imperio ou um vice-reino, com sua vida economica e politica, propria e assegurada. Mantidas á custa de luctas titanicas, mas estereis para todos que não vissem no empreendimento da India mais que impulsos de fanatismo ou interesses pequenamente mercantis, essas praças isoladas viviam uma vida insustentavel, como se reconheceu por fim que era a das praças marroquinas, muito mais proximas da metropole e por isso melhor assistidas. Jamais existiu um imperio portuguez na India; houve apenas contactos epidermicos ou superficialissimos e precarios com um colosso que vivia tão conscientemente a sua vida de espessura massica que desprezava a propria guerra do mar, a dos portugueses: “As guerras do mar são coisas de mercadores, com que os reis não é sua honra entender” (V. Visconde de Meyrelles, *A Conquista da India*, in *Revista de Historia*, 1914, vol. 3.º, pag. 306).

Um homem, que não era historiador, mas era dotado de elevado sentido critico, lêra fontes estranhas e conhecia a India, quis metter hombros a essa empreza de estabelecer as justas proporções na avaliação das nossas andanças indianas, isto é, julgar a materia epica sem espirito epico. Foi o 2.º Visconde de Meyrelles, Francisco de Freitas Meyrelles do Canto e Castro. Mas já então estava adiantado em annos e era debil de saude. Não pôde fazer mais do que este citado artigo. O seu proposito critico, porém, está archivado nas cartas que delle publiquei. (V. *O espirito de proporção e a historiographia — Cartas do Visconde de Meyrelles*, in *Revista de Historia*, vol. 4.º, pags. 159-163, Lisboa, 1915). Tal proposito de boa hygiene mental bem poderia ser prosseguido por algum erudito sem espirito epico.

O contacto dos portugueses com a India coincidiu com revulsões internas de profundo alcance na peninsula indutânica, a invasão de Bábar e a fundação do imperio mongol por Akbar, o Grande, que não era só um guerreiro e um governante, foi tambem um homem de pensamento. Supponho que os mercadores-marinheiros de Portugal não se percataram de taes successos decorridos no âmago daquelle immenso mundo. Elles eram um punhado de aventureiros audazes, bravos até á demencia heroica, fanaticos no seu ca-

tholicismo romano, a que a India era impermeavel, e nada levavam em troca dos productos luxuosos de uma opulenta civilisação, muito superior aos recursos da pobre monarchia agraria do extremo occidente. Traziam de lá coisas sumptuarias e dispensaveis, as especiarias, as pedras preciosas, as sedas e as faianças, no bôjo das caravellas em viagens longuissimas e penosissimas. O espirito da civilisação hindú, a sua elevação religiosa e philosophica nunca interessou os portuguezes, que em tudo isso apenas viam sub-productos exóticos, chocantes pelo contraste com o absoluto que era para elles o conceito catholico da vida. Os reconhecimentos scientificos praticados foram sempre dirigidos por um proposito immediatamente utilitario, como os de Thomé Pires e Garcia da Orta. / Tudo isso tornou os portuguezes grandes na bravura pessoal e na arte da guerra, mas pequenos, como representantes de uma civilisação longinqua, que só estadeava aspectos de simpleza primitiva ante o patrimonio moral dos hindús. Em troca do que traziam, nada levavam senão o fanatismo. A bravura pessoal devia decerto fazer que lhes attribuissem proporções sobre-humanas. Se são verdadeiros aquelles desproporcionados numeros dos exercitos que batalhavam, centos de portuguezes contra mais de uma centena de milhares de timidos hindús, por exemplo nos dois cêrcos de Diu, só uma grande debilidade physica e combativa dos indianos e seus alliados musulmanos e um ascendente dominador dos portuguezes, como o que tiveram modernamente os allemães, podem explicar os triumphos de um punhado de bravos, separados da patria por uma distancia de sonho, sem abastecimentos seguros senão os de Gôa, continuamente assaltados nessa precaria linha de communicações. E quando a nacionalidade cahiu em colapso, de 1580 a 1640, sobreveio coisa peor: o abandono pela metropole madrilena e o aparecimento de um inimigo novo, o hollandês, que exhibiria as mesmas superioridades na guerra do mar.

Estes commissarios da revenda das coisas superfluas da India impunham, em troca dos seus lucros, a Inquisição com seus horrores, que bem deviam surprehender os indianos, nada intolerantes e já bem adiantados sobre nós na meditação religiosa e na transposição do fulcro da vida para o mundo sobre-natural. E não só a Inquisição. Tambem levaram o negocio negro da escravatura forçada, quando abandonados da metropole e livres da acção do governo de Gôa, formaram nucleos de mercenarios, que faziam guerra privada e chatinavam por conta propria ou dalgum medroso

regulo marginal. Raptavam gentes descuidosas; reduziam-nas á escravidão e vendiam-nas por bom preço. Foi o que succedeu nos começos do seculo XVII, em Ugulim e Dianga, como nos contou o padre agostinho Sebastião Manrique no seu *Itinerario* de 1649, que deu a base a um livro empolgante, elaborado sobre os proprios scenarios dos episodios, o de Maurice Collis, *The Land of the Great Image* (49).

No pequeno semi-circulo que rodeava Goa, algumas instituições portuguezas se introduziram, desde que os portuguezes e os mestiços chegaram para formar uma sociedade éparte. E em muitos pontos da costa palavras portuguezas, mais ou menos adulteradas, entraram em circulação, para designar coisas e attitudes alienigenas para os indianos. Alguns nomes de prosapia nobiliarchica perpetuaram-se através da mestiçagem decadente.

Um grande serviço estivemos a ponto de prestar á India, a toda a India, ao passo que os horrores da Inquisição só atingiam os pequenos tratos de territorio dominado: proporcionar-lhe a unidade linguistica e um instrumento de comunicação com o mundo occidental. Até á chegada dos holandeses e ingleses, o português foi o idioma diplomatico de mediação. David Lopes revelou alguns documentos comprovativos e até cartas credenciaes. Fizeram depois os ingleses,

(49) — Este livro teve grande repercussão, no seu original inglês, por causa do seu interesse romanescos. Chegou a Portugal por meio de uma versão annotada, do professor Antonio A. Doria, e chamou a atenção para o esquecido castelhanisante seiscentista português. Logo se publicou, em 1946, com esse motivo, uma escrupulosa reprodução do texto castelhano da edição de Salamanca, 1653, sob as vistas de Luiz Silveira, que lhe appôs um prefacio objectivo, mas talvez não de todo isento de mentalidade epica. Justo era confessar o que a memoria do frade agostinho, com rija tèmpera portuguesa, devia a Collis e Doria. Sem o romancista inglês e sem o traductor português, os compatriotas deste serôdio émulo de Mendes Pinto, quasi tão aventureiro, mas muito mais fanatico, continuaríamos a ignorá-lo. Uma nota certa domina o prefacio: o reconhecimento do valor da nossa velha litteratura de viagens. Por fim! — A contribuição maior para a valorisação critica dos auctores “minores” e do aspecto geographico e exotico da nossa litteratura quinhentista foi a obra, ainda incompleta, de Hernani Cidade, *A Litteratura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*. — (*As ideas — Os sentimentos — As formas de arte*), Lisboa, 1943, 288 pags. Quanto á materia, não quanto ao ponto de vista, tem certa afinidade com este velho escripto, agora refundido.

com seu domínio total e duradouro, isso que nós apenas esboçamos e iniciamos. Mas isso tudo era muito pouco perante a grandeza massivamente impenetrável daquelle mundo. O vice-reino português da India visto de dentro desse mundo era coisa superficial, que jamais affectaria as suas entranhas. Isso se sente, quando se percorre a synthese da conquista da India pelos mongoes e pelos ingleses, e quando se recordam as velleidades de outros povos, como os holandeses, os franceses e os dinamarqueses (50). E melhor ainda se vê, quando é um indiano que articula a sua India á historia universal, por exemplo Jawaharlal Nehru em *Glimpses of World History*, New York, 1934. Os portugueses figuram alli, não como constructores de um imperio oriental, mas como achadores do caminho maritimo e pioneiros do commercio sumptuario pela via do Cabo da Boa Esperança (Cap.

(50) — Ler o capitulo I, *Portugueses e outros povos da Europa no Oriente*, pags. 1-22 do livro de David Lopes, *A Expansão da Lingua Portuguesa no Oriente nos seculos XVI, XVII e XVIII*, Barcellos, 1936. — J. R. Green, o conhecido auctor da *Short History of the English People*, breve, mas com 4 grossos volumes, apenas nos dedica este passo, a maior brevidade da obra e tambem a sua maior injustiça: "It was not till the close of Elizabeth's reign, a century after Vasco da Gama had crept round the Cape of Good Hope and founded the Portuguese settlement on the Goa coast, that an East India Company was established in London" (Pags. 1628-29 da ed. de 1908).

São muito poucos os auctores indianos que se referem á acção dos portugueses naquelle continente. David Lopes publicou e traduziu para português um manuscripto arabe do seculo XVI, *Historia dos Portugueses no Malabar*, de Zinadim, Lisboa, 1898, o qual trata do dominio português desde 1498 a 1583. No prefacio Lopes explica essa falta de referências á acção portuguesa pela circunstantia de não terem os indianos historiographia escripta ou verbal. Faziam-na pelos monumentos architectonicos, pelas inscripções e moedas. A chegada dos musulmanos é que trouxe a historiographia escripta. Emquanto a população meridional se desinteressava da historia, a do norte ou arabe era muito curiosa de historia, mas de historia continental, dos planaltos, onde se debatiam os verdadeiros interesses da India, não da vida costeira e maritima, por onde circulavam os portugueses. Nessa introdução critica, David Lopes dá um inventario dos auctores que se occuparam da passagem dos portugueses pelo continente indiano. Taes referências aos portugueses ou "franges" são sempre de grande malevolencia. Depois "franges" passou a designar todos os estrangeiros. Em Rudyard Kipling apparece a forma "feringhi", que deve ser uma translitteração phonetica.

73.º). Todos os detalhes se apagaram no esculpturar do imenso colosso, como num estatua de Rodin.

A evangelisação, passados os annos fugidios de Francisco Xavier e algumas tentativas mais refinadas de intellectuaes jesuitas, que reconheceram que os indianos eram gente muito diversa dos negros da Africa e dos indigenas do Brasil, essa evangelisação foi tambem coisa superficial: legounos o padroado catholico do Oriente, mas ficou associada aos horrores da Inquisição.

Certamente escreve Maurice Collis, a proposito de Padre Manrique; “Ser fanatico, na religião, na politica, na arte, na sciencia, em qualquer actividade, é peccado contra a intelligencia, degradação do espirito, crime que leva a outros crimes, maldade que merece castigo”.

Gôa, com a Inquisição, offerecia um triste quadro de arbitrariedades crueis e de corrupções moraes, na vida publica e na vida familiar. D’aqui o despreço dos indianos e bem depressa o odio e a derrocada ou a dispersão das contas daquelle collar de feitorias. A sobreexcitação heroica dos tempos de um Albuquerque e a sua largueza de vistas, que o levava a tentar o impossivel, o perpetuo dominio dos mares do Oriente por Portugal, promptamente decahiu em baixa chatinagem. Mas a linguagem dos tempos da consciencia epica manteve-se intacta, como giria de classe ou familia. Isso fez que na Europa, alheia ás coisas da India e esquecida já daquelle curiosidade em sympathia dos começos do seculo, o reverso da medalha fosse de satyra. O proprio Torres Naharro, que por encommenda de Leão X compôs a sua má *Comedia Trofea* no que poderiamos chamar estylo manuelino, tem noutros passos da sua *Propaladia* dizeres duramente ridiculisadores, por exemplo na *Comedia Tinellaria*. O typo do portugûês fanfarrão entrou logo no theatro hespanhol. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, boa conhecedora do theatro primitivo peninsular, affirmou francamente: “... Torres Naharro é creador do typo humoristico ou antes da caricatura do *morador* da côrte *Lusitana*, namorado, musico, matante, fanfarrão e de prosapia ridicula, tão parente del-rei que come á sua mesa, figura que durante todo o seculo XVII reaparece em *Autos e Farsas*” (V. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 9.º, pag. 360). Em nota a esse passo, a mesma auctora acrescentou alguns dados, que desejo archivar: “Eu disse duas palavras acêrca dessa figura do *Português nas Farsas Castelhanas* na Introducção á *Intercultura de Portugal e Hespanha*, 1921. Na *Tinellaria* (pag. 367-371) elle é fanfarrão

e amigo de palavrões, não em glorificar as caravellas de Portugal, mas em affirmar que *Sevilha e todo o mundo é... merda para Lisboa* e em chamar *rabudos e marranos* aos castelhanos (pag. 323 e 369). De ridicula prosapia, ao affirmar que *a su puerta cagó el caballo del rey...*" (Ibidem). A tradicional rivalidade dos povos ibericos ajudava a exploração humoristica.

No seculo XVII, que é a floração plena da litteratura hespanhola, após os decennios da incorporação de Portugal á corôa dos Austrias, quando houve um convivio mais estreito e, portanto, um conhecimento mais seguro, quando as bellezas de Lisboa eram thema obrigado dos poetas, a reputação dos portuguezes estava feita entre os castelhanos: diziam elles que os portuguezes eram muito ciosos da sua independencia, com que sonhavam a cada momento, para honra sua; que eram corteses e apaixonadiços, valentes até á temeridade, mas exaggerados e arrogantes. Os fumos da India haviam intoxicado a mente nacional. Em situação de penuria e dependencia, fallavam todos como D. Manuel I que ria um seculo antes que se fallasse delle. A velha linguagem dos panegyricos aulicos e dos humanistas italianos avidos de presentes, tornara-se giria familiar e dialectica emotiva de despeito e colera. Louvava-se muito em Hespanha "la cortesía portuguesa", mas tambem se vituperava "la arrogancia portuguesa". Lope de Vega, cuja serena lusophilia e cujo camoneanismo já descrevi noutro lugar (V. *Ultimas Aventuras*, pags. 255-325), não teve duvidas em attribuir a um portuguez estes versos do seu auto sacramental *Misacantano*:

Sou el mayor
Señor que oje el mundo pisa;
Sou o mais que puede ser
Sou cifra de quanto he bono
Sou grande e de gran poder
Sou cetro, corona e trono
Que terra e mar faz tremer.
Sou aquel que ao profundo
Chega com fama immortal
E finalmente me fundo
En que bẽ sou Portugal
Que sou mais que todo el mundo.

Vicente Espinel na sua novella *Marcos de Obregón* diz que somos "gente idólatra de si propia, que no estima en nada el resto del mundo". Quem quizer documentar-se

acêrca dos juizos dos hespanhoes seiscentistas a nosso respeito, leia o erudito livro de M. Herrero-Garcia, *Ideas de los Españoles del siglo XVII*, Madrid, 1928, cap. III. Alli se colleccionam muitas finezas equivalentes a estas (51). Já no conceito dos humanistas a maré mudava. Um delles, Buchanan, ridiculisou severamente o pomposo titulo de D. Manuel I e seus successores. E' aquella satyra latina que figura no livro de G. Cerejeira sobre a estada de Nicolau Cle-nardo em Portugal, em traducção do mesmo auctor. Os ultimos versos são pungentes:

*Não devo, pois, com a maior razão
Ao dono de tão grandes appellidos,
Chamar o Grande Rei dos muitos nomes?*

*Se porém algum dia, ao Rei dos nomes,
A guerra ou o mar, em furia s'inflammando,
Lhe fecharem a tenda da pimenta,*

*Bem pode alimentar-se dessa fama
Mercadejada em terras d'além mar!...
Fará pesadas dividas,
Ou morrerá de fome.*

(Em latim a pag. 412 das *Opera Omnia*, ed. de 1725 e em portugûês em *Clenardo*, pag. 147 da ed. de 1926).

(51) — O Conde de Gobineau, ainda em 1876, se serve da arrogancia portuguesa como elemento caracterizador da atmos- phera cosmopolita da côrte de Leão X. Os cardeaes Bib- biena e Saddoleto, bem conhecidos da historia litteraria, atravessam as ruas de Roma, montados em suas mulas ri- camente arreadas e seguidos por suas comitivas e escoltas. Vão commentando os typos forasteiros que lhes passam ao alcance. Fallam da gente iberica:

"Bibbiena: — Como esses hespanhoes têm a cara ar- rogante! É, nos nossos dias, o povo dominador; e desde que descobriram as Novas Indias, não ha limites para o seu orgulho, nem para a sua rapacidade. O ultimo d'entre elles considera-se como um pequeno rei.

Saddoleto: — E alli, naquelle canto, esses três portu- gueses! Na expressão dos seus rostos, percebe-se que os conquistadores de Goa e Diu não cedem em altura e pre- sumpção aos seus vizinhos do Guadiana".

(*La Renaissance*, pags. 148-149 do 2.º vol. da ed. de Berlim, 1922).

Sómente os dados historicos foram mal escolhidos: Diu foi conquistada por Nuno da Cunha em 1535, quando já não existia Leão X.

As observações de Clenardo a respeito do absurdo da vida economica da sociedade portugueza são como uma antecipação do diagnostico dos males de Gôa e do imperio maritimo do Oriente. Esse bom observador da vida portugueza do tempo de D. João III bem merece ser lembrado nalgum estudo sobre as causas da decadencia de Portugal quinhentista e sobre as direcções de uma reforma dos costumes nacionaes e do nosso idearium conductor.

A Casa da India, com o systema economico por ella representado, tornou-se já um symbolo da despreocupaçào em meio da prosperidade trazida pela alta do preço do producto unico ou quasi unico, emquanto a formiga branca da realidade mina todo o edificio erguido sobre aquelle falso systema (V. *A Casa da India e a Pimenta*, artigo de Jayme Adour da Camara, in *Cultura*, n.º 2, Rio de Janeiro). Mesmo depois que, para nós, só evocavam ruina e sofrimentos inuteis, as Indias continuaram a ser para o mundo symbolo de opulencia fabulosa. Shakespeare, um seculo depois, ainda archiva esse conceito commum:

they shall be my East and West Indies, and I will trade to them both.

(*Merry Wives of Windsor*, I, 3.^a).

E dellas se lembra em varias outras obras.

Os costumes e a separação religiosa intolerante crearam no Oriente a discriminação racial com todas as suas más consequencias: a situação de inferioridade dos indianos e o odio entre os reinos e os nativos. No seculo XVIII, sob a influencia das ideas philosophicas, desenha-se uma reacção no mundo official contra esse divorcio entre as duas camadas da população. O alvará de 2 de Abril de 1761 estabelecia igualdade plena de direitos e dignidades entre indianos e portuguezes. E em 1774, ainda D. José, ou o Marquês de Pombal, publicava as suas nobres *Instrucções*, expedidas ao Governador e ao Arcebispo, affirmando as legitimas prioridades do poder civil sobre o ecclesiastico — era o clero o principal mantenedor da separação — e regulando todo o comportamento das auctoridades nas suas relações com a população nativa no dominio politico, civil, economico e religioso. Foi uma aragem de philanthropia igualitaria e justiceira, que a dictadura pombalina exhalou sobre a distante India. Mas as classes dirigentes não se deixaram convencer; as injustiças tradicionaes mantiveram-se

e o convencimento da illegitimidade de tal situação animou as victimas ao protesto. D'ahi surgiu uma conjura.

Em Gôa, quando a “viradeira” do reino deu atmosphera favoravel á “viradeira” nas provincias ultramarinas e a situação se aggravou para os nativos, houve uma conspiração anti-portuguesa ou nacionalista, que bem pode ser considerada como symetrica da Inconfidencia Mineira. A nossa giria politica do seculo XVIII chamou de “viradeira” ao retôrno dos vencidos, após a destituição do Marquês de Pombal — como no seculo XX chamou de “reviralho” ao anhêlo de retôrno dos vencidos pelo golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. A conspiração, na India Portuguesa foi em 1787. Mas houve differença na punição, que foi muito mais severa que em Minas. O objectivo era expulsar os brancos da India, objectivo ambicioso, porque se os portugueses haviam perdido o seu velho prestigio com a chegada e o predominio dos ingleses e hollandeses, os ingleses depois dos triumphos de Clive estavam bem seguros da sua posição. Essa conspiração foi denunciada por Antonio Sequeira Toscano, escrivão da communiidade da aldeia de Aldonã. Devia irromper em todo o territorio no dia 10 de Agosto, mas já no dia 6 foram expedidas ordens de prisão dos cabeças. As buscas não descobriram documentos compromettedores, nem armas, nem dinheiro em suas casas. Apesar disso e da propria devassa declarar que “a machinação era por si mesma insubsistente e incapaz de produzir pleno effeito”, a sentença foi severa até á barbaridade. Os padres implicados, padres indianos naturalmente, foram remettidos para o reino e exhimidos ao processo, mas os seculares, em numero de 15, foram condemnados á pena capital em 9 de Dezembro de 1788; e esta foi executada com requintes de crueldade: deceparam-lhes as mãos, ataram-nos a caudas de cavallos, que os arrastaram, e, depois de esquartejados, foram expostos em lugares publicos. Affirmou-se que haviam fingido contar com o appoio de uma potencia vizinha, mas nada se provou, pois a unica base do processo foi, além da denuncia, a confissão dos reus, arrancada por meio de tormentos. Estaria ainda viva a lembrança da crueldade das sentenças contra os reus do attentado contra D. José I; e a um exaggerado fortalecimento da auctoridade real, nessas horas ultimas do absolutismo, correspondia uma violenta repressão de todas as velleidades insurreccionistas (52).

(52) — O chronista principal da conjuração de Nova Goa, 1787, foi Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, bibliothecario mui-

No reinado de D. Maria I já eram completamente arcaicas as ideas officiaes sobre colonisação. Justamente á India foram inimigos de Pombal e das suas ideas igualitarias, as expostas nas historicas *Instrucções* — por exemplo os Alornas. E eram essas velhas ideas de discriminação racial e religiosa, e os methodos governativos, que dellas decorriam, das causas principaes da decadencia do epico imperio oriental.

Seculos passados, o que foi poderosamente universal tornou-se pequenamente local. As lendas da India, nellas incluindo o conjuncto das navegações de descobrimento, constituem o themario dilecto da nossa historiographia e o maior problema da nossa politica e da nossa educação. O mundo épico de D. João II e D. Manuel I encerrava em seu tempo um sentido universal e humano, mas é hoje, como concepção de vida ou como systema de ideaes, um localismo passadista de asphyxiantes limitações. Era isso que os gigantes de então sentiam a respeito do mundo homerico e virgiliano. E pode levar-nos a erros graves de avaliação e actuação, e produzir um mórbo grave: a falta do sentido das proporções. Parecia fazer uma caricatura do espirito epico, nessa derradeira forma, aquelle velho litterato, que estabeleceu um paralelo impossivel, ao concluir um accôrdo graphico: “Celebramos a nossa paz orthographica precisamente na hora em que termina a maior guerra da historia”. Em sua hora propria, as lendas da India levaram á contemplação do universo. Seculos depois levam a Byzancio... E em Byzancio se deixam ficar os que pospõem a esse morto mundo epico a realidade viva do mundo americano, que tem determinado uma revalorisação retrospectiva da historia do seu descobrimento e da sua colonisação.

E assim chegaríamos a Alexandre Herculano e á sua instinctiva repulsa do imperialismo portugûês; e ao seu discipulo Lima Felner, que se não deixou deslumbrar pelas lendas da India; ao Anthero da conferencia famosa de 1871, que forneceu toda uma philosophia politica da historia portuguesa, alimentou um partido e inspirou uma revolução;

to conhecido pelo seu excellento catalogo dos manuscritos da Bibliotheca Publica Eborense: *A Conjuração de 1787 em Gôa e varias outras coisas desse tempo*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875. Tambem o Dr. Santanna Rodrigues em recente livro, *O Abade Faria*, Lisboa, 1946, nos capitulos III e IV dá algumas noticias a este respeito.

a Oliveira Martins, interpretador psychologico e materialista da historia nacional, para elle prodigiosamente heroica e absurdamente pelintra; a Guerra Junqueiro, o verbo poetico da reacção anti-traditionalista; e, por fim á lucta presente do velho espirito epico e do renovador espirito critico ou entre o narcisismo heroico e o ensaismo. Um restaura os historicos valores guerreiros e missionarios; outro ministra direcções para a modernisação da vida nacional, esforça-se por curá-la de um endemico bovarysimo e reconduzi-la á realidade, para organizar uma cultura de cooperação mundial e uma economia rehabilitadora e solidaria dos interesses humanos e para cumprir um mandato civilizador e libertador nos vastos territorios, que nos ficaram da magnifica aventura, com seu archaismo e seu fanatismo e sua prosapia heroica e, sobretudo, com o aureo fructo da epopêa e da litteratura geographica, todos aquelles relatos de pioneiros, peregrinos, missionarios e soldados de aventura, que nos descobriram physionomias novas do mundo, porque obedeciam a rumos novos do espirito, á curiosidade geographica e intellectual da Renascença, sublimada por Camões na contemplação do universo, ao fechar o seu poema com uma recompensa divina — divina, porque é concedida por deuses e leva ao amago da obra divina pela directa contemplação della. E a contemplação, se é o peccado mais grave em que pode incorrer um homem perante a sociedade humana, é, a juizo da mais alta cultura, a sua occupação mais adequada — recordou Oscar Wilde em paginas inolvidaveis sobre a critica creadora. E se o leitor pensa que uma epopêa ou um mundo de vaporosas palavras foi pequeno fructo de tanta sangueira e tanto soffrimento, encontrará tambem na philosophia da litteratura de Wilde a necessaria consolação: “Sempre foi mais difficil fallar de uma coisa do que fazê-la”. (*The critic as artist - I*, in *Intentions*, Londres, 1891). Deveríamos então considerar todo o processo historico, descripto nas paginas anteriores, as navegações e os naufragios, as cutiladas nos mouros e hindús, as batalhas e os cárcos, as angustias e as miserias, a embriaguez heroica, a rivalidade despeitosa contra os antigos e o constante clamar por um novo Homero, como um dos mais intensos episodios da lucta pela expressão, lucta inseparavel da consciencia do homem (53). Os portugueses

(53) — Como o leitor verificará, affasto-me bastante do patriotismo declamador sobre as glorias avitas e desconhecedor dos

teriam ido á India para preparar o advento de um grande poeta. Perante aquella febre de dissipações heroicas do Oriente, o espirito foge-nos para a reflexão interpretativa de Alcinoo, rei dos Pheacios, a Ulysses, quando o exhorta a

problemas presentes da reabilitação economica e cultural do povo português. Todavia, um auctor norte-americano, Samuel Eliot Morison, include-me entre os escriptores de exaltado nacionalismo e considera-me até “an excellent example of the Portuguese ideology” (V. *Portuguese Voyages*, pag. 4). Parece-me tambem que Mr. Morison é um excelente exemplo da repetida incompreensão americana do espirito europeu. — A bibliographia da critica anti-heroica da nossa aventura indiana e do fracasso economico do “cyclo da pimenta” contem algumas especies particularmente representativas na evolução das ideas sobre a historia nacional. Oliveira Martins deu-nos um relance no livro sobre Camões e os *Lusiadas*, de 1872, reimpresso em 1891 sob o titulo novo de *Camões, “Os Lusiadas” e a Renascença em Portugal* (V. pags. 173-182). Voltou ao assumpto com mais detença na *Historia de Portugal*, de 1879, e em *Portugal nos Mares*, 1889-1924, capitulos sobre o commercio maritimo português e a marinha portuguesa na era das conquistas, do 1.º vol. e sobre as instituições coloniaes portuguesas, do 2.º vol. de publicação posthuma. O Conde de Ficalho em *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, 1886, cap. II, teve de se demorar a explicar a crueldade selvatica das conquistas indianas pelo espirito do homem da Renascença, “excessivo no mal como no bem”. E J. Lucio de Azevedo, com espirito realista e experimentado, condensou toda a documentação accessivel sobre os aspectos mercantil e administrativo do “cyclo da pimenta”, no livro *Epochas de Portugal economico*, Lisboa, 1929, cap. IV. Este auctor divulgou tambem as noticias directas de um viajante italiano do seculo XVI, Philippe Sasseti, parcial, mas cultivado, no artigo *Viagens de um florentino a Portugal e á India (Seculo XVI)*, publicado no vol. 13.º da *Revista de Historia*, Lisboa, 1924, e recolhido no livro de Azevedo, *Novas Epanaphoras*, pags. 110-135, Lisboa, 1932. Como depoimentos coevos, portugueses e de mais importancia que os relatos de Sasseti, devem ser lidos o *Soldado Pratico*, de Diogo do Couto, publicado só em 1790 e reproduzido em 1937, numa boa restituição do texto pelo Prof. Rodrigues Lapa, e as *Memorias ae um soldado da India*, dadas á estampa por Costa Lobo em Lisboa, 1872. — Sobre o destino do imperio oriental e tambem da Africa portuguesa após o dominio filippino ha muitas e importantes noticias no opusculo de synthese de A. Botelho de Sousa, *O periodo da Restauração na India*, Lisboa, 1940, 81 pags., e no livro de Dur-

narrar os seus erros: “Foram os deuses os causadores e os que determinaram a morte desses homens para que ella proporcionasse aos vindouros o assumpto do seu canto?” (Fim da Rhapsodia VII da *Odysséa*).

val Pires de Lima, *O Oriente e a Africa desde a Restauração a Pombal*, Lisboa, 1946, 269 pags. Este livro, com seus quadros synopticos e sua bibliographia, é uma util iniciação para quem pretender estudar a nova phase, de recuperação e conservação, das actividades ultramarinas de Portugal.

- O Sr. Visconde de Lagôa iniciou a elaboração de uma grande obra, o levantamento onomastico integral dos obreiros da expansão maritima dos portuguezes para o lado oriental do vago meridiano demarcado pelo tratado de Tordesillas: *Grandes e humildes na Epopéa Portuguesa do Oriente*, em que ordenará mais de 40.000 fichas biographicas. Assim continúa a tradição das nossas ambiciosas cathedraes historio-graphicas, desta vez menos influido pelos grandes architectos passados que pela maneira de Sousa Viterbo e pelo criterio quantitativo da civilização contemporanea. São benemeritos da cultura quantos accumulem materiaes documentares e exemplifiquem methodos scientificos para o estudo de tão surprehendente phenomeno historico e psicologico. Só seria perigoso continuar a ver e julgar a vida hodierna com os olhos e o padrão de valores dos heroes de Diu.
- Da erudição marginal sobre os *Lusiadas* — cuja parte mais utilmente valiosa é a astronomica, por ter chamado a attenção da critica interpretativa para um aspecto renascentista do poema, e cuja parte mais imaginosamente inutil é a que se refere á localisação da Ilha Namorada, por se applicar a um problema inexistente e por isso insolúvel — dessa erudição marginal, muito variada e já quantiosa, apresentou o Dr. Arlindo Camillo Monteiro, historiador portuguez da sciencia, uma synthese recordatoria ao 5.º Congresso Internacional de Historia das Sciencias, Lausanne, 1947, “*Os Lusiadas*” *devant l’histoire de la science et de la culture*, que por motivo da propria variedade e quantidade dos seus paragrafos não pôde ser publicada integralmente nas actas desse congresso.

A P P E N D I C E :

GENETHLIACON PRINCIPIS LUSITANI, ut in Gallia Belgica celebratum est, a viro clariss. D. Petro Mascaregna, regio legato, Mense Decembri M.D.XXXII.

L. And. Resendii
Genethliacon Principis Lusitani, ut in Gallia Belgica
celebratum est...

Sturnus.

Aut docilis guttur Sturnus variare canendo

Mille modis, volucresq. aliae. Mensaeq. priores
Huc tractae usq., modum tenere. at fine sub ipso,

*Cupidinis
Triumphus*

Pompa Cupidinei currum comitata triumphii
Ingreditur. super ipse puer pharetratus, et arcu
Tela Cupido levi spargens medicata, feroci
Nunc huc, nunc illuc, animo grassatur, in unos
Cuspide vulnifica Gortynia tela reductis
Cornibus, et prope sub dextram eveuntib. alam,
Exturbat nervo. stridorem quuius, olympus,
Et maria, et terrae pariter, pariterq. tremiscunt
Taenarei Jouis, et Sicalae fera regna Dianae.
Ast alios icit calamo, plumboque retuso,
Nec laevam extendit, retro nec dextera cessit,
Nec nisu conquussi humeri. tum cornua lente
Abducta, et lente sine murmure prodit arundo.

Auratasque rotas, Paphiae genitricis alumnae
Ante trahunt volucres, nymphaeq. it pone deorum
Turba, hominumq., feraeq., et numina ponti.
Quodq. magis miserum, crudelem mater Amorem
Vineta manus, nitidaq. trahens cervice catenam,
Cogitur ipsa sequi. tam dira libido nocendi
Immiti est puero, quien ne sua crimina cernat,
Neu quemquã miseretur amantum, lumina vitta
Perstrinxit tenui. stetit ergo, et comminus, alto
E curru, vittam removens, similisque pudenti,
Ludenteis oculos, faciens mala vulnera solo
Noxius intuitu, reginae infigit. et olim
Desuesti iuga nostra licet, nec spes, ait, ultra
Ulla mihi de te superest regina, placet ne
Hos tibi donari vinctos? en vincula demo.
Et dempsit. breviter cui sic regina, tibi inquit
Insidiose puer, tibi habe tua munera. nobis

Quorsum hae blanditiae praerepto cōiuge? plura
Dicere tentanti, subiit nec tempora, nec tum
Questib. esse locum. tacuit pudibunda, sed imo
Pectore vulnus alit. sic, ut quum ligna teredo
Interius populata, malo vitiaverit ore,
Ipsa superficies fallaci inhaesa tuenteis
Decipit adspectu. sensit sua fata dolentem
Caesar, et ut miseram saevo revocaret ab aestu,
Imo age, cara soror, permitte, inlaesaq. magni
Numina sint, et grata dei quae munera cunq.
Excipit orsa puer Cithereius, atq. benigne,
Infit, agis Caesar. Sed nec certare deceret
Te mihi. nam quāvis rerum tibi summa potestas,
In terris sit, cede deis, expertior olim
Quid possit meus arcus, et hoc penetrabile telum.
Et simul intendit. simulacraq. coniugis ante
Obiicit ora, diu absentis. subito ille calore
Liqtur, haud aliter, rapido quā blāda ppinquo
Igne medulla solet. quod si non cogeret usus
Publicus, et magnis ingentia pectora curis
Pressa, animi flammās ferre has moderatius, illum
Natus Acidalia pompae iunxisset, ut ipsi
Aetherio regi, medius, Martique subiret.
Ergo relaxatis vinclis, ait, ite soluti,
Ite Cupido iubet. non deerit currib. istis
Turba unq. nova sentio adest, victoria. primus

*Duque Miguel
de Velasco.*

Exsilit Hesperiae turmae dux ipse Michael
Persona referente Jovem. nā primus is auctor
Atq. Cupidinei currus inventor, honoris
Id meruit, primumq. locum. veniaq. petita
E grege virgineo lepidam sibi deligit unam,
Et molli incessu saltatum init. inde Gradivus,
Diiq. hominesq. alli. quod ne cerdamus ineptum,
Neve novum, iam olim fuit histrio Jupiter, atq.
Antiquum retinet, maiestatemque reponit,
Adsit ubi quod amet. servum Cyllenius egit.
Neverat Alcides. posuit Mars ipse pudorem,
Cypride cum moecha postquā inretitus adulter
Arte, dolisq. viri, risum, sine tegmine uterq.
Ludibrio expositi, superis movere vocatis.
ADVENit interea procero corpore, et ore,

*Alphonsus
Silvius*

Silvius haud ulli cedens, primoq. inventae
Signans flore genas. illum bis dena sequuntur
Corpora laetorum iuvenum. ornatuque faceti
Pannonio, mitrisque omnes surgentib. alte,
Reginam, et Dacas recta petiere puellas,
Et lusere sales. inde illos Pyrrhica magna
Cum Venere exercet. quos ut puer ales amaro
Intuitu perspexit, itan' mihi Silvius, inquit,
Heic fucum faciet? non te caelabis amictu
Pannonio juvenis confidentissime. nobis
Scilicet ornatu hoc sperasti imponere, qui te
Quo te cunq. feras, lateas quocunque, videmus,
Ut nusquam effugias? i, nunc, et cretus ad amnem
Lusitane Tagum, cultu mentirier aude
Externo patriam. dixit, juvenemq. sagicta
Perculit aurata totasq. solutus in iras,
Atq. hos, atq. illos, quos dudum solverat, icit.
Et spoliis multo quam venerat auctior, illo
A coetu, celereis, sed non sine crimine, bigas
Flectit, et exhausta quod victor abire pharetra
Cogatur, nec dum satiatus caede, dolebat.
CVRriculo ad medium nox iam pervenerat axem,
Astraq., Phosphoreum exortum cōnisa, ruebāt,
Mensa secunda novo instruitur. miroq. paratu.

(A seguir saltamos oito paginas de
texto que não respeitam ao nosso
proposito).

*Laurentius
Câpegus.*

Interea hexaphoro, gressum impediante senecta,
Portatur pater ore gravi Laurentius, unus
Romuleae meritis flamen dignissimus aulae.
Quem bonus Augusto, pro religione tuenda
In contemptrices sacrorum crimine gentes
Clemens VII.

Non fando, Clemens legarat ab urbe Quirini.
Olli palla decens Tyrio splendebat in ostro.
Puniceo niveos fucatum sanguine crineis.
Conchilis Tyrii diadema premebat, honoris
Sacri celsus apex, capitisq. insigne verendum.

Augebatq. decus demissa in pectora barba
Maestiter, antiqui certa argumenta doloris.

Illum heinc, inde, graves annis comitatur euntem
Sacrorum reges, et regum quatuor illuc
Missi oratores, et quot non, nocte priori,
Caesareis proceres potuere ad cumbere mensis.
Ne repetam memorata prius, ceu Caesar adesset,
Pompa eadem, idem ordo, regali singula gaza,
Regali luxu. nisi quod super, inter edendum,
Inducunt Satyri thyrsos, et carmina Baccho
Sileni exululant. madidoq. Mymallones ore,
Euoe Bacche, Euoe, clamant, titubanteq. terrã
Ter pede, ter quatiunt thyrsis, et vina reposcunt.

Gillo Vicentius
poeta comicus.

Cunctorum heinc acta ê (54) magno comoedia plausu,
Quam Lusitana Gillo auctor, et actor, in aula
Egerat ante, dicax, atq. inter vera facetus.
Gillo, iocis levib. doctus perstringere mores,
Qui si non lingua componeret omnia vulgi,
Et potius Latia, non Graecia docta Menandrum
Ante suum ferret, nec tam romana theatra
Plautinos ve saleis, lepidi uel scripta Terenti
lactarent. tanto nam Gillo praeire utrisque
Quantum illi reliquis, inter qui pulpita rore
Oblita Corycio, digitum meruere faventem.

(Seguem-se mais vinte versos, que não importam ao assumpto deste livro e, especialmente, ao capitulo V da sua 2.^a parte, a que esta longa transcripção se articula. E' possível que a reproducção não contente os latinistas, porque não foi possível fazê-la com rigorosa fidelidade graphica, por faltarem nas machinas linotypicas as matrizes dos signos usados pelo impressor do seculo XVI. Tambem foi necessario intercalar as rubricas marginaes, em italico ou grypho).

(54) ê = est.

REGISTRO BIBLIOGRAPHICO:

- 1.^a edição: *A Poesia Epica depois de Camões*, in *Historia da Literatura Portuguesa Illustrada*, Lisboa, 1931-1932, vol. III, pags. 1-10.
- 2.^a edição: *A Epica Portuguesa no seculo XVI*, Madrid, 1931, 51 pags., separata do tomo 2.º de *Erudición Ibero-ultramarina*, publicada pela Libreria General Victoriano Suárez.
- 3.^a edição: *A Epica Portuguesa no seculo XVI*, Gaia, 1932, 79 pags. n.º XII da collecção *Estudos Nacionaes*.
- 4.^a edição: *A Epica Portuguesa no seculo XVI. Com appendices documentares*, São Paulo, 1938, 86 pags., n.º 1 do *Boletim Letras* da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo, Brasil.
- 5.^a edição: *Camões: A Epica Portuguesa no seculo XVI*, in *Archivo Camoneano*, Rio de Janeiro, 1943, pags. 201-231, publicado pela Academia Brasileira de Letras. Texto incompleto, porque foram supprimidos os appendices documentares.

INDICES DAS MATERIAS

	Pag.
PREFACIO	9
PARTE PRIMEIRA	
FACTOS & IDEAS PRELIMINARES	
Capitulo primeiro: <i>A repercussão da obra camoneana</i>	19
Capitulo segundo: <i>Epopêa e nacionalidade</i>	33
Capitulo terceiro: <i>Conceito e génese da epopêa</i>	39
PARTE SEGUNDA	
A AMBIENCIA LENDARIA	
Capitulo primeiro: <i>Affonso V e Mestre Matheus Pisano</i>	63
Capitulo segundo: <i>Os discursos dos embaixadores</i>	75
Capitulo terceiro: <i>A curiosidade dos humanistas pelos descobrimentos</i>	87
Capitulo quarto: <i>O theatro primitivo e os descobrimentos</i> ..	117
Capitulo quinto: <i>Os descobrimentos e a devoção</i>	145
Capitulo sexto: <i>As tapeçarias luso-indianas</i>	151
Capitulo septimo: <i>Heroismo e sciencia</i>	171
Capitulo oitavo: <i>A "Comedia Trofea" de Bartolomé Torres Naharro</i>	197
Capitulo nono: <i>Um conceito de Miguel Angelo</i>	233
Capitulo decimo: <i>O espirito heroico na obra de João de Barros</i>	239
Capitulo undecimo: <i>Os Castanhedas — pae e filho</i>	251
Capitulo duodecimo: <i>Os casos Garcia de Rezende e Damião de Goes</i>	255
Capitulo tredecimo: <i>Um heroe phantastico — Lisuarte Pacheco</i>	269
Capitulo decimo quarto: <i>Leonardo Nunes e o môrbo heroico</i>	275
Capitulo decimo quinto: <i>Antonio Ferreira e a idea fixa da epopêa</i>	281
Capitulo decimo sexto: <i>A epopêa e o mecenatismo</i>	291
Capitulo decimo setimo: <i>O descontentamento anti-heroico</i> ..	295
Capitulo decimo oitavo: <i>A juxtaposição das religiões</i>	301
Capitulo decimo nono: <i>A contemplação do universo</i>	307
PARTE TERCEIRA	
IDEAS FINAES	
Capitulo primeiro: <i>Corollarios da doutrina</i>	347
Capitulo segundo: <i>Relance sobre os poemas quinhentistas</i> .	369
Capitulo terceiro: <i>O reverso da medalha</i>	383
A P P E N D I C E :	
<i>L. And. Resendii, GENETHLIACON Principis Lusitani, ut in Gallia Belgica celebratum est, a viro clariss. D. Petro Mascaregna, regio legato, Mense Decembri M.D.XXXII.</i>	397
REGISTRO BIBLIOGRAPHICO	403

INDICE DAS ESTAMPAS :

Estampa I: Pagina 4. ^a da Carta do Embaixador Ochoa de Ysasaga aos Reis Catholicos, Ms. do Archivo de Simancas (Ref. Parte II, Cap. IV)	128
Estampa II: Pagina final da Carta do Embaixador Ochoa de Ysasaga aos Reis Catholicos, Ms. do Archivo de Simancas (Ref. Parte II, Cap. IV)	128
Estampa III: Tapeçaria de materia luso-indiana, Museu Nacional de Stockholm (Ref. Parte II, Cap. VI)	160
Estampa IV: Primeira tapeçaria da serie <i>As Espheras</i> , Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI)	160
Estampa V: Segunda tapeçaria da serie <i>As Espheras</i> , Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI)	160
Estampa VI: Terceira tapeçaria da serie <i>As Espheras</i> , Palacio Real de Madrid (Ref. Parte II, Cap. VI)	160
Estampa VII: <i>Juizo Universal</i> , de Miguel Angelo Buonarroti, Capella Sixtina, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. IX) ...	232
Estampa VIII: Pormenor do <i>Juizo Universal</i> , de Miguel Angelo Buonarroti, Capella Sixtina, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. IX)	232
Estampa IX: Angulo da "Stanza della Segnatura", fresco de Raffaello Sanzio, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. XIX) ...	328
Estampa X: <i>A Astronomia</i> , pormenor dos frescos da "Stanza della Segnatura", de Raffaello Sanzio, Vaticano (Ref. Parte II, Cap. XIX)	328
Estampa XI: Frontispicio do autographo da <i>Felicissima Victoria de Lepanto</i> , poema de Jeronymo Corte Real Ms. da Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II)	368
Estampa XII: Trecho do texto autographo da <i>Felicissima Victoria de Lepanto</i> , poema de Jeronymo Corte Real, Ms. da Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II)	368
Estampa XIII: As armadas em linha de batalha no golpho de Lepanto, desenho de Jeronymo Corte Real, Bibliotheca Nacional de Madrid (Ref. Parte III, Cap. II)	368

FINIS
LAUS DEO
BRASILIAE GRATIAS

I-XII-49.